

METAMORFOSES

25 anos do Departamento
de Letras, Artes e Comunicação



METAMORFOSES

25 ANOS DO DEPARTAMENTO DE LETRAS
ARTES E COMUNICAÇÃO

Ficha Técnica

METAMORFOSES:
25 ANOS DO DEPARTAMENTO DE LETRAS – ARTES E COMUNICAÇÃO

Coordenação

Henriqueta Maria Gonçalves

Comissão Científica da Edição

Henriqueta Maria Gonçalves; Maria da Felicidade Morais; Galvão Meirinhos

Editor

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro: Centro de Estudos em Letras

Capa

Galvão Meirinhos

Edição Secretariada por

Fernanda Moura

Depósito Legal: 327859/11

ISBN: 978-989-704-012-2

Maio de 2011

Tiragem

300 exemplares

Execução Gráfica

Publito - Estúdio de Artes Gráficas

Parque Industrial de Pitancinhos

Tel. 253 283 843

email: publito@publito.pt

4700-727 Palmeira - BRG

*A Todos os Que, Empenhadamente,
Ajudaram o Departamento a Crescer*

ÍNDICE

Prefácio

(Henriqueta Maria Gonçalves) 11

CAUSAS..... 15

Uma aventura e uma Causa

Carlos Reis 17

Memória de uma Experiência de Coordenação

Manuel Gomes da Torre 21

Coordenador do Departamento de Letras – Uma experiência gratificante

Armando Mascarenhas Ferreira 23

1ª Coordenação eleita do DL

José Esteves Rei 27

Depoimento – Mudam-se os tempos...

José Belo 35

Do apogeu à eliminação das humanidades no DL: como reverter esta situação?

Carlos Assunção 41

Coordenação 2006-2008

Fernando Moreira..... 45

O Presente e o Futuro do Departamento de Letras, Artes e Comunicação	
Gonçalo Fernandes	51
<i>VARIA</i>	55
Perturbar a estabilidade do conhecimento do mundo: uma aproximação ao programa da disciplina de Literatura Norte-Americana	
Isabel Maria Fernandes Alves	57
Jornais de Informação Médica em Portugal	
Inês Mendes Moreira Aroso	75
Portuguese missionary work and inter-linguistic contact in the East	
Carlos Assunção	91
Language Didactics: Teacher Education and the 21st Century	
José Manuel C. Belo	119
As histórias da História literária	
Laura Fernanda Bulger	135
A Gramática latina no séc. XVI: As «partes orationis» na gramática do P.^e António Álvares (1572) e na <i>Minerva</i> de Sanctius (1587)	
Simão Cardoso	147
As duas primeiras edições da <i>Minerva</i> (Lyon 1562 e Salamanca 1587) de Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600)	
Gonçalo Fernandes	165
A importância das Relações Públicas no curso de Ciências da Comunicação da UTAD	
Daniela Monteiro da Fonseca.....	209
<i>Agatha Christie e o Fantasma do Bosque Sagrado</i> de Luísa Monteiro: a funcionalidade do fantasma	
Henriqueta Maria Gonçalves	221

A recuperação da sempre importante dialetologia: O dialeto barrosão como parte da investigação dialetal transmontana Rui Dias Guimarães	239
O imaginário na literatura para a infância: os contos de fadas Armindo Mesquita	259
“O universal é o local sem paredes” (Miguel Torga), nos 25 anos do Departamento de Letras Maria da Assunção Morais Monteiro	269
Para o estudo das diferenças textuais tipológicas: Contributos da análise temática Maria da Felicidade Araújo Morais	289
A Língua como Expressão da Saudade em Filinto Elísio Fernando Alberto Torres Moreira	307
Cultural Disability Studies: A place in the Humanities Stella Nascimento	321
“Orgulhosamente sós” <i>versus</i> l’Autre: carrefour d’images littéraires Anabela Branco de Oliveira	333
Uma Matriz Didática Humanística da Literatura: estudo de investigação de Doutoramento Luciana Cabral Pereira	343
Literatura e revolução liberal – teorização, pedagogia e didática J. Esteves Rei	353
Graal: variações e transformações simbólicas José Eduardo Reis	371
Resgatar a memória coletiva: Vozes ancestrais e estórias tradicionais africanas em Luandino Vieira e Mia Couto Orquídea Moreira Ribeiro	385

Vizinhança na zona de fronteira luso-castelhana: uma leitura dos mais antigos forais medievais	
Maria Olinda Rodrigues Santana.....	397
Sobre o pensamento linguístico em Portugal na centúria oitocentista	
Maria Helena Santos	411
Rebecca West and her early writings: a woman with a sword	
Maria Teresa Vieira da Silva	429
Camões, a Literatura e o seu Ensino	
Maria Luísa de Castro Soares.....	441

PREFÁCIO

Nous nous arrê tâmes un moment devant la barrière. Le temps des lilas approchait de sa fin; quelques-uns effusaient encore en hauts lustres mauves les bulles délicates de leurs fleurs, mais dans bien des parties du feuillage où déferlait, il y avait seulement une semaine, leur mousse embaumée, se flétrissait, diminuée et noircie, une écume creuse, sèche et sans parfum. Mon grand-père montrait à mon père en quoi l'aspect des lieux était resté le même, et en quoi il avait changé, depuis la promenade qu'il avait faite avec M. Swann le jour de la mort de sa femme, et il saisit cette occasion pour raconter cette promenade une fois de plus.

Marcel Proust, *À La Recherche du Temps Perdu*

Na medida em que a ficcionalidade permite a criação de um mundo, é sempre, e renovadamente, possível o encontro do “mundo do texto” com o “mundo do Leitor”. Marcel Proust, convocado para a abertura deste conjunto de textos, ilustra bem como o tempo (cronológico e psicológico) é a essência do real e, por outro lado, como existe na realidade algo de imutável que permite que o homem não viva o tempo com estranheza. A construção representativa proustiana é uma belíssima ilustração do sentido da própria existência, fazendo-nos compreender que o tempo não pode ser encarado como medida de precariedade do real na medida em que o Homem transporta consigo essa capacidade evocativa que o volatiliza e faz mergulhar na tela do tempo.

Este conjunto de textos que se divulga por ocasião do 25º aniversário do Departamento de Letras, Artes e Comunicação pretende dar resposta

à viva consciência do devir como consequência de um fluir temporal dialogante.

Fomentar o saber científico e tecnológico não pode obscurecer o indivíduo e ausentá-lo da consciência de si mesmo. A universalidade do saber científico tem de ser acompanhada pela universalidade da condição humana. As palavras do escritor Hadj Garm'Oren clarificam essa necessidade: “todo o indivíduo, mesmo o mais fechado na mais banal das vidas, constitui em si mesmo um cosmos. Traz em si as suas multiplicidades interiores, as suas personalidades virtuais, uma infinidade de personagens quiméricas, uma polixistência no real e no imaginário, no sono e na vigília, na obediência e na transgressão, no ostensível e no secreto, efervescências larvares nas suas cavernas e grutas insondáveis. Cada um tem em si galáxias de sonhos e de fantasmas, impulsos insaciados de desejos e de amores, de abismos de infelicidade, imensidades de indiferença gelada, abrasamentos de astro em fogo, explosões de ódio, desvarios débeis, clarões de lucidez, tempestades dementes...” (*Apud* Edgar Morin 2002. *Reformar o Pensamento*: 47).

Ao obscurecer o mundo dos valores, demite-se a sociedade, particularmente as suas instituições formadoras, da alta função educativa, o que equivale a dizer cívica e cultural. Quando Montaigne afirmou que “mais vale uma cabeça bem-feita do que bem cheia” enunciava a primeira finalidade do ensino (*Apud* Edgar Morin 2002: 23). Se ajustarmos as suas palavras ao contexto universitário, e considerando a etimologia do próprio vocábulo, uma universidade só o pode ser se tiver a preocupação de formar o indivíduo na sua complexidade. Procurar desenvolver um espírito ético e crítico que não nos deixe voltados para atividades meramente tecnicistas, que esvaziam a dignidade do homem e o papel fundamental da cultura, tem sido, desde 1986, a missão da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a partir do momento em que criou o Departamento de Letras com uma ação no plano das Humanidades. Os seus docentes iniciais e os que se seguiram ao longo de gerações foram orientando as suas investigações para essa área do saber.

Uma Universidade, se o quer continuar a ser, não pode, pois, dispensar o contributo das Humanidades, ou Ciências Humanas, na educação global do Homem e, por isso, na Universidade terá de se continuar a estudar a

Língua, a Literatura, a História, a Filosofia... para que o Homem continue a ser visto como ser total e complexo, agente ativo do seu devir histórico, sujeito com capacidade para duvidar da sua própria dúvida.

Na sua história recente, no ano de 2003-2004, entrou em funcionamento no Departamento de Letras a Licenciatura em Ciências da Comunicação, facto decisivo para a proposta de alteração da designação do Departamento, em 20 de Dezembro de 2007, ao Conselho Científico da Universidade, alteração depois consignada pelos Estatutos publicados no Diário da República, em 9 de Dezembro de 2008, e que operou uma substancial e desconfortável transformação na fisionomia matricial do Departamento.

Os textos que agora se publicam – *Metamorfoses* – são a ilustração de que quantos integraram e integram este Departamento sabem bem qual a função de um departamento desta natureza na missão da Universidade. Mas são igualmente a ilustração de que mantêm a viva consciência de que apesar do tempo dos lilases parecer aproximar-se do fim, eles voltarão a florir, obedecendo à perfeição do círculo do tempo.

O presente volume encontra-se organizado em duas partes: *Causas* – onde se incluem testemunhos de todos os Coordenadores com que o Departamento de Letras/Departamento de Letras, Artes e Comunicação contou ao longo destes vinte e cinco anos – e *Varia* – um conjunto de textos científicos de natureza pluridisciplinar e que pretendem ilustrar a diversidade de áreas científicas que o DLAC congrega.

Henriqueta Maria Gonçalves

Abril de 2011

CAUSAS

UMA AVENTURA E UMA CAUSA

Quando há 25 anos encetei uma aventura – essa mesma que motiva este texto – que depois se fez realidade palpável, não tinha diante de mim outra perspectiva que não fosse a de colaborar com uma universidade jovem, levado pela mão de um amigo e distinto universitário, o Prof. Fernandes de Carvalho. Tanto quanto sei, foi ele que indicou o meu nome ao então Reitor em exercício, Prof. Lima Pereira, sugerindo-lhe que fosse eu o responsável pela coordenação de um departamento que estava a nascer; inseria-se esse departamento – o Departamento de Letras, hoje Departamento de Letras, Artes e Comunicação da UTAD – no célere desenvolvimento de uma instituição de Ensino Superior que passava de Instituto Universitário a universidade: a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, hoje bem merecedora do destaque que ocupa no meio universitário português.

A tal aventura tinha, para mim, alguns rostos e o empenhamento numa causa. Esses rostos, que ainda hoje vivamente recordo, eram sobretudo o de uma antiga colega e o de uma antiga aluna, as Professoras Assunção Monteiro e Henriqueta Gonçalves, que me acolheram com uma hospitalidade bem transmontana; acompanhavam-nas outros colegas que não mencionarei aqui e não porque o seu esforço e dedicação tenham sido menos dignos de apreço, antes porque os anos que passaram seguramente fariam com que a minha evocação redundasse em omissões injustas. A causa que conjuntamente nos impulsionava era a da difusão e consolidada presença das Humanidades no Ensino Superior, uma vez que quem liderava a passagem do Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro para a UTAD sabia (e sabia bem) que uma universidade sem Humanidades é uma instituição mutilada de um campo de ensino e de investigação que em si integra a responsabilidade de pensar e de indagar a memória coletiva, a literatura que é parte da nossa identidade e o idioma em que ela se plasma.

Assim se fez. Quando começámos a trabalhar e nos anos que se seguiram, foi preciso compensar a escassez de recursos (designadamente recursos humanos) com genuíno entusiasmo e acudir à urgência do que

estava a ser criado com desassombro para encarar de frente as incertezas e mesmo, às vezes, algumas incompreensões. Recordo bem o alvoroço com que delineámos planos curriculares, com que esboçámos programas e conteúdos pedagógicos, com que distribuímos e preparámos serviço docente. E lembro também os primeiros alunos “de Letras”, numa jovem universidade já então muito virada para outros campos de saber (as engenharias, as ciências da terra), alunos que traziam consigo uma vibração caldeada com alguma inocência, atributos que hoje frequentemente escasseiam na universidade portuguesa.

Não é este o momento para se elaborar o balanço desapassionado do que se fez (e não foi pouco) e do que ficou por fazer – e alguma coisa terá sido. O que bem recordo são os contornos ainda nítidos de uma experiência humana a todos os títulos enriquecedora. Aquilo que então eu sabia das terras que estavam para lá do Marão era muito pouco e quase se reduzia ao que eu lia nos textos de um grande escritor que fez da terra transmontana o seu espaço privilegiado de criação literária: Miguel Torga. A paisagem física e humana em que me fui adentrando permitiu-me conviver com o palpável universo que a cosmovisão torguiana consagrou; mas para além disso e para meu proveito, a participação viva e ativa na construção de um departamento universitário revelou-me pessoas e facultou-me experiências que só a vida real oferece àqueles que a vivem com a veemência quase empolgada que então era a minha.

Depois disso, volvidos alguns anos, as vidas seguiram os seus rumos próprios. O Departamento de Letras cresceu, os seus professores doutoraram-se, fizeram agregações, foram a concursos, envolveram-se na investigação, publicaram o que dela foi resultando, formaram sucessivas gerações de estudantes. Eu fiquei-me, por algum tempo ainda, pela minha Universidade de Coimbra, de onde nunca, de resto, saíra; depois enfrentei outros desafios que pelos acasos da vida ou pela imprevista fortuna que a rege me foram proporcionados. Com todos aprendi e também com essa minha passagem pela UTAD. E se dela colhi ensinamentos que não esqueci e que nunca desprezei, não menos esqueci as viagens que fiz com o Prof. Fernandes de Carvalho, a quem a UTAD muito deve, e (de forma mais esporádica) com o Prof. Martim Portugal. Eram essas, então, longas jornadas de três horas, por um interior que dava direito às curvas de Castro

Daire, à extraordinária visão dos cimos de Montemuro, a uma paragem em Lamego, ao atravessamento do Douro, à passagem na Régua e à subida por Vila Seca, tudo com o tempero da boa conversa de universitários dotados do timbre humano e cultural que conheci naqueles meus companheiros.

Vai-se a ver e passou um quarto de século, tempo curto para um país e para uma universidade, mas alargado para as nossas vidas breves. Foi o suficiente, contudo, para que Portugal e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro muito tivessem mudado, esta última com as dificuldades que a interioridade impõe (uma interioridade hoje, contudo, desvanecida) e que só a tenacidade dos que não desistem e sabem ousar é capaz de superar. Por isso, sabe bem recordar aqui, sem saudosismo mas com alguma emoção matizada de melancolia, o que vivi e o que pude conhecer dos homens e das coisas, nesse tempo fundador de que converso grata lembrança.

Carlos Reis

Lisboa, 3 de Fevereiro de 2011

MEMÓRIA DE UMA EXPERIÊNCIA DE COORDENAÇÃO

No dia 27 de novembro de 1987, o então Reitor da UTAD, Professor Fernando Real, surpreendeu-me (agradavelmente, diga-se) com um convite para assumir a coordenação dos cursos que na área das Germânicas se iam desenvolvendo na nova universidade. Mais tarde haveriam as minhas responsabilidades de estender-se a toda a secção de Letras, com o apoio precioso dos Professores Jorge Osório (na área das literaturas) e Mário Vilela (na área das linguísticas), que, entretanto e por minha proposta, tinham sido convidados a colaborar.

Encontrei em funcionamento um modelo de cursos inspirado no de outras universidades novas que apontava para o ensino como única saída profissional dos futuros diplomados. Talvez por isso as disciplinas de pendor educacional ocupavam no plano de estudos um espaço que me pareceu exagerado e que acarretava dois tipos de consequências: por um lado, as disciplinas ditas de formação académica viam o seu peso diminuído nas cargas horárias e, por outro lado, os alunos eram forçados a cumprir horários semanais que rondavam em média as 30 horas, uma situação pouco propícia ao trabalho individual que deve caracterizar os estudos universitários.

Duas outras circunstâncias que logo me chamaram a atenção foram a falta de harmonia existente entre os planos de estudos dos vários cursos e o funcionamento das metodologias específicas das duas línguas de cada curso estarem fundidas numa única disciplina (e.g. Metodologia do Ensino do Português e do Inglês). Esta última situação terá sido motivada na planificação original dos cursos pela necessidade de não alongar demasiadamente a carga semanal dos alunos.

Com vista à correção das anomalias detetadas propus ao Conselho Científico, em 7 de maio de 1988, uma reestruturação curricular que, a meu ver, iria harmonizar mais os três cursos e facilitar feitura dos horários. A proposta mereceu aprovação, passando a vigorar no ano lectivo seguinte. No dia 28 do mesmo mês chamei por ofício a atenção do Conselho Científico para a necessidade de ser corrigida a incorreta distribuição das aulas pelos dias da semana. Por exemplo, havia uma concentração na 3^a, 4^a

e 5ª feira, deixando desertas a 2ª e a 6ª. O resultado era haver alunos que chegavam a ter oito aulas num só dia! Também isto foi substancialmente melhorado no ano letivo seguinte.

Compreensivelmente, os primeiros docentes dos cursos de Letras tinham sido recrutados predominantemente a nível local, e foi a eles que se deveram os primeiros anos de funcionamento. Quando assumi a responsabilidade, era essa a situação, mas entendi que a dimensão que os cursos tinham atingido e a necessidade crescente de recrutar mais docentes eram pouco compatíveis com tal política. Por isso fiz questão de que, de futuro, todas as novas contratações fossem feitas por concurso documental complementado por entrevista. Entretanto, para obviar à entrega de todas as novas disciplinas a assistentes principiantes, foi assegurada a colaboração de alguns docentes já experimentados da Faculdade de Letras do Porto (Maria João Pires, Simão Cardoso, Ana Luísa Amaral, Margarida Vilela) que, em devido tempo cederam os lugares a assistentes recrutados através de concurso documental complementado por entrevistas. O resultado foi a entrada de um considerável número de jovens assistentes com boa formação de base, o que, a médio prazo, deveria traduzir-se numa geração de doutores de que os cursos de Letras claramente careciam. Não obstante o afastamento de alguns que foram aliciados por outras universidades, a situação atual já conta com alguns doutores dessa nova geração, e o Departamento de Letras já apresenta um quadro docente relativamente bem composto.

Não consegui pôr em prática um modelo de funcionamento de estágio que, na altura e para os estagiários de Letras, me parecia mais aconselhável do que aquele que estava em vigor em outros cursos da Universidade.

Não consigo, com o recurso à memória e a algumas notas conservadas desse tempo, juntar a este breve apontamento nada mais de relevante. O que aqui fica tem como objetivo único corresponder à simpática solicitação que me foi feita. Por isso, não gostaria que nisto alguém visse uma chamada de atenção para aquilo que fiz no estrito cumprimento da desinteressada missão universitária. Como li recentemente, «nenhum homem, digno deste nome, merece ser apresentado por ter cumprido o seu dever».

M. Gomes da Torre

Porto, maio de 2001

COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE LETRAS

Uma experiência gratificante

Decorria o ano de 1991, entendeu o Magnífico Reitor, o saudoso Professor Doutor José Manuel Gaspar Torres Pereira, nomear-me Coordenador do Departamento de Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).

Regressado do exercício do cargo de Chefe de Gabinete do Ministro do Ambiente e dos Recursos Naturais, o igualmente saudoso ex-Reitor, Professor Doutor Fernando Nunes Ferreira Real, exercia desde Janeiro daquele ano as funções de Vice-Reitor. Teimava, no entanto, em manter-me como um jovem ativo no âmbito da docência e da investigação científica no Departamento de Zootecnia, afinal o Departamento que enformava a minha carreira académica e que, *a priori*, desaconselhava qualquer andança, nem que de mera coordenação se tratasse, por essa área genericamente designada por Letras. Mas aceitei. Descansava-me a certeza do respaldo que iria encontrar em todos os colegas no “confronto” com as áreas científicas da Linguística, da Didática, dos Estudos Literários e dos Estudos Culturais, já que as da História, da Filosofia e da Geografia não constituíam matéria substancial da formação a nível das Licenciaturas (pré-Bolonha) em Ensino de Português/Francês, de Português/Inglês e de Inglês/Alemão, de que o Departamento de Letras se constituía como âncora, um universo de mais de 500 estudantes. Mas confortava-me, sobretudo, por força da referida colaboração, a natureza do cargo, sobretudo “administrativa”, de regulação de um Departamento em crescimento ativo, com apenas um doutorado no seu seio, a Professora Doutora Laura Bulger. Recordo que grande parte do corpo docente eram Assistentes Convidados, inconformados com o Estatuto da Carreira Docente Universitária que não lhes permitia a dispensa de serviço docente para doutoramento. E recordo, igualmente, a sua insatisfação com o serviço docente de que eram incumbidos, em alguns casos apenas a orientação dos estágios curriculares nas Escolas, que não se circunscreviam ao Distrito de Vila Real e preenchiam a sua carga horária, muitas vezes excedendo o razoável.

Lembro-me da primeira reunião plenária do Departamento. Conseguiu sentir a tensão inerente, não à pessoa, passem a imodéstia, mas ao Coordenador, nomeado, não eleito! Mas depressa pude constatar a

dedicação e o profissionalismo com que todos encaravam a missão de docente universitário ao serviço da UTAD. Apenas se me afigurou como necessário ajudar a melhor compreender os termos e circuito da informação indispensável ao funcionamento do Departamento no contexto da área científica em que se inscrevia e no da UTAD, em geral. Julgo que, também rapidamente, se tornou claro que o “nomeado” estava ali para apoiar e incentivar a formação científica, para aconselhar e para, no melhor sentido do termo, regular.

Determinavam os Estatutos vigentes que as Áreas Científicas fossem presididas por um Professor Catedrático, facto de que resultou vir a ser eleito Presidente da Área Científica das Ciências Humanas e Sociais. Foi, indubitavelmente, uma experiência enriquecedora, mas muito exigente, não só pela multiplicidade das formações científicas dos colegas dos vários Departamentos envolvidos (Economia, Sociologia e Gestão, Ciências da Educação, Desporto e Letras) mas, também, pela especificidade que dela decorria nas atividades docentes e da respetiva distribuição de serviço docente.

Em 1995 o Departamento foi enriquecido pelo registo do grau de Doutor do José Belo e, em 1996, além do registo do grau de Doutor do Armindo Mesquita, prestaram as suas provas de doutoramento na UTAD a Henriqueta Gonçalves, a Maria Assunção Monteiro, o José Esteves Rei e o Carlos Assunção. Foram excelentes oportunidades de contacto e de partilha de experiências com ilustres colegas de outras universidades na área de Letras. De entre os muitos que nos deram o privilégio de apoiar o Departamento relembro os Professores Carlos Reis, Malaca Casteleiro, Gomes da Torre, Vítor Aguiar e Silva, Mário Vilela, Ofélia Monteiro, Amadeu Torres, Maria do Carmo Salido e Jorge Osório. Davam-se os passos imprescindíveis à consolidação científica do Departamento e à passagem do testemunho da sua coordenação, muito facilitada pela nomeação, em 1997, de um Vice-Coordenador, o Carlos Assunção. Foi o que veio a acontecer, em 1998, com a eleição do José Esteves Rei como o novo Coordenador do Departamento de Letras.

Não deixei, porém, enquanto Presidente do Conselho Científico da UTAD, eleito nesse mesmo ano, e já mesmo como Reitor, a partir de Julho de 2002, de acompanhar a formação científica dos docentes de Letras, presidindo à grande maioria das suas provas de doutoramento e aos júris dos concursos para Professor Associado e Catedrático a que se

candidatavam. Mas também retenho na memória os momentos de acalorada e saudável discussão em torno das atividades do Departamento, quer ao nível da docência quer no âmbito da investigação, e recorde, com saudade, as confraternizações das épocas natalícias, preciosas no relacionamento inter-pessoal dos docentes e não docentes dos vários Departamentos da Área Científica das Ciências Humanas e Sociais.

Em Julho de 2002, entendeu o Conselho do Departamento atribuir-me o título de Membro Honorário. Recordo-me de ter dito que, embora fosse uma distinção que espelhava, sobretudo, muita amizade, não deixava, também, de significar que tinha valido a pena trabalhar para a afirmação de um Departamento da nossa Academia, correspondendo à dedicação, ao rigor científico e à excelência humanista que caracterizavam os colegas deste Departamento da UTAD.

Comemora-se este ano um quarto de século de existência do Departamento de Letras, Artes e Comunicação (DLAC), a nova designação que resultou da recente revisão estatutária, e que traduz, por um lado, a nova estrutura organizativa da UTAD e, por outro, a necessidade de adequação às novas realidades no âmbito da oferta educativa, num esforço continuado de ajustamento à procura dos que acedem ao ensino superior e às necessidades do mercado de trabalho.

O Departamento de Letras, Artes e Comunicação conta, atualmente, com 43 docentes, 21 dos quais doutorados, é sede de um Centro de Investigação acreditado pela FCT, o Centro de Estudos em Letras, e é responsável por um vasto conjunto de iniciativas de natureza científica e cultural que muito prestigia a nossa universidade.

Está de parabéns o Departamento, os seus trabalhadores docentes e não docentes e a Academia. Com humildade a eles me associo, na certeza de que todos saberão desculpar-me por esta intromissão nos festejos dos 25 anos do DLAC.

Armando Mascarenhas Ferreira

Janeiro de 2011

1ª COORDENAÇÃO ELEITA DO DL

Dois mandatos: Fev. 1999 – Fev. 2001 – Mar. 2003

0. Congratulo-me com os 25 Anos do DLAC, por este período de tempo corresponder a um marco relevante na vida de uma instituição. Como seu antigo Coordenador, em dois mandatos consecutivos, respondo, com gosto, ao pedido da Comissão Organizadora das Comemorações para “recordar os momentos mais significativos da minha passagem por este Departamento”.

Sinto, aliás, a tarefa facilitada devido aos documentos de comunicação interna e externa então elaborados: *Relatórios de Coordenação* (2001 e 2003), *Folha Informativa / Letras*, *Guia do Estudante de Letras* e *Sítio do DL na internet* e que, com a Revista de Letras e outros, valeria a pena incluir numa Exposição a considerar nestas Comemorações.

1. 1º Mandato, Fev. 1999 – Fev. 2001

1.1. A *atividade pedagógica, científica e cultural* do DL, nesses dois anos, tomou as seguintes direções que registei, à época, no meu CV de Provas de Agregação (2001):

a) Criação de *novos cursos* e seus planos curriculares, já implantados ou em apreciação no Departamento e noutras instâncias institucionais:

– de *licenciatura* – *Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Comércio e Serviços*, *Licenciatura em Português e Espanhol* – procurando diversificar a oferta de trabalho, para docentes, de escolha, para os alunos, e de novas saídas profissionais, para a comunidade, tendo sido propostas à Universidade de Vigo, para intercâmbio, e ao Programa Comunitário *Interreg II*;

– de *Pós-Graduação em Tradução* (também ela apresentada à Universidade de Vigo) e *Mestrado em Cultura Portuguesa*, iniciado em 2000-2001 - procurando diversificar a oferta do Departamento a docentes do ensino secundário, que veem cada vez mais dificultada a

entrada na carreira, e a licenciados de áreas diversificadas, desejosos de se enriquecerem científica, intelectual e culturalmente.

b) Aprofundar a *comunicação interna* através:

– da dinamização das *áreas disciplinares*, a reunirem em dadas épocas e para fins específicos, como a Distribuição de Serviço;

– da criação de uma *Folha Informativa*, dando a conhecer o que se faz no Departamento e criando o espírito de pertença institucional;

– da *exposição “Publicações de docentes de Letras”*, no átrio do edifício e na semana em que se realizou a Jornada Queiroziana;

– da *redistribuição do espaço* da secretaria, de gabinetes e da própria Coordenação;

– da introdução do *Relatório Anual de Actividades* por docente, sob minuta proposta.

c) Proporcionar ao maior *número de docentes* condições para o avanço nos trabalhos de doutoramento, em especial pela *dispensa de serviço e participação em congressos e encontros científicos*, procurando melhorar as áreas e suprir necessidades, em termos de recursos humanos, algumas sublinhadas pela equipa de Avaliação Externa, de um ou outro curso – tendo tido o melhor eco da parte das instâncias superiores da Universidade.

d) Gerir e orientar a *distribuição de docentes* por áreas tradicionalmente ainda não tomadas em termos de investigação, como é o caso das áreas do Francês e do Alemão, assim como das novas tecnologias aplicadas às línguas.

e) *Incrementar a atividade científica e cultural* no Departamento pelo apoio prestado a iniciativas como:

f) *Reticências da Literatura; Encontros de Reflexão e Investigação; Revista de Letras; Apresentação (por editores) de obras de docentes, Conferências e Ações de Formação de docentes* do Departamento e de *Orientadores Pedagógicos* das Escolas.

g) Fomentar *intercâmbios e contactos* com Departamentos congéneres de outras *Universidades*, sobre temas e finalidades várias, como as de: Porto, Minho, Vigo, Santiago de Compostela, Aveiro, Coimbra, a Aberta e as de Lisboa (Nova e Clássica).

1.2. Como *notas soltas* poderia começar por lembrar que os *Estatutos* da UTAD (art. 31º, nº 1), à época, apresentavam os *departamentos* como “ Unidades científicas dirigidas à realização continuada das tarefas de ensino, investigação, extensão universitária e serviço à comunidade num dado domínio do saber”.

O índice do *Relatório de Coordenação* faz-se eco dessa natureza do DL desde o título dos capítulos que o constituem: das pessoas, das grandes áreas disciplinares, dos espaços, equipamentos e recursos didáticos, do conselho do departamento, da comunicação interna e externa, da investigação e sua divulgação, dos projetos e opções estratégicas / propostas.

Até então, o DL havia conhecido Coordenações fortes, a cargo de um vice-reitor, como a precedente, ou de Professores já escalonados na carreira, deslocando-se em certos dias da semana, inicialmente, da Universidade de Coimbra e, mais tarde, da do Porto. Ao ver atribuída a Coordenação a um dos seus membros, por eleição, o DL deu-se conta de uma realidade nova com a qual todos tivemos de aprender a lidar.

Se, por um lado, lhe proporcionou uma grande autonomia, por outro, aumentou-lhe a responsabilidade. Ambas foram por todos os seus membros bem recebidas, mas compreendidas e assumidas por cada um à sua maneira. E não poderia ser de outro modo, pois era a partir daí que se faria a aprendizagem das duas. Todavia, o tempo e o preço terão sido, por vezes, demasiado elevados. E terá sido pena pois os desafios avolumaram-se muito rapidamente e terão exigido uma disponibilidade para a qual nem todos teremos estado preparados.

Para além desta, uma outra limitação envolvia o DL: a dispersão dos seus membros na carreira e na vinculação à UTAD. É que dos sessenta e três docentes: cinco eram Professores Associados (tendo dois solicitado Provas de Agregação), oito eram Professores Auxiliares, doze eram Assistentes, havendo ainda um Convidado, e 14 eram leitores. Para além

disso, tinha onze Assistentes Convidados a 100% e um a 60%. Surgiam, por último, oito Colaboradores a tempo integral e três, a tempo parcial. Em conclusão, era extremamente diversificada a ligação institucional dos seus membros, enfraquecendo o espírito de corpo e dificultando a relação institucional entre os seus membros e destes com a Coordenação.

A gestão desses novos relacionamentos no interior do DL, especialmente, na Assembleia e no Conselho Científico, estendeu-se a novos espaços institucionais que nem hoje, porventura, estarão completamente consolidados. Trata-se da gestão estratégica de novos cursos e currículos, das áreas científicas e disciplinares – dentro do departamento e relacionadas com outros que as reivindicam – da formação e orientação dos assistentes / colaboradores em função das necessidades atuais e futuras, dos equipamentos e recursos didáticos e das atividades, posturas e responsabilidades no Conselho Científico.

2. 2º Mandato, Fev. 2001 – Mar. 2003

2.1. *Lecionação e corpo docente* - No final do segundo mandato, o DL prestava lecionação em dezanove cursos de graduação e pós-graduação ou mestrado e quatro cursos livres anuais, Chinês, Mirandês, Português para Estrangeiros e Alemão. Lecionava cento e trinta e sete Unidades Curriculares ou disciplinas por cinquenta e sete docentes, agora com uma inserção na carreira bem mais institucional:

Dois Catedráticos, um Associado com Agregação, seis Associados, seis Auxiliares, treze Assistentes, encontrando-se seis em dispensa de serviço para produção de trabalhos conducentes a provas académicas, catorze Leitores, nove Assistentes Convidados a 100%, um Assistente Convidado a 60% e cinco Colaboradores, dois com horário completo, e três a tempo parcial, os docentes de Espanhol, Mandarin e Mirandês.

2.2. *Notícia de projetos e opções estratégicas concretizados no final do mandato, constante no Relatório de Coordenação (2003).*

15º Aniversário do Departamento de Letras, a 25 e 26 Maio de 2001. Do Programa destacam-se três eventos: 1) *Sessão Solene* no dia 25, com intervenções do Magnífico Reitor e dos Ex-Coordenadores do Departamento – os

discursos aí produzidos, incluindo os de duas alunas e uma docente do primeiro ano de funcionamento dos cursos de Letras, em 1986-1987, constam do Suplemento de quatro páginas, da *Folha Informativa / Letras*, nº 6, de Maio 2001; 2) *V Encontro Internacional de Reflexão e Investigação do DL – 2001*; 3) *I Encontro de Antigos Alunos de Letras da UTAD*.

Registemos, *in Memoriam*, uma passagem importante do texto do saudoso Professor Doutor José Manuel Torres Pereira, Reitor, à época: “[...] começam a concretizar-se os sonhos daqueles que com um assinalável espírito pioneiro, quiseram trazer para as margens do Corgo uma presença das Letras Portuguesas”.

Novos Cursos de Licenciatura – Foram criados, tendo entrado em funcionamento em 2002-2003, ou iniciando-se no ano letivo de 2003-2004, os novos cursos de licenciatura ou de pós-graduação: *Línguas Estrangeiras Aplicadas* (LEA), a *Pós-graduação em Tradução* (PT), *Ciências da Comunicação* (CC) com as variantes de *Jornalismo*, *Artes*, *Mediação e Espetáculo* e *Assessoria de Informação, Secretariado e Comunicação*, e, em colaboração com o Departamento de Artes e Ofícios, o de *Teatro e Artes Performativas*.

Centro de Estudos em Letras – Foi criado o Centro de Estudos em Letras e reconhecido pela FCT, o qual enviou, de seguida, a equipa de avaliação do mesmo. Tal facto aumentou a responsabilidade daqueles que no Departamento decidiram meter ombros a tal tarefa e assim abrir o futuro para si e para os nossos jovens assistentes.

Computador por docente, especialmente os doutorados - É um objetivo que se concretizou, apesar das dificuldades do momento, tanto internas como externas.

Mobiliário do gabinete da Coordenação – Foi despachado favoravelmente o pedido e foi feita a escolha do material, tendo-se ficado à espera da sua encomenda.

Antena parabólica, respetivo televisor e vídeo, em sala multimédia – Tal equipamento e uma sala de multimédia foram solicitados e remetidos para o orçamento anual de 2003, tornando-se particularmente pertinente para os novos cursos criados.

2.3. Como *sínteses* ou *ponto de situação* do DL no final desse mandato, ainda surgem os aspetos seguintes.

– *Domínio científico* – *Encontros Internacionais de Reflexão e Investigação*, neles tendo colaborado a maioria dos docentes de DL, assim como alguns colegas das comunidades científicas, nacional e estrangeira, remetendo-se a sua VIIª realização, para 6 e 7 de Maio próximo (2003).

– *Revista de Letras* – Tendo saído cinco números e estando em preparação os números 6 e 7 numa nova série, nela publicaram muitos docentes do DL e outros investigadores nacionais e estrangeiros;

– *Mestrados e Pós-graduações* – O DL foi dos primeiros a ver na criação destes cursos uma forma de conseguir atingir novos públicos e de diversificar as atividades dos seus docentes. *Mestrados*: O *Mestrado em Ensino da Língua e da Literatura Portuguesas* teve a terceira realização no último ano letivo (2002), o *Mestrado de Cultura Portuguesa* encontrava-se na sua segunda realização. A *Pós-Graduação em Tradução* abriu em 2002-2003 pela primeira vez. No ano seguinte, abriria de novo esta última com o *Mestrado em Literatura Portuguesa / Literatura Infantil*. Encontrava-se, em Março de 2003, para criação nos órgãos da UTAD o *Mestrado em Estudos Anglo-Americanos / Literatura Comparada*.

– *Oficina de Supervisão em Línguas* – procurando formar os Orientadores de Estágios e dar-lhes algumas contrapartidas pela colaboração prestada ao DL, tal como aproveitar verbas disponíveis para a formação contínua dos docentes, criou-se esta Oficina, a qual foi acreditada pelo Conselho Científico da Formação Contínua e, de seguida, proposta para financiamento ao *Prodep*. Teve duas realizações, mantendo-se válida por um ano.

– *Comunicação interna* – Esta assentou sobretudo na *Folha Informativa / Letras*, da qual apareceu o número 11 em Janeiro de 2003; no *endereço do Departamento de Letras na internet*, presente nesta publicação, tendo regularmente uma quinzena de visitantes por dia; no *Guia do Estudante de Letras*, de novo impresso, para além de se encontrar na página do DL na Net; nos *Relatórios de Coordenação* de Departamento e dos Cursos; e criaram-se as condições de *acesso à internet de todos os gabinetes* do DL.

– *Mobilidade Docente* – Inseridos em Programas Comunitários, vários docentes se deslocaram em serviço de lecionação a Universidade de Inglaterra, Alemanha e França; para além disso outros docentes se deslocaram a outras universidades, no país e no estrangeiro, participando em eventos científicos de interesse para a divulgação da investigação feita; *discente*: pelos mesmos programas comunitários e pela iniciativa de um grupo de leitores de Alemão, maior foi o número de alunos que utilizaram essa mobilidade como meio de enriquecimento humano, linguístico e cultural

– *Associação de Antigos Alunos* – Foram dados passos significativos para a sua constituição, entre os quais se contam dois Convívios levados a efeito e que motivaram os ex-estudantes para a necessidade da criação de tal Associação. Esta encontra-se já constituída como Secção da Associação de Antigos alunos da UTAD, já aprovada.

– *Membros Honorários do DL* – O Conselho do DL, por unanimidade, atribuiu esta homenagem, em sessão solene, realizada a 7 de Junho de 2002, às duas pessoas que mais fizeram por ele nos últimos anos: os Professores Doutores José Manuel Torres Pereira e Armando Mascarenhas Ferreira, sendo uma honra podermos contar com eles entre nós. Estas e outras iniciativas do DL só foram possíveis porque todos os seus membros se empenharam nas tarefas propostas quer pela Coordenação, quer pelos órgãos departamentais quer por membros singulares e levadas a efeito com o entusiasmo, a entrega e a vitalidade de todos.

É, neste momento, gratificante rever esse percurso de crescimento do DL e dos seus membros, individual e coletivamente, aproveitando para, mais uma vez, manifestar o meu reconhecimento a todos os colegas e funcionários, sempre colaboradores e disponíveis, pela honra que me deram em com eles trabalhar, ao longo de quatro anos de Coordenação, tendo-me permitido, assim, levar a carta a Garcia.

José Esteves Rei

(Jan. 2011)

DEPOIMENTO

MUDAM-SE OS TEMPOS...

Pedem-me um breve relato sobre a minha experiência enquanto Coordenador do Departamento de Letras (DL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), entre Outubro de 2003 e Junho de 2005. Assim, as reflexões e descrições que se seguem pretendem, de algum modo, responder a essa solicitação.

Em 1964, a editora Penguin dava à estampa um pequeno livro com o título “Crisis in the Humanities”. Aí, através de uma introdução e nove ensaios, diversos autores elaboravam os seus pontos de vista acerca de um problema que parecia começar a apoquentar alguns ‘humanistas’ em universidades inglesas e norte-americanas.

Muitos anos depois, também em Portugal se começaria a falar publicamente de um problema semelhante e, precisamente após quarenta anos, tive oportunidade de me confrontar diretamente com ele enquanto Coordenador do DL-UTAD, entre Outubro de 2003 e princípios de 2005.

O problema não era novo, porém, às vezes, e tendo em conta tomadas de posição de alguns “intelectuais” e responsáveis portugueses parecia acabado de surgir!

Convirá referir que muitas dessas vozes nacionais tinham e têm responsabilidades claras no desenvolvimento do problema. Por vezes, fazem lembrar certos responsáveis políticos que, perante o avolumar de problemas e dificuldades, atiram as culpas, quase sempre, para o exterior: o mundo, o universo, os consumidores, os mercados, os outros, Nunca, ou quase nunca, assumem a sua parcela de responsabilidades. Mas elas existem!

A mudança é uma variável contínua no nosso mundo. Não foi por acaso que, já no século XVI, Camões se lhe referiu nos conhecidos versos:

“Mudam-se os tempos/mudam-se as vontades/Muda-se o ser, muda-se a confiança/Todo o mundo é composto de mudança/tomando sempre novas qualidades”.

Mas Camões não era um “intelectual”! Era um criador e um humanista, certamente, mas não, nunca, um “intelectual”.

Se existem problemas com as “Humanidades” nas nossas universidades, e eles existem, isso deve-se, em parte, à excessiva “intelectualização” da área. Como tudo na nossa vida cultural (social, política, económica, ...) também a Universidade mudou, nomeadamente ao longo do último século. Mudaram as práticas, mudaram os públicos, mudou a imagem, mudou a percepção que os consumidores têm das instituições, enfim, mudou tudo, ou quase tudo. Mas, muitas vezes, a própria Universidade não mudou, especialmente na área comumente designada como Humanidades ou, para muitos, Ciências Humanas. Ao contrário de muitas outras áreas, as Humanidades acantonaram-se, como ostras (espécie que, hoje, corre alguns riscos de extinção na forma selvagem) fecharam-se sobre si mesmas. Autoindulgentes, atiraram a responsabilidade para o mundo à sua volta e continuaram a fazer o que há séculos vinham fazendo. Entretanto, o mundo mudou!

Se o mundo muda, as Humanidades têm de mudar para se adaptar a essa mudança. Não podem permanecer estáticas, quase amorfas, tendo em conta o ambiente em que estão inseridas e que as condiciona de forma decisiva. Hoje, felizmente, não existem as taxas de analfabetismo de há cem ou duzentos anos! Quando as pessoas aprendem a ler e a escrever tornam-se mais autónomas e capazes de ajuizar por si mesmas. Podem até chegar a deixar de necessitar de alguém que as “oriente” nas suas escolhas, sejam elas ideológicas, políticas, ou de outros tipos. Hoje, a Universidade, apesar de autónoma, deve abrir-se ao mundo, ligar-se a ele, auscultar as mensagens que dele provêm e adaptar-se-lhe. Mas isso poderá levar à desfiguração da Universidade, à alteração permanente das suas finalidades e da sua função, dizem alguns. O mundo em torno responderá: ou isso ou o fim da Universidade tal como a conhecemos!

Com o advento do século XXI começaram a surgir opiniões, cada vez mais frequentes, expressas através de textos escritos ou declarações orais, cujo tema central é “a morte da universidade”. A morte da universidade significará a morte da instituição universitária tal como a temos conhecido, de forma mais evidente ainda para as Humanidades. Num mundo cada vez mais competitivo, as Humanidades terão lugar na Universidade? As Humanidades cuja natureza é, por definição, não competitiva! A nossa resposta é afirmativa: sim, as Humanidades têm lugar na Universidade, hoje, talvez mais do que nunca! Porém, necessitam de se renovar inovando, mudando, adaptando-se ao tempo porque, certamente, o tempo não se adaptará a elas.

Tudo o que acima fica dito vem a propósito da minha experiência enquanto coordenador do DL-UTAD durante o período já referido e à tomada de consciência da necessidade de mudança do próprio departamento. Mudança desde logo exigida pelo ambiente em que o sistema departamental se encontrava inserido à época.

Coordenar um departamento de Humanidades numa Universidade portuguesa, ainda por cima no interior do país foi, é, e, provavelmente, continuará a ser um desafio extraordinário devido a um conjunto de fatores que me abstenho de enumerar mas que serão conhecidos de todos.

Nunca é fácil a tarefa de conjugar um conjunto de vontades diferentes, de forma a prosseguir e desenvolver linhas de orientação departamental iniciadas anteriormente. Também não é fácil instituir mudanças tentando evitar ruturas radicais. A procura do equilíbrio entre a continuidade, a evolução e a mudança tornou-se, assim, a principal meta durante o período em que coordenei o DL-UTAD. Nesse quadro, tratava-se de prosseguir um trabalho iniciado e desenvolvido anteriormente pelos Professores Armando Mascarenhas Ferreira, enquanto Vice-Reitor da UTAD e Coordenador do DL, delegado pelo Reitor, Carlos Assunção, vice-coordenador, e José Esteves Rei, enquanto primeiro coordenador eleito do DL.

O contexto nacional no âmbito do ensino superior e, especialmente, no domínio dos cursos oferecidos pelo DL era, à época, algo conturbado. Estávamos num período em que já se tinha tornado claramente visível uma diminuição da procura dos cursos designados como “via ensino” que eram exatamente aqueles que constituíam a oferta nuclear do DL ao nível da licenciatura. A situação de crise de procura dos referidos cursos, tal como as situações que coexistem com qualquer crise, era um cenário preocupante, nomeadamente para todo o corpo docente do DL, mas também propício para novas oportunidades, isto é, um cenário de propensão para a mudança.

Foi exatamente nesse quadro que surgiram, em primeiro lugar, o Centro de Estudos em Letras (CEL), no final do ano de 2003 e, já no ano académico seguinte, 2004-2005, a licenciatura em Ciências de Comunicação.

Efetivamente, em Novembro de 2003, o CEL apresentou-se na Fundação para a Ciência e a Tecnologia para avaliação por um painel internacional. Nesse momento, o número de membros integrados no CEL era de apenas quinze, todos do DL-UTAD e dessa primeira avaliação resultou a classificação de Bom, o que possibilitou o financiamento do centro de investigação e, naturalmente, o aumento e aprofundamento da investigação realizada. Mais tarde, como é sabido, o CEL veio a desenvolver-se, integrando um conjunto de investigadores da Universidade de Évora e do ISMAI, mais do que quadruplicando o número inicial de investigadores integrados.

Durante esse mandato, a tendência de evolução e mudança prosseguiu com a criação da licenciatura em Ciências da Comunicação. Efetivamente, em Setembro de 2004 teve início o primeiro ano dessa licenciatura que, ao longo do tempo, se tem vindo a consolidar, e que conduziu à posterior criação, já no quadro de Bolonha, do 2º e 3º ciclos na mesma área do conhecimento. A criação e desenvolvimento dessa licenciatura implicou esforços de vários tipos por parte do quadro docente existente, nomeadamente a adaptação e reorientação de percursos académicos, tarefas exigentes mas que não fizeram esmorecer o entusiasmo de muitos dos docentes do DL.

É verdade que, com a suspensão do funcionamento dos cursos “via ensino”, a matriz inicial do DL-UTAD foi algo abalada, mas também não deixa de ser verdade que a resposta positiva de uma grande parte do corpo docente do DL face às mudanças que teve de enfrentar e às quais teve de se adaptar só nos pode deixar esperançados relativamente à sua capacidade de superação das dificuldades futuras que, certamente, terá de enfrentar.

E, para terminar, falando do futuro, que é aberto e, por isso mesmo, incerto, mas sem querer fazer futurologia, só me resta reiterar o desejo de que todos os docentes do DL continuem a contribuir para o desenvolvimento do Departamento (agora, Departamento de Letras, Artes e Comunicação). Esse desenvolvimento passará, certamente, pela sua consolidação e renovação no seio da academia que é a UTAD e da academia portuguesa em geral, contribuindo com o seu esforço para a necessidade de inovação característica da sociedade do conhecimento em que nos inserimos. Por isso, numa época de crise como a que vivemos, com os inenarráveis esforços e sacrifícios que a todos são solicitados, espera-se que, ao longo dos próximos vinte e cinco anos, o Departamento e o seu corpo docente consigam consolidar a sua obra, revivificando a sua matriz originária, e, assim, contribuir para um maior desenvolvimento da região e do país, como, creio, até aqui tem feito.

José M. C. Belo

UTAD, Março de 2011

DO APOGEU À ELIMINAÇÃO DAS HUMANIDADES NO DL: COMO REVERTER ESTA SITUAÇÃO?

Corria o ano de 1997, fui designado vice-coordenador do Departamento, cargo que desempenhei até à eleição do primeiro coordenador do DL, em 1999. Durante este período de tempo, foram-me delegadas todas as funções de coordenador. O DL vivia o auge da sua existência: 900 alunos, quatro doutores e mais cerca de 50 docentes entre assistentes, alguns dos quais defenderam o seu doutoramento nesse ano, e leitores. Viviam-se um ambiente excelente no Departamento com algumas discussões académicas, mas com um sentido de solidariedade notável entre todos: professores doutorados e assistentes e leitores, novos e menos novos, docentes e alunos e alunos e docentes. Criou-se nesse ano o mestrado em ensino da língua e da literatura portuguesas, que teve um enorme êxito pela quantidade e qualidade de teses: perto de uma centena! E criou-se a Revista de Letras.

Anos mais tarde, regressei por duas vezes. A primeira, em 2004-2005, por um período curto de tempo, e mais tarde, em 2007-2009. E o que encontrei? Apenas meia dúzia de alunos nos cursos de Letras, 2004-2005, que já tinham recebido ordens de encerramento há alguns anos antes, sem que até ao presente momento tivesse havido uma explicação cabal e razoável por parte de quem dirigia a UTAD. Se não havia alunos nas letras, menos havia noutras áreas da UTAD e os cursos dessas áreas continuaram! Quiseram extinguir o DL, hoje isso é claro para mim, mas não conseguiram! Conseguiram que a UTAD, desde aí até ao presente, seja a única universidade pública (exceção feita à Universidade Técnica de Lisboa, o que se compreende) que não tem Letras. Digo bem, a única! Bem tentei nesses anos contrariar essa situação, mas não foi possível e a culpa em momento algum pode ser imputada aos que trabalharam e trabalham nas Letras. Foi desta forma que acompanhei a nova formatação do DL e todos tivemos de ser reciclados. Somos todos “cristãos novos”. Com esta mutação, resolvemos a questão do emprego para todos, mas o “clima” do DL passou a ser cada vez mais tenso e os grupos começaram a viver por si e para si e esqueceram-se de que o Departamento tem de ter

pontos que unam todos na vontade e determinação de crescer: as Letras. Que acabaram, mas que devem recomeçar.

E quero, agora, deixar uma nota de esperança: O que pode ser dito sobre as Letras na Universidade é que elas vão ser uma área intelectualmente entusiástica, socialmente importante e, indubitavelmente muito controversa. O melhor é entrarmos nessa situação munidos de uma combinação de alguma humildade em relação ao que atualmente sabemos, de alguma noção dos valores humanísticos que queremos que prevaleçam e de uma forte convicção sobre o papel que podemos realmente desempenhar.

Como é sabido de todos, a crise das Humanidades nas universidades concretiza-se, fundamentalmente, na menor procura destas áreas de estudo em consequência da imagem negativa que envolve os respetivos cursos, e, ao nível social, no desprestígio da formação alcançada nas escolas de Humanidades e no desinteresse do mercado de trabalho pelos seus licenciados (cf. Mateus 2006:143-144, in “*Novos horizontes para as humanidades*”); concretiza-se, ainda, pelo facto de os alunos de outras licenciaturas não serem obrigados a frequentar unidades curriculares das Humanidades.

Ora as Humanidades protagonizam uma convergência cultural e epistemológica com um papel nas sociedades desenvolvidas que nenhuma outra área de conhecimento e saberes assegura. A pergunta que se coloca agora é o que fazer para tornar atrativas as Letras/ Humanidades nas nossas universidades?

Para além de respostas que já são conhecidas, e veja-se o livro “*Novos horizontes para as humanidades*”, publicado em Dezembro de 2006, onde encontramos artigos de proeminentes médicos, linguistas, teóricos da literatura e da cultura portuguesas, pensamos que as cadeiras de Humanidades devem integrar outras áreas de formação, o que acontece já em alguns países europeus de que é exemplo a Suécia e o que sucede há muito anos nos Estados Unidos. Nós, que copiámos muitas vezes os Estados Unidos no que têm de mau, pois é a hora de os copiarmos no que têm de bom e que tem sido sistematicamente abafado pelo campo das tecnologias e das ciências exatas e naturais (cf. Onésimo Teotónio de

Almeida, “O futuro das humanidades na universidade portuguesa”, *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, 2006, n° 33, pp. 145-149). Aliás, um dos maiores responsáveis por este facto, nos últimos anos, é o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Mas não é o único.

As unidades curriculares das áreas das Humanidades têm de integrar cursos de licenciaturas das áreas biológicas, da física, das engenharias, das ciências agronómicas, entre muitos outros âmbitos. Formar-se-iam biólogos, engenheiros, físicos, entre outros, cidadãos muito mais competentes. Mas para que isto acontecesse, teríamos de ter poder ou ter lobbies que influenciassem o poder, que, atualmente, não temos.

E que soluções para as Humanidades em geral?

Não me parece de difícil resolução, por um lado, mas, por outro, são necessárias transformações no olhar sobre as Humanidades, a começar pelas reestruturações que os seus currícula necessitam, para que possam ser mais atrativos, mais ligados aos nossos tempos. As universidades vivem ainda hoje muito viradas para si mesmas. A natureza do sistema universitário, porque demasiado fechado, porque demasiado feudal ainda, dificulta esta reflexão global nacional e impede que se criem ligações ao poder ou à constituição de lobbies que proporcionem a inclusão das Humanidades em diferentes currícula do ensino superior e, ao mesmo tempo, se reequacione o estudo das mesmas dentro da própria Universidade.

Por isso, é necessária uma forte convicção sobre o papel que podemos realmente desempenhar. Basta que os Diretores e Presidentes dos Conselhos Científicos, os Diretores dos Centros de Investigação de todas as faculdades/escolas/institutos se reúnam, com abertura e espírito construtivos, as vezes que forem necessárias, para que seja possível recentrar o lugar das Humanidades no Ensino Superior. Dessas reuniões sairiam documentos para os ministérios, para as associações científicas das áreas da língua, da literatura, da história, da filosofia, para a imprensa, para os blogs, para os twitters, para o Youtube, etc. Esta aliança com as redes da internet é fundamental na afirmação das Humanidades. Sairiam também manifestos para o Instituto Camões, para as Academias das Ciências e da História, que pouco ou nada têm feito pelas Humanidades em Portugal, se compararmos com o trabalho realizado em prol da língua espanhola pelo Instituto Cervantes e pela Real Academia Espanhola.

Em suma, a sociedade portuguesa ficaria sensibilizada e não seria difícil, ainda que não acontecesse de um momento para o outro, uma mobilização para o estudo das Humanidades, porque elas “ensinam os alunos a falar e a escrever correctamente, a pensar com rigor, a abordar metódica e criticamente os grandes problemas da vida contemporânea e a prepará-los para o exercício responsável de uma profissão, no contexto das actuais exigências sociais”. (Aguiar e Silva, *Novos horizontes para as humanidades*, 2006: 21). Não nos esqueçamos de que as crises são excelentes oportunidades para decisões estratégicas de mudança. Para isso precisamos todos de seguir o lema: todos pelas Humanidades, as Humanidades em benefício de todos.

Carlos Assunção

UTAD, Março de 2011

COORDENAÇÃO 2006-2008

Coordenar o Departamento de Letras no período de 2006-2008 foi um desafio e, ao mesmo tempo, a oportunidade de dar sequência a um trabalho que já vinha sendo feito nos dois anos anteriores enquanto vice-coordenador, acompanhando, nesse período, o professor José Belo. Eu tinha chegado à UTAD em finais de 1989, num momento em que os primeiros alunos dos cursos de Letras faziam o seu último ano curricular antes de seguirem para o Estágio nas Escolas do 3º ciclo e Secundárias e, conseqüentemente, passados dezasseis anos, nada ou quase nada da orgânica gestonária do Departamento de Letras me era desconhecida. No entanto, a gestão do período de 2006-2008 trazia desafios suplementares: estava-se na reta final dos cursos que desde 1986, isto é, desde o início da sua criação, sustentaram o Departamento de Letras no seio da UTAD – os cursos via ensino de Português/Francês, Português/Inglês e Inglês/Alemão –, uma morte anunciada que a relação oferta/procura implicava, mas decerto prematura e até, talvez seja lícito dizê-lo hoje, apressada e radical no que ao curso de Português/Inglês diz respeito, que foi suspenso por decisão superior e não por vontade do DL.

Entretanto, o Departamento, por via destas circunstâncias conjunturais, já tinha, em bom tempo e avisadamente, arrepiado caminho com a criação dos cursos de Línguas Estrangeiras Aplicadas (LEA) e de Ciências da Comunicação (cuja aprovação e entrada em funcionamento só pecou por tardia), este último a chegar, por esta altura, ao final da primeira fornada de licenciados.

A suspensão dos cursos via ensino trouxe ao Departamento um problema ainda hoje não inteiramente resolvido: a existência de um grupo de doutorados que viam a sua carga letiva natural reduzir-se drasticamente e, portanto, a necessidade de uma reorientação em matéria de ensino por parte desses docentes era um facto e um problema a gerir com alguma delicadeza; por essa mesma razão, outros docentes com vários anos de ligação à UTAD (leitores, assistentes convidados e colaboradores) viram as renovações dos seus contratos ou colaborações cessarem por inexistência de carga letiva que sustentasse a continuidade da sua ligação à Instituição,

decisões estas sempre difíceis e nem sempre compreendidas ou pacificamente aceites. Se uns saíram outros tiveram que entrar porque o funcionamento do curso de Ciências da Comunicação (e o elevado *numerus clausus*) assim o exigia; a tentativa levada a cabo pela Coordenação de abrir o curso então chamado de Línguas e Humanidades, um curso preparado há anos para suprir carências científicas provocadas pelo desaparecimento dos cursos via ensino e que se encontrava fora das opções até então, acabou por sair frustrada por falta de candidatos no concurso anual normal e nem sequer os candidatos vindos dos exames de maiores de 23 anos abriram espaço para essa abertura já que não se orientaram para essa possibilidade que lhes era oferecida. Foi um duplo fracasso: por um lado, após anos de reivindicação junto da Reitoria, abria-se um curso e respetivas vagas; por outro lado, o falhanço ocorrido deixava o Departamento de Letras, por mais uns anos, sem um curso “puro” de Letras e sem possibilidade de o recuperar num futuro próximo dadas as contingências atinentes a esse fracasso e às regras em vigor de abertura de novos cursos. Como bem se sabe, esta situação permanece...

Se portas se fecharam, outras se abriram e, no período de 2006-2008, o Departamento de Letras, para além de manter os seus cursos de Mestrado tradicionais com sucesso (Ensino da Língua e Literatura, Cultura Portuguesa e Literatura Portuguesa, especialização em Literatura Infanto-juvenil), abriu dois novos segundos ciclos, já de acordo com o modelo de Bolonha em Línguas Estrangeiras Aplicadas e em Ciências da Comunicação (este com um leque de variantes) em 2007-08 e em 2008-09 um novo 2º ciclo em Ciências da Cultura, também com diversas áreas de especialização.

O ano de 2007-2008 foi o ano de todos os trabalhos porque, por decisão ministerial, todos os cursos tiveram que ser “bolonhizados” e “bolonhizar” significava, entre outras coisas, semestralizar os cursos e todas as Unidades Curriculares, reduzir num ano letivo a duração da formação inicial, agora chamada de 1º ciclo, negociar duramente com outros Departamentos, emprestar uma vertente profissionalizante à formação inicial. A partir daqui, todos os cursos de graduação do Departamento de Letras passaram a integrar curricularmente estágios temporários em empresas, uma decisão tomada no sentido de satisfazer o fator empregabilidade e de propiciar

uma ligação mais evidente da formação universitária ao mundo do trabalho. Foi, aliás, esta a razão das alterações introduzidas no curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas que mudou também a sua designação para Línguas e Relações Empresariais. Se este facto é um elemento positivo, já o mesmo se não pode dizer da “bolonhização” feita nos cursos de outros Departamentos da UTAD onde o DL tinha, tradicionalmente, uma presença efetiva já que as Unidades Curriculares que o Departamento aí detinha ou pura e simplesmente foram eliminadas, como aconteceu nos cursos de Desporto e do DESG, ou foram drasticamente reduzidas e nem uma recomendação contida nos documentos do chamado Processo de Bolonha, mais concretamente nos descritores de Dublin, que recomendava a inserção carga letiva, em todos os cursos da língua materna e que foi pela Coordenação referenciada à Academia, mereceu qualquer acolhimento nas reestruturações realizadas, se bem que saudada por um ou outro colegas!... Por outra razão que não fosse, os tratos de polé que a língua materna sofre nos discursos e textos escritos dos nossos alunos justificavam esta nossa sugestão...

Mas arrepiámos caminho e aprovámos os primeiros cursos de doutoramento curricular em Língua e Literatura Portuguesas e em Língua e Cultura Portuguesas no ano de 2007, funcionando o segundo com inteira normalidade desde o ano letivo de 2008/09; de igual modo, reestruturaram-se os antigos cursos de Mestrado segundo Bolonha e o Departamento envolveu-se ativamente na criação de novos cursos de 2º ciclo via ensino onde áreas específicas do Departamento entravam, uma tarefa que envolveu um número significativo de colegas e que, na sua parte final, foi tratada quase inteiramente pela Coordenação do DL, se bem que a alocação desses cursos tenha, estranhamente, ido parar a outro Departamento.

Destaque, neste mandato, para os 20 anos do DL que mereceram nos EIRI uma celebração condizente com a importância da efeméride; mas o destaque maior vai para o doutoramento *Honoris Causa* atribuído pela UTAD ao escritor António Lobo Antunes, por proposta do Departamento de Letras, o primeiro que lhe foi concedido por uma universidade portuguesa. A ideia já era antiga, mas o *timing* adequado ocorreu por esta altura; foi, naturalmente, um ato de prestígio para a UTAD e para o DL

em particular, constituindo a última demão na sua afirmação no seio da Academia, o passo final e definitivo que se somou a outros que por outras Coordenações se foram dando ao longo dos anos.

Dotar o DL de melhores e mais equipamentos foi outra preocupação da Coordenação de 2006-2008; nesse âmbito, refira-se a sala de informática dos alunos que foi totalmente dotada com novos equipamentos; também foi criada uma sala de audiovisuais para lecionação de aulas específicas; no entanto, adquiriram-se novos projetores multimédia e novos computadores portáteis para ajuda à lecionação, e deu-se continuidade à distribuição/substituição de computadores pelos docentes doutorados e gabinetes. Diga-se que este esforço de aquisição de equipamentos informáticos se deve, exclusivamente, a dinheiro vindo dos mestrados e da pós-graduação em Tradução, ficando aqui registada uma palavra de apreço e agradecimento para as direções desses mestrados e pós-graduação que colaboraram ativa e positivamente com a Coordenação nesse esforço de modernizar e criar melhores condições técnicas e pedagógicas a alunos e docentes do Departamento, uma vez que as verbas de que o Departamento dispunha já mal satisfaziam as despesas da gestão corrente e a aquisição de consumíveis...

Por esta razão ficou um travo amargo quando, após todas as diligências e alguma engenharia financeira elaborada, não se conseguiu adquirir e instalar um novo laboratório de línguas ou, melhor dizendo, uma sala multimédia com postos individuais de trabalho que substituiria o obsoleto e inoperacional laboratório existente; e, se é verdade que o custo significativo deste equipamento, se bem que inteiramente justificado pedagógica e cientificamente, foi um entrave à sua aquisição, também é verdadeiro que nunca a Coordenação de 2006/2008 conseguiu perceber os reais motivos pelos quais não foi possível dar resposta a uma solicitação feita superiormente no sentido de instalar uma zona de estudo, com um mínimo de equipamento e custos reduzidos, no hall frente à sala 2.19; a distância a que o Complexo Pedagógico dista da Biblioteca Central justifica a existência de um espaço com estas características para os nossos alunos. De igual modo, a impossibilidade de colocar uma máquina de fotocópias à disposição dos estudantes fica também no rol das coisas simples e úteis cuja concretização não foi possível ficando ainda até hoje a incompreensão por tal não ter acontecido.

Algumas notas finais: as parcerias ERASMUS prosseguiram, durante este mandato, em crescendo, o Centro de Estudos em Letras foi avaliado e apresentou novas linhas de investigação, a Revista de Letras prosseguiu o seu processo de consolidação sempre apoiada nas comunicações apresentadas nos EIRI's. Nota ainda para a concretização do projeto *Estudos de Produção Literária Transmontano-duriense*, financiado pela FCT, para o início das *Ações Luso-francesas* com financiamento vindo do CRUP e para a mudança de designação do Departamento de Letras para Departamento de Letras, Artes e Comunicação, uma história para um outro local.

Fernando Moreira

Coordenador do Departamento de Letras 2006/2008

O PRESENTE E O FUTURO DO DEPARTAMENTO DE LETRAS, ARTES E COMUNICAÇÃO

O Departamento de Letras, Artes e Comunicação (DLAC) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) comemora as suas Bodas de Prata neste ano de 2011. Durante 22 anos (entre 1986 e 2008) foi designado apenas como Departamento de Letras (DL), mas, por força dos novos Estatutos da UTAD, publicados em anexo ao Despacho Normativo n.º 63/2008, de 9 de dezembro, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a Assembleia Estatutária, constituída nos termos do artigo 172.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, aprovou, por unanimidade, em sessão plenária, no dia 29 de maio de 2008, a incorporação de duas novas áreas disciplinares, as Artes e a Comunicação, e a sua integração na Escolas das Ciências Humanas e Sociais (ECHS).

Eleito Diretor do DLAC em março de 2009, para um mandato de 4 anos, tem sido nossa preocupação a valorização das áreas científicas do Departamento, a saber, Artes, Comunicação, Cultura, Didática, Linguística e Literatura, e os processos de ensino-aprendizagem dos nossos estudantes. Perante uma procura menor dos cursos clássicos das Humanidades, o Departamento soube, em tempo, adaptar-se às novas necessidades de mercado com a criação de cursos mais voltados para o mundo empresarial, como Línguas e Relações Empresariais e de Ciências da Comunicação. As coordenações anteriores fizeram um excelente trabalho de adequação dos cursos ao processo de Bolonha e estamos numa fase de consolidação dos mesmos e da nossa oferta educativa. Uma vez que os cursos de primeiro ciclo são cada vez mais de banda larga, de formação genérica, temos procurado, dentro das limitações orçamentais da Universidade, oferecer novas unidades curriculares específicas de cada curso, por forma a que os estudantes do primeiro ciclo possam direcionar as suas aprendizagens para novas áreas do mercado de trabalho e tenham uma formação abrangente, mas diferenciada.

No entanto, uma Universidade não se constitui apenas com cursos de primeiro ciclo. É necessário — e urgente — apostar numa formação ao longo da vida e oferecer cursos de segundo e terceiro ciclos, sob pena de, se não o fizermos, nos tornarmos numa Universidade menor(izada).

Por isso, em parceria com o Centro de Estudos em Letras, avaliado internacionalmente com Bom em 2004 e 2008, pelo Painel de Avaliação da Fundação para a Ciência e Tecnologia, classificação mínima exigida pela A3ES para acreditar qualquer curso de terceiro ciclo, aumentámos a oferta formativa do DLAC, particularmente em Ciências da Comunicação (2.º e 3.º ciclos), Ciências da Cultura (2.º e 3.º ciclos), Ciências da Linguagem (3.º ciclo), Direção de Comunicação Empresarial (3.º ciclo) e Estudos Literários (3.º ciclo). Temos, de momento, três segundos ciclos a funcionar, Línguas Estrangeiras Aplicadas, Ciências da Comunicação e Ciências da Cultura, e dois terceiros ciclos com bastante sucesso, a saber, Direção de Comunicação Empresarial e Língua e Cultura Portuguesas.

Para a Associação Europeia de Universidades, os estudos conducentes ao grau de Doutoramento encontram-se neste momento na Europa num processo de transição que visa adaptar a investigação desenvolvida pelos estudantes aos desafios emergentes ao nível do mercado de trabalho pelo constante desenvolvimento tecnológico, cultural e humanístico. A Europa precisa, de facto, de aumentar o número de investigadores e de indivíduos afetos a carreiras de investigação, pelo que os programas de Doutoramento devem ser vistos como um passo importante neste processo.

Assim, embora afastados geograficamente das grandes áreas metropolitanas e termos duas universidades concorrentes muito próximas, a Universidade do Porto e a Universidade do Minho, a UTAD é a única universidade da região transmontana e duriense e, consequentemente, o DLAC é o único departamento a estar em condições de oferecer cursos de especialização ao nível do terceiro ciclo nas suas áreas científicas, tanto mais que temos um corpo docente estável e a maioria pertence ao Centro de Estudos em Letras, com um dos mais elevados níveis de formação académica a nível nacional e comprovada experiência de orientação de Doutoramentos. O Departamento tem formado nos últimos anos um grande número de licenciados e mestres, sendo, por isso, capaz de atrair, por exemplo, os professores dos ensinos Básico e Secundário, por forma a estes valorizarem a sua formação e progredirem nas carreiras, bem como outros profissionais das áreas profissionais das artes, das línguas estrangeiras e da comunicação.

Por outro lado, queremos ser uma universidade de terceira geração, que alie a formação, a investigação e a inovação, e, por isso, este desiderato não é possível sem investir em bons equipamentos informáticos, quer ao nível do *hardware* quer do *software*. Assim, uma grande parte dos nossos recursos financeiros foram aplicados na melhoria da qualidade dos processos de ensino-aprendizagem e, com o apoio e patrocínio dos mestrados anteriores ao processo de Bolonha e da Presidência da Escola de Ciências Humanas e Sociais, concluímos a instalação de videoprojeção fixa em todas as salas de aulas do Complexo Pedagógico; adquirimos equipamento para a Sala de Informática, com computadores 8-Core, Quad-Core, uma impressora A3 e um digitalizador / scanner semiprofissional, bem como as licenças de software adequado às necessidades formativas dos atuais alunos, nomeadamente o *Final Cut*, o *Adobe Master Collection*, *AMOS 19* e o *IBM SPSS Statistics*; atribuímos um computador portátil a cada docente (45 no total), por forma a haver horas de contacto mais dinâmicas e motivadoras para os estudantes, e novos equipamentos informáticos fixos para os gabinetes dos docentes (12 no total); autonomizámos o auditório 1.10 do Complexo Pedagógico para a realização de congressos, conferências e outras atividades de cariz científico-pedagógico; investimos no setor dos audiovisuais da UTAD, com 3 câmaras de vídeo Full HD, microfones sem fios e condensadores, gravadores digitais, câmaras fotográficas, uma lente Sigma, uma placa Matrox, Iluminadores de leds Litepanels, etc., por forma a os estudantes dos nossos cursos terem melhor e mais equipamento para participarem na UTAD TV, um projeto nascido em 2007 fundamentalmente para os alunos de Ciências da Comunicação, que acumula hoje as funções de órgão de informação da Universidade com as de laboratório de jornalismo televisivo, e conseguirem elaborar os seus trabalhos práticos com mais qualidade e menos esforço...

A internacionalização e a mobilidade de estudantes e de docentes também têm sido uma das prioridades do Departamento, especialmente com a dinamização dos programas europeus *Erasmus*, o *Life Long Learning Erasmus*, os estágios profissionais *Leonardo da Vinci*, bem como o programa de mobilidade nacional *Almeida Garrett*. Por outro lado, nos últimos tempos, celebrámos protocolos com a *Universidade de Paris Ouest Nanterre La Défense* (França) e a *Universidad Autónoma de Barcelona* (Espanha), estamos na *Rede de Centros de Línguas do Ensino Superior* (RECLES) e na *Red de*

Universidades Lectoras, e estamos em vias de concretizar mais um Protocolo com a *Universidade Federal Fluminense* (Brasil), por forma a aumentarmos a cooperação internacional. Contudo, o Departamento não pode ficar imobilizado e tem de aceitar novos desafios e novas metodologias. É fundamental fomentar mais a internacionalização e o número de horas de contacto lecionadas em língua inglesa, por forma a sermos atrativos para mais alunos estrangeiros.

Todavia, tem-se verificado alguma retoma na procura de cursos clássicos na área das Humanidades e há alguns indicadores de que, nos próximos anos, venha a existir uma ligeira diminuição nos cursos na área da comunicação. Por isso, o Departamento deve propor à A3ES novas formações, particularmente ao nível do primeiro ciclo, nas áreas da literatura e da cultura, aliando a formação básica em língua materna e nas línguas estrangeiras, sem ter de preterir a formação atualmente existente.

Não sabemos como será o dia de amanhã, mas gostaria que, daqui a 25 anos, na comemoração das Bodas de Ouro do Departamento, em 2036, os responsáveis de então possam fazer uma análise retrospectiva e dizer que, mesmo numa época tecnocrática e de valorização quase exclusiva das ciências ditas exatas, soubemos responder e adaptarmo-nos às necessidades atuais, o Departamento foi consolidando a sua matriz humanística e tornou-se numa referência da Universidade.

Gonçalo Fernandes (gf@utad.pt)

Vila Real e UTAD, Março de 2011

VARIA

PERTURBAR A ESTABILIDADE DO CONHECIMENTO DO MUNDO: UMA APROXIMAÇÃO AO PROGRAMA DA DISCIPLINA DE LITERATURA NORTE-AMERICANA

Isabel Maria Fernandes Alves

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

ifalves@utad.pt

À memória de Paulo Eduardo Carvalho, colega e amigo¹

O antigo Departamento de Letras faz agora, em 2011, vinte e cinco anos de existência. Neste breve texto, debruçar-me-ei sobre o primeiro programa da disciplina de Literatura Norte-Americana a ser lecionado na UTAD. Elaborei, depois, outros programas, mas no momento de decidir sobre qual escrever, não tive dúvidas. Pelo conteúdo e pela intensidade colocada no estudo das obras, selecionei o programa que fez parte do plano de estudos das variantes de Estudos Portugueses-Ingleses e Ingleses-Alemães entre os anos letivos de 1988/1989 até 1993/1994. Estes cursos encontram-se suspensos desde 2005.

O meu objetivo nesta reflexão é, de modo menos formal, deixar um registo de como a partir de um programa de literatura se tentou, por um lado, sublinhar uma realidade específica, a da cultura e literatura norte-americanas e, por por outro, partir para a compreensão do mundo, ou, como se refere no título, perturbar a estabilidade do conhecimento do mundo, na medida em que um texto literário é uma realidade aberta, de múltiplas interpretações e sentidos. Inevitavelmente, esta será uma reflexão sobre opções, sobre caminhos, sobre aprendizagens realizadas; a escolha de um programa, de um tema, de uma abordagem metodológica, é sempre o reflexo de uma evolução pessoal, de uma sempre renovada forma de ver

¹ Paulo Eduardo Carvalho (1964-2010) foi docente do Departamento de Letras da UTAD de 1991 a 1999.

o mundo. Para além disso, é claro para mim que a aprendizagem se faz em permanente diálogo entre professor e alunos. Por isso lhes dedico estas palavras. Também aprendi com eles.

Não posso, porém, dissociar as diferentes aprendizagens do facto de ter lecionado uma disciplina de literatura, pois o uso literário da palavra incita a uma visão múltipla do mundo, ao uso plural da linguagem, à multiplicidade de sujeitos e vozes. Nas palavras de Italo Calvino, num texto literário o que conta verdadeiramente é a força centrífuga que dele se liberta, a pluralidade das linguagens como garantia de uma verdade não parcial (Calvino 138). Silvina Rodrigues Lopes acentua, por seu lado, a insubmissão e a liberdade que o texto literário empresta a quem o lê, pois as obras literárias não são simples objetos interpretáveis, mas sim matéria de análise que, ao mesmo tempo que revela a complexidade do uso da linguagem, *vem perturbar a estabilidade do conhecimento do mundo*, através da abertura de perspetivas múltiplas e contraditórias, que incitam a pensar mas não determinam o pensamento (Lopes 131).

Consequentemente, ao escolher obras específicas da história literária americana, o objetivo não era o de que os alunos articulassem apenas conhecimentos sobre autores e contextos especificamente americanos;² o objetivo era bem mais vasto: que os alunos desenvolvessem um sentido crítico de modo a que não só percebessem a variedade do mundo, mas que pudessem agir sobre ele, transformando-o. A aprendizagem de textos do Novo Mundo tinha pois como objetivo uma maior compreensão de novos mundos. A leitura desses textos tinha, além disso, a ambição de sublinhar o estatuto excecional da literatura enquanto discurso que difere do da comunicação, da filosofia ou da ciência. Daí que o estudo dos textos escolhidos tivesse como objetivo último o desdobramento de vozes e de conhecimentos.

E na escolha dos textos atrás enunciada, o nome de Carlos Azevedo torna-se essencial, pois de forma clara foi este professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, enquanto meu professor de literatura

² Quando no texto escrevo ‘América’ e ‘americanos’, refiro-me ao território e ao povo dos Estados Unidos da América.

Norte-Americana (1985-6), que abriu caminho às palavras e aos sentidos do Novo Mundo. Uma realidade que, aprendi logo nas primeiras aulas, vive da contradição: entre a nostalgia de um passado e a ânsia de um futuro, a América vive entre o idealismo e o materialismo. É também nessas primeiras aulas que apreendo que aquilo que de mais essencial define o imaginário americano é uma explosão de criatividade e invenção. A América é um edifício ficcional, o lugar da Utopia, a recusa da História. Um lugar que é e não é; uma terra que no século XV permite um regresso simultaneamente real e imaginário ao paraíso abandonado por Adão e Eva. A América, aprendi ainda, representou um mundo novo que se quis construído tendo por perto os ideais da liberdade, fraternidade e igualdade.

Então, aprendi que uma certa ideia de excepcionalismo caracteriza o modo como os americanos se veem a si mesmos; agora, reflito na articulação que esse caráter de exceção mantém com o estatuto da própria literatura: territórios que recusam uma só interpretação e que, por isso, acentuam o reino das possibilidades.

Desde cedo, o texto “Lugares de Sentido na Literatura Americana” de Maria Irene Santos se tornou central na forma como vejo a literatura do Novo Mundo. Acima de tudo, a literatura americana vive da ligação ao lugar, à instauração de um lugar, seja este real e topográfico, ou imaginário e utópico. Na essência do modo de ser americano está o desejo de criar, de erguer algo onde antes existe o nada, o vazio. Claro que nos dias de hoje a reação é manifestar o repúdio pela ausência de uma alusão às tribos índias que habitavam aquelas terras antes de os europeus chegarem. Mas a história ocidental acolheu a ideia de que a América é descoberta por Cristovão Colombo em 1492 e que é a partir daí que o europeu (mas não só) tem a possibilidade de começar uma nova vida, agora perto dos ideais da fraternidade, da igualdade e, muito particularmente também, perto de infindáveis recursos naturais. A partir do século XV, a América é o local para onde se dirigem os corpos e as almas de muitos europeus querendo reavivar as promessas bíblicas da Terra Prometida. Maria Irene Santos sintetiza: “os primeiros colonos puritanos não fizeram mais do que combinar a mitologia clássica de utópicas atlântidas com a retórica bíblica da eleição e da promessa do lugar, para dar uma realidade possível, num futuro simultaneamente divino e profano, à sua própria constituição como nação (162).

Mesmo quando a retórica de eleição se desencontra com os factos históricos e sociais provocados pela guerra, violência e ganância, os puritanos não desistem de inscrever o Novo Mundo como um território de possibilidades-a-haver, ou seja, prometendo a realização de sonhos num tempo mais distante, um cadinho mais adiante. E é neste sentido que Maria Irene Santos apresenta as duas imagens espaciais centrais na literatura americana: por um lado, a América como oferta de espaço infinito, mítica cidade erguida sobre o monte das bíblicas profecias, luminosa Nova Jerusalém, eterno presentificado futuro da promessa do lugar; por outro lado, a América como processo de realização, a América como caminho, viagem ou ponte – numa palavra, a América como sentido (163). Assim, quando se dá a inevitável contradição entre a promessa originária da América e a real ocupação social e política do seu espaço geográfico (165), os autores americanos chamam a si a missão de repetidamente interrogarem essa contradição, ou nas palavras de Scott Fitzgerald, repetidamente vão remando, barcos a navegar contra a correnteza, incessantemente levados de volta ao passado (177). Por isso, no final do artigo que me guiou nestas reflexões iniciais, Maria Irene conclui: “A América como o lugar de sentido das promessas originárias continua a ser o alvo preferido dos autores americanos mais interessantes” (171).

O primeiro programa da disciplina de literatura norte-americana (ano letivo 88/98) teve como âmagô a questão da representação da paisagem: de que modo uma leitura atenta da paisagem ficcional americana revela aspetos significativos sobre a cultura que a criou? Nesse programa questionava-se também o modo como a paisagem física de um país molda a atitude e os valores dos seus habitantes, ao mesmo tempo que é moldada pela intervenção Humana. A paisagem não existe sem que se questione a inscrição humana na sua evolução; por isso, a paisagem vive da articulação entre formas naturais e formas culturais. Naquele tempo, como agora, vivo da convicção de que analisar a representação da paisagem é viajar não só através de espaços geográficos e cartográficos tal como surgem no texto, mas é sobretudo ler e decifrar signos que, mais do que despertar a simples fricção e emoção, conduzem ao conhecimento. Lúcia Lepecki sublinha o que está em causa quando se interpreta a paisagem literária: “Na troca entre mim e a paisagem, na inscrição que dela faço da minha própria e humana natureza, trago sempre e inapelavelmente todo o

meu cabedal interior. E a paisagem vista, pensada e sentida é ao mesmo tempo, e indissociavelmente, tanto natureza recortada quanto uma nova organização da minha pessoa. Se for como proponho, será injusto dizer da paisagem: ‘é o meu outro’. Mais sensato será pensarmos nela como a sempre renovada forma de sermos nós mesmos (62-3)³.

A representação da paisagem, neste caso em textos escritos, afigura-se-me pois como uma prática cultural significativa, e é nesse sentido que me propus abordar três romances fundamentais da literatura americana: *The Great Gatsby* (1925) de Scott Fitzgerald, *The Sun Also Rises* (1926) de Ernest Hemingway e *The Grapes of Wrath* (1939) de John Steinbeck. Antes, porém, era sugerido aos alunos a leitura de diferentes textos, os quais proporcionavam quer um maior conhecimento acerca da cultura e literatura americanas quer do modo como o tema da paisagem surgia em textos publicados antes e depois daqueles que seriam estudados em aula.

Uma hermenêutica da paisagem possibilita apresentá-la desde o início como uma cristalização de muitas das contradições e paradoxos em que assenta a cultura do Novo Mundo. Uma oscilação feroz entre o que a paisagem havia significado na consolidação do mito americano da Terra Prometida e aquilo em que ela de facto se transformou – um repositório da ganância, avidez e oportunismo dos povos que, ali chegados, trataram de constuir uma nação cujo maior interesse é a possessão: das terras, dos nomes, das gentes. A par do sonho de construir uma Nova Jerusalém, espaço de liberdade para todos, vai-se edificando um país que se quer o farol do mundo, não só em termos morais, mas também políticos, sociais e económicos. Desde os primórdios que a América se vê dividida entre o tempo do mito, aquele que a faz viver no tempo das possibilidades – Um Destino Manifesto, o Jardim do Mundo –, e o tempo da História, esse que a confronta com a guerra, a devastação e a derrota.

³ Na tentativa de clarificar o que se entende por ‘natureza’ e ‘paisagem’, utiliza-se a distinção de Lepecki: “(...) as minhas fontes registam sempre, para natureza, o conceito de totalidade máxima: universo, conjunto de seres e coisas constitutivas da realidade. (...) [por seu lado] a paisagem [é] um constituído, quer dizer, resulta de uma relação cognoscente que destaca, autonomiza, um segmento da totalidade do mundo natural” (60-1).

E, como já se referiu, os autores americanos mais interessantes bebem desta oscilação, desta leitura da América como sendo um país que se move, como nenhum outro, entre o idealismo e o oportunismo. É também profundamente americano o modo como se investe a natureza com valor metafísico e se crê no seu padrão regenerativo para assim acentuar a excecionalidade americana. Residindo a essência desta nação na sua paisagem natural – e essa foi a mais forte convicção e mais perene herança dos Transcendentalistas – a cíclica capacidade de renovação da natureza funciona como um modelo da capacidade americana de continuamente se regenerar. Ao mesmo tempo, e a cada renascimento, renova-se também a capacidade de espanto e de encantamento. Neste sentido, o imaginário americano afirma-se como uma força contra o tempo que desgasta, corrói e mata. As palavras de John Conron reforçam esta perspectiva: “In no culture has this been more evident than in America, and in no culture has the spatial construct of landscape been more indispensable, for we seem to see ourselves as a people living in space more than in time, in an environment than in a history” (xviii).

Scott Fitzgerald lembra precisamente que a América é a história da lua que nunca chegou a aparecer. Ou seja, a América como um país de promessas-a-haver. E nenhum outro romance da história literária americana expõe de forma tão cabal e tão perfeita o caminho trilhado pela nação americana: de ‘seio verde do mundo’ dos primórdios, até se transformar, nos inícios do século vinte, num ‘vale de cinzas’. Gatsby, o protagonista deste romance, encarna as possibilidades oferecidas pela terra americana: partindo da sugestão de Ralph Waldo Emerson, ele reiventa-se e desenha para si um destino inscrito na matéria inefável do sonho; partindo da poesia de Walt Whitman, Gatsby sabe que tem de manter intacta a capacidade de espanto. Daí ele ver Daisy e a luz verde do cais da sua casa como uma promessa de realização, de futuro. Fica gravada na memória a imagem de Gatsby, numa noite de verão, a olhar o outro lado da ilha, lugar onde vê brilhar a luz, mas ainda mais intenso é o momento em que ele diz a Daisy: ‘you always have a green light that burns all night at the end of your dock’ (90). O que aqui é relevante não é a mera constatação, mas a dimensão que Gatsby atribuiu àquela singela luz. Para ele, a distância a que essa luz verde se situa significa a distância real da concretização do seu sonho. Para nós, leitores, a viver momentos de

menor cegueira do que aqueles em que vive Gatsby, percebe-se que a luz e Daisy são formas para dizer América. Um local que já foi luminoso, mas que agora, à semelhança de Daisy, só conhece a linguagem do dinheiro. Quando Gatsby se aproxima da luz verde, ou seja, quando finalmente e com a ajuda de Nick, se encontra com Daisy, vê que esta vive apegada ao estatuto que o casamento com Tom Buchanan lhe proporciona e por isso sem força para voltar atrás e refazer a vida ao lado dele. Ao aproximar-se do verde, vê que este já perdeu a luz de outrora.

Gatsby, embriagado pelo sonho de reconquistar Daisy e reiniciar a vida com ela, não percebe, não vê, que a Daisy que ele agora reencontra não é já a mesma que ele deixara cinco anos atrás. Daisy é agora uma americana do Este, coordenada espacial que, na América dos inícios do século vinte, revela uma essência, um destino: a busca da riqueza, a pertença a uma sociedade fútil e desinteressada pelo Outro. Nessa sociedade, o dinheiro substitui a força e vitalidade do sonho. Daí que, no final, e depois da morte de Gatsby, que é também a morte de uma América movida pelo idealismo, Nick, o narrador, estabeleça a ligação entre a promessa que a luz verde no cais de Daisy tem para Gatsby e a promessa contida no verde da ilha – Long Island - que os marinheiros holandeses veem quando, pela primeira vez, olham “a fresh, green breast of the new world” (171). Agora, da ilha só restam casas; a visão desfez-se. Como prova a ação do livro, a promessa não se cumpriu: nem a visão dos marinheiros se perpetuou, a não ser pelo sonho, nem o desejo de Gatsby se realizou. Numa tragédia anunciada, Daisy atropela e mata uma outra personagem. Gatsby assume as culpas. Na sequência do seu ato, é morto.

O atropelamento acontece nas imediações de Nova Iorque, um vale de cinzas supervisionado pelos olhos inusitadamente grandes e desbotados do anúncio do Dr. T.J. Eckleburg, um sinal de que no romance a oscilação entre visão e cegueira se reveste de importância vital. O vale das cinzas é não apenas um local de ressonâncias simbólicas relativamente ao desperdício em que a paisagem americana se transformou, mas também epítome da toda a atmosfera moral do livro. A desolação que T. S. Eliot inscreve nos seus versos chega à ação de *The Great Gatsby*; quer como consequência da desilusão provocada pela Primeira Grande Guerra, quer pelo ambiente de forte materialismo, consumismo e oportunismo, só o cinzento, o pó e o

desperdício traduzem essa década de desencanto. A natureza verdejante, significativamente importante na conquista da independência cultural americana, e tal como o ilustrou o pensamento de Ralph Waldo Emerson e Henry David Thoreau, é, nas primeiras décadas do século vinte, apenas uma visão que reenvia para o passado.

Como se referiu atrás, a paisagem natural americana surge ao longo da sua história investida de grande poder simbólico: nela se projetam todos os ideais sonhados para a nação. Nesse sentido, ela é também medida da força moral do povo americano. Este aspeto é fundamental para que se entenda, no final da narrativa, a leitura que Nick, o narrador, faz da história que testemunhou – a de Gatsby à procura de Daisy e que é ao mesmo tempo a tentativa de regressar a uma paisagem idílica do passado americano. Depois de se aperceber da indiferença e da ausência daqueles que frequentavam as festas de Gatsby, mas que não compareceram no funeral, o que para Nick representa uma paisagem moralmente tão desolada como a do vale das cinzas, surge, em narração analéptica, a descrição de uma paisagem da memória, uma paisagem branca e fria, mas impregnada de afetos: “One of my most vivid memories is of coming back West from prep school and later from college at Christmas time. (...) When we pulled out into the winter night the real snow, our snow, began to stretch out beside us and twinkle against the windows, and the dim lights of small Wisconsin stations moved by, a sharp wild brace came suddenly into the air” (166). Esta é uma paisagem contra o vazio do tempo em que vive Nick; é também uma paisagem do Oeste, espaço regenerativo, um contraponto ao desenraizado e indiferente Este: “I see now that this has been a story of the West, after all – Tom and Gatsby, Daisy and Jordan and I, were all Westerners, and perhaps we possessed some deficiency in common which made us subtly unadaptable to Eastern life” (167). A leitura a fazer-se aqui é aquela que sublinha o valor metafórico da paisagem: o espaço e o tempo do Este transformam-se num espaço e tempo desleixado e corrupto. Contra esta situação surge a paisagem do Middle West que, como de forma geral a paisagem do Oeste, no imaginário americano, significa a perseverança de valores primordiais – da força física e moral dos primeiros colonos. Contra a indiferença do Este, surgem os valores comunitários ainda sobreviventes em pequenas cidades como aquela em que Nick cresceu. Por isso, e resultante da desilusão moral que viveu ao testemunhar

a morte, deslocada, de Gatsby, um ser único e original que, fiel a um ideal, tudo fazia para o cumprir, Nick regressa ao Oeste. O valor grandioso da paisagem americana só na grandiosidade do sonho de Gatsby encontra correspondência; a excecionalidade do caráter e da força de Gatsby, só na intensidade do sonho dos pioneiros encontra um equivalente. Daí o desfecho trágico – não só pela morte de Gatsby, mas também pela sobrevivência de Daisy, uma personagem superficial e moralmente vazia e que, por isso, não compreende Gatsby. Ela que é também a imagem da própria América. A Nick compete a leitura do percurso de Gatsby; a sua resposta inscreve uma transformação: de um inicial desprezo por Gatsby, Nick acaba por nutrir uma enorme admiração pela personagem que é ela mesmo um símbolo da América – e do sentido de encantamento que a ela está associado.

Publicado um ano depois, *The Sun Also Rises* de Ernest Hemingway permite de novo convocar a paisagem e o seu significado no imaginário americano. É que sendo embora uma obra cuja ação não decorre em território americano, é sobre a América que se fala. Como se referiu atrás, a ocupação histórica e social da nova nação não corresponde às expectativas dos primórdios. A Primeira Grande Guerra acentua o cenário de desencanto e muitos são os autores que na época de vinte decidem partir para a Europa, local onde ainda pensam encontrar um lugar para o mundo das artes. No pós- guerra, o materialismo é o impulso mais forte na construção do edifício americano, daí que alguns artistas se sintam sem espaço para criar. Nick, em *The Great Gatsby* regressa ao Middle West americano, não sem antes deixar de lançar um olhar desiludido sobre o caminho que a América havia decidido trilhar. Jake, em *The Sun Also Rises*, dá corpo ao vazio dessa América sem lugares de redenção. Literalmente, Jake tem o corpo mutilado: um ferimento de guerra deixa-o impotente. Além disso, a sua procura da verdade (e do verde da natureza) acentua a sua solidão: à sua volta, giram personagens que nada procuram porque assumiram que tudo possuem. Sinal dos tempos, paisagens de guerra e desolação invadiram corpos e mentes e Jake (e por detrás o próprio Hemingway) tenta reinventar-se e reinventar as virtualidades da América.

Assim, a uma paisagem de guerra, a personagem responde com a busca de um espaço de paz e regeneração, a lembrar, aliás, as paisagens

emblemáticas hemingwayanas que Nick Adams, personagem importante dos seus contos, procura a fim de curar as feridas de guerra. Em *The Sun Also Rises*, e perante um mundo niilista e sem valores em que as personagens americanas vivem, Jake inscreve o seu percurso em paisagens de luz e de rituais. A uma América indiferente, Jake contrapõe a imersão no verde e nas águas de uma Espanha ainda movida pelo tempo do sagrado. Contra o vazio da guerra, Jake rende-se ao tempo circular da arena, lugar onde touro e toureiro a cada encontro reinventam a encenação da coragem e o adiamento da morte. As touradas são um símbolo de resistência à morte, e o toureiro, manifestando coragem e graça, desafia a morte e o vazio. Mas mais do que na arena, prefiro concentrar-me nas montanhas de Burguete, no País Basco. À semelhança dos mitos antigos, como explica Mircea Eliade, as montanhas representam o centro do mundo e o esforço ascensional para chegar ao cume uma espécie de purificação. Estruturalmente no centro do romance, Burguete é o local para onde se dirigem as personagens Jake e Bill; o seu objetivo é pescar nas águas límpidas do rio Irati, apanhar sol, entrar no templo sagrado da natureza, perder a noção da passagem do tempo. Só o que é eterno e duradouro tem sentido. Como o ciclo descrito no passo do Livro do Eclesiastes que serve de epígrafe à obra: “Uma geração passa, outra vem; e a terra permanece sempre. O sol nasce e o sol põe-se, e visa o ponto donde volta a despontar” (Ecl, 1: 4-5). Em oposição a dias sem sentido (como o são aqueles que as personagens vivem em Paris e em Pamplona), o retorno cíclico da luz do sol vividos plenamente em Burguete. No entanto, se o tempo cíclico permite um intervalo de luz e paz, nomeadamente para Jake, o sentido que prevalece em O Livro do Eclesiastes é o de que por mais que o ser humano se esforce na procura da felicidade, esta esgueira-se e foge. Por isso, Jake é confrontado uma e outra vez com a impossibilidade de manter uma relação com Brett; por isso, uma e outra vez regressa a locais de forte tensão dramática, onde a luz do sol se faz sentir de forma excessiva. Só em Burguete prevalece a harmonia. O equivalente humano é representado pelo toureiro, figura que emblematiza a coragem, a graciosidade, o equilíbrio. Imerso na natureza regenerativa ou dentro da arena redonda, o ser humano é conduzido por modelos e códigos que permanecem para além da passagem de gerações; a natureza e a arena assumindo-se no romance como espaços de vida e de renúncia. É importante perceber que a paisagem e a atmosfera moral

de Espanha funcionam por oposição não apenas a Paris, mas também, e sobretudo, à América. Uma América onde essencialmente contam os valores materiais e onde as contas, para usar um termo pertinente na obra, são pagas apenas com dinheiro. A afirmação de John Aldridge ilustra o modo como Hemingway, não nomeando a América diretamente, é sobre ela que escreve: “some of his most dependable instructions are those he was able to reclaim from the past, in particular the American frontier past, the lessons of courage, fidelity, honor, and rectitude that might still have the power to influence human conduct when all other values were being called into question” (117).

Em San Sebastian, e depois de um mergulho batismal, Jake renuncia ao sofrimento diário, tão preciso quanto o nascer do sol. E quando no final da obra reencontra Brett, consegue não se deixar afundar em tormentos excessivos; e a sua última frase, respondendo à afirmação de Brett relativamente à possibilidade de os dois poderem ter sido felizes, reflete, à semelhança da dignidade do toureiro, a aprendizagem da ironia: “Yes (...). Isn’t it pretty to think so?” (Hemingway 206). Em *The Sun Also Rises*, o círculo perfeito do sol desenrola-se paralelamente à impossibilidade da circularidade do percurso das personagens. Jake opta pelas formas perfeitas apenas na medida em que elas lhe possibilitam a transformação; no final, Jake renuncia à dor causada pela ferida. Procura, pelo contrário, a luz do sol como fonte de energia e renovação. A ferida, no entanto, não é apenas a de Jake; é também a da América que, confiante e otimista, participa na Primeira Grande Guerra. Os soldados americanos, no entanto, depressa aprendem, também eles, a existência da ferida, da dor, da morte. Tal como a ferida de Jake o mantém vivo porque o mantém num caminho que é o da procura de valores espirituais, a guerra funciona para os americanos como a possibilidade de, olhando o passado, reconhecerem o que perderam. Tal como Nick que confrontado com o valor de Gatsby estabelece um paralelismo entre a força do ideal de Gatsby e a intensidade do primeiro olhar sobre a terra americana, trata-se, em ambas as obras, de dar conta da urgência do renascimento da ideia da América como o território de paisagens pristinas e por isso de todas as possibilidades e de todos os sonhos.

Alfred Kazin sentencia: “Nature was his [Hemingway’s] first, his last, his only enduring love” (217). Esta afirmação interessa-nos na medida

em que a vemos como essência não só dos temas caros ao autor, mas do seu estilo, do seu modo de pensar as palavras, as estruturas frásicas, os símbolos. Na sequência da afirmação de Kazin, a de Ford Maddox Ford: “Hemingway’s words strike you, each one, as if they were pebbles fetched fresh from a brook. They live and shine, each In its place” (*ibidem*). Este aspeto do estilo hemingwayano é importante porque se trata de abordar de forma original a natureza. À semelhança do que acontecia na pintura (e Hemingway é um devoto apreciador de Cézanne), Hemingway abandona um registo descritivo para abraçar a causa da intensidade, da sugestão. É ele mesmo, numa tradução de Jorge de Sena, que se explica: “Se um prosador sabe o suficiente daquilo de que está escrevendo, pode omitir coisas que sabe, que o leitor, se o escritor está escrevendo com suficiente autenticidade, terá um sentimento dessas coisas, tão fortemente como se o escritor as tivesse declarado. A dignidade de movimento de um iceberg é devida a só um oitavo dele estar acima de água” (Sena 179). Este estilo possibilita-nos sublinhar a relação íntima entre a representação de uma certa paisagem física, geográfica, e a sua corresponde paisagem interior, um processo que é particularmente relevante quando se trata da literatura americana. Pelo facto de nos seus mitos iniciais a América ser apresentada sobretudo como território, a sociedade e, conseqüentemente a sua cultura e literatura, construiu-se na proximidade e cumplicidade da relação entre ‘inscape’, ou paisagem existencial, e o espaço físico. Podemos afirmar que Hemingway, mesmo quando aparentemente não escreve sobre a América, torna essa relação tão nítida e real como se olhassemos um ribeiro de águas cristalinas. A América de Hemingway é uma paisagem a aguardar regeneração.

Refletir sobre *The Great Gatsby* e *The Sun Also Rises* permite também introduzir a ideia de que a literatura americana está fortemente dividida segundo os quatro pontos cardeais. Faz sentido falar da literatura do Norte e do Sul, do Este e do Oeste. No estudo das duas obras anteriores, aborda-se essencialmente a problemática da divisão Este/Oeste no que respeita a obra de Fitzgerald e, em relação à obra hemingwayana, é possível referir o território do Midwest, uma região mágica para Hemingway, lugar onde terá aprendido tudo sobre a natureza. Ponderar sobre esta questão apenas torna mais presente que o espaço físico americano sempre teve um papel

principal na definição da sua cultura e da sua literatura. Este programa não nos permite abordar diretamente as coordenadas Norte/Sul, embora ao estudar o texto de Fitzgerald, e nomeadamente através do conto “Winter Dreams”, essa divisão, significativa do ponto de vista do imaginário mítico americano, seja sublinhada⁴. Mas através da obra *The Grapes of Wrath* de John Steinbeck, é possível tratar a mitologia do Oeste, cenário de batalhas com os índios, e com os mexicanos, de conflitos entre os cowboys e fora-de-lei. Acima de tudo, o Oeste significa uma paisagem excessiva, de rubros horizontes, onde a personagem perpetua a busca do Eldorado, a Terra Prometida. A colonização faz-se de Este para Oeste, e o Oeste, durante muito tempo, é ainda um lugar sem mar, por isso, um lugar de promessas, repetindo e atualizando o sonho inicial. O Oeste prolongou no tempo as ressonâncias iniciais de um apego forte à natureza, ao ritmo das estações. Mas em 1939, data da publicação de *The Grapes of Wrath*, a América é já um país a afastar-se desse apego e da visão que alguns dos seus políticos e pensadores preconizavam - a natureza americana, fonte de orgulho e inspiração, como sinónimo de liberdade, simplicidade e igualdade. A obra de Steinbeck, pelo contrário, mostra o inverso do desse sonho.

A viagem dos Joads de Oklahoma à Califórnia inscreve uma nota de distopia no corpo e no imaginário americano. Tal como a destruição das tribos nativas e a aceitação da escravatura. O percurso dos Joads denuncia a impossibilidade de um regresso ao Éden, ao Paraíso. Em *The Grapes of Wrath*, a estrada-símbolo da América, a 66, é um local por onde passam os rostos dos vencidos e as inquietações de quem nada possui; é, por isso, uma paisagem de desencanto. Tanto quanto o era o Vale de Cinzas em *The Great Gatsby* ou os ambientes fechados e clastrofóbicos de Paris em *The Sun Also Rises*. Através desta estrada, é possível falar da América salientando uma outra dimensão e contando uma outra história. Como já se disse, esta é uma narrativa que expõe a derrota, o medo, a incompreensão, a injustiça. Mais uma vez estamos perante uma história do Oeste, ou seja, como se Oklahoma fosse um velho mundo a Este de onde as personagens tivessem

⁴ Em programas posteriores, surgiram já autores do Sul: Mark Twain, William Faulkner, Flannery O'Connor. Em relação ao Norte, foram igualmente surgindo Ralph Waldo Emerson, Henry David Thoreau, Nathaniel Hawthorne, Herman Melville, Walt Whitman, Emily Dickinson e Sarah Orne Jewett.

de fugir procurando, na Califórnia, tão mais a Oeste, um mundo novo para os seus sonhos; uma nova terra para os frutos que querem plantar.

Numa América ainda pouco orgulhosa da sua multiculturalidade e diversidade, os Joads conhecem a ostracização e a discriminação. Como aos nativos, é-lhes retirada a terra que gerações anteriores tinham possuído e trabalhado; como aos escravos, é-lhes retirado identidade e destino. Expulsos das suas terras, como na história do paraíso bíblico, os Joads expõem a ferida da impossibilidade do regresso ao jardim primordial, reconhecendo que o ser humano, independentemente do lugar, é um ser em conflito, em desassossego permanente. Em busca permanente. E *The Grapes of Wrath* é também uma obra acerca da procura do lugar, acerca da procura de uma paisagem física e humana de contornos mais bondosos e consoladores.

Desde que os europeus se encontraram com a região da Califórnia, nunca esta deixou de lhes incendiar a imaginação. De tal forma os contornos da terra são ali bondosos e os frutos consoladores que aqueles que ali chegavam como que julgavam ter regressado ao paraíso; a visão das terras da Califórnia repete a visão primeira dos marinheiros holandeses quando chegam à costa americana. O mesmo sentido de espanto; a mesma atmosfera de promessas-a-haver. Acerca da mitologia da região, refere David Wyatt: “California as last chance merged with California as Eden. It proves a garden but briefly held” (xvi). Ou seja, o que aqui se deseja salientar é que a paisagem americana - neste caso, a Califórnia - promove o desejo da abundância e com ela a lembrança do jardim, mas logo que o desejo dá lugar à ganância – ou o desejo dá lugar ao ouro -, o que permanece é um sentido de perda. A perda de um lugar.

Assim, o início da obra é explícito: “The dawn came, but no day” (2). A paisagem de Oklahoma é definida pela devastação, desolação e pó. A chuva não regenera o solo ressequido, e as sementes não explodem em fruto. Há, por isso, desânimo no rosto dos homens. E quando as grandes companhias lhes dizem que a terra que cultivam não é sua, eles são obrigados a partir. Mas quando partem, e porque o seu destino é a Califórnia, levam nos olhos o desejo de casas brancas, rodeadas de paradisíacos pomares. Ma Joad dá voz a esse sonho: “But I like to think how nice it’s gonna be,

maybe, in California. Never cold. An' fruit ever'place, an' people just bein' in the nicest places, little white houses in among the orange trees" (98). E a terra que encontram é fértil: "the good fields with water to be dug for, the good green fields, earth to crumble experimentally in the hand, grass to smell, oaten stalks to chew until the sharp sweetness was in the throat (257), e as laranjas são uma realidade: "the golden oranges hanging on the trees, the little golden oranges in the dark green trees; and guards with shotguns patrolling the lines so a man might not pick an orange for a thin child, oranges to be dumped if the price was low" (258). Ou seja, os pomares existem, mas os frutos são proibidos. As uvas que o avô deseja esmagar contra o rosto, são, afinal, uvas de fel e os seus cachos amargosíssimos (Det, 32: 33). O que os Joads não sabem é que o seu é um tempo de mudança e que a Califórnia já não é um jardim, mas o lugar da indústria; que as quintas alargam a área de extensão, mas os proprietários são cada vez menos; que os chineses, os japoneses, os mexicanos e os filipinos vivem uma nova espécie de escravidão. Por isso, fermenta a raiva: "the fields were fruitful, and starving men moved on the roads. The granaries were full and the children of the poor grew up rachitic, and the pustules of pellagra swelled on their sides. The great companies did not know that the line between hunger and anger is a thin line" (313).

Os frutos são amargos; e a estrada 66 é lugar de amargura. Mas a viagem dos Joads não pressupõe apenas deslocação de um lugar para outro; de uma paisagem de pó para uma réplica do paraíso. Antes, esta é uma aprendizagem do coração, como sugere Warren French. Por isso, ao longo da estrada 66, os Joads descobrem gestos solidários e preocupações comuns: "This is the beginning – from 'I' to 'we' (Steinbeck 165). Ou seja, o discurso final de Tom, herdeiro da voz convicta de Casy, o padre que os acompanha na viagem, manifesta sabedoria e confiança na força conjunta do ser humano: "I know now a fella ain't no good alone" (462). As suas palavras testemunham o lugar espiritual onde a estrada os conduziu: "I'll be ever'where (...) wherever they's a fight so hungry people can eat; wherever they's a cop beatin' up a guy, I'll be there. (...) I'll be in the way in the way kids laugh when they're hungry an' they know supper's ready. An' when our folks eat the stuff they raise an' live in the houses they build – why, I'll be there" (463). E, se chegados à Califórnia, a vivência é a da separação da família – uns morrem, outros fogem - a experiência final é

a da integração numa família universal e a procura não é a de paraísos na terra, mas a conquista de um lugar no coração dos homens. E não é só Tom a conseguir articular a linguagem da justiça; os percursos das personagens Ma Joad e Rose of Sharon são também exemplos de transformação, de conversão de um destino pessoal num de ressonâncias mais universais. É irónico que aqueles que procuravam uma casa rodeada de laranjeiras, se encontrem, no final da narrativa, num velho celeiro. Acentua-se a ideia de que o essencial não é a permanência – num lugar, numa convicção –, mas a capacidade de sobrevivência e adaptação. O importante é procurar manter um espírito aberto que, por isso mesmo, acolha um ‘eu’ mais disponível, mais abrangente, mais humano. E aqui podemos convocar Emerson, que vê na transformação espiritual e na libertação da consciência humana a possibilidade de construção de uma sociedade livre e justa. Podemos igualmente invocar Whitman, para quem a transformação essencial é a do coração humano. Whitman quer que poesia chegue ao leitor e o transforme, o mova a caminhar no sentido da abertura e da sensibilidade. John Steinbeck envia os Joads numa viagem de descoberta: as paisagens mais encantadoras existem apenas no território da alma.

Steinbeck, com o objetivo de comover e transformar o olhar do leitor, a quem quer educar a sensibilidade, serve-se do poder das palavras. E aqui regresso ao início, ou pelo menos a algo já tido em consideração nos primeiros parágrafos desta reflexão. O lugar da literatura ou os lugares da alma humana que a partir dela se podem descobrir. Utilizo a expressão ‘o lugar da literatura’ porque esta me devolve um texto de Carlos Azevedo que, a propósito da literatura norte-americana, e num tempo de incertezas, interroga esse lugar. No corpo desse texto, pode ler-se: “É assim possível encontrar no acesso aos textos literários uma ajuda para a compreensão do mundo e descobrir na utilização da literatura um instrumento de mediação da humanidade” (14). E um pouco mais adiante: “Ao professor de literatura cabe levar os estudantes à informação antes da formação e ensinar-lhes a necessidade do conhecimento de uma das humanidades fundamentais para que possam experimentar e reflectir sobre o que é (ou pode ser) ler, escrever, ouvir, dialogar, investigar - no fundo, aprender” (15). Desejavelmente, no final do ano letivo, e depois de compreender as diferentes possibilidades de leitura de cada uma das obras, o aluno sentiria que todas elas participam da formação da paisagem literária americana;

mais importante, porém, é a desejável convicção de que *The Great Gatsby*, *The Sun Also Rises* e *The Grapes of Wrath*, sem oferecerem respostas únicas, enunciam complexidades mais vastas, como a que caracteriza o conflito entre o imensurável desejo de infinito e a inevitável finitude humana. Mais desejavelmente ainda, o aluno entenderia que ao procurar decodificar a alma e o mundo das personagens americanas é a si mesmo que se encontra, derrubando, desse modo, as fronteiras do saber estável e petrificado. O meu propósito foi que o aluno reagisse, se movesse e se comovesse e, conseqüentemente, procurasse concretizar eticamente o seu saber; ou seja, que partindo da análise e compreensão do(s) sentido(s) da paisagem e sensível à vida polissêmica da palavra, o aluno respondesse ao mundo, tornando-o mais habitável.

Referências Bibliográficas

- Aldridge, John W. (1987): "Afterthoughts on the Twenties and *The Sun Also Rises*". In: Wagner-Martin, Linda (ed.): *New Essays on The Sun Also Rises*. Cambridge: Cambridge UP: 109-129.
- Azevedo, Carlos (1999): «O Lugar da Literatura». In: *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. II Série. Volume XVI. Porto: 9-22.
- Calvino, Italo (1990): *Seis Propostas para o Próximo Milénio*. Trad. José Colaços Barreiros. Lisboa: Teorema.
- Conron, John (1978): *The American Landscape. A Critical Anthology of Prose and Poetry*. New York: Oxford University Press.
- Eliade, Mircea (1992): *Tratado de História das Religiões*. Trad. Fernando Tomaz e Natália Nunes. Lisboa: Edições Asa.
- Fitzgerald, Scott F. (1988): *The Great Gatsby*. Harmondsworth: Penguin Books.
- French, Warren (1961): *John Steinbeck*. New York: Twayne Publishers, Inc..
- Hemingway, Ernest (1986): *The Sun Also Rises*. London: Grafton Books.

- Kazin, Alfred (1988): *A Writer's America: Landscape in Literature*. New York: Alfred A. Knopf, Inc..
- Lehan, Richard (1990): *The Great Gatsby: The Limits of Wonder*. Boston: Twayne Publishers.
- Lepecki, Maria Lúcia (2003): “A mãe promíscua: sobre natureza e paisagem”. In: *Uma Questão de Ouvido: Ensaaios de Retórica e de Interpretação Literária*. Lisboa: Dom Quixote: 55-65.
- Lopes, Silvina (2003): *Literatura, Defesa do Atrito*. Lisboa: Edições Vendaval.
- Santos, Maria Irene Ramalho (Abril 1987): “Lugares de Sentido na Literatura Americana”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais* 22: 159-174.
- Sena, Jorge (1986): *Sobre o Romance*. Lisboa: Edições 70.
- Steinbeck, John (1987): *The Grapes of Wrath*. Harmondsworth: Penguin Books.
- Whitman, Walt (1983): *Leaves of Grass*. New York: Bantam Books.
- Wyatt, David (1988): *The Fall into Eden: Landscape and Imagination in California*. Cambridge: Cambridge UP.

JORNAIS DE INFORMAÇÃO MÉDICA EM PORTUGAL

Inês Mendes Moreira Aroso

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Assistente Convidada e Bolseira de Doutoramento da F.C.T.

inaroso@utad.pt

Resumo:

Em Portugal, bem como noutros países, existe um tipo de publicações que poderão ser denominadas jornais de informação médica. Os destinatários destas publicações são exclusivamente os médicos, mas ao contrário das grandes publicações médicas de carácter científico, estas são elaboradas na sua maioria por jornalistas, embora geralmente tenham sempre médicos nas suas fileiras. Os principais tipos de conteúdos jornalísticos destas publicações são reportagens de congressos; entrevistas a médicos, farmacêuticos e políticos e notícias de âmbito sócio-profissional. Outra característica destas publicações é que a publicidade da indústria farmacêutica é responsável por mais de 90% dos lucros, já que a subscrição destes jornais é quase sempre gratuita. Neste artigo, apresento algumas das ideias desenvolvidas na minha investigação de doutoramento, que pretende caracterizar o jornalismo que se exerce na Imprensa Médica portuguesa, perceber quais as funções dos Jornais de Informação Médica e aferir as consequências da dependência destes meios em relação à Indústria Farmacêutica.

PALAVRAS-CHAVE: Meios de comunicação; Jornais; Indústria farmacêutica; Jornalismo médico; Comunicação Interdisciplinar.

A medicina na primeira página

A medicina é um tema capaz de despertar bastante o interesse dos jornalistas, devido à existência de um vasto público ávido por este tipo de notícias. Na verdade, como constata, Giovanna Miranda (2004: 267) o interesse do público leigo em ciência, particularmente em assuntos relacionados com saúde, medicina e medicamentos, está continuamente a crescer por todo o mundo. Sendo na atualidade o tema de ciência que mais atrai o público em geral, convém esclarecer que nem sempre foi assim. Na realidade, como observam Jane Gregory e Steve Miller (2000: 39), as ciências físicas foram durante muitos anos as predominantes na imprensa britânica de qualidade e foi apenas desde meados da década de 70 que perderam a liderança para as ciências biomédicas. Marianne Pellechia (1997: 57), numa análise de conteúdo da cobertura noticiosa da ciência de três jornais diários – “New York Times”, “Washington Post” e “Chicago Tribune” – durante três décadas (60 a 90 do século XX), constatou que mais de 70% das notícias de ciência diziam respeito à medicina e saúde, seguindo-se as ciências naturais e físicas e, por último, a tecnologia. Mais tarde, nos anos 2000 e 2001, Emma Weitkamp (2003: 326) realizou um estudo através do qual também concluiu que a saúde e a medicina dominavam a cobertura noticiosa de ciência.

Quais serão as razões para tamanho interesse do público em geral e, conseqüentemente, dos jornalistas por esta temática? Segundo Esa Väliverronen (2004: 363) a saúde é a área mais popular na comunicação da ciência porque proporciona muitos ângulos para histórias de interesse humano nos media. De facto, num estudo realizado com jornalistas de ciência britânicos, Anders Hansen (1994: 130) verificou que um valor-notícia que é particularmente salientado por estes jornalistas é o critério do “ângulo humano/ relevância para a vida quotidiana” que, mais do que qualquer outro valor-notícia, ajuda a explicar a enorme predominância de assuntos relacionados com saúde e medicina na cobertura da ciência pelos media. Já Boyce Rensberger (*in* Blum e Knudson, 1998: 9) aponta uma única razão para que o índice de leitura das notícias de medicina seja tão grande: lidam com o corpo humano, que todo o leitor possui, e com as esperanças e medos sobre o bem-estar desse mesmo corpo.

Até há bem pouco tempo, na maior parte dos jornais e outros media, e ainda hoje em muitos deles, as notícias de medicina eram feitas por jornalistas generalistas ou, quanto muito, por jornalistas de ciência, que cobriam também, por afinidade temática, a medicina. No entanto, devido à crescente cobertura jornalística de notícias relacionadas com a medicina, sentiu-se a necessidade de uma especialização nesta área, surgindo assim o “jornalismo médico”. De um modo sintético, Ragnar Levi (2001: 4) define jornalismo médico como a prática de jornalistas profissionais reportando histórias de saúde e medicina. O mesmo autor defende que as notícias de medicina nos media podem afetar decisões a todos os níveis – doentes, médicos, políticos, empresas – pelo que é crucial que a informação fornecida seja rigorosa (Idem: 29). Mais do que isso, o referido investigador (Ibidem: 75) defende que se exerça um “jornalismo médico crítico”, ou seja, em vez de noticiar indiscriminadamente o que os especialistas dizem, atuando mais como estenógrafos do que como jornalistas, os repórteres devem verificar os factos e “saber o suficiente sobre esta área para cheirar um rato quando há um”. Porém, tal como Barbara Gastel (1998: XI) alerta, embora atualmente muitas jornalistas escrevam nos mais diversos meios sobre saúde e medicina para o público em geral, poucos estudaram jornalismo médico, até porque não há muitas oportunidades de formação nesta área.

Imprensa médica: o segredo do sucesso

Além da divulgação de notícias de medicina nos media generalistas para o público em geral, há também a imprensa médica, ou seja, as publicações destinadas exclusivamente aos médicos. A imprensa médica constitui um caso peculiar das publicações dedicadas a grupos profissionais, pois nenhuma profissão tem uma imprensa especializada com um historial tão relevante e com tamanha dimensão. De facto, aquele que é considerado o pioneiro da moderna imprensa médica em Portugal, Mário Cardia (1965: 9), afirmava na década de 60 que: «(...) entre os jornais e revistas que se dedicam a assuntos profissionais e técnicos, a imprensa médica é a mais importante, no que se refere à expansão, à qualidade e à quantidade dos seus órgãos». E acrescentava: «Somos nós (os médicos) sem dúvida,

que possuímos, na maior parte dos países, a mais vasta, a mais influente e a melhor imprensa profissional» (Idem). Mário Cardia (1965: 12) destacou um aspeto interessante da história da imprensa médica a nível internacional: «A primeira publicação médica periódica apareceu em Antuérpia em 1605 (...). É curioso recordar que os periódicos médicos precederam de muitos anos o aparecimento da imprensa quotidiana geral». Mais tarde, em 1986, Xavier Polanco (1990: 34) analisou dados relativos ao número de publicações científicas por país e por domínio e concluiu que a medicina ficava à frente de todas as outras áreas científicas, como a química, física, matemática, engenharias, etc.. Outros estudos mais recentes apontam igualmente para esta realidade, como por exemplo a investigação que William Roth (1997: 37-38) realizou sobre a imprensa profissional francesa. Uma das conclusões, relativa ao nível de crescimento por setor de atividade, foi que a medicina foi a área que mais cresceu no período em análise (entre 1982 e 1992), ficando à frente da agricultura, gestão, informática, etc. Quanto à taxa de penetração no mercado, a medicina é superior relativamente a todas as outras áreas (Idem: 40). Igualmente na repartição da atividade publicitária, em 1992 a medicina estava à frente dos outros setores (economia, informática, bancos, seguros, etc.) (Ibidem: 42). A nível de rentabilidade das empresas de imprensa profissional, a medicina também supera todos os outros setores (Roth 1997: 44). Por outro lado, o mesmo investigador realçou a existência de um elevado nível de concorrência neste setor, em que domina uma lógica de distribuição gratuita e uma grande proliferação de publicações (Idem: 38). Como explicarei mais adiante, estas são também algumas das características do meu principal objeto de estudo – os jornais de informação médica.

As razões para o elevado número de publicações da imprensa médica poderão ser várias, mas uma delas é, sem dúvida, o poder económico da indústria farmacêutica, principal anunciante e fonte de lucro de grande parte destes meios. Esta é uma justificação válida mas não a única, pois podemos verificar na História da imprensa médica que esta nasceu e floresceu devido ao empreendedorismo e espírito de missão de muitos médicos, que acumulavam com o exercício da atividade clínica ou científica, a elaboração e direção de jornais de medicina ou, pelo menos, colaboravam com estas publicações, redigindo textos. Os jornais de informação médica, que são o alvo da minha investigação, têm as suas origens neste tipo de imprensa, mas o “amor à arte” foi substituído por objetivos comerciais.

A contribuição dos médicos para o sucesso da sua imprensa especializada é constatada por inúmeros autores. Assim, Maria de Fátima Nunes (2001: 156) salienta que: «Se nos voltarmos para o grupo de difusão da Medicina, percebemos que não foi por acaso ou simples capricho que a imprensa médica foi a primeira a afirmar a sua especialização». E explica: «Por detrás desta libertação dos jornais médicos encontra-se um percurso complexo de acção concertada de vários perfis individuais de Médicos e de Cirurgiões, da valorização cultural e política da medicina (...), da necessidade de lidar complementarmente com botânicos e farmacêuticos. Por outro lado, verificamos que o poder político desde cedo concedeu importância institucional à Medicina (...)» (Idem). Por sua vez, António Maia Gonçalves (1989: 1) refere que os jornais médicos: «(...) foram resultantes da grande generosidade de alguns seres humanos (...) que decidiram entregar-se voluntariamente à luta, tenaz, contra a ignorância (...)». Por seu turno, Mário Cardia (1965: 9) realça: «(...) tem contribuído para o prestígio da imprensa médica o facto de aos nossos jornais e revistas estarem ligados eminentes figuras da Medicina (...)». E acrescenta: «Mesmo em relação aos periódicos editados por firmas ou indivíduos estranhos ao corpo médico – portanto, com objectivos comerciais – grandes figuras da Medicina actuam efectivamente nas respectivas publicações, ou de modo eventual» (Idem: 10). Como faz questão de sublinhar, «muitos dos nossos periódicos são, em grande parte, feitos por jornalistas médicos amadores que só ocupam parte do seu tempo com os seus periódicos, desenvolvendo grande actividade como clínicos, professores, chefes de serviço, etc.» (Ibidem). «Em Portugal também a imprensa médica tem sido, desde que nasceu há mais de um século, em geral, colaborada e dirigida por médicos de prestígio» (Ibidem: 11), acrescenta.

Um dos motivos para a dedicação dos médicos à respetiva imprensa poderá ser o facto da comunicação estar intimamente relacionada com a medicina, a tal ponto que se consagrou como um domínio específico de investigação: a comunicação médica. Aliás, acerca da comunicação na prática médica, José Luís Pio Abreu e Carlos Ribeiro (1998: 7) afirmam: «(...) a Medicina clínica é uma prática que decorre no âmbito da comunicação interpessoal. Ela assenta na semiologia médica, historicamente anterior à semiologia geral, e valoriza a relação médico-doente em detrimento da impessoalidade técnica». «Por isso nos parece adequado repensar a

actividade médica à luz das teorias actuais da comunicação», deduzem (Idem). Assim sendo, a comunicação é algo que faz parte da própria medicina e do quotidiano profissional do médico, pelo que, em princípio, os médicos têm ou deveriam ter mais propensão para comunicar e uma das formas de o fazer seria através da imprensa especializada. No entanto, na década de 70, Carlos Saraiva (1978: 3) tecia duras críticas à imprensa médica portuguesa e defendia que «seria uma necessidade primordial o ensino da redação médica nas nossas Faculdades de Medicina, e isto «(...) para uma nova geração de artigos médicos portugueses, claros, simples e funcionais (...)» (Idem: 7). Aliás, considerava que «(...) a Redacção Médica (...) constitui técnica própria, obedecendo a regras universais (...)» (Ibidem: 4).

Jornalismo médico... para médicos?

Pelo que dissemos até agora, poder-se-ia pensar que o jornalismo médico surge nas publicações para o público em geral, enquanto que a imprensa médica é exclusivamente feita de médicos e para médicos e nada tem a ver com jornalismo profissional, mas sim com jornalismo amador, comunicação científica, associativismo, entre outras coisas. No entanto, na minha investigação de doutoramento, pretendo exactamente analisar as peculiaridades do jornalismo profissional que se exerce na imprensa médica, ou seja, do jornalismo médico cujos destinatários são os médicos e não o público em geral. Sim, porque há jornalistas profissionais que exercem uma atividade coincidente com a definição de jornalismo médico num tipo de imprensa médica: os jornais de informação médica. Porém, esta realidade tem sido ignorada, quer por investigadores da área do jornalismo, quer por estudiosos da comunicação médica, o que constituiu uma grande motivação, adicional ao facto de já ter trabalhado como jornalista num destes jornais, para realizar esta investigação. No entanto, não se pense que a questão da distinção entre imprensa médica e jornalismo médico é recente, pois já na década de 60 do século XX Mário Cardia (1965: 28) se preocupava com ela, afirmando: «Muitos consideram que as denominações “imprensa médica” e “jornalismo médico” devem abranger também as actividades jornalísticas sobre assuntos médicos, em periódicos destinados ao grande público».

Na medida em que a imprensa médica da atualidade é composta por uma enorme diversidade de publicações, procurei criar categorias que permitissem ordenar este vasto campo e nele enquadrar e definir o meu objeto de análise. A primeira dificuldade surgiu pelo facto de não existir na Língua Portuguesa a possibilidade, que existe em Inglês, da distinção entre “medical journal” (publicação médica científica) e “medical newspaper” (publicação médica jornalística). Foi assim que surgiu a seguinte categorização, ilustrada com exemplos de publicações editadas em Portugal:

1) Informação Médica

Apresentam temas variados ligados à Medicina, sob diversos formatos: entrevistas, notícias, reportagens, etc. Os textos são elaborados maioritariamente por jornalistas e os esquemas organizacionais, redatoriais e editoriais têm características coincidentes com qualquer outra empresa jornalística. No entanto, há a participação de médicos nestas publicações, quer através da redação de artigos, quer pertencendo a cargos consultivos ou até mesmo diretivos. Exemplos destas publicações são os jornais “Tempo Medicina” e “Notícias Médicas”, dedicados a médicos de todas as especialidades e o “Jornal do Médico de Família” e a revista “Semana Médica”, estes essencialmente dirigidos para os Clínicos Gerais.

2) Informação Prática

Estes meios publicam informações úteis para o exercício prático da Medicina. Os textos não são puramente artigos científicos, possuindo antes um carácter formativo, de utilização na prática da informação disponibilizada. Três exemplos são as edições portuguesas das revistas “Evidence-Based Medicine”, “Update” e “Patient Care”.

3) Informação Institucional

Estas publicações contêm informação relativa a instituições ou associações médicas. Embora possam transmitir informações relativas a vários assuntos, todos estes são vistos sob o prisma da instituição. Um bom exemplo é a “Revista da Ordem dos Médicos”.

4) Científicas

As publicações científicas têm nas suas páginas predominantemente artigos científicos. Contudo, podem incluir artigos de revisão, editoriais, casos clínicos e, por vezes, outro tipo de informações. Alguns exemplos são a “Revista Portuguesa de Cardiologia”, “Pediatrics – Edição Portuguesa” e “BMJ – Edição em Língua Portuguesa”. Gostaria ainda de sublinhar que as revistas científicas editadas em Portugal podem ser de três tipos: pertencem a sociedades científicas portuguesas, são versões portuguesas de edições pertencentes a sociedades científicas estrangeiras ou são versões portuguesas de publicações estrangeiras patenteadas por empresas editoriais.

5) Publicações híbridas

Existem certas publicações em que não se consegue encontrar uma categoria predominante – são publicações híbridas, como por exemplo, as revistas “Mundo Médico” e “Anamnesis”, que possuem artigos científicos, informação médica e informação prática.

É de sublinhar que as quatro primeiras categorias não são completamente estanques. Quase sempre, apesar de determinada publicação se inserir numa categoria predominante tem traços de outras, isto é, há intersecção entre uma categoria predominante e outra(s) secundária(s).

Feita a categorização, posso agora recordar que o foco desta investigação é a categoria dos Jornais de Informação Médica, mais concretamente aqueles que são editados em Portugal: “Notícias Médicas”, “Tempo Medicina”, “Médico de Família” e “Semana Médica”. Uma das suas características é que estes são distribuídos apenas através de envio por correio para os assinantes. Além disso, é de realçar que a assinatura deste tipo de publicações é gratuita ou tem um montante muito baixo, pelo que mais de 90% dos lucros são obtidos através das vendas de publicidade. E qual é o principal, e na maior parte das vezes o único, anunciante? A indústria farmacêutica, sobre a qual falarei em seguida.

Indústria farmacêutica: investigar ou comunicar?

Dado que a indústria farmacêutica é o principal pilar económico dos jornais de informação médica, é importante refletir sobre alguns aspetos que a caracterizam, nomeadamente o grande esforço de comunicação em que se empenha com o objetivo de divulgar os seus produtos, a influência desta indústria na atividade profissional dos médicos e na sociedade e, finalmente, as relações que estabelece com os media.

Em primeiro lugar, sublinho que a indústria farmacêutica investe mais no marketing e comunicação do que propriamente na investigação e desenvolvimento, facto que é destacado por inúmeros autores. Desta forma, Marcia Angell (2004: IX) afirma que, ao contrário daquilo que indústria farmacêutica proclama através de ações de relações públicas, tem elevadíssimas margens de lucro e descobre poucos medicamentos verdadeiramente inovadores, gastando em pesquisa e desenvolvimento menos de metade do que despende em marketing e administração. Na verdade, embora a função primária das empresas farmacêuticas seja o desenvolvimento e venda de medicamentos, estas empresas gastam muito mais tempo e recursos gerando, selecionando e disseminando informação (Collier e Iheanacho: 1405). A informação promocional é uma componente especialmente importante do negócio das empresas farmacêuticas, que gastam muito mais dinheiro na promoção do que na pesquisa e desenvolvimento de produtos (Idem: 1407). Paul Komesaroff e Ian Kerridge (2002: 119) explicam que a promoção e o marketing – incluindo a publicidade, a oferta de presentes e o patrocínio de viagens e reuniões médicas – constituem uma grande parte das atividades da indústria farmacêutica.

Uma outra questão muito debatida diz respeito à influência da indústria farmacêutica na atividade profissional dos médicos, nomeadamente nas prescrições que estes efetuam. Curiosamente, a maior parte dos médicos não admite que as suas prescrições sejam influenciadas pelas várias estratégias de comunicação da indústria farmacêutica. No entanto, há pesquisas que comprovam esta influência. Num estudo sobre a complexa relação entre os médicos e a indústria farmacêutica, James Tracy (2004: 15) afirma que as estratégias de promoção e marketing das

empresas farmacêuticas são um dos fatores que tem contribuído para a transformação do significado e missão da medicina na sociedade ocidental nos últimos anos. Aliás, acredita que a prática científica médica atual está muito próxima da racionalidade econômica e tecnológica dos imperativos de mercado capitalistas (Idem: 31). Por sua vez, Ashley Wazana (2000: 373) realizou uma revisão crítica de literatura sobre a interação entre a indústria farmacêutica e os médicos e concluiu que a atual extensão de interações entre os médicos e a indústria parece afetar as prescrições e comportamento profissional. Já Kerry Breen (2004: 409) realça que não há nada de impróprio nestas interações, desde que a classe médica, coletiva e individualmente, seja total e abertamente consciente do efeito destas, que todas sejam transparentes para a comunidade e que os médicos sejam capazes de negar qualquer efeito negativo nos seus hábitos de prescrição. Porém, como constata, a maior parte dos médicos considera genuinamente ser imune a tais influências, vendo-se a si próprios como agindo unicamente de acordo com as evidências e na defesa do interesse dos doentes. Sendo assim, reportando ao caso australiano, o referido autor lamenta que líderes de opinião da classe médica daquele país neguem a influência da indústria farmacêutica nos padrões de prescrição dos médicos, na agenda de pesquisa clínica e na publicação de descobertas da investigação farmacêutica (Idem: 409). Jerome Kassirer (2005: 62) refere-se à fervorosa crença dos médicos em como as viagens, jantares e presentes pagos pela indústria farmacêutica não os influenciam. Acrescenta ainda que embora alguns médicos acreditem verdadeiramente que não podem ser manipulados e que as empresas farmacêuticas apenas estão ali para os ajudar, o senso comum e vários estudos demonstram que os médicos são influenciados pelas ofertas e promoções (Idem: 68-69). Isto porque, como garante, um dos mais poderosos instrumentos de influência na nossa sociedade é a regra da reciprocidade, segundo a qual devemos retribuir aquilo que fazem por nós. Por outro lado, Paul Komesaroff e Ian Kerridge (2002: 119) acreditam que a relação entre a indústria farmacêutica e a profissão médica tanto tem aspetos positivos – os esforços de cooperação entre a indústria, o governo e os médicos para um uso com qualidade dos medicamentos – como aspetos menos claramente justificáveis do ponto de vista ético, como a aceitação por parte dos médicos de presentes ou dinheiro para entretenimento.

Em terceiro lugar, gostaria de focar que as relações que a indústria farmacêutica estabelece com os media em geral e com a imprensa médica em particular também não tem sido um tema isento de controvérsia. Rob Burton (2001: 1258) cita um guia elaborado por especialistas em marketing farmacêutico onde se defende que o marketing melhor e mais barato é o editorial, ou seja, que os leitores acreditam mais nas afirmações feitas nas secções editoriais do que numa publicidade – a forma mais cara de estar presente numa publicação. Nesta linha de ideias, Caroline White (2003: 348) realça que, de acordo com um estudo recente, uma mensagem reportada nos media noticiosos tem oito vezes mais hipóteses de ser tida como verdadeira do que se estiver presente num anúncio. Sendo assim, não é de estranhar que a indústria farmacêutica procure seduzir os jornalistas, tal como o faz com os médicos. Esta estratégia não é restrita aos jornalistas que escrevem para publicações médicas especializadas, já que os media para o público em geral também estão na agenda. Deste modo, a autora refere a existência de formas subtis de encorajar os jornalistas de saúde a produzirem notícias: pequenos presentes, refeições ou viagens de imprensa. Em relação a este último aspeto, relativo a viagens para conferências, destaca que no caso dos *freelancers*, se estes não tivessem os seus voos e alojamento pagos, teriam muitas dificuldades em participar nas maiores conferências e reuniões médicas internacionais. De igual modo, Melissa Sweet (2001: 1258) regista que é bem sabido que a indústria farmacêutica usa incentivos para criar relações com os líderes de opinião da profissão médica, mas que menos bem conhecido, talvez, é o facto que os jornalistas também são alvo desta atenção.

No entanto, é fundamental salientar que esta subordinação em relação à indústria farmacêutica não é um exclusivo deste tipo de jornais, existindo também nas publicações de índole puramente científica, às quais habitualmente se atribui um perfil desinteressado das questões comerciais. Na verdade, tal como aponta Ragnar Levi (2001: 64), a forte ligação à indústria farmacêutica também acontece nos jornais médicos científicos, que não representam apenas interesse académico, sendo também uma indústria, que beneficia, tal como os outros media, das receitas publicitárias. Lynn Eaton (2005: 9), parafraseando Richard Horton, editor do jornal médico “Lancet”, afirma mesmo que a relação entre os jornais médicos científicos e a indústria farmacêutica está algures entre o

simbiótico e o parasítico. Por sua vez, Robert Fletcher (2003: 10) atenta que a publicidade é uma das principais fontes de lucro dos jornais médicos científicos. Assim, tal como acontece nos jornais do meu estudo, a maioria dos anúncios nos jornais médicos científicos são relativos a medicamentos e aparelhos médicos. Por outro lado, salienta algo que pode ser relevante para a realidade portuguesa, ou seja, que este tipo de publicações quando editadas em países de fracos recursos económicos são especialmente dependentes dos lucros da publicidade.

Esta ligação entre a imprensa médica e a indústria farmacêutica tem vestígios num passado algo remoto, pois António Maia Gonçalves (1989: 18), na resenha que faz da história da imprensa médica portuguesa, refere uma revista surgida em 1914, intitulada *Arquivo Médico*, sobre a qual relata, com espanto, que «está profusamente preenchida por anúncios de medicamentos recomendados (e assinados) pelos próprios médicos!» (Idem: 24). Como comenta, «hoje em dia uma prática destas seria altamente inesperada e condenável» (Idem). E questiona: «Corresponderia naqueles tempos a um outro conceito de Ética Médica, ou, sinal dos tempos, da força e influência da crescente indústria farmacêutica?» (Ibidem). Passando para a década de 40 do século XX, Luís de Pina (1945: 40), citando Paul Le Gendre, critica o grande número de jornais médicos existentes e diz: «Deles, sem dúvida, muitos são fundados unicamente na publicidade farmacêutica e seus artigos são apenas reproduções ou demarcação. Muitos são feitos à tesourada ou incompetentes, para remetê-los gratuitamente aos práticos e aos doentes (...)». Mais tarde, na década de 60, Mário Cardia (1965: 17), contando a história do “Jornal do Médico” que fundou em 1940 e dirigiu durante 9 anos, justifica assim a ligação entre aquele jornal e a indústria farmacêutica: «Com o fim de garantirmos recursos de publicidade que fossem a principal base financeira de um periódico que tinha de ser muito barato, de modo a garantir a expansão entre a maioria dos médicos – resolveu-se dar o máximo relevo aos anúncios destinados à propaganda dos produtos da indústria farmacêutica». O mesmo autor assumia, com frontalidade, a importância da relação entre a imprensa médica e a indústria farmacêutica: «Devem ser íntimas e cordiais as relações da imprensa médica com a indústria farmacêutica. Os laboratórios de especialidades necessitam dos nossos periódicos profissionais, como nós precisamos dos recursos financeiros que eles fornecem para os podermos manter.

Os assinantes das revistas e jornais médicos não podem pagar, só por si, as despesas que acarreta a publicação de qualquer periódico» (Idem: 22).

Também na imprensa generalista se faz notar o poder da indústria farmacêutica, tal como realça Abigail Trafford (*in* Blum e Knudson, 1998: 140), ao referir que a cobertura noticiosa de assuntos de saúde pública resulta, muitas vezes, em grandes aumentos de lucros das indústrias produtoras de determinados medicamentos ou vacinas. Neste sentido, defende que descobrir quem financeiramente beneficia ou perde com determinado acontecimento é uma parte importante da cobertura noticiosa de factos de saúde pública. Por seu turno, Deborah Glik (2004) vai mais longe, afirmando mesmo que na área da medicina há uma influência perversa de certos interesses organizados ou corporativos que usam métodos “behind-the-scenes” para influenciar a cobertura noticiosa. Um exemplo dado é o da indústria tabaqueira, que desde a década de 70, segundo a autora, tem usado as suas táticas para minimizar as notícias negativas e maximizar as visões positivas. No entanto, é na imprensa especializada que ocorrem as maiores pressões, pois como observa Érik Neveu (2005: 39), «uma das particularidades deste tipo de jornalismo é condensar, por vezes até à caricatura, as tensões das relações de força entre as fontes e os anunciantes publicitários. Por vezes, leitores, fontes e anunciantes sobrepõem-se fortemente». Daí que, como constata, exista «(...) um grande número de revistas especializadas em que o trabalho do jornalista mais não é do que o reescrever de documentos promocionais produzidos pela imprensa do sector em questão» (Idem).

Referências Bibliográficas

- Abreu, José Luís Pio, Ribeiro, Carlos (1998): *Comunicação e Medicina*. Coimbra: Virtualidade.
- Angell, Marcia (2004): *The truth about the drug companies: how they deceive us and what to do about it*. New York: Random House Trade Paperbacks.
- Blum, Deborah, Knudson, Mary (orgs.) (1998): *A Field Guide for Science Writers: The Official Guide of the National Association of Science Writers*. New York and Oxford: Oxford University Press.

- Breen, Kerry (2004): "The medical profession and the pharmaceutical industry: when will we open our eyes?". In: *MJA (Medical Journal of Australia)* 180: 409-410.
- Burton, Rob (2001): "Selling drugs – with a little help from a journalist". In: *British Medical Journal* 323: 1258.
- Cardia, Mário (1965): "Valor da Imprensa Médica na Medicina Contemporânea". Separata de *O Médico* 702-706.
- Carvalho, Augusto da Silva (1932): "O jornalismo médico português e 'A Medicina Contemporânea'". Separata de *A Medicina Contemporânea* 1.
- Collier, Joe, Iheanacho, Ike (2002): "The pharmaceutical industry as an informant". In: *The Lancet* 360: 1405-1409.
- Conde, José (1991): "Dr. Armando Pombal: figura ímpar do jornalismo médico português". Separata do *Jornal do Médico* 130, n.º 2409: 677-679.
- Eaton, Lynn (2005): "Editor claims drug companies have a 'parasitic' relationship with journals". In: *British Medical Journal* 330: 9.
- Fletcher, Robert (2003): "Adverts in medical journals: caveat lector". In: *The Lancet* 361: 10-11.
- Gastel, Barbara (1998): *Health Writer's Handbook*. Ames: Iowa State Press.
- Glik, Deborah (s/d): "Health Communication in Popular Media Formats. American Public Health Association 131st Annual Meeting". Internet. Disponível em <http://www.medscape.com/viewarticle/466709?src=sideseach> (Consultado a: 19/11/2004).
- Gonçalves, António Maia (1989): "Subsídios para a História do jornalismo médico português". Separata de *O Médico* 121.
- Gregory, Jane e Miller, Steve (2000): *Science in public: communication, culture and credibility*. New York: Perseus Publishing.
- Hansen, Anders (1994): "Journalistic practices and science reporting in the British press". In: *Public Understanding of Science* 3: 111-134.
- Kassirer, Jerome P. (2005): *On the Take – How Medicine's Complicity with Big Business Can Endanger your Health*. New York: Oxford University Press: 85

- Komesaroff, Paul, Kerridge, Ian (2003): “Ethical issues concerning the relationships between medical practitioners and the pharmaceutical industry”. In: *MJA (Medical Journal of Australia)* 176: 118-121.
- Levi, Ragnar (2001): *Medical journalism: exposing fact, fiction, fraud*. Ames: Iowa State University Press.
- Miranda, Giovanna *et. al.* (2004): “Information sources in biomedical science and medical journalism: methodological approaches and assessment”. In: *Pharmacological Research*. Vol. 50: 267-272.
- Moynihan, Ray, Cassels, Alan (2005): *Selling Sickness – How the World’s Biggest Pharmaceutical Companies Are Turning Us All Into Patients*. New York: Nation Books.
- Neveu, Érik (2005): *Sociologia do Jornalismo*. Porto: Porto Editora.
- Nunes, Maria de Fátima (2001): *Imprensa periódica científica (1772-1852) – leituras de «ciencia agrícola» em Portugal*. Lisboa: Estar Editora.
- Pellechia, Marianne (1997): “Trends in science coverage: a content analysis of three US newspapers”. In: *Public Understanding of Science* 6: 49-68.
- Pina, Luís de (1945): “Isagoge histórica do jornalismo médico”. Separata do *Jornal do Médico* 5.
- Polanco, Xavier (org.) (1990): *Naissance et développement de la science-monde: production et reproduction des communautés scientifiques en ouïse et en Amérique latine*. Paris: Éditions La Découverte/ Conseil de l’Europe/ Unesco.
- Rochon, Paula, *et. al.* (2002): “Comparison of review articles published in peer-reviewed and throwaway journals”. In: *JAMA (Journal of American Medical Association)* 287, nº 21: 2853-2856.
- Roth, William (1997): “La press professionnelle en France”. In: *Communication et languages* 114(4): 36-57.
- Sacadura, Costa (1945): *Facetas do Jornalismo Médico Português*. Lisboa: Imprensa Médica.

PORTUGUESE MISSIONARY WORK AND INTER-LINGUISTIC CONTACT IN THE EAST⁵

Carlos Assunção

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

cassunca@utad.pt

Resumen

Los descubrimientos presentaron, ante los misioneros portugueses y, más tarde, ante los misioneros de otros países europeos, el problema de la descripción de numerosas lenguas con sistemas completamente distintos del portugués y del latín. Este es, además, uno de los aspectos más incuestionables de la expansión portuguesa del siglo XV, reforzado por un diálogo interlingüístico que todavía hoy existe. Tenemos como escopo para este trabajo el levantamiento exhaustivo de los textos que han resultado de el contacto entre las lenguas portuguesa y las lenguas exóticas. Para ello se desarrollaran los temas que se enumeran a continuación:

1. Los descubrimientos y el trabajo de los misioneros;
2. El contacto entre las lenguas mencionadas en algunas *Cartas* de los misioneros;
3. Lenguas en contacto;
4. La prensa y la difusión de tal contacto;
5. Textos meta-lingüísticos

Apresentaremos una conclusión que pone de manifiesto la labor de los misioneros representan un legado extraordinario para la historia de las lenguas y de la cultura de todos los pueblos en contacto.

⁵ Submitted for coming volume of “Missionary Linguistics”, based on the 6th International Conference in Tokyo, March, 2010.

1. The Discoveries and Missionary Work

The Discoveries presented the Portuguese missionary grammarians (among others) with the problem of describing a great variety of languages whose structures were totally different from Portuguese and Latin. According to the data we refer to below, between the years 1549 and 1850 over fifty works were written that contained information about Asian native tongues. Coming from various genres or categories (treaties, grammar books, spelling books, dictionaries and letters, to mention only a few), these texts represent different areas of those languages, such as Phonology, Morphology, Syntax and Lexicon. The consequent practical study of these exotic languages has had a great theoretical impact on their description.

Precisely at that period of time the concept of a ‘universal language’ was being redefined, so as to be considered the universal law of all languages or, generally speaking, the principle of language organization. Before the Renaissance, the notion of a ‘universal language’ was conceived as the ideal language for communication, given by God to humankind and put into practice in common language, playing the role that Latin used to play in Mediaeval Europe. After the Diaspora a new concept of ‘universal language’ was developed, which was considered a system of abstract categories and laws that would give substance to the organization of common languages.

According to Matos, the discovery of the sea route to India was

um acontecimento que acabou por “revolucionar” a história económico-social da Europa do ocidente e do mundo. A chegada dos Portugueses ao Índustão – e as consequentes medidas, emanadas da Coroa, no sentido de se proceder à colonização e evangelização dos gentios – fez com que o Padroado passasse a ocupar, ali, um papel bastante preciso (Matos 1987: 2).

[an accomplishment that turned out to be a ‘revolution’ which affected the social-economic History of Western Europe. The Portuguese arrival in Hindustan – and further orders given by the Crown concerning the

colonization and evangelization of the Gentians – made the clergyman masters and commanders of that territory, in which priests played an invaluable role]

About five years later, thanks to «the brief *Romani Pontificis Circumspection*» of July, 8th 1539, Pope Curia established the range limit of the Goa diocese – including the jurisdictional power of the Crown's clergymen – extending from the Cape of Good Hope in Southern Africa to India and China, including as well the islands, lands and other places discovered or yet to be discovered (*vide* Matos 1987: 3-4).

This is, *latu sensu*, the true action field of Portuguese missionary work in the East, which was soon to be extended and given even more power, specifically from that period on. Bearing such an idea in mind, one of the most relevant aspects of the missionary work (namely the one carried out by missionaries from the Society of Jesus) is the way the clergymen learnt the tongues of the newly-found tribes and also the way they taught them Portuguese. Former Portuguese grammarian and writer, João de Barros, presented his prediction about the language and how long it would endure in Oriental territories. In his prophetic words:

as armas e padrões portugueses, postos em África e na Ásia, e em tantas mil ilhas fora da repartição das três partes da Terra, materiais são e podem os o tempo gastar; pêro não gastará doutrina, costumes, linguagem que os Portugueses nestas terras deixarem (Barros 1971: 405).

[there is no doubt that the Portuguese weaponry and stone pillars spread throughout Africa and Asia, not to mention so many islands standing outside the limits that divide Earth in three parts, are material and can be erased by Time. Nevertheless Time itself will not erase the religion, the traditions and the language left by the Portuguese in these lands]

In fact, this has taken place as far as language is concerned. In the 16th, 17th and 18th centuries in Asia it was possible to find dialects from a mixture of Portuguese and local languages which resulted in pidgins and creoles. This was because in the 15th and 16th centuries there was a need to use simple language with a reduced lexical field to establish the first commercial and religious contacts. Portuguese-based pidgin arose in the

context of multilingual societies that needed to resort to this form of expression to communicate. Indeed, in Asia in the process of contacts between Europeans and local people from the coasts of India through Ceylon, Malacca, Indonesia and Macau, several Portuguese lexical-based creoles appeared: Portuguese-Malay Creole (Malacca, Kuala Lumpur and Singapore), the Creole spoken on some Indonesian islands (such as Java, Flores, Ternate, Ambon, Makassar and East Timor) and the Sino-Portuguese Creole of Macao and Hong Kong. We also find a number of lexical contributions from Portuguese in languages such as Konkani, Marathi, Sinhala, Tamil, Malay and other vernacular languages, and vice versa. Words with Portuguese influence can be found in Japanese, such as *Bidor* (glass) *botan* (button), *kappa* (cover), *Kirisutan* (Christian), *Oranda* (Holland), *pan* (bread), *shabon* (soap) and *Tabako* (tobacco), among many others. The Portuguese language received the Japanese words “*biombo*”, “*bonzo*”, “*catana*”, “*gueixa*”, “*samurai*”, etc.

Such a phenomenon was only possible thanks to the missionaries. The importance of missionary work both in the spreading/learning of languages and in the creation of multi-language texts is due to the fact that these missionaries needed to expand the Christian Faith. Dictionaries and glossaries of Oriental languages are substantial proof of the missionary effort to interpret native tongues, besides being an eternal legacy of memories and activities generated by the intercultural gathering.

To use the words of Fonseca, these documents

nasceram daquela necessidade e fundamentalmente de uma política de aprendizagem das línguas orientais do estado português que tinha como principais aliadas as entidades eclesiásticas. Para tal realizaram-se cinco Concílios Provinciais de Goa, celebrados com representantes superiores da Ordem Franciscana e da Companhia de Jesus, entre 1567 e 1606 (Fonseca 2007: 92-93).

[were born from the needs and the politics concerning the learning of Oriental tongues of nations under Portuguese rule, which was deeply allied to ecclesiastic institutions. Thus, five Provincial Meetings of Goa took place and were celebrated in the presence of superior representatives

of Franciscans (religious order) and of Society of Jesus, between 1567 and 1606.]

Thanks to the effort to learn native languages and to teach them to novice missionaries the first grammar books for these languages were created, and were written in the Latin alphabet. Indeed, some of those languages previously had only a spoken version. The arrival of typography, first to Goa (1556) then to Macau (1584-1588) and finally to Japan (1591), stimulated the publication and spread of schoolbooks, spelling books, dictionaries, catechisms, grammar books, letters, among others. The arrival of typography to these nations was not carried out by Portuguese Royal power. It was the missionary dynamics towards the expansion of Christian Faith that led to it (*vide* Fonseca 2007: 92-93).

2. The contact between languages according to missionary letters

The letters sent to Portugal and Spain, namely by missionaries from the Society of Jesus, are in fact very important historical documents, useful to our understanding of the knowledge missionaries had of the newly-found Oriental tongues, not to mention other important issues which for the time being we will exclude since they are unnecessary for the research we have in mind. Father Manuel Álvares, considering the publication value of some of these letters by the press, writes the following in his Prologue to the edition of the *Letters* in 1562:

Como desta província de Portugal se têm de enviar para todos os colégios e casas da nossa Companhia as cartas que da Índia, Japão, China e outras partes orientais nos escrevem cada ano nossos padres e irmãos que lá andam ocupados na conversão da gentildade: e não se possa satisfazer aos desejos de todos, se se houvessem de transladar à mão, por o número ser grande e por outras ocupações ordinárias, pareceu nele, senhor, ser conveniente imprimir algumas delas, muitas que vieram depois da última impressão, para que nós, com os trabalhos e frutos dos nossos, nos consolemos e animemos para semelhante empresa, e os favoreçamos com sacrifícios e orações; e os demais que as lerem participando deste universal consolo, lhes dêem este mesmo favor, com rogar ao Autor de todo o bem, que era levar a cabo esta obra da manifestação da nossa santa fé, por seu

serviço e em seu nome começada, e o lembrem e o glorifiquem, pois tem por bem nestes tempos trazer tantas almas ao grémio de sua santa igreja (Álvares 1562: fl. 2-2v).

[Since it is compulsory to send from these Portuguese Provinces to all the schools and houses of our Society (of Jesus) all the letters from India, Japan, China, among other Oriental parts, here is what our clergymen and brothers who worry their minds with the conversion of Gentians write to us every year: Since one cannot satisfy the wishes of all, and because it would have to be handwritten, not to mention the great number of them, it seemed wise to us (who also have other – many – ordinary tasks and occupations), Your Highness, that we should print some of the letters, many of which arrived after the last printing, so that we ourselves, with our works and good results, can take consolation for the sacrifices and prayers and also to invigorate our huge tasks; and to all those who should read the letters, being participants of such universal consolation, we ask the favour to give them their high esteem and their own prayers to Providence, and also to help carrying out this proof of our Holy Faith, in whose behalf it all started, and it is our most humble request that such favour is remembered and glorified, because nowadays it has meant well to bring those many souls to the home of our Holy Church.]

Having read these letters there is no doubt that for the press company the favourite area was Japan, and for this reason the letters were also known from that time on as *Japanese Letters*, with a significant number of editions for that epoch. The 1570 editions resulted in «a thousand copy books, a number that leads us to think that the editions were not always so small as we might predict» “tiragem de mil exemplares cada, número que nos pode levar a pensar que as tiragens nem sempre seriam tão pequenas quanto poderíamos supor” (Garcia 1993: 13).

Among these letters, there is a group that carries information about the languages. Father Henrique Henriques says in his *Letter from Cochín*, January, 12th 1551:

y trabajaremos todos los padres para que en pocos años los Christianos daquellas partes entiendan y creã los mistérios da la fe: porque hasta qui como la cosa yua por interpretes no saber daclarar las tales cosas. Y

porque para se hazer fruto e nesta gente, es necessário entender la lengua los que al presente que somos quatro, el padre Paulo, el Hermano Baltazar, y el Hermano Ambrósio que aca tomaron en la Índia, & yo, trabajamos de aprender a leer y escreuir en malauar: lo que todo es muy trabajoso. Mas el Señor nos tiene ayudado mucho, especialmente en estar una arte hecha en malauar, por la qual aprenden los hermanos, de que se sigue aprender en poço tiempo y hablar derecho, poniendo las cosas en su lugar, como quer que sejam las conjugaciones & declinaciones y todos los tiempos (Cartas 1993: fl. 3-3v).

[And we, all priests, will work so that in a few years time all those Christians understand and believe all mysteries of Faith: this is because so far we have needed interpreters due to these inhabitants' inability to understand such devotional issues. And because to get results among this people, it is necessary to understand the language we four have been presented with, Paulo, Hermano Baltazar and Hermano Ambrósio, who have taken responsibility for India, and myself, we will thus work to learn and write in Malabar, which is something very difficult to achieve. However, the Lord has helped us very much, especially because the Art and documents are all written in Malabar, which allows the brothers to learn quickly and to speak fluently, naming the things the way they should be, whatever the conjugation and declension and the verb tense may be.]

Father Baltazar Gago describes as follows the Japanese letters and alphabet:

Neste tempo não tinham letras: este princípio avera dous mil e duzentos annos. Dahi a muito tempo vierão as letras da China, que com dificuldade se aprendem, e o primeiro livro veio da China. Daqui tomarão huns caracteres e maneira de letra, com que se entendem muito mais facilmente que com as letras da China (Cartas 1993: I, fl. 100).

[During that period, they did not have letters: we would have to wait around two thousand two hundred years. Then, the Chinese letters, being very hard to learn, appeared, as well as the first book, which was also Chinese. From that moment on, the Chinese started using some characters and handwriting with which they understood each other much easier than with the former letters.]

Father Lourenço Mexia, in 1584, gives us a more specific description:

A lingoa he a mais grave, e copiosa que creio ha, porque em muitas cousas excede a grega, e latina, tem infinidade de vocabulos, e modos pera declarar a mesma cousa, e tem tanto que fazer em se aprender, que não somente os nossos que ha mais de vinte anos que la andão, mas os naturaes aprendem cousas novas. Tem outra cousa (que creio que se não acha em nenhuma lingoa) que se aprende a Reithorica e boa criação cõ ella. Não pode ninguem saber Japão que não saiba logo como ha de falar aos grandes, e aos pequenos, altos e baixos e o decoro que se ha de guardar com todos, e tem particulares verbos e nomes e modos de falar pera huns, e outros. Ja os nossos têm feito arte da Gramática e Calepino, ou Vocabulário, e começarão o Nisolio, ou thesouro. A lingoagem da escritura he mui diferente da pratica e assi huma, como a outra he mui varia, e abundante e cõ ser tão abundante em poucas palavras cõprendem muito. A letra he cousa infinita, nem se acha pessoa que a saiba toda, porque tem duas maneiras de A b c, e cada hum de mais de corenta letras, e cada letra tem muitas figuras: e alem disto tem letra de figuras como os Chins, que he cousa que nunca se acaba de aprender. E afora estas figuras tem outras proprias pera as mesmas cousas. Tem no escrever muito engenho, e artifício porque o que se não pode explicar na lingoa se declara na letra (Cartas 1993: II, fl. 123r).

[This language is the greatest and most abundant I believe to exist because, in many aspects, it exceeds the Greek and Latin ones for it has a never-ending number of words and ways to refer the same things; plus, it implies such huge effort in learning that not only our brothers who have been living there for over twenty years, but even the native speakers are continuously learning new things. Moreover, this language has one other characteristic (which I find unique and exclusive and cannot be found in any other) which is one immediately learns rhetoric and politeness through its structures. There is not a soul that knows how to speak Japanese who does not immediately know how to address themselves both to the Powerful and the Poor, to High Society and Low society. Furthermore, the speakers are also aware of the *decorum* to be used with every one of those members

of the society, since this is accomplished thanks to the fact that there are specific verbs, nouns and ways of speaking for each of those social classes. Bearing such things in mind, our people (the priests) have been working on the art of grammar and vocabulary (or *Calepino*) and have also started arranging the *Nisolio* (or *thesaurus*). The language used in writing is very different from the one used in everyday speech, however the first and the second are so rich and abundant that a few words can express a great amount of meanings. As to alphabet letters, they are never-ending and one cannot find any single native speaker who knows them all because for every letter – a, b, c – there are over forty versions and each one carries a lot of symbols or figures. For instance, the symbols to refer to the Chins are infinite. Plus, beside the variety of symbols, one can be speaking about the same things and choose other symbols that are synonyms of the firstly used. This way of writing is very ingenious and artful because what cannot be explained through the semantics of language will be done by means of the alphabetical letters.]

The language learning process was of crucial importance to the conversion of the Japanese because, as Luiz Dalmeida put it, in November 1559:

Todos estamos bem, louvado seja o Señor, e nos exercitamos em aprender a lingua, para ajudar a estes christãos (Cartas 1993: I, fl. 62r).

[We all are well, praised be the Lord, and we have been continuously practicing to learn the language, so that we can help these new Christians.]

Brother João Fernandez de Bungo confirms it when he writes:

Tambem ensina as letras de Japão aos filhos dos Christãos, porque antes as aprendião nos mosteiros dos seus Bonzos, onde depois de aprenderem ficavão filhos do demonio, polos muitos maos costumes e vicios que os Bôzos ensinão aos moços que tem em seus mosteiros: e por impedir este mal ordenou o padre que todos os filhos dos christãos viessem aqui a casa aprender suas mesmas letras, pera que juntamente com ellas bebessem a Doutrina Christã (Cartas 1993: fl. 77).

[Moreover we also teach this Japanese lettering to the children of these Christians because in times before they used to learn it in the Bonzos

monasteries, which turned these youths into children of the Devil, due to the bad moral behaviour and addictions that the Bonzos taught the novices they raised in those monasteries: and so to prevent such evil, the Father has commanded that all the children of the Christians would come to our home to learn the already mentioned lettering and through it they would receive Christian Faith.]

There are other reports about priests who are completely fluent in Japanese:

Antre os irmãos que vieram a Japão, da lingua nenhum chegou ao irmão João Frz, nem me parece que o haverá por muitos que venhão. Mas este mancebo que anda comigo tem tanta graça no que diz, que rouba os corações daqueles com quem fala: tera agora vinte e dous anos, tem muita parte da sagrada escritura na memória (Cartas I, fl. 84).

O irmão João Fernandez, porque sabe bem a língua de Japão se occupa em ensinar aos baptizados (Cartas 1993: fl. 101).

[Among the brothers who came to Japan, no one has (or will in the future) excelled Brother João Frz. Nevertheless, this young man who accompanies me has such grace in what he says that he steals the hearts of those to whom he speaks: he must now be twenty-two years old and bears in his memory a great amount of the Holy Scripture; Brother João Fernandez, as he knows so well the Japanese language, has been occupying his time in teaching the baptized.]

In the letters there are references to some grammar textbooks and vocabulary books as well. Father Luís Froes, in his October, 3rd 1564 letter says:

Por em Japão até agora não aver arte conforme a ordem que tem a latina por onde se padecia detrimento no aprender da lingua, determinou o irmão João Fernandez (por então ter algum vagar, e disposição pera se ocupar nisso) de a fazer com suas conjugações, praeteritos, sintaxi e mais regras necessárias cõ dous vocabulos por ordem do alfabeto hum que começa em Portugues, e outro na mesma lingua. Gastou em compor isto seis ou sete meses, até que pela bondade de Deos lhe deu fim, não

perdendo nada de suas pregações e exercícios costumados, que foi huma das mais necessárias cousas que cá seavião mister, pera com a língoa se poder fazer fruto nas almas (Cartas 1993: I, fl. 146v-147).

[Because in Japan, so far, there seems to have been no Art similar to the Latin one, which has led us to great difficulty in learning Japanese, Brother João Fernandez has decided (having always been free and willing to do so) to learn the Art of this language as follows: he has taken the conjugations, verb tenses, Syntax and further linguistic rules and has analysed them in bilingual terms of comparison. In other words, the grammar rules have been applied to the Portuguese word / Japanese correspondent word pair. It took him six or seven months to do it until the moment God's Will put an end to it. Having achieved such purpose, our brother didn't forget his religious mission since he maintained his preaching and usual tasks, which were the things these people were in most need of so the language would have its fruits in these people's souls.]

Beyond these problematic issues, Father Luís Fróis, in his *History of Japan*, draws our attention once more to the linguistic textbooks and their crucial role in the study of the Japanese language. He writes about a Japanese doctor, baptized in 1560, who being

homem insigne na lingua de Japão [...] forão suas ajudas grande meio para se poder fazer a Arte na lingua de Japão e Vocabulario mui copiozo (Fróis [1560] 1976-84: I, 172/173).

[an illustrious speaker of the Japanese language [...] made his research an essential means to study and create Art throughout the Japanese language and its copious vocabulary.]

In 1563, it was Luís Fróis himself who started, in cooperation with João Fernandes, “a draft of the first Art documents ever made in Japan, and he did this by organizing all the conjugations, Syntax and a short list of vocabulary. However, because I was new in that land and had little information about the language, that draft was no more than a primary raw-material that could eventually give birth to Art and vocabulary, which were to be achieved only about twenty years later” (*vide* Fróis [1553] 1976-84, I, fl. 356-357).

Father Gaspar Coelho, in his 1582 yearly letter, has himself also referred to books belonging to the same genre, but he does not specify their authors:

A arte da lingua de Japão, se aperfeiçoou este ano, e também se tem hum vocabulário e alguns tratados na lingua de Japão. (Cartas 1993: II, fl. 28).

[The Art of the Japanese language has been improved during this year and we hold lists of vocabulary and some treaties in Japanese.]

As Garcia puts it, Jesuit epistolary «is a priceless historical legacy which, on the one hand, reflects the mentality and evangelic effort spread all over the world by the Europeans, and, on the other hand, it is one of the resources that so far has less been considered by all components of History, besides History of Religion (*vide* Garcia 1993: 13).

And we may add that this tendency to forgetfulness has even been extended to linguists themselves.

3. Languages in contact

The first name to be considered is that of Father Henrique Henriques. He is said to have started his grammar of the Malabar language in 1548. According to our research of written documents, Father Henriques appears to have been fully prepared and indeed very proficient for his time. Thanks to his writings we know that all the Jesuit priests had already dedicated themselves to learning how to speak the language; nonetheless it was Father Henriques himself who normally helped them with the translation of the Sermons and revised and polished the religious prayers in Malabar language. According to Américo Cortez Pinto, to him we also owe a debt for the translation of the catechism of ‘Christian Doctrine’, printed in 1559, in Cochin (*vide* Pinto 1948: 381).

In his mission for Ternate, Father Francisco Vieira gives substantial proof of his knowledge of Malabar, the most spoken native tongue in Indonesia. Later on, as Father Henriques had done with the tongue spoken in Cochin, Father Lourenço Pires in Goa wrote the grammar of the Konkani language.

As far as Japan is concerned, the most prominent men were Fathers Luís Fróis and João Rodrigues.

In spite of the fact that there is not an exhaustive, discerning list of people who worked in inter-communication between Portuguese and other spoken and written Asian languages, it is possible nowadays to make a list that gives us an approximate idea of the dimension of that communication. According to Verdelho's catalogue (*O encontro do português com as línguas não europeias*, 2008: 26-27), which gathers information collected by Barbosa Machado (*Biblioteca Lusitana*), Francisco Rodrigues (*A formação intelectual do Jesuíta*), Inocêncio Silva (*Dicionário Bibliográfico Português*), Céu Fonseca (*Historiografia Linguística Portuguesa e Missionária*), Simão Cardoso (*Historiografia Gramatical*) as well as some of the already mentioned *Cartas*, we are now able to present the following list of names:

Álvaro Semedo, Chinese language
Antão de Proença, Tamil language
António Barbosa, Annamese language
António Saldanha, Konkani language
Baltazar Gago, Canarese language
Diogo Ribeiro, Canarese language
Duarte Silva, Japanese language
Francisco de Pina, Annamese language
Francisco Peres, Malay language
Gaspar Coelho, Japanese language
Gaspar do Amaral, Annamese language
Gaspar Ferreira, Chinese language
Gaspar Luís, Annamese language
Gaspar Vilela, Japanese language
Henrique Henriques, Mayalam language
João Fernandes, Japanese language
João Rodrigues, Japanese language
Lourenço Peres, Konkani language
Lourenço Mexia, Japanese language
Luís Dalmeida, Japanese language
Manuel Barreto, Japanese language
Manuel Dias, Chinese language
Manuel Ferreira, Annamese language
Miguel de Almeida, Canarese language

Miguel Gaspar, Canarese language
Tomás Estêvão, Canarese language (cf. Verdelho 2008, 26-27).

4. The press as a means of contact between the languages

To compensate for the difficult task of getting books to the East in a period when books printed in Portugal had a limited number of editions, the first printer was installed in Goa in 1556. According to Cortez Pinto, also during this period of time another four of these printers were installed in Asia (*vide* Pinto 1948: 181).

In the mid-fifties, Bernard-Maître, a priest who participated in Lucien Febvre and Henri-Jean Martin's work, *L'apparition du livre* (Bernard-Maître 1958: 301), showed his conviction that the press had started working in Goa in 1557, in Macau in 1588 and in Nagasaki (Japan) in 1590.

Nowadays, thanks to the major contribution of Father Francisco de Sousa it is relatively easy to accept that the birth of Typography Art in India can be placed in 1556. In his words:

Father Gonçalo Rodrigues was already in Goa, when four books arrived there coming from Portugal, in September, 13th 1556. In these caravels, Father João de Mesquita and Father André Guadàmez were also coming to Goa. Moreover, there also came our Brothers Gonçalo Cardoso, Francisco Lopez, Bertholameo Carrilho Castelhano, João de Bustamante (professional printer) and João Gonçalves: these last five priests were Father Balthazar Telles' nominees for the previous mission (Garcias 1936: 108).

This document furnishes substantial proof (having agreed with Father Cecílio Gomes Rodeles' research in 1912 (*vide* Rodeles 1912: 10) of the fact that the Society of Jesus is intimately connected to the implementation of typography in Goa and in other Portuguese-speaking areas in the East.

The 16th century editions that we know of (so far) were printed in the 'European' printing press in Goa and they are doubtless examples of the Portuguese policies and philosophy of action in these areas.

Here follows a list of works concerning India, which has been listed by Cadafaz de Matos (*vide* Matos 1987: 41-72):

1556 — *Conclusiones Philosophicas*. It is the oldest book printed in India.

1557 — *Doutrina Christã* by Father Francisco Xavier, from the Society of Jesus.

1560 — *Tratado em que se mostrava pela decisão dos concílios, e autoridade dos Santos Padres a Primazia da Igreja Romana contra os erros scismaticos dos Abexins*, Goa. (Treaty in which the Primacy of the Roman Church against the schismatic errors of the Abyssinian was shown by the decision of the councils and the authority of the Holy Fathers.)

1561 — *Compendio Espiritual da vida Cristã*, tirado pelo primeiro arcebispo de Goa, D. Gaspar de Leão Pereira, Goa. (Spiritual Compendium of Christian life, composed by the first archbishop of Goa, D. Gaspar de Leão Pereira, Goa.

1563 — *Coloquios dos Simples, e drogas he cousas medicinais da Índia e assi dalguas frutas achadas nella onde Se tratãm algumas cousas tocantes amediçina, pratica, e outras cosas boas, para Saber cõpostos* pello Doutor Garcia Dorta, Goa. (Colloquium of the Simple, and drugs and medical things from India, and so from some fruits thought to be from where some things are treated regarding the medicine, practice and other good things, to know how to compose) by Doctor Garcia Dorta, Goa.

1565 — *TRATADO QUE fez mestre Hieronimo, medico do papa Benedicto, 13, cõtra os judeus: é que proua o Messias da ley ter vindo* (19). *Carta do primeiro Arcebispo de Goá a o pouo de Israel seguidor da ley de Moises, & do talmud por engano & malicia dos seus Rabis*, Goa. (Treats of what Master Hyronimous did, doctor of Pope Benedict 13, against the Jews: It is what proves that the Messiah of the law has come (19). Letter of the first Archbishop of Goa to the people of Israel, following Moses's law, & of the Talmud by mistake and malice of his Rabbis. Goa.)

1568 — *JESUS* (Brazão do Arcebispado de Goa) — *O PRIMEIRO CONCÍLIO Prouinçial celebrado em Goa. No anno de 1568*. Goa. (JESUS (... of

the Archbishop of Goa) – THE FIRST provincial COUNCIL celebrated in Goa in the year of 1568. Goa.)

1568 — *IESUS I CONSTITVÇÕES do arcebispado de Goa Approuadas pello primeiro cõcilio prouincial / Anno 1568. IESUS I CONSTITVÇÕES of the Archbishop of Goa, approved by the first provincial council / Year of 1568.*

1573 — *Desengano de perdidos em diálogo entre dois peregrinos, hum Christão e hum Turco, que se encontram entre Suez, e o Cairo, dividido em tres partes. (Disillusion of the lost in the dialog between two pilgrims, one of them Christian and one of the Turkish, who meet between Suez and Cairo, divided into three parts.)*

1578 — *DOCTRINA CHRISTIAM en Lingua Malanar Tamul / Doctrina Cristã tresladada em lingua Tamul pello padre Anrique Anriquez da Copanhia de IESU, & pello padre Manoel de São Pedro. Cochim. (Christian doctrine, translated into the Tamil language by Father Henrique Henriques of the Company of Jesus and by Father Manuel de São Pedro. Cochim.)*

1588 — *Oratio habita a Fara D. Martinho Japonico, etc., Goa. (Speech given in Fara, D. Marinho Japonico, etc. Goa.)*

Also in Japan, from 1591 a group of Japanese texts and catechisms using the Latin alphabet started to be printed, aimed at the students of Japanese Jesuit schools. Here follows eight of those works, which were mentioned by Tominakga (1973) and Maruyama (2004):

1591? — *Dochirina Kirishitan. Kazusa (Christian Doctrine).*

1591? — *Sanctos no Gosagueono Vchi Nuqigaqi. Kazusa (The Apostles' Biography).*

1592? — *Doctrina Christan. Amakusa, 1592 (Christian Doctrine).*

1592? — *Fides no Doxi. Amakusa (Introduction of the Symbol of the Faith by Luis de Granada).*

1592? — *Bauchizumono sazukeyo. Amakusa (Leaflet about baptism).*

1592? — *Feiqe no Monogatari. Amakusa (Resumé of Heike's History).*

1593? — Esopo no Fabulas. Amakusa (Esop's Fables).

1593? — Xixo Xixxo. Amakusa, 1593 (Collection of proverbs).

5. Meta-linguistic texts

As far as the rest of the linguistic literature is concerned, whether it was published / printed or handwritten, there are many authors who present some accurate lists, such as David Lopes and Luís de Matos in *Expansão da Língua Portuguesa no Oriente*, and other authors who present diffuse, fragmentary information as in the case of Barbosa Machado (in *Biblioteca Lusitana*), Inocência Silva (in *Dicionário Bibliográfico Português*) and Simão Cardoso (in *Historiografia Gramatical*), to name just a few of the most important ones. Cunha Rivara (1858 and 1868), Céu Fonseca (2006) and Toru Maruyama (1994 & 2004) have provided some systematisation.

Having considered all these works, we have made a list of these printed works and manuscripts with the participation of the Portuguese language in the period between 1550 and 1850, which allows us to confirm their important role for the linguistic study of these languages in continuous connection and interaction:

Vocabulario da Língua Canarina, pelos Padres da Comp. de Jesus. (Vocabulary of the Canarese language, by the Fathers of the Company of Jesus.)

Vocabulario da lingoa da terra, Diogo Ribeiro. (Vocabulary of the language of the earth, Diogo Ribeiro.)

Prosodia ou Dicionario da [língua] Chinezã e Portuguesa. (Prosody or Dictionary of the Chinese and Portuguese [language].)

Diccionario malayo, e portug[ue]s, por Elias Joze Francisco do Valle. (Malay and Portuguese Dictionary, by Elias Joze Francisco do Valle.)

Diccionario portuguez e malayo, collegido por Elias Joze do Valle. (Portuguese and Malay Dictionary, collected by Elias Joze do Valle.)

Vocabulario da lingua canarim. (Vocabulary of the Canarese language.)

Vocabulario da lingua canari. (Vocabulary of the Canarese language.)

Vocabulario Português-Chinês. (Portuguese-Chinese vocabulary.)

Vocabulario de Japon, declarado primero en portugués por los Padres de la Compania de Jesus y ahora en castellano en el colegio de Santo Thomás de Manila, Thomas Pinpin y Jacinto Magauriva. (Vocabulary of Japan, first written in Portuguese by the Fathers of the Company of Jesus and now in Spanish in the College of Santo Thomás in Manila, Thomas Pinpin and Jacinto Magauriva.)

Arte da Lingoa Canarim, P. Thomaz Esteuão da Comp. de Jesus. (Art of the Canarese Language, P. Thomaz Esteuão of the Company of Jesus.)

Dictionarium Annamiticum Lusitanum et Latinum, Alexandre de Rhodes. (Annamese, Portuguese and Latin Dictionary, Alexandre de Rhodes.)

Vocabulario Tamulico, com a significação portugueza. (Tamil Vocabulary, with Portuguese lexical meaning.)

Vocabulario chingalá-lusitano, e lusitano-chingalá. (Vocabulary

Vocabulario lusitano-tamulico e chingalá. (Vocabulary Portuguese-Tamil.)

Lexicon Lusitano-Latino Tamulicum, Giuseppe Beschi. (Portuguese-Latin Tamil Lexicon, Giuseppe Beschi.)

Vocabulario em idioma bengala e portuguez. (Vocabulary in Bengali and Portuguese language.)

Compendio da grammatica bengala, Fr. Manoel da Assumpcam. (Compendium of Bengali grammar, Fr. Manoel da Assumpcam.)

Vocabulario tamulico-lusitano e Vocabulado lusitano-tamulico. (Vocabulary Tamil-Portuguese and Vocabulary Portuguese-Tamil.)

Grammatica indostana.

Grammatica marastta.

Nieuwe Woordenschat, uyt het Nederduitsch in het Gemeene Maleidsch en Portugeesch.

Vocabulaire français, anglais, portugais de l'Inde, persan, maure et bengale. (French, English, Indian-Portuguese, Persian, Moor and Bengali Vocabulary.)

Vocabulaire bengal, français et portugais de l'Inde, par Aussant. (Bengali, French and Indian-Portuguese vocabulary, by Aussant.)

Éléments de la Grammaire japonaise par le P. Rodriguez, M. C. Landresse. (Elements of Japanese Grammar by Father Rodriguey, M. C. Landresse.)

Arte china, constante de alphabeto e grammatica, comprehendendo modelos das diferentes composições. (Chinese Art, constant in alphabet and grammar, comprehending models of different compositions.)

Vocabulario Tamulico em Luzitano. (Tamil Vocabulary in Portuguese.)

Vocabulario Chingalitico et Lusitano. (Chingalitico and Portuguese Vocabulary.)

Vocabulario Luzitano Tamulico e Chingalitico. (Portuguese, Tamil and Chingalitico Vocabulary.)

Vocabulario Portuguez, Tamul e Chingala, composto por Padre Jácome Gonçalves. (Portuguese, Tamil and Chingala Vocabulary, composed by Father Jácome Gonçalves.)

Esboço de um Dicionario historico-administrativo. (Draft of a historic-administrative Dictionary.)

Diccionario portuguez-china, no estylo vulgar mandarin, e classico geral. (Portuguese-Chinese Dictionary, in the style of vulgar and classic Mandarin.)

Diccionario china-portuguez, no estylo vulgar mandarin e classico geral. (Chinese-Portuguese Dictionary, in the style of vulgar and classic Mandarin.)

Arte malavar, or Grammar of the Malabar language, explained in Portuguese. (Malabar Art, or Grammar of the Malabar language, explained in Portuguese.)

A Vocabulary, Portuguese, Hindustâni and Persian.

Rudimenta, linguae Persicae, A Grammar of the Persian language in Latinj with a Vocabulary, Latin, Portuguese, and Persian. (Rudiments of the Persian language. A Grammar of the Persian language in Latin with Latin, Portuguese and Persian Vocabulary.)

A Vocabulary, Portuguese and Hindustáni, in the Nagri character.

A Vocabulary, Portuguese and Bengali.

Dicionário Damulico-Portuguez. (Portuguese-Tamil Dictionary.)

Dicionário português-marata, Barão de Combarjua. (Portuguese-Marathi Dictionary, Barão de Combarjua.)

Vocabulário da língua Malabar, Henrique Henriques. (Vocabulary of the Malabar language, Henrique Henriques.)

Arte de gramática de lingua malabar, Henrique Henriques. (Art of Grammar of the Malabar language, Henrique Henriques.)

Vocabulário lusitano-malavárico, João Ernesto Hanxleden. (Portuguese-Malabar Vocabulary, João Ernesto Hanxleden.)

Dicionário malabárico-lusitano, J. E. Hanxleden. (Malabar-Portuguese Dictionary, J. E. Hanxleden.)

Gramática malabárico-portuguesa, J. E. Hanxleden. (Malabar-Portuguese Grammar, J. E. Hanxleden.)

Vocabulário sanscrolâmico-português, J. E. Hanxleden. (Sanscrol-Portuguese Vocabulary, J. E. Hanxleden.)

Vocabulário português e hindustani ou persa, Eugénio Trigueiros. (Portuguese and Hindustani or Persian Vocabulary, Eugénio Trigueiros.)

Arte tamul, Gaspar de Aguiar. (Tamil Art, Gaspar de Aguiar.)

Arte tamúlica-portuguesa, Baltasar da Costa. (Tamil-Portuguese Art, Baltasar da Costa.)

Vocabulário português-tamul. (Portuguese-Tamil Vocabulary.)

Vocabulário tamúlico-lusitano, Manuel Ferraz. (Tamil-Portuguese Vocabulary, Manuel Ferraz.)

Breve Arte chingala, Jácome Gonçalves. (Short Chingala Art, Jácome Gonçalves.)

Vocabulário chingala-lusitano, Jácome Gonçalves. (Portuguese-Chingala Vocabulary, Jácome Gonçalves.)

Vocabulário lusitano-chingala, Jácome Gonçalves. (Portuguese-Chingala Vocabulary, Jácome Gonçalves.)

Vocabulário português-chingala, José Vaz. (Portuguese-Chingala Vocabulary, José Vaz.)

Dicionário português-malaio, coletado por Elias José do Vale. (Portuguese-Malay Dictionary, collected by Elias José do Vale.)

Vocabulário lusitano-tamílico-chingala, Jácome Gonçalves. (Portuguese-Tamil-Chingala Vocabulary, Jácome Gonçalves.)

Vocabulário português-bengala. (Portuguese-Bengali Vocabulary.)

Dicionário da língua anamítica, António Barbosa e Gaspar do Amaral. (Dictionary of the Annamese language, António Barbosa and Gaspar do Amaral.)

Dicionário anamita-português, João de Loureiro. (Annamese-Portuguese Dictionary, João de Loureiro.)

Vocabularium lusitano-anamítico, Manuel Ferreira. (Portuguese-Annamese Vocabulary, Manuel Ferreira.)

Dicionário português-chinês, Ruggieri e Ricci. (Portuguese-Chinese Dictionary, Ruggieri and Ricci.)

Dicionário da língua cizínense e portuguesa, Gaspar Ferreira. (Dictionary of the Cizinense and Portuguese language, Gaspar Ferreira.)

Dicionário chinês-português, Álvaro Semedo. (Chinese-Portuguese Dictionary, Alvaro Semedo.)

Vocabulário luso-chinês. (Portuguese-Chinese Vocabulary.)

Dicionário chinês-português-latim-francês. (Chinese-Portuguese-Latin-French Dictionary.)

Dicionário chino-latim-português (Chinese-Latin-Portuguese Dictionary.)

Dictionarum latinum-lusitanum ac Iaponicum ex Anbrosii Calepini. (Latin-Portuguese Dictionary *ac Iaponicum* by Anbrosius Calepinus.)

Vocabulario da lingua de Iapam com a declaração em Portugues. (Vocabulary of the Japan language with a declaration in Portuguese.)

Vocabularium lusitanico latino, Manuel Barreto. (Portuguese Latin Vocabulary, Manuel Barreto.)

Institutione Grammatica Libri tres, Manuel Alvares.

Diccionario de maratha-portuguez, Suriagy Ananda Rau. (Marathi-Portuguese Dictionary, Suriagy Ananda Rau.)

Dicionário Português-Chinês-Inglês, Michele Ruggieri & Matteo Ricci. (Portuguese-Chinese-English Dictionary, Michele Ruggieri & Matteo Ricci.)

Gramática da lingual concani escripta em portuguez por um missionario italiano. (Grammar of the Konkani language written in Portuguese by an Italian missionary.)

Gramatica da lingua Bramana, Christovão de Jesus. (Grammar of the Brahman language, Christovão de Jesus.)

There are still works referred to in the letters which the Jesuits wrote from Japan and which give notice of other works. According to them, around 1563 Duarte da Silva wrote *Arte da lingoa japonesa*, the first handwritten Japanese grammar by a Portuguese Jesuit missionary. In 1564, João Fernandes composed *Gramatica da lingoa japonesa* and *Vocabulario*. From 1564 on, Luís Fróis made a new version of the *Vocabulario*. About twenty years later, in 1581, António Prenestino wrote *Arte da lingoa de Iapão* and *Vocabulario da lingoa de Iapão*. In 1585, *Diccionario autêntico e exaustivo* of the seminar of *Arima* was published. Also at the same time, Manuel Barreto wrote *Vocabulario Portugues Japonico*.

These texts, before 1590, remain undiscovered; in our opinion, they may not have been destroyed yet. A plausible hypothesis, they may be kept in Portuguese as well as in Italian libraries and they may have not been treated yet. They could have been destroyed during the persecution and death of many Christians in Japan. The Jesuit letters and diaries give witness to their publication and spread.

This list is merely a fragmentary sign of the meta-linguistic work produced thanks to the partnership with the Portuguese language beyond

the European border. Many of these texts (probably the majority of them) are nowadays still unknown by most investigators.

Among Portuguese missionaries, and later missionaries from other European countries, the Discoveries gave rise to the problem of describing various languages, each with totally different structures compared with Portuguese and Latin. This was, therefore, one of the most significant issues of the Portuguese Diaspora during the 15th century, and in fact this expansion has been reinforced by an inter-linguistic dialogue that still exists today.

It was the religious orders themselves, especially the Society of Jesus, which played the most important role in both the literacy campaign to thousands of people and the growth of awareness about a world that was linguistically diverse. The missionaries learnt these languages through assiduous study and, within a short period of time, they printed lists of vocabulary, grammar books, dictionaries, spelling books and even catechisms (...) which represent an extraordinary legacy for the history of culture and the history of languages in contact with each other.

This group of works that we have mentioned, although fragmentary, provides us with a panorama of the diverse production (handwritten or printed) of missionary linguistics entirely or partially studied by Portuguese missionaries and written exclusively in Portuguese. This Missionary Linguistics derived from inter-linguistic contact between the different languages of different peoples and nations. Much of this written work is yet to be studied and, to the shame of those who should be concerned about such works, some of the printed books are not yet catalogued nor is there even an idea of their whereabouts. Nevertheless, the available bibliography is, for the time being, sufficient to assess the dimensions of inter-linguistic contact, which encompasses the dictionary compilation of such distant languages as Malabo, Japanese and Konkani, to name but a few, and their interpretation, which implied the knowledge of other languages with different written traditions. All of this work was accomplished thanks to the generosity of missionaries (secular and religious ones), especially Jesuit, Franciscan, Dominican and Benedictine priests. We name a few of them, such as Henrique Henriques, S.J. (1536-

-1608), Tomás Estevão, S.J. (1549-1619), João Rodrigues, S.J. (1561-1633), among many others who fairly deserve to be remembered. The ‘civilising’ action of the missionaries, especially the Portuguese Jesuit missionaries

quando recupera as línguas de recepção e as enriquece com a memória escrita, com a reflexão metalinguística e com a recolha do seu corpus lexical, configura um gesto de encontro bem mais elaborado e confraternal do que a guerra santa ou espírito de conquista, que desde o tempo do império romano era exercido com a crueldade elementar do dilema “*parcere subiectis et debellare superbos*” [poupar os fracos e abater os soberbos] enunciado por Virgílio (Eneida 4.853). (Verdelho 2008: 20).

[when it recovers the reception languages and provides them with a written memory, or meta-linguistic reflection or even the gathering of its lexical *corpus*, shows a sign of more brotherly benevolence than the Holy War or the Conquest spirit, which, from the Roman Empire times was exercised with the dilemma of elementary cruelty ‘*parcere subiectis et debellare superbos*’ [spare the Weak and eliminate the Haughty and Superb], as stated by Virgil.]

Bibliographic reference

Álvares, Manuel (1562): “Prologo”. In: *Cópia de algumas cartas que los padres y hermanos da companhia de IESUS [...]* Coimbra: João de Barreira.

Anselmo, António Joaquim (1926): *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Barros, João de (1971 [1540]): *Gramática da Língua Portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha* (Fac-simile reproduction, reading, introduction and notes por Maria Leonor Carvalhão Buescu). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Bernard-Maitre (1971): “O Extremo Oriente”. In: Febvre, Lucien y Martin, Henri-Jean: *L'apparition du livre*. Paris: Éditions Albin Michel.

- Boxer, Charles Ralph (1950): “Padre João Rodrigues Tçuzu S.J. and his japanese Grammars of 1604 and 1620”. In: *Boletim de Filologia* XI, 338-363. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos.
- Buescu, Maria Leonor C. (1983): *O estudo das línguas exóticas no século XVI*. Lisboa: Biblioteca Breve.
- Cardoso, Simão (1994): *Historiografia gramatical (1500-1920)*. Porto: Faculdade de Letras do Porto.
- Cartas dos Jesuítas do Oriente e do Brasil 1549-1551*, Fac-simile reproduction. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1993.
- Cartas que os Padres e Irmaos da Companhia de Jesus, que andão nos Reynos de Japão escreuerão aos da mesma Companhia da India, & Europa desde anno de 1549 até o de 1580*, I e II. Évora: Manoel de Lyra, 1598. (Fac-simile by José Manuel Gracia. 2 vols. Maia: Castoliva, 1997)
- Cruz, Gaspar da (1984 [1569]): “Tratado em que se contam muito por estenso as cousas da China com suas particularidades e assi do reyno Dormuz”. In: Fernão Mendes Pinto: *Peregrinação*. Porto: Lello & Irmão.
- Dalgado, Sebastião Rodolfo (1893): *Diccionario komkanî-portuguez, philologico-etymologico*. Bombaim: Tip. “Indu-Frakash”.
- (1913): *Influência do vocabulário português em línguas asiáticas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- (1919-1921): *Glossário lusoasiático*. Vols. I-II. Coimbra: Academia das Ciências de Lisboa / Imprensa da Universidade.
- Fonseca, Maria do Céu Brás (2006): *Historiografia linguística portuguesa e Missionária: preposições e posposições no séc. XVII*. Lisboa: Colibri.
- Fróis, Luís (1976-84): *História de Japam* (critical edition by José Wicki). 5 vols. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Gracias, Amâncio (1936): “Os portugueses e o estabelecimento da imprensa na Índia”. In: *Boletim do Instituto Vasco da Gama*. Pangim: Instituto Vasco da Gama.

- James, Gregory (ed.) (2003): *Through Spanish Eyes. Five accounts of a missionary experience in sixteenth-century China*. Translated by Gregory James and David Morgan. Hong Kong: Hong Kong University of Science and Technology.
- Lopes, David (1969 [1936]): *Expansão da língua portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII*. Prefaced and annotated por Luís de Matos. Porto: Portucalense Editora.
- Machado, Diogo Barbosa (1965-1967 [1741-1759]): *Bibliotheca lusitana*. 4 vols. Coimbra: Atlântida Editora.
- Maruyama, Toru (1996): “Selective bibliography concerning the Jesuit Mission Press in the sixteenth and seventeenth centuries”. In: *Nanzan Kokubun Ronshu (Journal of the Department of Japanese Language and Literature)* 20: 1-118. Nagoya: Nanzan University.
- (2004): “Linguistic studies by Portuguese Jesuits in sixteenth and seven-teenth century Japan”. In: Zwartjes, Otto & Even Hovdhaugen (eds.): *Missionary Linguistics I / Linguística Misionera*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- (1992): “Influência dos textos portugueses no estudo da língua japonesa medieval”. In: *Estudos Orientais III*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa: 151-157.
- Matos, M. Cadafaz de (1987): “Humanismo e evangelização no Oriente no século XVI”. In: *Revista ICALP* 7-8 (Março-Junho): 41-72.
- Pinto, Américo Cortez (1948): *Da famosa arte da imprimissão*. Lisboa: “Ulisseia” Limitada.
- Rivara, Joaquim Heliodoro da Cunha (1858): *Ensaio historico da lingua concani*. Nova-Goa: Imprensa Nacional.
- (1868): *Catalogo dos manuscriptos da Bibliotheca Publica Eborense*. T. II. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Rodeles, O. Cecílio Gomes (1912): *Imprensas de los Antiguos Jesuítas en las Misiones de Levante durante los siglos XVI a XVIII*.

- Rodrigues, Francisco (1917): *A formação intelectual do Jesuita: leis e factos*. Porto: Magalhães e Moniz.
- Silva, Inocêncio Francisco da (1858-1923): *Diccionario bibliographico portuguez*. CD-Rom.
- Sommervogel, Carlos (1890-1960): *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*. Ts. I-XII. Bruxelas: Polleunis et Ceuterick [vd. *Bibliographie*, T. X. “Belles-Lettres, Linguistiques”].
- Tominaga, Makita (1973): *Kirishitan-ban no kenkyuu (Studies of books printed by the Jesuit mission press in Japan)*. Tenri: Tenri Central Library.
- Verdelho, Telmo (2008): *Encontro do português com as línguas não europeias. Textos interlinguísticos*. Lisboa: BNP.

LANGUAGE DIDACTICS: TEACHER EDUCATION AND THE 21ST CENTURY

José Manuel C. Belo

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

jbelo@utad.pt

Setting

The information society has had a great part in the changes observed everyday at all social levels, and, of course, in the school, at the classroom level and in the interaction between teacher and students. The traditional way of living was replaced by a liberalisation often considered excessive, and the systematic information deficit was followed by an information explosion and massification; the local, regional and national designations became continental and global. Some people may even talk of *glocal*. Throughout History, change has been permanent, but never, as today, has it been so rapid and drastic.

For a long time, the School has nearly monopolised the access to information (to knowledge). However, in the present setting of rapid and continuous changes, where the possibility of access and acquisition of information in real time and in multiple spaces is greater than ever, it is important to investigate the devices developed by the School and the teachers to adapt to this new, rapidly changing situation⁶.

⁶ The Sapir-Whorf hypothesis states that language structures our perception of reality. M. McLuhan suggested that new media produce new languages. Joining this idea with the essential and traditional function of the School [to develop instruction and the sophistication of languages (medium) more important to students], the study of medium is urgent in a new educational environment. On the other hand, the fact that new media are inseparable from the changes happening all around, requires that the almost exclusive interest the school has for printed culture enlarges so that it can embrace these new forms, that is, the magnitude of the effects produced by the new

Historically speaking, in the School, printing determined the change from oral to written and visual forms of communication. For more than five hundred years, printing has been one of the main instruments of information flow and has conditioned our conception of educational process. However, since the middle of the 19th century, a continuous flow of new media has offered access to amounts of information never before matched.

Today, we live in a situation where it is increasingly important to reflect on the problem of “over-information” and the need to acquire new skills. In fact, that new ‘thing’ we are facing is a completely modern and more complex medium; the excess of information is not simply an exaggeration, it aims at a further dimension that demands other types of solutions and a new set of techniques. This means a need for new patterns of perception, comprehension, and evaluation, that is, a new type of education and educational communication.

Thus, considering today’s huge information flow, there is the need for new attitudes and skills, because reading and writing are not enough, as it was before in the dominant cultural scheme, to handle properly the available information⁷.

media requires that any attempt to increase the relevance of education includes a substantive consideration of those media.

⁷ A report – *Education and Training in Information Society*– presented by a Study Group established by the European Commission, stated that the exponential development of new information technology will lead to deep changes in education and training. Some researchers speak of a new emerging paradigm that will completely change educational methods and processes, as well as the roles of educational actors, that, will, eventually, lead to the change of today’s concept of education. However, at this stage, nobody can predict the direction of the changes and the way they will affect education and training. Nevertheless, in an optimistic view, the above mentioned report mentions that hardly will the school and the human relationship teacher-pupils be replaced, because none of the forms of virtual technology and automatic systems will ever be able to reach the fullness and intelligence of direct interpersonal communication.

Protocols

Postman and Weingartner (1973) differentiate between *essential functions* of School and the *conventional ways* of carrying out those functions. For example, *evaluation* is an essential function of School, but the *conventions* of evaluation are numerous and varied.

If, as Gage (1978), we understand that *to teach* means any activity on the part of one person intended to facilitate learning on the part of another, and we try to apply that definition to language teaching, it seems that the main characteristic of language teaching is the activity on the part of one person (who may be termed teacher) designed to facilitate the learning of a language (first, second, or foreign) for another person (who we may term learner).

Everything else related with language teaching may be included in the category of conventions, differing from country to country, town to town, school to school, and classroom to classroom. In the long list of changeable conventions in language teaching we may include methodologies, materials, timetables, types of tests and assessment procedures, types of drills, classroom student organisation, syllabi, language labs, and other audio-visual media, objectives (general and specific), and the activities designed to reach them, pedagogical techniques, etc., etc.

We are talking of pedagogical and didactic procedures about which there is a more or less general assent in what refers to their usefulness and efficacy in the school educational activities. Here, the procedures that may contribute to a better learning will be called protocols. Some of them may be considered general protocols, because they are applicable to all subjects of the curriculum; other are specific ones because of their particularities. Therefore, the didactic treatment of English as a foreign language may be defined by the coexistence of these two types of protocols.

If we recover Korzybski's⁸ metaphor and, in a somehow abusive manner, try to apply it to the classroom's instruction and learning situations,

⁸ Alfred Korzybski used to compare a person's language to a map. The map was intended to depict the territory we call reality. According to Korzybski, whenever map and territory are exactly correspondent, there is a great level of efficacy and efficiency

we will notice that often (perhaps too often), a teacher's language does not fit into the "territory" of a student and, therefore, the level of efficacy and efficiency of the teacher's actions is very small.

On the other hand, if we consider the class as a social group, the didactic processes developed there may be faced as group processes, and, in those conditions, they may be deeply marked by the organisational structure underlying the communicational processes used in teaching and learning and by the behaviour of teachers that have a central position and a leading role inside the group. Thus, more than simply information sources, teachers are communicators, that is, they have roles as, for example, organisers, managers, etc⁹.

In a setting like this one, teacher education (and the organisation of the school system), study, learning, and research and experimentation of new protocols, have a decisive significance if we aim to adjust school teaching and learning to the needs set by the scientific and technological development and the increasing social and cultural complexity.

Pre-service and in-service teacher education: the need of a professional *culture* based in Innovation, Investigation, and Information: the 3 I's culture

In what respects to the education of English language and literature teachers, the pre-service and in-service education involve all the professional development of teachers, and in the necessary changes they have to undergo for a better adaptation to the needs of today's world.

in action. When there is a minimal coincidence between map and territory, there is a strong bias to increase the entropy.

⁹ He organizes when, for instance, he defines the task to perform and its outcome(s); he manages when he observes the group dynamics, he coordinates the activities and makes sure of carrying out, or not, of the tasks by the students, according to the specifications. He may also be an evaluator, a tutor, an adviser, ...

Despite some common aspects, these two types of education have different characteristics that we will not mention, since, we understand they are well known to you all.

Innovation

Pre-service education of language teachers must be deeply reformed. That reformation should be a true innovation, either from the point of view of curriculum organisation or of many of the subjects studied. If that does not happen, we risk continuing educating teachers for ‘virtual,’ non-existing, audiences. There may be teachers that are unable to answer the challenges set by the appearance and the diffusion of new technologies and new knowledge. On the other hand, in-service education must also be changed to, among other things, a better adaptation to the needs teachers really feel in their daily work, as well as helping to continuously update the specific knowledge of content subjects.

Youngman (1979) worked up a list of 1082 operations that teachers develop in their daily professional life. He divided those operations into 25 categories¹⁰. In the eighties, Altman (1981) presented a set of 85 characteristics that, in his opinion, a skilled and up-to-date teacher of a foreign language should have¹¹. Those figures are by themselves clear indicators of the complexity intrinsic to the school educational task.

The mere consultation of the above mentioned documents makes it possible to see the need for changes at the curriculum organisation level still used in many schools/faculties where education of language teachers is occurring. It is well known that, sometimes, those schools tend to perpetuate “classical” models of education. For example, it would be interesting to study the causes of the continuity in the curriculum of an excessive quantity of literary subjects, when we know that the literary

¹⁰ Later, that list was reduced to 565 operations. See Appendix 1 where we only present 25 categories whose names are, according to Youngman, still provisional.

¹¹ See Appendix 2.

discourse is but one between several others that frame language(s) and the cultural network, in contrast to the relatively few “cultural” subjects.

There are subjects that, together with the literary discourse, should deserve greater attention of the language teacher education curriculum developers: films, music, the arts, advertising, television, It seems important to include in the curriculum a greater amount of what we call a cultural component, so that it will be possible to achieve, in this side of language teacher education, a bigger and better balance as well as a more effective and efficient¹² adaptation to the needs of an increasingly complex reality. We are talking about the introduction of changes that allow future teachers the acquisition and learning of new skills. In what refers to pedagogy and didactics, there is also the need of changes, we may say innovations, adapted and adaptable to the new social, economic, and cultural conditions, in a word, the new educational environment.

When classifying educational changes, Carnoy and Levin (1985) divided them in four categories: micro- and macrotechniques, and micro- and macropolicies. Those categories are graded, which means that an eventual change in one of them belonging to a higher level requires changes in the immediately previous category, that is, for example, to say that a micropolitical reformation implies changes at the micro- and macrotechnical levels.

The framework presented by Carnoy and Levin makes it possible to draw a picture of specific application to language teacher education and training. Besides the above mentioned subject content, at the microtechnical level appear changes in materials, the need of a continuous education of teachers, and educational technology. At the macrotechnical level, some issues are particularly relevant, such as team teaching, open classes, and *Mastery Learning*. At the micropolitical level two aspects are important: changes in the classroom's or school's internal management, and greater responsibilities for students in the didactic process.

¹² For a better understanding of the sense that, here, we ascribe to these words, we must say that by effective we imply the aptitude of a mean to reach an aim, for which it was conceived and used. By efficient, we mean the set of effects, whichever they are, produced by an agent's action.

The mentioned modifications imply a shift of the “traditional” role of teachers and, consequently, changes in their education and training. New protocols will include, for instance, the identification of students’ learning strategies, training on learning strategies, and help in the autonomization of students. Teachers will not necessarily give up all their old tasks of teaching and management, but those elements will become much less dominant.

Investigation

Research developed during the last thirty years has shown that it is only possible for a person to understand when they, while learning, think actively about the different subjects or experience new ideas considering the knowledge he/she already possesses. That change about the understanding of the learning phenomenon also means a new orientation in teacher education.

Sometimes, teachers’ beliefs about learning are limited by their own experiences with conventional teaching practices and, to change them, it is necessary that teachers are presented with new ideas (eventually better ideas) and question the beliefs based in their experiences. On the other hand, we see a clear need of development of the specific knowledge field of teachers, that’s why their involvement in learning tasks is important to help them relate new ideas with other ones maintained previously. That process will allow a deeper understanding of their subjects and the development of their teaching skills, making it easier for students in the learning of specific content subject knowledge. A third decisive factor to change is systematic reflection about teaching practices. Therefore, pre- and in-service teacher education must empower present and future language teachers so that they can:

- a) rethink their assumptions and beliefs about teaching and learning;
- b) develop the knowledge of their specific field and learn about the diversity and variety of the cultural and community settings where they work;

c) learn to reflect upon their work.

Nevertheless, because today any group of students is much more heterogeneous (cognitive, social, cultural, ethnic and linguistically) than before, the changes teachers have to implement imply more than simply the learning of new techniques. Especially the teachers already in the education systems will have to combine gradually their usual approaches with new ones, so that they can really help students learn how to learn. However, the change of teacher's habits and routines cannot (it should not) be a swift one, because teachers need time to understand new goals, to experiment new ideas, to assess their effects, to make adjustments in the approaches, and to carry out systematic evaluations.

Everything we said leads to the idea of teacher-as-researcher. However, as Allwright (1994) points out, what we need is not to add investigation to teachers' problems, but, completely integrate research in the normal teaching practices. We cannot deny that the investigation of what happens in the classroom has always, in a subjective or intuitive way, been one of the characteristics of educational practices. But, today, when we talk about teacher-as-researcher, we mean something quite different. Allwright and Bailey (1991) state, in a clear and simple way, what should be the task of the teacher-researcher: "... Being a good classroom teacher means being alive to what goes on in the classroom, alive to the problems of sorting out what matters, moment by moment, from what does not. And that is what classroom research is all about: gaining a better understanding of what good teachers (and learners) do instinctively as a matter of course, so that ultimately all can benefit".

In Portugal, investigations about language teacher education are still insufficient. However, in some countries, a promising amount of suggestions to help the work of teacher pre- and in-service education and training appeared in the literature, especially during this now ending decade. Usually, those suggestions hold the need of implementation of some actions, thought as essential in the development of language teachers' education courses. We can arrange those suggestions in six collections: 1) Development of three essential competencies: linguistic-communicative, applied (theoretical), and professional; 2) Integration of strategies of *education* and development, so that it will be possible to

produce behavioural changes; 3) Integration of practical teaching activities and conscientiousness of the principles underlying those practices; 4) Education and training of teachers-researchers of their own classroom practices; 5) Involvement of teachers in action-research projects, so that they can investigate their classes in a fashioned way; 6) Education and training of reflective, critical, and operative¹³ teachers.

Information

In spite of what has been said, if we want that English language teachers use new forms and ways of teaching and diversify the tools they use, there is the need of a new overall environment, both inside and outside the school. The new environment must have some essential features: the possibility of general access to information technologies (multimedia, telematics, WWW; IRC; FTP; e-mail; fax; videoconference,...), the production and development of suitable materials, the change of curricular content subject, the orientation of language teaching to communication, the reinforcement of the link between school and community. It's easy to see that, in a setting like this, information technologies have a special importance.

Today, in Portugal, some elementary schools and all secondary schools are connected to the Internet. The Ministry of Education says that many teachers want to be trained in a way that they can take the opportunity of a better use of the Internet in their work and classes. There's a new type of informational flow each day more and more comprehensive. The digitalisation of information will certainly lead to a stage where any magnetic or optic media, can hold a movie, some software, a book, a magazine or newspaper, a musical piece, etc., that can be viewed and used through a simple television or computer screen¹⁴. The availability and use

¹³ Here, the term "operative" results from the English word *operacy*, created by Edward de Bono. That word implies skills like, for instance, the examination of the consequences of action, the consideration of relevant factors, the evaluation of priorities, the consideration for other people concerns, etc.

¹⁴ In the teaching and learning of languages, one of the effects of the globalization is the necessity of understanding between people with different languages. That under-

of a wider range of means and resources will lead to an increasing diversity of the places where teacher education will occur.

It is in this setting that the Internet, for example, is assuming a growing importance. That's why there are people who think about the "Net", its uses, applications, and implications, as a three- part typology. In the first place, the Internet as a communication network is, in itself, an object of knowledge - an element and factor of culture. Secondly, it is believed that school, in the sense we talk about professions, has, as its fundamental goal, pedagogy. That's why the school, the teachers, and the school officials, as it happens also in all companies, permanently have to question themselves about the integration of new techniques and technologies in their profession. And finally, the fact that a school is a company of a particular type, integrating networks for its own operation and benefit - educational systems wouldn't work if there weren't any networks. The Internet is a working tool for the practice of the teaching profession, but, nowadays, a different practice: before, it was predominantly the practice of teaching in the classroom, today we think about the practice of teaching additionally as planning and preparation of classes, and, also, and probably more important, as the creation of learning conditions.

When we think of the Internet, we think of an amazing reservoir of rough resources that was not produced primarily with a didactic intention but can be used for that purpose. In the case of the language teacher, there's the need of diversifying materials and situations in his/her teaching: it's necessary to communicate, listen, speak, read, and write the language, and,

standing must be increasingly rapid, but the traditional process does not have neither that rapidity nor the needed efficacy and efficiency. The efforts to overcome this stage tried to put the dictionaries and the learning processes at everybody's disposal through several kinds of media successively updated. However, the present moment is quite different. Now, the question is to create translation machines that exempt the user from the slow processes of learning. But, the most surprising lines of research in this field combine machines with the human brain. At the Max Planck Institut, in Germany, some scientists investigate the amazing possibility of introducing a chip in the human brain so that it is possible to set up a connection between the brain circuits and a computer, based in the principle that both brain and computer process electric charges. The goal would be to learn any language instantaneously !!!...

for that to happen, there's the need of audio and video cassettes, books, magazines, pictures, In the Internet, there are lots of materials useful for classroom practices. For example, imagine a class going to London, New York, Paris, or Berlin; the trip can be prepared by saying to students to search in a server, in London or New York, etc., to locate a plan of a quarter, street, or square, to take a look at a certain number of files, ...; always with a main concern: language learning. Another pedagogical use will be, for example, to use the "Net" to exchange electronic messages with classes abroad, where students have correspondents. Each teacher can (re)construct completely the language class with the help of the e-mail, being that the utilisation of this resource is one of the great successes of educational telematics.

The teacher builds the class(es) adjusting the main goals of learning to speak, read, and write, around "real" situations of communication. Thanks to communication networks, there is the possibility to practice situations that make sense for students, but, for that to happen, it's first necessary to help that, at a certain point, the student, instead of asking only what his correspondent needs (for instance, how to write a certain word), be motivated and understand the importance of grammatical rules, for example.

The Internet is - it can be -, a professional tool for language teachers, especially English language teachers. Thanks to the Internet, teachers can access to the daily life of London, New York, Paris, or Berlin. They can grab a page, and, from that page, after electronic treatment, make several versions adapted to their classes; it's something that can be quickly done, where teachers will adapt to the grammatical or lexical points they are working on, and to the levels of different students. This is just an example of the use of a tool that allows teachers to produce pedagogic materials based on the motivation resulting from reality, and, at the same time, doing it in a swift manner.

In this setting – that of the emergency and operation of information society -, it's essential that teachers – each and every teacher – be prepared for the management of knowledge of the available and useful resources in language didactics. However, when we talk about the knowledge and the management of informational and documentary resources, it's important

to know where to find those resources, how to reach, to select, and to use them.

If society is changing there is also the need of educational change. Thus, we will need to develop new strategies, especially in the field of (language) teacher education and training.

If we take into account the conditions and the external influences over teaching and learning in the present global conjuncture - information society – it is possible to say that, in the near future, teachers will be liberated from a lot of least central tasks, in the exact measure that information technologies will help to raise some space for the development of more important elements of teaching practices, freeing the teachers from purely mechanical tasks and helping them in other tasks like, for example, the evaluation process¹⁵.

If it's true that any process of acquisition and reinforcement of knowledge depends on the historical, social, and cultural contexts where knowledge is produced, we will not delude ourselves by saying that significant changes will happen very soon. Without any doubt, one of the main changes will consist in the possibility of students to manage their own educational process. They will be able to change it and redirect it, and, in that setting of permanent dialogue and communication, the school will be a “voice” among many others, with which the students will have to dialogue and where they will find a huge quantity of available information, conglobating representations of historical, cultural, religious, scientific, and social realities. In these conditions, we have no doubts that a great part of an educational process of this kind will occur outside the (traditional) classroom.

That's one more reason for the teacher to run through a phase of (re)adaptation to the emerging reality of the new media and information landscape and, in a sense, by the abandon of old theses according to

¹⁵ It is possible to expect that whenever any student-centred approach/method is introduced, the student will be able to learn by their own through experimentation with the available technology, and relatively little through formal instruction in a group context.

which culture is exclusively literary. 'Modern' teachers must count upon the necessary tools to do their work in an highly media and information saturated environment.

Are the courses of English language teacher education existing in Portuguese schools and universities able to produce professionally skilled teachers to face the challenges of the increasing complexity of the educational work in a school setting?

A definite answer given here and now would certainly be extemporaneous, because the ongoing changes and the ways already undertaken or to undertake prevent us to do so.

Referências Bibliográficas

- Allwright, D., Lenzuén, R., Mazzillo, T., e Miller, I. (1994): *Integrating Research and Pedagogy: Lessons from experience in Brazil*. Lancaster University: Centre for Research in Language Education, Working Paper Series.
- Allwright, D. e Bailey, K. M. (1991): *Focus on the Language Classroom*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Altman, H. B. (1981): «*What is Second Language Teaching*» in James A. Alatis, Howard B. Altman e Penelope M. Alatis (eds.). *The Second Language Classroom: Directions for the 1980's*, pp. 5-19. New York/Oxford: Oxford University Press.
- Carnoy, M. e Levin, H. M. (1985): *Schooling and Work, in the Democratic State*. Stanford: Stanford University Press.
- Gage, N. L. (1978): *The Scientific Basis of the Art of Teaching*. New York: Teachers College Press.
- Postman, N. e Weingartner, C. (1973): *The School Book*. New York: Delacorte Press.
- Youngman, M. D. (1979): *Analysing Teachers' Activities*. Nottingham: University of Nottingham Press

APPENDIX

Appendix 1

The 25 categories of Youngman

(the number of operations for each category in brackets)

1. OVERLAPS WITH COLLEAGUES' TEACHING (12)
2. EXCHANGE TEACHING IDEAS WITH COLLEAGUES (16)
3. DEPARTMENTAL/STAFF SYLLABUS LINKED COLLECTIVE WORK (57)
4. PROFESSIONAL ACTIVITY OUT OF SCHOOL OR ACROSS SCHOOL (10)
5. NON SYLLABUS LINKED ADMINISTRATION OR OTHER (43)
6. CONTACT WITH HIERARCHY (18)
7. RECORD KEEPING (9)
8. ASSESSMENT (61)
9. PLANNING – AT OUTSET (72)
10. CRITERIA FOR PLANNING/LESSON DECISIONS (23)
11. SHORTER TERM PLANNING - WEEKLY (18)
12. SHORTER TERM PLANNING – LAST MINUTE/DAILY (23)
13. MOVEMENTS/OTHER (9)
14. GENERAL PEDAGOGY IN CLASS (47)
15. "DIAGNOSTIC" WORK WITH STUDENTS (6)
16. SKILL TEACHING (28)
17. SPONTANEITY (7)
18. PARTICIPATION (11)
19. DECISIONS BECAUSE OF EXPERIMENT/TRIAL (6)
20. LANGUAGE LABORATORY/VIDEO (7)
21. IN CLASS PRACTICAL/INFORMING (6)
22. ASSESSMENT OF STUDENTS REACTION/LEARNING - PLANS (20)
23. ADVISE STUDENTS ON INDEPENDENT LEARNING (11)
24. HOMEWORK (31)
25. SOCIALIZING (12)

Source: YOUNGMAN (1979)

Appendix 2

Here we have fifty from the original eighty-five features mentioned by Altman.

1. is trained in *psycholinguistics*
2. is trained in *sociolinguistics*
3. is a *drama coach*
4. is a *creative writing specialist*
5. is a *skillful developer of communicative competence* in the classroom
6. *individualizes instruction*
7. is an *expert on vocational education*
8. is an *authority on mime techniques*
9. is a *classroom researcher*
10. *utilizes (and develops) computer-assisted language instruction*
11. is a *motivator*
12. is an *evaluator*
13. is a *skillful discourse analyzer*
14. is a *specialist in nonverbal communication*
15. is a *conference coordinator*
16. is an *expert on functional-notional teaching*
17. is a *statistician*
18. is a *specialist in teaching culture*
19. is an *expert on intercultural communication*
20. is a *specialist in simulations and gaming*
21. is an *applied linguist*
22. is an *educational programmer*
23. is a *master at error analysis*
24. is a *syntactician*
25. is a *values clarifier*
26. is an *expert in teaching scientific and technical language*
27. is a *connoisseur of translation*
28. is a *master of pronunciation techniques*
29. is an *authority on teaching listening comprehension*
30. is a *specialist in cloze testing*
31. *analyzes speech acts*
32. is a *reading specialist*
33. is an *authority on the hemispheres of the brain and their functions*
34. is a *grammarian*
35. is a *specialist in affective education*
36. is a *comedian*
37. is a *metalinguist*
38. is a *team-builder*
39. is a *story teller*
40. is a *psychometrician*
41. *develops materials*
42. is a *counselor*
43. is a *poet*
44. is a *program administrator*
45. *monitors the "Monitor"*
46. is a *film critic*
47. is a *cognitive psychologist*
48. is a *language laboratory director*
49. is a *curriculum evaluator*
50. is a *master of role-playing techniques*

Source: ALTMAN (1981: 11-13). The italics is our responsibility.

AS HISTÓRIAS DA HISTÓRIA LITERÁRIA¹⁶

Laura Fernanda Bulger

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Há tempos, alguém comentava o silêncio que se fez em torno de J. D. Salinger, autor de várias obras de ficção,¹⁷ mas nenhuma tão conhecida como *The Catcher in the Rye*,¹⁸ publicado em 1951, um romance que marcou várias gerações de adolescentes. Existe em todas as épocas um Holden Caulfield, a figura central em *The Catcher*, que demonstra ter dificuldade em comunicar com os adultos da sua geração. Tratando-se de um romance aberto, o leitor só poderá especular sobre o futuro deste jovem solitário e psicologicamente instável que, como outras personagens do romance de aprendizagem, busca um autoconhecimento que lhe permita passar da adolescência à maturidade.¹⁹ Temos a sensação de que Caulfield não irá resignar-se aos confortos de uma vida burguesa, ao contrário do protagonista representado no *Buildungsroman* do século XIX, de que é exemplo o clássico *Wilhelm Meister* (1795-6), de Goethe. É mesmo possível que Caulfield permaneça um marginal, um rebelde à maneira de James Dean, o ídolo do cinema americano,

¹⁶ “As várias histórias da História Literária,” Atas do Colóquio Internacional sobre Literatura e História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (13 a 15 de novembro de 2003), Vol. I, pp. 91-96, 2004.

¹⁷ Jerome David Salinger também escreveu *Fanny and Zooey* (1961); *Raise High the Roof Beam, Carpenters and Seymour: An Introduction* (1963); *Nine Stories* (1953).

¹⁸ O romance está traduzido para português com o título *Uma agulha no palheiro*, Livros Brasil, 1983.

¹⁹ Cf. Susan Rubin Suleiman, “The Structure of Apprenticeship” in *Authoritarian Fictions, The Ideological Novel As a Literary Genre*, NY, Columbia University Press, 1983, pp. 64-65.

ou, parafraseando George Lukács, um herói problemático, incapaz de conciliar as suas aspirações com as realidades do mundo à sua volta.²⁰

O facto é que o *Buildungsroman* se vai reescrevendo ao longo dos séculos, representando o/a jovem *misfit* em roupagens diferentes e com uma linguagem renovada, de acordo com o seu tempo e a sua maior ou menor irreverência. Foi precisamente a ousadia da linguagem utilizada no romance de Salinger, rica em obscenidades e *teenage slang*, e a maneira como *the quest* do protagonista se confunde com a autodestruição, que fazem com que *The Catcher* resista a uma classificação genológica tradicional. O livro não seria lido agora com a mesma repugnância pelas alas mais puritanas da sociedade norte-americana, nem com a mesma sofreguidão *voyeurista* demonstrada na altura pelos leitores mais jovens. É que os contextos de leitura também não são os mesmos.

Esta breve evocação do *best-seller* de J. D. Salinger serve de introdução às considerações que vamos fazer sobre a História Literária, quando se torna imperativo repensá-la de modo a que reflita as transformações sociais e políticas a que temos assistido desde há pelo menos duas décadas. À semelhança de grande parte da ficção contemporânea, a História Literária deve ser “um verdadeiro barómetro dos nossos tempos,” diz Homi K. Bahabha,²¹ nascido na comunidade Parsi de Bombaim, educado em Oxford e professor na Universidade de Chicago, um exemplo da cidadania adquirida num mundo cada vez mais globalizado.

Se a História Literária fosse uma atividade interativa idêntica à dos *blogs* eletrónicos, é provável que a simultaneidade tivesse substituído a perceção cronológica da literatura, pelo menos tal como é apresentada em algumas histórias e antologias literárias que continuam a descrever períodos, eras e épocas como se fossem unidades fixas e homogêneas. As divisões periodológicas fundamentam-se ora numa cadeia de influências de textos canónicos, a chamada tradição; ora em desafios a essa tradição,

²⁰ Georg Lukács, *The Theory of the Novel*, Cambridge, Mass., The MIT Press, 1920, p. 134.

²¹ “A Personal Response” in *Rethinking Literary History*, p. 197.

as descontinuidades ou ruturas; ora, ainda, em dominantes cada vez mais difíceis de distinguir e em contextos sócio-políticos de produção específicos.

Ninguém irá negar que a organização periodológica tem uma aplicação pedagógica reconhecida, embora tenda a simplificar questões que mais tarde ou mais cedo terão de ser clarificadas para que se dissipem certas mistificações. Uma delas assenta no determinismo historicista implícito na periodologia literária. Tem servido para transmitir a ideia de que existe uma espécie de renascer das cinzas no processo de transição de um período para outro, como se a criação literária fosse uma caminhada progressiva de causas e efeitos com o objetivo, talvez, de garantir a salvação da humanidade. A ideia de um futuro regenerador não corresponde ao que se passa na realidade, tanto em termos de produção, como em termos de receção. A utopia transforma-se em distopia se lermos as listas de *best-sellers*, publicadas nas páginas das revistas e dos suplementos literários, as quais contribuem para a divulgação e promoção comercial de obras, cujo valor estético é, por vezes, bastante discutível.

Também ninguém ousaria dizer que a literatura se gera fora da História ou que alguma vez se tenha divorciado da História ou que, estando submetida ao tempo como tudo o mais nesta vida, não sofre os seus desgastes, ainda que, como outras formas de arte, aspire à eternidade. Este era afinal um dos objectivos do modernismo que pretendia dissolver a história na arte ou, segundo Leo Bersani,²² através de uma “estética redentora,” anular o tempo e corrigir a própria vida. A propósito das tão debatidas fronteiras do modernismo, Ihab Hassan, citado por David Lodge, faz uma pergunta que é em si mesma incoerente: “Quando acaba o período moderno?”²³ Por analogia, interrogamo-nos de modo mais abrangente: Quando começa e acaba um período literário? As demarcações são convencionais e geralmente não levam em conta a dinâmica que acompanha os processos de transição, sendo os prefixos “pré-“ ou “pós-“ subtilezas linguísticas utilizadas para

²² *The Culture of Redemption*, Cambridge (Mass), Londres, Harvard University Press, 1990, p. 2.

²³ “Historicism and Literary History: Mapping the Modern Period” in *Working with STRUCTURALISM, Essays and Reviews on Nineteenth-and Twentieth-Century Literature*, Boston, Londres e Henley, Routledge & Kegan Paul, p. 68.

ultrapassar dificuldades relacionadas com as descontinuidades ou ruturas que marcam as divisões e subdivisões peridiológicas.

Mas o que parece ser ainda mais grave é considerar que a literatura é apenas uma manifestação estética e sócio-cultural de uma época, ignorando, por outro lado, que essa manifestação se irá concretizar através de inúmeras leituras realizadas ao longo de várias épocas e em espaços diferentes, uma questão a que Hans Robert Jauss procurou responder com a sua *Rezeptionsästhetik* e com as contínuas avaliações da noção de *horizonte de expectativas*.²⁴

Porém, as questões teoréticas suscitadas pelo historicismo da História Literária não ficam pelas divisões peridiológicas. Para Linda Hutcheon e para todos os ensaístas da coletânea, *Rethinking Literary History*,²⁵ hoje em dia, não faz sentido continuar a escrever uma História Literária segundo o modelo inspirado no “estado-nação,” o conceito criado por uma Europa romântica, o qual, no século XIX, ficou associado a uma literatura nacional. Fundamentava-se na ideia de uma única etnia e de uma única língua, instituindo-se o cânone literário como reforço dessa unidade que, por sua vez, iria reafirmar a identidade nacional. A canonicidade gerada neste modelo teve como resultado um isolacionismo que perdurou em virtude de ter excluído uma relação com textos de outras literaturas com os quais mantinha uma intertextualidade formal ou temática, razão por que de, um modo geral, Proust continua a ser ignorado pela literatura inglesa, tal como Joyce, supomos, pela francesa, apesar das afinidades de natureza estética que existem entre os dois criadores do modernismo europeu.

²⁴ Cf. H. R. Jauss, *Pour une esthétique de la réception*, Paris, Gallimar, 1978.

²⁵ Linda Hutcheon e Mario Valdés referem os resultados concretos do projeto, iniciado na Universidade de Toronto: “The concrete results of these experiments in rethinking literary history in pragmatic terms – the forthcoming *Oxford Comparative History of Latin American Literary Cultures*, edited by Mario J. Valdés and Djelal Kadir, and the *Comparative History of East-Central European Literary Cultures: Nineteenth and Twentieth Centuries*, edited by Marcel Cornis-Pope and John Neubauer – are mentioned in various essays because it was through several authors’ involvement with the Toronto project that this work was conceived.” (“Preface, Theorizing Literary Theory in Dialogue” in *Rethinking Literary History*, Linda Hutcheon e Mario J. Valdés (eds.), Nova Iorque, Oxford University Press, 2002, p. x).

A estratégia político-ideológica implícita no conceito de “estado-nação” visava, como se disse, a consolidação da unidade nacional, sacrificando por isso as minorias étnicas e culturais. Stephen Greenblatt refere como exemplo o que é costume designar por Literatura Inglesa. Esta designação, comenta o professor de Harvard, não passa de uma “amalgama” de vozes, vencedoras e vencidas, de proveniências diversas: irlandesas, escocesas, galesas, etc.,²⁶ entre as quais ressaltam os nomes de Swift, Wilde, Shaw, Joyce, para não falar de autores mais recentes que transcendem as fronteiras convencionais de uma literatura nacional, como V. S. Naipaul, de origem indiana e nascido numa antiga colónia britânica, Trinidad, que, explorando o potencial artístico da língua inglesa, escreve sobre a temática da identidade individual e nacional, assim como acerca do drama vivido pelo *outsider*.²⁷ Verifica-se um número crescente de autores de língua inglesa *des-territorializados*, desde o mediático Salman Rushdie ao mais discreto Michael Ondaatje, escritor canadiano, nascido em Sri Lanka.²⁸

Ao modelo de “estado-nação,” descrito e comentado por Hutcheon,²⁹ associa-se o “modelo colonial,” igualmente etnocêntrico e logocêntrico, responsável pela *diferença* entre a civilização ocidental e as outras civilizações que lhe são marginais, analisadas por, entre outros, Walter D. Mignolo.³⁰ Ambos os modelos se afirmam durante o século XIX, quando as grandes potências coloniais desenharam um novo mapa geopolítico através do qual se viria a impor o cânone ocidental a práticas linguísticas e culturais que nada tinham que ver com as origens Greco-Latinas europeias.

²⁶ Cf. “Racial Memory and Literary History,” in *Rethinking Literary History*, p. 53.

²⁷ *The Enigma of Arrival* (1987) é um dos seus romances mais celebrados do autor. Ali, o protagonista busca a sua identidade individual e nacional.

²⁸ Autor de vários romances, entre eles, *The English Patient* (1996), mais tarde transposto para o cinema, onde a questão da identidade é uma das temáticas.

²⁹ Cf. “Rethinking the National Model,” in *Rethinking Literary History*, pp. 3-49.

³⁰ “The basic feature of the colonial model is the colonial difference that framed not only the notion of literature and history, but also every aspect of the social and epistemic sphere, including, of course, ethics, religion, and science, as conceived and practiced from Copernicus and Galileo to Newton.” (Walter D. Mignolo, “Rethinking the Colonial Model” in *Rethinking Literary History*, pp. 159).

A *diferença colonial* deu origem às literaturas marginalizadas do chamado Terceiro Mundo, submetidas a uma hierarquia cultural e literária que as diásporas do pós-colonialismo questionam, o que é evidente no ensaio de Homi K. Bhabha, escrito à maneira de testemunho pessoal.³¹ Enquanto historiografia totalizante do tipo hegaliano,³² a História Literária tradicional tem sido uma das muitas histórias escritas para legitimar nacionalismos e acentuar diferenças, colocando a literatura ao serviço de interesses ideológicos de cunho nacionalista.

Apesar da resistência que ainda se faz sentir em várias sociedades, há que reconhecer que o modelo mononacionalista europeu do século XIX é incompatível com um mundo pós-colonial, multiracial e multicultural, como o nosso, onde predomina o hibridismo resultante dos constantes movimentos migratórios e de uma multiplicidade de diásporas, um mundo submetido aos efeitos da massificação cultural e da comunicação instantânea dos media eletrónicos, desde a televisão à Internet, e ainda de uma economia transnacional.³³

Neste contexto, uma narrativa nacionalista teleológica com uma cronologia de continuidades e descontinuidades deixou de ter sentido, assim como, afirma Hutcheon, o “estado-nação” deixou de ter “o monopólio sobre a nossa maneira de actuar e de pensar.”³⁴ Hoje em dia a identidade nacional tende a ultrapassar as fronteiras do “estado-nação,” ainda que alguns antigos impérios tratem de confiná-la territorialmente, apelando sempre ao sentimento nostálgico das origens e da tradição.

Motivado pelos desenvolvimentos históricos que se têm verificado tanto na Europa como nas Américas, Mario Valdés, propõe uma “história literária efectiva,”³⁵ escrita segundo a perspectiva historiográfica

³¹ “A Personal Response” in *Rethinking Literary History*, p. 195.

³² Cf. Marshal Brown, “Rethinking the Scale of Literary History” in *Rethinking Literary History*, p. 116.

³³ Cf. Linda Hutcheon, “Rethinking the National Model,” in *Rethinking Literary History*, p. 3-5.

³⁴ “Rethinking the National Model,” in *Rethinking Literary History*, p. 25.

³⁵ “The term effective history, which I use following Paul Ricoeur, in a practical sense

contemporânea, isto é, uma história literária que mantenha uma dialética entre a experiência do presente, entendido como ponto de partida para a interpretação histórica, sendo o passado questionado e *desconstruído*.³⁶ A “história literária efectiva” é, como qualquer história literária, um construto que abarca espaços político-geográficos coincidentes ou não com os espaços nacionais da História Literária tradicional. A alternativa sugerida por Valdés assenta na experiência coletiva de uma comunidade que, no presente, reflete sobre uma experiência coletiva do passado. Neutraliza, deste modo, o modelo de “estado-nação,” baseado na supremacia de uma etnia, de uma língua e também de outros valores simbólicos utilizados na construção de uma identidade nacional.

Em substituição das sequências cronológicas, com descontinuidades e ruturas que conduzem geralmente a interpretações conflituosas,³⁷ Valdez recomenda o uso de articulações ou *nós culturais*, com *links* ou ramificações que assinalam pontos de encontro e confluências de culturas. As causas das tensões, ruturas, recuperações, transformações que se verificam ao longo da História Literária emergem, portanto, de cada um desses *nós*.³⁸ São designados como *nós temporais*, quando referem uma data específica, como a da queda do muro de Berlim (1989), ou, no caso português, o início e o fim da guerra colonial e da descolonização, cabendo ao mediador, isto é, ao historiador literário, determinar a duração do processo

means an open literary history, but as a philosophical concept it is the foundation of a new paradigm of historiography that I have been discussing here in relation to literary history. It is clearly related to recent developments of new history in Europe and in the Americas. Effective literary history begins with the recognition that history, and literary history in particular, is effective insofar as it is used and is of use to would-be readers; it is a concept deeply aligned with the idea that we are affected in the present by our sense of the past.” (*Idem*, p. 67).

³⁶ *Idem*, p. 74.

³⁷ “The high point in national literary history came in the first decades of the twentieth century for the post part developed and fostered by Wilhelm Dilthey’s philosophy of contextualized meaning as the ground for the interpretation of literary texts. The fundamental flaw in Dilthey’s aesthetics was to ignore the reader’s part in the making of the interpretation.” (*Idem*, p. 74).

³⁸ *Idem*, p. 70.

que terá conduzido à descontinuidade ou à rutura, se é que ocorreram. Dizem-se *nós topográficos*, os que são gerados por forças geográficas e políticas que tenham causado uma interação cultural, como no caso da cidade donde irradia uma cultura literária para outros lugares, de que é exemplo Praga, nos princípios do século XX, ou Paris, no século XIX. Há também *nós institucionais*, como aconteceu, diz Valdés, com a ação da Companhia de Jesus na América do Sul. Por último, fala-se de *nós figurativos*, sempre que uma personalidade se distingue, dando origem a uma cultura literária específica, como sucedeu com Franz Kafka (1883-1924), austríaco judeu nascido em Praga com uma obra ficcionada escrita em língua alemã,³⁹ conhecida e traduzida hoje em todo o mundo.

O conceito de “história literária efectiva” proposto por Valdés é essencialmente um campo aberto à investigação da cultura literária⁴⁰ que, à semelhança do que acontece com outras ciências experimentais,⁴¹ exige uma equipa de colaboradores para que um projeto com tal dimensão e diversidade se torne viável.

³⁹ Devido à variedade de leituras que os textos poéticos de Pessoa têm proporcionado em diferentes espaços culturais e linguísticos, o poeta português poderá ser considerado como uma figura que transcende as fronteiras nacionais.

⁴⁰ “The horizon of expectation can be summarized as the need to make the past a part of the present in cultural inquiry. If we restore the dialect between the space of experience and the horizon of expectation we push the inquiry into the questions of legitimacy, symbolic process, and cultural identity on a deeper level, one that I believe has significant consequences for the meaning of our relation with the cultural past. One of the important consequences is the opening up of forgotten possibilities, that is, the potentialities of symbolic representations that were cast off when they were not incorporated into literary history and constituted repressed cultural activity that did not meet with the acceptance of the literary historians of the day. Once such repressions have been established in the tradition, they become the black holes of literary holes of literary history that prompt the emergence of partial counter-histories, which examine these areas of cultural activity in isolation. Such is clearly the case with gay and lesbian literary historical studies or the historical study of women’s writing from earlier periods” (*Idem*, p. 65).

⁴¹ *Idem*, p. 75.

Em vez de uma inventariação cronológica de autores e obras, confinada a um espaço geográfico e a uma só língua, pretende-se uma História Literária baseada na interdisciplinaridade e na interactividade, que veja na literatura um meio de comunicação cultural entre uma ou mais do que uma área linguística. Será pois uma alternativa aos modelos anteriores, que serão substituídos por uma perspectiva literária e cultural de pendor comparatista. Daí, a importância da sua ligação à Literatura Comparada e aos Estudos Comparados, apesar dos “sentimentos locais e provincianos” difíceis de erradicar, como já reconheciam Wellek e Warren,⁴² ou dos protestos de alguns departamentos de literaturas que, tanto na Europa como nos Estados Unidos, se legitimaram através de uma História Literária de tipo nacionalista.⁴³

Parece ser consensual entre os teóricos contemporâneos que a revitalização da História Literária exige a inclusão de *múltiplas histórias* locais, quer a nível de produção quer a nível de receção, com vista a estudar “a heterogeneidade e a diversidade literárias.”⁴⁴ Só é possível resistir a uma *Narrativa Mestra* se adotarmos um modelo de “translação cultural”⁴⁵ que corresponda à vivência literária e cultural do quotidiano nos tempos em que vivemos.

⁴² “Literary history as a synthesis, literary history on a super-national scale, will have to be written again. The study of comparative literature in this sense will make high demands on the linguistic proficiencies of our scholars. It asks for a widening of perspectives, a suppression of local and provincial sentiments, not easy to achieve. Yet literature is one, as art and humanity are one; and in this conception lies the future of historical literary studies” (René Wellek and Austin Warren, *Theory of Literature*, Nova Iorque, A Harvest Book, Harcourt, Brace & World, Inc., 1956, p. 50.

⁴³ Cf. Stephen Greenblatt, *Artigo citado*, p. 52.

⁴⁴ Cf. Linda Hutcheon, “Preface” in *Rethinking Literary History*, p. xii.

⁴⁵ Cf. Homi K. Bhabha, “Afterword” in *Rethinking Literary History*, p. 203.

Referências Bibliográficas

- Bhabha, Homi, K. (2002): “A Personal Response”. In: Hutcheon, Linda e Mario J. Valdés (eds.): *Rethinking Literary History*. Nova Iorque: Oxford University Press: 194-204.
- Bersani, Leo (1990): *The Culture of Redemption*. Cambr.(Mass), Londres: Harvard University Press.
- Brown, Marshall (2002): “Rethinking the Scale of Literary History”. In: Hutcheon, Linda e Mario J. Valdés (eds.): *Rethinking Literary History*. Nova Iorque: Oxford University Press: 116-154.
- Greenblatt, Stephen (2002): “Racial Memory and Literary History”. In: Hutcheon, Linda e Mario J. Valdés (eds.): *Rethinking Literary History*. Nova Iorque: Oxford University Press: 50-62.
- Hutcheon, Linda (2002): “Preface, Theorizing Literary Theory in Dialogue”. In: Hutcheon, Linda e Mario J. Valdés (eds.): *Rethinking Literary History*. Nova Iorque: Oxford University Press: ix-xiii.
- Hutcheon, Linda (2002): “Rethinking the National Model”. In: Hutcheon, Linda e Mario J. Valdés (eds.): *Rethinking Literary History*. Nova Iorque: Oxford University Press: 3-49.
- Jauss, H. R. (1978): *Pour une esthétique de la réception*. Paris: Gallimard.
- Lodge, David: “Historicism and Literary History: Mapping the Modern Period”. In: *Working with STRUCTURALISM, Essays and Reviews on Nineteenth-and Twentieth-Century Literature*. Boston, Londres e Henley: Routledge & Kegan Paul: 68-75.
- Lukács, Georg (1920): *The Theory of the Novel*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Mignolo, Walter (2002): “Rethinking the Colonial Model”. In: Hutcheon, Linda e Mario J. Valdés (eds.): *Rethinking Literary History*. Nova Iorque: Oxford University Press: 155-193.

- Salinger, J. D. (1951): *The Catcher in the Rye*. Boston, Toronto, Londres: Little, Brown and Company.
- Suleiman, Susan Rubin (1983): "The Structure of Apprenticeship". In: *Authoritarian Fictions, The Ideological Novel As a Literary Genre*. NY: Columbia University Press: 63-100.
- Valdés, Mario (2002): "Rethinking the History of Literary History". In: Hutcheon, Linda e Mario J. Valdés (eds.): *Rethinking Literary History*. Nova Iorque: Oxford University Press: 63-115.
- Wellek, René and Warren, Austin (1956): *Theory of Literature*. Nova Iorque: A Harvest Book, Harcourt, Brace & World, Inc.

A GRAMÁTICA LATINA NO SÉC. XVI:

As «partes orationis» na gramática do P.^e António Álvares (1572) e na *Minerva* de Sanctius (1587)^{46*}

Simão Cardoso

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

simaocardoso5@gmail.com

0. A «Gramática Latina» do jesuíta P.^e Manuel Álvares⁴⁷, impressa

⁴⁶ * Este texto foi original e originalmente publicado na *Revista da Faculdade de Letras «LÍNGUAS E LITERATURAS» Porto, XII, 1995, pp. 159-172*, «in Honorem Óscar Lopes», depois objeto de uma comunicação no Fórum de Linguística e Didáctica das Línguas (in *Linguística e Didáctica, actas do Fórum de Linguística e Didáctica das Línguas*, Vila Real, UTAD, 1998). Não pude, por razões várias, produzir um texto original para me associar a esta efeméride que o Departamento de Letras da UTAD em boa hora decidiu comemorar, fazendo-o da melhor forma: com a ciência que o Departamento produziu ao longo destes 25 anos. Orgulho-me de ter sido o primeiro docente de Sintaxe e Semântica do Português no primeiro curso de Letras, decorria o ano letivo de 1988-89, ainda nas instalações do CIFOP.

Na elaboração deste estudo pude, então, contar com a preciosa ajuda da Prof.^a Fátima Oliveira, que fez a leitura do texto e fez sugestões oportunas, que registei, particularmente no que se refere à teoria do significado (Bloomfield), à temática dos predicados (Jackendoff) e ao nome próprio.

Penso que o texto mantém alguma originalidade e por isso me atrevo a publicá-lo nesta revista comemorativa. O tema não foi muito estudado, o que é pena. Entre os poucos estudos que conheço, quero referir o texto de Gonçalo Fernandes sobre a «Gramática Latina» de Manuel Álvares e os artigos de Rogélio Leon, mas nenhum deles fazendo a comparação entre o estudo das *partes orationis*, como o pretendi então fazer. Aqui fica, mais uma vez, registado, sem modificações nem acrescentos, que certamente se justificariam. Quis aceder a tão honroso convite e dar o meu pequeníssimo *contributo*.

⁴⁷ ÁLVARES, Manuel [Emmanuelis Alvari] – *De Institutione Grammatica Libri Tres*. Olyssipone. Excudebat Ioannes Barrerius Typographus Regis, M.D.LXXII. [1572]. *GRAMATICA LATINA*. Fac-Símile da Edição de 1572. Com Introdução do Dr. J. Pereira da Costa. Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1972. Sirvo-me desta última edição.

em Lisboa em 1572, “no mesmo ano da 1.^a edição de *Os Lusíadas*”⁴⁸, foi uma das gramáticas latinas mais difundidas e mais profusamente editadas em todo o mundo⁴⁹. Tal sucesso deve-se, na minha opinião, à conjugação, na mesma obra, de dois tipos de gramática, embora com pesos diferentes: a **gramática do *usus***, tendo em atenção o latim usado nos colégios da Ordem e na Universidade (o latim não era, há muitos séculos, uma língua de comunicação, mas a língua de cultura) e a **gramática das *rationes***⁵⁰, isto é, uma gramática (descritiva) com finalidade didática, ainda que sob o peso do método formal; e, em parte, uma gramática racional, fundamentada na filosofia que investiga “os princípios reguladores, os *vera principia*, capazes de sustentar toda a gama de construções reunidas nos textos”⁵¹. Tal como o propôs Scaliger no seu *De Causis*⁵² (1540) e o pôs em prática Sanctius na *Minerva*⁵³ (1587), a gramática do séc. XVI, ainda e por excelência a «gramática latina», estabelece um compromisso e faz como que a síntese entre o **usus** e a **ratio**, critérios necessários para sustentar cientificamente toda a doutrina gramatical. Estes critérios são a tentativa, julgo que bem conseguida, de estabelecer um equilíbrio entre a teoria especulativa dos modistas e o labor filológico dos gramáticos do séc.

⁴⁸ Cf. *Gramática Latina*, op. cit., Introd. p. XIII.

⁴⁹ O P. Emílio Springhetti, no estudo *Gloria e Fortuna della Grammatica di Emmanuel Alvares*, in “Humanitas” (volumes XIII e XIV), indica, baseado em Sommervogel, 530 edições em 22 países, “incluindo o México, a China e o Japão, fora da Europa (...) Na Itália, contaram-se [mais de] 100 edições, na Bélgica, 73, na Checoslováquia, 71, Polónia, com igual número e Portugal, 25”. Cf. *op. cit.*, p. XV.

⁵⁰ Sublinhados meus. Cf. Lozano Guillén, Carmen: *La aportación grammatical renascentista a la luz de la tradición*, Universidad de Valladolid, 1992, pp. 33 e segs.

⁵¹ Cf. CHEVALIER, Jean-Claude – *Histoire de la Syntaxe. Naissance de la Notion de Complément dans la Grammaire Française (1530-1750)*, Genève, Librairie Droz, 1968, p. 342.

⁵² Cf. LOZANO, GUILLÉN, Carmen, *op. cit.*, p. 49.

⁵³ SANCTIUS, Franciscus (Francisco Sanchez de las Brozas) – *Minerva seu de causis linguae latinae*, Salamanca, 1587. Na leitura que faço da *Minerva*, sigo a seguinte edição: Sanchez de las Brozas, Francisco «El Brocense» – *Minerva*. Introducción y traducción por Fernando Riveras Cárdenas, Madrid, Ed. Cátedra, 1976.

XV. Anote-se que a gramática, propriamente dita, “limita o seu campo de estudo a um objeto estritamente linguístico”⁵⁴.

O P.^e Manuel Álvares, mais didático que racionalista, elabora a sua gramática tendo presente o **usus**, mas um **usus** sujeito a uma **ratio**. Não há experiência sem razão, ou seja, o que a razão não admite não pode ser usado⁵⁵. Mantendo-se fiel à tradição latina, mais do que à gramática renascentista (embora não esteja longe de Despauterius), a «Gramática Latina» representa um grande esforço de simplificação dos métodos e procura, como o afirma Jean-Claude Chevalier, “desenhar grandes traços”, na antecipação do que viria a ser preocupação de Port-Royal: “simplifier sans bouleverser”⁵⁶. O sucesso e multiplicidade das edições desta gramática, ao longo de cerca de três séculos, está, sem dúvida, no caráter didático, apresentado de modo racional, com que estuda e descreve a língua latina. E neste aspeto ultrapassa Francisco Sanchez de las Brozas, «o Brocense», muito mais racionalista e, quiçá, menos didático, até pelo tom polémico que imprimiu à *Minerva*.⁵⁷

⁵⁴ Cf. LOZANO GUILLÉN, Carmen – *op. cit.*, pp. 39 e seg.

⁵⁵ A gramática (latina) do séc. XVI pretende ser – e é – uma gramática do **usus** sujeito a uma **ratio**. MANUAL ÁLVARES baseia-se neste princípio, mas será SANCTIUS que o assumirá como dogma ao elaborar a *Minerva*, fazendo das «causae» a chave de toda a obra. Cf. *Minerva*, *op. cit.*, p. 16.

⁵⁶ Cf. CHEVALIER, Jean-Claude – *op. cit.*, pp. 342-343, onde se pode ler o seguinte: “Si Scioppius, avant d’aduler Sanctius, envoie un coup de chapeau à Alvarez, c’est sans doute en pensant à ces efforts de simplification”. O *de Institutione grammatica* merece de CHEVALIER duas páginas de referência na *Histoire de la Syntaxe* (p. 342-343), para além de uma ou outra citação (por ex., na p. 488). Embora considerando que a Gramática de Manuel Álvares “est importante parce qu’elle a été utilisée par de nombreux collègues jésuites, soit sous sa forme originale soit dans des adaptations – les élèves parlent souvent d’Emmanuel dans les dialogues – et parce qu’elle a passé pour révolutionnaire”, e lhe reconheça méritos, particularmente na procura da simplicidade, CHEVALIER cai num tremendo equívoco ao considerar que “On aurait pu opposer aussi à la *Minerva* la grammaire d’Alvarez, de *Institutione grammatica*. (...) On ne l’a pas fait parce qu’elle est postérieure à la grammaire de Sanctius (1593)”. O *de Institutione grammatica* é publicada em 1572 (e não em 1593), quinze anos antes da *Minerva*!

⁵⁷ Estou convencido que o menor número de edições da *Minerva* (18 ao todo, inventariadas por F. RIVERAS CARDENAS) se deve, precisamente ao caráter,

1.0. Neste pequeno estudo pretendo apenas debruçar-me sobre as «partes orationis», as chamadas partes da oração ou partes do discurso. As «partes orationis», já visualizadas por Aristóteles, que chega à noção de Nome, Verbo e Logos⁵⁸, são estudadas mais profundamente pelos gramáticos da escola de Alexandria, de que é pioneiro Aristarco, e de modo particular pelos seus continuadores Dionísio de Trácia (séc. I A.C.), que apresenta a primeira classificação sistemática e especificamente de natureza gramatical: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção⁵⁹; e Apolónio Díscolo (séc. II D.C.). No período latino, Varrão, Quintiliano e, já no fim deste período, Donato e Prisciano fixam, de um modo quase definitivo e assim permanecendo ao longo de toda a história da gramática ocidental, a distribuição ou divisão e a classificação das palavras em classes morfo-sintáticas. Santo Agostinho⁶⁰ apresenta também uma teoria, de base aristotélica, sobre as partes da oração⁶¹.

considerado como «rigorosamente científico», da sua obra, o que a leva a ser adoptada nas universidades europeias da época e ainda durante o séc. XVII. Por outro lado, convém lembrar que Francisco Sanchez teve problemas com a Inquisição, o que poderá ter posto restrições à sua edição.

⁵⁸ PLATÃO chega à noção de que há “duas classes gerais de partes do logos, cuja compatibilidade faz um sentido mínimo, o *onoma* e *rhema*.” Aristóteles, não sendo ainda um gramático, no sentido próprio do termo (“Aristóteles não fez nem ciência da linguagem nem gramática”), introduz nos estudos gramaticais a ideia de *diferenciação conceptual*, que ao longo de toda a história da gramática ocidental se vai refletir em distinções e dicotomias sucessivas em todos os níveis de análise da linguagem. Se no *De Interpretatione* considera “onoma”, “rhema” e “logos” como partes da “lexis”, na *Poetica* faz uma análise dos elementos linguísticos que ultrapassa já o campo da lógica e considera os fenómenos relevantes para a literatura: “As partes da lexis [no seu conjunto] são: letra, sílaba, ligadura, nome, verbo, articulação, flexão, discurso...”. Cf. AGUD, Ana – *Historia y Teoria de los Casos*. Madrid, Editorial Gredos, 1980, pp. 52-53.

⁵⁹ Cf. *Minerva*, op. cit., Introd. p. 21, nota 44; cf. também AGUD, Ana – *op. cit.*, pp. 64 e seg.

⁶⁰ SANTO AGOSTINHO viveu nos séc. IV e V (n. 354, m. 430).

⁶¹ Cf. *Minerva*, Libro Primero, Capítulo II.

Varrão, num primeiro momento, diz que as partes da oração são duas, acabando por fixar quatro partes⁶² tomando como base um critério morfológico: 1. palavras que têm casos; 2. palavras que têm tempo; 3. palavras que têm casos e tempos; 4. palavras que não têm casos nem tempos⁶³. Aristarco estabelece oito partes, mas Quintiliano, que cita aquele, indica onze partes da oração. Donato, na *Ars Grammatica*, e Prisciano, nas *Institutiones*, tal como o faz Santo Agostinho, dividem as palavras em classes e subclasses partindo de um critério lógico e funcional⁶⁴: nas primeiras havia o nome, o verbo e a partícula e cada uma destas classes dividia-se, por sua vez, em subclasses; por exemplo, o nome incluía o substantivo e o adjetivo; a partícula, a preposição e a conjunção⁶⁵. No seu todo, Donato e Prisciano, particularmente o primeiro, propõem oito classes.

1.1. Manuel Álvares divide as palavras em oito classes:

Partes orationis sunt octo,. Nomen, Pronomen, Verbum, Participium, Praepositio, Aduerbium, Interiectio, Coniunctio⁶⁶.

⁶² *Idem*, Introd. p. 21.

⁶³ Cf. VARRÃO – *De lingua latina*, VIII. Sirvo-me desta obra na: Edición bilingüe. Introducción, traducción y notas de Manuel-Antonio Marcos Casquero, Madrid, Anthropos, 1990.

⁶⁴ Embora a gramática latina se tenha afastado da lógica e tenha estabelecido uma distinção clara entre o que é gramatical e o que pertence a outras áreas, nunca perdeu de vista os princípios lógicos e estes sempre têm estado presentes, especialmente na análise sintática com a bipartição da oração/frase em sujeito-predicado.

⁶⁵ Cf. *Minerva*, op. cit, Introd., p. 21. É este o critério (geral) utilizado pela Gramática de Port-Royal e seguido nos gramáticos racionalistas posteriores (séc. XVII e XVIII), particularmente por BEAUZÉE na sua *Grammaire Générale et Raisonnée*. JERÓNIMO SOARES BARBOSA, na *Gramática Filosófica*, adota o mesmo critério.

⁶⁶ Cf. *Gramatica Latina*, Fl. 47.

Mas estas «partes orationis» dividem-se em duas grandes classes morfológicas:

Harum quatuor, Nomen, Pronomen, Verbum, Participium, declinantur; reliquae, Praepositio, Aduerbium, Interiectio, Coniunctio declinationes sunt expedes⁶⁷.

Esta primeira grande divisão, de natureza morfológica, leva a outras duas divisões nas palavras declináveis: a segunda divisão é feita em relação às palavras que podem ser declinadas ou pela vontade – um nome pressupõe outro, como *Romulus*, *Romae*; ou pela natureza – a variação formal no interior da mesma palavra: *huius Romae*, *hanc Romam*⁶⁸. Uma terceira divisão tem que ver com as palavras que são declinadas pela (sua) natureza, com base nos mesmos princípios de Varrão: 1. palavras que têm caso, mas não têm tempo (como *facilis*, *amabilis*); 2. palavras que têm tempo, mas não têm caso (como *docet*, *amat*), 3. palavras que têm caso e tempo (como *docens*, *faciens*); e 4. palavras (que chama “neutras”) que não têm caso nem tempo (como *docte*)⁶⁹, o que corresponde à significação gramatical, lógica e funcional

⁶⁷ *Idem, ibidem.*

⁶⁸ “Secunda diuisio est de his verbis, quae declinari possunt, quod alia sunt a voluntate, alia a natura. Voluntatem appello, cum vnusquis a nomine alio imponit, vt *Romulus*, *Romae*. Naturam dico, cum vniuersi acceptum nomen ab eo, qui imponit, non requirimus quem admodum it vellit declinari, sed ipsi declinamus, vt *huius Romae*, *hanc Romam*”. Cf. *Gramatica Latina*, Fl. 48.

⁶⁹ “Tertia diuisio est, quae verba declinat a natura, ea diuiditur in partes quatuor, in vnam primam videlicet, quae habet casus, negue tempora habet, vt *docilis*, *facilis*, & *amabilis*. In alteram, quae tempora habet, negue casus, vt *docet*, *facit*, *amat*. In tertiam, quae utraque habet, vt *docens*, *faciens*. In quartam, quae neutra, vt *docte*, & *facete*.” *Idem, Ibidem.*

SANCTIUS transcreve (no Libro Primero, Capítulo II) os postulados de VARRÃO, criticando a sua incontância: “de his Aristoteles duas partes orationis esse dicit; uocabula et uerba, ut *homo* et *ecus*, et *iegit* et *currit* (...) quod ad partes singulas orationes, Leineeps dicam: quarumuis, quoniam sunt diuisio plures, nunc ponam potissimum in quae diuiditur. Oratio secunda, ut natura, in quatuor partes: unam, quae habet casus (...)”; e acrescenta (transcrevo da tradução espanhola): “pero éste dividió después la primera en provocablos

que cada uma das palavras tem na oração⁷⁰. Se no número e respetivas designações Manuel Álvares segue de perto Aristarco, Diomedes e Donato (invocando estes dois explicitamente)⁷¹, já na justificação que apresenta utiliza os mesmos critérios de Varrão.

1.2. Sanctius, seguindo a doutrina clássica e baseado em critérios essencialmente lógicos, estabelece uma divisão tripartida, de caráter geral e aplicável a todas as línguas existentes, preanunciando o universalismo da gramática de Port-Royal: em primeiro lugar, a categoria de palavras que indica as entidades de tipo estático (o nome); em segundo lugar, a das entidades de tipo dinâmico (o verbo); e, em terceiro lugar, a categoria que indica os laços de união entre as proposições (a partícula)⁷². Trata-se, sem dúvida, de uma classificação racionalista, muito próxima das *categoriae* de Aristóteles e também dos estóicos⁷³.

Nesta classificação, Sanctius não inclui o particípio, o pronome e a interjeição. O particípio inclui-se na classe do “nome adjetivo” (um

(*prouocabula*), como *quis*, vocablos, como *scutum* «escudo», nombres, como *Romulus*, pronombres, como *hic* «este». Y añade en seguida que los dos de en medio se llaman nombres y los primeros y los últimos artículos”. Cf. *Minerva*, *ibidem*.

⁷⁰ “Verborum deelinantium genera sunt quatuor, Vnun quod ternpora adsignificat, negue habet casus, vt lego, legis: Alterum, quod habet casus, negue tempora adsignificat, vi lectio, lector. Tertium quod habet verumque & tempora & casus, vt lego legens, lector. Quartum quod neutrum habet, vt ab lego lecte, lectissime”. Cf. *Grammatica Latina*, *ibidem*.

⁷¹ “Nos octo iam ohm a DIOMEDE, Donato aliisque viris doctis receptas amplexi sumus”. *Idem, Ibidem*.

⁷² Cf. *Minerva*, Introd., p. 21; cf. também CHEVALIER, Jean-Claude – *op. cit.*, p. 345. Para este último, Sanctius estabelece uma partição binária de tipo aristotélico: “les prémices de l’analyse restent toutes sur le plan logique: l’assemblage du nom et du verbe répond à l’assemblage du sujet et du prédicat”. *Idem, ibidem*.

⁷³ SANCTIUS faz referência especial a PLUTARCO e S. AGOSTINHO (cf. *Minerva*, Introd., p. 21) e PLATÃO (*idem*, Libro Primero, Capítulo II).

outro tipo de nome face ao “nome substantivo”⁷⁴, embora haja uma certa hesitação quando assinala que o particípio (ativo) se une frequentemente ao verbo substantivo (ex.: *est apud Platonem Socrates dicens Critoni suo familiari*) e “se converte em nome sempre que não tem nenhum caso de verbo, como *virtutis amans*, a partir do qual se formam os comparativos e os superlativos”⁷⁵.

Quanto ao pronome, este não constitui uma classe pois não se distingue do nome. “Se fosse diferente do nome – diz Sanctius – a sua natureza poderia explicar-se por meio de uma definição; mas não há nenhuma definição do nome nem pode descobrir-se alguma adequada e verdadeira; portanto, não existe pronome”⁷⁶. Sendo assim, nome e pronome são uma só e mesma categoria. E o Brocense justifica a sua teoria afirmando que o pronome não substitui o nome uma vez que existe antes dele. O homem utilizava já os pronomes mesmo antes de conhecer os nomes para designar os seres e as coisas. Foram os nomes que vieram substituir a designação deítica primitiva (os pronomes), embora por uma nomenclatura com um caráter muito mais complexo⁷⁷. Num rasgo inovador, Sanctius propõe o termo *protonome* (primeiro nome) para substituir o pronome⁷⁸. É, contudo, duvidoso afirmar a pré-existência dos pronomes face aos nomes.

A interjeição não é também uma parte da oração por se incluir primeiro na própria natureza da linguagem, o que parece ser uma referência à velha polémica acerca do convencional e do natural (é parte da oração só o que é convencional?). O que é natural – diz Sanctius – é comum a todos, como os gemidos; e os sinais de alegria são iguais entre todos⁷⁹.

⁷⁴ Cf, *Minerva*, Introd., p. 22.

⁷⁵ *Idem*, Libro Primero, Capítulo X.

⁷⁶ *Idem*, Libro Primero, Capítulo II.

⁷⁷ *Idem*, Introd., p. 22.

⁷⁸ *Idem*, *Ibidem*, e Libro Primero, cap. II.

⁷⁹ *Idem*, *Ibidem*.

1.3. Como afirmei acima, o P.^e Manuel Álvares apresenta uma classificação das «partes orationis» com uma base gramatical que radica na gramática do período latino após Varrão; Sanchez é mais filósofo, partindo de Platão e da lógica aristotélica. Embora não o conseguindo demonstrar suficientemente, parece-me haver uma certa contradição entre o conceito e definição que o próprio Sanctius apresenta de gramática ao definir o seu objeto de estudo (o objeto da gramática “consiste em saber distinguir o que é nome, o que é verbo e demais questões desta ordem”)⁸⁰ e a classificação das «partes orationis» utilizando critérios lógicos. Numa afirmação que merece ser discutida, Sanctius “chega a negar que seja tarefa do gramático o estudo das significações”⁸¹. Esta ideia é retomada por Bloomfield, na primeira metade do séc. XX⁸².

2.0. O estudo de cada uma das partes da oração é minucioso nas duas obras gramaticais e contém matéria de reflexão para trabalhos quer sobre aspetos morfológicos quer morfo-sintáticos. Debruço-me apenas sobre a classe dos nomes (substantivo e adjetivo) e do verbo.

2.1. Para o P.e Manuel Álvares,

Nomen est pars orationis, quae casus habet neque tempora
adsignificat, vt mula, dominus⁸³.

⁸⁰ *Idem*, Introd., p. 19 e Libro Primero, Capítulo II.

⁸¹ *Idem*, Introd., p. 19. “significationes uero aduerbiorum enumerare magis philosophi est, quam grammatici, quia grammatici munus non est (teste Varrone) uocum significationes indagare, sed earum usum”. (cf. Nota 37 nesta página da *Minerva*).

⁸² BLOOMFIELD, na sua obra *Language* (1933), diz ser impossível estudar o significado porque isso implicaria um conhecimento enciclopédico, isto é, seria necessário possuir um saber cientificamente exato de tudo o que forma o universo do locutor, deixando, por isso, de lado esse estudo.

⁸³ Cf. *Gramatica Latina*, Fl. 48.

O Nome pode ainda ser de três espécies: próprio, apelativo e coletivo⁸⁴. Esta classificação é feita pelo nosso gramático com base nos postulados de Varrão⁸⁵. O estudo do nome próprio é interessante e merece-me aqui uma chamada de atenção. Referindo o que dizem os gramáticos, apoia-se sobretudo nos escritos de Varrão e Cícero para dizer que

Propria nomina [distribuunt grammaticī] in quatuor partes
Praenomen, Nomen, Cognomen, Agnomen (...)⁸⁶.

De acordo com a função gramatical, a classe dos nomes tem duas categorias: a do substantivo e a do adjetivo:

Substantivum nomen est, quod in oratione per se esse potest, vt Dux
imperat, miles obtemperat.

⁸⁴ *Idem, Ibidem*: “Nomen proprium est, quod res proprias atque certas significat, ut Romulus, Roma. / Appellativum est, quod res communes, atque incertas significat, vt Rex, oppidum. / Collectivum est, quod numero singulari significat multitudinem, vt Populus, gens, turba”.

⁸⁵ “Varro solet nomina propria simpliciter Nomina appellare: appellativa vero vocabula: item finito, haec infinita. Sequitur, inquit lib. 1 de Analog. de nominibus, quae differunt a vocabulis, ideo quod sunt finito, ac significant res proprias, vt Paris, Helena; cum vocabula sunt infinita, ac res communes designent, vt vir, mulier”. *Idem*, Fl. 49.

⁸⁶ Extraio esta pequena passagem do muito que diz M. ÁLVARES sobre o nome próprio: “(...) vt Publius Cornelius Scipio Africanus. Publius Praenomen propriumque est. Cornelius Nomen est gentilium, totique Cornelio familiae commune. Scipio Cognomen est haereditarium, nam id Publius ab auo suo accepit, qui Scipio cognominatus est, quod parenti caeco pro bacillo fuisset. Africanus Agnomen est, quod Publius sibi deuicta Carthagine peperit”. *Idem, Ibidem*. MANUEL ÁLVARES está muito mais interessado no modo como se forma um nome próprio do que no tipo de referência que opera. Esta distinção (que nada tem de semântico) ainda se encontra em Francês: Nom/Soares, Prénom/Mário e em Inglês, com sentido inverso: Name/Mário, Surname/Soares, tal como em Português: Nome/Mário, Sobrenome/Soares.

Adiectium [nomen] est, quod in oratione esse non potest sine substantiuo aperte vel occulte. Aperte, vt Dux prudens, si strenuos milites, dictoque audientes habeat, facile hostes superabit. / Occulte, vt Quis tertia laborant, non vescu[n]tur bubula. Hoc est, tertia febr̃i, bubula carni.⁸⁷

Esta teoria é retomada, cerca de duzentos anos depois, na Gramática Filosófica e mantém-se atual nas nossas gramáticas⁸⁸.

Mas Manuel Álvares encontra ainda uma outra distinção entre nome substantivo e nome adjetivo:

Adiectium nomen vel habet tres formas, vt Bonus, bona, bonum; vel duas, vt Breuis, breue; vel unam, vt Prudens, felix.⁸⁹

O nome adjetivo engloba várias espécies (*genera*) e nestas inclui os interrogativos e os relativos (que podem ser, uns e outros, de substância ou de acidente⁹⁰), os reditivos (*reditiva*)⁹¹, os indefinidos, os possessivos, os partitivos, os numerais e, um tanto paradoxalmente, inclui

⁸⁷ *Idem, Ibidem.*

⁸⁸ JERÓNIMO SOARES BARBOSA, na *Gramática Filosófica* (1822), explicita deste modo o substantivo: “um nome que exprime qualquer coisa como subsistente por si mesma, para poder ser sujeito da oração sem dependencia de outra”; e o adjetivo: “um nome que exprime uma coisa como accessoria de outra, para ser sempre o attributo de um sujeito claro ou occulto, sem o qual não pôde subsistir”. Cf. BARBOSA, Jerónimo Soares – *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa ou Princípios da Grammatica geral applicados à Nossa Língua*. Lisboa, Academia das Sciencias, 1822 [5.a ed.: 1871, p. 80 e p. 95]

⁸⁹ Cf. *Grammatica Latina*, Fl 49.

⁹⁰ *Idem*, Fl. 50. O relativo de substância (*Relatium substantiae* est, quod nomen substantium in memoriam reducit, vt Qui, quae, quod. Lego Ciceronem, qui fuit eloquentissimus Romanorum) e o relativo de acidente (*Relatium accidentis* est, quod in memoriam redeunt nomen adiectium, ut Quantus, qualis, quot. Cicero fuit eloquens, qualis fuit Hortensius) têm pouco que ver com o pronome [relativo] explicativo e restrictivo que a *Gramática Filosófica* trata com um certo cuidado.

⁹¹ “*Redditiva* sunt, tantus, talis, tot, totidem, quae relatiuis Quantus, Qualis, Quot ante vel post redduntur, vt Quales in republica principes sunt, tales reliqui solent esse

nestas espécies o nome pátrio (*Patrium nomen*: Romanus, Atheniensis) e o nome gentílico (*Gentile nomen*: Italus, Gaecus)⁹².

2.1.1. O Brocense adota um método descritivo semelhante, abordando em primeiro lugar o estudo morfológico dos nomes substantivo e adjetivo, passando depois ao seu funcionamento morfo-sintático⁹³. Referindo que o nome adjetivo acompanha o nome substantivo (não dependendo este de nenhuma outra parte da oração quando no caso nominativo), distingue-os também pelo género (masculino ou feminino), uma vez que o adjetivo não tem género, mas apenas “terminações que se correspondem com os géneros dos nomes que acompanham”⁹⁴.

Manuel Álvares é mais analítico e aborda com maior riqueza de pormenores o estudo do nome adjetivo. É, contudo, mais conservador quanto ao género dos nomes considerando os géneros masculino, feminino e neutro, mas também o *commune*, *omne* e o *promiscuum*⁹⁵, que os primeiros gramáticos do Latim reconheciam para distinguir o género do sexo⁹⁶, ao passo que Sanctius apenas admite o masculino e o feminino, seguindo as teorias de Platão e Aristóteles⁹⁷.

cues. Cura vt talis sis, qualis haberi cupis. Quot homines tot sententiae. Totidem ad te litteras dedi, quot tu ad me”. Cf. *Gramatica latina*, Fl. 50.

Notando-se embora alguma confusão de critérios, parece que os relativos e mais particularmente os reditivos, englobando nestes alguns relativos, são tidos como anafóricos.

⁹² *Idem, Ibidem*.

⁹³ Cf. *Minerva*, op. cit., Introd. p. 23 e Libro Segundo, Capítulo VIII.

⁹⁴ *Idem*, Introd., p. 23 e Libro Primero, Capítulo VII. Sanctius, quando diz que os adjetivos não têm género mas só terminações, está implicitamente a confundir morfologia com semântica.

⁹⁵ Cf. *Gramatica latina*, Fl. 62.

⁹⁶ Cf. *Minerva*, Introd., pp. 23-24.

⁹⁷ *Idem, Ibidem* e Libro Primero, Capítulo VII.

Álvares estuda, ao longo de onze fl., num discurso denso e nem sempre muito claro, o género dos nomes, discutindo as diferentes teorias que os gramáticos latinos tinham postulado, procurando ao mesmo tempo pôr uma certa ordem na confusão reinante. Sanctius, mais objetivo, interpreta o latim pela consciência do seu tempo, tendo sempre presente no seu espírito a língua materna (o castelhano).

2.2. No estudo do verbo, Manuel Álvares diverge de Sanctius quando diz que

Verbum est pars orationis, quae modos et tempora habet, negue in casus declinatur⁹⁸.

Sanctius considera o verbo

Vox particeps numeri personalis cum tempore⁹⁹.

Enquanto Álvares faz do tempo e modo os traços gramaticais distintivos do verbo, em relação às outras classes de palavras englobadas na classe de palavras que são declinadas pela sua natureza, o Brocense distingue o verbo pela significação gramatical de pessoa e tempo¹⁰⁰. Para este, o modo não é um atributo do verbo, sendo realizado pelos advérbios e pelos complementos circunstanciais. A razão está na impossibilidade de a “explicação não se poder apoiar em causas inerentes á própria natureza verbal”¹⁰¹.

A recusa de Sanctius em considerar o modo como uma das significações gramaticais próprias do verbo é confusa e, na minha opinião, pouco consistente, uma vez que, nas razões que aduz, confunde

⁹⁸ Cf. *Gramática Latina*, Fl. 53.

⁹⁹ Cf. *Minerva*, Libro Primero, Capítulo XII e Introd., p. 26.

¹⁰⁰ *Idem*, Introd., p. 26.

¹⁰¹ *Idem*, *Ibidem*, pp. 26-27.

o formal com o significativo e diz não encontrar nos gramáticos anteriores doutrina comum e segura¹⁰². (Hoje continuamos a discutir o conjuntivo!)

Há ainda a assinalar outras diferenças. Em primeiro lugar, Sanctius rejeita a classificação de “verbos impessoais”¹⁰³, mesmo para os verbos erradamente considerados, pelos gramáticos, “de natureza”, porque mesmo esses têm “um sujeito de significação cognata”, como *pluit pluuiā*, *fulget fulgur*, *lucescit lux*, etc., que “formam a oração inteira”, sendo “também lícito dizer outra coisa como sujeito caraterístico: *Deus pluit* (Deus chove) e *pluunt lapides* (chovem pedras)”¹⁰⁴. Do mesmo modo, considera não impessoais verbos como *miseret* (compadecer-se), *taedet* (desagradar), *poenitet* (arrepender-se) porque têm um nominativo cognato que está elidido¹⁰⁵. *Poenitet*, por exemplo, não pode ser considerado ao mesmo nível de *lucescit*, pois são verbos cuja significação lexical (diferente) determina estruturas de subcategorização diversas. Esta teoria é interessante, mas revela, no entanto, uma confusão antiga (ainda hoje presente na chamada gramática tradicional) entre

¹⁰² *Idem*, Libro Primero, Capítulo XIII: “(...) la turba de los gramáticos, que tan variados son ai establecer los modos, que no nos dejaron nada seguro; unos los llaman modos, otros divisiones, quienes cualidades y quienes estados, además, unos tuvieron seis modos, otros ocho, algunos cinco, e incluso solamente cuatro, rechazado el infinitivo; hay quienes añaden el deprecativo, como *Musa mihi causas memora* (...)”.

¹⁰³ MANUEL ÁLVARES estabelece uma primeira divisão entre verbos pessoais e impessoais: “Verbum duplex est, Personale, et Impersonale. I Personale est, quod omnes personas utriusque numeri, habet, vt Amo, amas, amat. Pl. Amamus, amatis, amant. / Impersonale est, quod prima et secunda persona utriusque numeri, et tertia multitudinis fere privatur, vnde et nomen traxit. Id duplex est, alterum Activae declinationes vt Pudet, poenitet; alterum Passivae, vt Pugnatur, curritur”. Cf. *Gramatica Latina*, Fl. 53.

¹⁰⁴ Cf. *Minerva*, Libro Tercero, Capítulo I. Seria interessante contrastar a teoria de Sanctius com a teoria das funções temática de Jackendoff, segundo o qual há uma relação entre constituintes e categorias ontológicas. Cada constituinte sintático de uma frase (excluindo os que não têm conteúdo) é representado num constituinte conceptual. Cada categoria conceptual decompõe-se na estrutura função-argumento. Cf. JACKENDOFF, R. S. — *Semantic interpretation in generative grammar*, Cambridge, Mass., M.I.T. Press, 1972; e, sobretudo, *Semantics and Cognition*, Ibidem, 1983.

¹⁰⁵ *Idem*, *Ibidem*.

funções sintáticas e funções semânticas. E parece-me haver aqui alguma contradição por parte de Sanctius ao apoiar-se em critérios proposicionais. Álvares baseia-se num critério apenas morfológico (“Impersonalis verborum declinatio personae tertiae formam habet”), apoiado na doutrina de Varrão, Quintiliano e Donato¹⁰⁶.

Em segundo lugar, os verbos pessoais apenas se subdividem em ativos, passivos ou substantivos e não pertencem a outras espécies. Sanctius recusa qualquer outra divisão¹⁰⁷. Para Manuel Álvares há cinco espécies ou tipos (*genera*) de verbos pessoais: ativos, passivos, neutros, comuns e depoentes¹⁰⁸. Os critérios utilizados pelo nosso gramático são morfológicos e têm a ver com a terminação grafemática da forma não marcada: primeira pessoa do presente do indicativo. Refere, contudo, que a terminação *-or* do verbo comum pode ter significação ativa ou passiva, e o depoente significação ativa ou neutra. O critério de Sanctius é semântico e não leva em conta a forma como o verbo aparece: *afficio* (castigar) é um verbo ativo como *prosequor* (perseguir), pois são ativos pela sua própria natureza¹⁰⁹. Por outro lado, considera

¹⁰⁶ Cf. *Gramatica Latina*, Fl. 54.

¹⁰⁷ Cf. *Minerva*, Libro Tercero, Capítulo II. Cf. também CHEVALIER, Jean-Claude – *op. cit.*, pp. 336 e seg.

¹⁰⁸ “Verbum personale diuiditur in quinque genera, Actiuum, Passiuum, Neutrum, Commune, Deponens./ Passiuum est, quod syllaba, or, finitum actiuum fit, o litera abiecta, vt Amor, amo./ Neutrum est, quod, m vel, o, literis finitum ex se passiuum personale non gignit, vt Sum, Sto, Seruio, negue enim dicitur Stor, aut Seruior./ Commune est, quod, or, syllaba tantum finitum, actiui simul et passiui significationem habet, praecipue participium praeteriti temporis, et quae eius adminiculo supplentur, vt Depopulo, Complector./ Deponens est, quod, or, syllaba tantum finitum, actiui, vel neutri significationem habet, vt Sequor, vtor, morior”. Cf. *Gramatica latina*, Fl. 53.

¹⁰⁹ SANCTIUS, porque privilegia a *razão* e adopta uma atitude filosófica, é radical na posição que toma e ironiza mesmo acerca dos gramáticos que dividem os verbos em múltiplas categorias tendo como critério as terminações e os acidentés: “Pero constantemente vuelven a esas absurdas gramáticas que inventan muchas clases de verbos. Y lo peor es que los dividen por las terminaciones en *-o* y *-or*, como si la naturaleza de los verbos se hubiera de indicar por las terminaciones y accidentes y no por la esencia misma”. E questiona se haverá alguma deferença entre *Afficio te injuria* e

o verbo substantivo como “fundamento ou raiz de todos os verbos”, como é o caso de *sum* e *fiō*¹¹⁰, ideia apropriada pela gramática, postulada pela Filosofia clássica e pela Lógica.

No aspeto morfo-sintático, o Brocense rejeita a construção intransitiva porque todo o verbo tem um complemento de objeto direto claro ou oculto, sendo tarefa do gramático descobrir o nome que está em falta¹¹¹. E completa esta noção quando estuda, no último livro da *Minerva*, as “figuras de construção”, especialmente a elipse¹¹². Manuel Álvares segue a tradição e descreve a construção intransitiva e transitiva, admitindo – tal como o faz Sanctius, seguindo aqui Prisciano – a construção transitiva do verbo neutro (*nec vox hominem sono* (Virg.)).¹¹³

prosequor te iniuria ou entre *Osculor te* e *basio te*. Cf. *Minerva*, Libro Tercero. Capítulo II; cf. também CHEVALIER, Jean-Claude, *op. cit.*, p. 337.

¹¹⁰ Cf. *Minerva*, Libro III, Capítulo V. Arnauld e Lancelot, na *Grammaire Générale et Raisonnée* (1660) partem deste mesmo princípio ao afirmarem que o verbo “*est un mot dont le principale usage est de signifier l'affirmation*” e esta não é possível sem o verbo *être* «ser»; “il n’y a que le verbe *être*, qu’on appelle substantive, qui soit demeuré dans cette simplicité, et encore l’on peut dire qu’il n’y est proprement demeuré que dans la troisième personne du present, *est*, e en certaines rencontres”. Cf. ARNAUD, Antoine; LANCELOT, Claude, *Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal*, Avec une introduction Historique par M. A. BAILLY, Genève, Slatkine, Reprints, 1980. Cap. XIII.

Para os gramáticos do séc. XVIII, como DU MARSAIS (1729-1756), o verbo, além de exprimir a afirmação, tem a “signification de l’existence comme la propriété essentielle” (cf. DU MARSAIS, *Les Véritables Principes de Grammaire*, Fayard, 1987); e BEAUZÉE (1767) que considera como caráter distintivo do verbo “l’idée de l’existence intellectuelle d’un sujet avec relation à un attribut” (cf. Beauzée, *Grammaire Générale ou exposition raisonnée* (...), Nouvelle impression facsimilé de l’édition de 1767, Stuttgart-Bad Cannstatt, 1974). J. SOARES BARBOSA (1822) retoma esta teoria dizendo que o verbo “exprime a *existência* de uma qualidade ou atributo no sujeito da proposição”, mas tudo isto “não convém propriamente senão ao nosso verbo substantivo ser” (cf. BARBOSA, Jerónimo Soares, *Gramática Filosófica*, *op. cit.*). Cf. CARDOSO, Simão, *A Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa (reflexos da Gramática Geral)*, Dissertação de mestrado, Porto, Faculdade de Letras, 1986 (mm.).

¹¹¹ Cf. *Minerva*, Introd. p. 28.

¹¹² *Idem*. Libro Cuarto.

¹¹³ *Idem*. Introd. p. 28 e Libro Tercero, Capítulo III.

Uma particularidade em Sanctius é a negação da existência do «agente» na voz passiva (em Ablativo ou Dativo), considerado como um complemento circunstancial¹¹⁴, o que não me parece de todo aceitável no Latim e mesmo no Castelhana dos finais do séc. XVI, tendo em conta que se trata de um complemento semântico.

Manuel Álvares atribui ainda aos verbos a designação de incoativos, perfetivos, meditativos, frequentativos e diminutivos¹¹⁵, segundo Varão, mas seguindo também Diomedes e Donato. Esta classificação semântica, importante e pertinente, não é contemplada em Sanctius.

3.0. Esta leitura, forçosamente rápida e não completa, da Gramática Latina do P.^e Manuel Álvares e da *Minerva* de Sanctius, mostra o carácter pedagógico da primeira face ao racionalismo, nem sempre muito inteligível, da *Minerva*. Fique, no entanto, claro que a *Minerva*, precisamente pelas «causae» que são a chave de toda a teoria que a enforma, teve um papel importante e determinante na construção das gramáticas (em sentido amplo) dos séc. XVII e XVIII, escritas nas

¹¹⁴ *Idem, ibidem.* SANCTIUS justifica a sua tomada de posição afirmando que “el verbo pasivo no exige nada a no ser el sujeto”; e pela tradução que diz dever dar-se ao Ablativo da voz passiva: “A o AB (hablando em términos generales) en activa o pasiva significa a parte «de parte de» como *uentus fica ab Oriente* (...) Y cuando Tac. dijo: *trepidebatur a Caesare* «se apresuraban por orden de César» no significa que César se daba prisa, sino que lo hacían los soldados de César”. Cf. também CHEVALIER, Jean-Claude, *op. cit.*, pp. 353-354.

¹¹⁵ “Inchoatium verbum est, quod rem quidem inchoatam, sed ad finem perfectionem tendentem significat, vt Calesco, id est, Calidus fio, Frigesco, Frigidus fio. / Perfectum est, quod rem perfectam absolutamque significat, vt Caleo, Frigeo. / Meditativum verbum est, quod assiduum alicuius rei meditationem significat, vt Efurio, coenaturio, qui enim efurit, ac coenaturit, nihil aliud quam cibum, coenamque meditatur. / Frequentativum, siue Iterativum est, quod rei frequentationem, iterationemque significat, vt Rogito, as, lectito, scriptito. / Diminutivum est, vel potius diminutum est, quod minus, quam id a quo ortum est significat, vt Sorbillo, a Sorbeo”. Cf. *Gramática Latina*, Fl. 54.

Estas divisões e subdivisões do verbo levam Jean-Claude Chevalier a considerar a Gramática de MANUEL ÁLVARES como “muito indigesta”, uma vez que “Elle subdivise à l’infini”; cf. CHEVALIER, Jean-Claude – *op. cit.*, pp. 342-343.

respetivas línguas vernaculares, o que marcou decisiva e definitivamente a gramática e a linguística modernas.

A Gramática Latina do P.^e Manuel Álvares permanece como uma referência pedagógica, mas também racional – se assim o posso afirmar – por um longo período. A sua teoria gramatical, embora muito criticada no séc. XVII e particularmente no séc. XVIII, neste último por razões de natureza religiosa e política – os oratorianos substituíam os jesuítas na Corte! – está imbuída pelas luzes do seu tempo e firmemente alicerçada na autoridade dos gramáticos latinos. E esta gramática espera por parte dos linguistas (e latinistas!) portugueses um estudo completo e aprofundado e, porque não, uma tradução atualizada, como Fernando Riveras Cárdenas o fez em relação à *Minerva*.

AS DUAS PRIMEIRAS EDIÇÕES DA *MINERVA* (LYON 1562 E SALAMANCA 1587) DE FRANCISCO SÁNCHEZ DE LAS BROZAS (1523-1600)¹¹⁶

Gonçalo Fernandes

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

gf@utad.pt

0. INTRODUÇÃO

Neste artigo pretendemos dar a conhecer a edição *princeps* da *Minerva* de Francisco Sánchez de las Brozas, intitulada *Minerva ou acerca das causas e elegância da Língua Latina*, publicada a expensas próprias, em Lugduni, Lyon (França), em 1562, e a segunda (e definitiva) versão, publicada em Salamanca (Espanha), em 1587, na tipografia dos irmãos João e André Renaut, com o título *Minerva ou acerca das causas da Língua Latina*.

Esta obra iria revolucionar os estudos linguísticos posteriores em todo o mundo. A *Minerva* haveria de encontrar imediatamente seguidores em Portugal e o primeiro a fazê-lo — ou a admiti-lo, mesmo que implicitamente — foi Amaro de Roboredo no *Methodo Grammatical para todas as Línguas* (Lisboa 1619). É, no entanto, fundamentalmente na segunda metade do século XVIII que iria servir de porta-estandarte às ideias pedagógicas dos oratorianos e de modelo à reforma preconizada por Sebastião José de Carvalho e Melo, chegando mesmo a ser impressa em Portugal em 1760, com base na edição holandesa de Gaspar Scioppius (1576-1649) e Jacobus Perizonius (1651-1715).

¹¹⁶ Versão conjunta de 4 artigos publicados previamente em *Revista Portuguesa de Humanidades*, VIII, 1-2: 251-265, e *Boletim de Estudos Clássicos*, 46, 47 e 48: 133-144, 99-108 e 119-125, respetivamente.

No século de setecentos, foram muitos os apreciadores da obra do Brocense, mas, no final do século XVI e em todo o século XVII, foram também muitos os seus detratores. Verney, por exemplo, refere que

teve a Minerva de Sanches grande aceitação em Hespanha: foi muito louvada: foi abraçada por alguns. Mas como he muito dificultoso, principalmente aos professores velhos, confessar, e emendar seus erros, ainda que manifestos; continuárão nas escolas com as Grammaticas antigas, ou fizeram outras de novo com os mesmos principios (Verney 1775: XI).

O gramático cacerenho era um grande admirador da obra dos humanistas Erasmo de Roterdão (1467-1536) e Pierre de la Ramée (1515-1572) e pautou sempre a sua vida com uma atitude crítica e independente, repudiando o princípio da autoridade (“magister dixit”) e preferindo analisar as diversas fontes em defesa dos seus próprios raciocínios / argumentos. Assim, foi com alguma naturalidade que Francisco Sánchez fora acusado pela Inquisição (Pinta Llorente e Tovar 1941), duas vezes, por heterodoxia, mas, no primeiro processo, em 1584, com 61 anos, mostrou que aceitava a autoridade da Igreja em matéria de fé, mantendo, contudo, a sua liberdade de juízo fora dela. Saiu incólume, apenas levando uma severa reprimenda. Sofreu um segundo processo, já em Valladolid, pois a publicação do livro *De nonnullis Porphyrii erroribus*, em 1588, com 65 anos de idade, havia atacado abertamente, uma vez mais, os princípios da autoridade e criticava os fundamentos da filosofia escolástica. Este processo terminou já depois da sua morte e do qual o Brocense foi completamente absolvido, depois de ter enviado ao Inquisidor Geral uma confissão de fé (Pinta Llorente e Tovar 1941: 100 e ss.).

Os seus métodos pedagógicos (cfr. Merino Jérez 1992),

aunque contestados frecuentemente por el claustro de la Universidad, tenían buenos resultados, como lo reconocían en noviembre de 1571 el rector y otros catedráticos (...). Sus posturas originales resultaban a menudo escandalosas para otros maestros y las doctrinas (...) acabarían ocasionando la enemistad de sus compañeros y las continuas amonestaciones del claustro universitario (Martín Jiménez 1997: 49).

O Brocense defendia a aprendizagem dos alunos nas línguas vulgares, pois o mau uso do Latim era a causa primeira da sua corrupção: “Qui Latine garriunt corrumpunt ipsam latinitatem” (Sánchez de las Brozas 1587: 267 v.), diria ele no final da *Minerva* de 1587. Francisco Sánchez tinha também uma visão global do ensino e preocupava-se com a aprendizagem dos alunos e, por isso, pugnava por uma delimitação precisa dos conteúdos de cada disciplina, por forma a favorecer a rapidez na aprendizagem, fazendo com que os alunos não se perdessem em superfluidades, gastando energias desnecessárias e faltando estas para o essencial.

É, contudo, fundamentalmente no campo científico que a sua obra vai ter mais importância para os estudos posteriores.

Novedad y polémica destacan (...), de forma singular, a este gramático cuya primordial aportación a la Lingüística fue, sin duda, el enjuiciamiento crítico de la autoridad de los maestros y el uso lingüístico como fuentes de conocimiento, en favor de la primacía de la razón. De ello resultan la síntesis de las concepciones aristotélica y platónica acerca del origen del language, la búsqueda de las causas y estructuras lógicas subyacentes a las lenguas, la doctrina de la elipsis y (...) una nueva interpretación del ‘modo’ (López Rivera 1999: 423).

Francisco Sánchez, filho de Francisco Núñez e de Leonor Díaz, fidalgos e cristãos-velhos, nasceu numa aldeia da província de Cáceres chamada Las Brozas, em 1523, e era sobrinho, por parte da mãe, de Rodrigo Sánchez, prior de Óbidos e capelão da rainha D.^a Catarina, e do poeta novilatino Pedro Sánchez, embora Costa Ramalho tenha dúvidas quanto a esse grau de parentesco (Ramalho 1980: 238-239).

Aos onze anos, em 1534, o Brocense veio para Portugal como pagem da rainha D.^a Catarina e do rei D. João III, onde viveu até aos vinte anos e obteve toda a sua formação inicial, primeiro em Évora (1534-1537) e depois em Lisboa (1537-1543). Em 1543 regressou a Espanha, acompanhando o séquito da princesa Maria, que casou com o rei Filipe I de Espanha, e, com a morte da rainha, dois anos mais tarde, Francisco Sánchez deixou a corte e instalou-se em Salamanca, cursando Artes e Teologia e doutorando-se em Humanidades na Universidade de Valladolid, em 1551. Em 1554,

foi nomeado Regente de Retórica no Colégio Trilingue de Salamanca, e, dezanove anos mais tarde, em 1573, ocupou a Cátedra de Retórica na Universidade de Salamanca. Em 1576, aceitou também a Cátedra de Grego e, em 1593, a de Latim. Francisco Sánchez de las Brozas viria a falecer a 11 de Dezembro de 1600, com 77 anos de idade, em Valladolid, em casa do seu filho Lorenzo.

1. *A Minerva seu de Latinae Linguae causis et elegantia* (Lugduni 1562)

A primeira edição da *Minerva*, praticamente desconhecida entre nós, foi publicada em Lyon (*Lugduni*) em 1562, com o título *Minerva ou acerca das causas e da elegância da Língua Latina*. Trata-se, em nosso entender, da primeira gramática sintática do Latim e é constituída por apenas 30 capítulos, mas onde já se verificam as principais doutrinas do seu autor, especialmente a da elipse,

y los ejemplos que da, que son abundantísimos y proceden de todos los géneros y épocas, están en latín, con unas pocas excepciones, en griego y castelhano. Los supuestos lógicos, psicológicos y grammaticales que la fundamentan tienen sin embargo pretensiones de universalidad (Estal Fuentes 1981: 8).

Rogelio Romeo classifica esta *editio princeps* como um “primer esbozo de la Minerva” (Ponce de León Romeo 2002: 1), mas o certo é que as teses fundamentais do Brocense já lá estão presentes.

Numa análise superficial da obra, podemos constatar que o estilo “del Brocense es claro, sobrio, elegante y moderno” (Estal Fuentes 1981: 8) e detetar a influência de vários gramáticos anteriores, nomeadamente, Quintiliano, Prisciano, Sérvio, Fábio, Tomás Linacro (1460-1524), Júlio César Escalígero (1484-1558), Lorenzo Valla (1407-1457), Pierre de la Ramée (1515-1572) e Nebrija (1444-1522), em quem, pontualmente, se baseia ou contra os quais, na maioria das vezes, ele se insurge. Dentre estes, Francisco Sánchez ataca especialmente Lorenzo Valla (1407-1457), umas vezes, comedidamente, como em:

Pero Valla en el lugar citado dice que hay que precaverse de que aquel verbo signifique movimiento (...). Apenas me contengo, cómo no hable de aquél como se merece. Esto siéndonos Dios favorable lo haremos algún día (Sánchez de las Brozas 1981: 61);

outras, com duríssimos ataques, como, por exemplo, em:

Sería el momento de enfurecerse con Valla, que arrojó la lengua latina a la esclavitud (...). Qué dices, querido Lorenzo, no ves el solecismo en tu precepto? (...) Qué condenas aquí, estupidísimo gramático? (Sánchez de las Brozas 1981: 36-37).

As suas teorias gramaticais são sempre fundamentadas, primeiro, na razão e, depois, nos mais importantes autores latinos, a saber, Cícero, Tito Lívio, Horácio, Virgílio, Plínio, César, Plauto, Terêncio, Salústio, Marcial, Tácito, Columela, Juvenal, Aulo Gélcio e Ovídio, extraindo inúmeras frases a corroborar as suas teses.

Francisco Sánchez de las Brozas, já nesta edição, é muito controverso nas suas opiniões acerca da língua latina. Para ele, por exemplo, a doutrina da elipse é a mais necessária à língua (capítulo 2); as partes da oração são apenas seis, entre as quais não se conta o pronome e a interjeição (capítulo 3); não há verbos neutros, mas apenas ativos e passivos (capítulo 6); os verbos não têm modos, mas apenas tempos (capítulo 7); em Latim não existe o Ablativo Absoluto (capítulo 13); o Genitivo nunca é regido pelo verbo, nem em Grego nem em Latim (capítulo 15); não há oração sem nome e verbo, isto é, matéria e forma (capítulo 24); e não existe o supino em -u (capítulo 29).

No primeiro capítulo, o Brocense delimita o campo científico dos gramáticos e estabelece os pressupostos teórico-metodológicos dos mesmos. É já aqui que se vê a orientação racionalizante do autor, que defende, primeiramente, a razão, documentada na autoridade dos melhores autores e não na dos gramáticos, porque,

por mucha autoridad que me merezca un gramático, no apoyaré yo su opinión en las reglas, si no la confirma mediante la razón y los ejemplos.

Pues *los gramáticos*, como dice Séneca, *son guardianes de la lengua latina, no autores* (Sánchez de las Brozas 1981: 13).

O Brocense, ao contrário de Quintiliano (séc. I d.C.), pensa que a gramática é uma só e não há gramática histórica nem metódica, porque seria necessário fazer uma gramática que examinasse

a toda clase de escritores, la que no puede considerarse acabada sin la música ni si ignora la disposición de las estelas; la que tampoco ha de desconocer la filosofía, a la que tampoco falta a elocuencia (Sánchez de las Brozas 1981: 13).

Francisco Sánchez, no capítulo 2, diz claramente que a sua doutrina é a da elipse e esta é a mais necessária a todas as línguas, e não apenas ao Latim. Porque todas as línguas gostam de brevidade, pode-se suprimir o que é familiar ou quotidiano, podendo o interlocutor perceber facilmente o que não foi dito/escrito e o texto ficar mais bonito:

Es más elegante la oración en la que se echa de menos algo. Pero sólo se ha de suplir lo que el uso cotidiano y familiar del hablante puede fácilmente entender. No hay lengua que no guste de la brevedad. Esto incluso por el modo de contar en cualquier lengua lo encuentras (Sánchez de las Brozas 1981: 14).

Esta perspectiva é deveras interessante, principalmente porque deixou de considerar-se a elipse uma figura de retórica e passou a ser um fator essencial da língua. Assim também o pensou Paul Grice, ao estabelecer o princípio de cooperação e as máximas conversacionais, nomeadamente a máxima da quantidade (Grice 1989).

No capítulo 3, mais uma vez, o Brocense rompe com a tradição gramatical ao classificar as *partes orationis* em apenas seis (nome, verbo, particípio, preposição, advérbio e conjunção), retirando às tradicionais oito o pronome e a interjeição, colocando o primeiro nos nomes e o segundo entre os advérbios, como os gregos. Segundo o autor, ainda havia motivos para retirar mais alguns, já que o particípio em nada se diferenciava dos nomes e as preposições podiam ser englobadas nos advérbios, “pero por razones de claridad preferimos proponer a los niños seis que cuatro”

(Sánchez de las Brozas 1981: 15). Como se vê, ainda que não seja esse o objetivo principal da obra, o seu autor também se preocupa com problemas de natureza pedagógica.

Nos capítulos 4 (sobre o número, a pessoa e o caso) e 5 (sobre os diminutivos) há apenas a salientar dois aspetos que nos parecem importantes: no primeiro, a eliminação do sétimo caso (locativo) em Latim e do sexto em Grego (ablativo), pois, caso contrário, seria necessário ponderar a hipótese de haver outros, como o modal, o instrumental e o temporal, por exemplo. Para o Brocense são apenas modos de falar diversos e, por isso, “mejor será enunciar todas estas circunstancias sólo con el ablativo que crear tan gran número de casos” (Sánchez de las Brozas 1981: 16). Quanto aos diminutivos, estes revelam o género do nome, ao contrário do que afirma Lorenzo Valla, porque, “siempre que dudes del género (pues los diminutivos no presentan declinación), puedes recurrir al diminutivo: pues que funis es masculino lo revela funiculus” (Sánchez de las Brozas 1981: 16).

Francisco Sánchez de las Brozas classifica os verbos em pessoais e impessoais ou, sinonimamente, em finitos e infinitos, porque, na sua perspetiva, é diferente o que por natureza é diverso. Assim, para o Brocense, *amo* e *amare* não são o mesmo verbo, mas distintos,

porque aquél es finito, esto es, tiene números y personas finitos, éste ni números ni personas determina: aquél tine siempre ante sí nominativo, éste siempre acusativo. Sucede esto porque el infinito ni siquiera tiempos precisa (Sánchez de las Brozas 1981: 17).

Ainda divide todos os verbos em ativos e passivos, negando a existência de verbos neutros, “pues de ningún modo puede haberlos; en efecto, la filosofía, esto es, la razón recta e incorrupta, ningún medio admite entre el hacer y el padecer. Pues todo movimiento o es acción o pasión” (Sánchez de las Brozas 1981: 17-18). Mas o Brocense vai mais longe na sua argumentação, perguntando ao leitor se nos verbos, a que se chamam neutros, admite um agente, por que razão não admite o paciente,

pues el que actúa, actúa en contra de algo; de otra manera lo que lucha dices, hace y no hace nada. Es que no sabes que toda causa produce un

efecto? Y que no hay efecto sin causa? Así pues, *currimus cursum* y *cursus curritur a nobis* es una oración íntegra (Sánchez de las Brozas 1981: 18).

O autor esclarece ainda que o erro dos gramáticos anteriores se deve unicamente ao facto de estes não saberem filosofia, ao encontrarem verbos neutros, que não significassem nem ativa nem passivamente, porque não podiam distinguir, por exemplo, em *caleo*, *frigeo*, *stupeo*, se os contariam entre os passivos ou os ativos. Para o Brocense, nestes e em casos semelhantes se entenderia um acusativo da mesma coisa (acusativo interno). Esta perspetiva só se pode entender rigorosamente se pensarmos que a elipse está na base da construção sintática de uma língua, mas, mesmo assim, não conseguimos solucionar o problema de outros tipos de verbos, como copulativos e locativos, por exemplo.

Na senda de Pierre de la Ramée (1515-1572), Francisco Sánchez ataca a doutrina dos modos verbais¹¹⁷. Para ele só há tempos, porque “el modo non es un atributo del verbo, ni toca la naturaleza de los verbos, sino que (...) se explica por el ablativo (...) o por adverbios” (Sánchez de las Brozas 1981: 18). O Brocense acrescenta ainda que a doutrina dos modos é inútil e os principais gramáticos são da sua opinião, até porque uns chamam modos, outros, divisões, outros, qualidades e outros, estados e uns fixaram seis modos, outros, oito, e outros, apenas quatro. No entanto, o gramático salmanticense encontra “ciertamente (...) el depreciativo, el potencial, el permisivo y el promisiivo añadidos por diversos autores” (Sánchez de las Brozas 1981: 18), não podendo estes ser considerados modos, mas apenas sentidos diferentes da frase.

¿Quién no ve ya que es una doctrina falsa cuando se afirma que *amabam* y *amaveram* son de modo indicativo? Pues cuando dices *scribebat*, *Cicero scripserat*, tienes suspenso el ánimo de los oyentes, hasta que con otra palabra se extraiga el sentido preciso. Y así el verbo *amabam* es más del conjuntivo que del indicativo; pues nada se indica sólo con el verbo de esa manera (Sánchez de las Brozas 1981: 18).

¹¹⁷ Amaro de Roboredo, sem nunca explicitar as razões para isso, vai eliminar os modos das conjugações verbais e, por isso, numerar diferentemente os vários tempos. Assim, por exemplo, o presente tem dois tempos, o primeiro (*eu amo*) e o segundo (*eu amè*).

Esta é, de facto, uma perspetiva radical e, ainda hoje, bastante controversa, mas os linguistas atuais, especialmente da Pragmática, concordam maioritariamente com ela, porque o sentido da frase atende a fatores extra-linguísticos e não apenas à língua e, se por cada sentido diferente, se criasse um modo verbal, essa lista seria ilimitada. Sem pretendermos extrapolar, parece haver nestas posições do Brocense uma primeira e incipiente abordagem pragmática, com interferência direta na análise linguística.

Para Brevia-Claramonte, esta questão marca, contudo, o início da teoria semântica:

Semantic considerations come to play a more important role in his theory: meaning reflected in words by means of grammatical markers, and the lexical meaning of a word reflecting in the *signifiant (voce)* (Brevia-Claramonte 1975: 61).

Por outro lado, o gramático de Salamanca encontrou onze tempos verbais, dentre os finitos ou pessoais: dois presentes, dois imperfeitos; dois perfeitos; dois mais que perfeitos e três futuros, mas esta classificação não se pode unicamente observar pelas desinências verbais ou sufixos modotemporais, porque, para o Brocense, sempre que um verbo significar desejo este pode ser considerado futuro. No entanto, o autor é pouco preciso quanto à estruturação sintática ou, eventualmente, estilística do latim, é que, para ele, “los tiempos sin duda se ponen unos por otros con elegancia” (Sánchez de las Brozas 1981: 18).

No que concerne aos verbos infinitos ou impessoais, o Brocense refere que estes, assim como não têm números, nem pessoas, também não têm tempos, “pues *amare* es de todos los tiempos, como también *amavisse*” (Sánchez de las Brozas 1981: 20). Pela mesma razão, no capítulo 8, os participípios também não têm tempo, porque “son nombres verbales y tienen todos los atributos del nombre” (Sánchez de las Brozas 1981: 20), podendo significar qualquer tempo: *amans* e *amatus* podem ser de todos os tempos e, por exemplo, *amaturus* pode ser presente.

No capítulo 9, o Brocense analisa o género dos nomes e segue a nomenclatura tradicional, classificando-os em masculinos, femininos e neutros. Neste capítulo, o gramático diz só haver seis substantivos comuns, isto é, masculinos e femininos: *antistes*, *vates*, *sus*, *bos*, *canis* e *sacerdos*. Quanto aos restantes, há dois processos para descobrir o género exato: ou juntar-lhes adjetivos ou fazer os diminutivos correspondentes, como *optimus agricola*, *bonus testis*, *funiculus* (de *funi*s), *latrunculus* (de *latro*) (Sánchez de las Brozas 1981: 23).

Um dos conteúdos mais controversos no autor da *Minerva* é o referente aos ablativos absolutos, que refuta liminarmente. Para o Brocense, “reconocen su ignorancia los gramáticos, cuando preguntados por quien es regido este o aquel nombre, responden que está puesto en absoluto; como si dijese: lo ignoramos enteramente” (Sánchez de las Brozas 1981: 30). O gramático salmanticense pergunta, com alguma razão, se o sintagma *Regnante Philippo* é uma construção sinónima de *tempore regni* (ou *regis*) *Philippi*. Se a resposta é positiva, como ele pensa, então porque é que os gramáticos só classificam o primeira de absoluto e o segundo de tempo, se ambos estão em ablativo? Relativamente à frase *hora prima veni*, afirma que o sintagma *hora prima* é um ablativo de tempo, mas na frase *te legente veni* os gramáticos classificam o sintagma *te legente* como ablativo absoluto. Diz o Brocense que se trata de um erro, porque, em ambos os casos, o sentido é o mesmo, isto é, tempo. Para o salmanticense, “*hora prima veni* son dos oraciones, como si dijese *cum esset hora prima veni*. Porque falta el participio *ens*, o algo semejante. Llamará pues a formas como ésas ablativos de tiempo” (Sánchez de las Brozas 1981: 30). Assim, Francisco Sánchez considera que “these ‘absolute’ constructions are consequently called ablatives of time, and sometimes the preposition appears openly as in *sub Alexandro*” (Breva-Claramonte 1975: 58).

O Brocense, uma vez mais, opõe-se aos restantes gramáticos ao afirmar, no capítulo 15, que o genitivo nunca é regido pelo verbo, nem em Grego nem em Latim, porque o genitivo indica posse e, por isso, o possuidor e a coisa possuída são *nomina relata*, como diriam os dialéticos, não podendo entender-se um sem o outro. “Así pues, donde haya genitivo, se ha de buscar otro nombre al que esté unido” (Sánchez de las Brozas 1981: 33). O autor analisa todos os tipos de verbos que habitualmente

são construídos com o genitivo, como os verbos de memória (*memini* / *obliviscor*), de (com)paixão (*miserereor*), de acusar e absolver (*accuso* / *absolvo*), de preço e estima (*aestimo* / *emi*), e demonstra que em todos eles está elidido um substantivo a que o genitivo está ligado, “para que haya enconomía de la expresión” (Sánchez de las Brozas 1981: 36). Para corroborar esta teorização, o Brocense aplica muitos exemplos extraídos de autores latinos e gregos, citando inclusivamente Nebrija, Prisciano e Apolônio Díscolo.

O gramático de Salamanca segue a perspectiva aristotélica ao analisar, no capítulo 20, a oração em matéria (substantivo) e forma (verbo). “In addition, Sanctius maintained that verbs cannot exist without a *suppositum*, and he therefore eliminated from the grammar the traditional notion of impersonal verb” (Breva-Claramonte 1975: 59). Por exemplo, quando se está na presença de um imperativo, o vocativo não é regido pelo verbo nem está posto de forma absoluta, mas trata-se de uma elipse do nominativo, como na frase *Petre (tu) veni*. No caso dos verbos chamados de natureza, refere o autor que o nominativo também não se expressa mas o seu significado está lá, assim como nos verbos *miseret*, *taedet*, *pudet*, *piget* e *poenitet*, que “tienen unido un nominativo (...), pero por su certidumbre no lo expresan, incierto lo expresan” (Sánchez de las Brozas 1981: 43).

No capítulo 21, o Brocense refere não haver verbos neutros, pois todos têm, expressa ou elipticamente, um acusativo, como *vivo vitam*, *ambulo viam* (ou *iter*), *nato aquas*, “pues si no tuviéramos vida no podríamos vivir, ni pasear o ir sin camino (...) y no es bastante decir *vivo* o *stupeo* si no añades *vitam* o *stuporem*” (Sánchez de las Brozas 1981: 43-44). Para o gramático, o verbo limita-se a ser a cópula do sujeito e do predicado e, por isso, o acusativo, que não se expressa, pode entender-se de três modos diferentes: ou é de significação similar, ou é um nome do verbo, isto é, o infinitivo, ou ainda os acusativos pessoais *me*, *te*, *se*, quando o agente e o paciente são a mesma pessoa. Para o Brocense, o acusativo (interno) “de la misma cosa por razones de brevedad y elegancia mejor es echarlo en falta que ponerlo” (Sánchez de las Brozas 1981: 44).

Para o autor da *Minerva*, não existe o supino em -u, tratando-se apenas de um substantivo em ablativo. “*Amatu*, *lectu*, *doctu* con estupor turban a los gramáticos. Para mí son ablativos y que se explican por el adverbio *unde*”

(Sánchez de las Brozas 1981: 58). E apresenta quatro razões para justificar a sua teoria. Para Francisco Sánchez, são substantivos em ablativo, em primeiro lugar, porque admitem adjetivos, como em *eos versus assiduo memoratu dignos puto*; em segundo, porque podem receber preposição, como em *nihil ex odoratu percipit*; em terceiro, porque regem genitivo, como em *missu Germanici*; e, em quarto, porque pode ser unido a outro substantivo em ablativo com uma conjunção, como em *parvum dictu, sed immensum aestimatione* (Sánchez de las Brozas 1981: 58).

2. A *Minerva seu de causis Linguae Latinae* (Salamanca 1587)

A segunda e definitiva edição da *Minerva* foi publicada em Salamanca em 1587, com o título *Minerva ou acerca das causas da Língua Latina*. Até há pouco tempo pensava-se que esta era a sua primeira edição e também foi esta que motivou Gaspar Scioppius e Jacobus Perizonius a desenvolverem as teorias gramaticais do Brocense, de que, entre outras, há uma edição portuguesa, impressa em Lisboa, em 1760, sob o patrocínio do Marquês de Pombal e do Rei D. José.

A edição de 1587 da *Minerva* é constituída por quatro livros e quarenta e seis capítulos na totalidade e, para Percival, caracteriza-se por ser “an extremely complex work, badly organized, and written in a polemical and at times vituperative style” (Percival 1975: 243). No Livro I, com 18 capítulos, o Brocense reflete sobre as partes do discurso; no Livro II, com 13 capítulos, trata da sintaxe (ou construção) dos nomes substantivos, adjetivos, relativos e outros pro(to)nomes; no Livro III, com 14 capítulos, analisa a sintaxe do verbo, da preposição, do advérbio e da conjunção; e, no Livro IV, com apenas um capítulo, apresenta as figuras de construção, a saber, a elipse, o zeugna, a silepse, o hipérbato e a antiptose, mas também analisa, embora com brevidade, a analogia nos significados das palavras (semântica) e refuta a teoria da antífrase.

O autor inicia a obra com uma dedicatória à Universidade de Salamanca, onde, entre outras coisas, refere que: pretende romper definitivamente com a tradição pedagógica vigente, pedindo inclusivamente que a obra de Lorenzo Valla (1407-1457) seja proibida naquela instituição nos primeiros

anos de ensino de Latim; não traz nada de novo, pois apenas pretende repor no seu antigo estado a pura *latinitas*, corrompida por muitos gramáticos anteriores, a quem chama “bárbaros” e responsabiliza por mais de 3.000 erros cometidos, entre os mais antigos e modernos; e se sente herdeiro de Élio António de Nebrija (1441-1522), pois este tivera os mesmos problemas em acabar com todos esses “disparates” e ainda se mantinham no estudo do Latim. Para Francisco Sánchez, se o Nebricense, por alguma razão, ressuscitasse, acabaria de vez com esses gramáticos, pois o seu engenho era tanto que não toleraria que estes continuassem a dizer barbaridades.

Nilhil omnino hic novi afferimus... sed antiquitatem, quas Barbarorum (Mammotretos dico, Catholicones & Pastranas) saevitia jacuerat, sublevamus, et in gradum reponimus... Jacebant itaque bonas litterae, quum abhinc annis centum, Antonius Nebricensis hos rebelles conatus est castigare. De esta forma (...) escrebia el humanista salmantino Francisco Sánchez de las Brozas (...). Afirmaba de esta forma su ilusión de continuar la labor iniciada por su insigne predecesor E. A. de Nebrija (Closa Farrés 1992: 287).

O Brocense conta também que um dos filhos de Nebrija, Marcelo, tinha uma casa (e morava) na sua terra natal, Las Brozas, e, como lhe contava o seu pai, quando lá preparava as edições do «Dicionário» e da «Gramática Latina», queixava-se de que deixava inacabadas essas obras e desejava que um dia aparecesse um vingador para repor o ensino do Latim no devido lugar (Sánchez de las Brozas 1976: 37-39).

No capítulo inicial, o Brocense explica a razão por que escolheu o título da sua «gramática». Em primeiro lugar, a escolha de *Minerva, -ae*, deveu-se ao facto de este nome ser o da deusa da sabedoria, protetora das artes, inspiradora dos oradores, poetas, e das especulações mais profundas da filosofia e da ciência, e a própria personificação do trabalho de espírito; Em segundo, porque César Escalígero (1484-1558), já havia escrito «*De causis linguae Latinae*» (1540) e o Brocense concordava muitas vezes com ele e queria acabar definitivamente com o “magister dixit” e procurar as causas verdadeiras e os princípios dos fenómenos linguísticos, achou que “no se había de desechar el título” (Sánchez de las Brozas 1976: 45) escaligeriano.

2.1. Partes da Oração

O Livro I, a partir do 1º capítulo, *exclusive*, dedica-se ao estudo das *partes orationis*. Assim, no capítulo 2, ocupa-se do problema e das múltiplas classificações existentes, desde Aristarco da Samotrácia e Dionísio da Trácia, Marco Terêncio Varrão, Quintiliano, Sérvio e Donato. No entanto, começa a sua argumentação sobre o que entende por gramática, as suas divisões e quais os seus fins. Para o Brocense, a gramática é a arte de falar corretamente, que tem por finalidade a construção correta da oração, que é constituída por palavras ou vocábulos, denominados partes da oração, formadas por sílabas e estas por letras, que são sons indivisíveis. Assim, para o gramático de Salamanca, não é muito fiável a divisão da gramática em partes, do tipo ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe, porque esta não é uma parte mas o fim último da gramática e não considera nenhuma divisão bastante apropriada (Sánchez de las Brozas 1976: 48).

O gramático salmanticense divide os elementos constitutivos da oração, ou seja, partes do discurso, em apenas três categorias, nome, verbo e partículas, à semelhança da divisão dos estóicos, de Aristóteles (384-322 a.C.), Santo Agostinho e Plutarco, bem como das gramáticas hebraica e árabe (Sánchez de las Brozas 1976: 49). Francisco Sánchez estabelece esta divisão fundamentada em princípios lógicos, pois o nome compreenderia as entidades de tipo estático, o verbo as de tipo dinâmico, e as partículas os laços de união entre as proposições:

Llamamos cosas permanentes o constantes a aquellas cuya naturaleza persiste; a esta clase la llamaron nombre. Decimos que fluyen aquellas cuya naturaleza existe en tanto en quanto ellas existen; a esta clase la llamaron verbo (...). Finalmente, las oraciones necesitan de ataduras entre sí, por lo que se inventó la conjunción (Sánchez de las Brozas 1976: 50).

No entanto, o Brocense também aceita as restantes classificações de Dionísio da Trácia, à exceção da interjeição. Para o gramático de Salamanca, o particípio, o pronome — segundo o autor, deveria chamar-se preferencialmente “protonome” (Sánchez de las Brozas 1976: 52)¹¹⁸ —, o

¹¹⁸ “(...) *ego, tu, sui* habrían de llamarse más correctamente protonomes (*protonomina*) o primeros nombres, porque son jefes de los otros e independientes, pues no se decli-

adjetivo e o substantivo são variáveis do nome e, por isso, devem integrar a mesma categoria, que se caracteriza por ser, na senda de Escalígero (1484-1558),

cierta imagen por la que algo es conocido (...); por otra parte, se define el nombre como la voz que tiene género, número y caso, definición esencial y perfecta porque la voz o dicción o parte de la oración es el género próximo y el caso es la diferencia específica (Sánchez de las Brozas 1976: 58).

A definição de verbo proposta pelo Brocense é muito simples e tem por base critérios morfológicos e semânticos: “Verbo es la voz que tiene número, persona y tiempo. Esta definición es verdadera y perfecta, todas las demás de los gramáticos son necias” (Sánchez de las Brozas 1976: 77). Por outro lado, indica que o verbo é constituído por acento, figura, espécie, número, pessoa, tempo e conjugação, mas exclui o modo. Com efeito,

el modo, que lo llama Varrón especie (*species*), no toca a la naturaleza del verbo, por eso no es atributo de él. Con más frecuencia se explica esta naturaleza por medio del sexto caso, como *mea sponte, tuo jussu feci* «lo hice por mi voluntad», «lo hice por orden tuya»; no pocas veces por medio de los adverbios, como *male currit* «corre mal», *bene loquitur* «habla bien». Y, cuando Aristóteles habla de los modos o modales, dice a menudo que aparecen continuamente, necesariamente como accidentales (Sánchez de las Brozas 1976: 81).

Por isso, integra os tempos do verbo finito em onze categorias: duas do presente (*amo* e *amem*), duas do imperfeito (*amabam* e *amarem*), duas do perfeito (*amavi* e *amaverim*), duas do mais que perfeito (*amaveram* e *amavissem*) e três do futuro (*amabo*, *amaveri* e *ama* ou *amato*) (Sánchez de las Brozas 1976: 82).

Nas partículas, o Brocense engloba a preposição, o advérbio e a conjunção.

nam según la norma de los otros (...), pues todos los demás nombres se gobiernan por éstos, y una vez suprimidos, todos los demás nombres se enontrarán mudos y mancos (...).”

A preposição, que “es una voz que carece de número, que se coloca ante los casos y se encuentra en composición” (Sánchez de las Brozas 1976: 283), é, para o Brocense, a mais importante das partículas pelo facto de reger os casos e as restantes o não poderem fazer. De acordo com a sua teoria, o sexto caso ou ablativo depende sempre de preposição e, quando aparentemente isso não acontece, é porque há uma elipse. A preposição também se coloca sempre antes do substantivo, como indica a sua composição (“pre - posição”), mas pode não acontecer se existir uma anástrofe, o que não altera a sua natureza, como é o caso de *mecum*, *tecum* e *secum*, por exemplo. O Brocense retira justificadamente da sua lista os seguintes vocábulos considerados preposições pelos gramáticos anteriores: *circiter*, *prope*, *propius*, *proxime*, *pridie*, *procul*, *secus*, *usque*, *versus* e *versum* (Sánchez de las Brozas 1976: 99-101).

O advérbio é uma partícula que se liga preferencialmente aos verbos para lhes alterar o significado, não tem número e não rege nenhum caso: “Parece que se llama adverbio (*abverbium*), casi *adverbum* «junto al verbo» porque va on él como si fuera algo añadido, así *bene dormit* «duerme bien», *graviter disputat* «diserta con gravedad», *lente ambulat* «se pasea lentamente»” (Sánchez de las Brozas 1976: 285).

O advérbio também se une a outras partes da oração: a adjetivos, como *bene doctus* (muito sábio); a substantivos, como *bene mane* (de manhãzinha; muito de manhã), *semper lenitas* (sempre doçura); e a advérbios, como *valde velociter* (muito velozmente), por exemplo. Ao contrário de outros gramáticos predecessores seus, Francisco Sánchez não considera que o advérbio possa reger quaisquer casos. Quando aparentemente isso acontece, ou deve considerar-se um substantivo (e não um advérbio) ou há a elipse de um verbo:

Los adverbios a no ser que se tomen por un nombre no rigen ningún caso, como *crurum tenus* «hasta las piernas»: *tenus* no es preposición cuando lleva genitivo, como *satis vini* «bastante vino» (...). Hay quienes afirman que *quo* y *unde* rigen acusativo (...). En estos ejemplos falta un verbo (*para*) (...). En y *ecce* no rigen acusativo o nominativo. Véase la elipsis de los verbos (Sánchez de las Brozas 1976: 285-286).

Para o mestre salmantino, não pertence ao gramático a função de enumerar as sub-categorias dos advérbios nem as suas significações, mas em apenas examinar as suas características morfológicas, isto é, o modo como estes terminam, como os que acabam em *-im* (*punctim, caesim, membratim*), *-us* (*subtus, intus*), *-o* (*cito, profecto*), *-as* (*alias, cras*), *-i* (*ubi, ibi*), *-e* (*bene, pulchre, sane*), *-er* (*duriter, fortiter*), etc. (Sánchez de las Brozas 1976: 102). Quanto às significações dos mesmos, apesar de o Brocense considerar que isso é tarefa do filósofo e não do gramático, “porque la misión del gramático (según dice Varrón) no consiste en indagar las significaciones de las voces, sino su uso” (Sánchez de las Brozas 1976: 102), apresenta uma lista de 17 sub-categorias: de afirmar (*certe, nae, quidni e quidem*), de negar ou proibir (*non, haud, minime, nequaquam*), de lugar (*hic, intus, foris*), de tempo (*dū, cras, nuper, dudum*), de quantidade (*valde, nimis, satis, perquam, impense*), de qualidade (*bene, pulchre, eleganter, nimis*), de comparar (*magis, melius, doctius*), de reunir (*una, pariter, simul, conjunctim*), de mostrar (*en, ecce*), de chamar (*o, heus*), de duvidar ou de evento (*forte, forse, forsitam*), de cessar (*vix, sensim*), de exortar (*eia, age, agite, agendum*), de interrogar (*cur, quare*), de jurar (*Hercle, medius fidius, Aedepol, Aecator*), de ordem (*deinde, deinceps*), de contar (*semel, bis, deinde, deinceps, centies*) (Sánchez de las Brozas 1976: 102-103). Aparentemente parece haver nesta proposta alguma contradição, ao, por exemplo, classificar *nimis* (demasiado) quer como advérbio de quantidade quer de qualidade, assim como *deinde* (em seguida, logo) e *deinceps* (em continuação) como advérbios de ordem e de contar. No entanto, não nos parece que tal suceda, já que é o uso em que cada um possa ser empregue. Neste ponto, o Brocense parece ser um precursor da pragmática linguística atual. Por outro lado, apesar de o mestre de Salamanca não considerar as interjeições como partes da oração, como vimos, integra algumas nesta sua classificação, nomeadamente nos advérbios de chamar (*o, heus*) e de exortar (*eia, age*), por exemplo.

A conjunção é, para o Brocense, a parte da oração que tem por finalidade apenas unir orações entre si. Francisco Sánchez de las Brozas refere inclusivamente que “la conjunción no une casos ni otras partes de la oración, como enseñan los ignorantes, pues las mismas partes se unen entre sí, como el nombre con el nombre, el nombre con el verbo, etc.” (Sánchez de las Brozas 1976: 287). Quando aparentemente há uma conjunção a unir dois casos ou outras partes da oração ou há uma elipse

ou um zeugma, como nas frases: *Cicero scribit et vigilat* (Cícero escreve e está atento), em vez de *Cicero scribit et Cicero vigilat*; *Cicero et filius valent* (Cícero e o filho estão bem), em vez de *Valet Cicero et valet filius*; *Emi equum centum aureis et pluris* (Comprei um cavalo por mais de cem moedas de ouro), por *Ego emi equum pretio pluris aeris* (comprei um cavalo por mais dinheiro); *Petrus et Paulus disputant* (Pedro e Paulo discutem), em vez de *Petrus disputat et Paulus disputat*. Quanto às sub-categorias das conjunções, o Brocense, do mesmo modo que o havia feito para os advérbios, refere que não é tarefa do gramático distingui-las, pois o importante para o gramático é a união de orações e não os seus significados ou sentidos, ou, como ele próprio diz,

distinguir los oficios de las conjunciones (...) no es tarea del gramático, pues si se atiende a la gramática, todas son conjunciones, es decir, todas unem, aunque parezca que separam. ¿Por qué están menos unidas *dormitat aut vigilat* «duerme o está en vela»? Mucho difieren en su sentido, nada en la gramática (Sánchez de las Brozas 1976: 104).

No entanto, o mestre salmantino distingue 6 espécies de conjunções: copulativas absolutas (*et*, *-que*, *nec*, *neque ac*, *atque*, *quoque*, *etiam*, *item* e *itemque*); copulativas condicionais (*cum*, *tum si*, *seu* e *nisi*); disjuntivas (*aut*, *vel*, *seu*, *sive*, *an*, *necne* e *utrum*); adversativas (*at*, *sed*, *porro*, *tamen*, *tametsi*, *etsi*, *licet*, *quamquam*, *quamvis* e *autem*); racionais de ilação ou unitivas às que precede a causa (*ergo*, *igitur*, *ideo*, *itaque*, *quocirca*, *proinde*, *quare* e *quapropter*); causais (*nam*, *namque*, *enim*, *etenim*, *quia*, *quoniam*, *siquidem*, *quippe*, *utpote* e *propterea quod*) e declarativas (*ut*, *uti*, *velut*, *veluti*, *sicut*, *ricuti*, *ceu* e *tanquam*) (Sánchez de las Brozas 1976: 104-105).

A interjeição não pode, para o Brocense, ser considerada uma verdadeira parte da oração, apesar de os gregos, segundo o autor, a incluírem no grupo dos advérbios, porque “yo pienso que son sonidos inarticulados y naturales, por eso no los conté entre las partes de la oración” (Sánchez de las Brozas 1976: 103). Noutra passagem, a sua explanação é mais específica:

Lo que es natural es lo mismo en todos, los gemidos y los signos de alegría son iguales entre todos, luego son naturales; pero si son naturales no son partes de la oración, puesto que estas partes deben existir (...) por con-

vención, no por naturaleza. Los griegos enumeran la interjección entre los adverbios, pero eso es falso (Sánchez de las Brozas 1976: 50).

Seguindo Aristóteles (384-322 a.C.), o gramático de Salamanca aproxima-se muito da teoria da arbitrariedade do signo linguístico proposto, cerca de três séculos e meio depois, por Ferdinand de Saussure, ainda que, relativamente às interjeições, o mestre franco-suíço as considere só parcialmente naturais, pois parece haver aí, assim como nas onomatopeias, uma certa motivação interna, mas considerando sempre o seu convencionalismo, já que estas são diversas em línguas diferentes (Saussure 1986: 124-127). No entanto, o Brocense apresenta 14 interjeições na língua latina: “Son interjecciones sonidos como apage! (...), phy! (...), vae! (...), o! (...), osi! (...), ei! (...), hei! (...), eu! (...), atat! (...), au! (...), pro! (...), proh! (...), bababe! (...), euge!” (Sánchez de las Brozas 1976: 103)¹¹⁹.

Uma vez estabelecidas as *partes orationis*, o gramático salmantino centra-se no seu estudo morfossintático. Assim, na análise do nome vamos assistir a três pontos importantes da sua teoria: a sistematização (quase) definitiva do género, número e caso. Havia, desde os primórdios da gramática, uma acérrima discussão sobre o género dos nomes.

Donato y Prisciano habían establecido seis: *masculinum, femeninum, neutrum, commune, omne et promiscuum*. Esta misma división fue la que recogieron los modistae y los gramáticos del Renacimiento anteriores al Brocense, con excepción de Tomás Linacro, que había suprimido los géneros *neutrum, commune, omne et promiscuum* (Riveras Cárdenas 1976: 23).

¹¹⁹ Como vimos, o Brocense classifica as partes da oração em apenas três categorias, nome, verbo e partículas, mas, de vez em quando, parece estar a refletir com base nas categorias de Dionísio da Trácia, porque: apesar de não admitir as interjeições como partes da oração, apresenta-as; ainda que refira que não é necessário o gramático distinguir as sub-categorias dos advérbios e das conjunções e “es suficiente para el gramático (...) si a estas tres ultimas partes [preposições, advérbios e conjunções] las llama indeclinables: habrá cumplido perfectamente su deber de gramático” (Sánchez de las Brozas 1976: 105), fá-lo; embora reflita sobre as três partes da oração, também refere as restantes, como na seguinte passagem: “Hemos tratado de la naturaleza de las seis [*sic*] partes de la oración, ahora nos ocuparemos de sus construcciones” (Sánchez de las Brozas 1976: 105).

Francisco Sánchez, apesar de também considerar o neutro, dá uma importância fundamental aos géneros masculino e feminino, eliminando, como já tinha feito na primeira edição, o género comum e o epiceno (*promiscuum*). E recorre ao sexo para determinar o género, afirmando que só existem estes dois, pois ou se é macho ou fêmea. O neutro é a ausência de sexo, ou género, não podendo, por isso, ser considerado um género gramatical propriamente dito, mas a negação dos dois (Sánchez de las Brozas 1976: 61-62). Um ponto interessante da sua análise é a comparação que faz entre as línguas: “En las lenguas caldea, hebrea, siria, cartaginesa, española, gálica, itálica y otras muchas se conocen solamente dos géneros” (Sánchez de las Brozas 1976: 62).

Quanto ao número, o Brocense também só aceita o singular e o plural, referindo que não há um meio termo entre os dois, ou seja, não pode haver o dual, como alguns gregos defendiam, como os jónios, ao contrário, segundo o gramático salmantino, dos eólios. No entanto, também admite dois vocábulos latinos que podiam ser admitidos entre os duais (*ambo* e *duo*), mas estes conjugam-se com o verbo no plural, como *ambo currunt* (Sánchez de las Brozas 1976: 57).

O caso é para o Brocense a primeira e específica diferença do nome, pois é este que define a sua função na oração (frase). O gramático de Salamanca segue quase sempre a perspectiva de Escalígero, que não aceitava a denominação “tradicional” de “nominativo”, “vocativo”, “genitivo”, “dativo”, “acusativo” e “Ablativo” e preferia a sua ordenação numérica, ou seja, caso “primeiro”, “segundo”, “terceiro”, etc.. Se, por um lado, o Brocense concorda com a argumentação de Escalígero, por outro, não se atreve, como ele próprio diz, a “rechazar las denominaciones de los más antiguos” (Sánchez de las Brozas 1976: 59). De qualquer modo, não aceita a existência do “sétimo” caso, pois o ablativo ou “sexto” é o de todos os complementos preposicionais. No entanto, no Grego, segundo o mestre salmantino, também deve ser considerado o ablativo:

Por ser natural esta división de los casos será necesario hablar en todas las lenguas igual número de casos; por esta razón, sostengo contra el parecer de todos los gramáticos que los griegos no carecen del sexto: en primer lugar, el dativo se usa para significar la adquisición en todas las lenguas,

por medio de él no significamos ni el precio, ni la materia, ni el lugar, ni ninguna otra cosa (Sánchez de las Brozas 1976: 60).

Interpretamos, assim, da mesma forma que Constantino Garcia, que refere serem “bien claras las palabras de Sánchez: «in omni nomine natura sex partes constituit»” (García 1961: 93). Há, no entanto, autores que interpretam a teoria do Brocense de outro modo. Fernando Cárdenas, por exemplo, refere que o Brocense

rechaza el argumento de que os griegos caracterian del caso sexto (ablativo), y señala con acierto que el dativo griego podía desempeñar las funciones del caso sexto latino, el caso de la preposición. (Riveras Cárdenas 1976: 24)

Por outro lado, Alfonso Funes inclina-se a pensar que o Brocense admite o sétimo caso, o instrumental (Navarro Funes 1929: 3-55). Como referimos, parece-nos que ele defende apenas a existência do sexto caso ou ablativo, quer para o Latim quer para o Grego.

2.2. Sintaxe ou *Constructio*

No segundo livro da *Minerva*, o Brocense dedica-o todo à sintaxe ou *constructio* e apresenta algumas questões, a nosso ver, importantes para os estudos linguísticos posteriores e atuais. Em primeiro lugar, refere que o substantivo e adjetivo apenas concordam em número e caso, mas nunca em género, porque o adjetivo não tem género, mas certas terminações segundo os géneros, mediante as quais indagamos o género dos substantivos (Sánchez de las Brozas 1976: 109).

Para o Brocense, o nominativo ou primeiro caso (ou ainda caso reto) nunca é regido por quaisquer outras partes da oração e uma frase não pode constituir-se sem nome e verbo, a que ele chama de matéria (nome) e forma (verbo). No entanto, se “el caso recto nunca es regido”, na frase *Cato scripsit*, “ni tampoco *scripsit* depende de *Cato*, pero hay concordancia de nombre e verbo” (Sánchez de las Brozas 1976: 110), ou seja, na perspetiva do Brocense nem o sujeito é regido pelo predicado nem este por aquele, mas há entre os dois uma interdependência mútua. Por outro lado, o Brocense não aceita o aposto como complemento, já que, em frases do

tipo *Ego Annibal peto pacem*, parece haver dois nominativos a desempenhar a mesma função. No entanto, na perspectiva do Brocense é necessário considerar a existência da elipse ou da construção relativa com *qui sum* ou da participial com *ens* (Sánchez de las Brozas 1976: 110).

No capítulo terceiro, Francisco Sánchez analisa o genitivo ou caso segundo e tece algumas considerações ainda hoje polémicas entre os melhores gramáticos. Por um lado, refere que

el genitivo significa siempre el poseedor, se tome con sentido activo o pasivo, como *amor patris* «amor ao pai, do pai», *vulnus Achillis* «herida hecha a Aquiles, que hizo Aquiles», de donde resulta que no puede regirlo el verbo, pues el poseedor y la cosa poseída se hacen referencia (...), no pudiendo entenderse la una sin la otra. Los verbos significarán poseer, pero nunca la posesión (Sánchez de las Brozas 1976: 112).

Com efeito, para demonstrá-lo, analisa, uma a uma, as várias classes de verbos que os gramáticos apresenta(va)m como regendo genitivo: verbos de preço ou estima (*magni [hoc aeris pretio] emi; nihili te [aestimatione] facio*); verbos de acusar ou absolver (*accuso te furti [crimine]*); verbos de compaixão (*miseret, misereor, taedet, pertaedet, pudet, piget e poenitet*); verbos com partição ou genitivo partitivo (*quis vestrum?, omnium primus, Romanorum fortior, Graecorum doctissimus*); e verbos de memória (*memini tuorum consiliorum [mentionem]; venit in mentem illius diei [recordationem]*). Por outro lado, o Brocense também refere que o genitivo nunca pode ser regido por adjetivos / participípios, como nos sintagmas *natus Romae, Aegypti educatus*. Nestes casos, admite a elipse de *urbs, locus* ou *provincia*. No entanto, nestes casos é usual (ainda hoje) a construção apositiva, isto é, o nome genérico e o específico costumam colocar-se no mesmo caso, mas, como já referimos, o Brocense não considera o aposto na análise da frase e aceita a construção deste tipo de sintagmas com o genitivo:

Hay quienes dicen que no puede decirse *urbs Toleti* «ciudad de Toledo», *arbor mori* «el moral, la zarzamora», *flumen Tagi* «el río Tajo», porque el nombre genérico debe colocarse con el específico en el mismo caso, como *urbs Roma* «ciudad de Roma», *flumen Tagus* «río Tajo», *arbor marus* «el moral,

la zarzamora»: así como no negare esto, también se ha de dar por cierto aquello (Sánchez de las Brozas 1976: 115).

E apresenta uma extensa lista de exemplos extraídos de Vergílio, Horácio, Plínio, Cícero e Suetónio a corroborar a sua teoria de construção com o genitivo.

O dativo ou terceiro caso, diz o Brocense, também não é regido pelo verbo, nem na voz ativa nem na passiva, e significa sempre aquisição, dano ou proveito, não podendo nunca desempenhar a função de agente da passiva. O mestre de Salamanca analisa alguns usos linguísticos controversos do dativo, afirmando inclusivamente que “no existe ninguna oración ni verbo al que no pueda ajustarse el dativo” (Sánchez de las Brozas 1976: 118). Considera também, por exemplo, que a expressão *doceo tibi* (ensino para ti) é tão correta como *doceo te* (ensino-te), mas distingue o sentido específico de cada uma. Analisa também expressões “erroneamente” apresentadas pelos seus antecessores como dativos, mas que, em seu entender, são ablativos ou casos sextos, como, por exemplo, *sum ruri* (estou no campo) e *natus Carthagini* (nascido em Cartago). No caso de orações com dois dativos concomitantes, afirma que nenhum deles é regido pelo verbo e que ambos significam aquisição à sua maneira, como nas frases *hoc erit tibi curae* (isto servir-te-á de preocupação) e *datur tibi hoc vitio* (atribui-se-te este vício) (Sánchez de las Brozas 1976: 120).

O acusativo ou quarto caso, usado sem preposição pode ser sujeito de uma oração infinitiva, como *me amari* (que eu seja amado), ou complemento (direto) dos verbos ativos, como *patrem amo* (amo o pai). Nos restantes casos, na perspectiva de Francisco Sánchez, o acusativo depende sempre de preposição, esteja esta elidida ou não, como *vixit centum annos* (viveu cem anos), *latus pedes viginti* (de vinte pés de largura), *eo Romam* (vou a Roma) e *niger oculos* (de olhos negros). O mestre salmantino sintetiza este assunto numa regra muito simples: “el acusativo que no sea sujeto de infinitivo, ni objeto de los ativos depende de una preposición” (Sánchez de las Brozas 1976: 395). Já no século XVI era usual a construção dos complementos de tempo contínuo (duração) e de medida com acusativo sem preposição, como *studui decem annos* (estudei dez anos) e *pendet libras triginta* (pesa trinta libras), mas o Brocense opõe-se a esta teoria e refere que

esto es falso, pues aquel acusativo se pone con el valor de una preposición sobreentendida y no por la naturaleza del tiempo. Decimos *commoda mihi librum intra quinque dies* «préstame el libro durante cinco días»; Del mismo modo, decimos *vixit annos centum* «vivió cien annos», o *per annos centum*, *ante annos centum* y *centum annis*. Finalmente, se usa el acusativo o el ablativo por causa de la preposición sobreentendida o colocada al lado; Cicerón dice muy frecuentemente *aliquot per annos* «durante alguns años», *per eos dies* «durantes estos días», *per decem menses* «durante diez meses» (Sánchez de las Brozas 1976: 121).

Sobre os complementos de lugar (para onde e donde), o Brocense também refuta a teoria dos gramáticos que impunham a construção sem preposição, caso se tratasse de nomes de cidades, de províncias, ilhas e outros lugares, *rus* e *domus*. Para a maioria dos gramáticos latinos era diferente dizer *eo Romam* (vou a Roma) de *eo ad Romam* (vou a Roma), *venio Roma* (venho de Roma) de *venio a Roma* (venho de Roma), “pues dicen que *eo Romam* significa ir a la ciudad misma y *eo ad Romam* ir a los lugares cercanos a Roma” (Sánchez de las Brozas 1976: 123), mas o Brocense demonstra o seu contrário através de frases extraídas de obras de Cícero, Tito Lívio, César, Cúrcio, Plauto, Terêncio, Propércio e Marcial e de alguns provérbios latinos, chegando mesmo a afirmar que esses gramáticos “deliran terriblemente” (Sánchez de las Brozas 1976: 395). Salientamos apenas dois exemplos dos múltiplos que o Brocense apresenta. O primeiro é de Tito Lívio, retirado do Livro 5 do *Ab Urbe Condita*, que tanto usa “*Veios*” como “*ad Veios*”, e o segundo de Cícero, extraído *De Senectute*, que diz que marchou a Tarento como questor (“*profectus sum quaestor ad Tarentum*”). Em todo o *corpus* por si pesquisado, parece não haver dúvidas sobre a representatividade da construção com preposição ou com a sua ausência: “Me atrevería a afirmar esto: que los nombres de ciudades se encuentran más frecuentemente con preposición que sin ella” (Sánchez de las Brozas 1976: 395). Assim, o Brocense admite as duas construções, já que a elipse da preposição pode tornar a frase mais elegante. Em conclusão, o mestre salmantino refere que, ao contrário das regras ou leis impostas pelos seus antecessores, “está permitido decir *in mea domo* «en mi casa», *in tuis domibus* «en tus casas», *ab domo egressus* «habiendo salido de la casa», *de domo* «de la casa», *ex domo* «de la casa», *in domum* «a la casa», *ad domum* «a la casa»” (Sánchez de las Brozas 1976: 398).

Relativamente aos verbos que regem dois acusativos, o Brocense apenas parece admitir três: *doceo* (ensinar), *moneo* (avisar) e *posco* (pedir). Os restantes, que os gramátios integravam na mesma classe, como *dedoceo* (desaprender), *postulo* (pedir), *peto* (pedir), *induo* (vestir), e *calceo* (calçar), por exemplo, diz o Brocense que nunca admitiram dois acusativos (Sánchez de las Brozas 1976: 124). No entanto, no Livro IV, onde analisa pormenorizadamente a elipse, parece nem aceitar a construção daqueles três verbos com duplo acusativo, referindo que essa construção é totalmente falsa, porque, segundo o autor,

en uno de ellos falta la preposición *katá*, i. e., *per*, *in* o *juxta*, que suele sobreentenderse en los verbos activos y pasivos, en los adjetivos y en los participios, como *posco te pacem* «te pido la paz», *frangitur membra* «con los miembros rotos», *caetera Graius* «griego en las demás cosas», *albus dentes* «de dientes blancos» (Sánchez de las Brozas 1976: 429).

Assim, o Brocense interpreta o duplo acusativo como uma construção tipicamente ática onde existia a elipse da preposição **Katá**, que em Latim podia ser substituída principalmente por *ad*, *in*, *circa* ou *per*, e um dos acusativos podia ser analisado como um complemento de limitação ou relação:

Pero nada quitaron los latinos con más avidez que aquello que pertenece a un estilo tan ático como la construcción en donde se sobreentiende *katá*, como (...) *panditur artus* «se le abren las articulaciones», *purgor bilem* «me purgo de la bilis» (...), *doceo te artes* «te enseño las artes», *doceris artes* «se te enseñan las artes» (...), *abfuit totum mensem* «estuvo ausente todo un mes», *pendet libras centum* «pesa cien libras» (Sánchez de las Brozas 1976: 428).

O vocativo ou quinto caso, para Francisco Sánchez, não pode ser tratado como a segunda pessoa do verbo, “sino una cosa con la que comunicamos el discurso, pues (...) quien compuso una oración llama al oyente para que la oiga” (Sánchez de las Brozas 1976: 125). Assim, o Brocense não considera possível este caso ser regido, pois, na sua perspetiva, toda a frase se dirige a um público, a um interlocutor, ou seja, a um vocativo. A quem defendia que o vocativo era regido pelo “advérbio” *o*, porque esta partícula se unia com frequência ao vocativo, ou por outros

advérbios, o Brocense justificou a sua tese, afirmando que frequentemente não é sinónimo de sempre e que há muitas vezes o “advérbio” sem o vocativo, nomeadamente nas exclamações. Quanto aos outros advérbios, afirma o mestre de Salamanca que nenhum deles pode reger quaisquer casos, a não ser que se coloquem em vez dos substantivos, mas, nesse caso, passam a ser nomes e não advérbios. Essa regência também não pode ser feita pelo verbo e isso é demonstrado pela construção passiva, como se vê pelas frases *Petre, doce illium* (Pedro, ensina-o) e *Ille, Petre, doceatur a te* (Seja ele ensinado por ti, Pedro) (Sánchez de las Brozas 1976: 125).

No entanto, surge o problema de concordância do adjetivo com o vocativo. Em frases do género *Veni, puer, dicende doctus...* (Vem, menino, que hás-de ser chamado sábio...), deve dizer-se *doctus* (nominativo) ou *docte* (vocativo), a concordar com *puer*. Deve o adjetivo colocar-se no quinto ou no caso reto, em nominativo? É a essa questão que o Brocense também tenta reponder, extraíndo e citando exemplos de múltiplos autores que seguem os dois modos de dizer: 1º Vocativo: *Invicte mortalis Dea nate puer Thytyde* (Ó mortal invicto filho da Deusa Tétis), Hor.; *O dolor atque decus magnum rediture parenti* (Ó dor e grande glória que há-de ir ao seu pai), Verg.; 2º Vocativo e Nominativo: *Nate meae vires mea magna potentia solus* (Tu só, filho, minhas forças, minha grande potência), Verg.; *Tu criminis auctor Nutritus duro Romule lacte lupae* (Tu, Rómulo, alimentado com o duro leite duma loba, autor do crime), Prop.; 3º Mistura dos dois casos: *Salve primus omnium parens patriae apellate, primus in toga triumphum linguaeque lauream merite* (Salve, tu, que eras chamado o primeiro pai da pátria de todos, que, o primeiro na toga, conseguiste o triunfo e o louro da língua), Plin..

E, para concluir, o mestre salmantino, defendendo indistintamente as duas construções, refere que: “Decimos, pues, correctamente *defende me amice mi* «defiéndeme tu, amigo mío» y *defende me amicus meus* (...), pero con distinto sentido y sintaxis, porque en esta última falta *ens* o *qui es* «que eres»” (Sánchez de las Brozas 1976: 127).

O Brocense prefere chamar caso da preposição ou caso sexto a ablativo, refutando assim a nomenclatura tradicional, porque, para o gramático salmantino, nem sempre significa a acção de levar (< *aufero*, *-fers*, *-ferre*, *abstuli*, *ablatum*) e este caso está sempre regido pela preposição,

independentemente de haver ou não elipse da mesma (Sánchez de las Brozas 1976: 128). O Gramático sintetizou este princípio da seguinte forma: “Todos los ablativos dependen de una preposición” (Sánchez de las Brozas 1976: 395). Assim, por exemplo, na comparação, como *doctior opinione* (mais sábio que a opinião generalizada) e *calceus maior pede* (sapato maior que o pé), “parece más bien que falta la preposición *pro* «en comparación con» que *prae*, pues suele añadirse con frecuencia *pro* o *quam* *pro*. La sintaxis sería *maior est caceus pro pede* o *quam pro pede*” (Sánchez de las Brozas 1976: 128 e 402-404). Nos complementos de lugar (onde e donde), corrobora a sua posição relativamente aos restantes que regem acusativo (para onde), mesmo com nomes de cidades, ilhas e províncias, bem como *rus* e *domus*. Estatisticamente, o Brocense encontra mais exemplos com preposição que sem ela (Sánchez de las Brozas 1976: 395-398). Os complementos de instrumento devem ser introduzidos preferencialmente com a preposição *cum* à semelhança da grega σύν, ainda que também o possa ser com outras preposições, como *ab*, *de* e *in* (na Bíblia), por influência do hebraico (Sánchez de las Brozas 1976: 401-402). Os complementos de preço devem levar a preposição *pro*, como *pro nihilo putare* (estimar em nada) e *pro nihilo pendere* (apreciar em nada) (Sánchez de las Brozas 1976: 404-405). Assim, para o Brocense todos os complementos de ablativo devem ser construídos com preposição, independentemente de às vezes, por razões estéticas ou estilísticas, se poder fazê-lo sem a respetiva preposição, ou, na poesia, para respeitar a métrica.

Na sequência da primeira edição, também, na de 1587, o Brocense é inovador e causa verdadeira estupefação — presumo — entre os gramáticos da época ao analisar o tradicional ablativo absoluto. Mesmo os gramáticos latinos atuais negam a teorização do Brocense. Para o mestre de Salamanca, ablativo absoluto é invenção dos gramáticos e não tem qualquer sustentabilidade científica. Diz Francisco Sánchez que “en el ablativo que llaman absoluto los gramáticos están muy alucinados; pero hay que perdonarles, pues esto es asunto de consideración más alta que la que puede alcanzar su ingenio” (Sánchez de las Brozas 1976: 128). Trata-se, na opinião do Brocense, de complementos preposicionais, introduzíveis pelas preposições *sub*, *a*, *cum* e *in*. Para o mestre de Salamanca, “cada vez que queremos expresar en las obras históricas el mando o imperio, en la paz o en la guerra, se sobreentiende *sub* «bajo» o mejor aún la preposición

griega *ep...*” (Sánchez de las Brozas 1976: 398), como se pode ver, por exemplo, nas seguintes frases: *Sub Asdrubale imperatore meruit* (militou às ordens de Asdrúbal), Tito Lívio; *Sub te tolerare magistro militam discat* (aprenda a suportar a vida militar sendo tu o maestro), Vergílio; *Sub patribus duris* (com os pais severos), Horácio. As preposições *a* e *sub* podem usar-se com o sentido (ou em vez) de *post*, como *a coena* (depois do jantar / ceia), *ab urbe condita* / *a condita urbe* (depois da fundação da cidade). “Por tanto, cuando se dice *capta urbe triumphavit* «tomada la ciudad, obtuvo los honores del triunfo», sc. *a* o *sub*; y *lectis tulis literis venimus in senatum* «leída tu carta, vinimos al senado», sc. *a* o *sub* *lectis* «después de leída»” (Sánchez de las Brozas 1976: 400).

O chamado ablativo absoluto também pode ser introduzido pela preposição *cum* com sentido temporal ou causal, como se pode ver pelos exemplos apresentados:

Deo duce «sendo deus el guía», *Musis faventibus* «permitiéndolo las Musas», sc. *cum*, en griego *syn*. Plaut., Pers.: *sequere hac mea gnata cum Diis* volentibus «sigue hasta allá, hija mía, permitiéndolo los dioses». Liv., 1, dec. 3: *agite cum Diis bene invantibus* «que los dioses os ayuden» (Sánchez de las Brozas 1976: 400).

Noutras situações, ainda que mais raras, também esta construção ablativa pode ser introduzida pela preposição *in*. “Algunas veces falta también *in*, como *Orpheo cantante* «tocando Orfeo», *cantando rumpitur anguis* «al cantar, la serpiente se destrozaba” (Sánchez de las Brozas 1976: 400).

Também o Brocense se opõe à perspectiva tradicional de, na construção do ablativo absoluto, o sujeito do mesmo ser diferente do da oração principal:

Enseñan los gramáticos en este ablativo que llaman absoluto que hay que evitar que las dos oraciones tengan el mismo sujeto, pues niegan que se diga en latín *se consule orabat Ciceró* «siendo cónsul peroraba Cicerón». Pero la razón dice lo contrario, pues si siempre se sobreentendiera la preposición, ¿por qué no se podrá decir *sub me praeceptore discam* «siendo

maestro aprenderé» del mismo modo que se dice *Paulo praeceptore discam* «siendo Pablo maestro, aprenderé»? (Sánchez de las Brozas 1976: 128).

Em conclusão, o ablativo, a que prefere chamar caso sexto, é, para o mestre salmantino, o caso da preposição, porque este vai sempre regido por ela. Também a preposição pode estar elidida e, nesses casos, deve subentender-se. Tal é o caso do chamado ablativo absoluto e que o Brocense pensa dever estudar-se como um substantivo em ablativo, acompanhado por um adjetivo no mesmo caso e regido por uma preposição que não aparece no texto.

O Brocense, ao definir o verbo como a parte do discurso “que tiene número, persona y tiempo” (Sánchez de las Brozas 1976: 77), está, com a característica tempo, a distingui-lo do substantivo. Os acidentes que o verbo recebe são o acento, a figura, a espécie, o número, a pessoa, o tempo e a conjugação, não considerando a voz nem o modo. No entanto, na construção dos verbos considera o “governo” (*rectio, -onis*), “cuando el verbo muestra sus fuerzas y efecto a alguna cosa; según esto, el verbo aparece como ativo (*activum*) o pasivo (*passivum*)” (Sánchez de las Brozas 1976: 177). O modo é realizado, para o Brocense, pelos advérbios e os complementos circunstanciais. A classificação em modos, para além de ser muito subjetiva e múltipla, consoante os gramáticos que a fazem, não tem, para o Brocense, razão de ser, pois não se apoia em causas inerentes à própria língua.

Como na primeira edição, também nesta o mestre salmantino classifica os tempos em finitos e infinitos. Os tempos finitos são os mesmos onze: dois do presente; dois do imperfeito; dois do perfeito; dois do mais que perfeito; e três do futuro (incluindo o tradicional imperativo). O infinitivo não tem pessoa, modo e um tempo concreto, podendo ter apenas um valor nominal e, nesse caso, desempenhar uma função sintática, substituindo um nome em qualquer caso. E apresenta uma série de exemplos a demonstrar essa teoria (Sánchez de las Brozas 1976: 258-262).

Também na sequência da primeira edição, todos os tempos finitos são pessoais, não admitindo a existência de verbos impessoais, pois, para o Gramático, mesmo que o sujeito não esteja presente, está elidido, ou por zeugma ou para evitar pleonasma. Mesmo

en los verbos que falsamente se llaman de naturaleza como *pluit* «llueve», *fulminat* «caen rayos», *lucescit* «amanece» les gusta a Linacro y a otros doctos que se entiendan un sujeto de significación cognata, lo que es causa de que nunca se encuentren a no ser en tercera persona (...); la oración entera es, po tanto, *pluit pluvia* «llueve la lluvia», *fulget fulgur* «relampaguea el relámpago», *lucescit lux* «clarea a luz» (Sánchez de las Brozas 1976: 179).

Os verbos ainda podem ser ativos, passivos e substantivos, admitindo somente estas três classes. Esta distinção não se baseia em critério morfológicos, mas semânticos, pois, por exemplo, não existem verbos depoentes, já que estes são ativos e a forma não é fator distintivo:

Constantemente vuelven a esas absurdas gramáticas que inventan muchas clases de verbos. Y lo peor es que los dividen por las terminaciones en *-o* y *-or*, como si la naturaleza de los verbos se hubiera de indicar por las terminaciones y accidentes y no por la esencia misma (...). Todos estos verbos son por naturaleza activos, sea cual fuere su terminación. Y los que llaman deponentes son completamente activos, y no se llaman así porque pertenezcan a una clase diferente de los activos, sino porque fueron alguna vez comunes, es decir, que significaban al propio tiempo la activa y la pasiva (Sánchez de las Brozas 1976: 187).

Nos verbos ativos, o complemento direto (acusativo) existe sempre, mas pode estar oculto e é função do gramático investigar o nome que falta. O Brocense apresenta fundamentalmente duas razões para a ausência do acusativo: arcaísmo e pleonasma (acusativo cognato):

¿Por qué no encontramos estos acusativos? Respondo que porque se consideraría defecto o, a lo menos, arcaísmo. Pues en otro tiempo era frecuente *nocere noxam* «dañar», *servire servitutem* «servir», ahora salvo que se añade un adjetivo será pleonasma; como es superfluo decir *gaudemus gaudium* «gocemos el gozo» (Sánchez de las Brozas 1976: 189).

Nega também a existência do agente (da passiva) nos verbos passivos, pois apresenta este como complemento circunstancial, em caso sexto (ablativo) com preposição, cuja tradução não é “por” mas “da parte de” ou

“por ordem de”. Os verbos passivos apenas necessitam, como os ativos, de sujeito (nominativo) para que a frase seja realizada totalmente¹²⁰.

Con frecuencia los gramáticos dicen extravagancias, pero nunca tan extraordinariamente como al tratar los verbos pasivos. Pues dicen que lo que llaman agente (*agens*) debe colocarse en pasiva en el caso sexto con a o ab o en dativo. Tampoco falta gente más torpe que añada que también es posible colocarlo en el caso curato con *per* (...). Todo es falso (Sánchez de las Brozas 1976: 241).

Para demonstrar a sua teorização, elaborou um extenso *corpus*, onde prova que as preposições *a* ou *ab* (com ablativo) se usam com certa frequência em muitos verbos ativos, como *civitatem ab aliquo impetrare* (pedir uma cidade a alguém), *peto a te* (peço-te), *postulare ab aliquo* (pedir a alguém) e *prohibeo vim ab amico* (separo a força do amigo) (Sánchez de las Brozas 1976: 241-254).

2.3. Figuras de Sintaxe

As figuras de sintaxe são, para o Brocense, “anomalías o desigualdad de las partes de la oración que se hacen por defecto, por hipérbole, por discórdia, por inversão de ordem” (Sánchez de las Brozas 1976: 317). Todas estas integram, segundo Lausberg, o grupo das *figurae elocutionis* (Lausberg 1982: 165-215), mas o importante nesta análise é o facto de Sánchez apenas apresentar seis tipos, pois as restantes pertencem, não à gramática nem, por consequência, à língua, mas à retórica — à literatura, diríamos hoje —. Assim, o Brocense, nas anomalias por defeito, apresenta a elipse e o zeugma; por hipérbole, o pleonismo; por discórdia ou análoge, a silepse; e, por inversão, o hipérbato.

A elipse, que é a falta de uma ou várias palavras em construção correta da frase, é a figura de eleição para o gramática salmantino, a que dedica algumas dezenas de páginas. O fundamental desta teoria é inspirado ns

¹²⁰ Sánchez de las Brozas 1976: 243: “Por tanto, la regla de nuestra gramática es cierta: el verbo pasivo no exige nada a no ser el sujeto”.

ideias de Linacro (1460-1524), que “amplió en gran medida y sistematizó (...), convirtiendo la elipsis en un apartado esencial de su teoría gramatical” (Martín Jiménez 1997: 55, nota 15).

Para Sánchez, a elipse só existe se a história da língua, com base nos seus melhores autores, e a competência linguística do gramático comprovarem a existência dessa palavra ou grupo de palavras:

Yo enseño que solamente se han de suplir aquellas cosas que la veneranda antigüedad suplió o aquellas sin las que la razón gramatical no puede permanecer firme. Ninguna lengua existe que no ame la brevedad en el decir, y cualquier cosa se dice más ingeniosamente por medio de una expresión, en la que se dejen muchas cosas por entender (Sánchez de las Brozas 1976: 318).

Comefeito, Francisco Sánchez das Brozas, baseado fundamentalmente na filosofia de Platão, Aristóteles e em alguns dos melhores gramáticos anteriores, como Prisciano e Linacro, estabeleceu algumas regras da elipse para se entender melhor a língua latina, das quais seleccionamos as que consideramos mais significativas.

A primeira das quais tem a ver com o nome cognato. Para o Brocense não é possível a existência de nenhuma frase se esta não tiver, pelo menos, sujeito (nominativo) e predicado (verbo), os dois elementos fundamentais em qualquer língua, *sc.* matéria e forma, mesmo tratando-se de todos os verbos que anteriormente haviam chamado impessoais ativos e passivos e de natureza ou fenómenos naturais (Sánchez de las Brozas 1976: 320). A segunda regra refere-se ao acusativo cognato de alguns verbos ativos, considerados como absolutos por alguns gramáticos anteriores, mas, para evitar o pleonismo, não se coloca. No entanto, quando este for acompanhado de adjetivo é obrigatória a sua inclusão, como *hilarem vitam vivis* (vives uma vida alegre) e *bonum certamen certavi* (lutei uma grande luta) (Sánchez de las Brozas 1976: 320-321). Por outro lado, sempre que a língua tenha falta de um nome com a mesma raiz do verbo, pode recorrer-se a um infinitivo cognato, isto é, ao infinitivo do mesmo verbo, como *vadit vadere* (marcha), *pergit pergere* (prossegue), *caret carere* (carece) e *ambulat ambulare* (passeia). Para o Brocense, este tipo de construção era muito

frequente em hebraico e grego, mas menos usado em latim, ainda que pelos melhores autores, como Catão, Plauto, Terêncio, Cícero, Vergílio e Tito Lívio (Sánchez de las Brozas 1976: 321-322).

Se depois de um verbo substantivo, *sc.*, de significação indefnida, vier um adjetivo ou um nome em genitivo, é necessário que se entenda o mesmo nome em nominativo (sujeito), como *hoc pecus est regis* (este gado é do rei), isto é, *hoc pecus est pecus regis* (este gado é gado do rei), e *Cicero est albus* (Cícero é branco), *i. e.*, *Cicero est homo (Cicero) albus* (Cícero é um homem (Cícero) branco (Sánchez de las Brozas 1976: 322-323).

Se aparentemente houver um genitivo dependente de um adjetivo, como *minimas [res] rerum discordia turbat* (a discórdia perturba as coisas mais pequenas) e *multos [milites] militum amisit* (enviei muitos soldados), porque só os substantivos é que podem reger genitivo, então estamos na presença da elipse de um substantivo. No entanto, em genitivos deste tipo, *sc.*, partitivos, para além do substantivo que se deve entender, falta o complemento preposicional *ex numero* (do número de, de entre), ou seja, as frases anteriormente citadas, para ficarem completamente explícitas deveriam expor-se da seguinte forma: *minimas res ex numero rerum discordia turbat* (a discórdia perturba as mais pequenas coisas de entre as coisas) e *multos milites ex numero militum amisit* (enviei muitos soldados do número dos soldados). Nos comparativos e superlativos é usual faltar também o mesmo sintagma, como *maior fratrum* (o maior dos irmãos) e *belluarum prudentior* (a mais prudente das bestas), mas, em alguns dos melhores autores, o complemento *ex (de) numero* está presente, como demonstrou Sánchez, ou seja, o genitivo partitivo nunca é regido pelo superlativo, comparativo ou mesmo positivo, mas por um substantivo que está elidido. Poderíamos, juntamente com Tomás Linacro e Francisco Sánchez, sistematizar esta regra da seguinte forma: quando falta um substantivo com uma preposição, como diante de um genitivo partitivo, se subentende o sintagma *ex* ou *de numero* (Sánchez de las Brozas 1976: 234-325).

Especificamente sobre o recurso à elipse, Rogélio Romeo conclui que

de ésta, Sánchez de las Brozas se sirve sistemáticamente para explicar ciertas realizaciones anómalas respecto de la estructura sintáctica: todo

verbo tiene una relación de concordancia con un nominativo sujeto (*suppositum*), si no se materializa en el enunciado se debe sobrentender — como en los verbos impersonales —; todo verbo es transitivo, por lo que si se realiza en la oración sin complemento directo, se debe a la elisión del acusativo; todo ablativo lleva preposición, de forma que, en los que aparezcan en el enunciado sin ella, forzosamente se subentenderá; etc. (Ponce de León Romeo 2002: 4).

O zeugma é, para o Brocense, uma figura de construção que “existe cuando a un solo verbo se refieren muchas oraciones, de suerte que si se coloca sola cualquiera de ellas se echa de menos el elemento verbal” (Sánchez de las Brozas 1976: 417). Nega a sustentabilidade da divisão tradicional do zeugma em prozeugma, mesozeugma e hipozeugma. Para ele, sempre que haja uma omissão do mesmo verbo, há simplesmente zeugma e isto resulta para tornar a frase mais elegante (Sánchez de las Brozas 1976: 418-419).

Pleonasmo é, para o Brocense, uma figura de construção em que se acrescenta algo a uma frase quando esta já está perfeitamente concluída. Há, por isso, pleonasmo se, por exemplo, aos adjetivos no grau comparativo ainda se acrescentar o advérbio *magis*, como *magis beator* (mais feliz) e *magis dulcius* (mais doce); se aos adjetivos no grau superlativo também se acrescentar o advérbio *longe*, como *longe doctissimus* (o mais sábio); se não se respeitar a elipse do acusativo cognato, como *pugnam pugnare* (combater o combate) e *vitam vivere* (viver a vida), mas não haverá, na perspectiva de Sánchez, se esse acusativo for acompanhado por um adjetivo, como *longam vitam vivere* (viver uma vida longa) e *hunc furem furere* (enfurecer-se deste modo). O Brocense também considera que há pleonasmo se se disser *vidi oculis* (vi com os olhos), mas já não o é se for *vidi his oculis* (vi com estes olhos) (Sánchez de las Brozas 1976: 420).

A silepse (ou *conceptio*) é, para Francisco Sánchez, a figura de construção em que há falta de concordância em género e / ou número entre os substantivos e os adjetivos, quer estes desempenhem a função de atributo quer de predicativo. Há silepse de género quando se expressa um género e se espera outro, do tipo *duo importuna prodigia, quos...* (dois prodígios desfavoráveis, que...), Cíc., e *duodecim millia signati* (doze mil assinalados). Para o Brocense, também há uma silepse de género sempre que o adjetivo

tem uma terminação formalmente diferente do substantivo epiceno, como, v.g., *elephantus grávida* (um elefante [fêmea] grávida) e *nova miles* (uma nova soldado). Há, por outro lado, silepse de número, se, em vez do singular, pensamos no plural ou vice-versa, como, por exemplo, *coeperunt se quisque magis extollere* (todos começaram a elevar-se), Sal.. Ainda pode haver silepse de gênero e número sempre que a falta de concordância for em gênero e número concomitantemente, do tipo *maxima pars ab equitibus in flumen acti* (a parte mais numerosa conduzidos ao rio pelos cavalos), Tito Lívio (Sánchez de las Brozas 1976: 421-424).

O hipérbato ou hipérbase é a perturbação da ordem gramatical da frase. Sánchez divide-o em cinco partes: a anástrofe, a tmese, o parêntese, a sínquise e o anacoluto (Sánchez de las Brozas 1976: 424-425). A anástrofe consiste, para o Brocense, na inversão da ordem normal das palavras, do tipo preposição + (pro) nome: *mecum* (*cum me), *tecum* (*cum te) e *secum* (*cum se); nome antecedente + pronome relativo: *quibus de rebus* (*de rebus quibus* = das coisas com as quais). A tmese é a separação de uma palavra indissociável com a introdução de uma segunda no seu “interior”, como *septemque triones* (septentrionesque = e o Setentrião), *magno te orabat opere* (*magnopere te orabat* = pedia-te muito insistentemente). O parêntese consiste numa interposição do sentido do discurso antes que este se acabe, como *Tityre dum redeo (brevis est via) pasce capellas* (Títiro, enquanto regresso — o caminho é curto —, apascenta as cabrinhas). A sínquise é uma alteração bastante acentuada da ordem normal das palavras na frase, tornando-a bastante confusa, do tipo *quingenta ubi erant centum inde occidit Achilles* (*ubi erant centum, inde occidit quingenta* = quando havia cem, matou Aquiles cinquenta). Anacoluto significa, segundo o Brocense, que “não está de acordo com”, de forma que há a inversão gramatical do sujeito da frase, como, por exemplo, *praetor interea, ne pulchrum se ac beatum putaret, atque aliquid ipse sua sponte loqueretur, ei quoque carmen compositum est* (entretanto o pretor, para não se considerar bonito e feliz, e falar algo espontaneamente, um poema foi-lhe composto), Cícero.

O Brocense ainda apresenta, como figura de construção, a antiptose ou helenismo, apesar de não a ter integrado em nenhuma das categorias anteriores e ter referido que “la antiptosis (...) son partos monstruosos de los gramáticos” (Sánchez de las Brozas 1976: 317). Apesar disso, para o gramática salmantino,

hay helenismo o construcción griega cuando los autores escriben de manera que, aunque siguen la lengua griega, no puede afirmarse que no escriban en absoluto según la norma latina. Linacro distingue muchas clases de helenismos, nosotros nos ocupamos tan sólo de la antiptosis porque ella sola parece que aparta de las reglas de la lengua latina (Sánchez de las Brozas 1976: 425-426).

Para o Brocense, ao contrário de muitos gramáticos coevos seus e anteriores, não se pode usar qualquer caso em vez de outro, com a desculpa de que os gregos assim faziam. No entanto, há construções, não latinas, mas usadas pelos escritores de Roma, a imitar determinados idiomatismos gregos, como a atração de um caso por outro, do tipo *de verbis quibus [quae] dixi* (das palavras que falei) e *utor quibus [quos] habeo libris* (uso os livros que tenho). Também por antiptose se considera a atração de um género por outro, como, v.g., *vidi templum, quale [qualis] est mons* (vi um templo como um monte) e *est stella qui [quae] Mars dicitur* (existe uma estrela que é chamada Marte). Também é possível um determinado caso ser atraído pelo verbo, como *metuo fratrem [frater] ne intus siet* (temo que o meu irmão esteja dentro) e *atque ego te [tu] faciam, ut miser sis* (e farei que sejas desgraçado). Um último caso de antiptose é o facto de os gregos habitualmente colocarem o sujeito de uma oração infinitiva antes do verbo e em nominativo, como, v.g., *aiunt rex [regem] hoc fecisse* (dizem que o rei fez isto) e *dicunt tu [te] esse dives [divitem]* (dizem que tu és rico). Daí que pareça normal e estilisticamente diferente a construção de frases do género *cupio esse clemens [clementem]* (desejo ser compassivo), *laboras doctus [doctum] videri* (procuras parecer sábio) (Sánchez de las Brozas 1976: 425-428).

2.4. Didáctica da Língua Latina

Nas últimas páginas da *Minerva*, expõe Sánchez a sua opinião sobre o carácter que devia ter o ensino da língua latina. Apesar de educado em pleno humanismo, na senda de Erasmo (1467-1536) e, especificamente em Espanha, de Luís Vives (1492-1540), que se inclinavam a aceitar o carácter oral dessa língua, ou seja, para aprenderem Latim teriam de falar em Latim, o Brocense tem uma posição contrária, defendendo que os

alunos e professores deviam expor e falar na língua mãe dos mesmos, no seu caso específico, em Castelhana.

A sua argumentação parte do facto de haver, na sua opinião, pouquíssimos eruditos em toda a Europa a falar correta e fluentemente a língua de Cícero. E, se o Latim, o Grego e o Hebraico são, todas elas, línguas de cultura, então, pergunta o Brocense, por que razão deve só a primeira ensinar-se através dela própria, sendo os resultados tão desastrosos, apresentando seis objeções a quem defende o contrário. Em primeiro lugar, a Columela, que dizia que nenhuma disciplina se havia de aprender sem erros e que eram o uso e a experiência que dominavam as artes, respondeu o Brocense que o Latim não é uma arte como quaisquer outras e, para o falar bem, não basta colocar corretamente as palavras latinas, mas respeitar toda a estrutura e estilo da mesma. E, para demonstrar a veracidade das suas palavras, apresenta uma lista de expressões ditas usualmente por quem falava a língua do Lácio, que não eram Latim, mas, quando muito, hispanismos, do tipo **primi in consilio*, por *consilii principes* (os principais do conselho) e **vigilant milites in monte*, por *speculantur de monte milites* (os soldados vigiam do monte) (Sánchez de las Brozas 1976: 487-488).

Uma outra objeção importante parece-nos ser a sexta, em que o Brocense analisa a necessidade de os falantes de várias nações terem uma língua comum em que se possam entender. A quem defende este argumento responde o autor da *Minerva* que não condena a língua latina, mas a venera e ama, e, por isso, nunca se devia falar Latim, em nenhuma idade ou tempo, porque são muitas as barbaridades cometidas e ele não aguentaria ouvir dizer **da mihi panem* (dá-me pão), por exemplo, já que “el buen estilo es el que hace el language” (Sánchez de las Brozas 1976: 493).

3. Conclusão

Na primeira edição da *Minerva*, salienta-se, desde logo, uma rutura epistemológica com os principais antecessores do autor, principalmente

os gramáticos Lorenzo Valla (1407-1457) e Tomás Linacro (1460-1524). Alguns dos temas aqui sucintamente apresentados foram consideravelmente desenvolvidos na edição seguinte e outros retirados. No entanto, o certo é que “as early as 1562 Sanctius distinguished between the rules of usage that cover a body of data and the rules that reveal the causes, or original «underlying structures»” (Breva-Claramonte 1975: 51). Nesta edição, o Brocense é desde logo muito controverso na sua análise à língua. Para ele, por exemplo, a doutrina da elipse é a mais necessária à língua, as partes da oração são apenas seis, entre as quais não se conta o pronome e a interjeição, não há verbos neutros, mas apenas ativos e passivos, os verbos não têm modos, mas apenas tempos, em Latim não existe o Ablativo Absoluto, o genitivo nunca é regido pelo verbo, nem em Grego nem em Latim, não há oração sem nome e verbo, isto é, matéria e forma, e não existe o supino em -u, ideias que iria desenvolver e aprofundar na edição seguinte.

Por seu turno, a segunda edição da *Minerva*, publicada vinte e cinco anos depois, em 1587, é o resultado da maturidade linguística do gramático estremenho, que rompeu definitivamente com a perspectiva tradicional dos conteúdos e das análises linguísticos da época. Ainda hoje o Brocense é bastante invador e controverso, em particular na análise que faz das partes da oração e da sintaxe latina.

Pode *inclusive* dizer-se que o Brocense tem uma base científica da linguística atual, ainda que pré-teorética, distinguindo claramente o *usus* da *ratio* e procurando as causas dos factos linguísticos. Hans Niederehe reconhece na *Minerva* a fonte da gramática geral port-royalina, afirmando mesmo que Lancelot tem as suas raízes nesta obra castelhana:

En aquel contexto donde Benito de San Pedro se refiere al «celebre Lancelot, autor del nuevo método de Puerto Real», explica acertadamente que la gramática de Port-Royal tiene sus raíces en España, en la famosa *Minerva* de Fransico Sánchez de las Brozas (...) y la celebra como punto de partida de su propia gramática (Niederehe 1999: 103).

Menéndez Pelayo é mais perentório e afirma mesmo que o Brocense é o pai da gramática geral e da filosofia da linguagem (Menéndez Pelayo 1880:

693). Stéfanini, por seu turno, mais recentemente, também defende que Sánchez é o verdadeiro fundador da gramática geral clássica e continuar a referir os port-royalinos como esses fundadores é uma pura ilusão patriótica:

Nous considérons Sanctius comme le véritable fondateur de la grammaire général classique: c'est une illusion patriotique qui fait accorder à la Grammaire de Port-Royal une place privilégiée que ne lui reconnaissent ni les historiens étrangers come Trabalza et Jellinek ni les grands grammairiens du XVIII e. s., Harris et Priestley” (Stéfanini 1989: 105).

Referências Bibliográficas

- Assunção, Carlos (1997): *Gramática e Gramatologia*. Braga: Edições APPACDM.
- Bravo Lozano, M. (1979-1980): “La Vita Brocensis de Gregorio Mayans. Texto y Notas”. In: *Durius*, nº VII-VIII.
- Breva-Claramonte, Manuel (1975): “Sanctius’ *Minerva* of 1562 and the evolution of his Linguistic Theory”. In: *Historiographia Linguistica* II. Amsterdam: John Benjamins B.V.: 49-66.
- Closa Farrés, José (1992): “Nebrija y el legado gramatical del medievo”. In: *Antonio de Nebrija: Edad Media y Renacimiento (Actas del coloquio celebrado en Salamanca, noviembre de 1992)*. Salamanca: Edições da Universidade de Salamanca: 287-295.
- Estal Fuentes, Eduardo del (1981): “Introducción”. In: Sánchez de las Brozas, Francisco, *Minerva (1562) o de los fundamentos y elegancia de la lengua latina*, Edições da Universidade de Salamanca, Col. “Acta Salmanticensia , Filosofia y Letras”, nº 132, Salamanca..
- Fernandes, Gonçalo (2002): *Amaro de Roboredo, um Pioneiro nos Estudos Linguísticos e na Didáctica das Línguas*, Dissertação de Doutoramento.

Vila Real: Edição do Autor, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

- (2004): “A edição *Princeps* da *Minerva* (León, 1562) de Sánchez, o Brocense”. In: *Revista Portuguesa de Humanidades*, Vol. 8, Fasc. 1-2. Braga: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia de Braga: 211-226.
- (2006): “A *Minerva seu de Causis Linguae Latinae* (Salamanca, 1587), de Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600) — I”. In: *Boletim de Estudos Clássicos*, vol. 46. Coimbra: Associação Portuguesa de Estudos Clássicos, Instituto de Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra: 133-144.
- (2007^a): “A *Minerva seu de Causis Linguae Latinae* (Salamanca, 1587), de Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600) — II”. In: *Boletim de Estudos Clássicos*, vol. 47. Coimbra: Associação Portuguesa de Estudos Clássicos, Instituto de Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra: 99-108.
- (2007^b): “A *Minerva seu de Causis Linguae Latinae* (Salamanca, 1587), de Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600) — III”. In: *Boletim de Estudos Clássicos*, vol. 48. Coimbra: Associação Portuguesa de Estudos Clássicos, Instituto de Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra: 119-125.
- García, Constantino (1961): *Contribución a la historia de los conceptos gramaticales. La aportación del Brocense*. Madrid: CSIC.
- Grice, H. Paul (1989): *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press.
- Lausberg, Heinrich (31982): *Elementos de Retórica Literária*. Tradução, prefácio e aditamentos de Fernandes, R. M., Rosado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- López Rivera, Juan José (1999): “El Brocense y el modo”. In: *Actas del I Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística*. Madrid: Editorial Arco/Libros: 423-430.

- Martín Jiménez, Alfonso (1997): *Retórica y Literatura en el Siglo XVI, El Brocense*. Valladolid: Universidad de Valladolid.
- Menéndez Pelayo, Marcelino (1880): *Historia de los Heterodoxos Españoles*, II. Madrid: Librería Católica de San José.
- Merino Jérez, Luis (1992): *La Pedagogía en la Retórica del Brocense, Los principios pedagógicos del Humanismo renacentista (natura, ars y exercitatio) en la Retórica del Brocense (memoria, methodus y analysis)*. Cáceres: Institución Cultural «El Brocense», Disputación Provincial de Cáceres, Universidad de Extremadura.
- Morante, Marqués de (1985): *Biografía del Maestro Francisco Sánchez de las Brozas*. Cáceres: Instituto Cultural “El Brocense” y la Disputación de Cáceres.
- Navarro Funes, Alfonso (1929): “La teoría de las formas gramaticales según el Brocense”: In: *Boletín de la Universidad de Granada*, I, 3-55.
- Niederehe, Hans-Joseph (1999): “La Lingüística Española en el contexto internacional: centros de irradiación y periferias”. In: *Actas del I Congreso Internacional de la sociedad española de Historiografía Lingüística*. Madrid: Editorial Arco/Libros: 91-107.
- Percival, W. Keith (1975): “The grammatical tradition and the rise of vernacular”. In: *Current Trends in Linguistics*, vol. 13, *Historiography of Linguistics*. Paris: Mouton, The Hague-Paris: 231-275.
- Pinta Llorente, M. de la, e Tovar, António (1941): *Procesos inquisitoriales contra Francisco Sánchez de las Brozas*. Madrid: CSIC.
- Ponce de León Romeo, Rogelio (2002): “La Recepción de la *Minerva seu de Causis Linguae Latinae* (Salamanca 1587) de Francisco Sánchez de las Brozas en Portugal durante el siglo XVII”. Separata da revista *Interlingüística*, Alicante: Universidade de Alicante.
- Ramallo, Américo da Costa (1980): *Estudos sobre o Século XVI*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português.
- Riveras Cárdenas, Fernando (1976): “Introducción”. In: *Minerva o De la propiedad de la lengua latina*. Madrid: Ediciones Cátedra.

- Roboredo, Amaro de (2007): *Methodo Grammatical para todas as Linguas*. Edição facsimilada. Prefácio e Estudo Introdutório de Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Coleção Linguística, 1.
- Sánchez de las Brozas, Francisco (1562): *Minerva seu de Latinae linguae causis et elegantia*. Lugduni (BUS: Microfilme 11.167).
- (1587): *Minerva seu de causis linguae Latinae*. Salmanticae: Apud Ioannem, et Andream Renaut, Fratres (BPMP: I-2-24; BNM: SI / 10447).
- (1595^a): *Verae breuesque grammatices latinae institutiones, caeteres fallaces & prolixae*. Salamanca: Excudebat Ioannes Ferdinandus: fl. 1 r. – fl. 43 r..
- (1595^b): “Arte para en breve saber Latin”. In: *Verae breuesque grammatices latinae institutiones, caeteres fallaces & prolixae*. Salamanca: Excudebat Ioannes Ferdinandus: fl. 44 r. – fl. 48 r..
- (1595^c): “[Breves quaedam grammaticae regulae Hispano carmine elaboratae in vulgus]”. In: *Verae breuesque grammatices latinae institutiones, caeteres fallaces & prolixae*. Salamanca: Excudebat Ioannes Ferdinandus: fl. [49 r.] – fl. [52 v.].
- (1760): *Minerva, seu de causis linguae Latinae comentarius, cui inserta sunt, uncis inclusa, quae addidit Gasp. Scioppius; et subjectae suis paginis notae Jac. Perizonii*. Lisboa: Jussu Regis Fidelissimi Josephi I (BPMP: I-3-57).
- (1975): *Minerva (1562), introducción y edición de Eduardo del Estal Fuentes*. Salamanca: Universidad de Salamanca, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico, Col. “Acta Salmanticensia, Filosofía y Letras”, n° 92.
- (1976): *Minerva o De la propiedad de la lengua latina*. Introdução e tradução por Fernando Riveras Cárdenas. Madrid: Ediciones Cátedra.
- (1981): *Minerva (1562) o de los fundamentos y elegancia de la lengua latina*, Introdução e tradução de Eduardo del Estal Fuentes, Edições da Universidade de Salamanca, Acta Salmanticensia, Col. “Filosofia y Letras, n° 132, Salamanca.

- Saussure, Ferdinand de (1986): *Curso de Linguística Geral*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Siscar, Gregorio Mayáns i (1766): *Francisci Sanctii Brocensis Opera Omnia*. Génova: apud Fratres de Tournes.
- Stéfanini, J. (1989): “Une étape dans l’histoire de la linguistique: La Minerva de Sanctius”. In: *Mélanges à la Memoire d’André Joucla-Ruan*, 2 vols.. GAP, Université de Provence.
- Torres, Amadeu (1998): *Gramática e Linguística: Ensaio e Outros Estudos*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia — Instituto de Letras e Ciências Humanas, Centro de Estudos Linguísticos.
- Verney, Luís António (1775): *Grammatica Latina tratada por hum methodo novo, claro, e facil para uso daquellas pessoas que querem aprendella brevemente, e solidamente*. Lisboa: Régia Officina Typografica.

A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES PÚBLICAS NO CURSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA UTAD

Daniela Monteiro da Fonseca

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

dfonseca@utad.pt

Introdução

Criado para responder a um desafio lançado pela Comissão Organizadora das comemorações do 25º aniversário do Departamento de Letras, Artes e Comunicação da UTAD, este ensaio visa refletir sobre a área de investigação em que estudo e leciono.

Apesar de ter contactado profissionalmente com diversos ramos das Ciências da Comunicação, onde se destacam as *Teorias da Comunicação*, a *Publicidade*, a *Organização de Eventos*, o *Patrocínio*, o *Mecenato*, e as *Relações Públicas*, privilegiarei, neste texto, as que foram referidas em último lugar, não apenas porque nelas desenvolvi a minha atividade extra-academia, mas também porque é delas que faço a minha tese de Doutoramento.

Tema caro a qualquer curso de *Ciências da Comunicação*, as *Relações Públicas*, na UTAD, e numa região privilegiada em termos paisagísticos como é a do Douro, transforma-se numa espécie de oxigénio vital para a sobrevivência, nuns casos, e promoção, noutros, de um património cultural, social, geográfico, vastíssimo, e, perante o qual, todos os rótulos são menores, ou insuficientes.

Prova dessa urgência por *Relações Públicas* têm sido os inúmeros protocolos de estágio que a UTAD teve oportunidade de realizar com diversos parceiros, evidenciando-se um largo conjunto de municípios, de Casas da Cultura, de Fundações, de Hotéis, ONG's, órgãos de comunicação social, entre outros.

Aquilo que proponho, nesse sentido, é um simples e breve resumo sobre as *Relações Públicas*, enquanto técnica de comunicação, campo de saberes e atividade profissional.

I. Um conceito para Relações Públicas (RP)

Poder-se-ia dizer, quase sem exagero, que existem tantas definições de RP quanto os autores interessados pela área. Rex Harlow conseguiu encontrar, pelo menos, 472 descrições. E não sendo o nosso objetivo referi-las em detalhe, lembramos dois ou três contributos. A primeira nasceu em Fevereiro de 1948 — pelo *Institute of Public Relations* — e tomou a seguinte designação: “*a prática de RP é o esforço, planificado e sustentado, para estabelecer e manter boa vontade e compreensão mútuas entre uma organização e o seu público*” (GARCIA, 1999: 10).

Foram, contudo, necessários trinta anos para que mais de 30 associações de RP assinassem, na cidade do México, em 10 de Agosto de 1978, um texto mais completo, onde se concluiu que: “*o exercício profissional de RP exige uma acção planeada, com apoio na investigação, na comunicação sistemática e na participação programada, para elevar o nível de entendimento, solidariedade e compreensão entre uma entidade, pública ou privada, e os grupos sociais a ela vinculados, num processo de integração de interesses legítimos*” (GARCIA, 1999; PERUZZO, 1986).

Grunig e Hunt (1984: 8, 9), dois dos mais conceituados autores da área, entendem que as Relações Públicas servem para auxiliar as direcções das empresas e os seus subsistemas, abrindo canais de comunicação com o público interno e externo, ajudando-os a comunicar entre si e apoiando-os nas suas actividades. Já para a investigadora brasileira Cicília Peruzzo (1986: 28), “*o objetivo básico das relações públicas é moldar e influenciar a Opinião Pública alcançando e mantendo o bem-estar social. (...)*”

Se assim propostas parecem insuficientes estas descrições, a verdade é que as RP tratam, em essência, de um bom desempenho organizacional e são “*garantia da qualidade nos relacionamentos da organização com os seus públicos e [da] criação de valores a serem incorporados pelos funcionários, clientes, fornecedores e accionistas*” (FERRARI, 2000).

Nos últimos anos tem havido, porém, várias mudanças. O crescimento das organizações, a rápida implementação das tecnologias de informação, a globalização, a modificação das relações de trabalho, e a diminuição da classe trabalhadora (FERRARI, 2003), trouxeram novos desafios aos gabinetes de imagem das instituições, dando origem a novos conceitos de *responsabilidade social* (HEATH, 2005: 213-214), de *voluntariado*, e de *políticas de boa vontade*.

A destacar, neste seguimento, fica a emergência de um novo termo — *Relações Públicas Comunitárias* (RPC), como posicionamento alternativo às Relações Públicas tradicionais. Estas novas RP procuram levar ao desenvolvimento de técnicas e instrumentos com vista à satisfação do bem comum, mediante a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social. Voltaremos ao tema, mais à frente neste texto.

II. Contexto Histórico das Relações Públicas.

Nascida nos primórdios, a atividade de Relações Públicas foi sempre uma preocupação dos povos. Jograis e trovadores, senhores das antigas Grécia e Roma, todos estiveram ao serviço dos impérios como o equivalente ao que hoje chamaríamos de *profissional de relações públicas*. Esta prática tornar-se-ia, contudo, mais evidente quando a indústria entra em descrédito e as grandes companhias começam a ser atacadas pela opinião pública e pelas elites intelectuais do início do século XX.

Prática e campo de saberes, é num *tempo* de fortes polémicas que se institucionaliza a área de RP na sua versão moderna; localizá-la depois no *espaço* é um exercício próximo do mundo ocidental e dos Estados Unidos da América.

Ivy L. Lee cria, em 1906, o primeiro escritório de Relações Públicas em Nova Iorque, e torna-se, em 1914, o principal conselheiro de John D. Rockefeller Júnior, personagem polémica e odiada pelos americanos. Dir-se-ia que Lee conseguiu o impensável, transformando a detestada figura no mais aclamado dos heróis, e, ao realizar essa façanha, criou, inevitavelmente, o embrião de algumas técnicas de Relações Públicas (PERUZZO, 1986: 6).

Localizar o aparecimento das RP no continente americano, e no período posterior à primeira Guerra Mundial, é uma tarefa que não se coaduna com acontecimentos isolados, mas que requer um enquadramento mais elaborado: um cenário onde surgem os Estados Unidos como potência militar, política e económica, de tal forma que a mesma nação fortificada acabaria por enfrentar, logo depois, a crise de 1929.

Num contexto de *crash* financeiro, o presidente à época, Roosevelt, aplica o “*New Deal*”, forçando a necessidade de técnicas de RP. Pretendia o Governo americano fazer aprovar a entrada na primeira grande guerra, criando para o efeito filmes para que a opinião pública entendesse e aclamasse o conflito — E terá sido este o berço internacional das modernas RP.

E em Portugal?

Portugal tem um percurso curioso no que concerne às Relações Públicas. O Professor Abílio da Fonseca diz que falar de RP em Portugal é retomar a época dos Descobrimentos, 1509, D. Manuel I, e as preocupações com o bom relacionamento negocial e a imagem de Estado português face a outras companhias comerciais. Disso mesmo é prova o *Regimento das Casas das Índias e Mina*, onde viriam descritas as formas protocolares como deviam ser acolhidos os navegadores estrangeiros. Outro marco importante pode ser encontrado, em 1929, no *Boletim da CP*, naquilo que seria o primeiro *house organ*, publicado pela Direção da Companhia [Portuguesa dos Caminhos-de-ferro] — (BARQUERO CABRERA, 2001: 200).

Apesar de as RP terem nascido com o despontar das civilizações, como já o dissemos, o seu fazer institucionalizado só foi possível, em Portugal, nos anos 60, com décadas de atraso em relação aos EUA. É nessa altura que surgem as primeiras multinacionais a operar no país, a *Mobile* e a *Shell*, e é também nessa época que, por intermédio do Estado, é criado o primeiro gabinete de Relações Públicas no *Laboratório Nacional de Engenharia Civil*, sob a direção de Avellar Soeiro. Foram precisos, todavia, quatro anos para que a área fosse ensinada nas escolas, no caso pelo *Instituto de Novas Profissões*, o que pressupunha a atribuição de um diploma que dava acesso ao exercício da profissão. O reconhecimento oficial do curso só surgiria em 1971.

Na década de 80, as Relações Públicas passaram a constar dos programas do 10º e 11º anos, do ensino secundário, sendo que, em 1986, o Ministro da Educação e Cultura autorizou a criação de cursos de Ensino Superior especializados. Ainda que traduzido do espanhol, é em 1980 que surge o primeiro livro de *Relações Públicas* em Portugal, intitulado *O Manual prático de Relações Públicas*, da autoria de Fernando Lozano e com prefácio de Domingos de Avellar Soeiro.

Nessa mesma década, Joaquim Martins Lampreia publica em Lisboa as obras *Técnicas de Comunicação, Publicidade, Propaganda, Relações Públicas, O serviço de Imprensa nas Relações Públicas e Comunicação Empresarial, As Relações Públicas na Gestão*; e seguir-se-iam diversas edições, de âmbito escolar, do livro de Orlando Augusto Dias Bravo (1981), intitulado *Relações Públicas*, para as aulas dos 10 e 11º anos. Em 1990, na Maia, surge o Ismai, que é considerado como um dos estabelecimentos de referência do Ensino Superior, no que toca às Relações Públicas.

Depois disto, deu-se uma maior abertura no setor, com a criação de diversas agências de comunicação e o aparecimento de profissionais formados pelas universidades. Dizer isto não significa, contudo, que as RP tenham perdido uma aura de *parente pobre* face a outras áreas da comunicação.

Para além disso, as RP sofrem, hoje, de um problema que sempre as acompanhou, uma espécie de perpétuo paradoxo: por um lado, são uma atividade que serve para promover organizações, ideias, projetos; por outro, sofrem de um *deficit* de imagem, ou, no caso, de um *superávit*, que faz colar à figura de *relações públicas* a de uma mulher bonita e cuidada que acompanha os clientes e/ou convidados de determinada entidade, quando, de facto, há algo de profundamente maior do que essa idílica (?) visão.

Estes são apenas alguns dos traços que identificam as RP portuguesas e que, por falta de espaço, surgem aqui abreviados.

III. Os diferentes tipos de Relações Públicas.

Designação ela própria no plural, o termo *Relações Públicas* encerra domínios tão distintos quanto: RP *Business-to-Business*, RP de Consumidor,

RP Financeiras, RP Governamentais, RP Internas, RP Comunitárias, e outras. É também intuito deste ensaio fazer uma breve abordagem sobre cada uma das diferentes áreas de Relações Públicas, caracterizando objetivos, procedimentos e dissemelhanças.

Por Relações Públicas Internas (RPI) entendemos a vertente de estudos que aborda a comunicação interna das instituições, no que se refere aos instrumentos desenvolvidos por uma organização para integrar os seus funcionários, fazendo coincidir os seus interesses com os objetivos da empresa. *Grosso modo*, isto significa que as RPI se preocupam com: a gestão da cultura organizacional; a criação de um sentimento de pertença; a manutenção da fluidez dos canais de comunicação, ascendente, descendente e bilateral (RODRIGUES, 2002; TORQUATO, 1986; BLACK, 2006; THEAKER, 2004; HEATH, 2005: 430-433). Informar, motivar, persuadir são, por isso, os verbos mais usuais quando se fala de RPI. No seio das instituições há dois canais privilegiados, os *formais* (objetivos, diretivos) e os *informais* (ocultos, baseados em rumores, boatos, e histórias não confirmadas).

As RP Business-to-Business (RPBTB) tratam das relações que se estabelecem entre as empresas e outras organizações. Próximas da *Promoção de Vendas*, são utilizadas para compreender as organizações com fins lucrativos e processam-se no longo espaço de tempo. São extremamente pragmáticas, e, uma vez que se trabalha para outras entidades, o número de alvos é muito reduzido, podendo haver segmentação individualizada (BLACK, 2006).

Fala-se de Relações Públicas Governamentais (RPG) quando o que está em causa é a relação entre Governo, partidos políticos, autarquias e diferentes *stakeholders*. Dir-se-ia que a missão de quem faz RP Governamentais é *identificar fontes de influência política e descobrir caminhos eficazes para fazer passar determinada mensagem* (HEATH, 2005: 370-372). Neste sentido, é possível assinalar duas direções específicas: *empresa-para-governo*, ou *governo-para-empresa*. No primeiro caso, fala-se da necessidade que algumas instituições têm para possuir uma voz pública e de criar relações de poder para influenciar a legislação e os governos, pressionando a agenda mediática, promovendo os interesses comerciais da instituição. Ou seja, as *Relações*

Públicas Governamentais (RPG), no sentido *empresa-para-governo*, preocupam-se com as agendas políticas, nacional e internacional, e trabalham com conteúdos políticos (discursos, relatórios e manifestos dos partidos políticos, sondagens de opinião, etc).

Quando se fala do sentido inverso, ou seja, do volume de trabalho que é executado pelos próprios governos, ou pelos seus organismos (*governo-para-empresa*), falamos dos deveres de informar, publicitar, aconselhar. Neste sentido, a sua missão é: 1) manter informada a opinião pública acerca dos assuntos que a afetam e que são da alçada desses organismos — INFORMAÇÃO; 2) usar os métodos de publicidade, de modo a que cada departamento tenha uma voz ativa — PUBLICIDADE; 3) aconselhar todas as matérias ligadas às Relações Públicas dos departamentos com o público — ACONSELHAMENTO; 4) antecipar reações públicas às políticas de ação do Governo e/ou departamentos públicos — PLANIFICAÇÃO; 5) estabelecer, manter, projetar autoridade corporativa — IDENTIDADE. Em suma, este género de Relações Públicas serve para lançar alertas públicos, publicitar os serviços fornecidos pelo Estado, e para promover a criação e a divulgação de matérias educacionais (BLACK, 2006; THEAKER, 2004; GARCIA, 1999).

Para terminar, há ainda três outras especialidades de Relações Públicas que importa lembrar: as *Relações Públicas de Consumidor*, as *Relações Públicas Empresariais* e as *Relações Públicas Financeiras*.

As primeiras, *de Consumidor*, são direcionadas para o consumo, e apostam sobretudo em *Marketing Direto*, em *Publicidade*, e em *Promoção de Vendas*; dependem de uma boa definição do consumidor-alvo e vivem de uma projeção mediática muito forte (BLACK, 2006; HEATH, 2005, 186-189; GARCIA, 1999).

As segundas, *as Empresariais*, tratam da reputação da organização, no longo espaço de tempo, gerindo aspetos que vão da ideologia interna até ao contacto com os diferentes *stakeholders* (clientes, grupos de pressão, sindicatos, bancos, instituições financeiras, associações de comércio, comunidade local). No âmbito das táticas de RPE, trabalha-se com a informação *via-web*, com o *design*, com a identidade corporativa da empresa, com estudos de pesquisa, Publicidade, Patrocínio e *Marketing de Causas*.

No que se refere às terceiras, as *Financeiras*, falamos das RP que se aproximam do mundo da Economia, tratando da reputação económica das empresas cotadas em bolsa. Este tipo de RP destina-se a públicos específicos: analistas, acionistas, instituições bancárias, influenciadores, governos, meios de comunicação especializados. Há também documentos e eventos muito particulares: declarações de desempenho financeiro, relatórios de contas, angariação de capitais, através da emissão de ações, em profundo respeito pela lei da concorrência, pelas diretivas da União Europeia e pela legislação ligada à parte económica da empresa (BLACK, 2006; CLARKE, 2004).

Há, finalmente, uma última especialidade de RP, as *Relações Públicas Comunitárias*, também conhecidas por *RP Sociais*, em português de Portugal, ou de *community relations*, nos países anglosaxónicos, que será alvo de uma melhor conceptualização no item que se segue.

IV. As novas Relações Públicas.

O aparecimento das *Relações Públicas Comunitárias* surgiu com a mudança de atitude do público em relação às instituições. Nos primórdios da industrialização, o conceito de *filantropia* era suficiente para preencher os projetos de *boa-vontade* das organizações. Ou seja, para a opinião pública, a simples presença de uma fábrica em alguns locais era sinónimo de mais trabalho, de maior progresso; com o tempo, tornou-se cada vez mais claro que ter uma empresa perto significava *layoffs*, realizações, poluição, problemas de saúde, grande densidade populacional. Os grupos de pressão juntaram-se aos sindicatos e a outros grupos educativos e exigiram posturas diferentes por parte das empresas. Foi nessa altura que se percebeu que era importante alargar as Relações Públicas até às novas RPC, falando-se finalmente de *políticas de boa vontade* (HEATH, 2005: 367-369), de *responsabilidade social das empresas* (HEATH, 2005: 213-214).

Apesar de tudo, é ainda com alguma cautela que o termo aparece empregue entre nós. Há quem considere que quando se fala de *Relações Públicas Comunitárias* (*community relations*) se fala apenas nas “*Relações Públicas que se fazem a um nível local*” ou que se trata de uma “*ação com vista a obter amigos na comunidade mais próxima*” (THEAKER, 2004), contudo, as RPC vão além de uma simples barreira geográfica. É certo que há uma preocupação com

a comunidade local, e é verdade que os conceitos clássicos de *community relations* apelam para isso mesmo, porque as empresas procuram construir uma relação de proximidade para com os cidadãos e para com os grupos que operam nas imediações, mantendo uma postura válida e honrada; agora, nem sempre os seus propósitos são desinteressados, porque se pretende que seja essa mesma comunidade a garantir viabilidade pública e económica para os projetos apresentados.

Não obstante o que se disse, aquilo que interessa a este ensaio passa longe de uma simples *proximidade geográfica*. Em nosso entender, importa estudar as *Relações Públicas Comunitárias* mas as que são comprometidas com a *transformação da sociedade* e com a *promoção da igualdade social*. Falar de *Relações Públicas Comunitárias* é, por isso, falar de ‘novas’ Relações Públicas. “*Novas no sentido de estarem comprometidas com a realidade concreta e com as necessidades e interesses majoritários da população sofrida, impossibilitada de usufruir dos direitos de plena cidadania*” (PERUZZO, 1993).

É justo admitir-se que estamos perante *um novo paradigma*, oriundo da comunidade científica brasileira, ainda que os seus principais mentores, Margarida Kunsch, Cíclia Peruzzo, reconheçam que a preocupação com a *função social* das RP seja um tema de sempre.

Concebida na década de 80, esta nova conceção nasceu com as primeiras experiências de comunicação popular, e por ação do movimento operário, pois neste estariam “criadas as condições para aquilo que é uma vigorosa experiência popular de comunicação” (KUNSCH, 2001: 68). Aninhados nesse espírito, aquilo que fizeram os estudiosos brasileiros foi tentar assimilar as criações simbólicas das classes trabalhadoras, para compreender os seus próprios meios de expressão cultural e política.

Algo polémicas, as *Relações Públicas Comunitárias* surgem assim numa espécie de *contramão*, como lhe chama Valdemar Kunsch, dizendo que estas passaram a estar ao serviço de uma educação, que, em lugar do *homem-coisa*, lutava pela *homem-pessoa* (2001: 70).

Na aceção dos seus líderes, estrategas, e alguns académicos, a primeira missão das RP é a obtenção de bem-estar social (Ferrari, 2003), mediante a melhoria constante da qualidade de vida e do trabalho — e é essa a

sua postura: a condução da organização a um comportamento ecológico, responsável, à superação das injustiças sociais, exercitando, em última instância, a cidadania.

Conclusão

Em breves pinceladas, trouxemos alguns dos itens mais globais da área das RP. Mais do que prático, o ensaio foi teórico, não se preocupando com as atividades relevantes de quem faz Relações Públicas no terreno (*Assessoria de Imprensa, Gestão de Crises, Gestão de Eventos e Protocolo*). Não o justificamos por uma excessiva devoção à teoria, mas tão-só pela necessidade de sermos curtos, claros e concisos.

Referências Bibliográficas

- Amaral, Isabel (1997): *Imagem e Sucesso*. Lisboa: Verbo.
- Barquero Cabrero, José e Barquero Cabrero, Mário (2001): *O livro de ouro das Relações Públicas*. Porto: Porto Editora.
- Black, Caroline (2006): *Guia prático do profissional de RP*. Mem Martins: Europa-América.
- Clarke, Keelay (2004): “An introduction to financial public relations”. In: Theaker, Alison (org.): *The Public Relations Handbook*. Second Edition. London-NewYork: Routledge, Taylor & Francis Group.
- Escudero, Regina Célia (1987): “Relações Públicas Comunitárias”. In: *Comunicação & Sociedade* 15. São Bernardo do Campo: 145-163.
- Fawkes, Johanna (2004): “What is a public relations?”. In: Theaker, Alison (2004) (org.): *The Public Relations Handbook*. Second Edition. London-NewYork: Routledge, Taylor & Francis Group.
- Ferrari, Maria Aparecida (2003): “Relações Públicas e a sua função estratégica”. In: XXVI Congresso Anual em ciências da comunicação. Belo Horizonte/MG, de 02 a 06 de Fevereiro. Internet. Disponível

em <http://www.sinprorp.org.br/clipping/2004/NP5FERRARI.pdf> (consultado em 24 de Agosto de 2009).

Garcia, Manuel (1999): *As Relações Públicas*. Lisboa: Editorial Estampa.

Kunsch, Margarida M. Krohling (2007^b): “Dimensões e perspectivas das relações públicas comunitárias”. In: Kunsch, Margarida M. Krohling e Kunsch, Waldemar Luiz: *Relações Públicas Comunitárias, A comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus Editorial.

—— (2007^c): “Planejamento e gestão estratégica das relações públicas comunitárias”. In: Kunsch, Margarida M. Krohling e Kunsch, Waldemar Luiz: *Relações Públicas Comunitárias, A comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus Editorial.

—— (2001^a): *Relações Públicas e Modernidade – Novos paradigmas na comunicação organizacional*. São Paulo: Summus Editorial.

—— (2001^b): Novos desafios para o profissional de comunicação. Internet. Disponível em <http://www.aberje.com.br/livros/livro1/novos.htm>.

—— (1987): «Propostas alternativas de Relações Públicas». In: *Revista Brasileira de Comunicação* 57. São Paulo: Intercom: 48-58.

—— (1984): “Relações Públicas comunitárias: um desafio”. In: *Comunicação & Sociedade* 11. São Bernardo do Campo: Pós-com-Umesp: 131-150.

Kunsch, Waldemar Luiz (2007): “As relações públicas em uma perspectiva dialógica e transformadora”. In: Kunsch, Margarida M. Krohling e Kunsch, Waldemar Luiz (org.) (2007): *Relações Públicas Comunitárias, A comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus Editorial.

—— (2001): “Resgate histórico das relações públicas comunitárias no Brasil”. Internet. Disponível em <http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/comunidade terceiro setor/0304.pdf>, (consultado em 24 de Agosto de 2009).

Peruzzo, Círcia Maria Krohling (2007a): “Comunicação comunitária e gestão participativa”. In: Kunsch, Margarida M. Krohling e Kunsch,

- Waldemar Luiz (org.): *Relações Públicas Comunitárias, A comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus Editorial.
- (org.) (2004): *Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina*. São Paulo: Angellara.
- (1999): “Relações Públicas com a comunidade: uma agenda para o século XXI”. In: *Comunicação & Sociedade* 32. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp: 45-68.
- (org.) (1998): *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes.
- (1993): “Relações Públicas, movimentos populares e transformação social”. In: *Revista Brasileira de Comunicação* 2. V. XVI. São Paulo: Intercom: 125-133.
- (1991): *A participação na comunicação popular*. Dissertação de Doutorado em Ciências da Comunicação. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- (1989): “Relações Públicas nos movimentos populares”. In: *Revista Brasileira de Comunicação* 60. São Paulo: Intercom: 107-116.

AGATHA CHRISTIE E O FANTASMA DO BOSQUE SAGRADO DE LUÍSA MONTEIRO: A FUNCIONALIDADE DO FANTASMA

Henriqueta Maria Gonçalves

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

hgoncalv@utad.pt

De visita ao Palace Hotel do Buçaco em 1965, Agatha Christie é levada por um simpático fantasma, Óscar, a desvendar o mistério da morte de Maria, ocorrida em 1918, no lago do Bosque. Quem terá assassinado Maria? Mas Maria é o próprio Óscar, como adiante veremos. O mistério foi desvendado por Agatha Christie e o nome do assassino começa por O, não se percebendo bem, no manuscrito deixado pela Autora, o resto do nome: “nos rascunhos da escritora, lê-se que «a autoria do assassinio é de O...[ilegível]” (p. 7). A maior parte das personagens têm nomes iniciados por O: Óscar, Orlando, Otto, Ondina, Octávio, Olívia, Olga, Ofélia, Otília que as faz associar à inicial do nome indicado, ao redondo do lago e as torna possíveis assassinas. A narrativa, percorrendo o trilho de Agatha Christie, vai revelar o mistério.

O título dado por Luísa Monteiro a esta sua narrativa – *Agatha Christie e o Fantasma do Bosque Sagrado*¹²¹ – fornece ao leitor um indicador de sub-género. Agatha Christie, associada que está à narrativa de mistério, deixa antever, neste contexto, uma ação de indagação de um mistério que a todos se coloca. E o mistério está também indicado no título: o mistério de um fantasma ocorrido no Bosque Sagrado.

Logo no Preâmbulo, Luísa Monteiro esclarece que, efetivamente, estamos perante um crime, pesquisado por Agatha Christie:

¹²¹ MONTEIRO, Luísa (2004). *Agatha Christie e o Fantasma do Bosque Sagrado*. Lisboa: Âncora Editora.

“Em Junho de 1965, Agatha Christie esteve pela última vez no Palace Hotel do Buçaco. No quarto, que reservara para escrever, deixou rascunhos apenas com meras frases, nomes e interrogações que pareciam versos. [...] Numa folha estava escrita apenas a palavra «Mary»; em sete, o nome «Mahler» escrito sob diferentes caligrafias, como se enquanto pensasse, a mão escrevesse maquinalmente o nome daquele compositor boémio. E em cinco páginas, preocupações soltas e interrogações bizarras sobre um crime, ocorrido na Mata do Buçaco, em 1918. Imaginações da escritora, ou realidade? Os mais antigos nunca ouviram falar de tal. Mas nos rascunhos da escritora, lê-se que a autoria do assassino é de O... [ilegível]. As crianças estão mortas.» (p. 7)

A narrativa propõe-nos uma reflexão de fundo sobre o que é a vida e o que é a morte, sobre a nossa própria identidade e a nossa relação com o outro, fazendo alternar ocorrências havidas em duas sequências temporais – 1965/1918 – e procedendo, em muitas circunstâncias, a um apagamento temporal para existir o *in illo tempore*, próprio do mito, narrativa que conta uma história como ilustração da própria essência humana; noutras circunstâncias, pela prosa poética filosofante, deparamo-nos com a proposta de nos voltarmos para dentro de nós mesmos.

Agatha Christie terá estado, com Max Mallowan, seu segundo marido, no Pallace Hotel do Buçaco em 1965 e foi, nessa altura, que desvendou o mistério da morte de Maria por insistência de Óscar.

O momento temporal relativo a 1918 é apresentado através de oitenta e oito sequências narrativas que nos contam a vida de Maria e como Maria foi transformada em Óscar perante a sociedade. Estas oitenta e oito sequências revestem-se de um simbolismo, desmontado na sequência número sessenta e seis:

“O meu mundo, o teu mundo, Maria, é finito como o número das teclas deste piano; são 88 teclas apenas: uma vida apenas. Mas as melodias, as ideias, as sugestões que deste número finito arrancamos, com a alma, com a inteligência, são infinitas; nessa infinidade, alcançamos a Beleza, e com ela, talvez até a imortalidade, minha filha... Quem te ouvir tocar esta noite, jamais te esquecerá, Maria. Tu és capaz. – Dirigiu-se a uma jarra,

retirou uma orquídea e prendeu-lha numa lantejola do vestido, sobre o peito. E beijou-a na face” (p. 113)

Na sequência número oitenta e sete, num processo de autorreferencialidade narrativa, volta a citar-se o fragmento anterior o que significa que lhe devemos dar atenção. Efetivamente, numa relação de intertextualidade implícita, a narrativa faz-nos ouvir algumas composições de Mahler (recordemos que este nome aparece reiteradamente em sete páginas dos manuscritos de Agatha Christie), particularmente *A Canção das Crianças Mortas*, embora não seja a única. Desta relação ocupar-nos-emos mais adiante.

A sequência temporal relativa a 1965 inicia-se com um parágrafo de dois períodos, remetendo-nos o segundo deles para a essência da personagem principal desta narrativa: muito cedo pôde ver que estava no lado oposto dos homens no mundo.

Óscar é um bonito fantasma que tudo fará para que Agatha Christie descubra o assassino de Maria, ele próprio, como se verá no decorrer da narrativa.

Essa duplicidade da personagem começa a perceber-se nas primeiras páginas, quando Óscar deseja uma boneca: “Um dia, ganharia coragem para comprar uma boneca assim...” (p. 13). É igualmente logo no início que se percebe o caráter evanescente de Óscar e de que não gostava da noite por uma razão muito concreta, deixando indiciado o crime que a narrativa vai desvendar:

“Anoitecera. Ele não gostava da noite. Cheirava-lhe sempre a morte e a terra escura e molhada. Os bichos, as folhas e as flores ficavam viúvos. Os corpos amoleciam e os olhos brilhantes das crianças deixavam de alumiar as salas. Era hora de regressar.” (p.13)

Mas Óscar não é o único fantasma que povoa o Palace Hotel do Buçaco em 1965. Muitos dos que conviveram com Óscar/Maria também aí vagueiam e executam as mesmas tarefas de há quarenta e sete anos atrás, como se a morte fosse continuidade da vida e as barreiras entre o empírico e o meta-empírico não existissem:

“Octávio fluuava pelo salão entre os vapores dos chás de rosas, tília e jasmim. Era elegante como o deslizar aluo e perfeito de uma vela pequena em alto mar. Girava e distribuía sorrisos, mão esquerda atrás das costas, testa alta, boca pequena de onde a cortesia brotava em tom melífluu, ora num francês espumoso, ora num italiano molhado, ora num inglês de violino.” (pp. 11-12)

“Orlando estava com um ar intrigado. Não se lembrava de todos os ingredientes da receita de Bombe panaché Vanille et Framboises.” (p.15)

“Era estranho não ver o senhor Garrido... Ouvindo-lhe o pensamento, Octávio pôs-lhe a mão sobre o ombro:

- Sabes porquê, rapazinho?

Não, Óscar não sabia de nada. Octávio explicou:

- Porque nós estamos mortos há muitos anos, rapazinho! Eu, tu, o Orlando, o senhor Guillermo Garrido... Todos mortos! O desaparecimento de todos, o esquecimento de tudo... Tudo à nossa volta, Óscar, nos mostra que esse foi o nosso destino. Hoje, somos meros e invisíveis fantasmas. Vagueamos porque queremos perdoar ou queremos que nos perdoem, mas não sabemos porquê. A morte faz-nos esquecer muitas coisas. Os fantasmas nunca sabem porque é que regressam. Muitas vezes é para encontrar a cara-metade. Ou que alguém a encontre por nós.

Óscar afastou-se. Teve pena de Octávio. Havia dementado. Todas as pessoas sabem que os mortos não sentem nem choram nem cheiram. E eles viviam no Palace, eles existiam. Seria melhor mudar de conversa” (p. 18)

Óscar, no entanto, recusa-se a aceitar o tangível da morte e encara o pós-morte como continuação da vida:

“Que tolice, dizer que os fantasmas regressam para encontrar a cara-metade. Tolicie maior era ainda dizer que estavam todos mortos, que eram «meros e invisíveis fantasmas». Não, só Osvaldo morreria de tuberculose,

dois meses depois da sua entrada naquele Hotel. E sem saber de onde vinha a electricidade...” (p. 23)

É por isso que Óscar, incansavelmente, tenta que Agatha Christie se interesse pela arma do crime, aquela que matou Otto e que haveria de matar Maria, duplo de Óscar na existência real, duplo na aceção de outra entidade socialmente assumida e, portanto, uma outra forma de ser fantasma: “Mas quem não vive consigo, mas sim com um fantasma, aquele ser que imagina que é, adormece mal: não há espaço em cama alguma para tanta gente” (p.115)

Há, portanto, nesta narrativa, três estádios do fantasma: o primeiro ocorre nos relatos de 1918 e apresenta-nos a duplicidade Óscar/Maria, ser com uma duplicidade socialmente imposta por Guillermo Garrido:

“Maria adorou a condição e mal saltou da banheira foi a correr ao quarto buscar a tesoura de um dos armários de mogno espanhol debruado a ébano e madeiro de buxo. Afastou os cabelos molhados da face e virou-lhe as costas, ficando a mirar-se ao espelho, à medida que os caracóis sucumbiam pelos azulejos brancos e pretos da casa de banho como num tabuleiro de xadrez. Ouvia o som metálico do aço frio rente ao pescoço e só pensava nas correrias livres pelo Hotel, vestida como um menino. Garrido ia-lhe segredando que ela continuaria uma menina bonita, mas que para crescer livre, teria que ser rapaz; chamar-se-ia Óscar, se concordasse com tal nome. Seria um empregado, mas que não se preocupasse, que ele protegê-lo-ia. À noite podia ser novamente Maria e podia tocar piano. E ele oferecer-lhe-ia muitos vestidos...” (pp. 86-87)

A fragilidade da criança fantasma, escondida num quarto de uma cave desde que nasce, pois resulta de uma relação passageira e não assumida entre Otto e Ondina, que entretanto mantém uma relação com Paul Bergamim, fere o leitor e move-o a um sentimento de piedade/revolta. A temática da infância traumática percorre a obra da Autora, assumindo diferentes formas. Nesta narrativa, Maria é um ser solitário que a sociedade não deve conhecer.

O segundo estádio do fantasma ocorre nos relatos de 1965 e é a forma mais comum do fantasma, estado do que vagueia depois da morte no mundo

dos vivos e com eles tenta interagir. No Ocidente, a crença comum diz que são almas que não conseguiram encontrar descanso depois da morte e, consequentemente, estão aprisionadas na Terra. A inabilidade de encontrar descanso é geralmente explicada através de casos não resolvidos, como acontece com avítima que busca justiça ou vingança após a sua morte. Este estágio é também explicado na narrativa por diversas vezes e em contextos distintos: é explicado pelo também fantasma Octávio a Óscar, logo no início da narrativa, como vimos anteriormente, e é explicado por Agatha Christie: “Em pequena a avó dizia-lhe que quem morria antes da hora ficava com uma expressão de horror e que depois se transformaria em fantasma, vagueando pelas noites até que se lhe pedisse perdão” (p. 123).

O leitor assiste, na sequência narrativa de 1918, à passagem da vida à morte de Maria e à continuação da vida depois da morte, estando já Maria transformada em fantasma:

“81. Maria levantou-se, atordoada de dor e, no momento em que se voltou, viu claramente o brilho rubi daquela faca a descer sobre o seu peito. E um outro golpe enérgico depressa se lhe atravessou na garganta, impedindo-a de perguntar o motivo àquele rosto que tão bem conhecia e que o via tão claramente através dos clarões da trovoadas. Confusa com o que sentia no corpo e na alma, agarrou-se ainda àquele corpo que tantas vezes abraçara, como que a suplicar-lhe ajuda, mas as forças abandonaram-na no instante em que a faca se enterrou no seu coração, com a força do relâmpago que nesse preciso momento eclodia por toda a Mata. E, apesar de tudo, não pôde deixar de dar um último sorriso a Orlando, o seu frade assassino. Os relâmpagos continuaram a ribombar.

82. Os relâmpagos continuaram a ribombar.

Levantou-se, esvaída do sangue que lhe pertencera, lavada de água do céu; sentia-se leve e em comunhão com a noite que, de um momento para o outro, serenara.

83. Regressou a casa de Otilia, podendo ainda ouvir da boca de Mito as ordens que dava à amante” (p. 129)

Este último estágio está também presente em duas lendas, incluídas

na sequência narrativa de 1965, relacionadas com os Frades Carmelitas Descalços que, no século XVII, erigiram o Convento e povoaram a Mata do Buçaco.¹²² A primeira de natureza geral e a segunda mais particular, envolvendo o tópico da metamorfose, tão característico da nossa literatura tradicional oral – aqui a amada, depois de morta, metamorfoseia-se em pega:

“O Bosque Sagrado parecia-lhe ser o maior mundo dos mundos; o mais verde e fantástico também – tudo naquele Bosque tinha vida, visível e invisível; como se o espírito de cada escaravelho, de cada leituga, de cada avelã ou gota de água fosse eterno. Óscar lamentava não conseguir ouvir as conversas dos carvalhos, dos cedros, dos morangais, mas sabia que comunicavam entre eles; mesmo depois de morrerem. Ali, no Bosque, não havia estações, era como se fosse sempre Primavera – se a raiva pela vida inflamasse os sentidos; ou era sempre Outono – se a melancolia adornasse o espírito; nunca fazia nem muito frio nem muito calor.

Quando o nevoeiro branco fluuava como uma rede de dossel sobre os montes, as pessoas olhavam ainda para o horizonte e diziam que as almas dos frades tinham regressado e que se encontravam a cozer pão; não era nevoeiro, não – mas fumo vindo do forno da saudade.” (p. 41)

“Dizem que não comia, não saía nem para rezar, juram mesmo que o céu estremecia ao ouvir o seu pranto; como sofria por ela; mesmo sabendo-a morta, foi-a amando. Cantava pela manhã, já muito branco e frágil, pois de paixão mortal morria. Perdido no seu hábito castanho, descalço e com frio nos pés, abria então a janelita de par em par; juram que era uma pega que o levava a cantar e que essa ave não era mais que a alma da sua amada; alma que a toda a hora esperava que se juntassem num voo branco, sobre a noite e sobre o mar. [...] Agatha bateu palmas. Adorou o toque teatral que Santos pusera na história do Frei Bernardo, da Ordem dos Carmelitas Descalços, fundadores daquela magnífica Mata. Era uma bela e comovente lenda, sem dúvida: um jovem frade que se apaixonara

¹²² Já de posse do bispo de Coimbra, desde 1094, este vendeu-a, em 1628, à Ordem dos Carmelitas Descalços. O convento, ermidas, muros e caminhos foram por eles construídos, tendo também plantado e tratado as árvores da mata.

por uma rapariguinha da aldeia, mas que de tão frágil morreu ainda muito nova, e se transformou em pega para o acompanhar na sua solidão.” (p. 133)

Contudo, existe ainda uma outra referência ao fenómeno do fantasma que importa considerar, se correlacionarmos essa referência e o(s) contexto(s) histórico(s) evocado(s).

No fio narrativo de 1965, evoca-se a guerra ultramarina e a morte do General Humberto Delgado, e no fio narrativo de 1918, é evocado o holocausto dos Judeus e o fim da Primeira Guerra Mundial:

“Na primeira página – e Óscar pôde ver que estava no ano de 1965 –, uma notícia a propósito da morte do General Sem Medo e da sua secretária, ocorrido há cinco meses, em Villanueva del Fresno.” (p. 12)

“- Senhor Orlando, porque é que agora não vejo rapazes novos aqui no Hotel?

- Foram todos para a guerra, meu filho.

- Guerra, outra vez? Que guerra?

- Lá para o Ultramar, Óscar, onde há pretos.” (p. 48)

“A guerra tinha terminado – recordava-se disso –, mas os homens e mulheres do Dão e da Bairrada continuavam a procurar o Hotel para esmolar trabalho. A fome ainda não tinha terminado. Estavam ali a troco de comida e de umas poucas moedas para que a família pudesse comprar broa.” (p. 46)

“E lembrou-se da melodia ouvida na noite anterior, *Canções das Crianças Mortas*, de Mahler. Invejou a coragem do compositor judeu e a capacidade de prever a morte da própria filha. Chorou-a antes da morte, o que veio a acontecer dois meses mais tarde, após a conclusão da peça.” (p. 62)

Esse outro sentido de fantasma aparece correlacionado com a ausência de liberdade presente em todas as situações para as quais nos remetemos os contextos sócio-históricos referidos:

“A tudo obedeciam, a tudo calavam, a tudo se submetiam para não voltar a comer unicamente as couves cozidas com sal e côdeas de pão ao longo de todos os dias da sua existência. Entravam tenros e tíscos para o hotel, eram desparasitados, vestidos e polidos e dali saíam raras vezes ao longo da vida, geralmente para acompanharem os pais ou os primos à última morada. Aprendiam depressa a etiqueta, as línguas estrangeiras e fechavam-se para o resto das suas vidas naquele convento airoso de ricos entediados. Ali morriam para o mundo, com um sorriso estudado. Ali se emudeciam e se esqueciam com uma frase elegante adquirida. Seriam livres quando morressem, porque só se é livre quando se tem a capacidade de dizer aos outros o que eles não querem ouvir. E eles não são capazes sequer de assinar o nome. E sem liberdade, não se está no lado raivosos da vida, no estado nervoso da paixão; eram uns fantasmas, concluiu Óscar, escondendo novamente a cabeça.” (pp. 46-47)

Temos, pois, estabelecidas as diferentes fisionomias do fantasma nesta narrativa que fala da vida e da morte, mas que nos obriga realmente a refletir sobre o sentido da nossa existência, face à qual existe, sem dúvida, uma atitude de ironia de feição, diríamos, trágica:

“A vida era tão redutora; tudo era tão ilusório. Quer-se sempre tanto espaço em vida, gasta-se o corpo e o pensamento com o fito de ocupar terrenos, grandes casas, gabinetes, estantes, jornais... Quando o futuro insiste em dizer que o nosso espaço é reduzido, dois metros por um, uma lápide em cima.

A maior certeza do mundo, afinal, é tão exígua... - pensava Garrido; desaparecemos à medida que o tempo passa. Só as pedras e as palavras subsistem; as pedras, porque é sobre elas que tudo se levanta, até religiões; e as palavras, porque o princípio há-de ser sempre o verbo... O cemitério estava cheio de pedras tumulares esverdeadas e frias com palavras a estourarem de amor e saudade. Eram às centenas as crianças que ali jaziam vitimadas pela peste e pela fome...” (p. 58)

Analisemos mais de perto o desenho do fantasma que sobressai porque determina a trama mais visível da narrativa e procuremos questionar-nos acerca da sua funcionalidade.

Óscar (Maria) foi roubado à vida e teima em permanecer nela para cumprir uma missão – ajudar a esclarecer o mistério do seu desaparecimento; para tal, usa de forma insistente uma série de estratégias que conduzem à investigação por parte de Agatha Christie. Óscar usa todos os meios ao seu alcance para chamar a atenção da escritora: coloca sugestivamente a arma do crime em locais que lhe são facilmente acessíveis, enrola-a numa torta que confeciona e coloca-a no quarto da Autora policial, dá-lhe beijos e fá-la sentir exalações odoríferas¹²³:

“Óscar atreveu-se a beijar o rosto da dama branca. Ela agitou o nariz, franziu as sobrancelhas e escancarou os olhos. Olhou em redor. Cheirava a orquídeas” (p. 61).

“Por fim, pousou a redonda e grande lente sobre aquele infantil e risonho rosto. E enquanto esfregava os olhos, o maravilhoso perfume de orquídeas puras que já conhecia invadiu-lhe o quarto” (p. 137)

“Não ficou surpreendida por ver a faca a cintilar na margem do redondo lago que espelhava no centro o redondo disco da lua. Ajoelhou-se na margem. Apanhou a faca e levou-a ao nariz. Inspirou, fechando os olhos. Parecia ter acabado de ceifar orquídeas.” (p. 137)

O fantasma Óscar é uma personagem terna, dócil, extremamente humana, fazendo, por vezes, esquecer o leitor que tem um caráter evanescente:

“Óscar perdera o frio por instantes. E assim revitalizado pela energia da água celestial agachou-se sob o piano e chorou o resto da noite.

Fora numa noite assim, de relâmpagos de prata e lágrimas soltas da memória do marfim musical das teclas daquele piano que Maria fora morta. Maria a rapariguinha que nunca fazia perguntas.” (p. 17)

¹²³ São odores de orquídea, uma flor muito utilizada ao longo de todo o texto. A orquídea é um símbolo de fecundação, como o seu nome indica. A beleza da flor faz também dela um símbolo de perfeição e de pureza espirituais. (cf. CHE-VALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain (1994). *Dicionário dos Símbolos*. Lisboa: Teorema, p. 492.

Óscar/Maria, que aprende a tocar piano intuitivamente em vida, durante a noite silenciosa do Hotel, volta a tocar magistralmente, num momento de nostalgia, na sequência temporal de 1965 – a canção é a que mais se faz ouvir nesta narrativa – *A Canção das Crianças Mortas* de Gustav Mahler. Agatha Christie ouve a composição que o piano executa sem que ninguém visivelmente toque nas teclas o que faz com que Agatha Christie pense estar à beira da loucura:

“Agatha aproximou-se. Sabia-se sozinha naquele majestoso salão do Palace do Buçaco e não desconfiava ainda dos seus sentidos. Mas as teclas não se mexiam e ela ouvia...O que sempre temera começava a acontecer: a loucura, como acontecera com algumas mulheres da sua família.” (p. 117)

Ainda neste plano temporal (1965), é interessante o contacto de Óscar com Britannicus. Óscar tinha acompanhado Max Mallowan¹²⁴ e Agatha Christie a Conímbriga e é nesse espaço, numa manifestação aparentemente física relacionada com a sua morte (fenómeno estranhamente paradoxal, e de enquadramento também fantástico), que Óscar, depois de ter soprado sobre o pó (p. 76), sentiu o peito a arder e

“tudo lhe pareceu nublado por instantes...Cheirava tanto ao hálito dos fungos da terra. O peito ardia como se estivesse cheio de estrume e começou a dar-lhe murros. Veio a tosse e com ela, Óscar começou a vomitar lama. Não aguentou o que viu e desmaiou.” (p. 76).

É acordado por um outro fantasma que tinha habitado aquele espaço num tempo muito distante, era Conímbriga uma terra de romanos. O tempo cronológico deixa de fazer sentido, anula-se o ontem e o amanhã como se de um tecido sem barreiras se tratasse, onde se esfacela a dinâmica temporal para existir só presente. Mas a dimensão temporal por si só não faria muito sentido; também o espaço tende a diluir-se: Britannicus convida Óscar para ir consigo a Roma como se a distância não separasse estes dois espaços:

¹²⁴ Max Mallowan, conhecido arqueólogo, foi segundo marido de Agatha Christie.

“- Está ali o meu carro, queres vir comigo a Roma? Petronius deve estar lá. [...] A viagem fora rápida. Após a colina vislumbrava-se logo uma cidade cheia de templos altos e brancos” (p. 77)

Este contacto de Óscar com Britannicus e a viagem a Roma parecem ter o objetivo de dar a conhecer alguns aspetos da cultura romana, presentes em muitos autores consagrados, como por exemplo Horácio, e que se prendem com a prática usual da pedofilia e da homossexualidade na Antiguidade Clássica, havendo uma preocupação em deixar ver que a criança foi sempre maltratada pela sociedade:

“- Precisas de dar algum recado ao senhor Petronius, Britannicus?

- Sim, preciso – respondeu o rapaz em tom pesaroso. Explicou: - Esqueci-me de lhe dizer que o amava profundamente... Eu não contava que Nero me apunhalasse tão cedo...

Óscar encostou-se ao ombro de Britannicus, pensando que também nunca dissera o quanto amava Garrido, também não tivera tempo... E começou a chorar. Britannicus espantou-se e tomando-lhe o queixo olhou demoradamente para o seu rosto lacrimoso.

És mais belo e delicado que uma jovem de Esparta, ó gracioso Óscar...

Não contendo-se, colou os lábios na boca de Óscar, beijando-o com desejo. Óscar não se importou. Aninhou-se um pouco mais no peito do rapaz e suspirou. Fora o seu primeiro beijo.” (p. 78)

Só desperta ao ouvir o barulho do carro que o transportará de novo ao Palace Hotel do Buçaco:

“O barulho do motor do carro fê-lo despertar. Levantou-se e sacudi as calças. Não deveria ter aspirado tanto pó. O médico já havia dito que ele era asmático. Não, ali nunca mais regressaria, era só pó e calor... Só se fosse por Britannicus...

E passou todo o trajecto na mala do carro a imaginar uma vida em Roma” (p. 79).

O fenómeno do fantasma não é de modo algum um tópico novo em literatura. A angústia perante a consciência da finitude existencial tem tornado o tópico recorrente, mas tratado de forma diferente. Tomemos apenas alguns exemplos.

No conto «O Defunto», Eça de Queirós faz regressar à vida um enforcado por intervenção de Nossa Senhora do Pilar, fazendo crer numa existência para além da morte que regressa à carcaça já meio apodrecida do enforcado para, depois de ajudar um afilhado da Santa, obter recompensa da esfera divina. O conto é de 1897 e, como se sabe, Eça tinha-se já iniciado em práticas espíritas que eram, aliás, muito frequentes na sociedade parisiense da altura.

De alguma forma, a presença do fantasma neste conto de Eça cumpre a superstição popular presente no enunciado de Luísa Monteiro: o Enforcado não regressa porque tem saudades como os frades da lenda referidos na sua narrativa ou porque quer que lhe peçamos perdão (p. 123), mas porque quer que lhe perdoem (p. 18).

Em *A Ilustre Casa de Ramires* (1898), a utilização do fantasma adquire uma dimensão simbólica que não existe no conto. Num sonho em estado de semi-vigília, Gonçalo Mendes Ramires vive uma experiência demiúrgica com os seus antepassados avós que, numa dança de exorcização ou num rito de combate espiritual, o libertam da “preguiça que sempre o amolecia nos colchões”: trata-se de uma desposseção em que todos participam. Os fantasmas dos seus avós habitam uma dimensão a-temporal e a-espacial tal como acontece num dos episódios da narrativa de Luísa Monteiro: 1965, 1918 e o período da ocupação romana da Península tornam-se indistintos

Em *A Torre de Barbela* de Ruben A. (1964), durante a noite, um cortejo de personagens de diferentes épocas povoa o espaço onde as personagens circularam em vida, dando continuidade ao que tinha ficado em suspenso. De igual modo, Teolinda Gersão, em *A Casa da Pata de Cavalo* (1995), recupera da morte, através da corrida sem freio de um cavalo, figuras espectrais que outrora tinham habitado a mesma casa, espaço de presenças que o marcaram e que não o abandonam.

Mas na narrativa de Luísa Monteiro existe uma outra voz ativa que preenche toda a ambiência da ação, uma voz musical deixada por Mahler

e que entra em relação direta com a reflexão de fundo feita nesta obra. O compositor judeu Gustav Mahler compôs *Kindertotenlieder*, *A Canção das Crianças Mortas*, entre 1901-1904, inspirado nas 423 elegias de Friedrich Rückert, escritas na angústia desencadeada pela morte de dois dos seus filhos, Luísa e Ernest; a esposa de Mahler não gostou que Mahler tivesse composto esse trecho, pois sentia um mau pressentimento; a sua filha mais velha, Maria Alma Mahler, morre em 1907, filha muito amada por Mahler e alguns dados biográficos revelam que, efetivamente, Mahler terá pressentido essa morte.

Luísa Monteiro abre e encerra a sua narrativa com uma reflexão que, de certa forma, serve(iu) de guia à sua narrativa onde, em prosa poética diz: “E desaparece o seu vulto, a esvoaçar entre os outros pensamentos molhados e ainda vivos de gente que já morreu. Do fundo mais profundo do lago, ascende agora à superfície das águas o toque de um piano onde cada nota é uma lágrima mais fina e impercetível que o orvalho quando cai. Agora um lenço branco ondula e perde-se no fundo.” (10). No desfecho retoma a mesma linha de condução:

“Nada é firme comparado com a água.

Deixe-me, prezado leitor, despertar as rosas de água no toque da nossa pele. Se tocar estas palavras com a polpa dos seus dedos, as harpas molhadas dos meus olhos inundarão de música líquida os sulcos das suas rosadas impressões digitais. Os ouvidos também choram. O melhor amigo da imaginação é o papel. O seu barco dilui-se nas mesmas águas que o meu. A nossa infância inundou-se de morte no som último de um piano submerso na barca do tempo.

Adeus, leitor, embora esta não seja a derradeira queda da pétala da vida: iremos sorrir-nos sempre que o fascínio de um lago o faça debruçar sobre o espelho das águas, de joelhos e mãos bem firmes em terra: assim, face a face, eu que sou Maria e você que é... água tornada ser.

Nada é firme comparado com a água.” (p. 139)

Mas *A Canção da Terra* e *A Canção do Lamento*, também de Gustav Mahler, fazem-se igualmente ouvir no desfecho da narrativa.

Das Lied von der Erde (ou *A Canção da Terra*) é considerada, por alguns críticos, como a obra mais importante de Mahler. Nesta obra, tornam-se visíveis as qualidades mais singulares do compositor: a angústia existencial e a sublime grandiosidade da Natureza.

A obra consiste num ciclo de seis canções baseadas em antigos poemas chineses, adaptados para o alemão por Hans Bethge. Mahler trabalhou nesta sua obra durante os últimos verões da sua vida. Conseguiu concluí-la em 1911, pouco antes de morrer, com uma malformação cardíaca avançada. Porém, não chegou a ouvir a sua estreia perante o grande público, apesar de a ter interpretado inúmeras vezes ao piano, auxiliado pelo seu amigo e aluno Bruno Walter - que viria a estreá-la em Munique, em Novembro de 1912, um ano e meio após a morte do compositor.

Os poemas que integram o ciclo consubstanciam a filosofia da existência humana. O primeiro, «Das Trinklied vom Jammer der Erde» («A Canção-brinde à Miséria da Terra») é uma canção que confronta a eternidade da Terra e o carácter efêmero do homem neste planeta. O segundo, «Der Einsame im Herbst» («O Solitário no Outono»), descreve a Terra envolta numa névoa outonal, como alegoria de desencanto amoroso. O terceiro poema, «Von der Jugend» («Da Juventude»), recria imagens da juventude: o ruído de “jovens belamente vestidos” dentro de “um pavilhão de verde e branca porcelana”. O quarto, «Von der Schönheit» («Da Beleza»), retrata uma paisagem campestre, onde a beleza, especialmente a humana, é ressaltada pela luz da natureza e, ao final, um par de jovens trocam calorosos olhares. O quinto, «Der Trunkene im Frühling» («O Bêbado na Primavera») relaciona a vida a um mero sonho e assim a personagem entrega-se ao simples prazer de beber. O sexto, «Der Abschied» («A Despedida»), reúne um dos tons mais sombrios e melancólicos desta obra, combinando dois poemas que aludem à nostalgia da amizade e à decisão de partir, num estado de serenidade própria das filosofias budistas e zen.

Seria interessante traçar o trajeto da personagem Maria, acompanhando os poemas deste ciclo. Não cabendo neste estudo tal propósito, vejamos como esta composição constitui um apelo à conexão de fios narrativos:

“Aventurou-se pelo interior da Mata. Eram braços gigantes de monstros negros as árvores que se agitavam num ranger de folhas e galhos enlouquecidos, como se tivessem vida própria e resolvessem mostrar a sua ira ao mundo. O vento rápido e gelado tinha tal densidade, que se pudesse abrir um saco sem voar com ele, talvez fosse possível apanhá-lo e fechá-lo, como a uma besta desenfreada e viscosa. Eram os rugidos da Natureza sem a poesia da música – aquela é que era a verdadeira *A Canção da Terra*, pelo seu lado mais medonho [...] As lágrimas caem-lhe e o coração assemelha-se ao regente de *Canção da Terra*, mais enlouquecido ainda que as árvores, ventos e chuvas intérpretes da própria loucura.” (pp. 127 e 128)

Das klagende Lied (*A Canção do Lamento*) é uma cantata composta entre 1878 e 1880; Mahler começou a escrever o texto de *Das klagende Lied*, provavelmente inspirado num conto de fadas de Ludwig Bechstein, ou *Der Singenden Knochen* dos irmãos Grimm, durante o início do último ano no Conservatório de Viena, onde estudou entre 1875 e 1878. *Das klagende Lied* divide-se em 3 partes: «Waldmärchen» («Lenda da Floresta»); «Der Spielmann» («O trovador») e «Hochzeitsstück» («Parte de Casamento»).

Modificada por Mahler entre 1893 e 1898, a cantata *Das klagende Lied* (sem a parte «Waldmärchen») estreou em 17 de fevereiro de 1901 em Viena. A versão original de 1880 estreou em 1897.

Segundo Michael Kennedy, biógrafo de Mahler, as suas canções revelam a sua grande preocupação: Donde viemos? Onde nos leva o nosso caminho? Porque me é dado sentir que sou livre se estou confinado dentro dos limites da minha personalidade como numa prisão, Qual é o objetivo da nossa luta e do nosso sofrimento, Será o sentido da vida revelado pela morte?¹²⁵

Neste encontro de cruzamento de fios discursivos encontramos o sentido da narrativa de Luísa Monteiro: o fantasma tem, afinal, a função de nos fazer refletir sobre o sentido da vida.

¹²⁵ Cf. KENNEDY, Michael (1988). *Mahler*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 38.

Referências Bibliográficas

- Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain (1994): *Dicionário dos Símbolos*. Lisboa: Teorema.
- Kennedy, Michael (1988): *Mahler*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Meireles, Maria Teresa Torrado Goulão Branco (1999): *Elementos e entes sobrenaturais nos contos e lendas*. Prefácio de Nuno Júdice. Lisboa: Ed. Vega.
- Milner, Max (1982): *La fantasmagorie: essai sur l'optique fantastique*. Paris: PUF.
- Monteiro, Luísa (2004): *Agatha Christie e o Fantasma do Bosque Sagrado*. Lisboa: Âncora Editora.
- Perrone-Moisés, Leyla (1985): “A Psicologia das figuras artificiais”. In: *Colóquio/Letras* 88. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: 17-26.

A RECUPERAÇÃO DA SEMPRE IMPORTANTE DIALETOLOGIA

O dialeto barrosão como parte da investigação dialetal transmontana

Rui Dias Guimarães

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

rguima@utad.pt

Resumo

Desde os primórdios do estudo da língua portuguesa, regista a bibliografia linguística alusões a variedades e usos que remontam já à *Gramática da Língua Portuguesa* de Fernão de Oliveira (1536), bem como aos séculos XVII e XVIII, estudos linguísticos apelidados de “pré-científicos”. É com Aniceto dos Reis Gonçalves Viana e sobretudo José Leite de Vasconcelos, já no séc. XIX, que os estudos dialetológicos alcançam a fase designada como científica.

É a partir da retoma de alguns indícios da descrição linguística dialetal legada por José Leite de Vasconcelos, alusivos a Barroso, com a inclusão de outros autores a nível nacional como Manuel de Paiva Boléo e Luís Filipe Lindley Cintra, e local, Fernando Braga Barreiros (lexicógrafo e etnógrafo) e António Lourenço Fontes (etnógrafo) e Bento da Cruz (escritor), entre outros, que recolhemos dados linguísticos. A inovação consistiu nos procedimentos do tratamento de dados, sobretudo nos níveis fonético, fonológico e lexical. Aplicámos as regras fonológicas da linguística funcional para isolar fonemas dialetais e detetar sistemas, considerando a coexistência com o português padrão. Para estudar a variação interna, construímos uma amostra estratificada de falantes, proporcional aos dados demográficos e sociais com o respetivo estatuto sociocultural dos sujeitos da amostra, submetidos a tratamento estatístico descritivo e inferencial.

Obteve-se o estatuto sociocultural dos falantes com características dialetais barrosãs. Para o léxico, procedeu-se ao estudo lexicográfico e lexicológico com indicadores de datação e partilha de uso no espaço geolinguístico. Apresentámos os resultados a níveis fonético e fonológico com os fonemas mais característicos e a constituição de sistemas fonológicos. A nível lexical, elaborámos um glossário com 2.600 entradas, com estudo lexicográfico, das quais 600 eram “barrosismos”. Definiram-se os contornos de uma personalidade linguística própria. A pertinência do estudo representa um contributo para recuperar a clássica dialetologia, com a retoma da tradição de estudos linguísticos transmontanos e nacionais, iniciada por autores consagrados como Gonçalves Viana e José Leite de Vasconcelos. A sua importância consiste em isolar um dialeto, perdido na fala rude dos pastores analfabetos e guardada ciosamente na oralidade, de geração em geração, dialeto da “área dos dialetos transmontanos e alto-minhotos”.

Palavras-chave: Dialetologia, fonética, fonologia, léxico, lexicografia, lexicologia.

Introdução

A natureza do problema que visamos tratar prende-se diretamente com uma investigação linguística realizada na região de Barroso e em parte de Trás-os-Montes e Alto Douro, na zona geolinguística classicamente designada por “área dos dialetos transmontanos e alto-minhotos” (Cintra 1971, 1974), congregando a conjugação de vontades e esforços da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e da Universidade de Salamanca, que culminaria, em 1988, com a apresentação e defesa, nesta última universidade, da tese de doutoramento intitulada *O Falar de Barroso (coexistência de sistemas fonológicos em variação diatópica e diastrática, diglossia, léxico, registos lexicais)*, 2 vls. (Guimarães 1998) da qual resultaria posteriormente a publicação do livro *O Falar de Barroso. O Homem e a Linguagem* (Guimarães 2002) com a descrição linguística das principais características do dialeto barrosão.

Tivemos como trabalho prévio, porque se trata de uma investigação científica em linguística, focando vários dos seus ramos mas a incidir muito particularmente em dialetologia, a pesquisa e análise da bibliografia

linguística com esta relacionada, desde a fase designada como “**pré-científica**”, começando desde logo em Fernão de Oliveira (1536), passando por Duarte Nunes de Leão (1606), Manuel de Faria e Sousa (1674), Rafael Bluteau (1712-1719), Dom Jeronymo Contador de Argote (1721, 1725), João Morais de Madureira Feijó (1734), Luís de Monte Carmelo (1767), Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1887-1889), até se fixar na *Carta Dialectológica do continente Português* (Vasconcelos 1893) como documento introdutório da **dialetologia científica** em Portugal, percorrendo outras obras importantes de José Leite de Vasconcelos (1882, 1900-1901, 1929), apresentando-se a sistematização da *Carta Dialectológica de Portugal continental* (Vasconcelos 1893), e do *Mapa Dialectológico de Portugal continental* (1929), ou aspetos de *Esquisse d' une Dialectologie Portugaise* (Vasconcelos 1901), prosseguindo com a análise de outros investigadores como Manuel de Paiva Boléo (1942, 1958) e a sistematização do *Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal continental* (Boléo e Silva 1958) até terminarmos com a análise da investigação em dialetologia realizada por Luis Filipe Lindley Cintra (1971, 1974) e a sistematização do *Mapa dos Dialectos de Portugal e da Galiza*, segundo Luís Filipe Lindley Cintra (Portugal) e Francisco Fernández Rei (Galiza), inserido por Manuela de Barros Ferreira (1992) no *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo* (1992).

Foi nosso propósito a descoberta de indícios, alusões ou referências, bem como estudos relacionados com a variação linguística e a identificação de uma variedade com personalidade linguística própria – o dialeto barrosão -, facto que registamos em diversos investigadores desde José Leite de Vasconcelos, Manuel de Paiva Boléo ou Clarinda de Azevedo Maia, entre autores que focavam aspetos locais.

Em nosso entender, as principais contribuições do nosso artigo consistem, na retoma dos estudos precedentes, em fomentar a recuperação da dialetologia como face da variedade da língua portuguesa, também pertinente na competência comunicativa.

1. A Dialetologia na fase pré-científica

Uma língua histórica não é uniforme no modo de uso dos seus falantes. Estas variações de usos, em diferentes níveis, ou formas de variações

diferentes posteriormente estudadas, foram já assinaladas pelos nossos mais antigos gramáticos que distinguiram as pronúncias ou as “dições usadas”, variações consideradas ou mais “particulares” - hoje referidas por variações diastráticas e diafásicas -, ou mais gerais, quanto à abrangência das áreas com afinidades, ou diatópicas, alusões que, embora de um modo muito embrionário e com compreensíveis imprecisões, remontam já à nossa primeira gramática portuguesa, a *Grammatica da Língua Portuguesa* (Oliveira 1536: 52):¹²⁶

...[ou também se faz em terras estas particularidades, porque os da Beira têm hũas falas e os d’ Alentejo outras. E os homens da Estremadura são diferentes dos d’ Antre Douro e Minho, porque assi como os tempos, assi também as terras criam diversas condições e conceitos. E o velho, como tem o entender mais firme com o que mais sabe, também suas falas são de peso e as do mancebo mais leves.]

Fernão de Oliveira (1536) alude já a essa variação constatada no uso da comunidade linguística, sobretudo do português europeu. Em vez de dialeto, aplica o termo “falas”. Na sua terminologia, faz a distinção da fala da Beira, do Alentejo, da Estremadura e de Entre Douro e Minho. O termo seria posteriormente aplicado em dialetologia com a designação de “falar” (Boléo 1942).

A dialetologia está numa fase designada por “pré-científica”. Se no séc. XVI regista as observações de Fernão de Oliveira (1536), prossegue no séc. XVII em obras como *Origem da língua portuguesa* (Leão 1606: cap. 24) que aborda a geografia linguística portuguesa para fora da Europa e chega a fazer a distinção entre as línguas galega e portuguesa que “erão antigamente quasi hua mesma, nas palavras e nos diphtongos, e pronunciação que as outras partes de Hespanha não tem” (Leão idem: 32), perspectiva que seria posteriormente desenvolvida como enquadrando os designados “codialectos portugueses” (Vasconcelos 1901: 29) ou

¹²⁶ Servimo-nos, para o presente estudo, da *Gramática da Língua Portuguesa* (1536), edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000, sobretudo da edição crítica, por facilitar a compreensão da escrita.

integrando os dialetos portugueses (Cintra: 1971) e que se viria a fixar como dialetos portugueses ou variantes.

Outros autores, ainda no séc. XVII, distinguem diferentes usos populares da língua, em diversas províncias, o que aponta para a distinção de variedades. “Los [transmontanos] hablan nuestro idioma com grande corrupcion”, pode ler-se em *Epítome de las historias Portuguezas* (Sousa 1674: II, 296)¹²⁷ afirma o Autor Faria e Sousa (1590-1649). Ou salienta diferentes usos ou variações consideradas mais ou menos corretas, como em *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portuguesa para uso do excelentíssimo Duque de Lafoens* (Feijó 1734) até se chegar à própria designação e definição da palavra dialeto no *Vocabulário Português e Latino* (Bluteau 1712-1719: 205).

Dialecto. Modo de fallar proprio, & particular de huma lingoa nas differentes partes do mesmo Reino; o que consiste no accento, ou na pronunciação. ou em certas palavras, ou no modo de declinar, & conjugar; & assim vemos, que no mesmo Reino de Portugal os da Provincia da Beira, de Entredouro, & Minho & c. não fallaõ, nem pronunciação o Portuguez do mesmo modo, que os filhos de Lisboa. Dialectus, i. Fem. Os nossos melhores Grammaticos não tem escrupulo de tomar esta palavra do Grego. Quintiliano lhe chama, Loquendi genus. Este orador fallando dos Gregos, no cap. 9. do primeiro livro das suas Inst. diz Plura illis loquendi genera, quae Dialectus vocant. O mesmo no capítulo seguinte chama o dialecto Eolico. Aeolica ratio. Sive illa (nomina) Ex Graecis orta tractemus, quae sunt plurima, praecipuèque Aeolicâ ratione, cui est sermo noster simillimus, declinata. {O som, & assento da pronunciação, a que chamaõ Dialecto. & c. Assim se falla a mesma lingoa Italiana em Napoles, & Veneza, mas com differente consonancia da Romana. Vieira. Xavier accordado, pag. 448.}

Podemos considerar como primeiro estudo em dialetologia, com alguma sistematização, o primeiro capítulo da “Quarta Parte da Grammatica

¹²⁷ Citado também por José Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, vol. VI - Dialectologia, Parte II. Lisboa: IN-CM, 1985, p. 5. [O primeiro volume foi o único publicado em vida do Autor. O segundo e terceiro incluem artigos já publicados em revistas].

Portuguesa” de *Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Lingua Latina* (Argote: 1725: 291-301) ou mais propriamente a sua primeira impressão em que Dom Jeronymo Contador de Argote usou o pseudónimo Pe Maldonado da Gama, obra publicada anteriormente em 1721. É, contudo, a obra publicada com o seu próprio nome, portanto, a segunda impressão, a que temos acesso, que nos serve de base ao presente estudo. Argote usou o termo “dialecto” e definiu-o como «modo diverso de fallar a mesma língua» (Argote 1725: 291) considerando diversos tipos de dialetos e variações linguísticas. Na sua designação de “Dialecto local” distingue cinco dialetos: da Beira, da Estremadura, de Entre Douro e Minho, do Algarve e de Trás-os-Montes (Argote 1725: 292-293). Em nosso entender, Argote funda muito os seus critérios ainda em aspetos geográficos da divisão geopolítica e administrativa do território, ainda distante dos critérios geolinguísticos baseados em aspetos da geografia humana. A ele o mérito da primeira sistematização e da aplicação do termo dialeto, retomado de Bluteau.

Outros estudos linguísticos, a que já aludimos anteriormente, ainda que centrados nas questões ortográficas e de pronúncia, de carácter normativo, conferem a importância do uso, “He sem duvida, que o uso muitas vezes prevalece contra algumas regras particulares” (Feijó Idem: 4) o que vem confirmar a existências de diversas pronúncias de acordo com o uso da língua, uma perspectiva que atualmente se poderá enquadrar numa corrente da pragmática linguística.

O termo dialeto vai ganhando força e vai-se difundindo. Ainda no próprio séc. XVIII é aplicado por Luís Monte Carmelo. Citando Argote, foca a variação dialetal, diferentes pronúncias e prosódia em *Compêndio de Ortografia* (Carmelo 1767: 82, 134, 144, 228, 421, 500):

Compêndio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas regras, para que em todas as Provincias, e Dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a Orthologia, e Prosódia, isto he, a recta pronunciaçam, e accentos proprios, da Lingua Portuguesa: accrescentado com outros novos Catalogos, e explicaçam de muitos Vocabulos antigos, e antiquados, para intelligência dos antigos escritores portuguezes...

Entrando já no séc. XIX, vários filólogos ou linguistas nos merecem particular relevo. Adolfo Coelho (1847-1919), filólogo, escritor, pedagogo, autodidata foi uma das figuras mais importantes da intelectualidade de finais do séc. XIX e princípios do séc. XX. Viria a proferir as famosas Conferências do Casino, em 1871. A sua obra *A língua portuguesa. Phonologia, etymologia, morfologia e syntaxe* (Coelho 1868) foi considerada por Leite de Vasconcelos, como marco do início da filologia científica em Portugal, não deixando de proceder a estudos em dialetologia como *Os dialectos romanicos ou neo-latinos na África, Ásia e América* (Coelho 1881). Gonçalves Viana (1840-1914), filólogo, linguista, lexicógrafo, foneticista e estudioso da dialetologia, foi um dos membros da reforma ortográfica de 1911. Ficou conhecido como um dos maiores foneticistas portugueses, distinguindo-se *Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d'après le dialecte actuel de Lisbonne*. (Viana 1881). Também é muito relevante o seu estudo em dialetologia intitulado *O Falar de Rio Frio (tipo bragançano dos dialectos transmontanos)*. *Materiais para o estudo dos dialectos portugueses* (1887-1889) uma das obras pioneiras em dialetologia e iniciadora da tradição dos estudos dialetais transmontanos.

José Leite de Vasconcelos (1858-1941) etnólogo, filólogo e autor prolífico, um dos mais importantes estudiosos da dialetologia, considerado o fundador da dialetologia científica em Portugal. Autor de extensa obra, considerado um dos sábios portugueses de finais do séc. XIX e primeiro quartel do séc. XX, foi o fundador do Museu Nacional de Arqueologia. Os seus estudos em dialetologia são uma referência importante. Contudo, nota-se ainda uma aproximação da dialetologia à geografia natural regional e sociopolítica de Portugal e não à geolinguística exclusivamente fundada em dados linguísticos relacionados com a geografia humana. Leite de Vasconcelos aplica o conceito de dialeto já herdado de Argote que cita, bem como Bluteau.

2. A Dialetologia científica portuguesa

A área dialectal de Trás-os-Montes e Alto Douro, ou como mais rigorosamente viria a ser delimitada e definida por Lindley Cintra “Área dos dialectos transmontanos e Alto-Minhotos” (Cintra 1971, 1974), fruto

da sua profunda e grande riqueza dialetal, cedo atraiu os nossos principais investigadores filólogos e linguistas.

Prossegue esse desígnio, já na fase científica, atraindo as atenções dos nossos grandes investigadores como Gonçalves Viana (1887-1889) e fornece materiais para o estudo *O Dialecto Mirandez* (Vasconcelos 1882), apontado como o início das investigações de Leite de Vasconcelos em filologia e dialetologia, dedicado a Adolfo Coelho, seguido de “dialectos transmontanos”, publicados na *Revista Lusitana* - por si fundada em 1889 – publicados em 1890-1892 e em 1895, que viria a ser posteriormente aprofundado pelo Autor, em dois volumes, os *Estudos de Filologia Mirandesa* (Vasconcelos 1900-1901) e a *Carta Dialectológica do Continente Português* (Vasconcelos 1893) ¹²⁸ introdutória da dialetologia científica em Portugal, publicada em seguida como *Mapa dialectológico* (Vasconcelos 1897) e posteriormente *Mapa Dialectológico de Portugal Continental* (Vasconcelos 1929).

Gonçalves Viana e José Leite de Vasconcelos foram dois grandes filólogos e linguistas que influenciaram grande parte das investigações que surgiram posteriormente.

Estamos em crer que vários aspetos muito importantes, em diversas áreas da linguística contemporânea, foram já ventilados pelo seu génio.

Dialectos Subdialectos Codialectos	CARTA DIALECTOLÓGICA DE PORTUGAL CONTINENTAL (José Leite de Vasconcelos, 1893)			
Dialectos	Subdialectos			
Dialecto ita-ramnense	subdialecto alto-minhoto	subdialecto baixo-minhoto	Subdialecto baixo-duriense	
Dialecto transmontano	Subdialecto Raiano	subdialecto alto-duriense	subdialecto ocidental e central	

¹²⁸ Lindley Cintra considera a *Carta Dialectológica de Portugal Continental* (Vasconcelos 1893), em “Nova Proposta de Classificação dos Dialectos Galego-portugueses”. In: *Boletim de Filologia*, 22, 1971, p. 81 o documento de José Leite de Vasconcelos fundador da dialetologia científica em Portugal. “ que saíria independente como opúsculo com a designação de *Mapa Dialectológico*, em 1897.

Dialecto beirão	Subdialecto alto-beirão	subdialecto baixo- -beirão	Subdialecto ocidental (Coim- bra e Aveiro)	
Dialecto Meridional	Subdialecto Estremenho	Subdialecto alenteja- no (e var. de Olivença e Barrancos)	subdialecto algarvio	
Codialectos Portugueses	Codialecto Galego	Codialecto riodo- norês	codialecto guadramilês	codialecto mirandês

Quadro 1- *Carta Dialectológica de Portugal Continental*, José Leite de Vasconcelos (1894)

Dialectos Subdialectos Codialectos	MAPA DIALECTOLÓGICO DE PORTUGAL CONTINENTAL (José Leite de Vasconcelos, 1929)			
Dialectos	Subdialectos e variedades			
Dialecto de entre-Douro e Minho	Variedade de Felgueiras			
Dialecto de Trás-os- -Montes	Variedade de Peso da Régua	variedade de Alijó	variedade de Boticas (Barroso)	
Dialecto das Beiras				
Dialecto meridional	subdialecto da Estremadura	Subdialecto alentejano	subdialecto do Algarve	
codialectos portugueses	Codialecto galego	Codialecto riodonorês	codialecto guadramilês	codialecto mirandês

Quadro 2- *Mapa Dialectológico de Portugal Continental*, José Leite de Vasconcelos (1929)

Em *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise* (Vasconcelos 1901) o Autor, na classificação dos dialetos portugueses, aborda os dialetos continentais, dos quais nos ocupamos no presente estudo - o português europeu - e, para além desses, apresenta também os dialectos insulares (Açores e Madeira), os “Dialecte d’outremer”, atualmente mais no âmbito da lusofonia, distribuídos por 10 variedades, algumas delas com subdivisões, o português dos judeus (Amsterdam e Hambourg) e o que designa por codialetos portugueses (Vasconcelos 1901: 28-129).

As suas investigações dialetais repartem-se por diversas revistas, sobretudo a *Revista Lusitana* e *Opúsculos*, sete volumes, três dos quais dedicados à dialetologia.

Paiva Boléo, professor da Universidade de Coimbra, foi outro grande investigador em dialetologia, legando-nos o *Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental* (Boléo e Silva 1958) e o *Inquérito Linguístico Boléo – ILB* (Boléo 1942).

	MAPA DOS DIALECTOS E FALARES DE PORTUGAL CONTINENTAL Paiva Boléo e Maria H. Santos Silva (1958)*						
Falares e variedades	Dialectos						
	Guadramilês	Rionorês		Mirandês		Barranquenho	
Falares	Variedades	Variedades	Variedades	Variedades	Variedades	Variedades	Variedades
Falar minhoto	Alto minhoto	Minhoto central	Minhoto oriental	Baixo minhoto	Var. de Riba Minho	Var. de Braga	Var. do Porto
Falar transmontano	Região de Barroso	Ocidental	Cenbtral	Oriental	Baixo-transmontano		
Falar beirão	Oriental	Ocidental	Var. de Sátão				
Falar do Baixo Vouga e Mondego	Var. de Aveiro	Var. dos Campos do Mondego					
Falar de Castelo Branco e Portalegre	Castelo Branco	Portalegre					
Falar meridional	Alto alentejano	Baixo alentejano	Algarvio	Almodôvar-Mértola			
* O Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal continental, de Paiva Boléo distingue a variedade de Barroso (só assinalada e não estudada) dando continuidade à variedade de Boticas anteriormente referida por Leite de Vasconcelos.							

Quadro 3- *Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal continental*, de Paiva Boléo e Maria Helena Santos Silva (1958).

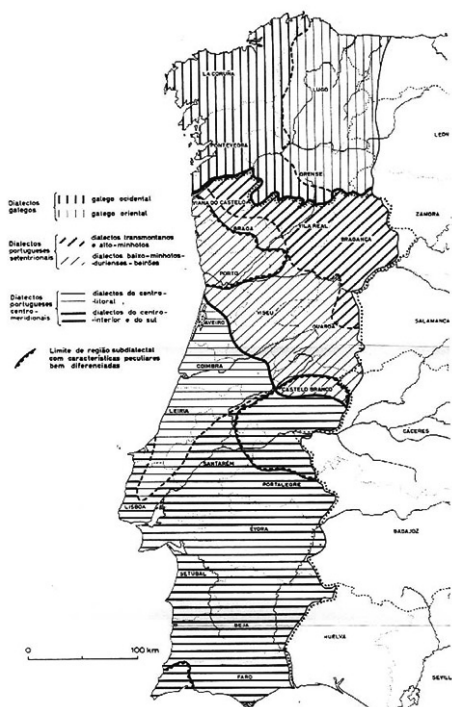


Fig.1 – Classificação dos Dialectos Galego-portugueses (CINTRA 1971)

Como se pode observar no mapa da classificação dos dialectos galego-portugueses apresentado por Lindley Cintra (1971), os dialectos galegos já são incluídos no português europeu. Esta classificação de base seria posteriormente retomada pelo Autor em *Estudos de Dialectologia Portuguesa* (Cintra 1984) em que incluiria os dialectos leoneses em território português. Posteriormente, a divisão dialetal das variantes galegas, segundo Fernandez Rei, integraria o *Mapa dos Dialectos de Portugal e Galiza* (1974, 1992) incluído no *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo* (1990) obra hoje tomada como referência.

	MAPA DOS DIALECTOS DE PORTUGAL CONTINENTAL E GALIZA Lindley Cintra (Portugal) e Fernández Rei (Galiza) em ALPHM (1974, 1992)			
GRUPOS DE DIALECTOS	Variedades dentro dos grupos de dialectos			
Dialectos galegos	Dialecto galego ocidental	Dialecto galego central	Dialecto galego central	
Dialectos portugueses setentrionais	Dialectos transmontanos e alto-minhotos	Dialectos baixo-minhotos-durienses-beirões		
Dialectos portugueses centro-meridionais	Dialectos do centro litoral	Dialectos do centro interior e sul		
Dialectos leoneses	Riodonorês	Guadramilês	Mirandês	Sendinês

Quadro 4 – *Mapa dos Dialectos de Portugal Continental e da Galiza*, de Lindley Cintra (Portugal) e Fernández Rei (Galiza), inserido no ALPHM (1992).

3. A Recuperação da dialetologia

Como podemos constatar, a grande riqueza dialetal de Trás-os-Montes e Alto Douro cedo foi objeto dos nossos maiores gramáticos, filólogos e linguístas. O dialeto transmontano, com um subdialeto raiano, foi assinalado por Leite de Vasconcelos, em 1894. O mesmo Autor distingue a “variedade de Boticas” em Barroso, como parte do dialeto de Trás-os-Montes, em 1929. Paiva Boléo e Maria Helena Santos Silva circunscrevem a “Região de Barroso” dentro do que designam por “falar transmontano”. Posteriormente, *O Falar de Barroso - coexistência de sistemas fonológicos em variação diatópica e diastrática, diglossia, léxico e registos lexicais* (Guimarães 1998)¹²⁹ seria objeto de estudo do qual resultaria *O Falar de Barroso – O Homem e a Linguagem – Fonética/léxico* (Guimarães 2002).

¹²⁹ Tese de doutoramento em filologia portuguesa, com 2 vls, apresentada na Universidade de Salamanca, em 1998.

Mapa dos Dialectos de Portugal continental e da Galiza,
segundo L. F. Lindley Cintra (Portugal) e Fernández Rei (Galiza)
publicado em *ALPHM* (1990)

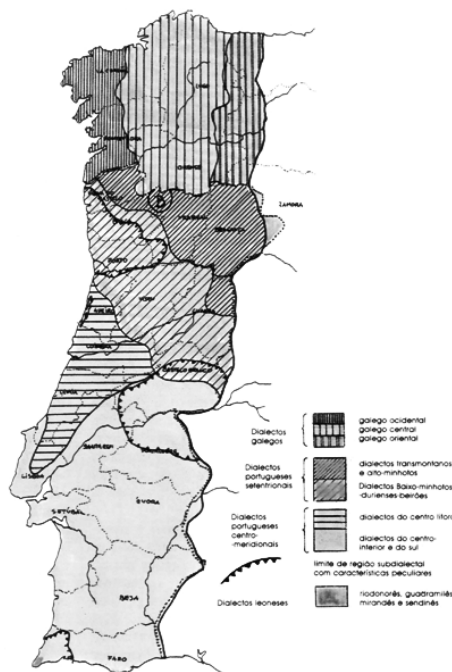


Fig. 2 – (B) – O dialecto barrosão por nós inserido no *Mapa dos Dialectos de Portugal continental e da Galiza*, segundo L. F. Lindley Cintra (Portugal e Fernandez Rei (Galiza), publicado em *ALPHM* (1992).

Com trabalho de campo e recolha de dados a nível fonético-fonológico e aplicação das regras fonológicas, isolaram-se os fonemas dialetais e reconstituíram-se sistemas, em coexistência, que dotaram o barrosão de um sistema fonológico com personalidade linguística própria. Através da construção de uma amostra estratificada de falantes e aplicação da estatística linguística descritiva e inferencial, desenharam-se zonas de variação interna. Após a recolha lexical própria, com aplicação de um questionário linguístico e a incorporação de léxico de vocabulários já existentes e registos lexicais em obras de etnografia, literatura ou monografias, elaborou-se um pequeno “dicionário” barrosão, com tratamento lexicológico e filtragem do léxico por cerca de quarenta obras,

para obter datação e co-ocorrência, seguido de estudo lexicográfico de campos lexicais e semânticos, glossário com 2647 entradas, das quais 657 eram “barrosismos”.

Outros estudos no âmbito da dialetologia merecem destaque, aos quais nos referiremos sucintamente, longe de os abranger na globalidade.

Em Portugal, por ordem cronológica:

Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1887-1889): *O Falar de Rio Frio (tipo bragançano dos dialectos transmontanos). Materiais para o estudo dos dialectos portugueses* (1887-1889);

José Leite de Vasconcelos (1882): *O Dialecto Mirandês*;

José Leite de Vasconcelos (1900-1901): *Estudos de Filologia Mirandesa*, 2 vls.;

José Gonçalo Herculano de Carvalho (1958): *Coisas e Palavras. Alguns Problemas Etnográficos e Linguísticos Relacionados com os Primitivos Sistemas de Debulha na Península Ibérica*;

Maria Leonor Carvalhão Buescu (1958): *Monsanto. Etnografia e Linguagem*;

Clarinda de Azevedo Maia (1975): *Os falares do Algarve. (Inovação e conservação)*. Inclui 32 mapas;

Clarinda de Azevedo Maia (1977): *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Inclui 26 mapas;

Adelina Angélica Aragão Pinto (1990): *Deilão – Estudo Linguístico e Etnográfico*;

Maria Luisa Segura da Cruz (1991): *O Falar de Odeleite*;

Maria Clara Pimentel Rolão Bernardo (1991): *O Falar da Bretanha. Estudo Fonético*;

João Saramago (1992): *Le parler de l'île de Corvo – Açores*;

Lurdes de Castro Moutinho (2001): *Falar do Porto com Todos os Bês*;

Rui Dias Guimarães (2002): *O Falar de Barroso. O Homem e a Linguagem. Fonética – Léxico*;

Maria Clara Rolão Bernardo e Helena Mateus Montenegro (2003): *O Falar Micaelense. Fonética e Léxico*.

Adamir Dias e Manuela Tender (2005): *Dicionário de Trasmontanismos*.

Em Espanha, sobretudo na Galiza:

J. R. Fernandez Gonzelez (1978): *Etnografia del Valle de Ancares. Estudio lingüístico según el método “Palabras y Cosas”*;

Manuel Taboada (1979): *El Habla del Valle de Verin*;

José Ramon Fernandez Gonzalez (1981): *El Habla de Ancares (Leon)*;

Angel Iglesias Ovejero (1982): *El Habla de el Rebollar. Descripción*;

Angel Iglesias Ovejero (1990): *El Habla de el Rebollar. Lexico*;

Manuel António Marcos Casquero (1991): *El Habla de Bejar. Lexico*;

Isaac Alonso Estravis (1998): *A Fala dos Concelhos de Trasmiras e Quedro*, 2 vls.

Conclusões

As alusões à variação linguística, hoje conhecidas como variação diatópica, distrática e diafásica, na clássica proposta de Eugenio Coseriu, ou mesmo os seus desenvolvimentos no âmbito da dialetologia e etnolinguística, como uma propriedade que uma língua histórica apresenta na sua dialética vital unidade/variedade, reconhecidas hoje em função da geografia, do estilo e do tempo, ou mesmo as variedades sociais ou socioletos ou até a variação situacional com diferentes registos de linguagem, foram já objeto de reflexão dos nossos primeiros gramáticos e filólogos, ainda que breves, como na *Gramática da Língua Portuguesa* (Oliveira 1536). Já como um esboço sistematizado, mas ainda insuficiente, merecedor de

um capítulo próprio, constata-se na gramática intitulada *Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina* (Argote 1721, 1725). Foi ganhando relevo o termo dialeto, retomado de Bluteau, sendo desenvolvido por investigadores subsequentes.

No seu percurso de desenvolvimento, atraiu as atenções de alguns investigadores no séc. XVIII, na fase designada ainda como **pré-científica**, ou em estudos de transição pioneiros em muitos aspetos, como *O Falar de Rio Frio (Tipo bragançano dos dialectos transmontanos)*. *Materiais para o estudo dos dialectos portugueses* (Viana (1887-1889), investigação fulcral da dialetologia portuguesa e aspetos gramaticais, iniciador da tradição dialetológica transmontana. Também é relevante o estudo *O Dialecto Mirandês* (Vasconcelos 1882), posteriormente aprofundado pelo Autor em dois volumes, com o título *Estudos de Filologia Mirandêsa* (Vasconcelos 1900-1901). Merecem também destaque outros trabalhos publicados na *Revista Lusitana*. Considera-se já como **dialetologia científica** a publicação da *Carta Dialectológica do Continente Português* (Vasconcelos 1893), que identifica o “subdialecto raiano do dialecto transmontano”, onde detetámos aspetos relevantes para “o barrosão”. São de importância capital os posteriores desenvolvimentos em *Esquisse d’une Dialectologie Portugaise* (Vasconcelos 1901) e no *Mapa Dialectológico de Portugal Continental* (Vasconcelos 1929), onde já identifica a “variedade de Boticas” (Barroso) nos “dialectos transmontanos”. Prossegue a investigação publicada nos três volumes de *Opúsculos* dedicados à dialetologia (alguns com edição póstuma), sobretudo no volume VI dedicado aos dialectos transmontanos.

Trás-os-Montes e Alto Douro, parte integrante da área dialetal posteriormente delimitada como “Área dos dialectos transmontanos e alto-minhotos” (Cintra 1971, 1974) serviu de berço aos nossos primeiros investigadores apelidados de pré-científicos. Posteriormente, já no séc. XIX, foi alvo do trabalho dos nossos primeiros investigadores da dialetologia considerada científica, como Leite de Vasconcelos, posteriormente continuado por Lindley Cintra, ambos da Universidade de Lisboa. Na Universidade de Coimbra, fruto do ativo impulso dado por Manuel de Paiva Boléo, que retoma o termo “falar” de “fala” de Fernão de Oliveira (1536) e mais recentemente de Manuel Alvar (1961), prosseguem os estudos em dialetologia. Ficou conhecido o *Inquérito Linguístico Boléo* –

ILB, base da elaboração do *Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental* (Boléo e Silva 1958). Dentro dos dialectos que abrangem “falares”, reconhece a “variedade de Barroso”, incluída no “Falar transmontano”.

Em “Classificação dos Dialectos Galego-portugueses” (Cintra 1971, 1974) o Autor foca a “Área dos dialectos transmontanos e alto-minhotos”. Posteriormente, com o estudo de Fernandez Rei, do Instituto da Língua Galega e da Real Academia Galega, irá obter-se a configuração do “Mapa dos Dialectos de Portugal continental e da Galiza” publicado no *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo* (1992).

A nossa pesquisa *O Falar de Barroso - coexistência de sistemas fonológicos em variação diatópica e diastrática, diglossia, léxico e registos lexicais* (Guimarães 1998) de onde resultou a publicação *O Falar de Barroso – O Homem e a Linguagem – Fonética/ léxico* (Guimarães 2002), no âmbito linguístico da fonética e fonologia, léxico, lexicografia e lexicologia, variação diatópica, diastrática e diafásica internas, constitui uma retoma da antiga tradição dialetal portuguesa. Sobretudo da tradição linguística transmontana iniciada por Gonçalves Viana e Leite de Vasconcelos, em relação aos quais prestamos a devida homenagem e guardamos os devidos respetos dos discípulos para com os mestres. Estamos em crer que constitui um humilde mas sério contributo para a recuperação da sempre importante dialetologia. Insere o dialeto barrosão como parte da investigação dialetal transmontana. Uma área dialetal tão rica e profunda pelo seu conservantismo linguístico de antanho e fidelidade a remotas matrizes como raízes originárias, onde os nossos maiores viram um interessante campo de trabalho, pesquisa e investigação, e beberam a inspiração das suas primeiras e grandes obras.

Outros autores se juntam no seu persistente e continuado esforço da recuperação da nossa antiga mas sempre importante dialetologia, a nível ibérico, pois à língua portuguesa, entre outras línguas da Península, estão certamente subjacentes laços comuns e estreitos de memórias mais profundas.

Referências bibliográficas

- Alvar, Manuel (1961): “Hacia los conceptos de lengua, dialecto y hablas. In: *Nova Revista de Filologia Hispánica* 15: 51-60.
- Argote, Jerónimo Contador de (1725): *Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Língua Latina. Com disposição para facilitar o ensino da língua latina pelas regras da Portuguesa*. Segunda impressão, Lisboa: Officina da Música. (1ª ed. sob o pseudónimo de Pe. Caetano Maldonado da Gama. Lisboa: Officina de Matias Pereira da Silva & João Pedroso, 1721.
- Barreiros, Fernando Braga (1915^a): “Tradições populares de Barroso”. In: *Revista Lusitana*, XVIII: Lisboa-Porto.
- (1915^b): “Tradições populares de Barroso”. In: *Revista Lusitana*. Lisboa-Porto.
- (1916): “Tradições populares de Barroso”. In: *Revista Lusitana*. Lisboa-Porto.
- (1917): “Vocabulário barrosão”, 1ª parte. In: *Revista Lusitana* XX: 137-160. Lisboa-Porto.
- (1937) “Vocabulário barrosão, 2ª parte”. In: *Revista Lusitana* XXXV. Lisboa-Porto
- Boléo, Manuel de Paiva (1942): *O Estudo dos Dialectos e Falaes Portugueses (um inquérito linguístico)*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Boléo, Manuel P. e Silva, Maria H. Santos (1962): *Mapa dos dialectos e falaes de Portugal continental*. Sep. das Atas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica, vol. III. *Boletim de Filologia*, t. XX 1961, fascs. 1-2. Assinala a variação linguística na região de Barroso sem a aprofundar.
- Carmelo, Luís de Monte (1767): *Compendio de orthografia*. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.
- Coelho, Adolfo (1868): *A lingua portuguesa : phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- (1881): *Os dialectos romanicos ou neo-latinos na África, Ásia e América*. Lisboa: Casa da Soc. de Geografia.

- Cintra, Luís F. Lindley (1971): “Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses”. In: *Boletim de Filologia* XXII: 81-116.
- (1984): *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- Cintra, Luís F. Lindley e Rei, Francisco Fernández (1993): “Mapa dos dialectos portugueses e galegos”. In: *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses/IN-CM/União Latina (o trabalhos de base de Lindley Cintra remontam a 1971).
- Coseriu, Eugeniu (1973): *Lezioni di Linguistica Generale*. Torino: Editore Boringhieri. (Ed. esp. Madrid: Editorial Gredos, 1891).
- Feijó, João Morais de Madureira (1734): *Ortografia, ou Arte de escrever e pronunciar com acerto a Língua Portuguesa*. Edição semidiplomática com índice de todas as formas [Telmo Verdelho, João Paulo Silvestre e Isabel Prates, eds.]. Aveiro: Universidade de Aveiro. 2008.
- Ferreira, Manuela de Barros (1992): “Dialectologia da Área Galego-Portuguesa”. In: Ferronha, António Luís (Coord.): *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*, pp. 30-37. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Comissão Nacional para os Descobrimentos/União Latina.
- Ferronha, António Luís (Coord.) (1992): *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Comissão Nacional para os Descobrimentos/União Latina.
- Fontes, António Lourenço e Fonte, Barroso da (1972) *Etnografia Transmontana*, vol. I, *Usos e Costumes de Barroso*. Montalegre: Câmara Municipal.
- Fontes, António Lourenço (1992): *Etnografia Transmontana*, vol I *Crenças e Tradições de Barroso*; vol II *O Comunitarismo de Barroso*. Lisboa: Editorial Domingos Barreira.
- Guimarães, Rui Dias (1998): *O Falar de Barroso (coexistência de sistemas fonológicos em variação diatópica e diastrática, diglossia, léxico, registos lexicais)*, 2 vols. (tese de doutoramento na Universidade de Salamanca).
- (2002): *O Falar de Barroso. O Homem e a Linguagem. Fonética – Léxico*. Mirandela: João Azevedo Editor.

- Leão, Duarte Nunes de (1606): *Origem da Língua Portuguesa*. Lisboa: Impresso por Pedro Crasbeeck. (No cap. XXIV aborda a expansão da língua portuguesa fora da Europa).
- Oliveira, Fernão de (2000 [1536]): *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Edição Crítica, Semidiplomática e Anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção com Estudo Introdutório de Eugenio Coseriu. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Sousa, Manuel de Faria e (1674): *Epítome de las historia portuguesas* [Texto impresso]; tomo segundo, dividido em dos partes. Lisboa: Oficina de Francisco Villela. [*Epítome de las historias portuguesas* [Texto impresso], primeiro e segundo tomo, divididos em quarto partes.]. Madrid: Francisco Marínez/Pedro Coello, 1628.
- Vasconcelos, José Leite de (1893): “Carta Dialectológica do Continente Português”. In: Ferreira-Deusado: *Corografia de Portugal*. Lisboa: Aillaud & C.^a: 16.
- (1901): *Esquisse d’ une Dialectologie Portugaise*. Paris: Sorbonne. Tese de doutoramento. (Lisboa: INIC, 3^a ed., 1987).
- (1985) *Opúsculos*. Vol. VI “Dialectologia” (Parte II). Lisboa: IN-CM. [Edição póstuma. Só o primeiro volume foi editado em vida do Autor. O segundo e terceiro volumes integram artigos publicados em revistas.].
- Viana, Aniceto dos Reis Gonçalves (1881): *Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d’ après le dialecte actuel de Lisbonne*. Sep. de Romania. [Lisboa IN-CM, Lisboa, 1973].
- (1887-1889): “O Falar de Rio Frio (tipo bragançano dos dialectos transmontanos). Materiais para o estudo dos dialectos portugueses”. In: *Revista Lusitana* – 1887-1889: 158-166; 195-120 (I «O Falar de Rio Frio, tipo bragançano dos dialectos transmontanos», pp. 310-311 (correção e aditamento ao «vocabulário de Rio Frio e Moimenta», publicado nas pp. 201-220 da *Revista Lusitana*.)

O IMAGINÁRIO NA LITERATURA PARA A INFÂNCIA: OS CONTOS DE FADAS

Armindo Mesquita¹³⁰

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

armesqui@utad.pt

Todos nós, em algum tempo da nossa história, já vivemos sob os encantos dos contos de fadas e nos deleitámos com eles.

Quem nunca ouviu histórias como *A Gata Borralheira* ou *Cinderela*, *O Capuchinho Vermelho*, *O Gato das Botas*, *A Bela Adormecida*, *A Bela e o Monstro*, *A Branca de Neve e Os Sete Anões* e nunca se sentiu enfeitiçado por esse universo fantástico, dotado de poder e de magia?

Com seres extraordinários (lindas fadas, bruxas más, gigantes, anõezinhos, animais falantes, papões e outras personagens encantadas) e com poderes ainda mais extraordinários?

Quem nunca desejou ser um príncipe encantado, ou nunca desejou possuir uma varinha de condão, ou uma lâmpada mágica que pudesse realizar todos os seus desejos e ambições?

É este o poder da imaginação. O poder de nos transportar para esse mundo irreal do “faz de conta”, de nos fazer sonhar com uma vida melhor e de nos fazer felizes. São estes os contos que nos embalam com as suas palavras mágicas e nos fazem enfrentar dragões, bruxas, gigantes, etc.

Esta literatura sempre fascinou pelo seu conteúdo maravilhoso que desperta o imaginário. A nossa infância foi povoada pelas histórias fantásticas que ouvimos ou lemos e que perduram na nossa memória.

¹³⁰ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Presidente do OBLIJ – Observatório da Literatura Infanto-Juvenil.

Descobrir o prazer de ouvir ou de ler um conto de fadas, o deleite de mergulhar no mundo mágico onde se vivem as mais fantásticas aventuras é algo indescritível.

Presentemente, vivemos numa sociedade em constantes e rápidas mudanças devido à grande evolução das novas tecnologias.

Qual o interesse dos contos de fadas nos dias de hoje, quando tantas histórias mais modernas, consolas, jogos de vídeo estão à disposição da criança?

Apesar de ensinarem pouco sobre as condições específicas da vida atual, mas o facto de lidar com conteúdos da sabedoria popular, os contos de fadas fazem referência a problemas humanos universais (morte, envelhecimento, inveja, ciúmes, dificuldades de ser criança, entre outros), numa linguagem simbólica, que a criança pode compreender, porque é a linguagem da magia, a linguagem dos sonhos.

O conto, em geral, desabrochou nos meios tradicionais, de certa maneira propriedade coletiva do grupo. A sua transmissão só dependia da memória das gerações de contadores (que perpetuavam esta tradição), já que, em tempos longínquos, a maioria das pessoas não sabia ler, nem escrever, por isso, as histórias dos contos eram uma forma de distração, de divertimento e de aprendizagem.

Os contos de fadas são algumas das primeiras histórias que são contadas às crianças e vêm desde tempos imemoriais, pois ninguém sabe quem foi o primeiro a contá-los. Mas uma coisa é certa, sabe-se, sim, que foram contados, durante muitos séculos, sobretudo em longas noites inverniais, em locais privilegiados pela tradição como os serões à volta das fogueiras e das lareiras de todo o mundo. Este ambiente aponta para um espaço especialmente recetivo ao conto de fadas que é o mundo rural.

À pestanejante luz dos troncos ardentes que fazia saltar as sombras pelas paredes e ao som da roca enchendo a casa, uma voz suave (essencialmente feminina: avó, mãe, criada) contava os contos que já tinham sido recontados

milhares de vezes antes e que, no entanto, pareciam sempre novos, porque este tipo de contos abre as portas ao imaginário, à magia e ao sonho, onde as realidades se transformam, dando vida a muitas criaturas que estão encarceradas no mundo da fantasia, esperando o momento para encantar, por isso, temos de acreditar na fantasia, compreender e apreciar a transformação da verdade numa outra dimensão.

Era a voz de alguém que, pela sua larga experiência, conhecia a forma de ser da vida humana sobre a terra. Conforme falava, surgiam à vida, nas mentes das crianças (e também dos adultos), as familiares figuras dos contos de fadas que saíam do seu mundo encantado para encontrar um lugar no coração dos ouvintes. Refletido nos contos, via-se o próprio deambular pela vida, desde a infância à juventude, sabendo que este universo exemplar de literatura oral tradicional é um legado dos nossos antepassados, porque, sendo um produto nascido do encantador imaginário popular, estes contos transmitem valores e costumes, e apontam para a importância da vivência dos mesmos, já que são os pilares de sustentação de uma sociedade.

O conto maravilhoso é único, é uma obra de arte, é «uma narrativa que decorre num espaço fora da realidade comum em que vivemos, e onde os fenómenos não obedecem às leis naturais que nos regem» (Mesquita 1999:83), logo é suscetível de diversas interpretações. O significado mais profundo deste tipo de contos será distinto para cada pessoa, inclusive para a mesma pessoa em diferentes períodos da sua vida. Para uma criança, o que faz que um determinado conto seja mais importante do que outro depende do seu estado de desenvolvimento psicológico e dos problemas mais estimulantes naquele momento.

Ao contar um conto maravilhoso e não ao lê-lo, mantemos a característica mais identificativa desde tipo de relatos, a sua oralidade. Neste processo, a palavra ganha vida, transmite mais do que significados, transmite sentimentos, vivências, afetividade.

Nesta perspetiva, poderemos dizer que o conto maravilhoso é uma forma feliz para contactar com o mundo da criança, porque oferece elementos profícuos para despertar e desenvolver a sua imaginação, partindo das experiências reais da própria criança, já que os seus conteúdos correspondem às contradições e aos conflitos com os quais todos os indivíduos são confrontados.

Assim, o conto, para além de divertir a criança e de lhe desenvolver a sua capacidade imaginativa, surge como uma maneira, ainda que disfarçada, de objetivar determinados conhecimentos, uma vez que se dirige à criança numa linguagem simbólica, bem distante da realidade do dia-a-dia, possibilitando o avanço da criança na compreensão da linguagem, ampliando o seu vocabulário, fazendo-a viver e relacionar-se com muitas realidades com as que, na sua vida real, possivelmente nunca entraria em contacto. Logo, «le pouvoir des contes est dans son universalité» (Jean 1990:228).

O conto, em geral, e o conto maravilhoso, em particular, por serem um espelho mágico que reflete alguns aspetos do nosso mundo interior e das etapas necessárias para passar da imaturidade à maturidade total, contribuem, de forma clara, para o desenvolvimento da aprendizagem humana.

O tempo e o espaço dos contos estão fora do espaço e do tempo reais, já que o seu ritmo, por ser vivido no próprio momento, nada tem a ver com a temporalidade objetiva. Trata-se de um tempo indeterminado, isto é, o autor serve-se desta «indeterminación espacio-temporal para situar al narratario ante dimensiones diferentes del mundo real. Así, la utopía y la ucronía favorecen la introducción de elementos inverosímiles que no sorprenden a nadie» (Cervera 1997:206). Aliás, a expressão “Era uma vez...”, que frequentemente inicia um conto, ao provocar um distanciamento temporal, é o anúncio gozoso de um acontecimento feliz, abrindo todas as possibilidades ao conto, mas sem expatativas concretas.

Os contos de fadas fazem com que as crianças anseiem o bom e o formoso, visto que todas as crianças tendem a adorar os bons e desejam ser como eles, detestando as bruxas, os ogres, os lobisomens, etc. Não há nada que ajude mais uma criança, nos seus anos de desenvolvimento, do que uma pessoa ideal, já que pode modelar a sua própria personalidade. Os contos propõem, à criança, uma quantidade de personagens com as quais se pode identificar, segundo as suas necessidades de momento: por exemplo, a fada boa pode personificar os seus desejos mais ardentes e a bruxa má a sua vontade de destruição. Os contos de fadas são tão ricos de possibilidades que um mesmo conto pode falar tão bem a uma

criança de 5 anos como a uma de 12 anos: as suas interpretações não serão, obviamente, as mesmas.

Além disso, os contos de fadas oferecem-nos um outro precioso presente de que muito necessitamos na nossa curta passagem pela vida: a fé inquebrantável no poder da metamorfose. Este poder é o que faz com que tudo seja possível; graças a ele, sabemos que o sapo mais feio pode ser convertido em valente e bonito príncipe, sem que descubramos o segredo de como fazê-lo. Neste “embruxado” existe a magia reparadora que o liberta. Isto transmite a certeza de que o bom triunfará finalmente, enquanto o vilão, apenas, poderá ter logrado uma vitória transitória. Na realidade, quem aprendeu esta lição dos contos de fadas é afortunado, porque terá a força para caminhar erguido, sem flanquear nas provas da vida terrena.

A linguagem simbólica de um conto de fadas

Para ilustrar este trabalho, nada melhor do que abordar a linguagem simbólica de um conto de fadas, já que se dirige à criança numa forma mágica, excitando a imaginação e estimulando a fantasia.

Certamente que todos conhecemos a história de *Branca de Neve e os sete anões*, dos Irmãos Grimm, considerada um clássico da literatura para a infância. Esta história ensina-nos que atingir a maturidade física não é suficiente para se estar preparado, intelectual e afetivamente, para entrar na idade adulta, idade representada pelo casamento. O adolescente deve crescer mais, pois, é preciso ainda muito tempo para que a personalidade fique mais madura e que sejam integrados os velhos conflitos. Só nesse momento é que se está preparado para receber o parceiro do sexo oposto e estabelecer, com ele, relações íntimas que permitam à maturidade adulta efetivar-se. O parceiro de Branca de Neve é o príncipe que recebe o caixão das mãos dos anões e que o leva, isto é, Branca de Neve dissipa-se no sono e só sai amadurecida pela união com um jovem. O conto diz-nos, de maneira simbólica, se não refrearmos as nossas paixões incontroladas, acabaremos por nos destruirmos.

Neste sentido, *Branca de Neve* é um dos contos de fadas mais célebres. Aliás, poucos contos de fadas conseguem ajudar o destinatário a distinguir entre as principais fases de desenvolvimento da infância. Neste conto, os anos em que a criança está totalmente dependente apenas são mencionados. A história refere-se essencialmente aos conflitos entre a enteada e a madrasta, insistindo no que constitui uma “boa infância” e o que é preciso para sair dela.

Aparentemente, nada de mal acontece a Branca de Neve durante os seus primeiros anos, ainda que a sua mãe tenha morrido e tenha sido substituída por uma madrasta. Esta não é a madrasta “típica” do conto de fadas, porque, por estar presa à vaidade, revela-se como uma bruxa perdida na busca da beleza eterna. Quando Branca de Neve faz sete anos é expulsa do seu castelo e abandonada, pelo servo, na floresta que, miticamente, é o lugar desconhecido. E, aqui, começa a amadurecer.

Todo o conto gira em torno da beleza: “Espelho meu, espelho meu! Diz-me se no mundo há mulher mais bela do que eu?”. Esta pergunta é feita sete vezes. Quando os anões chegaram a casa e viram Branca de Neve deitada na cama exclamaram: “Santo Deus! Que criança tão linda”.

A beleza de Branca de Neve está representada pelas cores vermelha, branca e preta:

Um dia de Inverno, quando caíam grandes flocos de neve, uma certa rainha estava a bordar à janela com um lindo bastidor de ébano negro e, ao olhar lá para fora, picou o dedo e três gotas de sangue caíram na neve. Então, ela olhou pensativamente para as três gotas de sangue que tinham salpicado na neve e disse: - Gostava que a minha filhinha fosse tão branca como a neve, tão rosada como o sangue e tão negra como o bastidor.

O narcisismo da madrasta de Branca de Neve está simbolizado pelo espelho mágico que é o olho universal que percebe tudo, que reflete todas as coisas e que diz a verdade sobre cada uma delas.

Depois de ter comido a maçã envenenada, Branca de Neve adormeceu. Este espaço de tempo corresponde a uma preparação para a maturidade. Assim, durante três dias, os anões velaram o corpo de Branca de Neve:

“Fizeram um caixão de vidro, para a poderem ver, escreveram o nome dela em letras douradas e que era filha de rei”.

A imagem de Branca de Neve, no caixão de vidro colocado na montanha, é a mais comovedora deste conto.

Quando Branca de Neve jaz no caixão de vidro, símbolo da morte espiritual, três pássaros choram junto dos sete anões: primeiro a coruja (pássaro da morte, simboliza a sabedoria), depois um corvo (chefe das forças obscuras, simboliza a consciência madura) e, finalmente, uma pomba (simboliza a inocência e o amor).

Estas três aves, para além de constituírem as peças-chaves da trama do conto, simbolizam um número mágico que, aliás, também aparece em outros contos. Três são, geralmente, as provas que o protagonista deve superar para alcançar vitória. A malvada madrasta de Branca de Neve visita, por três vezes, a casa dos anões enquanto estes estavam a trabalhar. Na sua primeira visita, disfarçada de velha vendedora ambulante, tenta estrangular a enteada, apertando-lhe, em demasia, o corpete, a tal ponto de «ficar sem poder respirar e caiu no chão como morta». Foi reanimada pelos anões que lhe cortaram as fitas que a impediam de respirar. Na segunda visita, a rainha, disfarçada de velhota, dá-lhe uma travessa do cabelo envenenada que a deixa, igualmente, caída sem sentidos, isto é, como morta. O envenenamento do cabelo parece ser outro signo da culpa que a madrasta atribui a Branca de Neve para crescer. Isto confirma-se na terceira visita. Desta feita, a madrasta, disfarçada de camponesa, ofereceu uma maçã envenenada. Para mostrar que a maçã estava sem veneno, a bruxa divide o fruto em duas partes e come a metade branca. Ao deglutir a metade encarnada, Branca de Neve perde a sua inocência e os anões já não poderão ajudá-la mais. A cor vermelha pode significar o começo da maturidade sexual. Quando Branca de Neve come a metade encarnada da maçã, caiu inanimada no chão.

Entretanto, um príncipe chega a casa dos anões para passar a noite. Vendo a formosa Branca de Neve jazida e lendo o que estava escrito, em letras douradas, no caixão, quis levá-la. Ao erguê-la, a maçã envenenada caiu-lhe da boca e a Branca de Neve voltou a si, isto é, Branca de Neve,

após pagar o preço da sua ingenuidade, acaba por renascer da sua morte simbólica nos braços do seu príncipe encantado.

O sete é outro dos números mágicos. Veja-se: quando chega a casa dos anões, Branca de Neve tem sete anos¹³¹, sete anões¹³², sete utensílios (sete pratos, sete pães, sete copos, sete garfos, sete facas, sete camas, sete candeeiros), sete as perguntas dos anões ao regressarem a casa, sete tarefas (cozinhar, lavar, tricotar, fiar, ...) que os anões encomendam a Branca de Neve¹³³, sete vezes se pergunta ao espelho mágico quem é a mulher mais formosa do mundo, Branca de Neve e a madrasta vivem em mundos diferentes separados por sete montanhas. Poderemos acrescentar que Branca de Neve se converte numa menina formosa aos sete anos.

Os animais selvagens simbolizam os conflitos não resolvidos e os instintos de agressão. A madrasta de Branca de Neve, assaltada pelos ciúmes e pela inveja, procura a morte com uma maçã envenenada.

Em suma, devemos ter presente o seguinte, no mundo das fadas, todos (crianças, jovens e adultos) seguimos encantados e ... felizes para sempre.

Referências Bibliográficas

Albuquerque, Fátima (2000): *A Hora do Conto*. Lisboa: Teorema.

Barreto, Luísa (2001): *Pelo caminho das fadas*. Lisboa: Centro Lusitano de Unificação Cultural.

¹³¹ Até esta idade, supõe-se que Branca de Neve tenha tido um período de felicidade. A partir do momento em que começa a amadurecer, a sua madrasta torna-se ciumenta.

¹³² Como são muito trabalhadores, os anões sugerem os sete dias da semana. Branca de Neve, para crescer bem, tem de trabalhar muito.

¹³³ Os anões fizeram um excelente trabalho com Branca de Neve. Ensinarão-na a trabalhar e a cuidar da casa. A menina torna-se dona-de-casa, como fazem muitas meninas quando os pais estão fora, cuidando da casa e dos irmãos mais novos.

- Beaumont, Émile (2000): *Dicionário por imagens das bruxas e das fadas*. Lisboa: Edições Fleurus.
- Bettelheim, Bruno (2003): *Psicanálise dos contos de fadas*. Lisboa: Bertrand.
- Busatto, Cléo (2003): *Contar e encantar – pequenos segredos da narrativa*. Petrópolis: Vozes.
- Calvino, Ítalo (1999): *Sobre o conto de fadas*. Lisboa: Teorema.
- Cervera, Juan, (1997): *La creación literária para niños*. Bilbao: Mensajero.
- Chetwynd, Tom (2004): *Diccionario dos Símbolos*. Lisboa: Planeta Editora.
- Coelho, Nelly Novaes (1991): *Conto de fadas*. São Paulo: Ática.
- Costa, Maria da Conceição (1997): *No Reino das Fadas*. Lisboa: Fim de Século.
- Diniz, Maria Augusta Seabra (1994): *As fadas não foram à escola*. Porto: ASA.
- Grimm (2001): *Contos de Grimm*. Mem Martins: Europa-América.
- Jean, Georges (1990): *Le pouvoir des contes*. Paris: Castermann.
- Lodge, David (1998): *Histórias de Verão. Contos de Inverno*. Porto: ASA.
- Mato, Daniel (1998): *Como contar cuentos*. Caracas: Monte Ávila Editores.
- Mesquita, Armindo (1999): “A narrativa folclórica no imaginário infantil”. In: *Tellus Revista de Cultura Transmontana e Duriense* 31. Vila Real: Câmara Municipal de Vila Real: 76-86.
- (2001): *O Maravilhoso no Mundo da Criança*. Vila Real: UTAD.
- (2002): “A poética da recepção na criança”. In: *Noesis* 63/64. Lisboa: Ministério da Educação: 43-45.
- (2002): “O conto maravilhoso: espelho mágico do universo infantil”. In: *Tellus Revista de Cultura Transmontana e Duriense* 37. Vila Real: Câmara Municipal de Vila Real: 33-40.
- (2007): “Para uma poética da leitura”. In: Azevedo, Fernando (Coord.): *Imaginário, Identidades e Margens – Estudos em torno da Literatura Infanto-juvenil*. Vila Nova de Gaia: Gailivro: 142-147.

- (2010): “Fadas e bruxas: da tradição à actualidade”. In: Cerrillo, Pedro e Sánchez Ortiz, César (Coord): *Tradición y modernidad de la literatura oral*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha: 171-188.
- Mesquita, Armindo (Coord.) (2002): *Pedagogias do Imaginário – Olhares sobre a literatura infantil*. Porto: ASA.
- (Coord.) (2006): *Mitologia, Tradição e Inovação – (Re)leituras para uma nova literatura infantil*. Vila Nova de Gaia: Gailivro.
- Philip, Neil (1998): *Livro Ilustrado de Contos de fadas*. Porto: Civilização.
- Propp, Vladimir (2000): *Morfologia do Conto*. Lisboa: Vega.
- Rodari, Gianni (2002): *Gramática da Fantasia*. Lisboa: Caminho.
- Shavit, Zohar (2003): *Poética da literatura para crianças*. Lisboa: Caminho.
- Traça, Maria Emília (1998): *O fio da memória*. Porto: Porto Editora.
- Zipes, Jack (1986): *Les contes de fées: et l'art de la subversion*. Paris: Payot.

“O UNIVERSAL É O LOCAL SEM PAREDES” (MIGUEL TORGA), NOS 25 ANOS DO DEPARTAMENTO DE LETRAS

Maria da Assunção Morais Monteiro

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Professora catedrática da UTAD (aposentada)

O título dado a este trabalho pretende ser abrangente e englobar as duas partes distintas que o constituem.

A primeira parte, intitulada **“Como nasceu o Departamento de Letras”**, mais breve, está relacionada com a comemoração dos vinte e cinco anos deste Departamento que, ao longo dos anos e a nível de investigação, tem vindo a receber e a dar contributos em vários continentes, participando na construção de um mundo intelectualmente sem fronteiras e mais rico na área das Humanidades.

A segunda parte, mais longa, tem por título **“Miguel Torga e os seus objetivos de escrita”** e, como o próprio título sugere, é dedicada a Miguel Torga e à sua obra.

I – Como nasceu o Departamento de Letras

Estão de parabéns o **Departamento de Letras, Artes e Comunicação** e a **Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro** que, neste ano de 2011, comemoram um quarto de século.

O Departamento de Letras, Artes e Comunicação, no início designado por Secção de Letras e depois por Departamento de Letras, integrado na Área de Ciências Humanas e Sociais, nasceu com a criação das Licenciaturas em Ensino de Português-Francês, de Português-Inglês e de Inglês-Alemão, feita pela Portaria nº 221/86 de 16 de Maio.

A referida Portaria surge na sequência do Decreto-Lei nº 60/86 de 22 de Março que criou a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e extinguiu o então Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro.

As licenciaturas acima referidas funcionaram pela 1ª vez nas instalações da Escola Superior de Educação de Vila Real, no início do ano letivo de 1986-87. Esta Escola, em Dezembro desse ano, através do Decreto-Lei nº 409/86 de 11 de Dezembro, foi extinta e foi criado, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, o Centro Integrado de Formação de Professores (C.I.F.O.P.), tendo os cursos de Letras continuado a funcionar nas instalações do C.I.F.O.P.. Mais tarde passaram para o edifício do ex-DRM e, mais tarde ainda, para o Complexo Pedagógico situado no *campus* universitário, na Quinta de Prados, onde atualmente se encontra o Departamento de Letras, Artes e Comunicação.

Desde o início que estive ligada à Secção e depois ao Departamento de Letras. Assisti ao seu nascimento e, ao longo dos anos, tive oportunidade e o prazer de assistir ao seu crescimento. Foi com muito orgulho que vi o Departamento marcar uma presença viva e atuante, não só a nível local mas também no panorama das Letras em Portugal e no estrangeiro. Fruto da sua localização no interior do País, longe dos grandes centros de formação e informação, foram árduos e íngremes os caminhos que os seus docentes tiveram de desbravar, grandes as dificuldades que tiveram de superar para chegar a fontes de conhecimento, materiais e humanas, que em meios mais centrais estão facilmente à disposição dos investigadores. Todavia esses obstáculos não impediram que a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro ultrapassasse as fronteiras regionais e, de local, se abrisse a novos horizontes e se projetasse além fronteiras.

Fazendo um pouco da História do Departamento, é pertinente que se diga que, em 1986, quando da criação das Licenciaturas acima referidas, o então Reitor em exercício, **Prof. Doutor Joaquim Lima Pereira**, preocupado com o bom funcionamento da Instituição, viu-se a braços com o arranque de cursos na área das Humanidades (área para a qual a recém-criada Universidade não possuía recursos nem estava vocacionada, por não existir no anterior Instituto Universitário de Trás-os-Montes e

Alto Douro). Então, envidou esforços no sentido de encontrar alguém que pudesse fazer uma boa coordenação e fosse capaz de pôr a funcionar convenientemente as referidas Licenciaturas em Ensino.

Uma vez... (e já parece o início de um conto de fadas tradicional, mas a criação da Universidade foi na realidade um sonho para a região), em fins de Maio ou princípios de Junho desse já longínquo ano de 1986, o Prof. Doutor Joaquim Lima Pereira, numa conversa comigo (eu era nessa altura membro da Comissão Instaladora da Escola Superior de Educação de Vila Real e Assistente Convidada da mesma Escola Superior) perguntou-me se eu conhecia alguém que a UTAD pudesse contactar para proceder à preparação do funcionamento dos Cursos de Letras no ano letivo seguinte, já a poucos meses de distância. Sugeri então o nome do Prof. Doutor Carlos Reis, da Universidade de Coimbra, que tinha sido meu colega de curso e era professor na mesma Universidade, por me parecer uma pessoa capaz de dar resposta cabal aos objetivos almejados pela Reitoria da UTAD.

Depois de efetuados os contactos, o Prof. Doutor Carlos Reis deslocou-se a Vila Real onde, informalmente e durante um almoço, se conversou sobre os projetos em vista. Estiveram presentes o Reitor em exercício, Prof. Doutor Joaquim Lima Pereira, o Prof. Doutor Carlos Reis, o Diretor dos Serviços Académicos, Sr. Miguel Rodrigues, e eu própria. Foi a primeira abordagem que, seguida de reuniões na Reitoria, levou a que, mais tarde, o Prof. Doutor Carlos Reis aceitasse a incumbência de preparar e coordenar o arranque das novas Licenciaturas.

E assim, após a abertura de concursos para pessoal docente, feita a seleção e colocação dos mesmos, e também com o recurso à colaboração de docentes da Escola Superior de Educação de Vila Real, as Licenciaturas via ensino acima referidas funcionaram pela primeira vez no início do ano letivo de 1986-87, tendo como **primeiro Coordenador o Prof. Doutor Carlos Reis**. Sob a sua coordenação teve início o processo de abertura do Departamento de Letras a pessoas e contributos vindos do exterior e foram feitos esforços no sentido de se conseguir um alargamento de horizontes culturais e científicos, mediante a criação de uma boa biblioteca e o apoio aos docentes na sua formação e atividades de investigação.

Depois desses anos iniciais, a pouco e pouco, o Departamento foi-se enriquecendo com um número cada vez maior de docentes doutorados que foram fazendo, ou estão a fazer, o seu percurso académico, havendo já vários professores catedráticos.

A antiga Secção de Letras, depois Departamento de Letras, tornou-se mais abrangente e por isso atualmente tem a designação de **Departamento de Letras, Artes e Comunicação**. Devido às reformulações que foram levadas a cabo na Universidade, hoje faz parte da Escola de Ciências Humanas e Sociais, juntamente com o Departamento de Economia, Sociologia e Gestão e com o Departamento de Educação e Psicologia, continuando a fazer o seu percurso com vista à melhoria da qualidade dos seus serviços.

Miguel Torga, autor do qual nos iremos ocupar a seguir, escreveu: “Não tenho fronteiras espirituais” (Torga 1993: 135) e “o universal é o local sem paredes” (Torga 1993:88). Também o Departamento de Letras, ao longo de todos estes anos, não tem tido fronteiras espirituais e, a nível de investigação, tem vindo a receber e a dar contributos na área das Humanidades pelo mundo fora (em vários países da Europa, nos Estados Unidos, Japão, Brasil, Rússia, Macau entre muitos outros locais).

Com os contributos referidos, em vários continentes, os membros do Departamento têm vindo a participar na construção de um mundo intelectualmente sem fronteiras e mais rico na área das Humanidades.

II – Miguel Torga e os seus objetivos de escrita

É com *A Terceira Voz*, em 1934, que pela primeira vez aparece Miguel Torga como autor. No prefácio dessa obra, escreve e assina Adolfo Rocha:

“Com um ósculo vo-lo entrego. Chama-se Miguel Torga. Somos irmãos e temos a mesma riqueza. Mas há dias reparámos nesta coisa simples: para que aos vossos olhos um de nós surgisse Cristo, necessariamente o outro tinha de fazer de Judas. E eu sacrifiquei-me. Por sua vez, Ele, nas vossas mãos, farizeus, está perdido, bem sei... (...)”

Quanto a mim, ah! irmãos, sou tão eterno como Ele...” (Torga 1934: 6)

Adolfo Rocha cria um nome e, ainda que não apresentando uma biografia para o seu “irmão”, diz que ele existe. Cria um outro, que só tem existência em relação com o seu criador, o seu outro eu, que se despede e se compromete a não reaparecer:

“Apesar disso, despeço-me da cena e dou a minha palavra de honra que não reapareço... Se ainda é preciso uma explicação, digo que a minha voz mudou – porque o horizonte é maior...” (Torga 1934: 6).

E, efetivamente, Adolfo Rocha nunca mais apareceu como autor. Criou outro eu, Miguel Torga, não independente dele, mas mais alargado, com a dimensão de um “eu-mito”, com uma voz que mudou, com horizontes maiores. Foi, assim, instaurado um processo de alteridade do eu que está na base da atribuição da designação de **alterónimo** à figura criada (Monteiro 2003^b:45-64). Miguel Torga não é, pois, um pseudónimo, como algumas pessoas dizem, pensando que apenas se trata da adoção de um nome falso para assumir a autoria das obras. Com Adolfo Rocha aconteceu algo mais, na medida em que, para além de existir a opção por um outro nome, há também o compromisso de alguém que, sendo apresentado aos olhos do leitor como o “Cristo” presente em Adolfo Rocha, irá defender valores próprios. Além disso, ao dizer-se que esse “irmão” estará perdido nas mãos dos “farizeus”, revela-se que essa figura apresentada, esse autor que se chama Miguel Torga e que Adolfo Rocha nos entregou com um beijo, resulta de um fenómeno de alteridade, o que afasta qualquer ideia de mera situação de pseudonímia que pudesse existir. São dois irmãos, que têm a mesma riqueza, segundo Adolfo Rocha, mas é necessário ficar apenas um.

Mesmo desaparecendo o verdadeiro Adolfo Rocha, o leitor não deixa de ter sempre notícias dele através das entradas do *Diário* nas quais, constantemente, encontramos palavras ditas pelo médico, pelo cidadão e pelo homem de família com esse nome, ainda que a própria esposa, a Prof.^a Andrée Crabbé Rocha, o tratasse por Miguel. Saliente-se ainda que essas entradas são dadas a conhecer ao público através do nome Miguel Torga, como pertencendo a este diarista, o que permite levantar uma série de questões relativamente à autenticidade e autoficção na escrita do

diário. Daí a designação de **alteronímia** para este fenómeno de alteridade (Monteiro 2003^b:45-64).

É ainda de referir que, no conjunto de cartas que Padre Avelino me facultou para serem divulgadas na obra *Acerca de Miguel Torga... (Com depoimentos de Padre Avelino e cartas)*, em 2003, existem cartas assinadas por Adolfo Rocha e Miguel Torga, num período que vai desde 2 de fevereiro de 1959 a 3 de dezembro de 1990 (Monteiro 2003^a: 137-180).

A segunda carta do conjunto acima referido, com data de 18 de Janeiro de 60 (Monteiro: 2003^a:141) é, tal como a primeira, assinada por Adolfo Rocha. Nessa carta, alude a um desastre sofrido por Padre Avelino, que partiu uma perna, ficando nós a saber que o seu autor se tem visto a braços com “a maldade, a inveja e a estupidez de uma cáfila que tem feito tudo para (...) [lhe] quebrar as duas pernas”. Constata-se facilmente que não é ao médico e ao cidadão com o mesmo nome que essa maldade e estupidez pretendem atingir, mas ao autor Miguel Torga. Aqui temos Adolfo Rocha a falar de problemas que afetaram o eu-mito, o seu alterónimo Miguel Torga. Na maior parte das vezes dá-se o inverso e é Miguel Torga a assumir no seu *Diário* problemas e assuntos do seu criador, como sucede, por exemplo, quando aparecem relatos sobre as reuniões de médicos do seu curso, sobre discursos proferidos nessas comemorações, ou ainda sobre assuntos relacionados com os pais, a irmã, a esposa e a filha.

A carta de 18 de Janeiro de 1960 enviada por Adolfo Rocha a Padre Avelino, da qual falámos anteriormente, pode ser associada a uma outra, dirigida a Jean-Baptiste Aquarone, Professor da Universidade de Montpellier, que se encontra publicada na obra *Miguel Torga Fotobiografia* de Clara Rocha (Rocha 2000:133). Nessa carta Torga fala da reação em Lisboa à ideia que aquele professor teve de propor o seu nome para o Prémio Nobel. Nela refere os dias terríveis que passou, as amizades que perdeu, acentuando que o que sobretudo lhe custou foi o sofrimento que “os cafres desta infeliz literatura” causaram ao Professor da Universidade de Montpellier.

Em ambas as cartas (a de 18 de janeiro de 1960 dirigida a Padre Avelino e a de 11 de maio de 1960 para o Senhor Aquarone) encontramos uma ideia comum: a perseguição infligida pelos seus contemporâneos a

Torga, aquele eu-mito criado, que, como previu Adolfo Rocha em 1934, no prefácio de *A Terceira Voz*, estaria perdido nas mãos dos “farizeus”.

Torga corrobora a ideia de que a escolha do nome não foi uma situação de mera pseudonímia, já que se tornou “um destino impiedoso”, que lhe tem custado muito, pela fragmentação do eu que implica, pelo conflito eu/outro com que se vê constantemente confrontado, pela unidade necessária ao sujeito face a uma alteridade imposta, resultante da adoção por outro nome. Escreve Torga no *Diário* XV:

Coimbra, 2 de Julho de 1989 – O leviano que eu fui, quando em 1934, em letra redonda, dei nome e entreguei à sanha farisaica, com um beijo simbólico, o Cristo que metaforicamente supus existir em mim. E o que me têm doído os remorsos dessa hora traidora, que parecia um simples baptismo literário e era um destino impiedoso, impiedosamente imposto. Dividido desde então em duas metades desigualmente responsabilizadas (...) assim tenho atravessado os anos, ora a assinar livros, ora receitas, fiel a uma dicotomia absurda, na íntima mortificação de ter sido um carrasco de mim mesmo.” (Torga 1990: 180)

A transformação do eu num “eu-mito” está relacionada com o compromisso que a escolha do nome originou. A opção pelo nome Miguel Torga, como é sabido, prende-se com questões de gosto pessoal, sendo o primeiro nome fruto de uma grande admiração por três Miguéis: Miguel Ângelo, Miguel de Cervantes e Miguel Unamuno. O segundo nome, Torga, deve-se a uma planta com raízes fundas na terra, capaz de florir nos terrenos áridos e agrestes, da qual se fazia carvão para aquecer os lares das pessoas da região trasmontana.

Desde muito novo que Adolfo Rocha teve de deixar a sua terra, primeiro para ir trabalhar para o Porto, como criado, depois para frequentar o seminário de Lamego. Em seguida, embarcou para o Brasil com apenas treze anos e, depois do regresso a Portugal, tirou o curso de Medicina em Coimbra, onde, ainda como estudante, iniciou a atividade literária em 1928 com o livro de poemas *Ansiedade*.

No *Diário* XII, Miguel Torga recorda as suas origens humildes e as dificuldades pelas quais passou na infância, mas simultaneamente o valor

que as mesmas tiveram nas opções de vida que tomou e que o levaram a singrar na vida literária. E faz essa evocação num momento importante da sua vida literária, quando se desloca a Bruxelas, para receber o Prémio Internacional de Poesia que lhe foi atribuído na XII Bienal de Knocke-Heist:

“Bruxelas, 4 de Junho de 1977 — As voltas que a vida dá, e como acaba por atar as pontas para se fechar num círculo simbólico! Quando há sessenta anos, como emigrante, desembarquei no Rio de Janeiro do porão de um navio, esperava-me no cais um sujeito desconhecido com a minha fotografia na mão, a fim de me identificar; há pouco, ao descer do avião, aconteceu coisa parecida: uma senhora, igualmente estranha, erguia à porta de saída um grande cartão onde li, entre comovido e divertido, o meu nome. O rapazinho de outrora ia comer o pão que o diabo amassou; o velho de agora vinha receber um prémio internacional. O prémio de ser fiel às origens, e de ter sempre, como os antepassados, mourejado na mesma humildade e tenacidade, de enxada na mão ou de caneta na mão.” (Torga 1986:191-192).

A propósito da sua fidelidade às origens, recorde-se a metáfora da planta utilizada por Torga para traduzir o seu caso pessoal. Escreve no *Diário XVI*, numa entrada de S. Martinho de Anta, 9 de setembro de 1990, a propósito do destino que lhe baralhou a condição:

“Entro na casa paterna no sonambulismo de sempre. Desde que a deixei pela primeira vez, que nunca mais lhe transpus os umbrais inteiramente senhor de mim. Passei a sentir-me nela, quando venho, como que emprestado, ao mesmo tempo eu e um outro, paradoxalmente seguro e inseguro, feliz e infeliz. (...) O destino exagerou comigo. Baralhou-me a condição. Plantou-me aqui e arrancou-me daqui. E nunca mais as raízes me seguraram em nenhuma terra.” (Torga 1993: 32)

Em Torga é muito importante a terra, daí o **telurismo** de que tanto se fala em relação à sua obra, embora nem sempre o sentido dado a este termo seja o mais correto. Os meus antigos alunos chegavam muitas vezes à Universidade com a ideia de que Miguel Torga era um autor telúrico, porque gostava muito da sua terra e na sua obra via-se o apego ao local

onde nasceu. Havia sempre necessidade de chamar a atenção para o facto de se tratar de uma visão muito redutora e incompleta do telurismo em Torga e também para o facto de se gostar muito de uma terra ou de uma região não implicar que haja telurismo. Como se lê no *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* coordenado por José Pedro Machado, o termo é usado no sentido de “influência da natureza dos terrenos (...) nos habitantes, quanto à sua constituição, tipo morfológico, usos e costumes, doenças, etc.” (Machado 1981: 410). É esse tipo de influência que faz com que as pessoas, a nível fisiológico, apresentem características diversas consoante as regiões em que vivem. Apresente-se, a título de exemplo, o diferente tamanho dos pulmões dos habitantes que vivem em regiões de maior ou menor altitude.

O telurismo em Torga é evidente quando este fala, por exemplo, de influências da sua região e das gentes em si próprio, nos seus cromossomas. No *Diário* XVI, a propósito de S. Martinho de Anta, a sua terra, escreve, em 1 de setembro de 1992: “Não tenho fronteiras espirituais, mas trago gravados nos cromossomas os marcos da minha freguesia e a fisionomia dos meus conterrâneos.” (Torga 1993: 135).

Se lermos também uma entrada do *Diário* XV, situada e datada de S. Martinho de Anta, 17 de Setembro de 1987, encontramos o poema “Identificação”, cujo título é bem sugestivo da relação estabelecida entre Torga, o sujeito lírico e a sua terra. Nesse poema, encontramos a seguinte autocaracterização:

“Desta terra sou feito.
Fragas são os meus ossos,
Húmus a minha carne.
Tenho rugas na alma
E correm-me nas veias
Rios impetuosos.” (Torga 1990: 67)

A propósito do Prémio Camões que foi receber aos Açores, em 10 de junho de 1989, numa carta dirigida a Padre Avelino (seu vizinho em S. Martinho de Anta e companheiro de caça) Miguel Torga, que assina a carta com este nome, em 9 de Julho de 1989, refere que “lá nos Açores (...)

tudo correu bem, felizmente”. Diz-lhe ainda que lhe custou mais “subir ao palco do Teatro Micaelense do que aos montes de Donelo” que escalaram juntos no mês de Março (Monteiro 2003^a: 169). Donelo é uma aldeia para onde iam caçar muitas vezes, que pertence à freguesia de Covas do Douro, concelho de Sabrosa, e que fica relativamente próxima da terra natal de Torga, que também pertence ao mesmo concelho.

Na mesma carta de 9 de julho de 1989, dá também conta do alento que recebe de S. Martinho de Anta: “As bênçãos de S. Martinho dão-me sempre um alento de seiva nativa” (Monteiro 2003^a: 169).

Poderíamos pensar que as cartas que escreve a Padre Avelino e que são assinadas por Adolfo Rocha ou por Miguel Torga estão relacionadas, consoante a assinatura, com assuntos do foro pessoal ou do foro literário, mas nem sempre assim sucede, como ficou provado na obra já referida *Acerca de Miguel Torga...* (*Com depoimentos de Padre Avelino e cartas*).

Também no *Diário* encontramos muitos registos nos quais está patente a importância da terra para Miguel Torga e do que com ela se relaciona. As recordações de Trás-os-Montes proporcionam-lhe uma sensação interior de bem-estar. Vejamos o seguinte texto, extraído do *Diário* XV:

Coimbra, 19 de Julho de 1988 – Há quantos anos dura o ritual! Saio de manhã para o consultório, e ao atravessar o jardim colho invariavelmente uma arranca de açafão num pé que trouxe das minhas fragas (...). E o talismã aromático acompanha-me no autocarro e verdeja depois na secretária o dia inteiro. Proust tinha as suas *madeleines* para molhar no chá, cujo sabor lhe evocava Combray; eu tenho este rústico perfume, que me transporta a Trás-os-Montes.” (Torga 1990: 123-124)

Nessa mesma entrada do *Diário* XV, logo a seguir, vemos a importância que o simples cheiro do açafão tem para o seu trabalho de médico e de poeta (e aqui vemos como o eu e o eu-mito, mais uma vez, se misturam), já que lhe fornece o alento de que precisa em momentos difíceis, qual Anteu dos tempos modernos:

“No meio da consulta difícil ou do poema emperrado, levo o raminho ao nariz, e logo uma lufada dos ares da Mantelinha me aviva o faro clínico

ou retempera a inspiração. São instantes fugazes. Mas é deles que tiro alento para continuar a ser médico e poeta num quotidiano sem horizontes, onde tudo cheira ao bafio de uma vida descorçoante e prosaica, a que só com receitas dou esperança e com versos poesia.” (Torga 1990: 124)

Pelas marcas que deixou no seu espírito, Trás-os-Montes é, como tivemos oportunidade de constatar nas citações anteriores, muito mais do que um espaço onde nasceu e passou a infância e do qual guarda gratas recordações. Todavia, importa referir que não foi só S. Martinho e Trás-os-Montes que o influenciaram e marcaram. Também o Brasil, país para o qual foi como emigrante aos treze anos, deixou estigmas profundos, de tal modo que, no texto «Palavras a José Lins do Rego», publicado em *Traço de União*, a propósito da realidade brasileira, Torga diz que nós lhe conhecemos os recantos, “porque temos o negativo dela gravado nos cromossomas”.

A experiência de cinco anos de vida no Brasil permitiu-lhe uma assimilação da nova realidade, fê-lo criar raízes e originou nele uma dualidade de sentimentos. É sugestiva a forma como no texto «O Drama do Emigrante Português», publicado em *Traço de União* (Torga 1969: 99-119), Torga exprime essa dualidade de sentimentos que o leva a “gemer por Portugal no Brasil, e pelo Brasil em Portugal”, a “ougar num por alheiras, e no outro por feijão preto, a “trazer o corpo e o espírito neste vaivém de grávida com desejos”.

É esta mesma dualidade que, como refere no mesmo texto, faz do emigrante “um ser bifronte, a olhar perpetuamente em duas direções opostas, perplexo, ansioso por partir e regressar no mesmo instante, a chupar mangas e a desejar cerejas no paladar”.

A situação de antigo emigrante e as marcas que o afastamento da família nele deixou são focadas, sem qualquer vergonha, na mesma conferência sobre «O Drama do Emigrante Português», proferida em 19 de agosto de 1954, no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e publicada em *Traço de União* (Torga 1969: 99-119):

“Pronuncia-se aqui não um pobre escritor, mas um antigo emigrante. Um homem que aos treze anos embarcou também para a lonjura, e ficou

marcado pelo ferro em brasa de cinco anos de ausência da sombra tutelar dos seus penates, e endemoninhado pela sedução duma terra tropical, onde até o pranto deita raízes. Um adulto que, replantado outra vez na sua courela original, ama devotamente o Brasil onde a sua infância infeliz acabou e a sua juventude atormentada começou”.

Como já foi escrito noutra local¹³⁴, no mesmo ser juntam-se dois telurismos, um constituído pela força da terra portuguesa, mais precisamente, trasmontana, e o outro o da natureza brasileira. Por isso, em vez de se falar de «desintegração da unidade telúrica», deve antes falar-se de unidade resultante de uma confluência telúrica. Não houve uma perda ou uma desintegração, antes uma influência de duas naturezas diferentes sobre o mesmo indivíduo, marcando metaforicamente os seus cromossomas e infiltrando-se no seu sangue.

Radicado em Portugal, Torga não esqueceu o Brasil, sobre o qual escreveu diversos textos reveladores da sua ligação àquele País, mas é sobretudo em relação à sua terra natal e arredores que o seu telurismo se revela. A sua ligação à terra e a Portugal, está bem patente num registo do *Diário XVI*, em 27 de Junho de 1991, no qual confessa a sua impossibilidade de ser um escritor português fora de Portugal:

Sabrosa, 27 de Junho de 1991 – (...) Quando nos tempos ominosos da ditadura, em Paris, onde estava de passagem, alguns exilados da oposição teimavam comigo para que ficasse entre eles e assentasse arraiais literários naquele centro cultural livre e cosmopolita, respondi que nunca poderia ser um escritor português fora de Portugal. Que me faltariam, longe dele, a linguagem da terra, a gramática da paisagem e o Espírito Santo do Povo. E regressei, para ser perseguido e preso pouco depois. Mas não desanimei.” (Torga 1993: 85).

¹³⁴ Cf. «A viagem para o Brasil e a desintegração da “unidade telúrica” em Miguel Torga», comunicação apresentada no 6º Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, (8 a 13/08/1999), na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Federal Fluminense, respetivamente no Rio de Janeiro e em Niterói, Brasil, editada em CD-Rom pela Associação Internacional de Lusitanistas e divulgada na Internet com o mesmo título.

A sua ligação à terra, à paisagem, ao povo (no seio do qual nasceu e ao qual diz que quer continuar a pertencer) está em estreita relação com os seus objetivos de escritor, ao querer ser entendido por todos, inclusive os menos letrados.

Num registo do *Diário* VIII, datado de 17 de fevereiro de 1958, Miguel Torga revela os seus **objetivos de escrita** e apresenta o que chamamos o seu **credo estilístico-literário**:

“Sim, esforço-me por escrever bem, (...) tento (...) ser correcto no que digo, e dizer da melhor maneira. (...) Se na vida profissional procurei sempre ser honesto e capaz, porque não hei-de fazer o mesmo como escritor? Ora um escritor honesto e capaz deve escrever bem. (...) Não é uma boa prosa que ambiciono, mas sim uma clareza gráfica. Gostaria de restituir às palavras a alma que lhes roubaram, e que a língua tivesse nas minhas mãos, além da graça possível, uma dignidade insofismável. (...) Que cada frase (...) fosse uma sedução e um acto. (...) Para tanto, limpo-a escrupulosamente de todas as impurezas e ambiguidades (...). E a vejam e a entendam, sobretudo, os que não são profissionais da literatura.” (Torga 1976: 98-99).

Neste texto, Torga evidencia um posicionamento diverso do de outros autores, nomeadamente Aquilino Ribeiro que, como salienta Joel Serrão na sua obra *Temas Oitocentistas*, esclareceu um dia, (Serrão 1978: 61-97):

“«respondendo à pergunta: «Porquê e para quem escreve?», Aquilino Ribeiro esclareceu um dia: «Não me dirijo de preferência a esta ou àquela classe (...) Tenho um público fiel; gente escolhida. O povo, a terceira classe, interessa-me como matéria plástica, não como clientela. Primeira, não sabe ler e, mesmo que soubesse, não compraria livros.»”

Constata-se na citação de Miguel Torga acima transcrita que este se preocupa com a correção linguística, com o sentido claro da frase, sem deixar lugar a ambiguidades. A prossecução de tais objetivos correlaciona-se com a forma como Miguel Torga pretende chegar junto do leitor. É seu desejo que o destinatário entenda perfeitamente a mensagem que pretende transmitir-lhe, sem deixar margem para dúvidas e conseguir a eficácia atuante que tem em mente; quer que o seu leitor não se sinta perdido, principalmente o menos experto na arte da literatura.

E que tipo de mensagens pretende que cheguem aos leitores através dos seus textos? Aquelas em que defende valores humanos e humanistas, de fidelidade às origens, de preservação da liberdade, da identidade, da autenticidade.

Mais uma vez são os seus textos que melhor nos permitem entender como era Torga e quais os seus objetivos de escrita. No *Diário* XV, em 10 de junho de 1989, na altura em que recebe o Prémio Camões (o maior instituído em Portugal e Torga foi o primeiro a recebê-lo), escreveu:

“Uma vida longa dá para tudo. Para se nascer obscuramente em Trás-os-Montes, mourejar, adolescente, em terras de Santa Cruz, percorrer, solidários na idade adulta, os actuais países africanos lusófonos em luta pela independência, visitar, alanceado, na velhice, o que resta do Oriente português, e receber agora, nestes patricios e paradisíacos Açores, um prémio sob a égide de Camões. Nos intervalos, ser cidadão a tempo inteiro, com profissão tributada e deveres cívicos assumidos, e poeta rebelde, cioso da sua liberdade de criador, numa época atribulada, de guerras, tiranias políticas, campos de concentração, terrorismo, bombas atómicas e outros flagelos.” (Torga 1990: 172).

E, um pouco mais adiante, continua a fazer o balanço da sua existência, revelando, de forma sintética, as preocupações e esforços contra um mundo que o perseguiu, prendeu numa cadeia e contra o qual lutou em prol de uma sociedade melhor:

“Mas ninguém escolhe a ocasião da sua existência, e todos temos de nos cumprir na que nos coube em sorte (...). E eu procurei cumprir-me na minha, lutando, trabalhando, porfiando. Não foi tarefa fácil. (...) Queria ser no mundo, como em letra redonda o declarei, um homem, um artista e um revolucionário. E tentei sê-lo contra todos e contra tudo. Um homem simples e prestável que não envergonhasse a espécie, um artista escravo da vocação, e um revolucionário que, com a arma da caneta e a firmeza do procedimento, contribuisse de algum modo para a subversão da ordem vigente e a edificação duma sociedade melhor.” (Torga 1990: 173).

O penúltimo registo do *Diário* XVI, no qual sintetiza claramente os valores defendidos e pelos quais lutou, é revelador dos motivos da sua luta

e da forma como se posicionou para a levar avante, através de “gritos de alma irreprimíveis dum mortal que torceu mas não quebrou”, um mortal que, como o mítico Orfeu, foi sempre um poeta rebelde:

“*Coimbra, 9 de Dezembro de 1993* – E chega ao fim, com este volume, um livro que comecei a escrever um pouco estouvadamente há sessenta anos, e acabo agora com mais assento. (...) Mais do que páginas de meditação, são gritos de alma irreprimíveis dum mortal que torceu mas não quebrou, que, sem poder, pôde até à exaustão. E se despede dos seus semelhantes sem azedume e sem ressentimentos, na paz de ter procurado vê-los e compreendê-los na exacta medida. E que confia no juízo da posteridade, que certamente lhe vai relevar os muitos defeitos e ter em conta as poucas mas sofridas virtudes. De alguma coisa me hão de valer as cicatrizes de defensor incansável do amor, da verdade e da liberdade, a tríade bendita que justifica a passagem de qualquer homem por este mundo.” (Torga 1993: 199-200)

A nível estilístico, encontramos na obra de Torga páginas incomparáveis de naturalidade. No entanto, a impressão de uma escrita imediata, espontânea, não corresponde à situação real, pois Torga reformula os seus textos, tendo em vista uma expressão mais adequada e próxima do seu ideal. Segundo palavras suas, “a caneta que escreve e a que prescreve é a mesma”, daí a necessidade de muito cuidado e precisão. Por isso não admira que a simplicidade, a sobriedade, a frase curta e incisiva sejam aspetos fundamentais do seu estilo.

E, da mesma forma que para escrever é necessário muito cuidado e precisão, também para apreciar é preciso cuidado e paciência. Qualquer um dos dois trabalhos exige tempo e disciplina. Em 4 de maio de 1953, no *Diário VI*, escreveu:

“Fazer cultura é como fazer a tropa. São anos e anos de tarimba disciplinar, a tuba de Homero a tocar a alvorada, o cantochão gregoriano a mandar recolher. É preciso espremer cada livro como quem espreme um limão, olhar para cada estátua como se fôssemos casar com ela, ouvir os frades contrapontistas de Santa Cruz com a paciência de quem aprende as peças duma metralhadora.” (Torga 1978: 195).

Torga é um autor que trabalha os seus textos, que se preocupa com a forma como pretende que cheguem ao leitor. Por esse motivo procura apurar as frases que escreve, tendo em conta que a má utilização da pena pode “perverter o gosto e torcer a consciência do leitor”, como escreveu no *Diário* VIII:

“Por isso, pego na pena com o escrúpulo com que pego no bisturi. O canhestro manuseamento deste pode matar o doente; a má utilização daquela pode perverter o gosto e torcer a consciência do leitor. Ambos, portanto, exigem igual precisão e honradez.” (Torga 1976: 98).

Assumindo uma posição um pouco semelhante à dos clássicos Sá de Miranda e António Ferreira¹³⁵, Miguel Torga deixa os textos em repouso durante algum tempo e mais tarde retoma-os para lhes detetar os defeitos e poder corrigi-los, numa busca incessante da perfeição. Vejamos esta passagem do *Diário* XV:

“Coimbra, 4 de Janeiro de 1988 – Horas a fio a escrever. Ou, melhor: a remendar textos velhos. Sou assim: tenho de deixar a prosa e os versos em repouso durante algum tempo para que assentem e possa então ver-lhes claramente os aleijões. Hoje dei conta de muitos e corrigi os que pude. Os outros ficaram à espera. Lá chegará a sua vez. Em matéria literária, o meu desespero nunca desespera.” (Torga 1990: 84).

A insatisfação no plano criador é uma constante e os seus textos corroboram-na, evidenciam a busca de um paradigma.

¹³⁵ No soneto “Assi que me mandáveis atrever”, de resposta a um soneto de Pero d’Andrade Caminha, Sá de Miranda, referindo-se à preocupação com os seus versos, escreve: “Os meus, se nunca acabo de os lamber,/ como ussa os filhos mal proporcionados,/ (...) Tudo cabe no tempo, entrego ao ano,/ depois à perda;”, in *Sá de Miranda. Poesia e teatro*, seleção, introdução e notas por Silvério Benedito), s/l., Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 1989, p. 164.

Também António Ferreira, em carta a Diogo Bernardes (in *Poemas Lusitanos*), defende o valor do trabalho e do estudo sobre a inspiração, dizendo que “a obra de arte precisa de doutrina, trabalho, tempo e lima”.

Em 26 de dezembro de 1978, na altura da comemoração dos cinquenta anos de escritor, Torga, com uma certa amargura e insatisfação, regista no *Diário XIII*:

“Sei que não escrevi desses livros paradigmáticos – e nunca essa convicção foi tão crucial como neste momento –, muito embora a vossa grata presença aqui me queira dar essa ilusão. Valha-me a certeza de que o tentei até ao limite das forças, não seduzido pelo aceno de qualquer aplauso, mas na ânsia passional, quase somática, de que eles fossem uma emergência expressiva, modesta mas autêntica, do plasma matricial da pátria». (Torga 1983: 68).

A consciência dos seus limites, a sua autocritica, a insatisfação no plano criador, a permanente busca de um texto ideal provocam no escritor estados de desânimo e sofrimento, pelo excesso de exigência consigo próprio. A propósito do seu livro *Montanha*, em 16 de março de 1953, no *Diário VI*, Torga confessa que o desfez e escreveu de novo. Acaba por dizer que esteve “três meses a lutar com ele como se fosse um inimigo”, porque “os comparsas daquele mundo rudimentar tingiam a estamena ao corpo, numa defesa instintiva”. Confessa ainda que sentia “uma raiva de autor culpado, envergonhado, desiludido”, acabando por explicar ao leitor:

“Mata-me esta auto-crítica demolidora, esta mortificante consciência dos meus limites. Nada que fiz, faça ou venha a fazer me satisfaz ou satisfará. E, mal acabo de imprimir uma página, Deus sabe com que torturas, ranjo de desespero por não poder apagá-la no papel, como o mestre me mandava fazer às contas erradas na lousa. Mas tomo-a de ponta. E o menos que lhe digo é isto: não perdes pela demora! Começam então os anos a correr, e eu, frenético, à espera. E quando chega o momento propício, é uma hecatombe. Arraso tudo, e principio outra vez. A verdade, porém, é que apenas consigo aluir os alicerces da minha própria soberania de criador, e tornar perplexos os leitores, com as várias versões do mesmo assunto.

Seja como for, é nos testamentos mais recentes que ficam as minhas últimas vontades. Ali, ao menos, tenho a consciência em dia.” (Torga 1978: 181-182).

Torga escreve várias versões do mesmo texto, trabalhando-o de modo a torná-lo mais perfeito estilisticamente. E, à medida que o tempo passa, a situação agrava-se; o peso da responsabilidade que se foi desenvolvendo ao longo do tempo, as obras publicadas, os prémios recebidos, a experiência no domínio das letras, contribuíram para agudizar a penosa a situação do criador insatisfeito, que exige sempre mais de si próprio, que busca o absoluto no mundo do relativo e que, por conseguinte, se sente perdido, como confessa no *Diário* XV:

“Coimbra, 24 de Janeiro de 1989 – Estou perdido. Continuo a batalhar com as palavras, mas cada vez mais descorçoado. Dantes, não duvidava da força expressiva de nenhuma, e servia-me do léxico confiadamente. Agora, todas me parecem ocas, vazias, dessoradas. Dizem quando muito o relativo, e eu queria o absoluto. E abandono o poema aos primeiros versos, e a página de prosa aos primeiros parágrafos.” (Torga 1990:159).

Mas a persistência e força de vontade de continuar é maior e, logo a seguir é levado a confessar:

“Só que pareço amortalhado depois no silêncio em que fico. E volto à carga, à espera dum milagre. Dum milagre que aconteça por obra e graça da minha própria angústia, a fazer respirar cada vocábulo num contexto de asfixia.” (Torga 1990:159).

A constante luta torguiana pela perfeição levou a um produto final que a maior parte dos leitores admira e aprecia. Os vários prémios, a nível nacional e Internacional com que Miguel Torga foi galardoado são exemplo do valor atribuído à sua obra.

Jorge Amado, o grande escritor brasileiro falecido em Agosto de 2001, deixou um testemunho revelador da sua admiração pelo autor do *Diário*:

“Eu sou leitor de Miguel Torga há muitos e muitos anos, desde os anos trinta e quarenta. (...) “Ele tem a estatura, nos dias de hoje, que teve Camões em seu momento, que teve Eça de Queirós em outro momento. É o nosso mestre. A ele devemos a grandeza de uma criação inconfundível.”¹³⁶

¹³⁶ Palavras ditas por Jorge Amado no filme sobre Miguel Torga, realizado por Jorge Campos, com assessoria literária de Maria da Glória Padrão.

Em conclusão, resta dizer que o estilo de Miguel Torga é preciso, sucinto, incisivo, grande parte das vezes assertivo, pela forma como generaliza e universaliza determinadas reflexões que, pela clareza, concisão e poder sugestivo, criam no leitor uma relação de empatia com o texto. A obra torguiana, apesar de ter raízes profundas no eu do homem trasmontano e no espaço físico e cultural português, alarga-se e projeta-se num horizonte de universalidade.

Torga foi um defensor do Homem e dos direitos humanos e as suas reflexões transcendem o individual, o regional e o nacional, conferindo à sua obra um carácter mais abrangente e universal. O aforismo torguiano “o universal é o local sem paredes” aplica-se inteiramente a Torga e traduz o alargamento de horizontes e universalização da sua obra.

Referências Bibliográficas

Machado, José Pedro (coord.) (1981): *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Vol. II. Lisboa: Amigos do Livro Editores.

Miranda, Francisco Sá de (1989): *Poesia e teatro* (selecção, introdução e notas por Silvério Benedito). S/l.: Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses.

Monteiro, Maria da Assunção Morais: “A viagem para o Brasil e a desintegração da ‘unidade telúrica’ em Miguel Torga”, comunicação apresentada no 6º Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas (8 a 13/08/1999), na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Federal Fluminense, respetivamente no Rio de Janeiro e em Niterói, Brasil, editada em CD-Rom pela Associação Internacional de Lusitanistas e divulgada na Internet com o mesmo título.

— (2003^a): *Acerca de Miguel Torga... (Com depoimentos de Padre Avelino e cartas)*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

- (2003^b): *Da heteronímia em Eça de Queirós e Fernando Pessoa à alteronímia em Miguel Torga*. Série Ensaio. N.º 24. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Rocha, Clara (2000): *Miguel Torga Fotobiografia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Serrão, Joel (1978): “De Eça de Queirós a Aquilino Ribeiro – uma sondagem histórica através do romance”. In: *Temas Oitocentistas*. II volume. Lisboa: Livros Horizonte: 61-97.
- Torga, Miguel (1934): *A Terceira Voz*. Coimbra: Edição do Autor.
- (1969): “O Drama do Emigrante Português”. In: *Traço de União*. Coimbra: Edição do Autor.
- (1976): *Diário VIII*. 3ª Edição Revista. Coimbra. Edição do Autor.
- (1978): *Diário VI*. 3ª Edição. Coimbra: Edição do Autor.
- (1983): *Diário XIII*. Coimbra: Edição do Autor.
- (1986): *Diário XII*. 3ª Edição Revista. Coimbra: Edição do Autor.
- (1990): *Diário XV*. Coimbra: Edição do Autor.
- (1993): *Diário XVI*. Coimbra: Edição do Autor.

PARA O ESTUDO DAS DIFERENÇAS TEXTUAIS TIPOLÓGICAS: CONTRIBUTOS DA ANÁLISE TEMÁTICA¹³⁷

Maria da Felicidade Araújo Morais

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

mmorais@utad.pt

De um modo geral, podemos verificar que os ouvintes/leitores razoavelmente competentes identificam o tipo a que pertence um dado texto antes mesmo de concluírem a sua apreensão (audição/leitura). Face a esta constatação, levantámos a hipótese de, em posição inicial, ocorrerem elementos que os orientem nesse sentido.

O trabalho que me proponho apresentar insere-se num estudo mais vasto, que realizei no âmbito da dissertação de mestrado, sobre possíveis correlações entre o tipo de unidades linguísticas realizadas em posição temática e as diferentes categorias tipológicas textuais. Neste momento,

¹³⁷ Num momento em que celebramos a história do nosso Departamento, torna-se-me inevitável olhar para a minha vida na casa que me acolheu em 1988 – um segundo lar, naquela altura bem distante das terras que me viram nascer. O artigo que aqui se reproduz (publicado originalmente em 1999, nas *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Braga: APL, vol. II, p. 239-251) representa um marco significativo na minha atividade ao serviço da UTAD: foi a minha primeira publicação numa edição científica da área em que trabalho e nasceu da minha primeira comunicação num congresso da especialidade (o XIV Encontro Nacional da APL, de 28 a 30 de Setembro de 1998, na Universidade de Aveiro). Revisitar este artigo é-me ainda grato pelo reencontro com uma temática de que me ocupei na dissertação de mestrado e a que, por circunstâncias várias, não dei o desenvolvimento merecido. A importância da periferia esquerda da frase tem vindo, no entanto, a ser reconhecida como posição privilegiada tanto para o processamento cognitivo do texto, como na aquisição da língua (materna ou não). Vale a pena, por isso, relembra aqui este trabalho sobre o tipo de significado codificado em posição de início de frase – ficando o repto para outras aplicações deste tipo de abordagem textual.

a nossa atenção centrar-se-á sobre um texto que atualiza o modelo (ou protótipo) textual argumentativo.

Começaremos por apresentar brevemente as assunções teóricas mais diretamente implicadas neste estudo. Passaremos, de seguida, à análise das unidades temáticas frásicas do texto proposto. Da análise dos dados relevados, procuraremos, por fim, concluir quanto à adequação e relevância da análise temática para o estudo das marcas tipológicas textuais.

1. Enquadramento teórico

Na senda dos linguistas praguenses da chamada *Perspetiva Funcional da Frase* e dos linguistas do modelo funcional sistémico, entendemos a estrutura sintático-semântica frásica como uma unidade orientada para a consecução de um objetivo comunicativo. Desta orientação resultam incidências ao nível da organização das unidades informativas, as quais se materializam particularmente na bipartição tema/remá. Seguindo a proposta de conceptualização de Halliday (*vide* 1985, entre outras obras do Autor), entendemos o tema frásico como a unidade sintático-semântica que desempenha a função de base ou fundação da mensagem expressa pelo sujeito falante num complexo oracional¹³⁸. É o alicerce ou ponto de ancoragem da mensagem. Semanticamente, o tema caracteriza-se por exprimir “aquilo acerca de que se fala”; na linearidade frásica, ele demarca-se pela sua ocorrência em posição inicial¹³⁹. O remá, por sua vez, corresponde aos restantes constituintes frásicos.

¹³⁸ Os termos *tema* e *rema* têm sido utilizados recorrentemente em várias e diversas abordagens linguísticas funcionais e formais, tendo por base quer categorias sintáticas, quer semânticas, quer pragmáticas. Face a outros quadros teóricos, como o do atual grupo de investigação em linguística formal da Universidade de Praga (*vide*, e.g., Hajičová e Sgall 1987 e Hajičová 1994), a conceção de tema que seguimos distingue-se por ser independente da estrutura informacional e do grau de ligação contextual.

¹³⁹ A sequência pela qual os constituintes ocorrem na frase é um meio de marcação temática a que recorrem as línguas indo-europeias. Há línguas que dispõem de outros processos para marcarem o tema frásico: no Japonês, por exemplo, o elemento temático é assinalado pela posposição do afixo *-wa* ao elemento que desempenha a função de tema (cf. Halliday 1985: 38 e Hajičová 1994: 255).

A estrutura tema-rema está essencialmente ligada à função de representação ou função ideacional da linguagem – cuja realização tem como unidade gramatical mais relevante o complexo oracional. A função de tema é, pois, realizada pela primeira unidade frásica de significado ideacional (um participante, um circunstante ou um predicator). O tema pode também integrar elementos que relevam das metafunções interpessoal e textual, se estes, na linearidade frásica, ocorrerem à esquerda do primeiro elemento ideacional.

Embora equacionada principalmente ao nível da frase, a estrutura tema-rema revela e/ou incorpora dimensões do nível textual. Por um lado, porque, sendo a frase um “segmento particular de um todo em cuja configuração participa e do qual resultam incidências específicas no seu próprio desenho” (Fonseca 1992: 229), entendemos que há conexões recíprocas entre os níveis local e global. Por outro lado, porque a estrutura temática frásica é um dos meios de formação e organização de unidades semânticas superiores à frase – as chamadas macroestruturas textuais (do modo como são entendidas por van Dijk).

Convém também referir que perspectivamos o texto/discurso como um complexo integrado de estruturas heterogêneas, quer de sequências semânticas, quer de (micro-)atos discursivos, cujas ocorrência e articulação obedecem, entre outros, a fatores de natureza superestrutural ou tipológica¹⁴⁰. Assumimos ainda que a competência textual-comunicativa integra uma vertente sobre as propriedades superestruturais, a chamada competência textual específica, e que este saber se manifesta quer no momento de produção textual, quer no momento de percepção ou processamento da informação.

Por último, importa assinalar que entendemos os diferentes tipos de texto como protótipos, ou seja, como imagens mentais, abstratas, construídas a partir de propriedades típicas (Adam 1992). O reconhecimento de um texto, ou de uma sequência, como atualização de uma determinada

¹⁴⁰ Seguindo a terminologia de van Dijk, concebemos as superestruturas como formas ou esquemas globais de categorias funcionais culturalmente convencionalizadas, que respeitam determinadas regras de combinação e ocorrência e impõem certas restrições semânticas.

superestrutura, ou categoria superestrutural, tem um papel considerável (talvez até, em muitos casos, decisivo), no processamento adequado e eficaz da informação.

2. Análise de temas frásicos

Passemos agora à análise dos temas frásicos do texto selecionado, procurando investigar neles possíveis indicações ou instruções suscetíveis de orientar o ouvinte/leitor para o reconhecimento desse texto como exemplo de um texto de tipo argumentativo. Por outras palavras, o nosso objetivo consiste em procurar ver de que modo os elementos temáticos poderão contribuir para a aproximação do texto ao protótipo ou modelo textual da argumentação.

Numa primeira fase, procuraremos identificar o tipo de significado realizado em cada tema (seguindo a proposta de Halliday, distinguiremos elementos de significado textual, interpessoal e ideacional) e o tipo de seleção envolvida no tema ideacional¹⁴¹. Para facilitar a posterior análise destes dados, apresentá-los-emos sob a forma de quadro, com entradas que nos permitirão distinguir o tema do rema, os elementos temáticos que realizam os diferentes tipos de significado e o tipo de seleção temática¹⁴². Numa segunda fase, a nossa atenção voltar-se-á para os tipos de significado mais recorrentes e para elementos que possam ser interpretados, por parte de um ouvinte/leitor comum, como marcas de estruturas globais (semânticas e /ou superestruturais).

¹⁴¹ Este aspeto tem a ver com o tipo de construção sintática e a organização linear dos constituintes frásicos. São temas marcados os constituintes de significado ideacional cuja ocorrência em posição temática decorra de uma alteração da ordem básica dos constituintes na frase.

¹⁴² Com o objetivo de facilitar a remissão para o texto, identificaremos cada uma das unidades frásicas por meio de letras do alfabeto do Português e de numeração árabe, seguindo em ambos os sistemas a ordem usual destas unidades: as letras assinalarão os parágrafos; os números, os períodos frásicos – nos casos em que o período for constituído por mais de uma unidade frásica, a numeração principal será especificada em “subsecções” (por exemplo, 1.1., 1.2., etc.).

Para representar aqui o protótipo do texto argumentativo, propomos o texto «Alunar e aterrar (na Lua)»¹⁴³. Parece-nos que um leitor competente reconhece facilmente este texto como atualização de um modelo argumentativo: trata-se de um complexo textual no qual o locutor manifesta a sua opinião, a defende e procura convencer os seus interlocutores da justeza da sua posição. Por meio de uma série de enunciados, o locutor define a sua posição face a um problema – ‘deverá dizer-se *alunar* ou *aterrar* (na Lua)?’ – e defende-a, justificando-a e refutando uma posição oposta à que perfilha.

O texto «Alunar e aterrar (na Lua)» atualiza muitas das propriedades características de um arquétipo textual argumentativo. Sem pretendermos aqui delinear os contornos deste modelo textual – contornos que beneficiam de reflexões desenvolvidas no âmbito da Retórica, da Lógica, da Filosofia e, mais recentemente, da Linguística –, recordamos apenas, em termos gerais, o que delimita a especificidade dos atos discursivos em que ele é atualizado: nas palavras de Lopes (1997a: 158), “No cerne de uma argumentação, há sempre uma opinião expressa que, sendo controversa, suscita uma defesa e abre um espaço de contestação, efetiva ou virtual. Por isso, diremos que o objetivo central da argumentação consiste na justificação ou refutação de opiniões. Este objetivo concretiza-se através da produção de um conjunto de asserções que configuram uma constelação de argumentos a favor de ou contra uma determinada tese: aquele que argumenta visa convencer o interlocutor, obter a sua aprovação”.

O quadro que se segue representa a análise semântica das seleções temáticas realizadas ao longo do texto.

¹⁴³ Truncámos o texto original em dois passos: para análise não tomaremos em consideração uma sequência textual que reproduz o telegrama da *France-Press*, já que se trata de um segmento exterior ao texto produzido pelo locutor, bem como um comentário que o locutor faz a propósito das atividades da Academia Francesa (presente no primeiro período do quarto parágrafo do texto do autor), visto tratar-se de uma expressão parentética, à margem da argumentação desenvolvida no texto.

«Alunar e aterrar (na Lua)»

#	Tipo de seleção	TEMA			REMA
		Textual	Interpessoal	Ideacional	
A1	não-marc.			Leitor assíduo,	cujo anonimato nestas linhas solicita, pede-me a opinião a respeito do vocábulo <i>alunar</i> e da expressão <i>aterrar</i> (na Lua).
B2	não-marc.	Antes de mais,		[eu]	quero recordar um telegrama da <i>France-Press</i> que alguns dos nossos jornais reproduziam no dia 12 de Fevereiro de 1966:
[...]					
C3.1	não-marc.			O primeiro comentário a isto	será, naturalmente, este:
C3.2	não-marc.			o uso	resolverá se se acabará por dizer (com ou sem propriedade) <i>alunar</i> ou <i>aterrar</i> (na Lua).
D4.1	não-marc.		Pela minha parte,	[eu]	vou, também, pelo <i>aterrar</i> , embora saiba que este verbo se relaciona com <i>Terra</i> ,
D4.2	não-marc.	mas,	como o reconheceu a Academia Francesa (...),	<i>terra</i>	não é <i>Terra</i> ,
D4.3	marcado	pois		em <i>aterrar</i>	pensa-se no solo e não no planeta em que vivemos.
D5	marcado	De resto,		não faltam	exemplos de vocábulos cujo sentido inicial a linguagem corrente desviou.
D6	não-marc.		Cito:	<i>louça de alumínio,</i>	<i>louça de esmalte, louça de madeira, embarcar no comboio, embarcar no balão, embarcar no avião, andar a cavalo no burro, pão fresco</i> (quando está quente), <i>café fresco</i> (idem), etc.
E7	marcado			Com a base <i>terra</i>	lembro, também: « <i>enterrou uma faca no braço do seu capitor</i> » (como li recentemente num jornal).

F8.1	marcado	Por outro lado,	pergunto	se amanhã alguém falecer na Lua,	por imitação do que fazemos aqui na Terra, procurar-se-á entregar o cadáver ao solo do nosso satélite
F8.2	marcado	e,		então,	<i>alunar-se-á</i> ou <i>enterrar-se-á</i> o corpo?
G9.1	não-marc.		Estou convencido de que	se irá	para o segundo caso,
G9.2	não-marc.	pois		o primeiro	nem virá logo à mente de quem fala,
G9.3	não-marc.	nem		[o primeiro]	parecerá de aconselhar,
G9.4	não-marc.	porque		<i>alunar</i> ,	como se sabe, procura impor-se na acepção de «descer na superfície da Lua».
G10	não-marc.			<i>Alunar um corpo</i>	até poderia ser deixá-lo tombar no solo do nosso satélite...
H11	não-marc.	E		quem diz isto de <i>enterrar</i>	poderá dizer coisa equivalente de <i>subterrar</i> ou de <i>soterrar</i> .
I12.1	não-marc.			[nós]	Não esqueçamos, enfim, o comentário da Academia Francesa:
I12.2	marcado			se se reconhecer haver necessidade de utilizar <i>alunar</i> , para a Lua,	teremos, também, de criar <i>avenusar</i> , <i>amarciar</i> , <i>amercuriar</i> , <i>aneptunar</i> , <i>assolar</i> , etc., prevendo circunstâncias idênticas em relação a Vénus, Marte, Mercúrio, Neptuno, Sol, pelo menos...

Texto de José Pedro Machado, *Diário de Lisboa*, 25/03/1967.

Começemos pela análise dos elementos temáticos de significado interpessoal. Esta dimensão é preenchida pelas expressões: *Pela minha parte* ([D4.1]), *como o reconheceram a Academia Francesa* ([D4.2]), *Cito* ([D6]), *pergunto* ([F8.1]) e *Estou convencido de que* ([G9.1]). Estas formas linguísticas relevam diretamente de um processo semântico que se situa não ao nível da representação, mas da configuração do enunciado como uma prática interativa. Em [D4.1.], a forma temática interpessoal indica que o conteúdo proposicional que ela introduz manifestará a posição do locutor face à questão em apreço. De forma análoga, também em [G9.1] a expressão interpessoal cria expectativas semelhantes em relação ao tipo de conteúdo

proposicional que se seguirá. Além disso, *Estou convencido de que* manifesta também o grau de adesão do sujeito da enunciação aos conteúdos expressos no enunciado. Em [D4.2], em contrapartida, o tema interpessoal indica que a perspectiva do locutor se encontra em conformidade com a da Academia Francesa¹⁴⁴. Em [D6] e [F8.1], por outro lado, estamos perante verbos performativos: *Cito e pergunto* são formas que descrevem explicitamente a ação que o locutor realiza por meio do seu enunciado e que, deste modo, definem a função do (micro)ato discursivo que introduzem.

Estas cinco formas temáticas interpessoais manifestam uma forte implicação do locutor no significado do texto. Há ainda, nos temas frásicos do texto, outros elementos que, embora diretamente participantes na dimensão ideacional, reenviam também para a situação de enunciação. Referimo-nos, concretamente, às marcas de primeira pessoa do singular (em [B2] e [D4.1]) e do plural (em [I12.1]). Também estas formas, reconstruídas a partir dos traços de pessoa e número da flexão verbal, mostram o envolvimento do locutor naquilo que diz e, na parte final do texto (em [I12.1]), a extensão deste envolvimento ao(s) alocutário(s). Nestas marcas deícticas, reforça-se, portanto, a implicação do locutor no enunciado, implicação já (fortemente) manifestada nos temas interpessoais analisados.

As formas que acabamos de analisar revelam que, ao longo do texto, são recorrentemente selecionados, como ponto de partida para a mensagem,

¹⁴⁴ Interpretamos *como o reconheceu a Academia Francesa* (em [D4.2]) como um elemento interpessoal na medida em que se trata de uma expressão que manifesta um significado que não deverá ser integrado na dimensão ideacional construída pelo texto. As expressões deste tipo explicitam em que perspectiva deverão ser considerados os conteúdos proposicionais expressos na oração principal (neste caso, indica-se que a posição do locutor pode ser comparada à da Academia Francesa e que se encontra em conformidade com a desta instituição). Podemos reconhecer nesta expressão uma estratégia para sustentar a autoridade do argumento aduzido na frase.

Esta expressão poderá também ser entendida como um elemento de significado textual, na medida em que funciona também como um sinalizador que indica ao alocutário que a proposição que se segue já foi enunciada no contexto anterior. Como não tomamos em consideração a sequência para a qual esta expressão reenvia, privilegiamos aqui a análise desta como elemento de significado interpessoal.

elementos que codificam a presença do locutor no seu enunciado. Cria-se, assim, um método de desenvolvimento textual assente numa dimensão interpessoal. O dinamismo desta forma de desenvolvimento traduz-se na transição da afirmação pessoal do locutor, da sua tese e assunções, para a inclusão do(s) alocutário(s) no discurso (veja-se o *nós* inclusivo de [I12.1]), comprometendo-o(s), deste modo, nas conclusões para as quais o texto aponta.

Quanto aos elementos temáticos de significado textual, podemos verificar que, das vinte unidades frásicas delimitadas, dez (metade, portanto) são iniciadas por conectores discursivos que ligam a frase/oração que introduzem ao co-texto. As relações que estes articuladores estipulam são de diversos tipos – aspeto que passaremos a analisar.

Antes de mais (em [B2]), a primeira unidade de significado textual, que abre o segundo período (e também segundo parágrafo) do texto, indica claramente que se seguirá uma etapa inicial do desenvolvimento lógico do texto. Este conector indicia que a sequência por ele introduzida deverá constituir, de certa forma, um dado-base para etapas ou sequências textuais ulteriores. É, portanto, um elemento temático com função de organização textual. Função idêntica é a desempenhada por *Por outro lado* (em [F8.1]): este conector marca explicitamente uma transição no desenvolvimento temático, a qual é também sugerida pelo facto de ocorrer em início de parágrafo, e uma perspetivação diferente da adotada no co-texto precedente. É de notar que estes dois marcadores discursivos carregam também um valor argumentativo; assim, os constituintes discursivos que eles prefaciam tendem a ser interpretados como subpartes de uma estrutura textual argumentativa.

Em paralelo a este sentido de estruturação discursiva/textual, o conector *Por outro lado* tem também um valor de conjunção ou adição. De facto, a sua ocorrência implica que no cotexto anterior esteja presente uma unidade em relação à qual a articulada por este conector se encontra coordenada. Este sentido de adição de novos argumentos aos apresentados anteriormente é também ativado pelas conjunções coordenativas copulativas (*e*, em [F8.4] e [H11], e *nem*, em [G9.3]) e pelo conector *De resto* (em [D5]). Este último conector tem um forte valor argumentativo na

medida em que indicia que a informação expressa na oração que introduz, além de coorientada em relação à aduzida no cotexto precedente, tem uma função argumentativa mais relevante. Cumulativamente, o significado deste conector indica também que a informação que ele introduz constitui uma fase final de uma sequência do texto.

A par deste nexo semântico de adição, na dimensão do significado textual temático, encontramos ainda partículas que explicitam conexões de mais dois tipos. É o caso da conjunção adversativa *mas* (em [D4.2]), que indica claramente uma ligação contrastiva ou de contrajunção (i.e., o conector indica que o conteúdo da mensagem que se segue não é conforme às expectativas mais imediatas criadas pelo enunciado anterior). É também o caso de conectores que assinalam e exprimem um tipo de junção que conecta sequencialmente frases cujos conteúdos proposicionais são apresentados como mantendo entre si uma relação hierárquica de dependência semântica. Referimo-nos, concretamente, aos conectores *pois* (em [D4.3], [G9.2] e, por extensão deste último, em [G9.3]) e *porque* (em [G9.4]): estes conectores indicam claramente que a proposição expressa na frase que iniciam apresenta a causa, a razão ou o motivo de proposições anteriormente expressas. É ainda de notar que, nestas frases do texto, o termo antecedente é colocado após o termo consequente¹⁴⁵, o que manifesta que, na sequencialização discursiva, há uma orientação temática para a explicitação ou justificação de proposições precedentes.

Ao nível do significado ideacional, deparamos também com elementos temáticos que manifestam igualmente uma relação de dependência ou subordinação semântica. É o caso dos temas *se amanhã alguém falecer na Lua* (de [F8.1]) e *se se reconhecer haver necessidade de utilizar ‘alunar’, para a Lua* (de [I12.2]), que são o termo antecedente de construções condicionais hipotéticas típicas (Mateus *et al.* 1992: 301-302). Nestes casos, o tema ideacional da frase é um circunstante que especifica a condição em que se verificará o conteúdo proposicional da oração principal. Além destas

¹⁴⁵ Tomamos estes conceitos na aceção que têm na *Gramática da Língua Portuguesa* (Mateus *et al.* 1992: 140): “Chamamos **antecedente** ao membro da sequência de cujo conteúdo proposicional depende semanticamente o conteúdo proposicional do outro membro – o **consequente**”.

construções, podemos ainda constatar um nexo de dependência semântica envolvendo um antecedente e um conseqüente, desta forma ordenados linearmente, em [F8.2] e [H11]. No primeiro caso, *então* (o tema de [F8.2], que podemos parafrasear por “assim sendo”) parece retomar anaforicamente um referente construído no co-texto – designadamente, a situação de “enterrar” alguém na Lua – e constituir-se como antecedente para um espaço lógico em que a questão enunciada no rema se torna relevante. No caso de *quem diz isto de ‘enterrar’* (tema de [H11]), entre esta proposição e a expressa no rema há também um nexo semântico que pode ser encarado como uma relação de antecedente/consequente¹⁴⁶ – parafraseando [H11], podemos tornar mais clara esta relação de condição/consequência: “se se defender isto a propósito de *enterrar*, então também se deverá defender o mesmo para *subterrar* e *soterrar*”.

Face a esta constatação e à nossa última observação a propósito dos elementos temáticos de significado textual, poderemos afirmar que nos temas frásicos deste texto predominam termos ou elementos de construções de tipo condicional, no sentido lato do termo — i.e., construções em que as proposições mantêm entre si relações de dependência semântica. Em oito das vinte unidades frásicas analisadas, é codificado este nexo semântico em posição temática, ou por meio de conectores textuais, ou por meio de circunstantes ideacionais que exprimem a condição.

A presença recorrente deste tipo de nexo semântico no tema cria um método de desenvolvimento peculiar baseado no raciocínio lógico. Efetivamente, os elementos de articulação que destacámos fornecem instruções para um processo interpretativo assente na articulação lógica das proposições expressas. Criam-se, portanto, em posição temática, uma estruturação e progressão particulares que levam (e forçam) o alocutário a interpretar as proposições como semanticamente interconectadas.

Mais especificamente, vemos que nestes temas do texto são expressas articulações lógicas de tipo binário que envolvem membros de uma relação semântica condicional. Em termos genéricos, podemos dizer que

¹⁴⁶ Entre as proposições envolvidas em [H11], além deste nexo de dependência semântica, há ainda uma relação de correferencialidade (cf. Mateus *et al.* 1992: 296).

são membros desta relação ora o enunciado que se pretende fazer admitir (a conclusão), ora o enunciado que sustenta aquele (o argumento ou premissa). Estes termos são, pois, duas categorias funcionais da orientação discursiva instaurada no texto. Tendo em conta o membro deste nexo realizado como tema, podemos distinguir no desenvolvimento temático dois movimentos discursivos opostos: por um lado, nas unidades frásicas introduzidas pelos conectores *pois* e *porque*, o discurso está orientado para a explicitação das premissas, dos critérios, princípios ou assunções que fundamentam a posição do locutor; por outro lado, nas unidades frásicas em que é realizado no tema um circunstante condicional, o desenvolvimento da informação orienta-se das premissas ou argumentos para a conclusão. Assim, poderá dizer-se que o método de desenvolvimento de articulação lógica deste texto se desdobra em dois movimentos: um exprime uma relação de demonstração – movimento realizado pelos conectores que fornecem instruções para a interpretação dos enunciados que introduzem como dados aduzidos para a justificação de algo; um outro ativa uma conexão inferencial – movimento iniciado pela introdução de uma condição que deverá ser interpretada como premissa ou argumento de uma dada conclusão. Por outras palavras, o método de desenvolvimento do texto segue, respetivamente, ora uma orientação retrogressiva (conclusão > premissa/argumento), ora uma orientação progressiva (premissa/argumento > conclusão).

Quanto ao tipo de significados realizados nos temas frásicos, há ainda a registar um pormenor relativo à ocorrência de “aterrar” e “alunar” em posição temática. Como sugere desde logo o título, o texto constrói-se sobre estes termos apresentados como antitéticos. Ora, uma análise dos lexemas recorrentes em posição temática evidencia não só o papel destes dois termos como base da construção do texto (*aterrar*, em [D4.3], *terra*, em [D4.2] e [E7], e *enterrar*, em [H11]; *alunar*, em [G9.4], [G10] e [I12.2], e *Lua*, em [F8.1] e [I12.2]), como também a sua relação de opostos antitéticos (ora é tomado um como ponto de partida, ora é tomado o outro, e nunca ambos simultaneamente). A distribuição destes elementos tem a particularidade de configurar um desenvolvimento temático orientado de *aterrar* (tese) para *alunar* (antítese)¹⁴⁷.

¹⁴⁷ É interessante notar que nos parágrafos D a G, inclusive, parece desenhar-se um esquema vagamente simétrico que tem o parágrafo F como plano mediano (plano

Em suma, em posição temática registámos algumas recorrências que nos levaram a assinalar métodos de construção e desenvolvimento temáticos que tomam como ponto de partida: a dimensão interpessoal, conexões ao nível do significado ideacional e do significado textual e a oposição entre os lexemas “aterrar” e “alunar”.

Por fim, integrando algumas das observações já feitas, procuremos (re)ver elementos que assinalam a orientação discursiva e a delimitação de diferentes sequências textuais intermédias – e que, por conseguinte, contribuem para a construção do significado macroestrutural e a identificação da função superestrutural da sequência.

Em primeiro lugar, é de notar que o primeiro período ([A1]) tem uma função topical em relação às restantes unidades frásicas do texto: especifica o tema global do texto e leva o ouvinte/leitor a prever que o locutor manifestará a sua opinião a propósito do tema e procurará sustentá-la. As três vias de desenvolvimento temático que detetámos correspondem, precisamente, às expectativas criadas por este primeiro parágrafo – o que revela que os temas frásicos refletem o que é apresentado como ponto de partida para o texto.

Ao longo do texto, são numerosos os elementos que explicitam a função dos microatos discursivos realizados pelo locutor. As expressões que preenchem a dimensão interpessoal temática e os conectores lógicos que assinalámos realizam explicitamente esta função, como vimos: aquelas, indicando a relação do locutor com o seu enunciado e/ou assinalando o tipo de ato ilocutório; estes, sinalizando dependências semânticas entre proposições (e, por conseguinte, a relevância de umas em relação a outras). Estes elementos percorrem todo o texto, fazendo deste um complexo de microatos explicitamente articulados. A presença recorrente de determinados tipos de significado em posição temática é

em relação ao qual se define a simetria): repare-se na ocorrência de *terra* e *aterrar* nos parágrafos que antecedem este, na ocorrência de *alunar* no parágrafo que o segue e na ocorrência dos dois termos, *aterrar* e *alunar*, no rema do parágrafo F; repare-se ainda que ambos os planos são iniciados por expressões de significado interpessoal (*Pela minha parte* [D4.1] e *Eston convencido de que* [G9.1]), o que propicia esta possível aproximação das duas sequências.

fator de coesão textual, pois leva o ouvinte/leitor a apreender as diversas sequências intermédias como partes da estrutura global em que se inserem.

Por último, parece-nos que também a percepção do término do texto beneficia da contribuição de elementos temáticos. Efetivamente, o tema de [H11], que aponta para uma generalização das conclusões a que se chegou no texto, e o tema de [I12.1], que supõe a adesão do(s) alocutário(s) à tese defendida e aos argumentos aduzidos, fazem prever que o texto terá já atingido os seus propósitos.

Concluindo, notamos que em posição temática são introduzidas instruções que criam expatativas em relação ao texto ulterior e orientam o ouvinte/leitor na construção da macroestrutura e da superestrutura textuais. Os elementos temáticos funcionam como primeiras instruções que ativam uma série de procedimentos interpretativos. São instruções iniciais que ajudam o leitor a prever a orientação das sequências que iniciam, criando expatativas em relação ao tipo de significado global da sequência (à sua macroestrutura) e à funcionalidade da mesma na economia global (categoria superestrutural).

É evidente que, na interpretação destes elementos temáticos como indícios da organização macro e superestrutural, intervém poderosamente a competência textual tipológica do ouvinte/leitor.

3. Considerações finais

Os significados mais recorrentes nos temas do texto analisado apontam inequivocamente para algumas das características cruciais do modelo textual que ele atualiza. Os textos reconhecidamente tidos como de tipo argumentativo caracterizam-se, em termos gerais, pela implicação do locutor no seu enunciado e pela presença de dois tipos de micro-atos essenciais: uns, representando o que se pretende fazer admitir, e outros, aduzindo argumentos para sustentação daqueles. Ora, nos temas frásicos de «Alunar e aterrar (na Lua)», constrói-se, como vimos, um desenvolvimento temático assente na expressão destas duas dimensões: de facto, a manifestação do locutor no enunciado e os elementos

característicos da expressão de relações de dependência semântica são uma constante temática ao longo do texto. Parece-nos, portanto, legítimo concluir que os elementos temáticos, pelo tipo de significado que realizam, são potenciais marcadores da categoria tipológica do texto.

Cremos que a análise temática é ou poderá ser um método privilegiado para uma mais rigorosa fundamentação linguística das diferenças tipológicas textuais. O estudo aqui realizado e diversas análises que temos feito sugerem que a organização temática da frase pode ser perspectivada como um dos mecanismos disponíveis para (e usados pela) diferenciação tipológica. A análise temática afigura-se-nos, assim, um meio privilegiado para o acesso a dimensões envolvidas na competência textual específica.

Referências Bibliográficas

- Adam, J.-M. (1992): *Les textes: types et prototypes*. Paris: Éditions Nathan.
- Boissinot, A. (1992): *Les textes argumentatifs*. CRDP-Toulouse: Bertrand-Lacoste.
- Dijk, T. A. van (1980): *Macrostructures*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.
- Dijk, T. A. van e Kintsch, W. (1983): *Strategies of Discourse Comprehension*. New York: Academic Press.
- Fonseca, J. (1992): *Linguística e Texto/Discurso: Teoria, Descrição, Aplicação*. Lisboa: Ministério da Educação - ICALP.
- Hajičová, E. (1994): «Topic/Focus and Related Research». In: Luelsdorff, P. A. (ed.): *The Prague School of Structural and Functional Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins: p. 245-275.
- Hajičová, E. e Sgall, P. (1987): «The Ordering Principle». In: *Journal of Pragmatics* 11: p. 435-454.

- Halliday, M. A. K. (1985): *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold.
- Just, M. A. e Carpenter, P. (1987): *The Psychology of Reading and Language Comprehension*. Boston: Allyn and Bacon.
- Lopes, A. C. M. (1997a): «A Argumentação: uma área de investigação pluridisciplinar». *Revista Portuguesa de Filologia* vol. XXI. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 157-175.
- Lopes, A. C. M. (1997b): «Então: elementos para uma análise semântica e pragmática». In: *Actas do XII Encontro da APL*, vol. I. Lisboa: Colibri: p. 177-190.
- Mann, W. C. e Thompson, S. A. (1988): «Rhetorical Structure Theory: Toward a functional theory of text organization». *Text* 8 (3): p. 243-281.
- Mateus, M. H. M. *et al.* (1992): *Gramática da Língua Portuguesa*. 3.^a ed. Lisboa: Caminho.
- Petitjean, A. (1989): «Les typologies textuelles». In: *Pratiques* 62. Metz: p. 86-125.

ANEXO

Alunar e aterrar (na Lua)

Leitor assíduo, cujo anonimato nestas linhas solicita, pede-me a opinião a respeito do vocábulo *alunar* e da expressão *aterrar* (na Lua).

Antes de mais, quero recordar um telegrama da *France-Press* que alguns dos nossos jornais reproduziam no dia 12 de Fevereiro de 1966:

«*Paris, II.* — Na Academia Francesa discutiu-se longamente, ontem, a expressão *alunar*.

«Por grande maioria, os académicos votaram contra o termo. Só Henri de Montherlant e André Chamson se declararam a seu favor. Finda a sessão, a Academia decidiu propor a utilização da expressão *aterrar na Lua*, de preferência ao neologismo *alunar*. Com efeito, em *aterrar*, a raiz *terra* tem o sentido de solo e não de Terra designando o nosso planeta. Por isso se utiliza, por oposição, *amarar*. Logicamente, é possível, portanto, *aterrar na Lua*, no solo lunar.

«Acessoriamente, notou-se que *aterrar* pode ser utilizado para Marte e Vénus, enquanto que *alunar* ameaçaria implicar a criação de outros neologismos descabidos».

O primeiro comentário a isto será, naturalmente, este: o uso resolverá se se acabará por dizer (com ou sem propriedade) *alunar* ou *aterrar* (na Lua).

Pela minha parte, vou, também, pelo *aterrar*, embora saiba que este verbo se relaciona com *Terra*, mas, como o reconheceu a Academia Francesa (que efectivamente se preocupa com os problemas do idioma nacional, os discute e publica os pontos de vista que toma, porque os toma), *terra* não é *Terra*, pois em *aterrar* pensa-se no solo e não no planeta em que vivemos. De resto, não faltam exemplos de vocábulos cujo sentido inicial a linguagem corrente desviou. Cito: *louça de alumínio*, *louça de esmalte*, *louça de madeira*, *embarcar no comboio*, *embarcar no balão*, *embarcar no avião*, *andar a cavalo no burro*, *pão fresco* (quando está quente), *café fresco* (*idem*), *etc.*

Com a base *terra* lembro, também: «*enterrou uma faca no braço do seu captor*» (como li recentemente num jornal).

Por outro lado, pergunto [*sic*]: se amanhã alguém falecer na Lua, por imitação do que fazemos aqui na Terra, procurar-se-á entregar o cadáver ao solo do nosso satélite e, então, *alunar-se-á* ou *enterrar-se-á* o corpo?

Estou convencido de que se irá para o segundo caso, pois o primeiro nem virá logo à mente de quem fala, nem parecerá de aconselhar, porque *alunar*, como se sabe, procura impor-se na acepção de «descer na superfície da Lua». *Alunar um corpo* até poderia ser deixá-lo tombar no solo do nosso satélite...

E quem diz isto de *enterrar* poderá dizer coisa equivalente de *subterrar* ou de *soterrar*.

Não esqueçamos, enfim, o comentário da Academia Francesa: se se reconhecer haver necessidade de utilizar *alunar*, para a Lua, teremos, também, de criar *avenusar*, *amarciar*, *amercuriar*, *aneptunar*, *assolar*, etc., prevendo circunstâncias idênticas em relação a Vénus, Marte, Mercúrio, Neptuno, Sol, pelo menos...

José Pedro Machado, *Diário de Lisboa*, 25/03/1967.

(In: MACHADO, José Pedro (1992): *Palavras a propósito de Palavras*.

Lisboa, Ed. Notícias, 1992, p. 113-114.)

A LÍNGUA COMO EXPRESSÃO DA SAUDADE EM FILINTO ELÍSIO

Fernando Alberto Torres Moreira

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

fmoreira@utad.pt

Filinto Elísio, aliás, Francisco Manuel do Nascimento de nome batismal, conheceu em vida a glória pessoal mercê de um extenso rol de publicações poéticas e traduções nas quais a sua vasta formação e erudição clássicas, a sua enorme admiração por Horácio e pelos poetas e prosadores portugueses de Quinhentos ressaltam de forma evidente. A par deste reconhecimento literário e tradutório, a obra de Filinto, pelos seus méritos linguísticos indiscutíveis, foi também uma espécie de cartilha por onde se aprendia a bem falar e escrever português.

Hoje, Filinto Elísio quase não é lido e a reflexão que a seguir ser apresenta visa também, para além do enquadramento temático que a justifica, chamar a atenção para um autor e uma obra que merecem um olhar mais atento, quanto mais não seja pelo facto de possibilitarem um melhor conhecimento de um lutador incansável que dedicou toda uma vida, entre outras coisas, à restauração da dignidade e importância da língua portuguesa.

Não se trata aqui de ressuscitar um morto, como José Veríssimo, na *Revista de Estudos Brasileiros*, acusou José Pereira da Silva de fazer, por este, em 1891, ter apresentado um estudo global da obra de Francisco Manuel do Nascimento intitulado *Filinto Elísio e a sua época*. Pretende-se, isso sim, apresentar um escritor português que, por ter produzido uma obra muito significativamente orientada para a defesa da língua, guindou o seu país a parâmetros muito elevados e interessou figuras da importância de um Lamartine ou um Ferdinand Denis para o conhecimento da cultura, literatura e língua portuguesas.

Naturalmente que o longo desterro vivido por Filinto Elísio por terras da Holanda e França terá concorrido de forma significativa para a orientação e realização do seu projeto literário-linguístico. O seu afastamento compulsivo de Portugal no ano de 1778, a sua recusa em tornar-se num assimilado cultural no país que o acolheu na maior parte do seu desterro e uma postura mental que sempre rejeitou a condição de exilado e teimosamente “ vivia “ no seu país, fizeram com que o Padre Francisco Manuel, através da língua que tanto amou, se tornasse um dos mais representativos corifeus da saudade portuguesa.

A reflexão a seguir proposta pretende ser, então, um contributo singelo para a reabilitação de um autor e de uma obra pelas razões acima apontadas, e cuja importância, face ao *aggiornamento* que a Europa hoje conhece e à mundialização que os meios tecnológicos permitem, surge coberta de uma nova atualidade: a importância da língua na afirmação de um país.

Filinto Elísio foi educado na lição e amor pelos clássicos greco-latinos. Horácio foi a sua referência primeira, seu mestre e modelo a seguir. Não admira, pois, que Filinto elege-se os literatos portugueses de Quinhentos - Camões, João de Barros, António Ferreira, João de Lucena, etc. - como fiéis depositários da pureza da língua portuguesa. A sua luta pela restauração do classicismo assenta nestes dois pilares e Francisco Manuel tinha plena consciência de que os esforços de algumas Academias, e mais concretamente os da Arcádia Lusitana, não surtiram o efeito desejado. A lição de Luís António Verney encontrava dificuldade em impor-se. Mais a mais, no que particularmente respeitava a língua portuguesa, o seu prevalecimento como emblema nacional após a sua emancipação quinhentista e sobrevivência ao reinado dos Filipes, encontrava-se ameaçado por uma nova vaga: o ciclo da francesia cujos vocabulário e sintaxe acoassavam por todos os lados a pureza do falar português.

E, se já antes de partir para o exílio, Francisco Manuel era acusado pelos seus críticos contemporâneos de usar nos seus textos “ drogas de antigualha ”¹⁴⁸, após o seu afastamento de Portugal - que seria definitivo -

¹⁴⁸ Esta expressão foi usada pela primeira vez por Correia Garção num soneto intitulado “Contra um rancho satírico” que faz parte do conjunto de poemas integrantes da

o poeta cristalizou a sua luta de forma perene em prol de uma língua pura, sem mácula de qualquer bastardia. No entanto, cabe aqui fazer um reparo - o que começou por ser uma atitude pura e simples de defesa da língua assumiu uma expressão mais lata com a saída do poeta da pátria-mãe: à pureza do falar português, Filinto associa a saudade da própria língua que ouve falar cada vez mais raramente e da qual circunstâncias do destino lhe foram retirando, sucessivamente, os suportes escritos de sua propriedade¹⁴⁹, a saudade de um país, de uma pátria, tomada metonimicamente como língua. Num processo que encontra paralelismo em Camões, que aliás o próprio Filinto não enjeita, o poeta vive e sente no exílio uma confusão de Babel e anseia permanente e reiteradamente por uma Sião - pátria e língua - vivida nos seus primeiros 44 anos de vida. A luta pela verdadeira língua portuguesa e a sua vivência, em terra estranha, no desterro, de uma pátria saudosa, vão ser expressão de uma Elísia da qual tomou o nome.

São frequentes as frequentes alusões de Filinto à sua infância e, em especial, às expressões e palavras que ouviu ao povo no meio do qual foi criado – o poeta está a falar da linguagem pura do povo profundo e do modelo que constitui. Assim se compreende a mistura que Francisco Manuel do Nascimento faz e defende entre termos populares e termos

Guerra dos Poetas e no qual o autor se dirige ao grupo da Ribeira das Naus (o “rancho satírico”) em termos satíricos personalizados; Francisco Manuel, conhecido então pelo pseudónimo de Niceno, é aí apontado como o “patrão da lancha”, o chefe do grupo: *Padre Niceno, tu, patrão da lancha, Carregada de drogas da antigualha.*

¹⁴⁹ Primeiro foi o Terramoto que lhe destruiu a casa e recheio; depois foi a Inquisição que lhe apreendeu tudo o que tinha; já no exílio foi roubado, processado e os bens vendidos, livros incluídos. Filinto dá-nos conta disto em nota (*Obras Completas*, vol. VII, Paris, pág. 223):

Pela quarta vez, me vejo destituído de livros, e obrigado a citar de memória. Perdi, pelo terramoto, quantos livros, então possuía. Pela segunda vez perdi quanto meu Pai ganhou nos serviços d' El-Rei em 60 anos que foi marítimo, e os bons livros Clássicos Gregos, Latinos, Italianos, alguns Franceses, Castelhanos, e muitos Portugueses, que com bem custo, e trabalho tinha junto, lá mos sequestraram em Portugal. Pela terceira vez, perdi móveis, e 700 volumes, o mais injustamente, desde que o mundo é mundo, penhorado por sentença de juizes. Pela quarta e última vez (...) a minha tal, e qual Livraria, fato, e móveis os perdi, (...).

vernáculos provindos diretamente do latim; cabe referir a propósito que o poeta era um latinista de reconhecida fama.¹⁵⁰

Filinto expressa inúmeras vezes a saudade que lhe vai na alma desse falar da comadre Maria Pereira ou da vizinha Jerónima Maria, ou ainda da linguagem castiça das histórias que sua mãe lhe contava: «(...) quando eu pus fontes sem cabeça, fundei-me em autoridade maior, que quantas Prosódias e Fonsecas aí há; na autoridade de minha Mãe (...) às mais vizinhas, à Comadre Maria Pereira.» (Elísio, vol. II, 1817: 293) Lá longe, no exílio, o autor elegeu como forma de compensar a ausência física do solo pátrio a recordação e consequente registo escrito da lembrança do português genuíno ouvido na sua infância. Simultaneamente, usa esta recordação como arma de arremesso contra os francesismos invasores de uma língua que em tempos conquistou o mundo. Se lhe faltam as palavras lá estão os clássicos latinos ou os escritores de Quinhentos nos quais se encontra, respetivamente, quer a palavra em falta, quer o reavivar de termos e expressões entretanto caídas em desuso. Não se infira daqui que Filinto entendia a língua como algo imutável; ao contrário, já que a criação de termos novos também fazia parte da sua estratégia de defesa da língua; simplesmente o latim era o laboratório de onde surgiam os neologismos necessários. Mais: toda a luta de Francisco Manuel tinha por objetivo manter sem qualquer tipo de alteração o caráter da língua nacional, elemento supremo da identidade pátria, protegendo-a essencialmente da incúria e da ignorância; para isso, precisava somente da sua crença no povo, nas “comadres Marias Pereiras”. Todo o seu labor, em busca da palavra apropriada para determinado local da frase ou significado preciso, tinha por elemento norteador a autoridade popular, os usos linguísticos do povo sempre que não encontrava a resposta que necessitava na língua latina, nos clássicos portugueses de Quinhentos ou no património legado por António Vieira. Era mais uma forma de enriquecer a língua que, como os outros, lhe trazia vitalidade e prestígio. Tudo isto para cumprir uma

¹⁵⁰ A este respeito é elucidativo o testemunho do seu mestre de Latim António Félix Mendes o qual, em depoimento prestado no Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa refaere “(...) que sabe pelo conhecimento, que tem com o dito Padre Francisco Manuel tem da Latinidade, que ele é muito bem instruído nele (...)”; Cf. Processo da Inquisição de Lisboa nº 14048, contra o Pe. Francisco Manuel do Nascimento.

meta apontada num diagnóstico que lucidamente faz o autor numa nota que escreveu à sua tradução da *Segunda Guerra Púnica*, de Sílio Itálico:¹⁵¹

Imaginar que a língua Portuguesa, ou já a antiga, ou já a moderna tocou a baliza da perfeição, é imaginar uma quimera. Só quem nunca escreveu, quem não sabe o que é bem escrever, tal pode imaginar. Rebenta a cada período, uma ocasião, e bem vezes uma necessidade de aventurar um termo, que parido pela Razão, o toma o Uso nos braços, e lhe serve de Padrinho. (...) havia no mundo demarcação de terras entre sábios e ignorantes. Hoje que os benignos leitores passaram a juizes do ofício, sem carta, a maior parte deles, de aprendizes, põem-se à barba com os autores, e (Deus nos acuda!) não deixam passar pela malha coisa em que não metam unha. Embora! - Com tanto que emulando os bons, se dêem honra a si, e à língua, deixando-a enriquecer com grangeio legítimo, e não com bastardas francesia. (Elísio Vol.II, 1817: 313/314)

São muitos os textos em que Filinto Elísio assume o que vimos escrevendo. A *Carta ao Senhor Francisco José Maria de Brito* (Idem: 26-107), com data de Paris, 6 de Junho de 1790, é um exemplo bem elucidativo (entre outros temas que aborda e que não cumpre aqui referir) que permite ajuizar esta luta travada por Filinto contra a bastardia da língua ao mesmo tempo que assume, indelevelmente, a expressão da saudade pátria pela via da reflexão linguística.

Escreve Filinto nos primeiros versos dessa Carta:

Lembras-me, Amigo Brito quando a pluma
Para escrever magnânimo meneio
Ama o meu Brito a Lusitana Língua
Pura (como ele) enérgica, abastada,
Estreme de bastardo francesismo (Ibidem: 26)

E, em nota a propósito do aporuguesamento de palavras francesas, o poeta verbera o uso que pessoas com responsabilidades políticas e culturais fazem dessas palavras e também a consagração oficial que um organismo como a Real Mesa Censória lhes concedeu pela via de editais públicos:

¹⁵¹ Em todas as transcrições que fazemos optamos por proceder a uma atualização segundo a norma padrão portuguesa atual.

Certo embaixador português escrevia populácea. Houve quem lhe disse: populácea não é termo português. Enrufa-se o espantalho diplomático; estriba-se na autoridade de Grão-Cruz, e na de embaixada; e ei-lo que deita a baforada: se o não é, sê-lo-á.

Assim fez a Mesa Censória: escreve no edital de 23 de fevereiro de 1769 chefe d'obra e dá-lhe autoridade embaixatriz, e de Grão-Cruz. E ei-lo o tal Tribunal que fala como um Tarelo Galicano; e ei-lo que não lhe caem as faces de vergonha. E se eu me divertisse em folhear todos os Editais da tal Mesa, com que Sapos, com que Lagartos não acertaria! E censura livros, quem não sabe escrever a sua língua! (Ibidem: 29-30)

Seria casmurrice do poeta, alguma presunção? Não parece. Será antes uma tentativa de cura por parte de um mestre e simultaneamente de uma auto-consolação de quem sente a pátria longe e a procurava presentificar através daquilo que melhor a representa - a língua.

Mas Francisco Manuel do Nascimento vivia em França. Poder-se-á falar de vingança mesquinha contra a língua francesa, contra o país que o acolheu? Obviamente que não. Naturalmente ciente de uma provável acusação deste género, o poeta rebate, em diversos textos, esse possível argumento. Registe-se aqui um exemplo retirado da *Carta* acima mencionada:

Não que à língua Francesa eu ódio tenha;
Que fora absurdo em mim. Ninguém confessa;
Mais sincero o valor de seus bons livros
De todo o bom saber patentes cofres,
(...)
Mas, como fora escarnecido em França
O que empreendesse himpar de frases lusas
Um discurso Francês em prosa ou verso; (Ibidem: 30)

Afinal, o que Filinto reivindica para a língua portuguesa é uma atitude semelhante àquela que, pela sua vivência e conhecimento da cultura gaulesa, ele sabe ser cultivada pelos franceses. Alicerçado nestas razões, o autor encontra motivos mais do que suficientes para arremeter contra

aqueles que, desprezando o idioma nacional, o enxameiam de galicismos e com isso o conduzem ao aniquilamento.

Face a esta atuação, Camilo Castelo Branco, apontando embora alguns defeitos ao trabalho desenvolvido por Filinto, considera-o um «opulentador notabilíssimo da língua, e renovador dos lusitanismos que aformosearam os livros dos dois iniciadores da reforma romântica - Almeida Garrett e António Feliciano de Castilho». (Branco 1876). E os autores citados por Camilo não enjeitaram a herança; Almeida Garrett vislumbrou com clareza a dicotomia que vimos defendendo - luta pela língua / saudade da pátria:

Francisco Manuel, único representante de Garção, gemia no exílio e de lá, com os olhos postos na pátria¹⁵², se preparava para lutar contra a enorme hidra, cujas inúmeras cabeças eram o galicismo, a ignorância, a vaidade (...)

Nenhum outro poeta, desde Camões, havia feito tantos serviços à língua portuguesa: só por si, Francisco Manuel valeu uma academia e fez mais do que ela. (Garrett 1877)

Pena que Garrett, que aliás assinou o seu texto *D. Branca* com o nome de Filinto Elísio e lhe dedicou dois poemas - *Aniversário de Filinto* (1817) e *Filinto* (1819), este último a tributar a morte do poeta recentemente falecido - e que assume expressamente a influência de Filinto na sua obra em especial na *Lírica de João Mínimo*, *Camões*, *D. Branca* e *Flores sem Fruto*, apesar da breve referência que acima assinalada, não tenha explorado mais aprofundadamente, nos comentários que faz da obra de Francisco Manuel do Nascimento, a vertente da língua como expressão da saudade de uma pátria distante.

Também António Feliciano de Castilho destaca a luta de Filinto em prol da língua afirmando que Francisco Manuel do Nascimento «foi um mártir da religião da nossa língua.» (Castilho 1837); Na mesma esteira, António Lopes de Mendonça aponta no poeta os serviços prestados à pátria, via defesa da língua de estrangeirismos desnecessários e absurdos e acrescenta uma opinião curiosa:

¹⁵² Sublinhado nosso.

Parece impossível que um poeta desterrado da pátria, vivendo numa sociedade tão diferente daquela em que primeiro abriu os olhos à razão e ao estudo, tivesse uma tão superior influência sobre a escola poética moderna. (Mendonça 1855)

Este poeta, desterrado da pátria, sente-lhe a ausência, especialmente, porque cada vez mais raramente a língua portuguesa lhe soa aos ouvidos e os contactos com portugueses se vão tornando menos frequentes - o exílio tornava-se demasiado longo... As muitas traduções que nos legou talvez fossem (para além das óbvias necessidades de ordem económica) uma forma de presentificar essa língua, de a “ ouvir falar “, de a ler, escrevendo-a. Neste sentido, são, no mínimo, dramáticas as notas que a seguir transcrevemos:

Cada dia me vou desmemoriando mais da língua portuguesa. Nem tenho com quem a fale, nem tenho em que a leia.

(...)

Dizem-me que dou muitas satisfações (cavacos) nas minhas notas. Que querem que eu faça? Não tenho com quem conversar, converso com o papel. Tomara-os eu aqui ver, velhos, e sem dinheiro, para saber com que se divertiam. Eu divirto-me com escrever, não indo a jogo, nem a Moças, nem a teatros. (Elísio vol. III, 1817: 40; 392)

Pobre Filinto! Só, velho, sem dinheiro, sem companhia ou divertimentos, desmemoriado e sem ter onde ler português... Por isso escreve para ter onde ler!... Mesmo assim não se esquece da sua cruzada pela língua, pela pátria e dispara, jocosamente, em vários sentidos:

Que direi da nova moda, que (ao que me dizem) vai grassando de falarem em Francês, os Portugueses nas suas Assembleias? Direi que não sabem Francês, nem Português. Direi que é bem feliz quem tal não ouve. Direi que nada perde quem nelas não aparece. (Idem: 292-293)

E na defesa de uma simbiose bom português (bom patriota) / bom falante de português, Filinto verbera os que arremedam mal a sua língua natural só porque a querem enxertar com palavras e frases de línguas estranhas:

(...) Envergonhai-vos, ridículos francelhos! Qual homem cordato falou (sem precisão) na sua pátria, língua estrangeira? Aprendei bem a vossa; falai-a com pureza, com elegância; e sereis louvados dos vossos e dos estranhos. Que quereis que diga um Francês, que vos ouve cometer tantos erros, quantas são as frases, que vomitais numa língua, que não aprendestes de nascença, nem na terra mesma em que ela é natural! (Ibidem: 293-294)

Numa sátira contra os depravadores da língua,¹⁵³ e na qual não esconde a sua ira, Francisco Manuel deixa escrito, em apontamento final, o principal motivo de toda a sua luta. A pátria amada foi a principal razão, assim como a defesa dos escritores portugueses do século XVI, «o nosso bom século literário», que tanto honraram com a sua sabedoria e seu puro escrever a língua portuguesa:

Amor da Pátria, e desejos de que se não escureça inteiramente a glória, que nos grangearam entre as nações estranhas os bons Autores do nosso bom século literário, e não outro algum motivo, me incitaram a destruir (se me é possível) com as armas do ridículo, a seita do francesismo, que tanto desonra a clássica linguagem portuguesa. (...) Eia, moços estudiosos, amantes do bom Camões (...) derrotai-me esse exército ingrato, que se rebela contra a Pátria, e contra os que com as suas doudas penas a ilustraram. (Idem, ibidem: 147)

De que Pátria tinha Filinto saudades? Que Pátria merecia este seu labor em prol da língua?

Conta-nos Carlos Olavo que, no exílio, o espírito de Filinto se entranhara com os problemas da liberdade. (Olavo 1944: 251) Estamos de acordo. Francisco Manuel celebra a liberdade num conjunto significativo de textos e terá sido dos primeiros a dar expressão escrita à independência da América, à liberdade do povo americano exarando numa ode os seus sentimentos de júbilo por esse facto:

Soltem-se os pendões livres
Ao sisudo aceno

¹⁵³ Trata-se de uma sátira intitulada *Debique*, inserida no vol. V, pp. 137-147.

Filósofo Franklin, que arrebataste
Aos céus o raio, o ceptro à Tirania
E ao teu aviso, em Boston,
O Lírio ajudador tremola, ovante.

De honra e valor armado,
Washington, ali te ergues,
E ao Congresso indeciso, a fé abonas.
Tu és a sua muralha, e seu escudo,
Qual outrora no Lácio
O Fábio tardador à aflita Roma. (Elísio vol. V, 1818: 103)¹⁵⁴

Os acontecimentos por si vividos em França, alimentaram-lhe a ilusão de ver transpostos para a sua Pátria os bons princípios da Revolução de 1789, com a liberdade à cabeça. É, pelo menos, o que se pode inferir das palavras do poema abaixo transcrito:

Mas eis que se ergue em França
A esquiva tempestade ameaçadora
Das despóticas frentes...
Já roncamos os trovões, já raios rasgam
O núbilo regaço
E já nos ares pesam os chuviros
Que hão-de inundar a Europa.
Tremei, Tiranos, que oprimis em dura
Escravidão os Povos
Não se erga, em vosso quente sangue tinta,
Da Liberdade a palma. (Ibidem vol.I, 1817: 424)

Filinto deseja «Ver na Pátria, que maus hoje assoberbam / Com ignorante orgulho / Suceder a Justiça à Tirania» (Idem vol. III 1817: 557),

¹⁵⁴ Carlos Olavo (op. cit., pp. 251-2) diz-nos que esta ode valeu a Filinto Elísio uma homenagem de um cidadão americano, George Harrison, que terá mandado erigir numa sua propriedade da Pensilvânia um monumento à memória do escritor, nele inscrevendo os versos mais sugestivos do poema em causa. Até ao momento, não conseguimos apurar a verdade desta afirmação.

e lamenta a sorte dos povos livres achados pelos Portugueses, vergados agora pelo jugo de uma escravatura ignóbil:

Eis já, Cabral, descobres
Os Brasis não buscados
E, aos Povos, que te hospedam,
Ignaro do vindouro, os grilhões lanças. (Ibidem vol. V, 1818: 100)

Saudades da Pátria sim, mas de uma Pátria onde pudesse viver em liberdade, deleite de que apenas pôde gozar em terra estranha. O discurso de Filinto surge recheado de termos que remetem, incontornavelmente, para um ambiente de liberdade, e será o uso deste vocabulário discursivo que fará do poeta um denunciador constante do fanatismo, da opressão, da tirania que grassavam em Portugal. A sua poesia será veículo de denúncia dessa Elísia ultrajada para a qual, politicamente, propõe novos rumos e, culturalmente, advoga reformas poéticas que suportam o seu nacionalismo linguístico e literário.

Concluindo, os quase quarenta e um anos de exílio vividos por Francisco Manuel do Nascimento, na sua maioria em situação de miséria, fome e humilhação, foram também um período temporal de expressão de uma saudade da pátria, manifestada, em especial, por uma luta contínua em prol da língua portuguesa, à qual a ausência de meios, longe de afrouxar antes estimulou a coragem de um lutador que merece encômios pela exemplar lusitanidade de todo o conjunto da sua obra literária, traduções incluídas.

O que ao princípio foi uma peleja motivada por convicções educacionais e também pelo simples gosto de polemizar que facilmente se deteta em Filinto Elísio, transformou-se, com o andar do tempo e por circunstâncias de uma fortuna adversa, numa tergiversação árdua e longa, a que só a morte pôs fim.

Francisco Manuel do Nascimento precisava sentir permanentemente a pátria, o que, no exílio, só era possível pela visita dos amigos e admiradores portugueses que nele viam uma referência tutelar e, compensatoriamente, pela via de uma língua que lhe serve de transporte/lembrança, presen-

tificação de uma felicidade perdida.¹⁵⁵ Como considerou Carlos Olavo, o exílio exacerbou o nacionalismo da sua sintaxe e vocabulário já que o poeta fora possuído por um «verdadeiro furor vernáculo». (Olavo 1944: 238)¹⁵⁶

Escrever foi para Filinto, nos tempos de maior dificuldade, um lenitivo, uma forma de sustento, um processo de exteriorização da saudade. Empurrado para fora da pátria, escrever na língua materna era a única possibilidade de materializar o país que o viu nascer em tudo o que ele representava; defender a língua materna das marcas de bastardia gálica, era defender a pátria.

Se Fernando Pessoa pôde dizer «a minha pátria é a língua portuguesa», Francisco Manuel do Nascimento, mais de um século antes, fez da língua, da luta pela pureza da língua-mãe, uma pátria sempre desejada porque expressão viva de uma saudade. Talvez melhor que ninguém Filinto Elísio tenha vivido a (e na) pátria pelo uso da língua nacional.

Referências Bibliográficas

Braga, Teófilo (1901): *Filinto Elísio e os dissidentes da Arcádia*. Porto: Lello&Irmão.

Branco, Camilo Castelo (1876): *Curso de Literatura Portuguesa*. Lisboa: Ed. Mattos Moreira & Ca..

Castilho, Ant. Feliciano de (1837): *A Primavera*. Lisboa: Tip. A.J.S. de Bulhões.

Correia Garção, P. Ant. (1957): *Obras Completas*. Lisboa: Sá da Costa.

¹⁵⁵ Assim se compreende melhor a recuperação que Filinto faz de Correia Garção que, ao tempo da Guerra dos Poetas era o seu ódio de estimação. Garção (talvez só lido por Filinto quando já no exílio) passou a ser apontado como modelo de perfeição linguística a seguir. A defesa da língua estava como se vê, para Filinto, acima de eventuais questões pessoais.

¹⁵⁶ Este livro de Carlos Olavo é, sem dúvida, o melhor estudo biográfico do Padre Francisco Manuel do Nascimento.

Garrett, J. B. L. de Almeida (1876): *Escritos diversos*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Mendonça, Ant. Lopes de (1855): *Memórias de literatura contemporânea*. Lisboa.

Nascimento, Francisco Manuel do (1817-19): *Obras Completas*. Paris: A. Bobbée.

Olavo, Carlos (1944): *A vida amargurada de Filinto Elísio*. Lisboa: Guimarães & Ca.

CULTURAL DISABILITY STUDIES: A PLACE IN THE HUMANITIES

Stella Nascimento

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

saguirre@utad.pt

Nature caused us all to be born equal; if fate is pleased to disturb this plan of the general law, it is our responsibility to correct its caprice, and to repair by our attention the usurpations of the stronger.

Maurice Blanchot, *Lautréamont and Sade*

Introduction

This article is essentially an endeavour to highlight the need to critically analyse the nature of the all-pervading stereotypes, prejudices and misrepresentations of disability within cultural constructs of the physically or mentally impaired body. It further hopes to promote the rapidly expanding state-of-the-art academic phenomenon known as Cultural Disability Studies, which is already an acknowledged and acclaimed academic field within many Faculties of Humanities.

Cultural-Disability Studies

Cultural Studies has earned an indelible standing in such far-reaching fields of academic study like Literary Studies, Communication Studies, Medicine and the Sciences; so much so that it is no longer possible or viable to constrain it to a field of study that is self-contained. Indeed, the ever-burgeoning interdisciplinary field of Cultural Studies has not

only been pollinated by other schools of thought but has also served to pollinate other equally fertile fields of academic study.

Whilst reflecting upon other equally flourishing contemporary fields of academic study worldwide, it is worthwhile noting that Disability Studies has over the past three decades come to the fore as a rich source of knowledge yet to be truly tapped into. Historically speaking, studies about disability have not been granted the same visibility as studies about race, gender, or class, despite the fact that people with disabilities not only make up the largest of the minority groups but also that they have been equally subjected to discrimination, isolation, prejudice, and marginalisation. People with disabilities have been experimented on, probed at, institutionalised, laughed at, sterilised, and exhibited as freaks of nature. Yet, oddly the study of disability has been largely neglected and placed out of mainstream academics. Indeed, “just as sex was the ubiquitous unspoken subject in the Victorian world, disability – the harbinger of mortality – is the ubiquitous unspoken topic in contemporary culture” (Snyder *et al.* 2002: 2).

Perhaps in part the explanation resides in the fact that traditional perspectives on disability have been somewhat limited to health professions, education and the social sciences, in which occurrences of disability are treated as immediate measurable limitations in functioning. However, rather than treating disability as merely inherent in individuals, the field of Cultural Disability Studies changes the interpretation of disability from an individual shortcoming to a multifaceted spin-off of biological, environmental, and socio-cultural energies. This outlook sheds light on how individuals who are labelled as “disabled” are treated collectively – in a way that weakens their economic, political, interpersonal and psychological well-being thereby exiling them to membership in a socially and culturally disadvantaged group.

People with physical or mental impairments are often referred to and regarded as other, abnormal or different by most people in society, regardless of socio-economic or cultural backgrounds. Such widely used apparently inoffensive and even socially-accepted terms and type casting are nothing short of stereotypical imaging and misrepresentations, which

are discriminatory and dehumanising of people with disabilities. It has been the work of Disability Studies scholars and activists, among a few others, who have made efforts to depict disability using proper terminology and non-preconceived portrayals to end with stigmatising stereotyping on a socio-cultural level. And, much in the same way as scholars in other areas of identity studies like African-American Studies, Latino Studies or Feminist Studies have used literary analysis and theory as a valid means to redefine identities and dismantle preconceptions; scholars that study disability are using similar techniques.

Various factors have helped draw attention to an increasing need to explore the richness of experience and creativity offered by the opportunity of disability. It is difficult to ignore the stereotyping and misrepresentations by the media; as well as the social stigmas, the taboos, the hidden fears and insecurities experienced by the able-bodied when confronted by a disabled body. The main goal in combating this challenge is awareness. Knowledge increases understanding, comfort and acceptance, a reality which has been illustrated by those who have used studies in culture to bring down walls of misconceptions about certain minority groups, for example homosexuals.

A wide range of sources that encourages education and widens knowledge is readily available to researchers in studies about disability. Such studies could lead to dismantling equally objectionable misconceptions about those people who have some physical or mental impairment. Disability is that one sole human condition in which any one person, regardless of race, gender, or sexual orientation, can find themselves. It is worthwhile to bear in mind that a person with an impairment does not necessarily mean he or she was born with it. Leading scholar in Disability Studies Lennard Davis points out that “To be African American is not to be white; to be gay is not to be straight. But the category of disability is permeable – anyone can become disabled, and in fact, most people will develop impairments with age [...] the acronym TAB (Temporarily Able-Bodied) serves to remind us of the shaky footing on which normalcy rests” (Davis 1999:502). Yet, disability remains an enigma that we experience but do not always fully understand.

One means to confront the many taboos, fears and misunderstandings around disability lies in repositioning the lens of academic analysis to

focus on the (mis)representations of people with disabilities in such cultural markers as newspapers, literary texts, medical records, historical documents, cinema, advertisements, art, cartoons, and the theatre, to name but a few. And, for instance, while it is commonplace to gain greater insight into literary texts through a study of culture and history, the inverse may also be held as true. This has been the case for gender studies as several theoretical perspectives, from feminist to post-structuralism, have enriched the understanding of both culture and history. The interdisciplinary academic field of Cultural Disability Studies also renders a rich area of research and seeks to understand the relation between the portrayal of disability and people with disability in the many indicators of cultural construction and how this representation has filtered into current cultural thought.

Discourses of (dis)embodiment

Contemporary Western cultures have set down a narrow range of body shapes as being either acceptable or unacceptable for men and women. Should one's body shape or size fall outside of this tight circle of what is culturally acceptable, then one may come up against cultural pressures and prejudices. Although cultural discourse in the new millennium may defend for instance that there has been a greater tendency towards the acceptance of diversity in female body shapes, the pressure to have a slender full-bosomed figure remains intense. Interestingly, the former traditional stereotype of the overweight person as being jolly and friendly has been undergoing a few changes; as now being overweight is frequently frowned upon as a sign of laziness, unhealthy lifestyle, a tendency towards self-indulgency or a sign of a lack of self-confidence. It is not uncommon to hear the comments, "She would be really pretty if she would just lose some weight." Another frequently heard remark about someone who is overweight is, "He's got a great personality." Similarly, such condescending and demeaning remarks are made of those who have some physical or mental impairment, leaving people to feel humiliated, insulted and hurt¹⁵⁷.

¹⁵⁷ It is not my intention to cause offence with the examples that follow of disturbing comments that some people who have impairments have endured. Rather, my intention is to reinforce the need for serious examination of such reproachable

Perhaps, equally alarming is the fact that researchers have long identified this tendency to connect positive personal traits to socio-cultural standards of physical attractiveness. They suggest that people have an inclination to attribute more favourable personality characteristics and life outcomes to those they consider to be physically attractive¹⁵⁸. The propensity towards standardization, massification and normalization of the body has played a significant role in placing those people who bear impairments outside the circle of cultural acceptability.

The able-bodied dominated culture we currently live in outlines the signification of bodies. Those souls that inhabit damaged bodies are more often than not categorised further into conflicting extremes. It is evident in the characters of story books or films in which we see the morally virtuous blind man (and perhaps even the possessor of supernatural powers of healing) as opposed to the questionable moral intentions of the facially deformed man who could only be driven by bitterness or envy. This practice of equating bodily difference with something unusual and bad about the moral status of the bearer of such a body is perhaps unsurprisingly as old as Western civilization itself.

For, the Greeks themselves burnt or cut signs into the body to announce that the bearer was a prostitute, a criminal, a slave, or a traitor. Such a person was “stigmatized (...) a blemished person, ritually polluted, to be avoided, especially in public places” (Goffman 1999: 203). The ancient Greeks valued the role that health, fitness and physical aptness played in their quality of life, and the Olympic Games, which have lasted to modern times, celebrated and exemplified this concern. Such ancient societies held particular fascination for the ideally beautiful human body, examples of

attitudes. To a young woman with cerebral palsy, “I’d have had you euthanized as soon as I discovered you were disabled or given you up for adoption and tried to have a normal baby.” To a paraplegic when he was ten years old, “You look almost normal in your school uniform.” The mother of a blind child overheard that her child’s blindness was God’s punishment for her past sins.

¹⁵⁸ An interesting and enlightening article worthwhile reading is that by K. Dion, E. Berscheid, and E. Walster (1972): ‘What is beautiful is good,’ *Journal of Personality and Social Psychology*, 24: 285-90.

which we may see today in museums in the marble statues of Aphrodite and Apollo. Authority on Spartan civilization Paul Cartledge suggests that this concern was of particular relevance to Spartans¹⁵⁹. Their social and political systems had to be highly structured, disciplined and military in regime. And, its citizens were expected to put service to their city-state before personal concerns because Sparta's survival was continually threatened by its own economic foundation: the great mass of Helots. As its well being depended on the exploitation of these enslaved Greeks, Spartans had to be highly endowed physically and mentally. More than that, they had to be physically and mentally superior. Indeed, the Spartans, perhaps even more so than other Greeks, despised physical (or indeed any kind of) disability, and Spartan laughter was typically laughter at another's expense. In the Greek city of Sparta, helping others die or putting them to death was considered permissible in some situations. Newborns with severe birth defects were put to death, and such children were abandoned and left to die of exposure, dehydration and starvation. Plutarch (c.50-c.125ACE), one of the most popular Greek authors at the time of the Renaissance, outlined this procedure in many of his writings, and more recently James Westendorf has graphically described:

The father had no authority to rear his child, when born, but brought it to a place called the Lesche; here the elders of his tribe sat and examined the infant ... but if it were feeble and ill-shaped, they sent it to the so called Place of Casting-Out – a chasm near Mt. Taygetos – considering that for a child ill-suited from birth for health and vigor to live was disadvantageous for itself and for the state (Cartledge 2002: 81)¹⁶⁰.

¹⁵⁹ Cartledge argues that much of the Spartan's physical training was severely eugenic in aim. Many disability rights activists believe that eugenics is a science that promotes the controlled breeding of human beings for desirable inherited characteristics. In other words, it advocates, for instance, the employment of sterilisation, genetic engineering or euthanasia for the improvement of the genetic composition of the human race, thereby justifying for instance the abortion of a foetus that is missing a limb or the sterilisation of a woman that is deaf.

¹⁶⁰ In this discussion of the ancient world, I have leant heavily on the research I undertook for my Master's degree which looked at the placement of euthanasia in English literature. Available at: <http://thebookshq.com/books/nascimento.html>.

By the same token, Plato and Aristotle sanctioned infanticide. They justified the act as a method of ensuring that only those citizens in peak physical and mental conditions were worthy to be a part of the finely oiled machine that the state was. In the *Republic*, Plato showed contempt for “weak fathers begetting weak sons”¹⁶¹ and in what seems more like a rudimentary scheme for eugenics, he has Socrates state that: “The offspring of the inferior, or of the better when they chance to be deformed, will be put away in some mysterious, unknown place, as they should be.”¹⁶²

Could it be argued that such practices are still standard? There are many who would not hesitate to point out that it was not too long ago that sterilisation was practised on a compulsory basis for the purpose of eugenics. To illustrate this, at the outset of the twentieth century in the United States, the sterilisation programme targeted people who were schizophrenic, deaf, blind, epileptic, mentally ill or physically deformed. It was only after World War II that public opinion towards such programmes and eugenics became increasingly negative due to the genocidal policies of Nazi Germany. Nonetheless, a considerable number of sterilisations were carried out in a few American states until the early 1960s until the last forcible sterilisation took place in 1981¹⁶³.

The body as a cultural construct

The body is much more than mere physical reality, it also takes its shape from cultural influences – cosmetic surgeries, piercings and tattoos are

¹⁶¹ Plato, *Republic*, BOOK III 297.

¹⁶² Plato, *Republic*, BOOK V 347.

¹⁶³ Several researchers have affirmed that the Nazis studied US eugenics laws to plan their genocide, a fact which many do not know, or wish not to. The following study may provide further insight into this issue: Lois A. Cuddy, and Claire M. Roche (eds.) (2010): *Evolution and Eugenics in American Literature and Culture 1880-1940: Essays on Ideological Conflict and Complicity*. Ontario: Rosemont Publishing.

Other democratic countries deemed forerunners and defenders of human rights actively operated strong sterilization programmes which lasted well into the second half of the twentieth century; in Sweden it was abolished only in 1976. Other nations include: the United Kingdom, Switzerland, Finland, Norway and Australia.

commonplace forms of culturally redefining the body's identity. Following on with this line of thought, it could be argued then that the body is a cultural construct. Culture has fabricated its own narrative of the 'normal' body and the pressure to conform to such normality has been threaded into the very fabric of society. Large-bosomed, wispy waist-lined Barbie dolls, taller grooms than brides on the wedding cake, the always cheerfully overweight and less attractive best friend of the main character in the latest romantic comedy, the recurrent pity seeking portrayal of people with disabilities in TV advertisements – all these instances are constructions of cultural forces. Not only is society the creator of such constructions but it is also bound by them. To understand how these cultural constructs come into being, how to measure the power they bear over society, what role they have in creating or dismantling age-long stereotypes about the so-called normal body would be no mean feat. More and more academics across academia have been acting on the need to consider the placement of disability within the cultural framework of contemporary society as a means to enhance understanding of disability within such far afield areas as medicine, engineering, sociology, law, media and communication studies, among so many others.

It would be no gross supposition to affirm that the human body as concept and image permeates pretty much every aspect of modern-day society. The English language abounds with countless linguistic devices the likes of metaphors, proverbs and idiomatic expressions, among others, in which reference is made to the damaged human body. These expressions are used to transmit linguistic messages which may range from a subtle insinuation to a downright affront or even to pronounce moral judgement. Consider for a moment the following: to go into something blindly, blind drunk, go it blind, blind chance, or turn a blind eye. A brief look at the entry for 'blind' in the dictionary leaves no doubt as to the overall common meanings of these expressions: heedless, dependent, inconsiderate, stupid, weak-minded, dull-witted, unreasoning, and reckless. And, granted that we may use these expressions perhaps with giving little or no thought to any underlying subtleties, the truth is that on a subconscious level some amount of negative stereotyping is being reflected onto people who are in fact blind. The blind community is known to speak out against such negative inferences and presumptions that they are physically and

intellectually incapable of independence. Frustrating and demeaning, to say the least.

In order to understand the placement of socio-cultural views towards disability in society it would be equally invaluable to understand its placement in literature. The written word is undeniably a powerful tool, which holds remarkable potential not only for a better understanding of, but also for dismantling age-long stereotypes and misrepresentations of people with disabilities. Its far-reaching nature allows both writer and reader to challenge and question fundamental truths in society; thereby promoting discussion on many levels.

Producers of narratives from children's fairytales to classical theatre or even modern day film scripts employ descriptive literary techniques when creating a character and it is in defining their physical bodies that their characters are either strengthened or weakened; made to be loved or detested; pitied or praised; feared or envied. Just as a blacksmith redefines the shape of metals by using the heat of a furnace and force of a hammer, writers use their tools of the written words to engrave powerful images of the human body into the minds of those who read their works. And, it is often the physical attributes that will either make or break acceptance of the character from the very outset.

The canon of English literature itself boasts characters renowned for their physical features. Unarguably, a well-thought out and thorough description of a character's physical attributes is a necessary step and artistic device so as to place the reader at the very core of the narrative. A handful of such characters that spring to mind are Mary Shelley's Frankenstein in *Frankenstein*, Captain Ahab in Herman Melville's *Moby Dick*, Snow White and her stepmother in *Snow White and the Seven Dwarfs* and Uriah Heep in Charles Dicken's *David Copperfield*. The bodies of these characters have been fashioned in ways to complement their very natures. For instance, the heroine in the children's classic *Snow White and the Seven Dwarfs* is not only gentle, sweet-tempered and virtuous but is also the most beautiful woman in all the land, whereas the malevolent stepmother transforms her body, deforming and disfiguring it so as to carry out her ultimate revenge of murder. The physical description of one of Dickens's

ultimate villains Uriah Heep is made to complement his nauseating cloying humility, and obsequiousness nature. This character must surely be embedded in English culture as one of the most detestable. There are physicians and literary critics who believe that Uriah Heep's lankiness, paleness and constant wriggling suggests that he was suffering from some physical disorder – dystonia¹⁶⁴. Indeed, many of the authors regarded as the giants of English literature portrayed characters with disabilities in their works but interestingly, some even bore impairments themselves and were very much influenced by them¹⁶⁵. Not only are literary texts created using already existent cultural constructions of damaged bodies, but they also build up on or dismantle cultural constructions, thereby creating new interpretations of the damaged body.

The film industry and mass media also act as powerful catalysts in reinforcing cultural prejudice towards people with disabilities. And, in great part due to an acknowledgement of the need for research in this area, many prominent Western universities have already included a disability studies approach in courses such as Media Studies, Journalism, and Film Studies¹⁶⁶.

It is an unfortunate circumstance that today's Western world has placed tremendous value on physical appearance, and more and more people are being discriminated because they do not meet the artificially created prerequisites of perfection and beauty. The last few decades have seen

¹⁶⁴ The Encyclopedia Britannica Online defines dystonia as “a movement disorder characterized by the involuntary and repetitive contraction of muscle groups, resulting in twisting movements, unusual postures, and possible tremor of the involved muscles”, <http://www.britannica.com/>.

¹⁶⁵ For example, research has been made into the influence that Huxley's blindness, Byron's lameness, Woolf's mental illness and Whitman's paralysis had on their respective writings.

¹⁶⁶ Some universities that include studies in disability are: York University in Toronto, Canada; the University of California at Berkley, the University of Illinois at Chicago and the University of Washington, among others in the USA and Liverpool John Moores University and the University of Leeds in the UK. For a more detailed listing see: <http://disabilitystudies.syr.edu/resources/programsinds.aspx>.

phenomenal increases in memberships at gymnasiums and health spas, as well as cosmetic surgeries to correct esthetic flaws. On the one hand, it is optimistic to behold that people are becoming more aware that a healthy body does indeed contribute to a healthy mind. On the other hand, much of this concern can probably be attributed to the high demands that society is placing on physical appearance in an ever-increasingly competitive world.

The path ahead

Given current available Portuguese academic studies, research that addresses the issue of disability from a cultural studies perspective, may boldly be regarded as ground-breaking. Within the Portuguese reality research remains somewhat wholly limited to the more traditional fields of Medicine, Biology, Psychology, Special Education and more recently Engineering – at the risk of overlooking others, but by no means disregarding.

In stark contrast to the Portuguese reality, it quickly becomes apparent that an entire academic field of study centred on disability – Cultural Disability Studies – has not only been gaining momentum but also academic acclaim on a worldwide scale. Indeed, such is the nature of Disability Studies of opening new perspectives of knowledge and enquiry that it has branched out into other already well-established fields of academic research and it has been well-received. The results have been far-reaching; for instance researchers in the field acted as catalysts in the passing of the Disabilities Act in 1990 in the USA. Therefore, it is hardly surprising then to notice that Cultural Disability Studies has taken a prestigious seat alongside other more established subjects on many university curricula.

It was partly in virtue of this worldwide phenomenon of Cultural Disability Studies as well as the need for addressing issues of disability from a cultural perspective within the Portuguese Humanities that led me to embark on research for my doctoral thesis in this field. Thus far, it has proven to be enriching on many levels, and it is increasingly manifest that within Portuguese academia there is beyond any shadow of a doubt a world of knowledge waiting to be tapped into. The importance of taking part in the development of this most state-of-the-art academic field, both

on a national and international scale, is immeasurable. It is imperative to analyse current attitudes to disability as well as the cultural representations of disability so as to examine how people with disabilities are portrayed – their day-to-day struggles, the obstacles and barriers they are confronted with in their social and professional lives, their achievements, and so forth. In so doing, it may be that it will change current global mindsets in regards to disability as a whole and people with disabilities.

It has been estimated that, at some point in our lives, practically all of us will become mentally or physically disabled, whether it be as minor as a broken arm or as serious as Alzheimer's disease. This cannot be ignored. Lennard Davis writes that:

The study of literature, literary history, and theory have only begun to fall under the sway of disability studies. The grotesque, the gaze, the dialogic, visual theory, the law, and so on – all are beginning to be broached by interrogations of disability. The exciting thing is the emergence of a whole new field in literary studies at the moment when many felt that there was nothing new under the hermeneutic sun. The survival of literary studies may well belong not to the fittest, but to the lame, the halt, and the blind, who themselves may turn out to be the fittest of all (Davis 1999: 510).

“ORGULHOSAMENTE SÓS” *VERSUS* L’AUTRE: CARREFOUR D’IMAGES LITTÉRAIRES¹⁶⁷

Anabela Branco de Oliveira

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

aoliveir@utad.pt

“L’Autre est ce qui permet de penser... autrement”¹⁶⁸

Le regard sur l’Autre subit dans *O Dia dos Prodígios*¹⁶⁹ (1980), *O Cais das Merendas* (1982)¹⁷⁰ de Lília Jorge et *Autópsia de um Mar de Ruínas* (1984)¹⁷¹, *Gente Feliz com Lágrimas*¹⁷² (1988) de João de Melo une intense métamorphose.

La Révolution des Oeillets (avril 1974) provoque la cascade violente de l’Autre. L’imaginaire collectif se relie à des modèles de développement

¹⁶⁷ Uma homenagem ao meu Mestre de sempre, Daniel-Henri Pageaux.

¹⁶⁸ Pageaux, Daniel-Henri, “De l’imagerie culturelle à l’imaginaire”, *Précis de Littérature Comparée*. Éditions PUF, Paris 1989, pp. 133-161.

¹⁶⁹ Jorge, Lília, *O Dia dos Prodígios*. Publicações Europa-América, 5ª edição, Lisboa, 1985 - *Le Jour des Prodiges*. Éditions Métalié, Paris 1991, traduction de Geneviève Leibrich et Nicole Biros.

¹⁷⁰ Jorge, Lília, *O Cais das Merendas*. Publicações Europa-América, 4ª edição, Lisboa, 1989.

¹⁷¹ Melo, João de, *Autópsia de um Mar de Ruínas*. Publicações Dom Quixote, 4ª edição, Lisboa, 1992.

¹⁷² Melo, João de, *Gente Feliz com Lágrimas*. Publicações Dom Quixote, 9ª edição, Lisboa, 1992 - *Des gens heureux parmi les larmes*. Actes Sud, Paris 1992, traduction de Claude Barousse.

et d'essor étrangers. L'étranger, devenu plus accessible, est constamment valorisé en tant qu'espace et en temps qu'univers et imaginaire. L'ouverture vers l'Autre est spontanée, inévitable et obligatoire.

L'Autre est l'étranger, le nouveau venu et le char des soldats messagers d'une ressuscitation de *O Dia dos Prodígios*. Il est la construction architecturale et émotionnelle de l'Alguergue de *O Cais das Merendas*. Il est le miroir qui déclenche l'évaluation de tout un régime et la construction d'une image et d'une action dans *Autópsia de um Mar de Ruínas*. Il se trouve dans les départs et les retours de émigrants de *Gente Feliz com Lágrimas*.

La métamorphose du regard commence par l'ébranlement des espaces, des personnages et des images. *O Dia dos Prodígios* énonce le doute et l'incertitude vis-à-vis d'un espace inconnu là où le soldat fiancé de Carminha dort¹⁷³. L'espace inconnu, toujours gâté, en même temps proche et lointain est l'Afrique des paysages merveilleux, des tempêtes attirantes, des carrefours de la nuit qui pleure, des "cacimbos", des après-midis hybrides de soleil et de pluie et des immenses "queimadas" à Calambata de *Autópsia de um Mar de Ruínas*. Lisbonne devient l'espace à atteindre, la valeur de la suprême connaissance, la ville des "dimanches" et des "sonorités arrondies, douces et vaporeuses", la sortie d'un isolement pour Amélia et Nuno de *Gente Feliz com Lágrimas*.

La métamorphose est déclenchée par le personnage qui refuse l'isolement et la stagnation. *O Dia dos Prodígios* énonce une Jesuina Palha, messagère du serpent ailé, qui exige l'action et condamne la solitude orgueilleuse. Le cantonnier de la route ébranle les certitudes et les sentiments de Branca et Carminha attend le jour de bonheur où un étranger arrivera au village. *Autópsia de um Mar de Ruínas* présente Renato, une voix de l'interculturalité, qui remplace le goût du pâté de foie par celui de la "moamba" de poulet et de l'ananas. Nuno et Amélia sont les personnages de l'éblouissement et de la métamorphose dans *Gente Feliz com Lágrimas*: Nuno reste fasciné par le globe terrestre du professor Quental, Amélia rêve des bateaux colorés, la mer est toute sa vie et son avenir ne peut qu'appartenir aux bateaux¹⁷⁴

¹⁷³ *Le Jour des Prodiges, op. cit.* p. 97.

¹⁷⁴ *Des gens heureux parmi les larmes, pp.* 123-124.

dans la quête de l'Autre. Martinho de *Gente Feliz com Lágrimas*, avant le départ pour l'Amérique, réunit les neveux et prend la photo de famille qui l'accompagnera dans le voyage vers l'Autre. Le papier-photo existe tout le temps à côté des lettres des femmes tristes du village "des bouches qui commençaient à s'édenter en l'absence des hommes"¹⁷⁵. Les lettres sont le récit des difficultés et des nostalgies puisqu'elles sont des lettres d'avis, puisqu'elles sont absolument nécessaires à l'embarquement et, quand elles refusent la sortie, deviennent "des condamnations à mort visant l'espérance embaumée de notre libération"¹⁷⁶.

Par leur action de résistance, les personnages déclenchent l'ébranlement des images qui, peu à peu, s'organisent dans l'isolement et dans la solitude. La réinterprétation de l'Autre africain pendant le Estado Novo¹⁷⁷ est toujours inséparable de la guerre coloniale¹⁷⁸. Protagoniste d'une guerre si proche et si lointaine, il devient le miroir de nos analyses, la quête de notre liberté, la pièce fondamentale dans le procès de libération et de changement de régime dans *Autópsia de um Mar de Ruínas*. Le besoin absolu d'un exil à la fois idéologique mais le plus souvent économique provoque, dans *Gente Feliz com Lágrimas*, la double construction d'une image de l'Amérique. D'abord, pour ceux qui restent, elle est "la terre promise depuis longtemps"¹⁷⁹, obligatoire pour le mariage car "les princesses arrogantes de la rue Direita ne s'intéressèrent à Luis" qu'à la veille de son voyage "quand elles surent que j'allais embarquer, voir du pays, et humer le parfum des dollars"¹⁸⁰. Pour les enfants de Rozário, l'Amérique est le pays des objets voulus: les

¹⁷⁵ *Ibid.*, p. 102.

¹⁷⁶ *Ibid.*, p. 103.

¹⁷⁷ Appellation accordée au régime politique en vigueur (1926-1974) avant la Révolution des Oeillets (avril 1974).

¹⁷⁸ Guerre du régime contre les mouvements d'indépendance des anciennes colonies portugaises notamment à Angola et au Mozambique.

¹⁷⁹ *Ibid.*, p. 103.

¹⁸⁰ *Ibid.*, p. 75.

montres, les boîtes à cadeaux, les poupées, les chemises et les odeurs de la lavande et de naphthaline des canadiennes gonflables.¹⁸¹

Espaces, personnages et images, initiateurs de la métamorphose du regard, aboutissent à l'éclosion et déclenchent la multiplicité des images littéraires. À travers la métamorphose, ils refusent la solitude, l'isolement et la finitude du regard. Ils refusent la phrase salazariste du "orgulhosamente sós". Les yeux fermés de cet "orgulhosamente sós" dictatorial deviennent adversaires des regards multiples, contradictoires, déchiquetés, simultanément stériles et créateurs portés sur l'Autre. C'est bien l'image du Estado Novo *versus* l'image de la révolution des Oeillet.

Gente Feliz com Lágrimas, *O Dia dos Prodígios* et *O Cais das Merendas* énoncent la confrontation des personnages orgueilleusement seuls et des personnages ouverts à l'Autre. À travers le grand coup de poing sur la table contre les inconnus qui lui volent la force de travail de ses fils et à travers les plumes arrachées de ses pigeons¹⁸², le père de Nuno, castrateur, égoïste, avare et austère de *Gente Feliz com Lágrimas* et Esperança Teresa, puante, décomposée et transformée en poussière bien avant la mort de *O Dia dos Prodígios* énoncent le "orgulhosamente sós" et deviennent les adversaires de Manuel Gertrudes dont la participation militaire pendant la Première Guerre Mondiale provoque l'ouverture symbolique vers l'Autre dans l'éblouissement des souvenirs amoureux dans *O Dia dos Prodígios*. *O Dia dos Prodígios* et *O Cais das Merendas* énoncent Carminha et Carminha Rosa *versus* Simão Rosendo. Les deux femmes, mère et fille, provoquent la solitude orgueilleuse d'une maison excessivement rangée, furieusement lavée et elles sont totalement indifférentes à l'apparition du serpent ailé: selon Jesuína Palha, elles ne font que regarder leurs tétons¹⁸³. Simão Rosendo est le disciple d'une France lieu d'apprentissage professionnel et personnel. Pendant les "parties" de *O Cais das Merendas*, ses commentaires

¹⁸¹ *Ibid.*, p. 187.

¹⁸² "Et quand papa allait aux nichoirs pour les pigeons qu'il avaient confectionnés de ses propres mains puis suspendus au grenier à maïs, il leur arrachait les plumes de la queue pour qu'ils ne s'échappent pas, mais c'était seulement nous qu'il dépouillait de cette innocente illusion..." (*Ibid.*, p. 179).

¹⁸³ *Ibid.*, p. 22.

gastronomiques, ses souvenirs heureux et ses désirs établissent un rapport constant avec la France. La solitude orgueilleuse de la fenêtre extrêmement lavée de Carminha est l'adversaire de la bague de Simão Rosendo, symbole de voyage et de séjour. La perte de la bague pendant une soirée à l'Alguergue est la métaphore d'une rupture avec l'Autre qu'il veut à tout prix éviter.

Marta, de *Gente Feliz com Lágrimas*, représente la contradiction des regards: elle se plaint d'une solitude imposée par Nuno qui ne l'amène jamais pendant ses voyages et elle est profondément exclusive par rapport à lui ne voulant jamais rien savoir sur les conflits, les mouvements culturels, les changements politiques, les "perestroika" et les "apartheid" de l'extérieur. Elle devient le "orgulhosamente sós" d'un pays après la révolution. Nuno fasciné par ses voyages, notamment celle du Canada lors de la maladie de sa mère, devient ainsi son adversaire fictionnel dans le même roman.

O Cais das Merendas énonce un autre adversaire fictionnel de Marta: Sebastião. Il représente le besoin toujours croissant de connaître l'étranger. Copain de la radio, ébloui par le cinéma, profondément amoureux de miss Laura, Sebastião veut tout savoir sur les mers et les tours de l'Europe, sur les villes de l'Italie, sur la présence des deux Berlins et du Pape à Rome. Le symbole du regard vers l'Autre est son dictionnaire Figueirinhas-Porto, toujours sous l'oreiller, toujours prêt à s'en servir, souvent présenté aux autres pendant le petit déjeuner.

La confrontation des regards parcourt aussi la différence des espaces dans un contexte d'émigration. L'oppression dictatoriale, la détresse économique et la fuite à la guerre coloniale exigent la sortie vers un autre espace et provoque des regards adversaires: ceux qui émigrent *versus* ceux qui restent.

Vilamaninhos est la métaphore d'un pays où tous sont orgueilleusement seuls¹⁸⁴. Redonda de *O Cais das Merendas* est le village de la stagnation, des

¹⁸⁴ "Mais le dimanche le village est vide. Tous les deux savent qu'en éternuant un peu trop fort elles feraient débouler les pierres des montagnes. Qu'elles rient trop haut et les toits des maisons, sans plus personne dedans, s'écrouleraient bientôt sur les luzernes du sol. Que quelqu'un crie à cause de la chaleur qu'il fait et l'horizon pourrait bien

“merendas” d’autrefois, de la moralité du prêtre, parrain de Rosária, des peurs, des méfiances et de la solitude orgueilleuse de Santanita Cagaça. C’est bien le village successivement isolé et oublié par les nouveaux travailleurs de l’Alguerie.

Nuno et ses frères subissent l’enfance dure d’une île entourée d’une mer qui libère et qui isole, d’une mer qu’ils ne connaîtront que bien plus tard, prisonniers d’une maison exigeante, toujours surveillés, des “créatures sans chaussures”, de pigeons aux ailes arrachées. Pour eux, les rues du village étaient souvent le monde du bonheur des autres.

L’émigration annonce un autre espace: le voyage désiré vers l’Autre. L’Amérique est la sortie de l’enfer et de l’isolement¹⁸⁵, le continent récepteur de *Gente Feliz com Lágrimas*. À travers les bateaux et les avions, le voyage virtuel de l’enfance devient le voyage réel. Amélia éprouve le bonheur immense envers un Canada grand, merveilleux et pourtant incapable de lui rendre l’éternel et “mystérieux goût de miel aux amandes¹⁸⁶” de son enfance. Luís “portant une panse rebondie” à force de “bière brune canadienne”, parle de la tendresse des canadiens et admire la façon dont ils parlent à leurs épouses. Nuno, pendant le voyage vers les derniers jours de sa mère, éprouve l’éblouissement des paysages canadiens, des difficultés accomplies et surpassées et du confort conquis par ses frères.

Les émigrants, les “americanos” présents dans les fêtes religieuses de Rozario apportent des mots nouveaux et mal connus, des portefeuilles bourrés de photos, de cartes de crédit et des poignées de dollars bien pliées, donnent aux rozariens une tournée gratuite et leur racontent leurs histoires de succès.

Ceux qui restent sous le Estado Novo sont orgueilleusement seuls, un orgueil qui est souvent dénoncé par la présence inévitable de l’extérieur. Ils deviennent victimes d’un isolement qui est souvent coupé par quelque

craker et se fendre. Le village vire de plus en plus comme un oeuf qui se gâte. Un oeuf couvi, qui pue et n’éclopas.” (Ibid., p. 16).

¹⁸⁵ Des gens heureux parmi les larmes, p. 133.

¹⁸⁶ Ibid., p. 62.

chose susceptible d'ébranler le conformisme et le marasme mais qui ne peut pas éviter le regard fermé. Pour ceux qui n'ont pas voulu ou n'ont pas pu sortir, les émigrants "se consolait aux Amériques, ils engrangeaient des dollars" et, pendant les vacances, ils avaient "un gros baril de bière canadienne" et "des dents d'or dans son sourire"¹⁸⁷.

Les regards fermés de "l'orgulhosamente sós" deviennent adversaires des regards, simultanément stériles et créateurs, portés sur l'Autre. La création de l'échange culturelle ne détruit pas la stérilité d'un regard unilatéral qui, en même temps, refuse et absorbe l'Autre. Le parcours fictionnel énonce la confrontation entre la supériorité (la phobie) et l'infériorité (la manie) par la stérilité des images et des regards.

Autópsia de um Mar de Ruínas présente la guerre coloniale à deux regards multiples et contradictoires. Il énonce la solitude orgueilleuse du soldat et l'orgueil du peuple de la *sanxala* dans la lutte pour l'indépendance. Les deux regards fermés partagent les deux côtés de la barricade où les blancs (soldats et colons) échangent de continuels regards avec les noirs (les différents peuples exilés dans la *sanxala*). Cette dualité de regards déchiquetés traverse aussi *Gente Feliz com Lágrimas* et *O Dia dos Prodígios*. *O Cais das Merendas* définit la totalité de l'éblouissement et la stupeur devant l'Autre visitant de l'Alguergue. L'Alguergue devient l'espace de l'absorption, un espace où les mœurs, les gestes et les nouvelles de l'Autre transforment le regard des anciens habitants de Redonda.

L'image de l'Autre définie en noir et blanc dans *Autópsia de um Mar de Ruínas*, *O Dia dos Prodígios* et *Gente Feliz com Lágrimas* est adversaire d'une image colorée de *O Cais das Merendas*. Pour Valentim, de *Autópsia de um Mar de Ruínas*, les noirs sont "turras dum cabrão". Pour les blancs colonisateurs et pour les soldats, les noirs sont tout faciles à manipuler, les combattants de la liberté sont laids comme les singes et ils sont toujours soulignés comme différents dans le bilan des morts établi par les rapports militaires¹⁸⁸. Les vieux, les autorités spirituelles et sociales de la *sanxala*, comme le soba Mussunda, ne sont plus respectés. Pour le sergent Marinho

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 104.

¹⁸⁸ *Autópsia de um Mar de Ruínas*, pp. 137-138.

de *O Dia dos Prodígios*, le noir est toujours “un fils de pute vieux”, “noir come la nuit” dépravé et violateur de sa petite-fille. Dans *Gente Feliz com Lágrimas*, Amélia ne voulait pas joindre les missions religieuses parce qu’en Afrique le climat avalait les vivants et les morts et les cannibales n’étaient pas du tout sympathiques; l’esprit rebelle de Luís était considéré parfait pour s’en aller “cogner les Noirs en Afrique”¹⁸⁹; le mari d’Amélia avait la nostalgie des esclaves, des femmes noires à battre, des idoles et des héros de Luanda et, lors de son retour au Portugal, pendant la décolonisation, les épaules vaincues et la bouche amère, il regrettait la trahison portugaise¹⁹⁰.

De l’autre côté de la barricade, les noirs refusent la présence colonisatrice du blanc. *Autópsia de um Mar de Ruínas* est l’espace d’un regard noir, les regards des peuples exilés à Calambata, obligés à sortir de leurs régions, vivant contrôlés et prisonniers d’une “sanzala”. Pour eux, le blanc et surtout le “blanc de Lisbonne” est toujours voleur, lâche et tricheur et l’agent de la PIDE¹⁹¹ est un homme aux yeux petits, un visage au museau de souris, le regard empoisonné¹⁹².

L’Alguergue de *O Cais das Merendas* est l’espace d’une image colorée de l’Autre. Les couleurs de l’Autre arrivent rapidement, par avion, venues de grandes villes comme Paris “celle d’un fleuve qui coule sous les ponts” ou comme Londres “un palais à l’horloge toujours à l’heure”. Elles arrivent dans les magazines de mode, absolument nécessaires au nouveau quotidien, car ils enseignent les nouveaux jeux, les nouveaux vêtements, les nouveaux gestes et les nouveaux comportements de la communauté de l’Alguergue. L’image accordée à l’Autre provoque le changement des goûts et des habitudes gastronomiques - l’adoption de la mousse au chocolat Belleville “dans un grand bol, tel qu’un bassin pour se laver les pieds”; la prolifération des nouvelles sandwiches, “les petits triangles de pain, garnis de laitue et d’un cure dent”, des petites rondelles de tomate, des

¹⁸⁹ *Des gens heureux parmi les larmes*, p. 220.

¹⁹⁰ “le pays s’offrait le luxe de livrer la grande Afrique à une sous-espèce humaine qui n’avait jamais rien mérité, pas même les sept empan d’une sépulture.” (*Ibid.*, p. 329).

¹⁹¹ PIDE: la police secrète du Estado Novo.

¹⁹² *Autópsia de um Mar de Ruínas*, p. 252.

petites rondelles d’oeuf, un petit morceau de olive sur un petit mont d’une mayonnese “esverdinhada”¹⁹³ - et le remplacement des “merendas” par les “parties”. Elle provoque le changement des gestes quotidiens: la vitesse des travaux domestiques aidés para les “varinhas mágicas” qui transforment les veloutés et les blancs de l’oeuf battus en neige; les nouveaux gestes de Zulmirinha, sa façon “de croiser les jambes comme les autres femmes”; les gestes de Simão Rosendo pendant les “parties”, les gestes venus de Marseille et “appris à la cannebière”; le tragique amaigrissement forcé de Valentina Palas, symbole d’une “manie” à l’extrême et les nouvelles opinions sur les espaces: la prise de contact avec les piscines “lacs couverts de mosaïques véritablement verts” et les petites “vases” de marbre pour les bains et pour “leur manie des eaux”¹⁹⁴.

Les stéréotypes en noir et blanc accordés aux blancs et aux noirs de *Autópsia de um Mar de Ruínas* existent aussi dans la couleur de *O Cais das Merendas*. L’hollandais est un homme au visage rouge “comme une pomme starking et aux cheveux qui ressemblent aux brins de blé”, les français sont “les envahisseurs de mille huit cents et... qui détruisent les autels religieux”. L’Amérique est le pays des “grandes grandeurs”, le Canada est “la région des ours, des neiges et des bérets à peau d’ours” et l’Allemagne est le “site des grandes guerres”¹⁹⁵.

Les femmes noires de *Autópsia de um Mar de Ruínas* sont la cible d’une violence sexuelle et d’une rage affreuse pendant les attaques portugaises aux villages de la forêt. Les jeunes célibataires ou les jeunes veuves des “anges libérateurs” lavent le linge des soldats (as lavadeiras) et offrent leurs corps à tous ces garçons tristes, obligés de faire la guerre. Natália subit les violations et la rage et devient la voix de la libération.

Aux femmes de *O Cais das Merendas* est accordée la beauté suprême: les noires ont “la couleur de la nuit, de la nuit la plus foncée” et elles

¹⁹³ *O Cais das Merendas*, p. 21 (ma traduction).

¹⁹⁴ *O Cais das Merendas*, p. 23.

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 91.

sont un “objet d’ébène né loin de la mer”¹⁹⁶; les femmes étrangères se promènent nues dans les plages, s’offrent aux regards des autres et traduisent la volupté, la sensualité et la force de l’Europe¹⁹⁷. Miss Laura est la “fascination woman” qui voyage dans tous les mers et connaît toutes les plages de la Méditerranée¹⁹⁸. Devenue la cible de l’intense passion de Sebastião, elle établit la différence entre les femmes orgueilleusement seules de la Redonda, représentées par Rosário et Santanita Cagaça et la force croissante des femmes de l’Alguergue qui voyagent aveugles vers l’Autre.

Le char de la révolution à Vilamaninhos (*O Dia dos Prodígios*) aboutit à la mise en question de nouveaux imaginaires et de nouveaux désirs¹⁹⁹. Le mélange hétéroclite de la maison à Rozario (*Gente Feliz com Lágrimas*) établit les regards contradictoires mais spontanés²⁰⁰.

Dans le combat “orgulhosamente sós” *versus* l’Autre c’est bien l’Autre le vainqueur. Il permet de penser... autrement et, né d’une multiplicité, il triomphe dans un effervescent carrefour d’images littéraires.

¹⁹⁶ *Ibid.*, p. 135.

¹⁹⁷ *Ibid.*, p. 22.

¹⁹⁸ *Ibid.*, p. 37.

¹⁹⁹ *Le Jour des Prodiges*, p. 179.

²⁰⁰ “Nuno vit ce nuage sulfurique survoler le globe de verre, l’image baroque de Notre-Seigneur le Christ des miracles, les verres des lampes à pétrole et la boîte à musique en forme de statue de la Liberté. Autrefois, on la remontait et une mélodie héroïque jaillissait” de l’intérieur. Avant de découvrir qu’il s’agissait de l’hymne américain, il avait toujours trouvé cette musique aussi sublime que celles des fanfares jadis accueillies à Rozário pour illuminer fêtes, kermesses et processions.” (*Ibid.*, p. 457).

UMA MATRIZ DIDÁTICA HUMANÍSTICA DA LITERATURA: ESTUDO DE INVESTIGAÇÃO DE DOUTORAMENTO

Luciana Cabral Pereira

UTAD, CEL, CIT'CEM

O que abriga a Literatura em seus objetos e o que nos obriga a lê-los e a estudá-los? Qual a sua faceta mais abrangente e qual o seu traço mais universal? O que vale, afinal, a Literatura e de que nos serve compreendê-la e analisá-la?

Ora, certamente autorizamos a colocação destas questões, justamente num momento da História onde tudo é relativizado e questionado, por vezes até à exaustão. Mais ainda, acreditaremos na pertinência daquelas interrogações num contexto de ensino onde a literatura e as humanidades em geral já não são se afirmam ontologicamente da mesma maneira, pelo que são vistas sob outras capas de interesse pedagógico e educativo em geral. Portanto, perguntaremos: a quem interessa a Literatura e por que motivos e com que finalidades? Esta questão de natureza eminentemente didática destaca sobretudo o lugar da literatura no âmbito das amplas estruturas sociais e culturais, pelo que perceber o funcionamento destas e os seus apelos e necessidades será, certamente, descortinar as possíveis realizações literárias. Com efeito, foram justamente essas novas ou renovadas materializações do literário, enquanto fonte de útil ensino e rentável formação do homem que motivou todo um conjunto de ações de investigação no âmbito de estudos de Doutorado, desde o ano de 2007, e que tem como título “Proposta de uma Nova Matriz Didáctica da Literatura: novas e renovadas solicitações, lugares e papéis da Literatura e da Didáctica da Literatura”, sob a orientação do Professor José Esteves Rei.

De modo concreto, motivou este estudo todo um interesse em perceber e localizar a atualidade do literário e da presença dos textos literários nos amplos circuitos sociais, culturais e económicos e qual o papel da didática literária no processo do seu devido e legítimo enquadramento conceptual

e prático. Por conseguinte, e de um modo verdadeiramente surpreendente, o presente estudo confrontou-se com a irresistível evidência de uma tradição de ensino na Universidade de Harvard dos E.U.A. onde os textos literários funcionavam como fulcral objeto de estudo e abundante meio de acesso e clarificação de temas amplos, de caráter interdisciplinar. Docentes da Business School de Harvard, Joseph Badaracco e Sandra Sucher são autores de obras cujos conteúdos narram as suas respectivas experiências de ensino em Gestão através dos recursos literários, dando continuidade a uma tradição da mesma Instituição Universitária desde os anos 80 do século transato através de Robert Coles (Coles 1989). Portanto, não se tratava de nenhuma análise académica pura ou filológica do texto literário (Badaracco 2007: 13-14). Antes se apostava no texto literário enquanto meio privilegiado de comunicação e ilustração representativa de temas, histórias, personagens, vidas, conquistas, desilusões, adversidades, receios, dilacerações interiores, juízos, sonhos... que refletiam, na verdade, as mesmas experiências de vida das pessoas reais, dos alunos que as liam e de todos aqueles que as discutiam em contexto de sala de aula (Badaracco 2007). Ora, este tipo particular de aproximação ao texto literário apresentou-se ao referido trabalho de investigação como uma extraordinária mudança de rumo no que ao ensino e receção da literatura diz respeito. De facto, esta realidade de ensino norte-americana significou, no fundo, a promessa de uma alternativa abordagem literária, pelo que cabia naturalmente à sua respetiva didática formular hipóteses de enquadramento conceptual e teórico sobre tamanhos contextos de atualização do literário e do seu ensino e criar meios de experimentação similar dessa experiência de ensino. Deste modo, e motivado por este entusiasmo experimental e interessado numa proveitosa análise comparativa com a experiência de ensino literário norte-americana e a sua aculturação com alunos do ensino superior nacional, este estudo de investigação promoveu um *Curso Livre de Literatura na Formação* cujo público-alvo seria constituído por alunos de Gestão, nomeadamente do Mestrado em Contabilidade e Finanças da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Na base deste *Curso Livre*, constavam, pois, todo um conjunto exato de objetivos didáticos e pedagógicos, cuja elaboração contou com o auxílio e preciosa visão do Professor José Esteves Rei, orientador deste projeto de investigação. Entre essas premissas orientadoras, destacam-se as seguintes:

- *Pressupõe-se em primeiro lugar o fundamental contacto material com os textos;*
- *Privilegia-se a leitura e familiarização com os textos literários, favorecendo a leitura dos géneros mais convenientes ao tratamento de determinados tópicos de trabalho, pelo que essa passagem pela leitura é obrigatória;*
- *Contemplar o objeto de formação ou de instrução do público-alvo, ou seja, trabalhar o texto conforme literário os objetivos de cada curso e idiossincrasia desse público-alvo;*
- *Haverá uma seleção devida e apropriada de obras e de géneros literários para cada público-alvo, uma vez que um mesmo conteúdo e forma textuais não servem para todas as áreas de formação daqueles grupos ou públicos. Deste modo, e a título de exemplo, será mais conveniente trabalhar as narrativas de Joseph Conrad, Arthur Miller ou peças de Sófocles ou Shakespeare, pela sua complexidade contenedora e dilemas éticos e morais que arvoram, sendo, assim, mais propícios para os públicos de Ciências Empresariais que têm de saber lidar e resolver semelhantes problemas no processo de conquista de liderança.*
- *A adesão do leitor é permanente, ou seja, ou conquistamos o leitor ou não vale a pena. Uma vez que se trata de uma proposta que aposta na formação humana e específica do aluno é preciso que este sinta a necessidade desta formação, razão pela qual a proposta de uma Didática da Literatura para estes cursos de Ensino Superior que norteia este estudo apoia-se em cautelosas sessões empíricas e experimentais de formação literária e na experimentação de formas de abordagem textual mais interessantes para a persecução dos objetivos de formação de cada público-alvo.*
- *Finalmente, a atuação ou procedimentos práticos a trabalhar eliminam qualquer veleidade expositiva. Trata-se, antes, de um método eminentemente indutivo, será um método por descoberta. Portanto, tem de ser o aluno a descobrir ao ler e confrontar-se com os textos. Não são os professores ou didatas a dizê-lo.*

Realizado ao longo dos anos de dois mil e oito e dois mil e nove, este *Curso Livre* ganharia vida após algumas reuniões de sensibilização de docentes e alunos do respetivo Departamento da mesma Instituição Universitária. Justamente, de modo a esclarecer os objetivos de ensino/aprendizagem do *Curso Livre*, foi preparado um prospecto com vista à sensibilização e conquista de alunos e participantes do mesmo *Curso Livre* e cujos conteúdos são exibidos de seguida:

Curso Livre de Literatura na Formação

O *Curso Livre de Literatura na Formação do Mestrado de Contabilidade e Finanças do Departamento de Economia e Gestão da UTAD destina-se e convida todos os alunos daquele Mestrado e outros interessados em discutir e debater temas relativos àquelas respetivas áreas a partir de recursos e fontes literárias nos seus mais diversos géneros e configurações. O Curso Livre pretende:*

- *Permitir aos alunos debater em grupo questões relativas à ética, à moral e às questões humanísticas no processo de interpretação de cenários que impliquem atitudes autónomas e a tomada de decisões; Cada texto e cada personagem apresentam ao leitor um teste de carácter que lhe permite conhecer-se melhor, antever desenvolvimentos futuros e ajudá-lo a tomar as melhores decisões (Badaracco 2007: 14).*
- *Analisar e interpretar cenários retirados de obras literárias que possam ser identificados com desafios morais: O que é um desafio moral? Sei distinguir tipos de desafios morais? O que acontece quando as personagens enfrentam os desafios morais do “certo vs certo” ou com o “certo vs errado”? (Sucher 2007: 4);*
- *Analisar tomadas de decisão dos protagonistas da literatura a partir dos princípios centrais de Teoria Moral ou a partir de múltiplas moralidades. Permitir aos alunos o debate oral sobre posições das personagens e manifestação da sua posição e defesa da mesma. Neste exercício os alunos trabalham inclusivamente os seus próprios conceitos de moralidade e exploram abordagens alternativas na solução de cenários. As decisões e comportamentos das personagens baseiam-se apenas em raciocínios lógicos ou neles interferem as emoções e o fator*

humanístico? Os alunos concordam com a decisão da personagem? Identificam-se com ela? Retiram deles exemplos inspiradores? (Badaracco 2007: 12-13).

- *Analisar o modo pelo qual as personagens literárias exercem a autoridade, ganham legitimidade e assumem a liderança. (Sucher 2007)*

- *As aulas deste Curso Livre privilegiam o debate e participação essencialmente orais e a discussão em grupo.*

Entre essas obras a abordar, constam as seguintes:

- *O Príncipe, Maquiável;*
- *Endurance, Shackleton's Incredible Voyage, Alfred Lansing;*
- *Trifles, Susan Glaspell;*
- *Um Homem para a Eternidade, Robert Bold;*
- *Antígona, Sófocles;*
- *Fábulas, Contos e Parábolas variadas de Esopo.*

No final do Curso Livre pretende-se que os alunos encontrem no esquema narrativo testemunhos apelativos e exemplares no processo de construção de soluções e tomadas de decisão e se sintam sensibilizados para a importância do aproveitamento ficcional literário para uma consciente leitura e maior compreensão de si próprios e do meio social, profissional e pessoal que os envolve (Sucher 2007; Badaracco 2007). Pretende-se, ainda, que compreendam os desafios colocados às posições de liderança e reconheçam a contribuição literária para a melhoria da sua exposição linguística e comunicação oral e escrita na defesa e argumentação estratégicas das suas posições.

- *Descrição da Experiência Didático-Pedagógica do Curso Livre de Literatura na Formação*

Após reunião com o Professor e Presidente da Escola de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Christopher Gerry, em 2008, com vista a apresentar e elucidar sobre o plano de trabalhos a desenvolver através do designado *Curso Livre de Literatura na Formação*, obtida seria a oportunidade de concretização praxeológica e experimental da matriz didática da literatura em estudo. De facto, o Professor Christopher Gerry ouviu muito interessadamente as ideias apresentadas, assim como os objetivos, conteúdos, estratégias e formas de avaliação planeadas para os alunos que desejassem participar. A sua resposta foi absolutamente positiva e apoiou esta iniciativa formativa e transdisciplinar, admitindo uma associada e evidente oportunidade de alternativa abordagem, ensino e aprendizagem de temas letivos daquela área de saber, nomeadamente a partir de instâncias narrativas e literárias, certamente muito apetecíveis no âmbito da aprendizagem dos alunos.

Inspirada nos modelos de ensino praticados na Escola de Gestão e Negócios da Universidade norte-americana de Harvard, e mais concretamente da sua docente Sandra Sucher, a matriz didática humanística da literatura, que este estudo analisou e desenvolveu, contou ainda com o fundamental apoio e colaboração da Professora Celina Jorge, igualmente responsável pela devida divulgação do *Curso Livre* junto dos seus alunos. Entretanto, seriam os alunos de Mestrado em Contabilidade e Finanças da mesma Instituição quem constituiria o público - alvo e destinatário particular deste *Curso Livre*, pelo que após uma breve reunião de esclarecimento e fixação de horário de funcionamento do *Curso Livre*, deu-se início às aulas de formação e aplicação do entusiasmante e alternativo método de acolhimento literário.

Uma vez levada à experimentação didático-pedagógica, a matriz didática da literatura trabalhada ao longo deste estudo obteve uma franca e positiva adesão dos alunos que participaram nas suas respetivas aulas de formação, entretanto facilitadas e animadas pelo método ativo do debate e sua natureza interativa. A partir desta orientação metodológica e ambiente acolhedor e favorável à livre expressão de ideias (Raths *et al* 1967), os alunos acederam a realizar aquilo que constituiu o cerne da matriz didática humanística sob análise. Justamente, os alunos desfrutaram dos textos literários e partiram da sua respetiva leitura e análise para uma

auto – reflexão verdadeiramente formativa e edificante do ponto de vista humano. Os alunos, conduzidos pelo professor, qual mediador entre o texto literário e os alunos através de blocos estratégicos de questões dedicadas a explorar certos temas – chave (Sucher 2007), colocaram-se no papel desta e aquela personagem literárias e assumiram como seus as adversidades, dilemas, desafios e juízos de natureza ética, moral e axiológica daquelas e tentaram formular respostas às mesmas questões. Portanto, não importava tanto o tipo de respostas ou soluções dadas pelos alunos, mas antes o exercício analítico e crítico de confrontação textual e literária e posterior volteio interior subjetivo crítico, inspirador de uma auto - consciencialização e progressivo auto - conhecimento, revelador do caráter e personalidade de cada um dos alunos participantes (Badaracco 2007:12-13). A partir daqui, cada sujeito estaria apto e livre para reforçar os traços constituintes da sua personalidade e identidade, quer pessoal quer profissional, ou, pelo contrário, rejeitar e reformular os mesmos. Portanto, à semelhança da receção dos textos literários em contextos de aulas de Gestão e Negócios nos E.U.A., também em terreno universitário nacional foi possível verificar uma entusiasmante adesão aos textos e temas neles explorados e trabalhados, assim como um efetivo aproveitamento pedagógico pela elucidação e esclarecimento alternativos de conceitos atinentes aos valores, à moral e à ética no seio do mundo empresarial e de gestão, e um rico exercício humanizante, muito resultante da contínua confrontação dos alunos com temas da mesma ordem, obrigando-os a revelarem a sua interioridade e a confrontá-la com a dos demais colegas. Como resultados concretos e de aprendizagem constarão, certamente, a auto – descoberta e auto – conhecimento, cujos domínios permitem a estes alunos, futuros gestores e líderes de empresas antecipar ações e ler a natureza ética ou moral das mesmas e respetivas tomadas de decisão (Badaracco 2007:14, Sucher 2007).

De facto, as ações de investigação desenvolvidas ao longo deste trabalho proporcionaram destacar e, por conseguinte, contemplar outros tipos de manifestações pedagógicas do literário, refletindo, deste modo, a progressiva atenção depositada na receção dos textos literários, sem olvidar a muito particular “ [...] *experiência/vivência da comunicação literária* [...]” (Rei 2006:214) por aqueles produzida que não deixam insensíveis os seus recetores, os alunos que sobre os mesmos textos literários

legitimamente seguem investindo uma atenção mais objetiva, qual ânsia de aproveitamento “*eferente*” da leitura literária (Rosenblatt 1978:24-25, 34-36). Mais ainda, a aludida experiência didático-pedagógica da literatura resgata, de algum modo, aquela perene dimensão humana caracterizadora da sua matriz original e remontável à Antiguidade Grega, em cujo contexto epocal e civilizacional os poetas indicavam e mostravam“ [...] aos homens sobre como viver. [...]” as suas vidas. (Beck 1964:118). Esta relevante função orientadora da vida dos homens atesta “ [...] o poder educacional da poesia. [...]” (Beck 1964:118), entretanto, apreendida sob fundos de entendimento com real “ [...] significado moral [...]” e primordial “ [...] função [...]” de treino do caráter humano (Beck 1964:119).

Terminarei com uma interessante sugestão de Harold Bloom que, perante a eminência de uma acrescida perigosidade envolta do destino do género do romance e valorizando o conjunto das leituras literárias como capazes de proporcionar uma espécie de ampla experiência emocional e cognitiva (Bloom 2000:274), afirma:

[...] Se os romances estão destinados a desaparecer, então passemos a homenageá-los pelos seus valores estéticos e espirituais, talvez ainda pelo seu heroísmo, quer a nível das suas personagens e dos seus autores. Leiamos os romances nos próximos anos, [...], tal como eles eram lidos nos séculos dezoito e dezanove: pelo prazer estético e apreensão espiritual. [...] (Bloom 2000:144).

Referências Bibliográficas

- Badaracco, Joseph L Jr (2007): *Questões de Carácter, Iluminar a essência da liderança através da Literatura*. Trad. Carlos Jerónimo. Lisboa: Actual Editora.
- Beck, Frederick A.G. (1964): *Greek Education (450-350 a.c.)*. London: Methuen & Co Ltd.

- Bloom, Harold (2000): *How to Read and Why*. London: Fourth Estate.
- Coles, Robert (1989): *The Call of Stories, Teaching and the Moral Imagination*. Boston: Houghton Mifflin.
- Raths, L.; Harmin, Merrill, Simon, Sidney B. (1967): *El Sentido de los Valores y la Enseñanza, Como emplear los valores en el salón de clases*. 1ª edição em espanhol, Tradução de Luz Maria Trejo De Hernandez, 1967, Uteha, México. Título original: *Values and Teaching, Working with values in the classroom*. Ohio: Charles E. Merrill Books, Inc., Columbus. EE.UU.
- Rei, José Esteves (2006): *Elementos da língua e comunicação literária em Eugénio de Andrade: contributos para uma leitura didáctica*. In: *Revista de Letras*. Série II. Nº5. Vila Real: Sector Editorial UTAD: 209-221.
- Rosenblatt, Louise (1978): *The Reader, the Text, the Poem, the transactional theory of the literary work*. USA: Southern Illinois University Press.
- Sucher, J. Sandra (2007): *Teaching the Moral Leader, A literature-based leadership course, a guide for instructors*. New York: Routledge.
- (2008): *Teaching the Moral Leader, Challenges, Insights, and Tools*. New York: Routledge.

LITERATURA E REVOLUÇÃO LIBERAL – TEORIZAÇÃO, PEDAGOGIA E DIDÁTICA

J. Esteves Rei

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

jrei@utad.pt

Gostaria de manifestar o meu regozijo pela iniciativa conducente a esta obra nas *Comemorações dos 25 Anos do DLAC* e o meu agradecimento pelo convite para nela participar.

0. Triângulo sócio-literário, antes e depois da revolução liberal

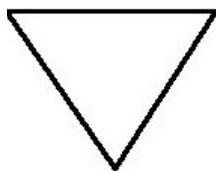
- De entrada, pretendo apresentar um triângulo sócio-literário com representações diferentes, antes e depois da revolução liberal²⁰¹:

SOCIEDADE

Realeza absoluta

Clero, nobreza e povo

Poder – origem divina



AUTOR / OBRA - Literatura

Formas e Conteúdos clássicos

Cidadão, a título individual

Sem proeminência social

PÚBLICO, DESTINATÁRIOS e LOCAL

Rei, nobres, clero – corte e salões

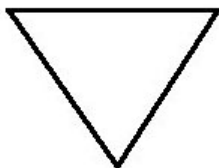
²⁰¹ Esta comunicação é devedora de vários artigos e obras nossas das quais destacamos: *Retórica e Sociedade*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1998, *A Escola e o Ensino das Línguas*, Porto, Porto Editora, 1998 e *A Escrita seu Aperfeiçoamento na Universidade*, Porto, Universidade Fernando Pessoa, 1994.

SOCIEDADE

Realeza constitucional

Povo

Poder – origem
humana, legitimado



AUTOR / OBRA - Literatura

Formas e Conteúdos novos

Cidadão, referendado/representativo

Ator social

PÚBLICO, DESTINATÁRIOS e LOCAL

Povo - jornal ou obra publicada

1. Aspetos dos termos e conceitos – literatura e revolução liberal

1.1. O termo *literatura* surge, entre nós, em 1510, nas Atas dos Conselhos da Universidade de Coimbra. Na língua latina *litteratura* significava saber relativo à arte de escrever e ler, erudição, instrução e gramática. Significou, mais tarde, um conjunto de textos, seculares e pagãos, opostos aos textos denominados *scriptura*, ou seja, conjunto de textos sagrados.

Nas línguas europeias, até ao século XVIII, referia-se ao saber, às ciências e às artes, em geral. Estamos, assim, perante um conhecimento que dizia respeito a poetas e oradores, gramáticos, filósofos e matemáticos. Sinónimos de literatura eram os termos *poesia* e *eloquência* (Silva, 1986: 1-9). Literato era, então, o indivíduo culto e instruído que, por isso, tinha um estatuto social privilegiado.

Nesse século, o termo passa a significar um conhecimento das obras do espírito, um enfarinhamento em história, poesia, eloquência e crítica. Esse conjunto de textos recebe uma adjectivação nacional, pelo que surgem as literaturas: portuguesa, espanhola ou francesa.

E, desde então, surgem outras aceções, das quais destacamos: produção literária de uma época ou de uma região (literatura transmontana); conjunto de obras que se caracterizam, especialmente, pela sua origem, temáticas ou intenções (literatura feminina, revolucionária ou de evasão); bibliografia existente a propósito de um determinado campo (literatura sobre o barroco); retórica ou expressão artificial (e o resto é literatura – escrevia Verlaine em *Art poétique*); história da literatura.

Para além destes conceitos, tenhamos presente que, em pleno século XIX, a literatura era vista como “um produto variável e flutuante de uma sociedade, sujeita às mudanças sociais e às revoluções do espírito, reflectindo as ideias e as paixões [ou seja] a literatura é a expressão de uma sociedade” (Campagne, 1873).

1.2. A expressão *revolução liberal*, para o efeito que aqui interessa, define-se, em primeiro lugar, por colocar a origem ou legitimação do poder no povo e não em Deus, passando a sociedade de teocêntrica a homocêntrica. Este aspeto é determinante para a nova literatura - concepção, função, finalidade e estatuto do autor - nascida após a revolução liberal e que se prolonga até aos nossos dias.

Com efeito, o Professor Óscar Lopes, na divisão em períodos da sua *História da Literatura Portuguesa*, traz até à atualidade a *época romântica* iniciada com a revolução liberal. Por outro lado, o termo liberal, etimológica e historicamente, remete para o termo livre ou liberdade. Esta, nas revoluções do século XVIII, enquadra-se na trilogia: liberdade, igualdade e fraternidade.

2. A noção alargada de literatura – de essência política, pedagógica e didática.

2.1. *Na Grécia e em Roma* – A literatura, ou o que lhe equivalia na Antiguidade Clássica, eloquência ou poesia, é de essência política. Com efeito, os textos que a constituem eram textos que estavam ao serviço da educação do povo. Tenhamos presente as narrações épicas da *Odisseia* e da *Iliada* e o seu emprego secular ao serviço da educação. No caso da Roma imperial, conhecemos o nascimento da sua literatura, sob encomenda feita por Octávio Augusto ao seu amigo Mecenas, como forma de dar substância e colorido textuais à escola romana, em substituição dos textos gregos nos quais, até então, eram educados os jovens romanos.

É Augusto e os seus amigos, Mecenas e Vessala, que vão meter mãos à obra, fazendo das suas mansões círculos de poetas. Virgílio dedica-se à composição da *Eneida* – conjunto de ideias, crenças e tradições romanas;

Horácio combina, nas *Cartas*, a moral dos camponeses com o ensino dos filósofos e desenvolve nas *Odes* temas nacionais em formas importadas do lirismo helénico. Ovídio empenha-se, conforme o desejo do imperador, em celebrar e poetizar o passado de Roma. E Tito Lívio escreve a obra mais significativa da época, ao tratar historicamente o percurso de Roma.

2.2. *Na revolução liberal* – Entre nós, o paladino desta ideia de literatura como conjunto de textos de educação do povo é Almeida Garrett, que a desenvolve com extraordinária clareza. O Romantismo do século XIX trouxe uma nova forma de investimento na literatura espalhando-a pelas massas através da imprensa, cujos periódicos pertenciam frequentemente ao próprio escritor – ao transformar este escritor / poeta em pedagogo do povo ou das massas leitoras / ouvintes. Estas eram os únicos votantes e constituíam as forças vivas das comunidades, antecipando processos que o século seguinte viria a expandir, devido a meios de comunicação bem mais poderosos do que a imprensa.

Vejamos a formulação dada a esta estratégia de comunicação através da pena do nosso lutador liberal, Almeida Garrett. Interrogava-se e respondia, qual é o emprego do sábio? – “coligir os factos do homem”; qual a ocupação do filósofo e do político? – “completar esses e achar a lei de suas séries”; e qual a missão do poeta, literato ou escritor? – “revesti-los das formas mais populares, e derramar assim pelas nações um ensino fácil, uma instrução intelectual e moral, que, sem aparato de sermão ou de preleção, surpreenda os ânimos e os corações da multidão.” (Barros e Murta: 26-27).

E continua Almeida Garrett: “Os poetas fizeram-se cidadãos, tomaram parte na coisa pública como sua. [...] Dai-lhe [ao povo] a verdade do passado no romance e no drama histórico -, no drama e na novela da atualidade, ofereci-lhe o espelho em que se mire a si e ao seu tempo, a sociedade que lhe está por cima, abaixo, ao seu nível”. É a formação de uma *identidade imaginária* - individual e coletiva – que está no horizonte deste escritor soldado do liberalismo português.

Em *Viagens na Minha Terra*, afirma a superioridade d’o povo povo, ao escrever:

Mas ainda espero melhor todavia, porque o povo, o povo povo, está são; os corruptos somos nós, os que cuidamos saber e ignoramos tudo. Nós [...] não entendemos a poesia do povo; nós, que só compreendemos o tangível dos sentidos, nós somos estranhos às aspirações sublimes do senso íntimo, que despreza as nossas teorias presunçosas, porque todas vêm de uma acanhada análise [...] – enquanto ele, aquele senso íntimo do povo, vem da Razão divina, e procede da síntese transcendente, superior, e inspirada pelas grandes e eternas verdades que se não demonstram porque se sentem. [Cap. XLII].

Todavia, o autêntico revolucionário da literatura liberal foi Victor Hugo que deixou num poema a poética nova de funcionalidade sócio-política e de natureza romântica. Trata-se da composição à qual os livros escolares atribuíram o título de “Missão do poeta”:

O poeta [...] / vem preparar dias melhores. / É o homem das utopias.
/ É quem faz reluzir o futuro! [...] Povos, escutai o poeta! / Escutai o sonho sagrado! Na vossa noite, sem ele completa, / apenas ele tem a fronte iluminada. [...] Ele inunda com a sua luz / a cidade e o deserto.
[...] / Pois a poesia é a estrela / que conduz a Deus reis e pastores. [Hugo, 1864:207-221]

Este é o compromisso cívico dos poetas, que, no século vinte, alguns regimes políticos socialistas levarão bem mais longe.

3. A comunicação literária – Sendo a finalidade de qualquer língua servir de instrumento de comunicação e estendendo-se ao povo, com a revolução liberal, a finalidade pedagógica da literatura, a comunicação adquire aí um lugar de relevo. Trata-se, então, de uma *comunicação literária*, tornada de massas. Nela, os textos e a leitura sempre representaram: a) um ponto de encontro entre uma situação de escrita e uma situação de leitura; b) uma condensação de sentidos explícitos, latentes, reconhecidos ou projetados; c) um momento da atualização do texto e da apreciação de suas dimensões pelo público leitor/ouvinte.

E de que tipo de comunicação se trata, ao falarmos de comunicação literária? – De uma *comunicação mágica*, segundo Yves Vadé [1990: 31], que afirma:

Ao contrário da comunicação linguística o que nela circula não é da ordem do sentido; é uma carga afectiva, real ou fantástica, recebida por um receptor que a rejeita ou adere a ela e no qual produz perturbações diversas, que se manifestam pela angústia, pela agressividade, pelo êxtase, ou diferentes fenómenos psicossomáticos. São os sintomas de uma leitura cativante.

Pascal, no século XVII, foi clarividente sobre a função da literatura [Silva, 1986: 2], que define como “a arte de dizer as coisas de maneira” a: – i) “ouvir sem dificuldade”, ii) “ouvir com prazer”, iii) interessar o leitor, para “levar a reflectir” [Pascal, 1978: 17]. Afirma, ainda, que como “o objecto da medicina consiste na cura” assim “o objecto da poesia é o deleite” [Pascal, 1978: 23]. Esta é a finalidade da escrita e da leitura das obras literárias, desde a revolução liberal. Mais tarde (1910), Gustav Lanson, o pai da entrada da literatura no liceu, avoluma a sua função hedonista, ao afirmar: “a literatura é um dos prazeres de que se compõe a felicidade, finalidade da natureza” [Hazard, 1983: 225].

4. Literatura romântica – a face lírica ou da expressão do eu

A literatura do século XIX é uma literatura da expressão do eu, isto é, parte do lirismo. Nisto se opõe à do século XVIII, cujo objeto era a inteligência – e ambas se opõem àquilo que constituía o ideal barroco do século XVII, que era o espanto e o deleite do leitor/ouvinte.

O eu da literatura romântica, apesar de ser um eu individual, recebe as qualidades do Eu absoluto (de Fichte), e, assim, constitui-se como realidade primordial, torna-se a fonte de todo o real, o que significa que a sua faculdade absoluta de produção é ilimitada e tende para o infinito.

No mundo romântico, o real aparece assim mitigado para os sentidos, pois o autêntico real não é visível nem palpável, brota do interior do eu, como produto da sua atividade, pelo que esse mundo, ao contrário do

humanista (do século XVI) e do iluminista (do século XVIII), abre-se ao sobrenatural e ao mistério, na medida em que ele representa apenas manifestação do espírito.

Deste modo, no individualismo constitutivo da obra romântica, transparece sempre o universal: nas tristezas, nos desejos do indivíduo e nas formas múltiplas da natureza, estão presentes os problemas do ser e do seu destino universais; “na expansão sentimental, e nos quadros pitorescos, o lirismo romântico propõe-nos meditações ou símbolos do universal e do inconhecível” [Lanson, 1912: 931].

O conceito de criação literária e a apresentação do escritor/autor como criador é um outro dado assumido e divulgado pela estética romântica [Lanson, 1912: 208-220]. Na segunda metade do século XVIII, a obra poética deixa de ser vista como o produto da ação de uma entidade transcendente (Musa, Deus). Passa, antes, a ser olhada como saída do génio, do dinamismo e das faculdades naturais do seu autor, passando este de imitador a criador.

Ela é uma produção, entre a infinidade de outras possíveis do eu individual, do artista que concebe e que se afirma no próprio ato de criar e se identifica com o resultado da criação. Mais tarde, com os formalistas russos, no início do século XX [Todorov, 1978: 141-148], o conceito de criação será substituído pelo de construção, fugindo assim a qualquer conotação essencialista ou metafísica e marginalizando a problemática de génese biográfica, psicológica e histórica da obra literária.

O sonho é, ainda, um outro elemento fundamental na estrutura da alma romântica e da sua criação artística, permitindo ao artista a reinvenção do real. O sonho recebe dos românticos um novo significado, pois eles destacam as suas virtualidades e aproximam o ato artístico criador do processo de elaboração dos sonhos.

A validade desta semelhança é reconhecida por cientistas como o próprio Freud, ao afirmar:

Nós bebemos na mesma fonte, modelamos o mesmo barro, e a conformidade dos resultados parece testemunhar que ambos trabalhámos

bem. O nosso percurso [o dos cientistas] consiste na observação consciente dos processos psíquicos anormais nos outros, a fim de lhes podermos encontrar e enunciar as leis. O romancista concentra a sua atenção sobre o [...] seu espírito, observa todas as suas virtualidades e atribui-lhe a expressão artística. Aprende através do seu interior aquilo que nós aprendemos pelos outros: quais são as leis que regem o inconsciente; mas, no seu caso, ele não tem qualquer necessidade de as formular nem de as exprimir claramente; graças à tolerância da sua inteligência ele incorpora-as nas suas criações artísticas.” [Freud, 1949: 242].

A experiência do sonho forneceu ao artista romântico a experiência da abolição das categorias de espaço e de tempo - o que leva o poeta a exclamar “Tornei-me Deus” [Silva, 1987: 557], entrando, assim, no infinito e no invisível que se encontram dentro de si mesmo. O discurso torna-se o espaço da magia no qual se inventam e reinventam realidades de acordo com os desejos, os estados de alma ou o acaso de circunstâncias ou de produtos conducentes ao êxtase, como o ópio, o haxixe, os licores e os perfumes.

Neste último caso, o artista seria o primeiro espectador leitor dessa *poesia involuntária*, desse fazer discursivo onde as imagens, as visões e as aparições, se colocam em plena liberdade e numa beleza que o encanta [Silva, 1987: 555].

5. A Literatura romântica – a face realista: teorização garrettiana

A componente evasiva que ressalta desta forma de ver e analisar a Literatura de expressão lírica é apenas uma das suas faces, sendo a outra a realista. Partindo desse mesmo conhecimento do indivíduo, muitos escritores revolucionários põem-no ao serviço do seu empenho social e político, na busca de uma sociedade nova, mais justa e mais livre que o *antigo regime*. Socialistas utópicos, românticos liberais, progressistas com as mais diversas origens, acreditam – particularmente a partir do incremento dos ideais liberais, advindos da revolução francesa – na nova ordem social e política, na nova arte, capaz de exprimir essa sociedade. Acreditam nas forças instintivas, primitivas e subjetivas do indivíduo, mas também no

mundo novo em que este está implantado, o mesmo é dizer, numa arte visionária, mas também numa arte realista [Silva, 1987: 557-558].

Um dos representantes, teorizador e produtor, entre nós, desta arte *realista* foi Almeida Garrett (1799-1854), que atribui a essa arte a missão de ser portadora da verdade objetiva e real da história, da sociedade, do povo: “a literatura é a expressão da sociedade” [Saraiva, 1961: 57-59]. E Garrett tem plena consciência de que à indefinição do futuro da literatura não é alheia a indefinição do futuro da sociedade: “a literatura actual é o verbo ainda balbuciante de uma sociedade indefinida, e contudo já influi sobre ela.” [Saraiva, 1961: 57-59]. Estas eram as palavras lúcidas de Garrett, em 1844, numa altura em que a indefinição estética e ideológica refletia a indeterminação da sociedade.

A teorização artística do introdutor do Romantismo em Portugal leva-o até às últimas consequências dos seus princípios, a ponto de afirmar categoricamente: “este é um século democrático: tudo o que se fizer [portanto] há-de ser pelo povo e com o povo... ou não se faz.” [Saraiva, 1961: 27]. E continua:

“Os príncipes deixaram de ser, nem podem ser, Augustos. Os poetas fizeram-se cidadãos, tomaram parte da coisa pública como sua; querem ir, como Eurípedes e Sófocles, solicitar na praça os sufrágios populares, não [...] cortejar no paço as simpatias de reais corações. As cortes deixaram de ter Mecenas; Os Médicis, Leão X, Dom Manuel e Luís XIV já não são possíveis; não tinham favores que dar nem tesouros que abrir ao poeta e ao artista.” [Saraiva, 1961: 27].

Concluímos, então, que a sociedade é outra e, nesta, tal como os poetas e o povo ascenderam ao pleno estatuto de cidadãos assim os poderosos do mundo velho descenderam dos seus pedestais de barro: daí os novos papéis para uns e para outros.

Tinha consciência plena, o nosso primeiro romântico, de que a nova literatura implicaria o surgimento de outras formas artísticas – como o drama, e o romance (histórico, psicológico e de costumes), a poesia intimista e a poesia filosófica, o poema em prosa – e a desapareição de algumas das anteriores – como foi o caso da tragédia, das odes pindáricas e sáficas ou da écloga.

Sobre isto, afirma: “[ontem,] os sonetos e os madrigais eram para as assembleias perfumadas dessas damas que pagavam versos a sorrisos.” [Saraiva, 1961: 27]. Contudo,

“os leitores e os espectadores de hoje querem pasto mais forte, menos condimento e mais substancial: *é povo, quer verdade* [s.n]. Dai-lhe a verdade do passado no romance e no drama histórico –, no drama e na novela da actualidade ofereci-lhe o espelho em que se mire a si e ao seu tempo, a sociedade que lhe está por cima, abaixo, ao seu nível, – e o povo há-de aplaudir, porque entende; é preciso entender para apreciar e gostar.” [Saraiva, 1961: 28].

Este é o espírito profundo do movimento romântico que o autor de *D. Branca* e de *Camões* tão bem definiu.

Na sua teoria literária, Garrett concebe a existência de uma verdade objetiva, como já vimos, e atribui ao escritor a função, melhor, a missão de a comunicar ao povo: “[...] estas minhas teorias de arte, reduzem-se a pintar do vivo, desenhar do nu, e a não buscar poesia nenhuma, nem de invenção, nem de estilo fora da verdade e do natural [...]” [Saraiva, 1961: 56].

Numa altura em que os barões do cabralismo, isto é, a oligarquia financeira, impunham a sua escala de valores, Garrett insurge-se contra ela e reage: “Andai, ganha-pães, andai; reduzi tudo a cifras, todas as considerações deste mundo a equações de interesse corporal, comprei, vendei, agiotai.” [Saraiva, 1961: 56]. Está, porém, seguro da coerência do seu aparelho teórico, a ponto de não recear o confronto com originais estrangeiros:

Eu tive sempre na minha alma este pensamento, ainda antes – perdoai-me a inocente vaidade, se vaidade isto chega a ser – ainda antes de ele aparecer formulado em tão elegantes frases por esses escritores que alumiam e caracterizam a época, os Vitor-Hugos, os Dumas. [Saraiva, 1961: 26].

A adequação do romance à época e ao público provém, em primeiro lugar, da sua natureza: 1) “o romance é a diversidade social de linguagens, por vezes, de línguas e de vozes individuais, diversidade literariamente organizada” [Bakhtine, 1978: 88]; 2) o romance para além de possuir uma componente estética, que não brota da poética tradicional, é uma

composição retórica, compreendida entre “as formas contemporâneas de propaganda moral” [Bakhtine, 1978: 93]; 3) o romance veicula formas composicionais de introdução e de organização de um plurilinguismo, caracterizado por um fundo inicial de linguagem corrente, da opinião geral, anónima ou opinião pública, quer dizer, “perspectivas literárias e ideológicas multifórmes - géneros, profissões, grupos sociais (linguagem do nobre, do camponês, do comerciante), introduzem-se falares orientados, como os familiares (bisbilhotices, conversas mundanas, falas dos criados)” [Bakhtine, 1978: 122 - 132]; 4) além disso, essa adequação relaciona-se ainda com a sua capacidade de divulgação da mensagem: alcança rápida e eficientemente “uma população vasta e dispersa” [Saraiva e Lopes, 1976: 728].

A literatura da expressão romântica realizou ainda a “revolução que derrubou o ‘antigo regime’ da língua”, na expressão forte de V. Hugo [Lanson, 1906: 942-943], adaptando à transmissão do sentimento e da sensação uma língua, até aí, ao serviço das ideias, da filosofia, das academias e dos serviços públicos: fim às convenções mundanas; fim às palavras ignóbeis e igualdade entre todas as palavras; fim às palavras gerais onde se esconde o pensamento; e, sim, à expressão própria, tão intensa, “extrema” e “local” quanto possível, e à associação de palavras para manifestarem a particularidade, a individualidade, mesmo a singularidade do objeto; não à metáfora, modo de escrever, e sim à imagem, forma de sentir, tentando introduzir no estilo todo o concreto possível. Estas alterações foram tão longe que G. Lanson reconhecia que “hoje já não conseguimos escrever mesmo sobre ideias, sobre matérias de raciocínio, sem tentar reter ou projectar nas nossas palavras as nossas sensações” [Lanson, 1906: 942-943].

6. A revolução do “antigo regime” da língua - de Garrett a Eça

Também entre nós, teve lugar essa revolução da língua, encontrando-se entre os seus obreiros Garrett, Herculano, Camilo e, sobretudo, Eça de Queirós.

Antes deles, a língua portuguesa era ainda a linguagem dos grandes clássicos dos séculos XVI e XVII: um instrumento rico, hierático, rígido e

solene [...] com uma sintaxe aferrolhada por regras inflexíveis [...], uma língua clássica [...] petrificada [...] inadequada para a expressão viva dos matizes da inteligência e da emoção suscitados por novos estilos de vida, novas correntes de ideias e pelas naturais mudanças do gosto e da imaginação. [Cal, 1981: 57].

De Herculano herdámos a renovação da tonalidade e da sonoridade na narração e uma prosa de ritmo mais flexível e de gosto mais espontâneo e natural. Garrett e Camilo foram mais longe. O primeiro foi quem começou a domar a ênfase retórica, a qual “desde o século XVII, distanciando-se cada vez mais do manancial vivo do idioma, acabara por fazer da língua literária um dialecto académico, mumificado, e totalmente desvinculado da expressão usual.” [Cal, 1981: 58] Do seu legado, constam a coloquialidade da expressão com a sua clareza imediata, a temática do quotidiano, a prolixidade da conversação, que rompem “o hieratismo freirático e a altiloquência eclesiástica” [Cal, 1981: 57].

Quanto a Camilo, ele deixou o seu traço ligado à renovação do vocabulário, popularizando-o e alargando-o a novas áreas, da cidade ou do campo, indispensáveis à transmissão dos sentimentos dos seus heróis ou à veemência do seu entusiasmo polémico: “contribuiu decisivamente para aproximar da realidade o instrumento da expressão literária.” [Cal, 1981: 59]

A respeito de Eça, é pertinente perguntar: em que é que consistiu essa reforma estilística do autor de *Os Maias*? Fundamentalmente, numa rutura com as normas e os padrões da escrita artística, em língua portuguesa. E o seu autor tem bem consciência disso quando ironiza aos amigos queixas da incompreensão aparente com que até eles, por vezes, respondem às suas obras²⁰². Eça acaba por concordar com o seu amigo Mariano Pina,

²⁰² Por estarmos em Trás-os-Montes e ser relevante a correspondência seguinte entre Eça e o seu amigo Mariano Pina, aqui a deixamos transcrita. Parece-nos da mais fina ironia a carta (abaixo transcrita) enviada por Eça a Mariano Pina em 8 de Abril de 1888 (in Eça de Queirós, *Correspondência*, org. por Guilherme Castilho, Lisboa, I.N.C.M., 1981, Vol. I), na qual se reporta à crónica deste último, inserida, segundo Eça, na *Ilustração* de 5 de Abril (ou de 20 de Julho de 1887, pp. 210, 211 e 214 – segundo parece), onde lemos o seguinte.

“Talvez que depois do que deixo escrito, classificando esse capítulo como um modelo d’alta literatura, todos os sábios retóricos de liceus, e de academias, dêem pulos de

raiva e pinchos d'indignação, vociferando apopléticos contra semelhante blasfêmia. Para eles *A Relíquia* deve ser um mísero atoleiro de erros de gramática, vírgulas que não estão no seu lugar, e expressões, e estrangeirices e modernices que ainda não foram, nem nunca hão-de ser confirmadas por autoridades como o sr. João Felix, o sr. Pedro Monteiro, o sr. Epifânio ou o sr. Padre Amado.

Qu'importa isso! Qu'importa toda essa algazarra, qu'importam todas essas fúrias! Coisas piores ouviu Victor Hugo quando partiu em guerra contra a classificação das palavras em termos nobres e plebeus, e achou todo o dicionário da língua francesa digno de entrar nos seus poemas e nos seus dramas.

Qu'importa tudo isso! A gramática é certamente a mais circunspecta de todas as invenções, e se ela não existisse seria preciso inventá-la para gáudio e brilho de todos os professores mais ou menos epifânicos e mais ou menos amados dos nossos liceus. Mas enquanto os rapazes nas suas aulas estão privados de se educar em páginas vivas como aquelas a que tenho aludido, que ao menos nós, livres do jugo retórico e académico, nos entreguemos a leituras que nos deleitem e que alimentam este orgulho que devemos ter por esta 'língua portuguesa' tão sonora, tão pitoresca e tão bela, que tem ferido todas as notas da alma humana, desde a nota cómica de Gil Vicente, a nota épica de Camões, a nota romântica de Garrett e Herculano, a nota lírica de João de Deus, a nota voltairiana de Junqueiro, até esta nota feita de cepticismo, d'ironia e de romantismo que é todo o encanto dos livros do sr. Eça de Queiroz."

A carta de Eça, a que nos referimos, e que responde às reflexões transcritas, contém um lamento irónico de Eça.

"Meu Caro Pina

Recebi a *Ilustração* de 5 de Abril, e com ela, e nela a curta, mas pavorosa demolição, que V. faz da minha pobre pessoa. Famosa sova, na verdade! É desse género o que nós chamamos em Lisboa - *dizer as últimas*.

Porque enfim, até agora, os críticos mais hostis concediam-me ao menos uma certa *arte de escrever* - enquanto que V. nega desde logo terminantemente, que eu possua sequer os rudimentos dessa arte - *a gramática e a sintaxe*. As páginas dos meus livros diz V. com ferocidade, *estão cheias de erros de gramática e de erros de sintaxe*! E isto é realmente *dizer as últimas*.

Há longos anos que um crítico não pronuncia palavras tão violentas [...].

O que não compreendo muito bem é, quando V. diz que os meus livros, *cheios de erros de gramática e de erros de sintaxe*, prendem e dominam o público! Aqui, perdoe-me V., caro amigo, mas creio que há trapalhada! V. decerto não liga a estes termos, *gramática e sintaxe*, a ideia que lhes ligam as Mestras-Régias de Trás-os-Montes. Sem penetrar mesmo muito nos requintes da Filosofia da Linguagem, V. conhece tão bem como eu, ou melhor talvez, o que hoje se entende por estes termos: *gramática e sintaxe*: e sabe bem que, sem aquilo a que hoje se chama *gramática*, não há

que os seus livros têm uma sintaxe e uma gramática, o mesmo é dizer, uma arte de escrever e uma língua, diferentes das dos clássicos portugueses.

A língua herdada por Eça era inadequada para nela extravasar toda a sua criatividade artística. É assim que a língua portuguesa que ele constrói, mais do que a um programa, obedece a uma necessidade. O seu ideal artístico situava-se no “domínio das palavras, para expressão [...] da imaginação, no seu sentido pessoal, sem se isolar, e no sentido geral da ‘correspondência’ com o público, sem se vulgarizar.” [Lins, 1959: 158]

Segundo o desenvolvimento de Álvaro Lins, em Eça “a arte é que é renovadora, chocou-se com o velho instrumento que não tinha amplitude para contê-la. A reforma nasceu desse desencontro. [...] diante dele [...] estava uma língua parada: a sintaxe apertada em regras invioláveis, as palavras muito sovadas pelo mesmo uso excessivo, os substantivos unidos com os adjetivos sempre do mesmo modo, como casais sem filhos.” [Lins, 1959: 157-158]. Este autor é levado a concluir: “o que prova que Eça não cometeu atentados mortais é que a língua se modificou tanto depois dele que muitas das suas páginas vão ficando clássicas.” [Lins, 1959: 159].

clareza de linguagem, e sem aquilo a que hoje se chama *sintaxe*, não há *coordenação de pensamento*.

Toda essa passagem é confusa - e o que ainda a complica mais, é V. dizer que ‘os gramáticos são os verdadeiros cultores da língua, os verdadeiros escritores, retoricamente falando’. Que diabo quis V. dizer com isso? É perfeitamente incompreensível, a não recairmos na suposição de que V. liga aos termos *gramática* e *sintaxe*, a mesma ideia que lhes ligam as Mestras-Régias, se é que, com a difusão dos conhecimentos, elas não têm já hoje uma noção mais elevada dessas coisas. Quero dizer - que não se pode compreender o que V. diz - a não supor que V. entenda por gramática e sintaxe: *um conjunto de regras fixas e inalteráveis*, deduzidas da *maneira* especial dos primeiros escritores que apuraram e fixaram uma língua - definição essa de gramática e de sintaxe que me levaria a concluir que Renan, o primeiro escritor da França moderna, é um trapalhão, *sem gramática e sem sintaxe*, porque escreve com uma construção completamente diferente da desse outro grande escritor que se chama Montaigne, e que viveu, se não me engano, no tempo de Luís XIII. Sendo assim, se V. liga, com efeito, essa ideia aos termos gramática e sintaxe, então toda a passagem da sua *crónica* se torna clara e lógica e com efeito os meus livros são cheios de *erros de gramática* e de *erros de sintaxe* - porque não são realmente construídos com a sintaxe e a gramática de Sá de Miranda e de Bernardim Ribeiro. E aí está porque, como V. diz, eles comovem o público!”

Do classicismo de Eça, fala a obra síntese de Ernesto Guerra da Cal, *Língua e Estilo de Eça de Queiroz*, de cujo índice destacamos: a palavra - o léxico e a sintaxe em geral, o substantivo, o adjetivo, o advérbio de modo, o verbo; a frase - a frase curta, novos padrões melódicos, a ordem das palavras, a pontuação, o ritmo binário, a antítese, o paralelismo e a simetria, o ritmo ternário, quaternário e múltiplo; a poetização da prosa e, ainda, originalidade estilística.

Conclusão

A Literatura é uma forma de comunicação desde a Antiguidade Clássica. O seu espaço de teorização sempre se encontrou ligado à pedagogia e didática, tendo desempenhado através dos tempos uma função social que parece apresentar-se nublada na atualidade.

Do estudo apresentado, podemos concluir que a ideia de literatura, nas suas diversas configurações históricas, ao longo de dois mil e quinhentos anos, se enxerta, desde a sua essência, na dimensão pedagógica e didática. Razão tinha Agustina Bessa Luís, ao afirmar, a 5 de Novembro de 1997, na Aula Magna da UTAD, que a educação dos homens sempre se fizera sobre textos e acrescentava ficar muito contente quando estes eram os seus.

Numa época em que a literatura manifesta alguma dificuldade na descoberta de novas vias a seguir, aquela que aqui apontamos, revisitando o passado, poderá trazer alguma capacidade operativa através da capacidade que a literatura tem de prender e mobilizar os cidadãos leitores.

Referências Bibliográficas

Albalat, António (s/d): *A Arte de Escrever* (trad. port. da 16^a ed. franc., por Cândido Figueiredo). Lisboa: Sá da Costa.

Albertos, Martínez (1985): “Committee on Modern Journalism”. In: F. Garcia Núñez: *Como Escribir para la Prensa*. Madrid: Ibérico Europea de Ediciones.

- Bakhtine, Mikhaïl (1978): *Esthétique et Théorie du Roman*. Paris: Editions Gallimard.
- Barros, João de e Murta, Guerreiro (s/d.): *Como se devem ler os Escritores Modernos*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Cal, Guerra da (1981): *Língua e Estilo de Eça de Queiroz*. 4ª Ed. Coimbra: Livraria Almedina.
- Campagne, E. M. (1873): *Dicionário Universal de Educação e Ensino*. Tradução de Camilo Castelo Branco. Porto: Livraria internacional Ernesto e Eugénio Chardon.
- Castilho, Guilherme (org.) (1981): *Eça de Queirós, Correspondência*. Lisboa: I.N.C.M.. Vol. I.
- Cunha, Celso, Cintra, Lindley (1984): *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa.
- Freud, Sigmund (1949): *Délire et rêves dans la "Gradiva" de Jensen*. Paris: Gallimard.
- Gregório, Doménico de (1985). In: F. Garcia Núñez: *Como Escribir para la Prensa*. Madrid: Iberio Europea de Ediciones.
- Hazard, Paul (1983): *O Pensamento Europeu no Século XVIII*. Lisboa: Editorial Presença.
- Hugo, Victor (1864): "Fonction du poète". In: *Les Rayons et les Ombres. Œuvres Complètes. Poésie*. T. IV. Paris: Alexandre Houssiaux.
- Lanson, Gustav (1906): *L'Art de la Prose*. 10ª Ed. Paris: Librairie des Annalles.
- Lins, Álvaro (1959): *História Literária de Eça de Queirós*. Lisboa: Bertrand (1ª ed. 1939).
- Martin-Lagardette, Jean-Luc (1987): *Les Secrets de l'Écriture Journalistique*. Paris: Syrios- Alternative.
- Núñez, F. Garcia (1985): *Como Escribir para la Prensa*. Madrid: Iberico Europea de Ediciones.

- Pascal, Blaise (1978): *Pensamentos*. Mem Martins: Livros de bolso Europa-América.
- Rei, J. Esteves (1994): *A Escrita seu Aperfeiçoamento na Universidade*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Rei, J. Esteves (1998a): *A Escola e o Ensino das Línguas*. Porto: Porto Editora.
- Rei, J. Esteves (1998b): *Retórica e Sociedade*. Lisboa: IIE.
- Saraiva, António José (1961): *Para a História da Cultura em Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Saraiva, António José e Lopes, Óscar (1976): *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Silva, Vitor Manuel Aguiar e (1987): *Teoria da Literatura*. 7ª Ed. Coimbra: Livraria Almedina.
- Todorov, Tzvetan (apr.) (1978): *Teoria da Literatura. Textos dos Formalistas Russos. Apresentados por Tzvetan Todorov*. 2 Volumes. Lisboa: Edições 70.
- Vadé, Yves (1990): *L'Enchantement Littéraire. Ecriture et magie de Chateaubriand à Rimbaud*. Paris: Gallimard.
- Verest, Jules (1939): *Manuel de Littérature, Principes – Faits Généraux – Lois*. 15ª Ed. Bruxelles: l'Édition Universelle.
- Vivladi, Gonzalo Martín de (1985). In: F. García Núñez: *Como Escribir para la Prensa*. Madrid: Iberico Europea de Ediciones.

GRAAL: VARIAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES SIMBÓLICAS

José Eduardo Reis

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

jreis@utad.pt

Indagar o dinamismo semântico e o valor simbólico do Graal em três textos literários de autores e épocas diferentes – Chrétien de Troyes (séc. XII), Wolfram von Eschenbach (séc. XIII) e Wagner séc. (XIX)²⁰³ – é o propósito deste ensaio.

O significado numinoso e espiritual do significante ‘Gaal’ não é nem estável, nem unívoco, sendo portador de múltiplos investimentos simbólicos, consoante a função imagética e diegética que ocupa nas tramas narrativas em que surge nomeado: dotado de diferentes propriedades significativas espirituais, o Graal é copo, vaso, cálice, travessa, fonte, sepulcro, nave, pedra, etc. A própria etimologia do termo é ela também equívoca, aparentemente não arbitrária, e determinada por fatores de ordem cultural em que participam processos de tradução. Assim, para o linguista Vercoutre, parafraseado por Gilbert Durand, a génese do termo ‘Gaal’ parece ser uma corruptela derivada de um ou mais erros na tradução do nome céltico de um templo gaulês ‘Vasso Gálata’ para o latim *vas*:

É assim que o Graal se chama «sepulcro do Senhor», porque uma acepção latina de *vas* é também a de «sepulcro»; se, de acordo com certas leituras, ele designa uma nave misteriosa construída por Salomão, isso ter-se-ia ficado a dever a um trovador ter tomado *vas* no sentido que por vezes tem de *navis*. Além disso, a espada, tantas vezes associada ao Graal, procede também de uma acepção paronímica de *vas* significando arma, acepção provocada pela presença histórica da espada de César no famoso Vasso Gálata de Puy-de-Dôme. (Durand, 1982: 242)

²⁰³ As citações textuais de Eschenbach e de Wagner serão feitas a partir das versões francesas das obras consultadas.

Já para dois autores americanos, H. e R. Kahane, num ensaio, citado por Mircea Eliade, sobre as fontes herméticas do *Parzival* de Wolfram von Eschenbach, o termo ‘Graal’ deriva do vocábulo grego *Krater*, cratera. (Eliade, 1979: 118)

O que se nos afigura pertinente nestas determinações etimológicas em torno do termo – do signo – ‘Graal’ é que a partir delas parece ser possível estabelecer uma correspondência entre o primitivo e polissêmico valor lexical do vocábulo, significando ‘vaso’, ‘sepulcro’, ‘nave’, ‘cratera’, e o agregado valor simbólico da imagem do receptáculo ou suporte de uma matéria ou substância vital dotada da capacidade de gerar, de nutrir e de regenerar a vida.

Para autores como Jung, Bachelard, Durand, Eliade – cujos estudos em diferentes campos do conhecimento, da filosofia e psicologia à antropologia e à história das religiões, incidiram sobre as origens e os processos psicossomáticos, antropológicos, culturais e estéticos dos modos de representação do mundo – uma das propriedades funcionais do pensamento simbólico é justamente a de tecer redes de correspondência entre diversos planos da percepção e intelectualização da realidade conhecida, intuída, imaginada e desejada. É neste sentido que se pode compreender que a função de suporte da imagem do receptáculo, associada ao ‘Graal’, tenha sido simbolicamente valorada por correspondência com a imagem primordial do espaço protetor e nutridor do útero materno. Isso mesmo afirma Gilbert Durand no seu clássico estudo antropológico consagrado à inventariação e classificação estrutural do imaginário humano: “A persistência de semelhante lenda (a do Graal), a ubiquidade de semelhante objecto, mostra-nos a valorização deste símbolo do vaso [...], o que é dizer, símbolo da mãe primordial, nutridora e protectora.” (Durand, 1981: 243)

As ambiguidades e as variações de sentido da etimologia do vocábulo ‘Graal’ parecem, assim, refletir linguisticamente as variações de amplitude simbólica que o termo representa.

Se se reconhecer que a função unificadora e assimiladora do símbolo, tende, contrariamente à função seletiva e discreta do signo linguístico, “a identificar – segundo Mircea Eliade – “a si próprio o maior número

possível de objectos, de situações e de modalidades” (Eliade, 1977: 532), resulta claro que não se pode confundir a atividade da razão discursiva, que articula e combina signos unívocos e discretos, com a da imaginação simbólica, que opera mediante símbolos de valor plurívoco e integrador. É assim que ao unívoco significante verbal ‘Gaal’ corresponde, mais do que uma pluralidade de significados, uma ampla e plurívoca simbolização de objetos materiais – vaso, taça, sepulcro, nave, pedra – que o representam.

As diferentes simbolizações – e não propriamente significações linguísticas – desses objetos materiais, e as correspondências de sentidos que estabelecem entre diferentes planos da realidade, radicam, em última análise, na faculdade que o espírito humano detém em gerar imagens primordiais de conteúdo transpessoal, e que Jung designou por arquétipos: “entendo por isso, formas ou imagens de natureza colectiva, que se manifestam praticamente no mundo inteiro como elementos constitutivos dos mitos e ao mesmo tempo como produtos autóctones individuais”. (Jung, 1958: 102)

Assim, a forma universal do receptáculo, sob a imagem simbólica do vaso, túmulo ou cratera – associada, como vimos acima, à etimologia do signo verbal ‘Gaal’ –, manifesta-se segundo um nexo de solidariedade entre a sua forma continental e o seu conteúdo, isto é segundo uma relação de interdependência entre a matéria do vaso e a substância espiritual que nele se contém. É essa relação de solidariedade, entre continente e conteúdo, de interdependência, entre a função material de acolhimento do receptáculo e a função espiritual da substância numinosa acolhida, que confere um valor de totalidade à imagem do Gaal e a expõe a valorizações de tipo simbólico representativas, segundo Yvette Centeno, ou da “essência do divino” ou da “essência do humano”. (Centeno, 1999: 16)

O modo “autóctone” e “individual” – para utilizar os termos de Jung – como funcionalmente se materializou a “imagem colectiva”, universal, do receptáculo, desse símbolo da nutrição e proteção, investido de qualidades espirituais regeneradoras associadas ao universo cultural e religioso cristão, formalmente consubstanciado e lexicalmente designado por ‘Gaal’ é o que passaremos a analisar tendo como base os textos mencionadas, as narrativas cavaleirescas dos séculos XII e XIII, respetivamente, *Perceval*

ou le Roman du Graal de Chrétien de Troyes, e *Parzival* de Wolfram von Eschenbach, bem como o libreto do drama musical oitocentista *Parsival*, de Wagner.

A proximidade temporal das duas primeiras obras literárias – romance épicos elaborados em torno da figura lendária do rei Artur e concebidos segundo o código de conduta cavaleiresco definido pelos princípios da honra cortês e da sublimação do género feminino – não elide discretos modos da funcionalidade diegética da nomeação e da simbolização do Graal. Em ambos os textos, a primeira entrada em cena do Graal é narrada tendo como principal observador a personagem do herói de ambos os relatos – Perceval e Parzival, respetivamente – que, na sua respetiva condição de hóspede do rei pescador, assiste maravilhado ao mistério do espetáculo que a sua ignorância não consegue descortinar. Diante dos olhos de Perceval / Parzival evolui uma cerimónia de tipo ritualista em que o Graal é transportado e servido ao rei. A circunstância e o ambiente em que decorre esta cena é representado no romance de Chrétien de Troyes de modo mais austero e com um menor aparato cerimonial do que na narrativa de Eschenbach. De facto, enquanto que no primeiro dos dois relatos, o cortejo é descrito como sendo composto por três pajens transportando três candelabros que precedem a entrada da donzela portadora do Graal, no segundo, o cortejo decorre de modo mais vistosamente espetacular e dominado pela presença do género feminino: integram-no dezoito donzelas, quatro das quais com a função atribuída aos pajens da narrativa de Troyes. Na mesma cena do libreto de Wagner são também quatro, mas todos do género masculino, os transportadores do Graal. Detenhamo-nos na simbólica deste número. Para Jung, “o quatro simboliza as partes, as qualidades e os aspetos do um” (Jung, 1958: 110). Além de considerar que “a quaternidade é uma representação mais ou menos directa de Deus manifestando-se na sua criação” (idem, 112), Jung toma o quatro como uma representação numérica da totalidade, o que parece contrariar a conceção trina do Deus da tradição religiosa cristã, fortemente inspiradora das narrativas em análise. Ainda de acordo com Jung, o número quatro está associado a imagens de origem inconsciente; o que, se por um lado, faz derrogar a conceção da trindade cristã do mundo enquanto símbolo de totalidade cósmica, por outro, parece confirmar concepções de pendor gnóstico, provavelmente adstritas à atividade do

inconsciente religioso do ocidente cristão, que apontam para a ideia de que a “fórmula ortodoxa cristã não é totalmente completa, já que à trindade falta o aspecto dogmático do princípio do mal, que leva uma existência mais ou menos miserável sob a forma do Diabo.” (idem: 114)

Se se tomar o Graal como símbolo numinoso da totalidade cósmica – da “essência do divino” ou da “essência do humano”, – podemos então inferir um juízo comparativo relativo à funcionalidade simbólica da quaternidade neste importante episódio da diegese nos textos em análise: entre a quaternidade predominantemente feminina²⁰⁴ do cortejo que transporta o Graal mencionada no texto de Eschenbach e a quaternidade predominantemente masculina referida no libreto de Wagner – sobredeterminando a concepção masculinizada da natureza divina no dogma cristão – é a quaternidade híbrida, três pajens e uma donzela, da cena descrita por Troyes que melhor se adequa – por nela coexistir o masculino e o feminino, isto é por nela se harmonizarem as modalidades contrárias e complementares da natureza humana e de uma certa concepção andrógina do divino – à fórmula de representação que simboliza aquela totalidade.

Uma outra importante diferença, de algum modo decorrente do índice de espetacularidade da ritualização do cortejo, sobre a funcionalidade diegética que o símbolo do Graal ocupa nos textos em análise, é a que diz respeito à associação das suas respectivas propriedades numinosas a uma cerimónia alimentar. Verificam-se variações quanto aos efeitos materiais dessas propriedades numinosas. Assim, enquanto na narrativa de Troyes não se confere nenhuma qualidade milagrosa exterior à essência do Graal, coincidindo a sua apresentação com a refeição que é oferecida a Perceval – “A chaque mets que l’on servait, il voit repasser le Graal par-devant lui tout découvert” (Troyes, 1974: 94) – no texto de Eschenbach é a sua própria exibição que é condição do surgimento abundante de alimentos, uma ocorrência considerada de tal modo transcendente em relação às leis da

²⁰⁴ Esta predominância pode ser tida como um índice da provável influência exercida à época pelas ideias religiosas dos cátaros difundidas a partir da Provença e no âmbito das quais a mulher era louvada por ser a encarnação, no dizer de Denis de Rougemont, de “um princípio feminino pré-existente à criação material” (1968: 70).

natureza que o próprio narrador se sente compelido a solicitar ao narratário a autenticação da veracidade do relato: “(Je compte sur vous pour attester la vérité de mes paroles) qu’on trouvait devant le Graal, prêts à être mangé tous les mets dont les convives désiraient goûter” (Eschenbach, 1977: 208). Em Wagner, e diferentemente do que sucede em ambas as narrativas medievais, a exibição do Graal nunca é descrita como se se tratasse de uma componente de uma cerimônia alimentar, cingindo-se, portanto, a sua função cerimonial a um ritual estritamente religioso de tipo eucarístico e o seu valor simbólico a um puro alimento espiritual.

Em ambas as narrativas medievais o caráter numinoso do Graal não faz, porém, mover o herói; permanecendo em silêncio por ordem de Gornemant, seu mestre de cavalaria, Perceval / Parzival não coloca nenhuma pergunta atinente com o significado transcendental – para a sua consciência espiritualmente impreparada – do ritual. Numa leitura junguiana, esse silêncio equivale a dizer que o herói, naquele momento da narrativa, se encontra ainda num estágio inferior da sua maturação psíquica, aquém da integração no ‘em Si’ de conteúdos inconscientes ainda por desvelar²⁰⁵. Se Perceval / Parzival tivesse colocado a pergunta essencial sobre o sentido do ritual e agido em conformidade, isso significaria que teria sido iniciado no mistério da transcendência, ou seja, que psicologicamente o herói teria superado a ignorância de si, dilatado a apreensão espiritual do mistério da vida e acedido a um nível superior de conhecimento suscetível de redimir a falta cometida pelo rei. Assim, tanto na narrativa de Chrétien de Troyes como na de Eschenbach o apego do herói à obediência do mandamento do seu mestre em permanecer em silêncio diante do cortejo do Graal, de reverenciar o que se lhe apresenta como incompreensível, é um sinal do estado de imaturidade psíquica e espiritual da personagem porquanto se limita a cumprir as determinações ético-sociais acolhidas e reproduzidas pela dimensão social da sua consciência individual – pela dimensão psíquica que Freud designou por ‘id’. Neste

²⁰⁵ A este propósito afirma Jung. “Se falamos do homem compreendemos que uma parte dele mesmo permanece ilimitável, compreendemos que uma totalidade global permanece informulável e que só simbolicamente se pode exprimir. Escolhi a palavra *Soi* (‘em Si’) para designar a totalidade do homem a soma dos seus dados conscientes e inconscientes. (Jung 1958).

momento da narrativa, a sobredeterminação psíquica desta dimensão social na consciência do herói Perceval/Parzival constitui um entrave à ampliação do campo de conhecimento de si, ao aprofundamento do em-Si e à redenção coletiva, inibe-o a protagonizar psiquicamente o ato livre e consciente de derrogar o interdito do seu mentor, condição sem a qual não logra redimir a falta, de curar a doença do rei e, consequentemente, de salvar o reino do Graal.

No contexto do cortejo do Graal narrado por Eschenbach, a entrada em cena da lança que sangra assinala o clímax dessa empatia entre a doença do rei causada pela sua falta / pecado e a própria agonia do reino e da comunidade do Graal.

[U]n page était soudain apparu à la porte; il portait (et c'était un usage qui jetait les chevaliers dans une grande tristesse) une lance à la pointe acérée. On voyait soudre du fer tranchant des gouttes de sang qui, coulent ensuite tout de long de la hampe, tombaient sur la main et jusque dans la manche du porteur. Tous les assistants, dans la vaste sale, se mirent à pleurer et à pousser des cris. Si l'on assemblait des peuples de toutes royaumes, ils ne pourraient pas verser plus des larmes que ne faisaient ces chevaliers.” (Eschnbach, 1977:202-203)

A lança que sangra, simbolicamente anexada ao imaginário da religião cristã, é uma espécie de avatar do episódio bíblico do trespasse do corpo do Cristo crucificado pela lança do soldado romano Longino para se certificar da morte física do divino mártir redentor (João 19:34). O libreto de Wagner dará particular destaque a este motivo: é a recuperação por Parsival da espada – sinédoque da lança sagrada – roubada por Klingsor – a incarnação da malignidade – que permitirá ao herói redimir não só o rei pescador, Amfortas, como toda a comunidade do Graal – representativa, por metonímia, de toda a condição humana. O desfecho do libreto da ópera encena um derradeiro ritual, desta vez protagonizado por Parsifal, que, após tocar com a ponta da espada na ferida aberta de Amfortas – a marca física da falta espiritual que este cometera – coloca a espada sagrada de maneira a que as gotas de sangue que dela deslizam sejam acolhidas no interior do cálice do Graal.

Se há uma imagem simbólica do Graal comum aos três textos é a do par indissociável vaso/lança. No estudo já referido de Gilbert Durand sobre o imaginário antropológico, este autor distingue dois regimes segundo os quais as imagens recorrentes e primordiais geradas pela psique humana se estruturam a partir da oposição categorial “diurno” / “noturno”. Ora, segundo aquele autor, enquanto a lança, definida pelo princípio da “antítese” e da separação, se constitui na imagem paradigmática do “regime diurno” do imaginário humano, o vaso, pela propriedade recetora e pelo nexo de solidariedade que estabelece com a substância que contém, apresenta-se como a figura arquetípica do oposto “regime noturno”, regido pelos princípios da “conversão” e do “eufemismo”. Daí que a síntese destas duas figuras, da lança e do vaso, numa imagem que as combina num conjunto dual indissociável, possa ser interpretada como uma possível representação simbólica da totalidade do mundo cognoscível, da complementaridade e da integração em-Si dos contrários.

Porque se a espada ou a lança do legionário que atravessou o corpo de Cristo se associa frequentemente ao Graal não é por razões linguísticas ou históricas, mas, como foi observado por Guénon, por «complementaridade» psicológica, como são complementares o campanário e a cripta [...], a fonte ou o lago sagrado. A espada unida ao cálice é um resumo, um microcosmo da totalidade do cosmos simbólico” (Durand, 1981: 243)

Havíamos assinalado no início deste ensaio o valor simbólico da imagem do receptáculo por correspondência com a imagem primordial do espaço protetor do útero materno. Se bem que a descrição do Graal na narrativa de Chrétien de Troyes, que ocorre no episódio relativo à sua exibição pública, não seja explícita quanto à sua forma material precisa, pode-se inferir que possui a forma de um receptáculo, quer porque nas suas partes laterais estão incrustadas pedras preciosas, quer porque no cortejo da sua apresentação ele é acompanhado pela transporte de um prato (de prata), elemento complementar de suporte a um objeto com tais características.

Derrière elle – (a dama que transportava o Graal) – une autre pucelle qui apportait un plat d’argent. Le Graal qui allait devan était fait de l’or le plus pur. Des pierres y étaient serties, pierres de maintes espèces, des plus

riches et des plus précieuses qui soient en la mer ou sur la terre. (Troyes, 1974: 92)

No libreto de Wagner, o Graal é descrito objetivamente como um cálice. Ainda no primeiro ato, a didascálica que acompanha a intervenção de Titurel pedindo ao seu filho, o rei Amfortas, que dê início ao ritual de apresentação pública do Graal, contém a seguinte indicação: “Amfortas se soulève lentement, péniblement. Les pages découvrent la chasse d’or et en retirent une antique coupe de cristal qu’ils dégagent de son enveloppe et posent devant Amfortas”. (Wagner, 1981: Ato I, 29)

Diferentemente destas duas descrições da forma do Graal como um cálice, assimilada, portanto, à imagem do objeto utilizado no ritual da eucaristia cristã, a que é apresentada no *Parzival* de Eschenbach tem a consistência de uma pedra denominada por ‘lapsit exillis’. No episódio em que o herói cavaleiro visita o eremita – personagem representativa da sabedoria e do desaparego – este comunica-lhe que: “Si vous ne la connaissez pas, je vous en dirai le nom: on l’appelle lapsit exillis. C’est la vertu de cette Pierre que la phénix se consume et devient cendre” (Eschenbach, 1977: II, 36). Torna-se evidente o afastamento do autor medieval alemão da simbólica ortodoxa cristã da representação material do Graal. A provável influência – aferida pela importância que Eschenbach atribui a motivos culturais orientais ao longo de toda a narrativa²⁰⁶ – de um quadro de referências mítico-religiosas sincréticas e não predominantemente cristãs nesta imagem mineral do Graal não anula a possibilidade de se considerá-la como um vestígio de um imaginário arcaico que projeta simbolicamente na pedra qualidades transcendentais, elevando-a, portanto, à condição de objeto sagrado. Por efeito da sua densa, consistente e imediata objetividade, a pedra é, de facto, tida como um dos mais arcaicos símbolos religiosos. Diz-nos Mircea Eliade:

²⁰⁶ “O pai de Parzival, Camuret, havia servido no exército do califado de Bagdad. Seu avô, o eremita Trevrizent, havia viajado durante a sua juventude pela Ásia e África. O sobrinho de Parzival converter-se-ia no Prestes João, o famoso e misterioso rei sacerdote que reinava na Índia. O primeiro que havia escrito a história do Graal, a que comunicou a Kyot foi um sábio pagão (muçulmano ou judeu) Flégelanis” (Eliade: 1979, 117).

Nada de mais imediato e de mais autónomo na plenitude da sua força, de mais terrificante do que o majestoso rochedo, o bloco de granito audaciosamente erecto. Antes de mais, a pedra é. Ela permanece sempre igual a si própria e subsiste.[...] A pedra, o rochedo, o monólito o dólmen, o menhir, etc. tornam-se sagrados graças à forma espiritual cuja marca trazem com eles. (Eliade, 1977: 265, 269).

Nesta medida, o culto da pedra Graal é um culto ao símbolo que consagra a sua arcaica qualidade numénica. Esta representação mineral do Graal no *Parzival* de Wolfram von Eschenbach não distorce nem anula a consagração da imagem binária vaso/receptáculo como um “resumo simbólico da totalidade cósmica”. A pedra figura como elemento complementar da lança enquanto símbolo religioso pré-cristão, como arcaica potência numinosa que, por um processo de transformação inerente à própria lógica do pensamento simbólico, será assimilada e revalorizada sob a forma de receptáculo pela influência da cultura e da mitologia religiosa cristãs.

A pedra como símbolo do Graal é, portanto, suscetível de ser interpretada segundo discretos quadros hermenêuticos, desde o que realça a importância – acima referida – das influências, de certo modo exotistas, da cultura oriental na narrativa de Eschenbach, passando pelo que agrega a sua exibição a um imaginário codificado pela filosofia hermética da alquimia, até ao que coloca a hipótese filológica de se tratar de uma livre assimilação da imagem do Graal representada na narrativa matriz de Troyes, sobredeterminado-lhe o valor precioso das pedras nele incrustadas.

Em relação ao libreto de Wagner, já referimos que o Graal é descrito como tendo a aparência de um cálice de cristal, imagem que parece constituir-se como um efeito da síntese da forma do receptáculo com a matéria cristalina mineral enunciadas nas descrições do Graal feitas, respetivamente, nos textos medievais de Troyes e de Eschenbach. Numa das suas obras consagradas à fundamentação filosófica de um imaginário elementar, *La Terre et les Rêveries de la Volonté*, Bachelard refere-se a um imaginário cristalino, que, não obstante ser determinado pelo elemento terra, é dotado da capacidade de se corresponder com outras substâncias. Escreve o filósofo:

Acerca dos cristais e das pedras preciosas, que são os sólidos mais naturais, os mais bem definidos, aqueles que têm uma duração muito visível, é possível testemunhar a espantosa configuração das mais variegadas imagens. Todos os tipos de imaginário ali acham as suas imagens essenciais. O fogo, a água, a terra, o próprio ar, vêem sonhar na pedra cristalina. (Bachelard 1978: 290)

Pelas suas propriedades físicas de robustez e transparência, o cristal, segundo o filósofo francês, simboliza para um certo imaginário poético a pureza substancial e representa a visibilidade concentrada da matéria mais intangível do ar: “é um clarão que se condensa, uma limpidez que se fecha. [...] Assim, o cristal faz despertar uma materialidade da pureza” (idem: 294). São estas propriedades de perfeição, de transparência e de durabilidade do cristal, e das suas correspondências imaginárias com outros elementos materiais, que o tornam particularmente adequado a investimentos simbólicos de propensão espiritualizante. É isso se pode inferir na imagem síntese do cálice e do cristal no libreto de Wagner.

O libreto do compositor alemão segue no essencial a construção diegética das duas narrativas épicas medievais em torno da personagem do herói Parsifal. Este experimentará uma série de provações e terá de superar vários desafios, o mais difícil das quais, o de não sucumbir à tentação sexual. Nesse processo – nessa demanda, a um tempo interior e aventureira – fará triunfar a nobreza da sua castidade espiritual, vencerá a sua ingênua e jovial ignorância de si e do mundo, redimirá a falta cometida pelo rei pecador e tornar-se-á o rei consagrado da comunidade do Graal. Há porém algumas diferenças a assinalar na composição ou na introdução de alguns episódios que importam à análise que vimos procedendo com incidência na simbólica do Graal. Assim, no libreto de Wagner, é de reiterar a verificação da exclusão da presença do feminino no cortejo – e, por essa razão, na consubstanciação numinosa do Graal –, concomitante da consagração masculina da ideia de Deus, conforme à imagem tradicional veiculada pela doutrina cristã. De facto, no libreto de Wagner, o quarto elemento, aquele que é excluído da essência predominantemente masculina do dogma cristão da santíssima trindade, é representado por Kundry, que não sendo propriamente a encarnação do mal é por ele – por Klingsor – manipulado. A dialetização das categorias ético-espirituais do Bem e do

Mal surge, aliás, no texto wagneriano, nitidamente recortada na oposição inconciliável, de tonalidade maniqueísta, dos contrários protagonizados pelo caráter das personagens de Parsival (o puro) e de Klingsor (o malvado) e pelo combate que travam entre si.

Outra das diferenças diegéticas, com significado para a comparação da análise simbólica do Graal nestes textos, é a da inclusão no libreto de Wagner do episódio – *in absentia* nas narrativas medievais – da purificação pelas águas do herói Parsifal antes de se considerar digno de officiar o Graal. O batismo de Parsifal por Gurnemanz – “Béni soit tu, chaste, par l’eau chaste /o ainsi de toute parte /l’angoise s’ecarte de toi!” (Wagner: Ato III, 49) – que ocorre numa sexta-feira santa, antes do domingo de Páscoa, é claramente tributário da mitologia cristã e do episódio bíblico do batismo de Cristo por S. João Baptista (Mt 3,14-17; Lc 3, 21-22). Convém perceber o significado simbólico do recurso à água como elemento purificador, transformador e regenerador para se entender a sua relevância religiosa, quer aplicada ao contexto da narrativa bíblica sobre a vida espiritual de Jesus, quer à sua reverberação no episódio wagneriano no qual o herói Parsifal se prepara para officiar o Graal. A função batismal das águas num quadro de referências espirituais cristãs atualiza, ao fim ao cabo, uma arcaica propensão antropológica em se aspirar à renovação de si, mediante uma auto-dissolução regressiva e uma recomposição genésica. Segundo Mircea Eliade:

As águas são [...] o elixir da vida, da imortalidade [...]; elas asseguram longa vida, força criadora e são o princípio de toda a cura. A imersão na água simboliza o regresso ao pré-formal, a regeneração total, um novo nascimento, porque uma imersão equivale a uma dissolução das formas, a uma reintegração no modo indiferenciado da pré-existência e a emersão das águas repete gesto cosmogónico da manifestação formal (Eliade :165).

Por último, e ainda reportando-nos às diferenças assinaláveis entre as narrativas medievais e o libreto de Wagner, é por de mais evidente que o simbolismo do Graal representado tanto no fim do primeiro ato como no epílogo da ópera funciona como um pastiche do ritual eucarístico cristão, mediante o qual se repete simbolicamente o gesto místico da purificação e regeneração vital do espírito. A nota cénica no primeiro ato é, nesse

sentido, elucidativa: “Les quatre pages, après avoir fermé la châsse prennent sur l’autel les deux cruches de vin et les deux corbeilles de pain, consacrées par Amfortas, distribuent le pain aux chevaliers et remplissent leur gobelet de vin.” (Wagner: Ato I, p.29). O epílogo da ópera retoma o motivo da ritualização eucarística do Graal, mas agora devidamente compreendido e executado, por Parsifal. A exclamação final, apoteótica e em coro – “Rédemption au Rédempteur” – deixa transparecer uma conceção de traços gnósticos da mensagem cristã do libreto wagneriano. Neste derradeiro momento do libreto operático, o ritual eucarístico do Graal protagonizado pelo herói cumpre assim a sua função redentora e iniciática, não apenas do protagonista Parsifal como de toda a comunidade que havia experimentado a queda espiritual e a decadência material provocadas pela falta do rei Amfortas. Como escreve Mircea Eliade, “uma nota caracteriza o arquétipo da iniciação: a morte simbólica não serve unicamente para a própria perfeição espiritual [...] mas realiza-se para a salvação dos outros” (Eliade, 1977: 165). Assim sucede na ópera de Wagner: a perfeição espiritual que realiza Parsifal assegura a sua redenção e a dos outros, a do rei Amfortas e o agente da sua queda, Kundry, espécie de avatar da personagem bíblica Eva, incarnação instrumental do mal a redimir e que se limita a protagonizar um desígnio que a transcende. Parsifal é pois o herói que, ao officiar com a consciência espiritual requerida e ao assimilar plenamente o significado numinoso e redentor do Graal, protagoniza, em conformidade com a marca gnóstica da ópera, o drama da queda e da redenção da humanidade enquanto reflexo do próprio drama divino.

Referências Bibliográficas

- Bachelard, Gaston (1978): *La Terre et Les Réveries de la Volonté*. Paris: José Corti.
- Durand, Gilbert (1981): *Las estructuras antropológicas de lo imaginário. Introducción a la arquetipología*. Trad. Mauro Armino. Madrid: Taurus Ediciones.
- Centeno, Yvette K. (1999): *A Simbólica do Graal*. Maia: Publicações “Terraço”.

- Eliade, Mircea (1977): *Tratado da História das Religiões*. Trad. Natália Nunes e Fernando Tomaz. Lisboa: Edições Cosmos.
- (1977): *Imagens e Símbolos*. Trad. Maria Adozinda Oliveira Soares. Lisboa: Arcádia.
- (1979): *Historia de las Creencias y de las Ideas Religiosas. De Gautama Buda al Triunfo del Cristianismo*. Trad. J. Valiente Malla. Madrid: Ediciones Cristiandad. Vol.II.
- (1983): *Historia de las Creencias y de las Ideas Religiosas. De Mahoma al comienzo de la Modernidad*. Trad. J. Valliente. Malla Madrid: Ediciones Cristiandad. Vol. III/1.
- Eschenbach, Wolfram von (1977): *Parzival (Perceval le Gallois)*. Trad. Intr. Ernest Tonnelat. Paris: Ed. Aubier. Vols I e II.
- Jung, Carl Gustav (1958): *Psychologie et Religion*. Trad. Marthe Benson et Gilbert Cahen. Paris: Buchet Chastel.
- Rougemont, Denis de (1968): *O Amor e o Ocidente*. Trad. Ana Hartely. Lisboa: Moraes.
- Troyes, Chrétien de (1974): *Perceval ou le Roman du Graal, suivi d'un choix de continuations*. Préface d'Armand Hoog. Trad. Jean-Pierre Foucher et André Ortals Paris: Galimard.
- Wagner, Richard (1981): *Parsifal* [Libreto da ópera]. Trad. Alfred Ernst. Wittingen: Deutsche Grammophon, [Berliner Philharmoniker, dir. Herbert Von Karajan].

RESGATAR A MEMÓRIA COLETIVA: VOZES ANCESTRAIS E ESTÓRIAS TRADICIONAIS AFRICANAS EM LUANDINO VIEIRA E MIA COUTO

Orquídea Moreira Ribeiro

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

oribeiro@utad.pt

Do que vale ter memória
se o que mais vivi
é o que nunca se passou.

Mia Couto, *O último voo do flamingo*

A terra é sempre propriedade dos que
existem sob a terra, ou seja, dos ancestrais.

Castro Soromenho

Resumo:

As culturas tradicionais africanas são (ainda) profundamente orais. Nas sociedades africanas, a oralidade difunde as vozes ancestrais e o contador de histórias transmite diversos aspetos da sua cultura – mitos, lendas, estórias, provérbios, rituais, etc. A tradição oral – depósito da memória de um povo – passa de geração em geração, numa versão sempre atualizada da realidade, transmitindo a memória coletiva, contribuindo para a preservação da identidade coletiva e perpetuando tradições milenares.

Escritores africanos da modernidade como Mia Couto e Luandino Vieira recorrem à tradição oral e ao passado dos seus países para construir as suas narrativas, recriando lendas, mitos, estórias, ritos e

provérbios nos seus textos. A tradição é trabalhada pelo escritor através do processo de recriação da narrativa e, apesar de não haver recriação integral, a preservação da memória ocorre à medida que a tradição é resgatada por estes contadores de histórias contemporâneos.

Escritores africanos contemporâneos como Mia Couto e Luandino Vieira recorrem à tradição oral e ao passado cultural dos seus países para construir as suas narrativas, recriando lendas, mitos, estórias, ritos e provérbios, reinventando ao mesmo tempo a língua portuguesa, que nas suas obras incorpora as características culturais dos universos que retratam, legitimando os espaços culturais e identitários dos personagens. A tradição é trabalhada pelo escritor através do processo de recriação da narrativa e, não sendo a recriação integral, a preservação da memória coletiva ocorre à medida que a tradição é resgatada por estes contadores de histórias contemporâneos.

Neste contexto, e tendo como pano de fundo a posição de Perpétua Gonçalves, segundo a qual

No pós-independência dos países africanos de língua oficial portuguesa, a massificação do uso do Português teve como consequência a formação de variedades locais desta língua, que, apesar de apresentarem ainda alguma instabilidade, constituem já o património linguístico de comunidades importantes (Gonçalves 2000: 213).

pretende-se aqui abordar como é que Mia Couto e Luandino Vieira, escritores africanos de língua portuguesa, se servem da língua e da escrita para afirmar a identidade das culturas moçambicana e angolana e, ao fazê-lo, resgatam do esquecimento a memória coletiva do país a que pertencem.

Mia Couto, escritor moçambicano, é frequentemente associado e comparado ao escritor angolano Luandino Vieira pelas opções linguísticas que apresenta na sua obra. Os dois escritores demarcam-se claramente da norma linguística portuguesa europeia, recorrendo a diferentes tipos de estratégias linguísticas para firmar a africanidade nos seus textos.

As obras de Luandino Vieira apresentam inovações e recriações linguísticas que podem tornar o seu texto quase incompreensível para falantes de Português não conhecedores da realidade e cultura angolanas, pois incluem diferentes tipos de inovações lexicais, que vão desde os empréstimos ao Kimbundu (*monandengue*), os mais frequentes, até aos neologismos lexicais através de derivações (*aprendizar*) e reduplicações (*logo logo*) para realçar a expressão, intensificar a ideia. Por isso é que, citando de novo Perpétua Gonçalves, “As divergências relativamente ao português europeu são o resultado natural do processo de aprendizagem do Português por falantes com línguas maternas bantu” (Gonçalves 2000: 216).

Por sua vez, Mia Couto, nos seus textos, mistura o português com as línguas africanas de Moçambique, resultando daí uma miscigenação do conto da oralidade moçambicana com o conto literário de cariz europeu, reinventando a escrita ao usar “materiais” europeus para escrever textos africanos. Como muitos outros produtos que foram introduzidos em Moçambique, para Mia Couto a linguagem e o texto literário são apropriados e “acabam sendo nossas porque, para além da sua origem, lhes demos a volta e as refabricámos à nossa maneira” (Couto 2005: 15). Como exemplo, temos em *Vozes Anoitecidas* o “corvo poleirado nos seu ombro”, “o pássaro sustou “, “exibindo suas despertenças” e “estou a frescar um bocadinho” (Couto 1986: 38, 41, 109). Os valores iniciais de nacionalidade já pouco importam porque nasceram novos conceitos estéticos resultantes da “habilidade em trocarmos cultura e produzirmos mestiçagens” (Couto 2005: 10), a partir de uma construção transcultural, uma identidade complexa e mestiça, que cria “cidadanias diversas dentro de Moçambique”. (Couto 2005: 9) De modo eloquente, Ana Mafalda Leite sintetiza, numa análise de *Vozes anoitecidas* de Mia Couto, toda esta prática de escrita: “As vozes condensam-se, amalgamam-se numa só, refeita em escrita, que transporta no seu tecido a memória da multiplicidade, arquétipo e arquitetura reposta num novo corpo linguístico.” (Leite 1998: 43)

No entanto, Mia Couto valoriza de uma maneira enfática tudo o que esteja ligado ao mundo tradicional moçambicano e por extensão ao africano, como na crónica “Sangue da Avó na Alcatifa” (Couto 1991: 25-28) em que a confrontação cultural entre dois mundos com cosmologias distintas, a família urbana e consumista e a avó, rural e tradicional, mostra algum

desencanto (do autor) em relação ao futuro da sociedade moçambicana: “O colonialismo não morreu com as independências. Mudou de turno e de executores.” (Couto 2005: 11). Este texto, como outros, transmite a imagem duma sociedade em construção – a sociedade moçambicana do pós-guerras – na qual as fissuras e a destruição ainda são visíveis e onde o luxo (europeu) da família convive com as crenças tradicionais e a necessidade da presença do feiticeiro quando a situação relacionada com a mancha de sangue deixada na alcatifa e no chão não pode ser resolvida de forma prática. A consciência de que voltar ao puramente tradicional já não é possível, está patente nas descrições da terra arrasada pela guerra com as imagens recorrentes nos contos e crónicas do *machimbombo* (autocarro) incinerado ou dos cadáveres humanos na berma da estrada a lembrar a violência da guerra, os terrenos agrícolas desertos e secos e as fissuras na sociedade: “Os destroços dos machimbombos queimados juntavam-se ao sofrimento das machambas castigadas pela seca” (Couto 1986: 113). Como escreve em “A Fronteira da Cultura” em 2005, “O passado foi mal embalado e chega-nos deformado, carregado de mitos e preconceitos. O presente vem vestido de roupa emprestada. E o futuro foi encomendado por interesses que nos são alheios.” (Couto 2005: 10)

Mia Couto e Luandino Vieira foram buscar o relato oral e as experiências da oralidade às populações rurais e urbanas dos seus países e reproduzem essas paisagens linguísticas nas suas obras. A recriação de linguagem é feita a partir dos falantes autênticos que povoam os espaços geográficos e culturais que servem de plataforma para a sua escrita. A inserção de expressões tipicamente orais de uso popular enriquece as obras e fornece legitimidade ao universo cultural das personagens, visto que as variantes angolanas e moçambicanas do português enriquecem o património linguístico dos respetivos países.

A palavra escrita e a forma como é manipulada pelos escritores, surge como estratégia de reinvenção identitária, marcando a tensão e a convivência entre tradição e modernidade, o oral e o escrito. A tradição africana sobreviveu através da palavra oral, visto que a escrita tardou em chegar. Na obra de Luandino Vieira, particularmente em *Luuanda*, como nas obras de muitos outros escritores africanos, a palavra escrita é usada como uma forma de resistência ao poder colonial e de preservação de uma

identidade coletiva que se destaca e se diferencia da identidade do poder dominante. A palavra escrita surge aqui naturalmente como continuidade da transmissão oral.

Um nome de referência nos estudos das tradições orais africanas e no impacto que estas têm no texto escrito é Amadou Hampaté Bá (1901-1990), crítico, historiador, poeta e contador de histórias do Mali. Hampaté Bá salientou a importância das tradições ancestrais de transmissão oral e chamou a atenção para a extrema fragilidade da cultura ancestral africana com uma frase que ficou para a história: “Em África, cada velho que morre, é uma biblioteca que se queima”.

Vão no mesmo sentido, as palavras Mia Couto numa entrevista em 2007:

os velhos são guardiões da cultura popular pois trazem o registo dos costumes e do passado [...] em certas sociedades — e muitas delas estão vivas em Moçambique — o lugar dos mais velhos é fonte de prestígio e saber. Não são todos os mais velhos. A idade deve ser cruzada com a linhagem, a família, o sexo (geralmente, a mulher é excluída desse pedestal). Essa tradição está sendo reconstruída pela actualidade. A modernidade africana convive de modo atribulado com isso que chamamos de tradição e está refabricando rituais e crenças.” (Couto 2007: 6)

Mas para Mia Couto é preocupante a falta de consideração, ou “desconsideração” pelo papel do idoso na época do pós-guerra, um tempo que devia ser de recuperação dos rituais, das crenças e das tradições. A reconstrução da identidade, a recuperação da identidade nacional, deveria passar pelo reconhecimento do poder da palavra oral na posse dos mais velhos, já que o tempo de guerra não foi propício à transmissão da história e das estórias.

Este escritor valoriza a tradição ancestral através de personagens de velhos, como é exemplo, na crónica “A Sombra Sentada”, o velho Travage, em cujo “pensamento [...] abundava o tempo” capacitando-o para dar “conselho sobre o mundo” (Couto 1991:13). Em “Chuva: A Abensonhada”, Tia Tristeza demonstra a sua sapiência, a sua experiência de vida face aos receios de chuva excessiva por parte do narrador,

mostrando que os velhos são os guardiões dos mistérios e da sabedoria do povo. (Couto 1994: 59-62). São os velhos que conhecem a história e os segredos do povo, transmitindo esses conhecimentos aos elementos mais jovens da comunidade através da palavra oral, resgatando pela via da memória toda a vivência dos seus antepassados.

Na cultura tradicional africana o respeito pelos mais velhos e pela sua sabedoria e conhecimento faz parte da aprendizagem para a identidade cultural coletiva. Mas nos espaços urbanos, nos musseques de Luanda nos anos sessenta, a aculturação e a perda de valores tradicionais estava em marcha, pois eram zonas de entrecruzamento de culturas e de transculturação e as raízes culturais tendiam, por isso, a perder as suas marcas e características únicas.

É com este cenário que Luandino Vieira, cuja obra foi escrita fundamentalmente nos anos sessenta, na cadeia de Luanda e no Tarrafal, em Cabo Verde, apresenta, especialmente a partir de *Luanda*, textos em que a presença do Kimbundu, língua local de Luanda e arredores, é uma constante. Esta opção identifica os textos com o universo espacial e cultural angolano em geral e de Luanda em particular, pois incorpora expressões dos falantes das camadas mais pobres e marginalizadas da capital angolana no discurso dos seus personagens. Esta inserção reforça a ligação da obra do escritor com os espaços identificados como os musseques de Luanda - Makulusu, Kinaxixi, Sambizanga, Bairro Operário -, referências geográficas que são também representações culturais de um mundo em mudança cultural, social e política.

Um texto profundamente marcado pela oralidade é a “Estória da galinha e do ovo”. O termo “estória” designa uma narrativa de cunho tradicional e popular cujo modo de narrar espontâneo remete para a tradição oral africana e para as histórias contadas à volta da fogueira da comunidade. Também traduz mais fielmente a palavra em Kimbundu “*mussosso*” que significa “forma de narrar da oralidade”, história moral ou alegoria, fábula narrativa ou conto (Reisman 1987: 73 in Chabal 1996: 135). Luandino explica a escolha da designação “estória”:

Mussosso é uma estória em que podem entrar seres, animais que falam com as pessoas, mas não são fábulas. O plural é Missosso. São estórias tradicionais que envolvem o quotidiano e factos, às vezes factos reais que passaram. Mas aí não deixa de entrar o elemento, não quero dizer mágico, nem maravilhoso, mas algum elemento que não é realista. E, por exemplo, na “Estória da Galinha e do Ovo”, os animais falam com as crianças e as crianças falam com os animais. (Vieira 2007: 280)

Na “Estória da galinha e do ovo”, a falta de capacidade da velha Bebeca, com toda a sua sabedoria de “mais-velha” para mediar e resolver a contenda da galinha e do ovo entre duas vizinhas, mostra que a tradição está em mudança. O espaço da estória é o musseque Sambizanga em Luanda e a resolução do conflito implica a opinião e intervenção de diversas personagens tipificadas de diferentes grupos sociais e profissionais da Angola colonial. No fim, o grupo recupera o sentido de união e de comunidade: o conflito interno termina e está salvaguardada a identidade do grupo simbolizada pelo ovo.

Na estória “O último quinzar do Makulusu”, os traços da africanidade, da angolanidade são bem evidentes e tanto a estrutura como o conteúdo remetem para o conto tradicional angolano, para a estória, o *mussosso*. Nesta estória sobressaem imagens expressivas e fantásticas características da cultura africana do antigamente quando os mais velhos “iam por estórias” (Vieira 2006 [1964]: 176). Tal como a tradição oral, também esta estória reflete aspetos da vida quotidiana do povo angolano, onde a tradição e as crenças culturais estão bem evidentes. O processo do “por estória”, começando pelas adivinhas para depois passar à estória, era um momento único para os *monandengues*, as crianças, que têm consciência do respeito que devem ter para com a tradição oral e para com os mais velhos; o momento em que a transmissão oral e cultural ocorre tem que ser encarado com dignidade: “nossos olhos todos postos na boca da senhora, pendurados, esperando as palavras iam sair, sabedoria que traziam [...] Porque Sá Domingas nunca que repetia: inventava novas todos os dias” (Vieira 2006 [1964]: 176-177).

Referindo-se a *Nós, os do Makulusu* (1967/1974), Russel G. Hamilton salienta a importância da utilização do Kimbundu com o Português na obra, pois «a língua africana é a expressão simbólica de uma realidade

negra omnipresente que jamais poderá se negada em Angola» (Laban, 1980: 181). *Nós, os do Makulusu* começa com uma expressão em Kimbundu de um conto tradicional: ...*mukonda ku tuatundu kiá, ki tutena kumona-ku dingi kima. O kima tu-ki-sanga, kiala ku tuala um ia*, cuja tradução é «Porque de onde viemos nada mais há para ver. O que procuramos está lá para onde vamos.», e as primeiras linhas do romance remetem para a forma de narrar tradicional africana com uma linguagem simples, mas recheada de imagens:

Simples, simples como assim um tiro: era alferes, levou um balázio, andava na guerra e deitou a vida no chão, o sangue bebeu. E nem foi em combate como ele queria. Chorou por isso, tenho certeza, por morrer assim, um tiro de emboscada e de borco, como é que ele falava?: “Galinha na engorda feliz, não sabe que há domingo.” (Vieira, 1974: 9)

Para Luandino a sua “ficção sempre se alimentou da memória. É do que se inscreveu na memória [donde] retir[o] o material” (entrevista ao jornal *O Globo*, 17.11.2007, do Rio de Janeiro). Os textos de José Luandino Vieira a partir de, e incluindo, *Luanda*, lembram as narrativas orais dos contadores de histórias tradicionais: sobressai a expressividade, a linguagem espetáculo, a linguagem idiomática, a coloquialidade das falas e a descrição do estado de espírito das personagens, que lembra e remete para o modo de transmissão oral ancestral. Ao assumir a imagem do velho contador de estórias da tradição cultural africana, José Luandino Vieira faz renascer a memória tradicional – a ligação com a oralidade é feita através de um modo de narrar que se processa espontaneamente e que remete para a tradição oral africana.

As raízes culturais africanas têm como base a tradição oral, o meio que preservou e continua a preservar o imaginário cultural dos povos, e que durante séculos perpetuou a sabedoria e os conhecimentos necessários para a sobrevivência das tradições culturais. Através da oralidade as vozes ancestrais difundem-se, transmitindo os mitos, os rituais, educando, mantendo viva a chama da tradição, permitindo uma constante reformulação da identidade africana e a (re)construção da tradição cultural. Os saberes e

os ensinamentos que são veiculados auxiliam os indivíduos a integrarem-se nas suas comunidades e respetivas tradições culturais. Para Laura Padilha a integração da oralidade nos textos africanos contemporâneos é importante porque contar histórias é “um legado antigo” e ao incorporar características da oralidade “as literaturas contemporâneas africanas insistem, [...] em reforçar seu conteúdo ideológico, marca da oralidade, operando, assim, com o conteúdo sócio-político-cultural”. A tradição, que se transmitia pela via oral “foi, em certa medida, incorporada ao texto escrito, não só por seu sentido ético de resistência, mas por sua própria dimensão estética como produção imaginária” (Padilha 2007: 3).

Os relatos orais que ainda existem, mesmo que sob a ameaça do desaparecimento, permitindo que a memória seja resgatada. O texto oral ainda é a única forma de sobrevivência de culturas que permanecem afastadas, pois “uma marca da tradição oral” continua a ser “tentar manter a memória dos grupos em que não há o registo escrito” (Padilha 2007: 3). A memória coletiva vai sendo reconstituída, recuperada através de relatos orais, histórias individuais que os escritores africanos contemporâneos reproduzem ou recriam no texto escrito. A oralidade permitiu a preservação da memória mas, durante a guerra, com os deslocados, o desmembramento das famílias e a migração para as zonas urbanas, o texto oral não foi suficiente e as lacunas têm que ser preenchidas pelas histórias escritas.

Ainda assim, a relação da escrita com a tradição oral e com a presença do passado continua a ser uma relação complexa mas fulcral para a formação da identidade cultural africana, pois há que considerar as características ou peculiaridades da tradição oral, como as improvisações ou os gestos, que não podem ser reproduzidos pelo texto escrito que é registado na língua do antigo colonizador europeu. Existe, entre os contadores de histórias contemporâneos, uma atração pelo passado, pela tradição e a herança cultural oral é aproveitada para marcar a identidade angolana (ou moçambicana) no texto escrito, como afirma o poeta e escritor angolano Manuel Rui:

E agora? Vou passar o meu texto oral para a escrita? Não. É que a partir do momento em que eu o transferir para o espaço da folha branca,

ele quase que morre. Não tem árvores. Não tem ritual. Não tem as crianças sentadas segundo o quadro comunitário estabelecido. Não tem som. Não tem dança. Não tem braços. Não tem olhos. Não tem bocas. O texto são bocas negras na escrita, quase redundam num mutismo sobre a folha branca. [...] No texto oral já disse não toco e não o deixo minar pela escrita, arma que eu conquistei ao outro. Não posso matar o meu texto com a arma do outro. Vou é minar a arma do outro com todos os elementos possíveis do meu texto. Invento outro texto. Interfiro, descrevo para que conquiste a partir do instrumento escrito um texto escrito meu da minha identidade. (Manuel Rui 1987:357)

Luandino Vieira e Mia Couto contribuem para resgatar do esquecimento a tradição oral dos seus países, incorporando nos seus textos vozes ancestrais para relançar na contemporaneidade estórias tradicionais africanas que permitem preservar a memória cultural. As tradições e as expressões orais são ainda hoje fundamentais para transmitir conhecimentos, valores sociais e culturais, assim como a memória coletiva, ou seja, elementos fulcrais para manter vivas as culturas tradicionais africanas.

Referências Bibliográficas

- Couto, Mia (1991): *Cronicando. Crónicas*. Lisboa: Caminho.
- (1994): *Estórias Abensonhadas*. Lisboa: Caminho.
- (2005): *Pensatempos. Textos de Opinião*. Lisboa: Caminho.
- (2007): “O prazer quase sensual de contar histórias” – Entrevista com Mia Couto. *Entrevista publicada no O Globo, caderno Prosa & Verso, 30.06.2007*: 6.
- Finnegan, Ruth (1970): *Oral Literature in Africa*. Nairobi: Oxford University Press.
- Gonçalves, Perpétua (2000): “Para uma aproximação Língua-Literatura em português de Angola e Moçambique”, *Via Atlântica*, nº 4, Out.: 212-223.

- Laban, Michel *et al* (1980): *Luandino: José Luandino Vieira e a sua obra*. Lisboa: Edições 70.
- Leite, Ana Mafalda (2005): “Modelos Críticos e Representações da Oralidade Africana”. *Via Atlântica* N° 8 Dez.: 147-162.
- (1998): *Oralidades & escritas nas literaturas africanas*. Lisboa: Vega,
- Monteiro, Manuel Rui (1987): “Eu e o outro, o invasor”. In Cremilda Medina (Org.). *Sonba Mamana África*. São Paulo: Epopeia.
- Okpewho, Isidore (1992): *African Oral Literature. Backgrounds, Character and Continuity*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press.
- Padilha, Laura Cavalcante (2007): Entrevista – Uma Fiandeira da Voz e da Letra. *Revista Crioula*, n°2, Novembro.
- Padilha, Laura Cavalcante e Margarida Calafate Ribeiro (orgs.) (2008): *Lendo Angola*. Porto: Edições Afrontamento.
- Peres, Phyllis (1997): *Transculturation and Resistance in Lusophone African Narrative*. Gainesville, FL: University Press of Florida.
- Vieira, José Luandino (2007): “A Literatura se alimenta de Literatura. Ninguém pode chegar a escritor se não foi um grande leitor.” Entrevista concedida a Joelma G. dos Santos. Campus da UFRJ, III Encontro de Professores de Literaturas Africanas, Novembro de 2007; *Investigações: linguística e teoria literária*, Vol.21, n° I, de Janeiro/ 2008: 279-290.
- (2004 [1963]): *Luanda*. Lisboa: Caminho.
- (2004 [1967]): *Nós, os do Makulusu*. Lisboa: Caminho.
- (2006 [1964]): *Velhas Estórias*. Lisboa: Caminho.

VIZINHANÇA NA ZONA DE FRONTEIRA LUSO-CASTELHANA: UMA LEITURA DOS MAIS ANTIGOS FORAIS MEDIEVAIS

Maria Olinda Rodrigues Santana

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

osantana@utad.pt

Homenagem Departamento de Letras UTAD

Resumo

Neste texto, pretendo mostrar a relação histórica, vicinal, cultural de propinquidade entre as gentes portuguesas e castelhano-leonesas, no decorrer dos séculos. Procuro desvelar o lastro histórico-cultural comum, através da leitura dos forais medievais outorgados a populações de um e outro lado da fronteira. As populações raianas portuguesas e castelhano-leonesas sempre estiveram divididas e/ou unidas acidentalmente pelo rio Douro e por uma linha fronteira imaginária.

O poder central português encarou o *Outro* (Castela e Leão), durante a Idade Média, como um inimigo. No dealbar da Época Moderna, razões históricas e políticas conduziram a uma nova forma de encarar o *Outro*.

As populações raianas, de um e de outro lado, desde as eras pré-históricas, que convivem, partilham, dialogam com os vizinhos comuns sem olharem às variações linguísticas, administrativas e políticas.

Introdução

A documentação foraleira medieval surgiu no âmbito da reconquista cristã da Península Ibérica, com a finalidade de fixar e atrair gentes aos

territórios ganhos à força da espada na guerra santa dos cristãos neogodos contra os infiéis. Houve um longo lapso temporal (séc. VIII a XI) em que os territórios peninsulares tanto estavam nas mãos de uns como nas de outros. Genericamente, durante cerca de três séculos que antecederam a formação do condado portugalense, as gentes cristãs do norte da península pertenceram a reinos ou senhores comuns. Mesmo depois da criação do reino de Portugal com D. Afonso Henriques, as populações da Galiza, das Astúrias, de Castela e Leão e do norte de Portugal nunca cortaram totalmente o cordão umbilical que as uniu. As vivências comuns, as semelhanças culturais e até linguísticas - as línguas românicas da península têm uma matriz linguística, histórica e cultural comum: o latim - mantiveram-se no território do norte da península ibérica. Não foi no grande espaço geográfico do norte da península que nasceram as novas línguas (neolatinas)? As relações de proximidade, de vizinhança entre os povos cristãos peninsulares têm as suas raízes nas ancestrais eras pré-históricas e continuaram a estar representadas no discurso foraleiro exarado pelos reis peninsulares, durante o medievismo.



Figura 1: Mapa “Leguas Portuguesas de 18 ao grão”, Biblioteca Nacional.

O mapa acima apresentado é extremamente rudimentar, no entanto, serve para mostrar a continuidade territorial do norte de Portugal, designadamente, da “província de Tras-os-Montes” com as vizinhas províncias espanholas (Galiza, Castela). No fundo, o norte de Portugal e as referidas províncias espanholas representam um *continuum* histórico, patrimonial, cultural.

1. Antecedentes históricos da outorga foraleira na península ibérica

O início da reconquista, como é sobejamente conhecido, partiu do reino das Astúrias comandado por Pelágio. A investida do exército neogodo teve sucesso, em virtude das dissensões existentes no exército de berberes fixados no norte. Com D. Afonso I, rei das Astúrias de 739 a 757, chegou-se até à linha do Douro. O rei D. Ordonho I, que governou entre 850 e 866, mostrou preocupação em repovoar e organizar a região setentrional e meridional do rio Minho e Lima. O seu projeto foi dilatado pelo filho, D. Afonso III (866-910). Este último expandiu o seu poderio até à linha do Mondego, conquistando Coimbra em 878. Braga e Porto tinham sido reconquistadas na década anterior²⁰⁷.

No século X, o território cristão da península já se encontrava dividido em quatro grandes zonas administrativas: Astúrias, Leão, Galiza e Castela. Os cristãos foram avançando na reconquista de novas terras, D. Fernando Magno, rei de Leão e Castela, aproveita o enfraquecimento interno do Califado Omíada de Córdoba, entre 1017 e 1023, e a posterior dissolução em 1060, assim como a formação de pequenos reinos taifas muito menos poderosos e recupera as cidades de Lamego e Viseu em 1057 e 1058 respetivamente e outras terras mais pequenas, como Seia. Coimbra só voltará ao domínio cristão em 1063/1064. A linha divisória dos reinos neogodo e árabe passa, mais uma vez, do rio Douro para o Mondego.

D. Fernando I, consciente da necessidade de fixar população e criar núcleos rentáveis nas zonas de fronteira, outorga o primeiro foral a uma terra do território que viria a integrar, alguns anos mais tarde, o condado portugalense, isto é, a São João da Pesqueira e vilas circunvizinhas entre 1055 e 1065. Estas localidades foram contempladas com um diploma régio, porque estavam situadas perto do rio Douro, ou seja, onde poderia

²⁰⁷ Soares, Torquato de Sousa (1942): “O Repovoamento do Norte de Portugal no século IX”. Separata de *Biblos*. Coimbra, Vol. XIII, Tomo I: 5-26 defende que “o repovoamento de Portucale em 868 não teria resultado de uma progressão de elementos galegos para o sul”, mas, “pelo contrário resultaria da conquista e do abandono de Coimbra, provavelmente em 867”.

ser instalada uma nova pesqueira e assim ser desenvolvido um núcleo populacional.

D. Fernando Magno planeou dividir pelos três filhos: D. Sancho, D. Afonso e D. Garcia, a grande unidade política que formara. Deste modo, quando faleceu, em 1065, D. Sancho ficou com o reino de Castela, D. Afonso com Leão e D. Garcia com a Galiza. A divisão projetada pelo monarca não foi pacífica e trouxe a guerra civil. D. Sancho, rei de Castela, depois de várias lutas conseguiu vencer D. Afonso e D. Garcia, mas a sua vitória chegaria ao fim em 1072, pois seria morto num cerco em Zamora que montara à irmã D. Urraca por esta ser seguidora de D. Afonso. Após a morte do irmão, D. Afonso VI abandonou a corte do rei de Toledo, Alammune, onde se refugiara e reconstruiu a unidade dos estados cristãos do ocidente (Peres [s.d.]: 55 e segs.). D. Afonso VI, aproveitando as relações pacíficas que mantinha com alguns reis árabes, conseguiu ir reconquistando várias terras: Sória, em 1077, Toledo, em 1085, por acordo com o rei mouro, Al-Cadir, o monarca ajudou este mesmo rei a ganhar o trono de Valência, tendo conseguido entrar no reino de Granada no ano de 1085.

A primeira fase deste período de avanço da reconquista aconteceu entre 1085 e 1109, D. Afonso VI tinha como objetivo principal assegurar o domínio da superfície central, aquém do Tejo.

Alguns reis de taifas (Al-Mutamide, de Sevilha, Mutavaquil, de Badajoz e Abadalá de Granada) preocupados com a ofensiva cristã pediram socorro aos povos almorávidas do norte de África. Em 1086, receberam ajuda do chefe dos almorávidas, Iúçufe Ibne Texufne, que desembarcou em Algeciras com um descomunal exército para socorrer os reis muçulmanos da Península.

D. Afonso VI, perante a conjuntura desfavorável, pediu auxílio ao rei de Aragão e a nobres franceses. Alguns grupos de nobres franceses já estavam na Península desde 1064, todavia, face ao perigo acrescido por parte dos reis muçulmanos peninsulares, acudiu à Península em maio de 1087²⁰⁸ uma considerável expedição, composta por nobres de todas

²⁰⁸ Damião Peres aponta como fonte desta informação a crónica francesa de S. Pedro-o-Vivo de Sens, *ob. cit.*: 58.

as províncias francesas. Nesta expedição vieram, por certo, o duque de Borgonha, D. Eudo, sobrinho de D. Constança, mulher de D. Afonso VI, o seu irmão, D. Henrique, conde de Borgonha assim como o seu primo, D. Raimundo, conde de Amaous. A ajuda preciosa destes cavaleiros franceses foi premiada por D. Afonso VI, em 1094, já que entregou o governo do condado portugalense ao genro D. Raimundo, marido da filha primogénita e herdeira do trono, D. Urraca. Contudo, no ano seguinte, em 1095, D. Raimundo perdeu Lisboa, determinando, assim, a fragmentação do condado que seria entregue, no ano seguinte, a D. Henrique, marido de D. Teresa, a outra filha de D. Afonso VI.

No programa de reorganização do reino, D. Afonso VI previra a confirmação dos forais dados nos reinados anteriores ou a concessão de novos, com a finalidade de fomentar o assentamento das populações. Neste sentido, em 1085 confirmara a posse de bens, concedidos por Sisnando, no reinado de D. Fernando I, aos habitantes de Coimbra. Em 1095, o monarca outorgara a Santarém, cidade situada na zona de fronteira, um foral contendo muitas regalias para atrair população. O foral de Santarém é seguidor dos modelos leoneses e, em particular, de um seu avatar: o foral de *S. João da Pesqueira*.

Os forais, diplomas reguladores dos direitos e deveres das comunidades, surgiram na Península Ibérica, no contexto da reconquista cristã encetada em meados do século VIII. Todavia, apenas em meados do século IX surgiram as condições necessárias à reorganização e ao repovoamento generalizados dos territórios situados a sul das Astúrias.

A outorga da documentação foraleira tornou-se assim de extrema importância para os monarcas e senhores concedentes, pois firmava as populações e consolidava as fronteiras do reino. Ao nível organizativo, os diplomas foraleiros serviram para estabelecer relações administrativas, jurídicas, económicas e sociais entre o poder (rei ou senhor concedente) e as gentes (as comunidades locais).

A leitura deste tipo de documentação é essencial para a compreensão da história e da identidade portuguesas e, em sentido mais lato, das peninsulares.

2. Modelos castelhano-leoneses

Os modelos dos forais outorgados aos lugares do norte e, em particular, de Trás-os-Montes evidenciam uma ligação histórico-cultural estreita entre as comunidades geograficamente situadas de um lado e de outro da fronteira, antes mesmo de existir a divisa oficializada pelos monarcas dos dois reinos vizinhos: Fernando IV de Leão e Castela e D. Dinis de Portugal, em 1297, através do famigerado *Tratado de Alcañices*. Depois da assinatura do tratado essas afinidades vicinais mantiveram-se e permaneceram ao longo dos tempos.

Não olvidemos que o monarca de Leão e Castela, Fernando Magno, no século XI, já se preocupava em fomentar o repovoamento das terras situadas nas margens do rio Douro, por isso mesmo fez a mais antiga outorga régia acordada a lugares dentro das atuais fronteiras de Portugal (**foral de S. João da Pesqueira e vilas circunvizinhas [1055-1065]**), quase um século antes do reconhecimento oficial e papal do reino português através do *Tratado de Zamora*, em 1143. Note-se que Zamora e Alcañices são terras contíguas ao território português e com fortes afinidades históricas e culturais com as terras raianas do nordeste transmontano.

Os reis leoneses e castelhanos, no contexto da reconquista (Fernando I, Afonso VI), atribuíram às comunidades assentes no território situado entre os rios Douro e Tejo os modelos foraleiros concedidos às povoações leonesas e castelhanas. Seguiram, sobretudo, os *tipos de Salamanca (Santa Cristina)* e *Ávila*, aplicando-os a localidades durienses e tejanas com afinidades geográficas, climáticas, edafológicas, no fundo, com possibilidades de desenvolvimento de economias semelhantes às castelhanas e leonesas.

3. Avatares dos forais castelhano-leoneses no território transmontano: uma leitura

O *foral de S. João da Pesqueira* é muito significativo, por ter sido o primeiro dado a terras futuramente portuguesas, e, por ter servido de modelo apesar de ter desaparecido e ser conhecido apenas através de confirmações ulteriores a vários forais acordados, posteriormente, a localidades transmontanas e beirãs. O *foral de S. João da Pesqueira* [1055-

-1065] segue o foral leonês de *Santa Cristina* (1062) em Zamora, este último, por sua vez, é um avatar do *foral de Salamanca* – um dos principais modelos dos forais castelhano-leoneses e portugueses.

O foral de Santarém outorgado por Afonso VI, em 1095, segue o de S. João da Pesqueira. Por seu turno, os forais de Ansiães e Linhares [1137-1139], [1169-1175], 1219.__; Penela 1150.07.__, [1169-1175]?, 1217.10.__; Pesqueira [1169-1175], 1217.10.__, 1256.09.01; Paredes (?); Souto 1218.02.03 são avatares do de S. João da Pesqueira. O que significa que todas estas comunidades castelhano-leonesas e portuguesas se escoravam em estruturas administrativo-jurídicas (concelhos) com uma organização idêntica, estribadas, por exemplo, em núcleos populacionais com o mesmo tipo de estratos sociais (representante do rei, pequena nobreza, algum clero e povo) e praticavam atividades económicas igualmente similares (exploração agrícola, atividade venatória, piscícola, atividades artesanais e de pequeno comércio). Podemos constatar que, nos séculos XI e XII, as formas de viver das comunidades de um e de outro lado da fronteira eram, certamente, muito análogas. As comunidades acima citadas estavam organizadas administrativa e juridicamente em concelhos autónomos apenas dependentes da coroa.

Da leitura dos diplomas, podemos apurar o tipo de contribuições fiscais tributadas a essas populações, no período em consideração. Os concelhos em causa pagavam sobretudo tributos em géneros:

dois pães (*centeio*), um almude de *vinho* e um almude de *cevada* (imposto denominado de *parada*);

a caça era taxada com uma peça do animal caçado (*cervo*, *urso*) e com isenção em relação ao javali ou porco-montês;

as pesqueiras antigas pagavam uma taxa de um quarto do pescado, as novas, metade dos peixes capturados, com um agravamento de imposto.

Os moradores concelhios eram onerados ainda com o imposto medievo da *lutuosa*, tributo sobre os bens deixados pelos defuntos. Habitualmente, os herdeiros tinham de entregar a melhor joia; o melhor

móvel; a melhor peça da casa; para o rei, ao *mordomo*, isto é, ao funcionário da coroa, recebedor dos impostos.

Há, como era de esperar no período medieval, uma referência à organização eclesiástica, uma vez que é dito que o “concelho” teria de se entender com o bispo.

No foral, estão ainda averbados os procedimentos judiciais a aplicar aos delitos cometidos pelos moradores dos lugares. Assim, por um homicídio, o condenado teria de pagar 50 soldos; por violação (*rousso*) pagava os mesmos 50 soldos; por atirar “esterco em boca” à cara de alguém ou cometer ofensas verbais teria de pagar 30 soldos; se cometesse mutilações (pé, mão, olho) pagaria de multa 25 soldos.

Se desse uma bofetada e puxasse os cabelos teria de pagar 5 soldos; por uma pedrada ou paulada que fizesse sangue pagaria a mesma multa: 5 soldos; por entrar em casa alheia seria aplicada a mesma coima: 5 soldos; por punhada, pedrada ou paulada sem sangue pagaria apenas 1 soldo.

O roubo era penalizado com a obrigação de repor duas vezes o furto a quem tivesse sido roubado e de pagar sete vezes o mesmo roubo ao rei de acordo com a lei geral. Repare-se na severidade da lei medieval.

Não ocorre nenhuma menção ao juiz (*local*), escolhido pelo concelho, é tão-somente referenciado o saião (*funcionário régio*) que detinha funções policiais e judiciais.

O julgamento de crimes graves (*homicídio, rousso*) competia unicamente à justiça régia.

Os diplomas dados às comunidades situadas na parte meridional do rio Douro: S. João da Pesqueira [1055-1065], Ansiães [1137-1139], Linhares [1169], bem como Freixo de Espada à Cinta [1152] e Mós [1162] seguem os forais leoneses (modelo de *Salamanca*), os dois últimos são seguidores de um avatar do de Salamanca: o foral de Numão [1130].

É incontestável que

esta parte do território transmontano esteve sempre em amplo contacto com os povos da outra margem do rio Douro. A osmose daí resultante

continua a verificar-se no último quartel do século XII (...) (Reis 1991: 242).

Da leitura dos *forais antigos* outorgados às localidades transmontanas, no período em análise, verifica-se que esses diplomas seguiram essencialmente dois modelos castelhano-leoneses (*Zamora* e *Salamanca*). Há cerca de uma vintena de forais transmontanos que remete direta ou indiretamente para o modelo de *Zamora* (Bragança, Chaves, Vila Real, Montalegre e Terra do Barroso, Mogadouro, Monforte de Rio Livre, Montenegro, Argoselho, Santulhão, Miranda, Canedo, Freixiel, Rebordãos, Valverde, Vila Franca, Mirandela, Vale de Telhas, Vila do Conde, Cabeça do Conde, entre outros). Cerca de uma dezena de forais envia direta ou indiretamente ao modelo de *Salamanca* (Aguiar de Pena e Anexas, Freixo de Espada à Cinta, Urros, Santa Cruz da Vilarça, Junqueira da Vilarça, Vila Flor, Vila de Alfândega, Castro Vicente, Santa Maria do Azinhoso, entre outros). Alguns deles decalcam variantes ou adaptações cronológicas, espaciais portuguesas dos referidos modelos leoneses ou castelhanos. As localidades com maior expressão demográfica normalmente convocam os modelos originais (castelhano-leoneses), os lugares mais pequenos os avatares portugueses que, por vezes, remetem para outros forais já aplicados a lugares geograficamente próximos ou com afinidades agrícolas, económicas, sociais, entre outras.

4. A evolução do municipalismo transmontano e a centralização do poder

As estratégias políticas dos monarcas portugueses, nos séculos XIII e XIV, nomeadamente de D. Afonso III e de D. Dinis, não tinham apenas por objetivo, como aconteceu nos reinados anteriores, firmar populações e impedir incursões leonesas e castelhanas, no território português, mas apresentavam já uma intenção regional, por parte do poder central, em estabelecer alianças tácitas com as comunidades locais, anulando, desta forma, pressões senhoriais consolidadas no território transmontano fronteiriço.

D. Dinis seguiu a estratégia política traçada e aplicada por seu pai, na luta contra as usurpações do poder senhorial. Efetivou uma nova série de inquirições (1284, 1288, 1301, 1303, 1307) e preceituou várias leis de desamortização. Deu continuidade à política de repovoamento e exploração

agrícola experimentada no reinado anterior, avançando mais para o interior, designadamente, para o nordeste transmontano e zona fronteiriça, isto é, para espaços mais desprotegidos, diante do poder tutelar dos eclesiásticos portugueses (Arcebispado de Braga, Ordem dos Templários, Mosteiro de Castro de Avelãs, etc.) e cenóbios leoneses (Mosteiros de Moreruela e San Martin de Castañeda), bem como das famílias nobres influentes na zona geográfica em causa (Braganções). Nos reinados predecessores, por causa das dificuldades em fincar gentes nas zonas de fronteira, terras de conflito permanente, os monarcas portugueses foram dando propriedades realengas a senhorios eclesiásticos, a validos nobres e a particulares, tendo perdido a jurisdição régia de copiosas propriedades no nordeste transmontano. Por conseguinte, nos reinados afonsino e dionisino, a coroa detinha poucos bens fundiários, na zona nordestina de fronteira. Desses escassos bens era ainda esbulhada pela fuga ao pagamento dos impostos sobre os produtos passados, com facilidade, para Castela, sem tributação, dada a proximidade da raia. Este cenário levou D. Dinis a desencadear conflitos com os senhorios mais poderosos da região, designadamente, com o Mosteiro de Castro de Avelãs. O rei-lavrador traçou uma estratégia político-administrativa para o nordeste: erguer concelhos rurais em locais táticos dependentes, apenas, do poder central. Para proteger a linha de fronteira, D. Dinis retirou ao supracitado cenóbio as aldeias de Pinelo, Argoselo e Santulhão, por estas aldeias se encontrarem no termo de Miranda do Douro, localidade fronteiriça que necessitava de ser amparada para poder fazer frente à vizinhança leonesa e castelhana. A proteção da linha de fronteira seria, ainda, alicerçada pela reconstrução e construção de castelos e muralhas nas vilas da estrema (*Miranda, Bemposta, Mogadouro, Penas Róias, Vilar Seco da Lomba, Chaves, Monforte de Rio Livre*). A fundação da vila de Miranda do Douro, um lugar fronteiro, inseriu-se na mencionada estratégia política dionisina. Assim, em 1286, durante uma visita régia de prospeção ao território fronteiriço, D. Dinis fundou a vila de Miranda do Douro. O monarca, onze anos antes da assinatura do *Tratado de Alcañices*, preparara já as comunidades da linha de fronteira, concedendo-lhes benefícios fiscais, como a isenção do pagamento do foro, durante 4 anos (documento dionisino de 1286.12.18), exigindo, contudo, em troca a defesa destemida do território raiano.

No âmbito da sua estratégia político-administrativa para o nordeste transmontano, D. Dinis seletou para a tarefa do repovoamento da zona fronteiriça dois funcionários Afonso Rodrigues (*procurador d' el rei, povoador em Terra de Bragança*) e Rui Martins (*cavaleiro, povoador em Terra de Bragança*). Estes funcionários régios estiveram investidos de grandes responsabilidades na formação dos vários concelhos nordestinos. Afonso Rodrigues negociou a criação dos concelhos de Sanceriz, Valverde, Outeiro de Muas, Caçarelhos, Refóios, Vale de Nogueira; Rui Martins, por sua vez, ajustou a formação de Caçarelhos, Sanceriz, Arufe, Viduedo, Pombares. Estes agentes régios passaram cartas de foral aos concelhos, delimitaram os seus termos, indicaram as suas magistraturas, assinaram e selaram os documentos. Com estas cédulas de nascimento, os concelhos formaram-se com base em normas estabelecidas de mútuo acordo com os representantes régios. Os exemplos atrás apontados evidenciam um dos expedientes usados por D. Dinis no repovoamento, na colonização e na defesa das terras transmontanas. O poder central ganhou, desta forma, um protagonismo regional evidenciado no controlo de várias aldeias estratégicas, na defesa da linha de fronteira, retiradas aos senhorios locais, sobretudo, eclesiásticos (Mosteiro de Castro de Avelãs, Arcebispado de Braga). As principais finalidades da estratégia repovoadora de D. Dinis consistiram em:

eleva pequenos núcleos populacionais à condição de concelhos;

conceder autonomia e benefícios fiscais (isenção do pagamento do cânone nos primeiros anos de assentamento);

promover a fixação de novos povoadores;

favorecer o amanho das propriedades reguengas, o desbravamento das terras, a exploração agrícola, a atividade venatória, a comercial (feiras, feiras francas);

regularizar as relações de vizinhança necessárias à vida comunitária das populações.

Estas condições favoreceram o surgimento do comunitarismo transmontano que apresenta formas de vida semelhantes às do lado

castelhano-leonês, as práticas agropastoris comunitárias são comuns às povoações dos dois lados da fronteira.

5. Notas conclusivas

Em finais do século XIII, inícios do século XIV, o poder central português encarava as comunidades vizinhas leonesas e castelhanas como comunidades inimigas, uma vez que ainda era necessário consolidar a linha de fronteira dos dois reinos. Dois séculos mais tarde (XV e XVI), o olhar do poder central português sobre a vizinha Castela alterou-se, quer por motivos histórico-políticos quer pela observância das ancestrais convivências partilhadas pelas comunidades vicinais de um lado e de outro da fronteira.

No século XVI, por exemplo, D. Manuel I aumentou a concessão de privilégios a Miranda e a Bragança. Confirmou os privilégios existentes (couto de homicidas; feira franca; doação de pardieiros desaproveitados para favorecer o repovoamento da vila; etc.) assentidos pelos reis antecessores (1504.01.10). Favoreceu o comércio entre mirandeses e castelhanos relativamente à compra de ferro em Castela, produto necessário ao fabrico de ferramentas para as atividades agrícolas (1508.03.03). O ferro, como nota José António Nobre, era “um material imprescindível ao quotidiano agrário mirandês, tendo transformado radicalmente, desde os tempos mais longínquos, a vivência de um povo” (Nobre 2003: 27).

O Venturoso permitiu, igualmente, o intercâmbio comercial entre os moradores de Saiago e de Aliste com os mirandeses, deixando-os levar de Miranda mantimentos no valor de mil reais e outros mantimentos para uso próprio (1515. 01.02).

O mesmo monarca confirmou vários privilégios (1496) ao concelho de Bragança, outorgados pelos reis antecessores.

O intercâmbio comercial e vicinal que ainda hoje existe nas terras da raia (Chaves, Bragança, Miranda, Freixo de Espada à Cinta) começou a ganhar consistência no dealbar da Época Moderna. Neste período, o poder régio português vê o *Outro* (Leão e Castela), ou melhor, as populações raianas de Leão e Castela como “bons vizinhos” e “bons comerciantes” para as

comunidades fronteiriças portuguesas, pois, ambas as comunidades de um e outro lado eram constituídas por populações apoucadas situadas em territórios remotos.

Em síntese, a imagem do *Outro* (Castela e Leão), na Idade Média, para o poder central português, representava uma possível perda de soberania nos territórios fronteiriços. No dealbar da Época Moderna, com a estabilização definitiva das fronteiras e uma situação histórico-política favorável ao reino de Portugal (reinados manuelino e joanino), a ameaça da soberania territorial já não se colocava, portanto o *Outro* (Castela) deixou de ser um inimigo, tornando-se antes um parceiro nas trocas comerciais, um bom vizinho. Por seu turno, as comunidades locais das terras do nordeste transmontano e das terras vizinhas dos lados leonês e castelhano sempre tiveram formas de vida similares, sempre existiram casamentos com gentes de um e de outro lado, sempre houve trabalho comunitário naquelas paragens, portanto, as vontades políticas dos monarcas portugueses e castelhanos nem sempre foram coincidentes com as realidades e vivências locais, mas estas continuaram e continuam a dialogar, a confraternizar sem atender aos desígnios centrais.

Referências bibliográficas

- Dias, Nuno José Pizarro Pinto (1990): “Chaves Medieval (séculos XIII e XIV)”. In: Revista *Aquae Flaviae. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae*, (n.º 3): 35-94.
- Godinho, Vitorino Magalhães (2004): *PORTUGAL: A Emergência de Uma Nação*. Lisboa: Edições Colibri.
- Nobre, José António (2003): “Os *Pica-Puortas* em *Terra de Miranda*”. In: Revista *Brigantia, Revista de Cultura*. Bragança, Vol. XXIII, (n.º1, 2) (Jan/Maio): 23-43.
- Peres, Damião [s. d.]: *Como nasceu Portugal*. 8ª edição. Porto: Vertente.
- Reis, António Matos (1991): *Origens dos Municípios Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Santana, Maria Olinda Rodrigues (1998): *Liuro dos Foraes Nouos da Comarca de Trallos Montes: edição, enquadramento histórico e análise estatístico-linguística*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1998 (mm). 4 vols., 1935 p. Provas de Doutoramento Europeu em Linguística Portuguesa (UTAD—Toulouse-Le-Mirail).
- (1999): *Liuro dos Foraes Nouos da Comarca de Trallos Montes: introdução, edição diplomática e notas*. Mirandela: João Azevedo Editor. Edição patrocinada pelo Ministério da Cultura e pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.
- (2001): *Tombo da Vila e Termo de Vila Pouca de Aguiar NA 263 (textos escolhidos)*. Direcção Direcção, Introdução, Breve Estudo, Notas e Glossário. Vila Pouca de Aguiar: Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar.
- (2003) *O vocabulário da documentação foraleira dos concelhos de Chaves, Monforte de Rio Livre e Vila Real*. Vila Real: UTAD. (Série Didáctica. Ciências Sociais e Humanas; 43).
- (2006): *Inquirições Manuelinas de Trás-os-Montes: edição interpretativa*. [S.l.]: CEL, FCT, Publicações Pena Perfeita. Colecção Scriptorium.
- (2008): *A Documentação Foraleira Dionisina de Trás-os-Montes: breve estudo e edição interpretativa*. Lisboa: Edições Colibri.
- (2009): “Poder Senhorial e Direitos de Foral”. Capítulo III: A Idade Média. *BRAGANÇA MARCA A HISTÓRIA A HISTÓRIA MARCA BRAGANÇA*. Bragança: Edição da Câmara Municipal de Bragança: 113-121. Coordenação de Armando Fernandes.
- (2009): *Registo do Foral Manuelino de Miranda do Douro*. Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro, Centro de Estudos António Maria Mourinho.
- (2010): *Páginas de Rosto dos Forais Novos de Trás-os-Montes*. Vila Real: CEL / UTAD. Colecção Ensaios Cultura.
- Soares, Torquato de Sousa (1942): “O Repovoamento do Norte de Portugal no século IX”. Separata de *Biblos*. Coimbra, Vol. XIII, Tomo I: 5-26.

SOBRE O PENSAMENTO LINGÜÍSTICO EM PORTUGAL NA CENTÚRIA OITOCENTISTA

Maria Helena Santos

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

hpessoa@utad.pt

«[E]n el terreno de la Lingüística, lo mismo que en el de todas las otras ciencias del espíritu y en la Filosofía, los griegos hicieron las primeras reflexiones, crearon los primeros conceptos fundamentales y escribieron las primeras exposiciones que todos los gramáticos posteriores aprovecharon, ampliaron a veces y siempre hubieron de tomar en consideración» (Arens 1975: I, 50).

As raízes das primeiras reflexões metalinguísticas ocidentais têm sido, precisamente, documentadas na Antiguidade Clássica, quer no âmbito da atividade poética e da *mousiké*, quer, ainda, no domínio da filosofia. E, se, depois da emergência, no seio da dialética desenvolvida no quadro do Antigo Estoicismo, do que tem sido apontado como o provável ancestral dos tratados de gramática, a saber, *Téchne perì phonês*, de Diógenes de Babilónia, essa disciplina da lógica, no seguimento das atividades filológicas de catalogação, seleção e reconstituição crítica dos textos originais da literatura grega, na Biblioteca de Alexandria, passa a delegar, já no âmbito do Médio Estoicismo, o tratamento dos significantes linguísticos às descrições gramaticais técnicas, concebendo-se a *gramática* como “competência em matéria de textos”, a verdade é que, no final da era que antecede a Era Comum, esta especialidade – que integrava a tradicional atividade pedagógica do gramatista – virá a vincular-se ao objetivo de encontrar regras gerais para o funcionamento da língua grega (cf. Baratin 1989: 202, 203). Nessa altura, cada descrição gramatical técnica se biparte, por um lado, numa secção consagrada à exposição dos

elementos da língua grega, numa ordem progressiva, a saber, do som às chamadas ‘partes do discurso’, e, por outro lado, numa parte dedicada à exposição fundamentada do que se entendia por ‘grego correto’ (Ildefonse 1997: 458; cf. Santos 2010: I, 44-48).

Curiosamente, no século IV E. C., será Donato quem, na sua *Ars grammatica*, integrará, a nível da língua latina, paralelamente ao tratamento das *uirtutes*, o tratamento dos *nitia* indesculpáveis e dos *nitia* desculpáveis, atestados por autores literários renomados, transitando-se, deste modo, do quadro da estrita correção (em que se opõe o que é tido por correto ao chamado barbarismo, ao solecismo e à impropriedade) para o quadro do desvio em geral (cf. Santos 2010: I, 48-49). É interessante que, ao longo do século XIX, os gramáticos portugueses continuarão a tratar, na senda do latino Donato, não só dos vícios indesculpáveis, como, antes de Donato, os gramáticos gregos haviam feito – o exemplário de Apolónio Díscolo é extraído apenas de factos do que viria a ser denominado de *linguagem comum* (cf. Carvalho 1973: 333-334) –, como também das ‘incorreções aparentes’, para utilizar um termo constante da obra de Moraes Silva (cf. 1806: 103), terminada – ainda que não publicada – no ano de 1802.

Na Idade Média, designadamente, a partir da Sexta centúria, será a gramática que tenderá a assimilar a dialética, por via de um processo que tem sido, até certo ponto, atribuído ao anglo-saxão Alcuíno de Iorque, que, entre o final do século VIII e o princípio do século IX, manifestará «o primeiríssimo interesse» pelos dois últimos capítulos de *Institutiones grammaticae*, de Prisciano, consagrados, precisamente, à sintaxe do latim, com base no modelo que tinha sido provido, mais de trezentos anos antes, por Apolónio Díscolo, através da sua *Sintaxe das partes do discurso* da língua grega (cf. Santos 2010: I, 53). Com efeito, é aos gramáticos carolíngios que se devem as primeiras tentativas de aplicação das técnicas resultantes do estudo dos tipos teóricos de definições fornecidos pela dialética, em harmonia com o pensamento aristotélico, ao estudo analítico das definições gramaticais herdadas (cf. Santos 2010: I, 51). Tais procedimentos constituirão a pedra angular da distinção que, na primeira metade do século XIII, visando elevar a gramática ao estatuto de ciência, no quadro do conceito aristotélico de *ciência*, os gramáticos sentirão necessidade de estabelecer claramente – apesar de tal distinção se vislumbrar já no século

XII – entre a gramática regular, ou especulativa, ou teórica – a *gramática universal* propugnada pelo pré-modista Jordan da Saxónia –, preocupada com o “ser de razão” das unidades linguísticas, ou seja, com os “modos de significar”, os quais, tidos por comuns em todas as línguas, explicariam as regras de formação das frases em qualquer língua particular, e a gramática tradicional, que a centúria ducentista passará a chamar de gramática positiva, ou impositiva, ou prática, ou usual, consagrada ao “ser sensível” das unidades linguísticas de uma dada língua (cf. Santos 2010: I, 54-55).

Com os Modistas, a logicização da gramática atinge o seu clímax, uma vez que, se se entende que à lógica se adscrivia o estudo do modo como os itens linguísticos significavam e como produziam sentido, se consigna à gramática o estudo do modo como tais unidades, enquanto construtíveis dotados, *a priori*, de “modos de significar”, se interrelacionavam em diferentes tipos de construção (Rosier 1981: 61; cf. Santos 2010: I, 55-57).

No século XIV e no século XV, circulam, no Ocidente, textos de gramática positiva – inspirados, por um lado, em tratados modistas e, por outro lado, no *Doctrinale puerorum*, de Villa-Dei (de 1099), e no *Graecismus*, de Eberhardus Bethuniensis (de princípios do século XII) –, os quais terão contribuído, decisivamente, segundo Anne Grondeux (2000: 608), para a incorporação definitiva da sintaxe nos manuais gramaticais (cf. Santos 2010: I, 57-58).

Entretanto, no século XVI, como salienta Mattos e Silva (1996: 25[cf. 24]), sem abandonar a relação pensamento-língua, a reflexão linguística passa a privilegiar o uso linguístico, com base em dados empíricos – tal como, aliás, atestado pela gramática oliveiriana –, recuperando-se, de alguma forma, a essência do *modus faciendi* do undecentista Petrus Heliae. Interessantemente, é desse *modus faciendi* que parece partir o nosso Amaro de Roboredo, no século XVII, uma vez que, por via da comparação da língua portuguesa com a latina, pretendia estabelecer, firmar ou confirmar princípios gerais que entendia por ‘universais’ e que configurariam, do seu ponto de vista, uma *gramática universal* – numa clara aproximação, por um lado, às coordenadas epistemológicas radicáveis no pensamento de Robert Grosseteste, Roger Bacon e William d’Ockam, (pensamento esse) valorizador da experiência e dos dados empíricos como via de acesso ao

conhecimento, e, por outro lado, aos pressupostos do ducentista Jordan da Saxónia –, ao mesmo tempo que instaura a noção de *prática* daquela gramática dita *universal* a qualquer língua particular.

As noções binómicas de *gramática universal* ou de *gramática geral*, por um lado – conceitos que, embora, em termos teóricos, apresentem uma diferença de qualidade significativa, tendem, na prática, a identificar-se, como demonstrou Beauzée –, e de *gramática particular*, por outro lado, prevalecem, explicitamente, em obras gramaticais da autoria de Dias de Souza (1804), de Moraes Silva (1806), de Soares Barboza (1862[1822]), de Bento de Oliveira (1862/1864), e de Monteiro Leite (1882/1887), e, implicitamente, na de Couto e Melo (1818) – Soares Ferreira (1819) limita-se a apresentar a sua obra como *arte* –, sendo uma dada gramática particular, ou arte, – portuguesa, no caso – entendida como organizável à luz de um conjunto de princípios reguladores da interpretabilidade da generalidade do funcionamento das línguas, diretamente tributários ora do ideário linguístico de Antoine Court de Gébelin, estritamente vinculado ao de Charles de Brosses, considerando Gébelin que se impunha a comparação de dados empíricos de diferentes línguas – mas não necessariamente de todas as existentes –, para que delas se induzissem regras suscetíveis de reconfigurar e precisar o conjunto, tido por imperfeito, dos princípios linguísticos que então se adscreviam à chamada *gramática geral* de inspiração port-royalina, ora, então, das ideias linguísticas dos setecentistas Gabriel Girard, Du Marsais, James Harris, Beauzée, Douchet e Condillac, ora, ainda, das ideias linguísticas dos seiscentistas gramáticos e lógicos de Port-Royal (cf. Santos 2010: I, 119-176, 202-207).

É, entretantes, no âmbito do terceiro quartel da centúria oitocentista, mais exatamente, em 1868, com F. Adolpho Coelho, que a gramática surge como estudo da língua como *organismo* (cf. Coelho, 1868: iii), termo revelador da aplicação, a nível dos estudos linguísticos, de pressupostos teóricos tendentes ora a inscrever a então chamada glotologia no seio das ciências naturais, como queria Schleicher²⁰⁹, ora a enquadrá-la no seio

²⁰⁹ Foi com base no conhecimento direto da obra de August Schleicher, tendo mesmo chegado a traduzir para o português extratos de *Über die Bedeutung der Sprache für die Naturgeschichte des Menschen*, publicado em 1865, que F. Adolpho Coelho pôde afirmar

das ciências do espírito, sustentadas, naturalmente, por procedimentos metodológicos de cariz experimental, como F. Adolpho Coelho viria a apologizar na década de oitenta (cf. Coelho 1887: 14-20; cf. Santos 2010: I, 181-185). Em 1870, A. Epiphany da Silva Dias, que também encara a língua como *organismo* (cf. Dias 1870: 3), introduz o termo *gramática científica*, a partir do qual apresenta o binómio *gramática geral* e *gramática prática* (sustentada, naturalmente, numa dada gramática científica) (cf. Dias 1870: 3), termos a que corresponderão, pela mesma ordem, a noção de *gramática científica*, ou *gramática comparada em sentido estrito* (ou, ainda, *gramática histórica*), e as noções de *gramática comparada em sentido lato* e *gramática expositiva* (*descritiva*, ou *prática*), progressivamente aduzidas, no início da década de setenta e na de oitenta, por F. Adolpho Coelho (cf. Coelho 1871: xxx, col. 2; 1887: 22-23), que integra a gramática no seio da glotologia em sentido estrito, a que atribui, na senda de Bopp, o desígnio de estudar as línguas por si mesmas, considerando a gramática numa tripla aceção, designadamente, ou como o conjunto das normas segundo as quais o pensamento se exprime por palavras, ou como a exposição dessas normas, ou como a associação deste tipo de exposição, de cariz marcadamente glotológico, com o que chama de *gramática de ideias*, cujo esteio estaria nas ‘lições de coisas’ de raiz schuchardtiana, em vista das preocupações, provavelmente hauridas no modelo filosófico-educacional proposto pelo suíço Pestalozzi e decorrentes do entendimento, de raiz condillaciana, de que aos jovens discentes deveria ser facultada uma formação educacional que proporcionasse o desenvolvimento global da personalidade (cf. Coelho 1885: 15, 17, 18, 19-20; cf. Boléo 1947: 683; cf. Santos 2010: I, 187-190, 198-199).

Interessante parece-nos a diversa perspetivação dos responsáveis pela introdução e aplicação, em Portugal, do método histórico-comparativo à análise do português relativamente à denominação a atribuir à nova

que «Schleicher considerava a linguagem como um ser dotado de vida própria» (Coelho 1871: xvi, n1). «Linguistics was for [Schleicher] part of the natural science of man, hence his deliberate use of such terms as ‘organism’, ‘life’, ‘growth’, ‘decay’, ‘morphology’, etc. Morpurgo Davies (1987) shows that these terms were current, at least as metaphors, in the linguistic literature of the time, and that the notion ‘organism’ in particular, inherently implied change. For Schleicher these notions were far from being mere metaphors» (Bynón 2001: 1230, col. 1).

ciência da linguagem. Verifica-se, efetivamente, que, enquanto, em 1870, A. Epiphany da Silva Dias utiliza, sem pudor, o termo «linguística» (Dias 1870: 60, n2; 111, n2), ao que parece pela primeira vez na metalinguagem portuguesa verbalizada por glotólogos portugueses, F. Adolpho Coelho revela, explicitamente, em 1871, preferir, na senda de Schleicher (cf. Černý 1998: 103), a designação de «glottica», que já vinha aplicando desde 1868 (cf. Coelho, 1868: *e.g.* vi, vii), à «expressão *philologie comparée*, que nada significa por si» ou à «palavra mal formada e barbara *linguistique*, derivada por meio do suffixo greco-latino *icu* de *linguiste* (glottico, investigador, científico da linguagem), que é formada de *lingua* por meio do suffixo grego *ist*, á maneira romanica», constituindo, na sua opinião, um termo «bem pouco científico» (Coelho, 1871: xiii, n2). Na década de 80 da centúria oitocentista, F. Adolpho Coelho virá a privilegiar, porém, o uso do termo «glotologia» (cf. Coelho, 1887: 12), a que faz inerir um conceito distinto do que adscrive a «glottica» (cf. Santos 2010: I, 183).

Não obstante a heterogeneidade caracterizadora da organização das matérias nas gramáticas da centúria oitocentista a que nos temos vindo a referir, as quais, de uma forma generalizada, se vinculam à noção de gramática como *arte*, ainda que informada por princípios de caráter geral, cuja legitimação se procurava na teoria da formação das ideias e nos pressupostos e metodologia do paradigma científico prevalecente na época em que emergem as ideias linguísticas em que tais obras, explícita ou implicitamente, se filiam, consideram-se dignos de destaque alguns factos essenciais.

Primeiramente, a constatação de que, ao remeter para uma tradição que radica nas *Etymologiae sive origines*, de Isidoro de Sevilha, da Sexta centúria da E.C. e se desenvolve com Petrus Heliae, no século XII, altura a partir da qual se estabelece a diferença entre o que Claude Buridant viria a classificar de ‘etimologias ontológicas’ e ‘etimologias mais propriamente gramaticais’, ou ‘derivatio’ (Buridant 1998: 18), apresentando-se a *etimologia*, no âmbito da problematização dessa distinção, na segunda metade do século XIII, quer como método de procura da ‘verdade das palavras’, quer

como termo genérico denominador do estudo das ‘partes do discurso’²¹⁰, é, precisamente, a denominação de *etimologia* que Dias de Souza (1804), Couto e Melo (1818), Soares Ferreira (1819) e Soares Barboza (1862[1822]) atribuem à parte das obras gramaticais que consagram ao tratamento das chamadas ‘partes do discurso’, não obstante aí também contemplem ou questões relacionadas com a filiação ontológica das palavras e com a sua filiação gramatical, como sucede em Dias de Souza, ou questões atinentes à chamada ‘etimologia gramatical’, como acontece em Soares Ferreira e em Soares Barboza (cf. Santos 2010: I, 119-144, 167, 172). Em 1862, Bento de Oliveira alterna o termo taxinómico *etimologia* com o de *lexiologia* (cf. Santos 2010: I, 176), muito embora o conceito inerente à definição que o nosso gramático dele fornece – que não, propriamente, à sua aplicação – se encontre distanciado do conceito integrante do termo espanhol que lhe correspondia proximamente, a saber, *lexilogía* que, em 1854, Isidoro Fernández Monje, no seio do seu *Curso elemental de la lengua española, redactado con la posible sujeción a los principios de la gramática general*, utilizara para denominar a secção destinada ao estudo exclusivo das classes de palavras, enquanto categorias sincronicamente perspectivadas (cf. Calero Vaquera, 1986: 47). Caldas Aulete utilizará um termo quase homónimo daqueloutro, *lexicologia*, adcrevendo-lhe aspetos relacionados com a etimologia dos itens linguísticos – que Claude Buridant classificaria de verdadeiramente gramatical – e com a sua classificação categorial (cf. Santos 2010: I, 177, 133). A. Epiphanyo da Silva Dias utilizará, em 1870, o termo *lexiologia*, que não chega a definir, sob o qual incluirá não só o tratamento das *classes de palavras*, tornando-se, assim, responsável pela introdução sistemática, a nível do discurso metalinguístico, de um termo mais rigoroso que começa a alternar com os tradicionais termos ‘*parte do discurso*’, ou ‘*parte da oração*’, como também aspetos relacionados com a derivação e a composição no âmbito da língua portuguesa, paralelamente à apresentação de explicações relativas à transformação de determinados itens de um dado *organismo linguístico*, designadamente, o latino, em itens típicos de um outro *organismo* daquele derivado, a saber, o português (cf. Santos 2010: II, 515). Mais tarde, pelo menos em 1876, Silva Dias, também por influência da literatura glotológica alemã, designadamente de August Schleicher, passa a utilizar o

²¹⁰ Os Modistas tratavam das classes de palavras no âmbito da segunda parte técnica das suas gramáticas, precisamente denominada de *Etymologia*.

termo *morfologia*, com o significado de “tratado das formas”, na senda do que, anos antes, fizera F. Adolpho Coelho²¹¹, que introduzira o termo, em Portugal (cf. Coelho: 1868: iii), sendo, nesse procedimento, acompanhado por Theophilo Braga²¹², no mesmo ano de 1876 (cf. Braga 1876: 1), e por Monteiro Leite, em 1882 (cf. Leite 1882: parte II, 7).

E, se, em 1868, deixara bem claro que a *etimologia*, enquanto «estudo das *origens* das palavras e suas *modificações no som e significação*» (Coelho 1868: iii), não devia integrar a gramática, por não se confundir com a «*morphologia*», procedimento que denuncia como típico da «*grammatica ordinária*» (Coelho 1868: iii) de então, em 1871, enfatiza – ao que parece por via de observações traduzidas da 2.^a edição de um dos volumes de *Grundzüge der griechischen Etymologie*²¹³, da autoria de George Curtius (cf. Coelho 1871: xxix, n1) – a necessidade de constituição de «“uma particular disciplina, a semiasologia ou theoria da significação”» (*apud* Coelho 1871: xxix, col. 2), que, «“pondo de parte a significação das formas de flexão, que são tractadas na syntaxe, e da dos elementos formativos das palavras, que pertence ao domínio da theoria da formação nominal”» (*apud* Coelho

²¹¹ Na década de oitenta, F. Adolpho Coelho aplica, explicitamente, o termo *morfologia*, no âmbito do seu *Curso de litteratura nacional (para uso dos lyceus) I – A lingua portugueza: noções de glottologia geral e especial portugueza*, à formação das palavras e à categorização gramatical das mesmas (cf. Coelho 1887: 29, 36, 39), aplicação que se refletirá, ainda que sem o uso explícito do termo em causa, na organização da gramática que trará a lume em 1891.

²¹² «Tomando para divisão fundamental da grammatica, as bases geraes por onde se analisa qualquer lingua – os *Sons*, as *Formas* e as *Construções* – rejeitámos essas velhas categorias irrationaes de *Etymologia*, *Syntaxe*, *Prosodia* e *Orthographia*, meramente tradicionaes» (Braga 1876: viii-ix). A secção da *gramática* consagrada à «constituição regular e systematica [...] da *forma* das palavras (MORPHOLOGIA)» de uma dada língua (Braga 1876: 1) é, precisamente, reservada «[a]o estudo das palavras em quanto ás suas flexões, formação por composição ou derivação, que se tratava imperfeitamente na chamada Etymologia» e que Theophilo Braga diz constituir um «ramo novo» da *gramática* (Braga 1876: ix).

²¹³ Essa obra saiu em dois volumes, que foram originalmente publicados em 1856 e em 1862, respetivamente.

1871: xxx, col. 1), devia manter-se separada da gramática²¹⁴, uma vez que a finalidade dessa disciplina se prendia com a revelação do «“modo particular [como] as significações das palavras se [tivessem desenvolvido]”» até ao momento da sua perscrutação, sendo que as leis e analogias gerais a encontrar então como justificações para as «“mudanças de significação”» seriam «“de maior importancia para a investigação philosophica das línguas, e tambem para a philosophia”» (*apud* Coelho 1871: xxx, col.1), pois revelariam a «“particular vida de espirito”» de um dado povo (*apud* Coelho 1871: xxx, col. 1; cf. Santos 2010: I, 190-192). Entretanto, na década de oitenta, F. Adolpho Coelho observa já que a gramática – de qualquer ângulo que fosse estudada – devia compreender o que chama de ‘fonologia’, ‘morfologia’, ‘sintaxe’ e ‘sematologia’ (cf. Coelho 1887: 23), sendo que a esta última parte caberia a determinação das «leis geraes que presid[iss]em á transformação da significação das palavras» (cf. Coelho 1887: 41; cf. Santos 2010: I, 192). Ainda assim, nas suas *Noções elementares de grammatica portugueza*, não confere espaço à sematologia, talvez porque continuasse a oferecer algumas dificuldades à glotologia, como o autor sugerira alguns anos antes (cf. Santos 2010: I, 192).

O segundo aspeto digno de ênfase prende-se com a opção por diferentes sistemas de classificação de palavras, sustentados em critérios definitórios heterogéneos. O sistema décuplo é o que tende a prevalecer, ainda que se apresentem dois subtipos do sistema de dez classes de palavras: o primeiro, apologizado por Dias de Souza (1804), Bento de Oliveira (1862/1864), Theophilo Braga (1876) e Monteiro Leite (1882/1887), contempla o *nome*, ou *substantivo*, o *adjetivo*, o *artigo*, o *pronome*, o *particípio*, o *verbo*, a *preposição*, o *advérbio*, a *conjunção* e a *interjeição*; o segundo, propugnado por F. Adolpho Coelho (1891), exclui do primeiro subtipo o *particípio* e introduz o *numeral* (cf. Santos 2010: II, 307-344; 471-474, 478, 484, 485, 490, 496; 596-611, 611-615, 615-620, 620-621; 638-651, 652-653, 655-656, 657, 662, 663-666; Braga 1876: 19). Segue-se o sistema de nove classes de palavras, apresentado em três subtipos: o primeiro, avançado por F.

²¹⁴ Coelho distancia-se, nessa altura, do procedimento de Reisig, que, nas suas *Lições sobre o estudo scientifico da lingua latina*, atribuíra à dita «semiasologia ou theoria da significação» «um «logar próprio na grammatica entre a theoria das fôrmas e a syntaxe» (Coelho 1871: xxix, col. 2, xxix, col. 2-xxx, col. 1).

Soares Ferreira (1819), inclui o *artigo*, o *nome*, o *pronome*, o *verbo*, o *particípio*, a *preposição*, o *advérbio*, a *conjunção* e a *interjeição*; o segundo, apontado por Caldas Aulete (1874), diferencia, categorialmente, *substantivo* de *adjetivo* e exclui o *particípio*; o terceiro subtipo, apresentado por A. Epiphânio da Silva Dias, a partir, pelo menos, de 1881, não inclui o *artigo* como classe de palavras distintiva e, tal como viria a fazer F. Adolpho Coelho, inclui os *numerais* na sua lista, mais exatamente, os *nomes numerais*, ao lado dos *nomes substantivos* e dos *nomes adjetivos* (cf. Santos 2010: II, 397-410, 412-415, 421-422; 499-500, 501-504, 507-508, 510; 518-535, 559, 567, 574-576, 579-581). Moraes Silva (1806) adota um sistema de classificação de oito classes de palavras, a saber, de *nomes*, ou *substantivos*, *adjetivos articulares*, *adjetivos atributivos*, *verbos*, *advérbios*, *preposições*, *conjunções* e *interjeições* (cf. Santos 2010: II, 357-370, 373-374, 374-375, 377). Soares Barboza (1862[1822]) adota um sistema de seis classes de palavras, que inclui as *interjeições*, as quais encabeçam as ditas ‘partes da oração’, antecedendo as ‘partes discursivas nominativas’, a saber, o *nome substantivo* e o *nome adjetivo*, e as ‘partes discursivas conjuntivas’, nomeadamente, o *verbo substantivo*, a *preposição* e a *conjunção* (cf. Santos 2010: II, 425-436, 437-438, 439-448, 449-451, 456-459, 460-462). E Couto e Melo (1818) socorre-se de um sistema de cinco classes mais uma, a saber, do *substantivo*, do *adjetivo*, do *verbo*, da *preposição*, da *conjunção*, configuradoras do que aponta como ‘linguagem do entendimento’, e da *interjeição*, configuradora do que chama de ‘linguagem do coração’ (cf. Santos 2010: II, 379-382, 382-387, 393-394).

Apercebemo-nos, assim, de que os *substantivos* e os *adjetivos*, ou sejam hiperonimicamente englobados na macroclasse dos *nomes*, tal como fizera, de forma clara, Anselmo, no século XI, na senda do que já havia pré-anunciado Prisciano, ou sejam considerados classes de palavras distintas, perspectivadas embora à luz de um traço classificativo que se lhes aponta como comum, a saber, o de constituírem *nomes*, ou sejam apontados como classes de palavras simplesmente diferentes (como defendia Beauzée), chegando os próprios *adjetivos* a incluir diferentes categorias, constituem, juntamente com o *verbo*, a *preposição*, a *conjunção* e a *interjeição*, as únicas classes de palavras a ter lugar permanente nas listas apontadas ao longo do século XIX. Curiosamente, o *particípio*, que ainda é considerado uma ‘parte distintiva do discurso’ por Bento de Oliveira (1862/1864) – embora, antes deste gramático, Moraes Silva (1806), Couto e Melo (1818) e Soares

Barboza (1862[1822]) não o reconhecessem como tal –, deixa de ser categorizado desse modo por Caldas Aulete (1874), para voltar a ter o seu lugar no rol delineado por Monteiro Leite (1882/1887), pervivendo, assim, até perto do final da oitava década de Oitocentos, um recorte categorial que tem as suas raízes na Antiguidade, mais exatamente, em Apolónio Díscolo e em Donato, estendendo-se pela Idade Média, com Prisciano e com os Modistas, e ainda pelo século XVIII, com Gabriel Girard e A. Court de Gébelin.

Um terceiro aspeto a destacar diz respeito à *sintaxe*. Na verdade, até que surja, em 1870, a *Grammatica practica* de A. Epiphanio da Silva Dias, a sintaxe é, em termos gerais, tratada como a expressão linguística dos processos mentais ativados pela percepção e/ou reflexão, normalmente no sentido da configuração de um juízo (embora também pudessem estar em causa outros atos do espírito) ou do estabelecimento de uma interrelação entre juízos, consubstanciada no raciocínio, ou da ordenação de diferentes raciocínios, ou seja, a sintaxe traduz, linguisticamente, um conjunto de relações de identidade e de coexistência, bem como de determinação e de subordinação, constitutivas dos ‘diferentes painéis do pensamento’, para usar palavras de Soares Barboza (1862[1822]: x). Ora, os componentes essenciais de um juízo passam a constituir a matriz lógica a que correspondem, na língua, os componentes tidos por essenciais da ‘proposição’ ou ‘oração’, termos que quase sempre se encontram em sinonímia, com algumas exceções interessantes.

‘Sujeito’, ‘nexo’ e ‘atributo’ são, assim, os termos essenciais de um juízo que os gramáticos fazem corresponder às configurações sintáticas mínimas alternativas de ‘sujeito’, ‘verbo substantivo’ e ‘atributo’, ou ‘predicado’, ou de ‘sujeito’ e ‘verbo adjetivo’, sendo o dito ‘verbo substantivo’ ora entendido, por Dias de Souza (1804), Soares Barboza (1862[1822]) e Bento de Oliveira (1862/1864), como item indicativo de uma relação de coexistência, a nível da própria ‘proposição’ ou ‘oração’, do ‘sujeito’ com o respetivo ‘atributo’, na esteira do pensamento linguístico de Condillac, que desenvolve o ideário de Du Marsais a propósito, ora perspectivado, por Moraes Silva, por influência de Arnauld e Lancelot, de James Harris, de Du Marsais, de Condillac e Urbain Domergue, como item afirmativo do ‘atributo’ mais geral, a saber, o da ‘existência’, de um ‘atributo’ particular,

ora apresentado, por Couto e Melo (1818), como item simplesmente mostrador da coexistência lógica de uma substância e de um adjunto, ora entendido, por Soares Ferreira, como item significativo de ‘existência intelectual’, tal como propugna Beauzée, ora apontado, por Caldas Aulete (1874), como item expressivo de ‘afirmação’ e, algumas vezes, de ‘afirmação’ e ‘existência’, ora, ainda, indicado, por Monteiro Leite (1882/1887), como elemento sinalizador de ‘afirmação’ e ‘existência’ (cf. Santos 2010: II, 307-308; 424-425; 470-471; 378; 394-397; 497-499; 595).

E, se, ao distinguirem regras de concordância, regras de dependência e regras de construção, como faz Manoel Dias de Souza (1804), ou sintaxe de concordância de sintaxe de regência, como faz Moraes Silva (1806), ou relações de concordância de relações de dependência, ou regência, como faz Couto e Melo (1818), ou sintaxe de concordância regular de sintaxe de regência regular e de construção, como faz Soares Ferreira (1819), ou sintaxe de concordância de sintaxe de regência e de sintaxe de construção, ou de colocação, no âmbito da sintaxe regular, como fazem Bento de Oliveira (1862/1864), Caldas Aulete (1874) e Monteiro Leite (1882/1887), ou, ainda, sintaxe de concordância regular de sintaxe de regência regular, correlativa e relativa, como propõe Soares Barboza (1862[1822]), que trata, ainda, paralelamente à sintaxe, mas separados dela, de diferentes tipos de *construção*, proclamando claramente a diferença existente entre *sintaxe* e *construção*, como, aliás, na senda do pensamento linguístico de Du Marsais, Beauzée, Condillac e Antoine Court de Gébélín, vimos anunciado por Manoel Dias de Souza, os gramáticos mencionados conferem especial destaque ao *nome* e ao que denominam, funcionalmente (em termos lógicos e em termos sintáticos), de *sujeito*/'sujeito', enquanto centro catalisador, na dita 'proposição' ou 'oração', de todas as relações, não obstante se detetem alguns indicadores de conferência ao *verbo*, enquanto 'parte da oração', se não da primazia, pelo menos de um estatuto de igualdade relativamente ao que se designa por 'sujeito', a verdade é que o 'estado da arte', a nível dos estudos linguísticos, se inverte quando vem a lume a *Grammatica practica* de A. Epiphany da Silva Dias (cf. Santos 2010: II, 327; 370-371; 387-391; 415-421; 483; 500-501; 594-595; 454, 466-470).

Com efeito, A. Epiphany da Silva Dias (1870) apresenta o verbo, na senda do pioneiro do comparativismo em França, Henri Weil, como

centro ideal da oração, sendo esta entendida como facto que depende da forma exterior da manifestação do pensamento e apologizando o autor, pelo recurso à metodologia adotada pelos glotólogos alemães, ou seja, privilegiando a observação sistemática do desenvolvimento histórico dos factos linguísticos – aquilo que, afinal, tinha faltado aos trabalhos estritamente comparativistas que tinham estabelecido a ponte para o surgimento da glotologia –, que todos os verbos apresentavam ‘raiz atributiva’ e ‘elementos formativos’, observação em que desemboca, afinal, aquilo para que já vinha apontando, seminalmente, o pensamento linguístico de Moraes Silva (1806), sob a égide dos ideários linguísticos de Du Marsais, James Harris e Urbain Domergue (cf. Santos 2010: II, 516-517; 363-369).

É no âmbito da sintaxe, sob a égide da até havia dois anos antes nunca vista, em Portugal, conferência de sistemática primazia à manifestação formal de significados intendidos, que A. Epiphano da Silva Dias analisa os fenómenos de concordância e de complementação intraoracional e os fenómenos de coordenação intra- ou inter-oracional e os de subordinação inter-oracional, bem como questões relacionadas com a colocação intraoracional dos itens linguísticos (cf. Santos 2010: II, 536-559, 559-567, 567-574, 581-593).

De realçar é, a propósito, o tratamento que A. Epiphano da Silva Dias dá à questão que envolve os *complementos*, termo divulgado, pela primeira vez, em Portugal, por Dias de Souza (1804), muito embora nos deparemos com algumas – escassas – ocorrências desse termo quer no seio da obra de Moraes Silva (1806) de que nos ocupámos e que terá sido terminada, no Brasil, vinte anos antes de este se independentizar do Reino sob que imperava a monarquia portuguesa, quer na obra de Soares Barboza que tivemos sob escopo e que terá visto o seu término no ano de 1803 (cf. Santos 2010: II, 1040-1041). Depois de Dias de Souza adotar, a respeito, o pensamento linguístico de Beauzée, que desenvolve o recorte teórico de Du Marsais, introdutor do termo na linguagem gramatical, associando essa noção com a terminologia anteriormente proposta por Gabriel Girard para a identificação das ‘partes da proposição’, os nossos gramáticos vão desenvolvendo, a partir dessa mesma associação e sob um ponto de vista eminentemente semântico, a aplicação da noção de

complemento à língua portuguesa, facto que se reflete na epitetização do termo mediante as funções atribuídas a quaisquer ‘partes da proposição’ tidas por complementares.

Importante será o facto de a taxinomia tradicional da *complementaridade*, juntamente com os fundamentos de cariz lógico-semântico adotados por alguns gramáticos para a identificação de alguns dos complementos, vir a ser rejeitada por A. Epiphany da Silva Dias, sendo digna de destaque a introdução da noção, já intuída, com clareza, por Bento de Oliveira (cf. Santos 2010: II, 486), de ‘complemento especial’ (Dias, 1870: 112, 120, n1, 130, 136, 148; 1881: 84; 1884: 80), hoje entendível à luz dos conceitos, desenvolvidos no quadro da gramática de valências, de “valência sintática” de um autosssemântico, formatadora da “valência semântica” do mesmo autosssemântico (cf. Santos 2010: II, 537-551). Naturalmente, as inovações introduzidas, em Portugal, por Dias, não foram pacificamente aceites no meio académico. Prova disso é o facto de terem continuado a ser publicados, no período pós-1870, estudos metalinguísticos do português que teimavam em ignorar instrumentos gnoseológicos que tinham contribuído para o avanço da glotologia.

Referências Bibliográficas

- Arens, Hans (1975): *La lingüística: sus textos y su evolución desde la Antigüedad hasta nuestros días*, versión española de José María Díaz-Regañón López, tomo I. Madrid: Gredos.
- Aulete, Francisco Júlio Caldas (1874): *Grammatica nacional*, 8.^a edição. Lisboa: A. M. Pereira.
- Baratin, Marc (1989): «La constitution de la grammaire et de la dialectique», in Sylvain Auroux (dir.), *Histoire des idées linguistiques*, tome 1, *La naissance des métalangages en Orient et en Occident*. Liège/Bruxelles: Pierre Mardaga Éditeur: 186-206.

- Barboza, Jeronymo Soares (1862[1822]): *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. 3.^a edição. Lisboa: Typographia da Academia.
- Boléo, Manuel de Paiva (1947): «Adolfo Coelho e a filologia portuguesa e alemã no século XIX». In: *Biblos*, vol. XXIII, Coimbra: 607-691.
- Braga, Theophilo (1876): *Grammatica portugueza elementar (fundada sobre o methodo historico-comparativo)*. Porto/Rio de Janeiro: Livraria Portugueza e Estrangeira de João E. da Cruz Coutinho e de A. A. da Cruz Coutinho.
- Buridant, Claude (1998): «Les paramètres de l'étymologie médiévale». In: Claude Buridant (coord. et prés.), *Lexique 14: L'étymologie, de l'Antiquité à la Renaissance*. Presses Universitaires du Septentrion: 11-56.
- Bynon, Theodora (2001): «The Synthesis of Comparative and Historical Indo-European Studies: August Schleicher». In: Sylvain Auroux, E.F.K. Koerner, Hans-Josef Niederehe & Kees Versteegh (ed.), *History of the Language Sciences: an International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*, volume 2. Berlin/New York: Walter de Gruyter: 1223-1239.
- Calero Vaquera, María Luisa (1986): *Historia de la gramática española (1847-1920)*. Madrid: Editorial Gredos.
- Carvalho, José G. Herculano de (1973): *Teoria da linguagem*, tomo I [3.^a tiragem]. Coimbra: Atlântida Editora.
- Coelho, Francisco Adolpho (1871): «Sobre a lingua portugueza». In: Domingos Vieira, *Grande dictionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza*, publicação feita sobre o manuscrito original, inteiramente revisto e consideravelmente augmentado, vol. 1. Porto: Em casa dos Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes: ix-ccvi.
- Coelho, Francisco Adolpho (1887): *Curso de litteratura nacional (para uso dos lycens) I – A lingua portugueza: noções de glottologia geral e especial portugueza*, 2.^a edição, emendada e augmentada. Porto: Magalhães & Moniz, Editores.
- Coelho, Francisco Adolpho (1891): *Noções elementares de grammatica portugueza*. Porto: Lemos e C.^a, Tip. de Arthur José de Sousa & Irmão.

- Dias, Augusto Epiphonio da Silva (1870): *Grammatica practica da lingua portugueza para uso dos alumnos do primeiro anno do curso dos lyceus*. Porto: Typographia do 'Jornal do Porto'.
- Dias, Augusto Epiphonio da Silva (1881): *Grammatica portugueza elementar*, 4.^a edição, revista. Porto: Magalhães & Moniz – Editores.
- Dias, Augusto Epiphonio da Silva (1884): *Grammatica portugueza elementar*, 6.^a edição, revista. Lisboa: A. Ferreira Machado & C^a – Editores.
- Ferreira, Francisco Soares (1819): *Elementos de grammatica portugueza, ordenados segundo a doutrina dos melhores grammaticos, para aplanar á mocidade o estudo da sua lingua*. Lisboa: Na Impressão Regia.
- Grondeux, Anne (2000): «La Grammatica positiva dans le Bas Moyen Âge». In: Sylvain Auroux, E.F.K. Koerner, Hans-Josef Niederehe & Kees Versteegh (ed.), *History of the Language Sciences: an International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*, volume 1. Berlin / New York: Walter de Gruyter: 598-610.
- Ildefonse, Frédérique (1997): *La naissance de la grammaire dans l'antiquité grecque*. Paris: J. Vrin.
- Leite, Francisco José Monteiro (1882): *Nova grammatica portugueza para uso dos lyceus e das escholas normaes conforme os programmas officiaes*. Porto: Clavel & C.^a A. J. da Silva Teixeira.
- Leite, Francisco José Monteiro (1887): *Grammatica portugueza dos lyceus, em que se contém toda a doutrina exigida pelo ultimo programma official, organizado pelo Conselho Superior d'Istrução Publica*. Porto: Eduardo da Costa Santos.
- Melo, João Crisóstomo do Couto e (1818): *Gramática filosófica da linguagem portugueza*. Lisboa: Na Impressão Régia.
- Moraes Silva, Antonio de (1806): *Epitome de grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- Oliveira, Bento José de (1862): *Nova grammatica portugueza compilada de nossos melhores auctores*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

- Oliveira, Bento José de (1864): *Nova grammatica portugueza compilada dos nossos melhores auctores*, segunda edição melhorada. Coimbra: Livraria de J. Augusto Orcel.
- Rosier, Irène (1981): «La notion de partie du discours dans la grammaire spéculative». In: *Histoire, Épistémologie, Langage*, tome 3, fascicule 1: 49-62.
- Santos, Maria Helena Pessoa (2010): *As ideias linguísticas portuguesas na centúria de Oitocentos*. Partes I e II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Silva, Rosa Virgínia Mattos e (1996): *Tradição gramatical e gramática tradicional*, 3.^a edição. São Paulo: Contexto.
- Souza, Manoel Dias de (1804): *Grammatica portugueza ordenada segundo a doutrina dos mais celebres grammaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros*. Coimbra: na Imprensa da Universidade.

REBECCA WEST AND HER EARLY WRITINGS: A WOMAN WITH A SWORD

Maria Teresa Vieira da Silva

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

mtsilva@utad.pt

*When woman came out of the home she came
bringing not peace but a sword.*

*Great things depend on how she uses that
sword.*

Rebecca West

Introduction

To many intellectuals and laymen alike feminism represents the advocacy of the rights of women. Although in contemporary Western societies this may seem a reality, it is not uncommon for the mass media to present us with crimes committed against women revealing that there is still much work to be done.

Defending the rights of women has not only been an undertaking that has relied on men²¹⁵ who have advocated that women are their equal; but also, on strong, courageous women who fought and still fight for themselves and for those who could not and cannot fight or defend themselves. The object of this brief study is one such remarkable woman – Rebecca West.

²¹⁵ Constraints owing to the nature of this paper have limited discussion on the relevance of the work of men work in the liberation of women, For further insight see Richards Symonds (1999): *Inside the Citadel: Men and the Emancipation of Women*.

Taking into consideration the period when West started her career, 1911, the objectives of this paper are essentially twofold. It seeks to analyze her life and work with the intention of demonstrating that firstly, she was influenced by the great advocates of the early women's liberation movement and secondly, that she herself influenced through her writing, especially through her interventions in two wide read periodicals, *The Free-woman* and *The Clarion*.

A woman before her time

Rebecca West was born Cicely Isabel Fairfield, on 21 December 1892, in London to Isabella, a talented pianist and Charles, a journalist, who gave their daughters an unusually rich cultural education which would reflect in West's future career. Unfortunately, her father was financially incompetent and after many attempts at making fortune, he deserted his family when she was eight. He never rejoined them and died impoverished and alone in a boarding house in Liverpool when she was fourteen. After this desertion, the family moved to Edinburgh where West won a scholarship to George Watson's Ladies College. She had, however, to leave school in 1907 when she contracted tuberculosis. West was later to thank destiny for her 'lack of luck' as she realized the limitations of women's education²¹⁶. Isabella and her daughters returned to London where Cicely enrolled in the Academy of Dramatic Arts to train as an actress. At seventeen, "she went on stage, but she herself admits she was not a success as an actress" (Marcus 1982: 3).

Having witnessed her mother's economic and social struggle to survive desertion, it was only natural that West would become "an ardent feminist, a suffragist²¹⁷, a socialist, an anti-imperialist, a New Woman" (Commire

²¹⁶ In *The Clarion*, on 14 February 1913, she stated that "I escaped from this pessimistic conception through a lucky chance that snatched the blessings of education from me at the age of fifteen, and an aversion to honest work. These left me free to study life from the angle of the suffrage movement, which removed any inclination I might have had towards meekness and unqualified admiration of the Government" (Marcus 1982: 155).

²¹⁷ 'Suffragist' was the original name for women who fought for enfranchisement. Yet, with the advent of militancy *The Daily Mail* brought forward a derogatory term

2002: 402). In her editor's introduction to *The Young Rebecca*, Jane Marcus affirms that

[West] was a woman with a lamp²¹⁸. It was the feminine ideal of self-sacrifice that she was attacking [...] Self-sacrifice was the most mortal of sins, a sin against life itself. She roused women to do battle with their own masochism, to weed out the natural slave, the victim in their souls. (Marcus 1982: 3)

Perhaps as a result of her upbringing, West had always been aware of the ideas and considerations coming out of the early women's movements. In fact, at the turn of the century, the question of women's enfranchisement was the subject of public and political interest. Caine points out that "[the] increasing prevalence of images and discussions of the «woman question» at this time bore witness to a massive increase in feminist organization, agitation and activity. This was most notable in the rapid increase in suffrage societies and suffrage activity in the early twentieth century" (Caine 1997: 131).

Being an inquisitive and determined teenager, Rebecca West soon took part in the early demonstrations of the women's rights movement. According to Marcus, "she had been a teenage dogsbody in the Pankhursts' organization", but later left the Women's Social and Political Union (WSPU) because she did not agree with the destruction of property; in fact, she considered it "foolish rather than shocking"; she strongly disagreed with Christabel Pankhurst's "growing Puritanism"; and "she also disliked the constrictions implicit in concentration on a single purpose, working to win the vote" (Marcus 1982: 7). For West, feminism was something more than just fighting for the right to vote, "[it] was a fight to grow in art, in science, in politics, in literature: it is a fight for a place in the sun" (cit. Marcus 1982: 3).

'suffragette' to designate women who belonged to the WSPU (Women's Social and Political Union) or engaged in militancy for the right to vote.

²¹⁸ This label drawn from West's words is a direct reference to Florence Nightingale who was revered by most early feminists and seen as an icon in the history of women's emancipation.

By now, she had already begun her work in *The Freewoman*, a paper which sided with the National Union of Women's Suffrage Societies (NUWSS). The wider range of ideology and movements which the NUWSS incorporated seemed to suit the ideals and demands of both *The Freewoman* and Rebecca West.

West believed the violence the WSPU used was the result of their disappointment and disillusionment. However, she did give them some credit, as one can see in *The Clarion* on 25 October 1912 “[the] militant movement – unwise, incoherent and limited as it has often been – has made victory possible by showing us what men and women really are” (Marcus 1982: 108).

From afar one might read further into this break, and perhaps understand it as a rebellious action against the Pankhursts’ military-like restraints upon their members of the organization. As an artist Rebecca West could not and would not be held under such conditions – her free spirit would have withered and died.

Notwithstanding the emphasis given to the two main women’s organizations, at the time, NUWSS and WSPU, one must remember that they did not fight this battle alone. This period in the history of feminism is prolific in minor organizations whose fringe campaigning supported the bigger cause, whether their efforts concentrated on one fundamental issue of women’s grievances or on the overall injustice committed against women. Despite divergent attitudes, different forms of militancy, and the reluctance of some historians in classifying these women as feminists, the fact remains that the vast majority of pro-women-cause societies had fought a battle on common grounds, that is, women’s organizations looked at their work as the possibility of liberation in areas where male dominance had imposed its will over the rights and necessity of women: sexuality, motherhood, marriage, divorce, education, employment, property holding, and so forth. The cornerstone of feminism may have misled society into believing it was a fight for enfranchisement but much more was at stake.

Women wanted and needed to change the legal bindings that impeded their access to freedom, to equality within marriage, to the right to abandon an unhappy, violent marriage, to explore their sexuality on the same level

as men, to determine whether or not they would have children, to indulge in education on the same terms as men, to get equal pay for equal work... their list of grievances was long but they were determined to obtain justice.

It is also interesting to notice that feminist ideas became the basis of political and social reform. It is probably the reason why West wrote in *The Clarion*, on 25 October 1912: "And now we see the stuff of which we were building that State: whimpering betrayers of trust, [...] we must begin to build anew" (Marcus 1982: 111). Society had to be built "anew". Women had become conscious of their status and found it in great need of changing. This points to an increasing number of women concerned about their own oppression and that of their gender, but it also shows the interest in political, legal, social, and educational reform which demonstrates that the women's movement united with other reformist groups (Caine 1997: 91).

Many of these ideas were spread through literature – novels, pamphlets, and newspaper articles. Writers were influential in unveiling controversies and bringing them to the fore for public discussion, whether they were in favour or against. Feminists used this power, the power of writing to exercise peer pressure.

The pen: a mighty sword

Over the years, historians have come to recognize the intertwined relationship between socialism, suffrage and movements of workers and women during the first decade of the twentieth century and the services rendered to these movements by the radical press in London. Anne-Marie Käppeli states that "the barometer of feminist progress is the proliferation of feminist print and the foundation of numerous associations" (Käppeli 1991: 545). Together, they professed the faith that the written word, especially periodicals, had to be an instrument to arouse public interest, opinion and consciousness which would eventually overturn political indifference, injustice and corruption.

The emergence of women's writing usually accompanied the most significant moments of the women's plight. Thus, in England, the first feminist newspapers appeared hand in hand with the appearance of the

‘enlightened free thinkers’ and socialist thought. The feminist fight usually structured itself in accordance with a defined model: most of the time, the founding of a feminist newspaper would be accompanied by the creation of a feminist organization. The paper would serve as the centerpiece of most feminist fights and would differentiate the strands and views of the women who worked within each organization. A newspaper meant more than just a means to form and educate public opinion, it was a form of militancy which intended to provoke reform or revolution. A revolution of ideas that would change the way society was structured and the manner in which each person and each gender was viewed.

The higher the turnover of press and writing bearing feminist ideas and vindications, the higher the tolerance and acceptance of those ideas by the society accessing that literature will be. Therefore, militancy can be seen both as the marching through the streets, the distributing of pamphlets, and the window-smashing, and as the writing where many women expressed their views. On 24 January 1913, in *The Clarion*, West who firmly believed that the rights of the women were closely related to the rights of the working class criticized the WSPU for not using the working place as the ground for suffrage battle,

I think that it wasted a wonderful opportunity when it encouraged its working-class members with a genius for revolt to leave their mills [...] If the mill-girls had stuck to their mills, the teachers to their schools, the shop-assistants to their shops, and had preached revolt in their own circle, England might have been covered by now by a network of disaffected industries, clamouring for political and economic emancipation. (Marcus 1982: 149)

For West, her pen, which was the instrument with which she worked, was the sword she used to do battle against the evils and the injustices of society.

In November 1911, *The Freewoman*, a newspaper dedicated to feminism and the arts, began publication and West contributed with a review of a book on women in India for the second issue and, thereafter, took a position as part of its staff. However, the newspaper’s audacity disturbed

her mother who was a conservative and *The Freewoman* was forbidden in their home. Therefore, in 1912, to avoid family pressure, Cicely effectively became Rebecca West. She describes the decision: “I never wrote for *The Freewoman* till it had got such a bad name for its candour that I was forbidden to read it by my family, and thus I came to adopt my present pseudonym” (cit. Marcus 1982: 5).

From *The Freewoman*, West moved to the socialist paper *The Clarion*. By now, she was acquainted to a wide circle of members of London’s literary and regularly attended meetings of the Fabian Society²¹⁹ which largely contributed to her socialist thinking.

In *The Clarion* and under Blatchford’s influence, her articles revealed her concern with “women’s work in and outside the home”. In Marcus’s words, they are “a remarkable expression of what might be called syndicalist feminism, socialist in spirit. They are notable not only for the power of analysis of specific events, but for their shapely transcendence of polemical forms. They survive because of their wit and sheer intellectual exuberance” (Marcus 1982: 91).

For a young woman full of energy and spark these newspapers were the perfect schooling for her impulsive and varied writing, for her icy remarks and wild sarcasm. Her writing was a natural gift which she had not laid to rest under a rock.

The Freewoman

The Freewoman, whose initial editor was Dora Marsden, was published for the first time on 23 November 1911. Initially used as a platform for feminist discussion; it was, some years later, to play an important role in the development of the literary movement known as Modernism, in England, under the name *The Egoist* and with Ezra Pound as its editor.

²¹⁹ The Fabian Society was a socialist (but not Marxist) movement which tried to achieve its goals of reconstructing society in accordance with high moral responsibilities through education and political democracy – issues which mattered greatly to Rebecca West. For further reference see *The Story of Fabian Socialism* (Cole 1961).

As Rebecca West recalled “[Marsden] conceived the idea of starting *The Freewoman* because she was discontented with the limited scope of the suffragist movement. She felt it was restricting itself too much to the one point of political enfranchisement and was not bothering about the wider issues of feminism” (cit. Marcus 1982: 4)²²⁰. Under these circumstances, *The Freewoman* published articles on women’s waged work, housework, motherhood, the suffrage movement, and literature. The paper’s notoriety and influence lay precisely on its frank discussion of sexuality and morality. Rebecca West claimed that “the greatest service that the paper did its country was through its unblushingness” (Marcus 1982: 5).

Thus, and even though *The Freewoman* barely lasted a year, one can visualize its vital importance in the understanding of both suffrage and feminism. Its articles serve to show the growing awareness amongst women in relation to the limitations of their fight for suffrage. The paper was critical of suffragism but from a radical and feminist perspective, for it argued that “feminism is the whole issue, political enfranchisement a branch issue and the methods, militant or otherwise, are merely accidentals” (Garner 1984: 62). The paper believed suffragism over-valued the usefulness of the vote and that it misdirected women’s efforts from more serious and vital issues. It questioned the characteristics of women which made them easy targets for oppression. “Their maternal role, their domestic role, their sexual role, all their ‘natural’ roles were suspect and open to criticism” (Garner 1984: 65).

In Garner’s opinion, one must not exaggerate the size of the paper’s distribution nor its influence, but it is important for the understanding of early twentieth-century feminism in the sense that it shows that women were not only fighting for but equally interested in the vote. “It presented a remarkable and contemporary criticism of the political and feminist limitations of suffragism – to most of its contributors, the lack of the vote only reflected women’s oppression, it did little to explain it” (Garner

²²⁰ West adds: “I think she was wrong in formulating this feeling as an accusation against the Pankhursts and suffragettes in general, because they were simply doing their job, and it was certainly a whole time job. But there was equally certainly a need for someone to stand aside and ponder on the profounder aspects of feminism” (cit. Marcus 1982, 5).

1984: 76). For *The Freewoman* the idea was that women's liberation would not come solely with the granting of suffrage but through an economic, social and sexual revolution.

The Clarion

The Clarion was a socialist weekly newspaper established by the journalist Robert Blatchford and whose first issue came out on 12 December 1891. Forty thousand people bought the first edition and it soon became the most popular radical having played an important part in the history of the Labour movement. The paper continued to be published until 1935 although Blatchford remained its editor only until 1910. (Marcus 1982: 89).

The Clarion was popular for its colloquial, down-to-earth style and for constantly indulging in many different and interesting topics. It was written in language meant for general understanding because its publishers believed "that anyone, whatever his condition or education, who could read plain English could be made into a socialist, and that socialism was not a difficult dogma, but a way of living and thinking which could make all men behave like brothers in the ordinary pursuits of life" (Marcus 1982: 90).

Robert Blatchford invited Rebecca West to join his staff after having read her astonishing attack on Sir Almroth Wright, a notorious anti-feminist, in *The Freewoman*. As an admirer of Blatchford, she accepted the position of political writer in 1912. It is easy to understand West's admiration for Blatchford as they seem to be kindred spirits. Like West, Blatchford was "largely self-educated"; he also turned to writing after trying his luck at another skill, but above all they shared a similar form of being within the socialist movement. As Marcus put it, "his particular kind of socialism was very much a reaction against the cut-throat competitiveness of industrial society" (Marcus 1982: 90). Blatchford believed it was his mission to educate people into socialism.

Several years later, in 1914, due to an enormous disillusionment Blatchford resigned from the Socialist movement and, in much the same manner over the years, West's fierce socialism subsided, but "in her writing of this period she was clear that the issues of feminism were inseparable from those of socialism" (Marcus 1982: 9). Therefore, she took no pain in

criticizing her socialist colleagues when they did not consider the women's cause. West believed that feminism had to have and could only succeed through the socialist view of class union. For West, women who made up most of the poor working class population had to unite to overcome their suppressors.

In *The Clarion*, West had a larger audience than in *The Freewoman*, and more space and freedom in which to develop her ideas. Her articles were a revelation. They spoke freely on issues that were taken as taboos. It earned her great respect but also great contempt. Yet, she did not bend, for it did not come from arrogance: “[s]he spoke her mind as instinctively as the lion roars” (Marcus 1982, 92).

According to Marcus,

[...] the redeeming and endearing feature of Rebecca West's prose is its source in a celebratory female sexuality. While so many British reforming temperaments have seemed rooted in celibacy and self-denial, it is refreshing to read a freedom fighter who not only recognizes but revels in female sexuality. And when she tells us that good food, good books and pretty clothes are as necessary to working women's liberation as equal pay and intrepid trade unions, to modern feminist senses a kindred spirit (Marcus 1982, 92).

Conclusion

Nothing seems to have interrupted West's voracious reading or the flow of her pen. It is estimated that throughout her professional life she wrote hundreds of reviews and articles. She was a master in the art of criticism and used it to favour the poor and the underprivileged. Even though her socialist views were not as ferocious in her later life, she never stopped believing that literature should have social and moral significance.

Commire explains that West was “prolific and immensely varied in her own work” which makes it difficult to classify in literary and, even, political terms and perhaps due to that she has not been the target of wide critical attention (Commire 2002: 402). Yet, whatever the genre, whatever

the subject, Rebecca West never minced words and never pretended to be anything other than what she was. She refused to compromise even if it brought on unhappiness and ill ease. Strong in her ideals of honesty and quality, she could be funny and witty but she could also be very blunt and tactless.

RW rose to be a prominent feminist, ardent socialist, and a renowned writer in her lifetime. Indelibly there would be much to say about her characteristics as a feminist writer. Nonetheless, this paper has focused essentially on the work Rebecca West produced from 1911 to 1913 while she was a staff member of *The Freewoman* and *The Clarion*. Furthermore, this paper looked to demonstrate how West was influenced by her contemporaries, and to what measure she exerted influence upon others and whether her interventions might have been productive. It seems only natural to conclude that she did in fact leave her mark, whether in a positive or negative manner, early on in her career. That people, such as Blatchford, should have called on her to participate in a well-known publication shows the importance her words and her feminist ideas had at that time. The fact that she was a staff member and an avidly-read collaborator for these two newspapers²²¹ proves that she was not only a woman of great talent but also a highly respected woman in a patriarchic society.

CITED WORK

Caine, Barbara (1997): *English Feminism 1780-1980*. Oxford: Oxford University Press.

Commire, Anne (ed.) (2002): *Women in World History: A Biographical Encyclopedia*. Vol. 16. Waterford: Yorkin Publications, 402-6

²²¹ One must not forget that she was nineteen and just starting her career at a time which did not give women this right. She gained much public recognition and was to become a renowned journalist for much of her life.

Garner, Les (1984): *Stepping Stones to Women's Liberty: Feminists Ideas in the Women's Suffrage Movement 1900-1918*. London: Heinemann Educational Books Ltd.

Käpelli, Anne-Marie (1991): "Cenas Feministas". Duby, Georges (ed.) Geneviève Fraisse and Michelle Perrot (dirs). *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 4: O Século XIX. Porto: Edições Afrontamento.

Marcus, Jane (ed.) (1982): *The Young Rebecca West. Writings of Rebecca West 1911 – 17*. Bloomington & Indianapolis: Indiana University.

CAMÕES, A LITERATURA E O SEU ENSINO

Maria Luísa de Castro Soares²²²

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

lsoares@utad.pt

Resumo:

Nesta comunicação, que encerra duas linhas mestras ideológicas e discursivas - uma analítica, outra ensaística - procuraremos equacionar o posicionamento de Camões e do ensino da sua obra, no contexto actual português e europeu de *crise das Humanidades*.

Entre o esquecimento da mensagem e a mitificação do autor (textual e empírico), consideramos haver uma dialéctica no entendimento de Camões e da sua obra, que não exclui – antes confirma - a situação actual da Literatura como *disciplina negligenciada*.

Não mais, Musa, não mais, que a lira tenho
destemperada e a voz enrouquecida,
e não do canto, mas de ver que venho
cantar a gente surda e endurecida.

(Camões 10. 145)

No prefácio da obra de Dominique Maingueneau, ***Contre saint Proust ou la fin de la littérature***, surge a seguinte afirmação lapidar:

²²² Doutora em Literatura e docente da época clássica do Renascimento até à extinção dos cursos de Letras Modernas na UTAD.

La Littérature est morte, mais l'immense foule de ses fidèles semble l'ignorer (Maingueneau 2006 : s/p)²²³.

Ora, se uma certa corrente de opinião afirma a *morte da Literatura*, o que dizer do ensino e do estudo dos autores que a enformam e lhe dão substância?!...

Reconhecemos que, para a Literatura, tempos difíceis, talvez mesmo sombrios, e certamente paradoxais são estes em que vivemos. Difíceis, porque uma corrente de opinião, privada de consciência histórica e suportada numa ingênua compreensão do real - na qual não é difícil descortinar um deslumbramento pela técnica e pelos seus resultados, associada a uma redutora visão do desenvolvimento económico e do progresso das sociedades - tem vindo a sustentar o carácter ancilosado, pouco atual e irrelevantemente marginal do *saber* sobre a Literatura e o seu ensino.

Na lógica deste contexto, numa dissertação de mestrado recente, é analisado o problema da lecionação de *Camões no Ensino Secundário, hoje*²²⁴, e a autora enuncia o seu propósito de “restituir ao Poeta a visibilidade e a importância que lhe tem vindo a ser paulatinamente retirada” (Cordeiro 2008: 189). A tese é relevante, porque vem lembrar Camões e o (seu) esquecimento, logo, é também um apelo à lembrança. Aliás, o próprio título “*Correm turvas as águas deste rio*”, simultaneamente paráfrase e instrumentalização do primeiro verso de um soneto camoniano, é *per se* indiciador da corrosão e labilidade não do paradigma clássico do Renascimento - como acontecia no soneto de Camões citado -, mas do próprio estudo de Camões.

Num período como o atual, de sodomização da escrita e das leituras, da *obesidade mental*, de que fala o recente livro de Andrew Oitke²²⁵, os alunos

²²³ Dominique Maingueneau é um linguista atual e professor agregado em Letras Modernas, na universidade de Paris XII, tendo publicado obras de referência na área da teorização literária.

²²⁴ Subtítulo da dissertação.

²²⁵ Nas conclusões, o autor do polémico livro afirma: “Não admira que, no meio da prosperidade e abundância, as grandes realizações do espírito humano estejam em

veem todavia Camões com algum destaque, se comparado com outros poetas nacionais. Não quer isto dizer que conheçam verdadeiramente a obra do Poeta ou sequer o contexto sócio-cultural e histórico-literário, indelével dos textos em questão. No entanto, o nome de Camões figura associado à ideia do homem soldado, do patriotismo, da infelicidade, com menção a pormenores biográficos como a perda do olho direito²²⁶, ou imagéticos como o salvamento a nado do “livro dos cantos”, que sabem ser *Os Lusíadas*.

Mas esta realidade extravasa a sala de aula e até o próprio território nacional. Como o evidenciou Gilberto Mendonça Teles, além fronteiras no Brasil cultua-se, no âmbito popular, o *Camonge*, nomenclatura em que é feita a junção do nome de Camões ao de Bocage (Teles 1976: 275-284). De igual modo, se nos deslocarmos a um qualquer outro país estrangeiro, ao referirmos a nossa nacionalidade e a nossa língua, associam-nos, não raras vezes, ao Poeta-símbolo, dentro e fora das linhas que demarcam Portugal. Esta ideia vem ao encontro daquilo que Teixeira de Pascoaes afirma, embora seguindo uma linha saudosista: “Camões é a Divindade e o garante da nossa independência interna e da nossa expansão externa” (Pascoaes 1912:173).

Ao glorificar a história de Portugal numa epopeia, Camões conferiu-lhe uma dimensão coletiva e transcendente que faz com que ele próprio e o seu poema *Os Lusíadas* sejam considerados símbolos nacionais. A ficção textual e o *eu* empírico - cujo dia da morte é perpetuado na celebração do dia de Portugal - são exemplares do mito identitário.

decadência. A família é contestada, a tradição esquecida, a religião abandonada, a cultura banalizou-se, o folclore entrou em queda, a arte é fútil, paradoxal ou doentia. Floresce a pornografia, o cabotinismo, a imitação, a sensaboria, o egoísmo. Não se trata de uma decadência, uma “idade das trevas” ou o fim da civilização, como tantos apregoam. É só uma questão de *obesidade*. O homem moderno está *adiposo no raciocínio, gostos e sentimentos*. O mundo não precisa de reformas, desenvolvimento, progressos. Precisa sobretudo de dieta mental”. In: <http://bastaqsim.blogspot.com/2010/08/obesidade-mental-andrew-oitke.html> Consultado em 7 de Outubro de 2010.

²²⁶ Todos conhecem a falácia biográfica e de feição popular: “Luís de Camões/ Vendeu um olho por dois tostões...”

Tecidas estas breves considerações introdutórias que nos permitem, numa primeira abordagem, constatar que o Poeta que se destaca dos demais e aos mais diversos níveis, estamos já em condições de afirmar que estamos perante um mito. E um mito pode fazer-se de quê?

Dada a proliferação de mitos que tem surgido ao longo da história, torna-se difícil fazer uma classificação tipológica das suas formas e manifestações, uma vez que um mito pode fazer-se de tudo: do mundo, da história, da sociedade e suas estruturas, da religião, dos mistérios universais, das artes e suas manifestações, do trabalho, das descobertas tecnológicas, do homem e das suas paixões, desejos e emoções...

Face a isto, depreendemos que é pertinente falar de mitos literários (alegóricos, épicos e lendários) embora se trate de uma classificação ampla e pouco delimitada. Henrique Chaves escreve que “o estudo do mito literário [se] centra no estudo do texto literário” (Chaves 1993: 39), havendo textos em que “os seus autores e heróis se projetam rapidamente para o campo mitológico: é o caso de personagens históricas e literárias tornadas mitos, [...] como por exemplo Camões” (*Idem*, 39).

O Poeta, sobretudo na sua feição épica, é assim enquadrável no grupo dos mitos político-heróicos. Ao fazer um poema épico da História real e transcendente de Portugal, acaba por, ele próprio, se tornar um modelo glorioso e um herói mítico (*Idem, ibidem*).

Para esta mitificação contribuíram indubitavelmente dois aspetos: a sua biografia lacunar e a sua obra, principalmente, a épica (pelo conteúdo, intenção, elaboração literária e expressiva). Uma vez que a sua vida surge envolta em algumas incertezas, criam-se hiatos que facilmente são preenchidos com verdadeiras ficções. A biografia lacunar camoniana ganha assim feições mitificantes. Desde os seus primeiros biógrafos dos séculos XVI - XVII (Pedro de Mariz 1550- 1615; Manuel Severim de Faria 1584-1655) até ao Visconde de Juromenha, Teófilo Braga e José Maria Rodrigues²²⁷, muito do que se tem dito é refutado (Pires s/d: 908). Estamos perante trabalhos que seguem determinadas orientações providas de

²²⁷ Este defende a tese da paixão de Camões pela Infanta D. Maria, construída a partir de leituras inadequadas de textos das *Rimas* (Pires s/d: 908).

alguma falta de rigor e que manifestam o cunho pessoal dos biógrafos, de que é também exemplo a obra de Aquilino Ribeiro *Luís de Camões Fabuloso* ou a *Vida Ignorada de Camões* de José Hermano Saraiva (Saraiva 1978), que mereceu uma recensão crítica de Américo da Costa Ramalho (Ramalho 1978: 91-92).

As conjecturas em relação à vida do poeta começam, desde logo, em torno do local do seu nascimento, admitindo os biógrafos mais exigentes ter sido em Lisboa. O mesmo acontece quando se aborda a sua formação académica. Na verdade, se é inquestionável o leque vastíssimo de conhecimentos que Camões possuía, tantas certezas já não existem em relação à questão de saber as fontes de onde eles emanaram: o ter ou não frequentado a universidade é uma questão que, assim, dá azo a diferentes opiniões sobre a cultura do biografado.

Por outro lado, também ganham algum alcance neste processo de mitificação os aspetos relacionados com o temperamento do Poeta - que alguns autores apresentam como o “Trinca-fortes”²²⁸ - ou com o carácter dramático de alguns episódios existenciais, mais ou menos ficcionados (amores impossíveis, amadas ilustres, desterros, miséria, o criado Jau mendigando de noite para o seu senhor...), acontecimentos cheios de valor simbólico, que se prestaram a aproveitamentos românticos.

Por último, resta-nos referir as especulações em torno da sua morte. Se é certo que ele foi enterrado em campa rasa sem qualquer tipo de distinção, já não dá azo a tantas certezas, e tem provocado algumas especulações, o motivo pelo qual o seu corpo assim foi enterrado. Enquanto alguns biógrafos veem nisso um sinal evidente da miséria em que ele morreu, outros afirmam, porém, que tal se justifica pelo facto de ele ter morrido em tempo de peste, havendo como tal grande quantidade de mortos na cidade e pouco espaço e tempo para os enterrar.

²²⁸ Disso é exemplo uma biografia romanceada sobre o temperamento inquieto e a valentia do Poeta, de Adolfo Simões Müller, intitulada *Camões. Aventuras do Trinca-Fortes* (Müller 1980) ou a célebre caricatura “O Trinca-Fortes”, de Rafael Bordalo Pinheiro, saída a lume em 1880, no *Album de Glórias* (Pinheiro 1980: 322). Fac. Simile.

Na verdade, as dúvidas que existem acerca da vida do poeta fazem com que Camões “se torne a própria figura do mito” e a “sua biografia lacunar seja o objeto privilegiado do próprio mito” (Seabra 1980: 24).

Ainda ligada à sua biografia e à ideia do grande patriota e altíssimo poeta que escreveu em versos admiráveis a História de Portugal, a fortuna ou projecção de Camões não se cinge apenas a um nível literário, histórico ou meramente intelectual. Também – como vimos e agora reforçamos – no âmbito popular Camões é referenciado, ao contrário de qualquer outro poeta português, sem desmerecimento para aquele que ocupe este segundo lugar.

De facto, para além de reconhecer o Poeta, o povo chega mesmo a construir pequenos versos, gracejos e frases alusivas ao seu carácter ou vivências. E o culto do “*San Camões* teve as suas festas como os outros *santos populares*”, conforme surge documentado por Afonso Duarte, na revista *Presença*, nº 13, de 1928 (Duarte 1980: s.p). Estamos aqui perante uma divinização do *príncipe dos poetas*, que é simultaneamente mito nacional, porquanto é representante da portugalidade e da língua portuguesa a ele sempre associada. À sua obra épica vai a nação permanentemente buscar alento em momentos de crise²²⁹.

Se tentarmos comparar Camões e Cervantes, facilmente notamos que, em determinados aspetos, é possível estabelecer uma associação paradigmática onde as convergências existem. No entanto, embora ambos representem algo semelhante para a respetiva nação, há uma distinção de raiz que se traduz por Camões representar a identidade nacional portuguesa. No caso de Cervantes, o artista não é totalmente envolvido na relação que se estabelece entre o *D. Quixote* e a nação espanhola.

Como o notou Fidelino de Figueiredo, ao contrapormos o mito espanhol do *D. Quixote* com Camões, verificamos que o primeiro, tendo começado por ser uma figura de ficção, antes de ser identificado com

²²⁹ Lembramos o período de perda da independência (1580-1640), em que *Os Lusíadas* foram objeto de muitas edições. Ou o período marcado pelo Ultimato inglês (1880), em que Camões figurou como um modelo, no âmbito da procura de valores morais, artísticos e de patriotismo.

um povo inteiro, faz com que Cervantes se apague diante da sua criação, ao contrário de Camões que se encontra totalmente envolvido nesta teia circular: *Os Lusíadas*, Camões, coletividade (apud Seabra 1980: 24).

Em determinado contexto e época histórica nascem poetas e(ou) heróis que, no dizer de Henrique Chaves, poderão ser “súbita e posteriormente mitificados” (Chaves 1993:41). Assiste-se à transformação da figura daquele que de simples cidadão de uma nação – por meio de um processo de “transcendentalização” ou “divinização” - passa a penetrar o universo do mito.

Assim aconteceu com Camões que, sobretudo através do seu poema épico, deu voz e relevo aos feitos heroicos da nação lusitana, acabando por ser sempre lembrado ao longo das mais diversas épocas quer de crise, quer de apogeu identitários: a *Os Lusíadas* vão permanentemente os Portugueses aquecer seu orgulho, pois o mito nacional é um mito político que se associa à nossa sobrevivência como povo (Soares 1999:79-217).

Não podemos deixar de referenciar, de seguida, a receção e projecção de Camões no tempo ou a *fortuna* literária do poeta.

É conhecido que Camões foi uma figura que, logo nos últimos anos de Quinhentos, mereceu um destacável engrandecimento. Desde aí até ao nosso século, temos assistido a uma grande recuperação intertextual da sua obra e a uma projecção cultural da sua figura que faz com que ele adquira essa dimensão mítica de cariz nacional.

Ainda no século XVI, foi glorificado o poeta pela sua obra, enquanto concretização das normas do género (épico e lírico), fiel imitação dos modelos consagrados e, ainda, meio de exaltação da pátria e contestação face à ocupação castelhana.

Com o Neoclassicismo, verificamos ter existido já uma postura mais crítica provocada pelos próprios pressupostos de uma mundividência assente no culto iluminista da razão. Temos como exemplo a crítica negativa de José Agostinho de Macedo a *Os Lusíadas* e a de Luís António Vernei.

No período do Romantismo, o que preferencialmente é valorizado é a figura de Camões transformado em “herói romântico”. Aníbal Pinto de Castro diz tratar-se da “personificação antecipada do *vate* infeliz, configurado no herói tragicamente perseguido pelo destino” (Castro 1996: 902). Aliás, o poema *Camões* de Almeida Garrett é um marco da introdução do Romantismo em Portugal.

Neste período, são diversas as obras literárias onde assistimos ao culto do poeta, a uma mitificação da sua imagem e ao estudo crítico da sua obra²³⁰.

Ao continuarmos esta digressão pelos diferentes períodos literários, deparamo-nos em 1880, aquando das comemorações centenárias, com um momento alto das produções críticas e biográficas sobre as obras de Camões, com Teófilo Braga e Oliveira Martins, entre outros. É, todavia, no final de Oitocentos que começam a surgir obras de *Estudos Camonianos* apoiadas em mais sólidas bases científicas, como as de Carolina Michaelis (Vasconcelos 1983).

No século XX, temos Pascoaes e Pessoa que “representam, o primeiro (Pascoaes) o momento culminante de identificação do poeta e da pátria, o segundo (Pessoa) a inexorável alteridade que a partir desse momento se abre no mito camoniano” (Seabra 1980: 25).

Ainda no que diz respeito à recuperação feita por Fernando Pessoa, há que referir a posição de Aníbal Pinto de Castro que vai no sentido de que Pessoa “transformou Camões de novo no padrão estético pelo qual simbolicamente se haviam de medir quantos almejassem realizar em poesia à escala universal, a sublimação da nação portuguesa e da língua por ela falada” (Castro 1996: 903).

Por último, apenas referimos o texto de José Saramago, quando afirma que “todos os caminhos portugueses vão dar a Camões” (Saramago 1984: 181).

²³⁰ A título elucidativo, basta referirmos José Maria da Costa e Silva (1851): *Ensaio Biográfico-Crítico*, vol. III. Lisboa e José Silvestre Ribeiro (1853): *Estudo Moral e Político Sobre Os Lusíadas*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Camões e a sua obra deram origem, ao longo dos séculos, a uma proliferação de produção crítica e ficcionada que o tornam sempre presente como símbolo nacional, ao nível cívico, ideológico e cultural. A este respeito, escreve Aníbal Pinto de Castro “que Camões (e com ele a sua obra) assume o seu pleno significado na cultura e na sociedade portuguesas, atingindo ao mesmo tempo uma dimensão intemporal que intrínseca e definitivamente o identifica com a colectividade de que num limitado momento da história, foi parte” (Castro 1995: 904).

Em suma, o espaço que deveria ser preenchido pelos dados desconhecidos é ocupado com interpretações pessoais e simbólicas que extravasam claramente o nível básico do real. Neste sentido, “a lenda biográfica de Camões vai-se construindo do real para uma dimensão de leitura simbólica” (Chaves 1993: 39), tornando-se assim a sua biografia o tal “objecto privilegiado do mito” (*Idem*, 39).

Acabámos de ver como a biografia de Luís de Camões desempenha um papel fundamental no processo de mitificação do poeta. No entanto, há que ter em conta que ela deve ser vista como mais um elemento que, em analogia com outros, nomeadamente a obra do autor, permitem essa transposição para o universo mítico. Mormente através d’ *Os Lusíadas* e da narração dos atos heroicos de um povo - do qual o poeta faz parte - inicia-se um percurso gâmico que vai desembocar numa dimensão fabulosa que já não diz somente respeito ao herói, mas à totalidade de um país.

Assim, torna-se lícito falarmos de uma dupla mitificação: o mito do poeta, de feição popular e literária e o mito nacional, de feição política e cultural, ligando-se aqui à ideia de portugalidade. Há, no entanto, a sublinhar que “essa dupla mitificação nem sempre suscitou uma total convergência. Dependendo das crises ou vicissitudes históricas, assim assistimos a uma afirmação ou negação de uma identidade nacional pelos nossos poetas mais significativos” (Seabra 1980: 24). Mas, com convergência ou não, o certo é que a obra e o poeta simbolizam ambos uma única pátria.

Luís Vaz de Camões, ao responder a um conjunto de expectativas vindas do universo social, histórico e cultural de uma nação - e que se traduziram por narrar num poema épico os feitos dos portugueses nos Descobrimentos - vai, logo no século XVI, nascer como um herói

suscetível de ser mitificado. No entanto, não foi só o facto de ele ter escrito *Os Lusíadas* que esteve na origem da mitificação. Estamos perante uma série de acontecimentos que, em conjunto, a tal levaram. De entre eles, destacam-se as já referidas lacunas em torno da sua biografia, associadas à ideia de infortúnio existencial, o que faz com que “ele seja o significado de uma consciência quase tribal de que estamos perante o mito do sacrificado pela estrutura política do país onde nasceu” (Chaves 1993: 42).

E, se olharmos bem, verificamos como são diferentes as imagens apresentadas de Camões, em cada estilo de época, em cada código literário, ideológico e cultural, pois cada um que fala de Camões só está interessado “*num* Camões de cada vez, *um* Camões para cada circunstância, *um* Camões ao sabor de cada conjuntura ou de cada ideologia” (Ferreira 1983: 84). E o Poeta vê-se “repartido” num Camões empírico, textual e mítico que são um único e o mesmo, embora algo lacunar, em matéria de aprendizagem e hermenêutica da sua obra.

O lugar que os alunos concedem a Camões (que reconhecem como mito) está longe da compreensão e análise crítica do texto. Mas aqui coloca-se uma outra questão, não puramente individual, mas de uma política cultural. Na verdade, os clássicos – Camões incluído – têm sido progressivamente arredados dos mapas curriculares e a literatura portuguesa, em geral, é hoje uma disciplina verdadeiramente *negligenciada*. De acordo com o pensamento de Maria Alzira Seixo:

Se a Literatura é a base da educação e vendo nós como lhe diminuíram a importância nos planos de estudos, facilmente entenderemos certas razões de desorientação na sociedade contemporânea: falta de domínio da Língua, decodificações deficientes, comportamentos cívicos incorrectos, dificuldade em estabelecer hierarquias de valores (Seixo 2006: 26-27).

Na verdade, nesta era dos computadores e outras tecnologias afins, geradores de uma sociedade da informação e da imagem à distância de uns segundos, em que a comunicação se torna fragmentária - pois tudo redundante em consumo e ostentação - o dever dos humanistas, professores e estudiosos das Humanidades é o de inculcar nos jovens o desejo de posse de bens simbólicos, em que se inclui o conhecimento da Literatura. Há que contrariar a ideia preconcebida de que “a Literatura não interessa *nada*,

porque não interessa *para nada*” (Pereira 1999: 281), ou seja, não oferece nenhuma conveniência. Há que persuadir os jovens de que o conhecimento dos movimentos, dos escritores e das obras literárias pode ser tão ou mais promocional da sua imagem como ser um “expert” em música ou em jogos de “play station”, porque a experiência do literário dinamiza a relação do homem como *ser no mundo e para o mundo*, remove o véu que retira a visibilidade das coisas e as faz surgir da ocultação, de que fala Heidegger. Pela experiência do texto, o jovem “inferirá que, mesmo sem partir de um amor gratuito pelo literário a experiência do literário lhe interessa como algo de que uma ou outra vez se poderá valer (perante um *flash* televisivo ou um *lead* jornalístico, por exemplo) para se evidenciar, primeiro, e para efectivamente crescer e se redimensionar, depois” (*Idem*, 295).

*

* *

O estudo da Literatura em geral e dos autores portugueses em particular tem sido lenta e progressivamente arredado do ensino secundário (Cordeiro 2008), como também dos currículos universitários, voltados para outros saberes como as línguas e relações empresariais, as ciências da comunicação, as ciências da cultura...

A literatura portuguesa vê-se reduzida então a mero instrumento subsidiário de uma aprendizagem mais conforme às necessidades do quotidiano (trate-se de cartas comerciais, requerimentos, regulamentos de concursos, etc...) e ao anseio de uma comunicação eficaz (na televisão, nos jornais, na rádio, ou no banal e pragmático linguajar de todos os dias). Também a antropologia filosófica subjacente à literatura é suprimida e ostracizada, ou substituída pela história das ideias ou pela sociologia, ou travestida em educação para a cidadania, mau remendo para o que na vida social e política vai falhando.

Jazendo abandonada ou esquecida fica aquela dimensão do homem, onde ressoa a sua mutilação ontológica, onde vibra esse indomável anseio pelo Absoluto, ferida autenticamente humana que nenhum utilitarismo poderá calar, essa dimensão, enfim, de onde emergem desde sempre palavras e obras, longo curso do tempo a que chamamos literatura, e

sem as quais, receio, como uma nova barbárie, o homem, simulacro de si próprio, ficará limitado a ser “a besta sadia, / cadáver adiado que procria” (Pessoa s/d: 106), de que fala Fernando Pessoa.

E não se julgue que este “ataque” à Literatura e ao seu ensino provém exclusivamente das áreas ditas tecnológicas, cuja ausência de uma formação humanista poderia tornar expectável semelhante posição. Pelo contrário, mais do que nos homens de sólida formação técnico-científica, claramente conscientes das limitações do seu saber, é do seio das próprias ciências humanas e dos que delas aparentemente cuidam, por uma oblíqua compreensão do significado do *humanismo*, por um sentimento de inferioridade relativamente à natureza e às aplicações técnicas das ciências positivas, por modas culturais, entre outras razões, é daí, dizia, que surge este afrouxamento da importância e da vitalidade do estudo da literatura, designadamente, dos modelos clássicos. E não tenhamos dúvidas: a crítica e a marginalização nascidas no âmago das próprias humanidades são bem mais decisivas e funestas do que qualquer crítica oriunda de uma outra e distinta área do saber.

Digo também que são tempos paradoxais os que vivemos, porque não creio enganar-me se disser que, resultado certamente de um longo trabalho, a literatura não tinha há muitos anos, em Portugal, uma visibilidade e uma pujança tão notórias e assinaláveis. Centros de Investigação (no caso de Camões, o CIEC)²³¹, nos quais investigadores, em equipa e individualmente, realizam trabalhos de inegável mérito, protocolos, colaborações e programas com investigadores e universidades estrangeiras, publicações no âmbito da literatura em quantidade e qualidade, organização de múltiplos congressos e colóquios, muitos deles de âmbito internacional, atribuição de prémios, condecorações e até homenagens a consagrados estudiosos e escritores, - não é isto prova indesmentível de vitalidade e de exuberância? Ainda bem que assim é, mas se tivermos em linha de conta as nossas afirmações anteriores, não é este mesmo facto paradoxal?

Resta saber se, no clima de desorientação cultural em que nos encontramos, esta visibilidade e estas públicas manifestações de apreço

²³¹ Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos.

não serão sinal da aceitação de um certo exotismo neo-barroco do gosto, de uma liberal tolerância para com o *estranhamento* da linguagem, pelo diferente, ao jeito de um mercado cultural ou de uma feira franca da cultura, mais do que da penetrante intencionalidade de uma consciência política e social lúcida que vê na memória e na abertura para o futuro, que na literatura sempre reside, o caminho por onde pode o homem tentar construir-se mais autêntica e completamente humano. Sendo de uma ou de outra forma, tal facto, porém, em nada diminui a convicção e a missão dos que se sentem devotos das Musas, que procuram atrair postulantes para o seu culto: os estudiosos das Humanidades e os professores.

Ser docente hoje, neste tempo de “crise das humanidades” (Aguiar e Silva 2004: 23), de fontes vulgares e cibernéticas de aprendizagem, é uma tarefa árdua, embora aliciante, sobretudo para quem o alargamento do saber é uma caminhada luminosa ao encontro do valor intelectual, cívico, ético e cultural, concretizável pela leitura, pela hermenêutica e pela crítica dos universos textuais²³².

Todavia, nos tempos que correm, na nova atmosfera social de mercado e de consumo, em que já não há *procura* para a *oferta* dos estudos literários, não se coloca apenas a questão do *gosto* da literatura, mas também a falta de saída profissional a que conduzem os estudos de Humanidades que integram esta área do saber. O emprego socialmente reputado a que os cursos de letras davam acesso, deixou de ser trabalho garantido, facto que estará na base da diminuição da procura e da desmotivação. Aliás, o ceticismo em relação ao saber filológico, à sua transmissão e, por inerência, a crise no ensino do seu objeto, a literatura, não são novidades, como não é

²³² A Literatura, sistema semiótico secundário, é também um sistema modelizante de mundo que obriga necessariamente a uma reflexão ontológica. Como leitor de 1º grau, o professor será então uma espécie de “mediador (de *interpretes*, de intérprete no sentido etimológico...)” (Pereira 1999: 300) que, sem obscurecer o prazer imediatista que o texto possa oferecer ao jovem leitor, verá reconhecido o seu esforço e empenho, no alargamento de competências críticas, “de modo que aquele conhecimento literário, sem se negar a si mesmo, só torne mais promissoras as expectativas de impressões subjectivas, de reacções hedonistas, de efeitos nos comportamentos cívicos e morais, nas valorações éticas e religiosas, nas opções sociais e políticas, enfim, no *apetrechamento* (*ideológico, imaginário, sensível*), *para viver*” (*Idem, ibidem*).

novidade a “crise das humanidades” (Aguiar e Silva 2006: 619-630)²³³ que se abate sobre a civilização europeia.

Vale a pena recuar ao século XVI e lembrar a exortação “Aos jovens estudantes”, em defesa das Letras, pronunciada pelo primeiro grande humanista Português e também professor, Aires Barbosa:

Vós, desejai, acima de tudo, a honra de ter vencido a barbárie,
Que ela, depois de vencida, dar-vos-á amplos despojos e presas.
Nunca será douto quem quer que, na sua avidez, faça contas com os
dedos agitados
A ver se tudo lhe traz lucros.
Desta maneira, jovens, [pelo estudo das Humanidades Clássicas]
A vitória virá em corrida veloz
E ornamentará a vossa cabeça com verdejante grinalda
(Barbosa *apud* Pinho 2006: 303)

No sentido inverso ao propósito do nosso humanista, o saber filológico enraizado na cultura matricial da Antiguidade Clássica entrou em crise. Esta que, no século XIX, se estabeleceu - qual guerra fratricida - entre humanidades clássicas e modernas, institui-se, nos anos sessenta do século XX, contra a filologia até se posicionar como crise no ser humano (Aguiar e Silva 2006: 619).

Ouçamos a voz consciente do poeta Cesário Verde, em “O sentimento dum ocidental”, quando afirma:

“Dó da miséria!... Compaixão de mim!...”
E, nas esquinas, calvo, eterno, sem repouso,
Pede-me sempre esmola um homenzinho idoso,
Meu velho professor nas aulas de latim!
(Verde s/d: 100)

²³³ No dizer de Aguiar e Silva, “a chamada *crise* das Humanidades tem uma história já longa, que remonta, pelo menos no contexto europeu, ao último quartel do século XIX, aquando do conflito tão pouco inteligente e tão infeliz entre as chamadas humanidades clássicas e as ditas modernas” (Aguiar e Silva, 2006: 619-630).

De forma mais ou menos declarada, depois dos professores de latim, ou seja, dos de Humanidades clássicas, também os de literatura moderna têm quase de justificar a validade concreta da sua profissão, pois sob o prisma do efeito imediato do utilitarismo e com uma cultura juvenil direcionada apenas para a comunicação audiovisual e para a sodomização da escrita, muitos alunos apenas se encontram com o texto literário em geral, e o de Camões em particular, no contexto de sala de aula. Ora, isto não deve ser impedimento mas estímulo para o professor, agora com responsabilidades acrescidas.

E então que fazer? Nós diríamos esperar, esperar não passivamente, mas esperar pacientemente; esperar que a irreflexão tenha limites razoáveis e que em breve se compreenda que a aprendizagem da literatura (de qualquer literatura, clássica ou não, e a qualquer nível) é a melhor maneira de “fazer falar” a cultura dos grandes livros, essencial ao homem de qualquer tempo. Esperar ainda que, não a longo prazo e na fulgurante evidência a que não é possível fugir, se constate não ser possível compreender quem somos, por não sabermos o que fomos²³⁴...

Importa aqui citar as palavras de Vitorino Magalhães Godinho, em que defende o ensino da literatura, de modo veemente:

Considero que um governo que elimina o estudo da literatura é um governo que se deve demitir imediatamente. As pessoas têm de conhecer o seu património (não para o usar para turismo, que é o contrário de intercâmbio cultural), para poderem avançar para uma actividade profissional com uma consciência cívica (...). Considero o que se está a fazer com a educação dos portugueses extremamente grave (Godinho 2004: 6).

²³⁴ Em defesa da importância da compreensão do passado para a percepção do presente, lembramos as palavras de Jorge de Sena, quando diz que “a ideia de que o que está mais próximo de nós no tempo é necessariamente mais interessante, e de que, por próximo, o compreendemos muito melhor é, em princípio, inteiramente falsa”. Além disso, “ninguém compreende do passado ou do presente senão aquilo que está preparado para compreender” (Sena 1977: 203).

Quando se fala em defesa da literatura e dos autores clássicos, cada vez mais à margem dos programas, não se trata agora apenas de fazer ouvir o *mito pessoal* de um qualquer autor; não se trata também, por outro lado, de vender a alma às modas e aos efêmeros sucessos dos tempos; trata-se, sim, de corajosa e firmemente, por decisivas razões que têm a ver com a conceção do homem e do seu destino, de manter vivas as mais altas criações do espírito humano que, não tenhamos qualquer dúvida, na sociedade mediatizada e ostentatória em que vivemos, se encontram neste momento negligenciadas e obscurecidas.

Dois caminhos fundamentais se abrem a esta responsabilidade de divulgar, transmitir e reavivar a literatura portuguesa: para além das diversas atividades científicas - congressos, colóquios, investigação e publicações - manter a consciência do valor da nossa posição...

Presença heterodoxa - a nossa - se necessário, solitária, se os tempos se ensombrarem, resistente, se a isso nos obrigarem, mas presença firme - de pé entre ruínas, se a tal ponto chegarmos - como é firme e claro o nosso olhar acerca da amplitude e da natureza do que é a cultura que essa literatura transmite.

Restará, por fim, dizer que a literatura é a voz que acompanha e ajuda a decifrar “os enigmas do *mun*do e do *homem*, dando conta de cisões, incompatibilidades, incertezas e limites que só nela e por ela parecem suspensos ou atenuados” (Saraiva 1999: 687). E quem não quer saber “do *mun*do e do *homem*” não quer saber de nada. Nessa altura acreditamos, com algum otimismo, que “quando tudo faltar resta a PALAVRA” (*Idem, ibidem*). Até lá, e na esperança de que o canto seja ação, permanece a consciência poética de que

O favor com que mais se acende o engenho
Não no dá a pátria, não, que está metida
No gosto da cobiça e na rudeza
Dura austera, apagada e vil tristeza

(Camões 10. 145)

Referências bibliográficas

- Aguiar e Silva, Vítor (2004): Braga: “Reflexões tempestivas sobre a crise das Humanidades” (Coords. Manuel Gama e Virgínia Soares Pereira). In *As Letras/Humanidades – Presente e futuro*. Braga: Universidade do Minho: 23-30.
- Aguiar e Silva, Vítor (2006): “As Humanidades e a cultura pós-moderna” (Org. Virgínia Soares Pereira e Ana Lúcia Curado). In *A Antiguidade Clássica e nós. Herança e Identidade Cultural*. Braga: Universidade do Minho: 619-630.
- Barbosa, Aires, “AD IVVENES STUDIOPOS”. In *Antimoria*. In Pinho, Sebastião Tavares de (2006): “Aires Barbosa e a defesa dos estudos clássicos: o testemunho dos textos”. In *A Antiguidade Clássica e nós. Herança e identidade cultural*. Braga: Universidade do Minho: 293-303.
- Camões, Luís de (1994): *Rimas*. (Texto estabelecido e prefaciado por Álvaro Júlio da Costa Pimpão). Coimbra: Atlântida, 1973. (Reeditado em 1994 com nota de apresentação de Aníbal Pinto de Castro).
- Castro, Aníbal Pinto de (1996): “Camões”. In: *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. 1. Lisboa: Verbo: 884-905.
- Chaves, Henrique de Almeida (1993): *A recepção Literária do Mito de Camões em Itália*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Cordeiro, Heloísa Maria Freire de Oliveira (2008): “*Correm turvas as águas deste rio*”. *Camões no Ensino secundário, hoje*. Coimbra: Faculdade de Letras.
- Duarte, Afonso (1928): *Presença. Fôlha de Arte e Crítica*. 13 de Junho de 1928: s/p. In *Vértice. No IV Centenário da Morte de Luís de Camões*. Coimbra 1980: 460-461 (Fac-simile).
- Godinho, Vitorino Magalhães (2004): *Jornal de Letras, Artes e Ideias* (7 de Janeiro de 2004): 6

- Maingueneau, Dominique (2006): *Contre saint Proust ou la fin de la littérature*. Paris: Belin.
- Mourão-Ferreira, David (1983): *Camões e a Identidade Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Müller, Adolfo Simões (1980): *Camões. Aventuras do Trinca-Fortes*. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Oitke, Andrew In <http://bastaqsim.blogspot.com/2010/08/obesidade-mental-andrew-oitke.html> Consultado em 7 de Outubro de 2010.
- Pascoaes, Teixeira de (1912): *A Águia*, 2.^a Série, n.º 6: Junho de 1912: 173.
- Pereira, José Carlos Seabra (1999): “Para (re)definir e ensinar Literatura”. In *Estudos de Literatura Portuguesa*. Jornadas de Formação de Professores. Viseu: UCP: 281-300.
- Pessoa, Fernando (s./d.): *Mensagem. E outros poemas afins*. (Introdução, organização e biobibliografia de António Quadros). Mem-Martins: Europa-América.
- Pinheiro, Rafael Bordalo (1880): “O Trinca-Fortes”- Caricatura. In *Álbum de Glórias*, nº7, Junho de 1880. In *Vértice. No IV Centenário da Morte de Luís de Camões*. Coimbra 1980: 322 (Fac-simile).
- Pires, Maria Lucília (s/d): “Camonologia”. In: *Biblos. Enciclopédia Verbo de Língua Portuguesa*. Lisboa: Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa: 908.
- Ramalho, Américo da Costa (1978): “Recensão a José Hermano Saraiva - Elementos para uma nova biografia de Camões (Lisboa, 1978)”. In *Colóquio/Letras*. Lisboa. 43: 91-92.
- Ribeiro, José Silvestre (1853): *Estudo Moral e Político Sobre Os Lusíadas*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Saraiva, Arnaldo (1999): “Quando tudo faltar resta a PALAVRA”. In *Notícias do Milénio* (Revista integrante da edição de 8 de Julho de 1999 dos Jornais do grupo Lusomundo). Porto: 687.

- Saraiva, José Hermano (1978): *Vida Ignorada de Camões. Uma História que o Tempo Censurou*. Lisboa: Europa-América.
- Saramago, José (1984): *O Ano da Morte de Ricardo Reis*. Lisboa: Caminho.
- Seabra, José Augusto (1980): “Camões, Pascoaes, Pessoa ou o mito poético da ‘Nova Renascença’ ”. In *Nova Renascença. Revista Trimestral de Cultura* 1: 23-31.
- Seixo, Maria Alzira (2006): “Literatura uma disciplina negligenciada”. In *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. De 4 a 17 de Janeiro: 26-27.
- Sena, Jorge (1977): “Sobre o perspectivismo histórico-literário”. In *Dialécticas Teóricas da Literatura*. Lisboa: Edições 70: 203.
- Soares, Maria Luísa de Castro (1999): *Camões e Pascoaes – Dimensão Profética e Idealismo Humano de Dois Poetas da Espiritualidade Portuguesa*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).
- Soares, Maria Luísa de Castro (2005): “Análise geral da estética da recepção: o modelo de Hans Robert Jauss”. In *Revista de Letras*, II, nº 4, Vila Real, UTAD: 125-134.
- Teles, Gilberto Mendonça (1976): *Camões e a Poesia Brasileira*. Brasília/ São Paulo: Instituto Nacional do Livro - Ministério da Educação e Cultura.
- Vasconcelos, Carolina Michaelis de (1983- reimp.): *Estudos Camonianos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Verde, Cesário (s./d.): *O Livro de Cesário Verde*. Lisboa: Editorial Minerva.

